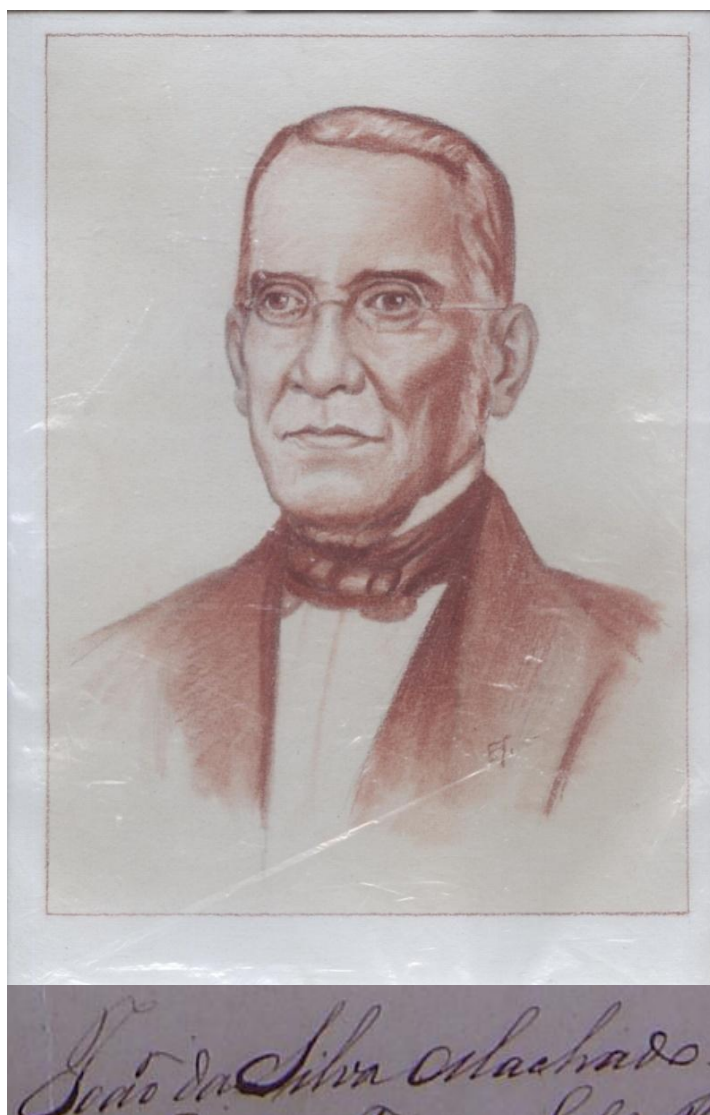


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ ADRIANO GONÇALVES BORGES

SENHOR DE HOMENS, DE TERRAS E DE ANIMAIS. A TRAJETÓRIA POLÍTICA
E ECONÔMICA DE JOÃO DA SILVA MACHADO (PROVÍNCIA DE SÃO PAULO,
1800-1853)



Barão de Antonina. Desenho de Estanislau Traple, coleção Fabio Furtado. senador Antonina, 1854.
Abaixo, assinatura em Ofício de 1842.

CURITIBA

2014

LUIZ ADRIANO GONÇALVES BORGES

SENHOR DE HOMENS, DE TERRAS E DE ANIMAIS.
A TRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE JOÃO DA SILVA MACHADO
(PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1800-1853)

Tese apresentada ao Curso de pós-graduação
em História, setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção de
título de Doutor em História.

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Curitiba

2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Borges, Luiz Adriano Gonçalves

Senhor de homens, de terras e de animais. a trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800 - 1853) / Luiz Adriano Gonçalves Borges – Curitiba, 2014.
347 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Nunes Mendonça
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Antonina, João da Silva Machado, Barão de, 1782-1875.
2. Política agropecuária - História - Brasil. 3. Brasil - Civilização -
História. I. Título.

CDD 923.281



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

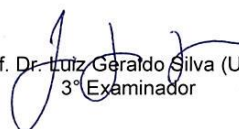
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUIZ ADRIANO GONÇALVES BORGES**, intitulada: **Senhor de homens, de terras e de animais. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (provincia de São Paulo, 1800-1853)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, sete de abril de dois mil e quatorze.


Prof. Dra Joseli Maria Nunes Mendonça (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dra Cecília Helena L. de Salles Oliveira (USP)
1º Examinador


Prof. Dra Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF)
2º Examinador


Prof. Dr. Lutz Geraldo Silva (UFPR)
3º Examinador


Prof. Dra Martha Daisson Hameister (UFPR)
4º Examinador

Sumário

Introdução.....	13
Prólogo	26
Capítulo 1. O senhor do caminho. João da Silva Machado e a Estrada do Sul.....	29
1.1 Carga pesada: as mulas e o transporte.....	32
1.2 Conexão com o ‘cone Sul’. O contexto de dinamização do Sudeste (ouro, açúcar e café).....	36
1.3 O caminho do Sul e as propriedades de João da Silva Machado	55
1.3.1 Invernadas.....	66
1.4 Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal	69
1.5 As possibilidades de enriquecimento com o negócio de animais.....	83
1.5.1 Valor dos animais	83
1.5.2 Sociedades	97
1.5.3 Mulas em movimento. A passagem das tropas de João da Silva Machado pelo registro de Curitiba e do Rio Negro.....	100
Capítulo 2. O fortalecimento do grupo de João da Silva Machado. O projeto paulista e a formação do Estado Nacional (1821-1841).....	111
2.1 O papel de São Paulo na emancipação do Brasil.	111
2.1.1 A organização administrativa e econômica durante o Governo Provisório da província de São Paulo	116
2.1.2 Cortes. Reciprocidade e autonomia econômica.....	126
2.2 “Já não digo o Brasil, mas a minha província”. A constituinte de 1823	140
2.3 Construtores do político. A abdicação.....	151
2.4 Período Regencial. Descentralização administrativa e o debate entre projetos políticos unitaristas e federalistas	164
2.5 Assembleia Legislativa Provincial no entroncamento das mudanças descentralizadoras.....	167
2.6 As redes de relação da elite política e econômica de São Paulo. O caso de João da Silva Machado	180
2.6.1 As redes de João da Silva Machado	182
2.7 As “leis opressoras”. A interpretação do Ato Adicional, o Código do Processo, o Conselho de Estado	190
Capítulo 3. João da Silva Machado e a Revolta Liberal de 1842.....	197
3.1 A provação em tempos de guerra. Machado e a guerra de farrapos.....	198
3.2 A “methafísica econômico-social” do grupo de Machado. A concepção do Banco Provincial.....	207
3.3 A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em 1842.....	214
3.4 A deflagração Revolta Liberal de 1842.....	224

3.5 Participante e testemunha ocular. João da Silva Machado e a Revolução de 1842	232
Capítulo 4. Senhor de homens, de terras e de animais. O Barão de Antonina	249
4.1 As consequências da Revolta Liberal para João da Silva Machado e para o grupo paulista.....	249
4.2 O brejo dos curitibanos. Silva Machado e o debate da separação da comarca de Curitiba no parlamento	258
4.3 O barão bandeirante. João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas de meados do século XIX	273
4.4 Enfim, a emancipação do Paraná e Silva Machado senador (1847-1853)	298
Considerações finais	318
Cronologia – João da Silva Machado	323
BIBLIOGRAFIA	328

Lista de Representações Ilustrativas

Gráfico 1. Muares conduzidos por Rio Negro/Itapetininga e volume de exportações de café (1830/31-1868/69)	43
Gráfico 2. Quantidades de muares passados pelos registros de Curitiba e Rio Negro por João da Silva Machado – 1824-1852	103
Gráfico 3. Participação dos animais nas tropas conduzidas por Machado (1824-1852)	109
Gráfico 4. Comparação da exportação do açúcar, café e mate (1838 e 1849)	307
Mapa1. Mapa ilustrativo do caminho das tropas	54
Mapa 2. Rota feita por Lopes e Elliot em junho de 1847	283
Mapa 3. Hidrografia	292
Figura 1. Lapa em 1827	51
Figura 2. Castro em 1827	63
Figura 3. Limite da província de São Paulo e Curitiba	64
Figura 4. Brasão do Barão de Antonina	273
Figura 5. Elliot. Aldeamento de Pirapó, 1857	297
Figura 6. Elliot. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 1859	297
Figura 7. Artur Nisio. A chegada de Zacarias de Góes e Vasconcelos (detalhe)	313
Quadro 1. Valores médios dos muares	85
Quadro 2. Cotação média do gado muar, bovino e cavalari em Lages, segundo inventários	89
Quadro 3. Impostos sobre animais cobrados no registro de Sorocaba	91
Quadro 4. Número médio de animais e muares chegados no mercado de Sorocaba, 1825-1880	93
Quadro 5. Balanço da Sociedade Machado/Pacheco	99
Quadro 6. Comércio de animais e orçamento da província de São Paulo	105
Quadro 7. Composição da 1ª Legislatura da Assembleia de São Paulo (1835-1837)	169
Quadro 8. Deputados provinciais eleitos para a legislatura (1842-1843)	215
Quadro 9. Envolvimento dos liberais no movimento de 1842	237
Quadro 10. Comenda de Cavaleiro do Cruzeiro	253
Quadro 11. Comenda da Ordem de Cristo	253
Tabela 1. Comércio de animais e orçamento da província de São Paulo	93
Diagrama 1. Trama Genealógica do grupo paulista	187

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a Deus. Pode parecer clichê, mas, realmente Ele fez a diferença na elaboração desta tese, como um porto seguro, e em torno de quem constituí novos amigos e compreendi melhor meu papel nesse mundo.

Escrever uma tese é como construir um prédio. Nós, que escrevemos, somos os mestres de obras, ajudados por inúmeras pessoas.

Amigos, professores, colegas de turma e em eventos.

À minha orientadora que muito me ajudou a aparar as arestas deste trabalho, dando diversas contribuições ao texto, e me auxiliando a não sair dos trilhos. Minha gratidão.

Tiago Luis Gil, Carlos Eduardo Suprinyak, Vitor Marcos Gregório, Cristiano Luis Christillino, Martha Hameister, que além de referências bibliográficas, também me presentearam com sua generosidade acadêmica, ao ceder documentos e banco de dados preciosos.

Erik Hörner, outra referência bibliográfica com quem tive o privilegio de conversar, também se prontificou a uma leitura do terceiro capítulo, pelo qual fiquei muito grato.

À Maria Cristina, secretária da pós-graduação, que me salvou diversas vezes, sempre simpática e prestativa.

À internet. Não sei se alguém já agradeceu pela rede mundial de computadores antes, mas eu quero agradecer por ela. A Rede foi fundamental em minha pesquisa: fiz contatos com pessoas distantes, tive acesso a artigos, teses e dissertações, além de fontes disponíveis online e enviados por emails.

À CAPES pela bolsa de doutorado Reuni que recebi durante grande parte da pesquisa.

À Martha Hameister e Luiz Geraldo Silva, que estiveram na qualificação e na banca de defesa, e à Maria Fernanda Vieira Martins e Cecilia Hellena de Salles Oliveira, que estiveram na defesa, meu muito obrigado pelas críticas construtivas que me ajudaram no texto final e me ajudarão em futuros trabalhos.

À minha esposa Mabel, minha linda. Quando estudamos trajetórias e lemos biografias, somos levados a considerar nossa própria vida e colocar na balança os momentos e as escolhas. Quando olho para trás, para o processo de escrever esta tese (e mesmo para os anos finais da graduação e do mestrado), vejo a Mabel ali, segurando minha mão e me incentivando a ir em frente, apesar das dificuldades. Se esta tese é a coroação de uma

trajetória acadêmica, eu devo dividir os “louros da vitória” com a minha esposa, minha companheira e primeira leitora.

Dedico esta tese à minha esposa Mabel
e aos meus filhos, Mateus Levi e Alana Liz -
um nasceu durante a confecção da dissertação, outro
durante a feitura desta tese - na esperança de que a
compreensão do passado lhes ajude a ter
Esperança do futuro.

Resumo

Nesta tese analiso a trajetória de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, conjugando aspectos políticos e econômicos de sua experiência, opção que se mostrou uma metodologia dinâmica. A trajetória dele me permitiu mergulhar no entendimento de elementos importantes na formação da Nação brasileira no século XIX. Primeiramente, o negócio de animais, no qual Machado se envolveu, era a principal atividade econômica do Sul do Brasil na primeira metade do século XIX e enriqueceu diversos negociantes, além de auxiliá-los a se inserir em redes de parentesco e a ascender a cargos de governo. Analiso também a inserção de Machado no grupo paulista atuantes na formação política do Brasil, passando pelo processo de Independência. Esse grupo paulista era ligado por estreitas redes de parentesco e de negócios, atuando de forma conjunta em prol de seus interesses e começou a questionar a centralização ocorrida com as leis consideradas “opressoras”. Eram a Lei de interpretação do Ato Adicional, a Lei de criação do Conselho de Estado e a Lei de Reforma do Código do Processo Criminal, vistas pelos paulistas como limitadoras da autonomia provincial. Assim, em 1842 irrompeu a chamada Revolta Liberal, na qual Machado, também um liberal, rompeu com seus antigos aliados e se juntou ao governo central na repressão aos rebeldes em toda a província. Por isso, recebeu o título nobiliárquico de Barão de Antonina e a promessa de separação da comarca de Curitiba. Em meio a tudo isso, Machado atuou no estabelecimento de aldeamentos. A análise de sua ação neste sentido me ajudou a compreender como a política de terras e indigenista de então estavam amplamente relacionadas. Assim, este estudo micro-analítico me permitiu aprofundar um pouco mais o debate em torno da formação do Estado Nacional brasileiro no século XIX.

Palavras-Chave: trajetória, negócios de animais, formação do Estado Nação.

Abstract

In this thesis I analyze the trajectory of João da Silva Machado, entitled Barão de Antonina, unifying political and economical aspects of his experience, an option that has proved to be a dynamic methodology. His trajectory has also allowed me to dive into the understanding of important elements for the formation of the Brazilian Nation in the XIX century. Firstly, the animal trade, in which Machado got involved, was the main economical activity in the South of Brazil in the first half of the XIX century and enriched several businessmen, furthermore helping them to insert themselves into kinship networks and climb up to government positions. I also analyze Machado's insertion into the paulista group, by narrow kinship and business networks, acting together in favor of their interests and started to question the centralization that happened with laws considered "oppressive". They were the Additional Act interpretation Law, State Council creation Law and Criminal Process Code Reformation Law, perceived by the paulistas as restrictive of provincial autonomy. Therefore, in 1842 the so called Liberal Rebellion insurged, in which Machado, a liberal himself, ruptured his relations with old allies and joined the central government in the rebels repression throughout the province. For that reason he got the noble title of Barão de Antonina and the promise of the separation of Curitiba's County. Amongst all of that, Machado was active in establishing settlements. The analysis of his actions in this area has helped me understand how did land and indigenist politics of the time were deeply connected. Therefore, the present micro-analytical study has allowed me to deepen a little further the debate regarding the formation of the Brazilian National State in the XIX century.

Keywords: trajectory, animal trade, National State formation.

Introdução

Começando suas viagens de condução de animais até Sorocaba por volta dos 18 anos, João da Silva Machado se tornou o maior negociante de animais do Sul na primeira metade do século XIX, fazendo sociedades com pessoas do calibre do empresário Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape. À medida que ia acumulando cabedal através da venda de animais, foi também criando certo prestígio, suficiente para ascender a cargos políticos e administrativos do Império.

Silva Machado teve uma vida longa de atividades intensas: 93 anos marcados por incursões em diversas áreas das instituições e dos pensamentos políticos do século XIX brasileiro. Infelizmente, Machado não deixou registros escritos de suas posições; nem mesmo um diário foi escrito por ele. Assim o historiador precisa inferir suas opiniões e seus posicionamentos a partir da maneira como agiu nos diversos contextos.

Esta tese é uma análise de trajetória, mas com uma metodologia que difere das biografias tradicionais. Apesar de me orientar pela cronologia da vida de Silva Machado, não o fiz tendo um interesse em sua biografia *per se*, cobrindo seu nascimento, casamento e morte. Para o historiador, e principalmente para aqueles que utilizam a micro-história como metodologia, o biografado serve como elemento para compreensão de algo mais amplo que a sua própria vida. No caso deste estudo: o funcionamento do mercado interno de animais, o pensamento político dos liberais paulistas, a Revolta Liberal em Sorocaba de 1842, a questões de terras e assuntos indígenas e a emancipação da comarca de Curitiba.

Algo que deve-se estabelecer de início, portanto, é a maneira com que a trajetória de vida é tratada neste trabalho. O estudo de trajetória é algo recente na historiografia brasileira e tem se revelado um escopo de análise extremamente interessante na medida em que, ao se alterar a escala de exame, diminuindo-a, percebem-se elementos que de outra forma seriam invisíveis, possibilitando uma apreensão mais complexa do ator social e do próprio contexto no qual ele está inserido e a partir do qual suas ações se configuram. É justamente essa a vantagem em uma abordagem *micro-analítica*. As biografias no contexto da micro-análise tendem a enfocar as ações de indivíduos, deslocando-os do grupo. Giovanni Levi aponta que todo indivíduo possui uma margem de liberdade que surge de incoerências sociais e que suscita mudanças sociais. Assim, seria necessário utilizar-se de um método diferente

daqueles usados para estudar grupos, o que poderá produzir ganhos na compreensão de um campo.¹

Portanto, a biografia dentro da micro-história diverge das abordagens tradicionais desse gênero, com sua forma tradicional, linear e factual. O objetivo na micro-história é uma localização precisa, mas com uma vocação para elucidações mais gerais, buscando compreender o peso da liberdade da escolha individual. “Este tipo de biografia permite definir as bases de uma racionalidade total e seletiva, e interrogar de novo a inter-relação entre o grupo e o indivíduo, praticando uma correlação entre a experiência comum e o espaço de liberdade individual.”² Devemos ter em mente que a personagem estudada está distante de nós, e que possuía uma racionalidade específica. O esquema econômico clássico de maximização do lucro e mesmo a assunção de uma racionalidade total dos atores face às suas opções, por exemplo, é algo que procurei evitar ao analisar a trajetória individual.

Desta perspectiva, a biografia se torna uma excelente ferramenta para se perceber as vicissitudes dos sistemas normativos. Através de uma utilização apropriada dessa técnica pode-se visualizar as lacunas e liberdades de ação de que dispõem os indivíduos e as contradições dos sistemas normativos.³ Isso fica evidente quando aplicamos as técnicas de biografia à análise de um período em que as regras e os papéis do jogo político estavam se definindo e se redefinindo constantemente, como era o contexto da primeira metade do século XIX brasileiro. A condição de ser Liberal ou Conservador, e mesmo se definir no interior de cada um destes grupos, muitas vezes era bastante contraditória, escapando por entre os dedos do pesquisador. A complicada configuração partidária, ou melhor, conformação de ideias, da primeira metade do século XIX pode ser melhor compreendida se reduzirmos a escala para perceber detalhes do político e do econômico.

Assim, o descortinar da trajetória de um indivíduo se faz ao mesmo tempo em que se apresentam outros sujeitos da história. O indivíduo biografado não é uma estrela solitária em um sistema, mas um ser que influencia e é influenciado pelos seus pares, podendo ser entendido como um ponto por onde passam diversas relações:

¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. IN: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 182.

² DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 257.

³ LEVI. Usos da biografia. Op. Cit., p. 180.

Ao contrário de estudos baseados em grandes categorias sociais e agregações de pessoas (classes, categorias socioprofissionais, etc.), nas quais os indivíduos são intercambiáveis do ponto de vista analítico, uma abordagem micro-histórica considera o indivíduo como ponto tendencialmente único de intersecção de determinações múltiplas. Representa uma opção metodológica por uma escala de investigação que permita localizar o ator (ou os atores) no contexto das relações sociais consideradas significativas para a explicação ou compreensão do seu comportamento.⁴

Essas relações em que o ator está inserido podem ser mais bem visualizadas através da noção de rede. Giovanni Levi, em “Herança Imaterial” analisou “a rede formal das relações de consanguinidade ou de aliança” que possuíam papel fundamental na “complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico.” Isso porque, por trás de cálculos econômicos, outros elementos se juntavam na busca pela segurança diante das incertezas do cotidiano, tais como estruturas familiares, mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma rede de amizades, vínculos e proteções.⁵

Tal qual para Giovanni Levi, Zacarias Moutoukias defende que a família era o núcleo das relações sociais e é a partir dela que o autor analisa redes pessoais de poder. Ele analisa trajetórias de comerciantes locais de Buenos Aires no século XVIII e percebe a construção de cadeias informais de autoridade e de influência política. Construção essa que passava pela confecção de redes de relações pessoais, que atravessavam as instituições e orientavam o funcionamento destas. Isto se dava porque a elite construía uma rede de laços de parentesco ao mesmo tempo em que se utilizava de posições governativas⁶. Portanto, a noção de redes nos permite enxergar nosso biografado no centro de uma constelação de pessoas e como isso o auxiliou na obtenção de posições de prestígio e vantagens econômicas. Não que ele seja o mais importante em um dado aspecto político ou econômico dentro do grupo, mas sim, que eu desloco o eixo da análise para ele.

Assim, a trajetória de um indivíduo não pode ser deslocada da sociedade em que ele se insere. Adaptando uma figura de Nobeit Elias, podemos pensar em uma

⁴ ROWLAND, Robert. *População, família, sociedade*. Portugal, séculos XIX-XX. Deiras: Celta Editora, 1997.

⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 96.

⁶ MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes personales y autoridade colonial. Los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII. IN: *Annales. Histoire, Sciences sociales*, Paris, v. 47, n. 4-5, 1992 (tradução).

orquestra, onde cada músico deve ser compreendido em relação ao conjunto, sendo que seus movimentos individuais não podem ser compreendidos. Só se pode compreendê-los na relação dos músicos entre si. Desta maneira também se comportam os indivíduos: “o modo como os indivíduos se comportam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas.”⁷ Fazer-se elite no Sul era algo que dependia da relação de um indivíduo com sua família estendida e com outros sujeitos de negócio, todos compondo uma orquestra que devia se articular para obter o melhor resultado para si e para o grupo.⁸ Machado pode não ter sido o maestro da sociedade em que participava, talvez fosse até complicado achar um único comandante, mas ele encabeçava a lista das figuras mais brilhantes na orquestração da elite política e econômica do Sul da primeira metade do século XIX.

Procurei então esboçar pequenas biografias, com o objetivo de construir um perfil característico dos indivíduos que formavam o grupo estudado, o que constitui uma visão privilegiada da ação social, desdobrada, por exemplo, na constituição de redes de poder, de posições sociais e de estratégias de sobrevivência.⁹ Isto me levou a perceber uma trama genealógica de um grupo paulista, que mostra que as elites econômicas e políticas da década de 1840 estavam unidas através de laços de parentesco como evidenciarei no capítulo 2. O estudo de redes estará presente no capítulo 2, mas permeia toda a tese, como por exemplo, no capítulo 3, ao tratar de como a rede relações de Machado foi mobilizada no ano da Revolta em São Paulo, em 1842, para apoio da repressão dos rebeldes, e também em 1853, no capítulo 4, por ocasião da criação da província do Paraná, quando ele assume uma cadeira no Senado. Portanto, no presente trabalho, a noção de redes se constitui como um método complementar, conjugado com a análise de trajetória pela ótica da micro-história.

A biografia de João da Silva Machado me fez transitar constantemente pelos “campos” políticos e econômicos, na medida em que ele foi um grande negociante de

⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, Parte I.

⁸ HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. *Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*. IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). *Conquistadores de negociantes*. Histórias de elites no Antigo nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de Poder na América Portuguesa - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. IN: *Revista brasileira de História* [online], São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 297-330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881998000200013 (acessado em 03/03/2014).

animais e também atuou na política ativamente. Deve-se deixar claro que as relações econômicas e as práticas políticas eram indissociáveis no século XIX, portanto devemos analisar os dois campos de atuação conjuntamente, procurando perceber as interligações entre os dois. Como afirmou Karl Polanyi “a economia do homem, como regra, está submersa em relações sociais”¹⁰. Neste mesmo sentido, concordam o filósofo político Claude Leforte e o historiador Pierre Rosanvallon. Este último, analisando os economistas clássicos do século XVIII e XIX, também identificou a impossibilidade de separar a política e a economia, argumentando que o “Estado-nação e o mercado remetem a uma mesma forma de socialização dos indivíduos no espaço”¹¹ e que “o poder político e o desenvolvimento do comércio aparecem (...) como interdependentes”.¹² Leforte concluiu que a política e a economia são indissociáveis no pensamento anterior ao século XIX.¹³ Para o contexto brasileiro do século XIX, Maria Sylvia de Carvalho Franco argumenta que:

A contradição que encontramos nas origens da sociedade brasileira, no nível da economia – produção direta de meios de vida e produção mercantil –, desdobrou-se, no nível da organização social, na síntese difícil das associações morais e das constelações de interesses e desenvolveu-se, no nível da organização política, na unidade da vida pública e da vida privada.¹⁴

Assim, o mercado interno brasileiro estava mergulhado em relações sociais e pessoais, não se constituindo a economia como uma esfera autônoma. Os indivíduos em tal sociedade não se preocupavam essencialmente com o lucro, mas também com a manutenção de sua posição social. Ali, os bens materiais não tinham valores essencialmente econômicos, fazendo com que os processos de produção e de circulação se relacionassem a interesses pessoais, como por exemplo, o prestígio social.¹⁵

Dessa maneira, o Estado seria uma exteriorização das relações sociais e da política, não se configurando entidades separadas umas das outras. Assim, “o Estado

¹⁰ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944], p. 61.

¹¹ ROSAVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. História da ideia de mercado. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002 [1979], p. 147.

¹² Idem, p. 160.

¹³ LEFORTE, Claude. *As formas da história*. Ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1979], cap. VII, “Maquiavel: A dimensão econômica do político”.

¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 240.

¹⁵ POLANYI. *A grande transformação*. Op. Cit., p. 62-75.

torna-se um espaço onde se desenvolve uma dinâmica própria, uma instância em que se inserem as relações sociais e políticas presentes na sociedade, considerando-se o papel do indivíduo e sua capacidade de ação.”¹⁶ O Estado surge, assim compreendido, como resultado de uma interação permanente entre os agentes sociais e políticos que compõem a sociedade, a partir de sua inserção na estrutura de governo, no aparato institucional composto de cargos administrativos e judiciários, como vereadores, juízes, deputados provinciais e gerais, presidentes de província e senadores.

A historiografia que conjuga uma História Política com instrumentos da História Econômica ainda é escassa no Brasil. Autores que serão analisados no segundo capítulo da tese, como Maria Odila Leite da Silva, Alcir Lenharo e Cecília Helena de Salles Oliveira¹⁷, buscaram articular o político e o econômico em suas análises, produzindo resultados esclarecedores no que concerne à convergência desses interesses em torno da formação do Estado Nacional.

A política, neste contexto que estamos tratando, pode ser definida como a arte de organização, direção e administração do Estado. Com isso em mente, o que analiso neste texto é a maneira como grupos de agentes se organizaram e se mobilizaram no intuito de transformar este Estado, procurando apontar que a organização não se deu através de uma identidade comum entre seus membros, mas sim, através de redes sociais e práticas de negociação que os ligavam uns aos outros e que competiam com outros grupos pela capacidade de influenciar o Estado e dele obter benefícios.¹⁸ A política como campo de ação, portanto, era permeada pelas relações pessoais e por interesses privados e, por meio dela, indivíduos buscavam a ampliação do seu poder econômico.

¹⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 27.

¹⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf, Ícone, 1999; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Imbricações entre política e interesses econômicos. A complexa definição dos fundamentos da monarquia no Brasil da década de 1820. IN: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu; Associação Brasileira de pesquisadores em história econômica, 2003. v. 1; OLIVEIRA, Cecília. A província de São Paulo à época da Independência. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

¹⁸ MARTINS. *A velha arte de governar*. Op. Cit.; TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States, ad 990-1990*. Cambridge: Basil Blackwell, p. 27.

Nesse tipo de mercado, onde a economia não era governada por leis mercantilistas, os grupos de poder se articulava através da política para conseguir obter privilégios que lhe garantissem a apropriação de segmentos da riqueza. O que podemos perceber ao longo da tese, são conflitos em torno do acesso à espaços de poder, como a presidência da província e deputação provincial e geral, já que ali seria obtido um aumento de prestígio e de possibilidade de acumulação de riquezas.¹⁹

Através de cargos como presidência da província e na Assembleia provincial, podia-se também constituir-se uma rede clientelar, através da nomeação de pessoas para cargos de administração civil e militar. João da Silva Machado, por exemplo, antes de se tornar deputado provincial, foi destacado para conserto de estradas, indicado por pessoas como Rafael Tobias de Aguiar, o que pode pressupor uma rede de apoio.

Portanto, indivíduos de uma “elite” não podem ser considerados somente entre aqueles que possuem riqueza material, mas que também possuem controle sobre postos de comando. Isto se torna evidente em sociedades como a brasileira do século XIX, nas quais a economia se encontrava em larga escala mediada pela política.

Outro elemento que o estudo da trajetória de Machado levanta é a questão de homogeneidade ideológica. Este é um tema comum quando se utiliza o conceito de elite, mas que algumas vezes serve como um limitador para o método. Nem sempre existe uma coesão tão forte entre membros de uma elite, podendo haver rupturas dentro do grupo. Mesmo que dentro do grupo paulista houvesse uma coalizão em torno de ideias como “autonomia provincial” e “liberalismo”, ocorreu uma cisão na maneira como eram expressos os anseios da elite.

Machado, mesmo sendo um político liberal e possuindo relações econômicas, políticas e familiares com líderes liberais, ficou do lado do governo central na repressão aos revoltosos liberais da província de São Paulo. Isto inclusive foi algo que a historiografia da Revolta de 1842 relegou para as margens de suas interpretações por não compreender o papel de Machado na Revolta. Veremos no capítulo 3 como se deu esta “mudança” de lado. De fato, examinando as relações que Machado estabeleceu ao longo dos anos, a trama histórica se torna mais complexa, colocando maior peso em sua opção pelo lado da “legalidade”, sendo que ele possuía relações de parentesco muito próximas com revoltosos como Vergueiro, Paula Souza e Tobias de Aguiar. Portanto,

¹⁹ FRAGOSO, João. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p. 45-122.

sua trajetória projeta este contexto aparentemente contraditório da política Imperial brasileira.

Neste sentido, como fio condutor desta tese, Machado possui vantagens metodológicas preciosas. Sua participação em diversas esferas nos permite trafegar pela própria construção do Estado Nacional e do desenvolvimento econômico e político da região Sul. Essa permeabilidade é um ponto positivo, mas também um ponto de dificuldade. Da mesma maneira que ele trafega assiduamente por diversas esferas e localidades distintas, seus rastros aparecem em muitos *loci* documentais, advindo daí a variedade de fontes utilizadas neste trabalho, como Registro de Passagem de animais, Ofícios Diversos, Atas de Câmaras, Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, Atas do Conselho da Presidência da província de São Paulo, Relatos de viagens publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Anais da Câmara dos Deputados e Anais do Senado.

Entretanto, a metodologia da micro-história me ajuda a perceber as reminiscências da vida de Machado e perceber as idiossincrasias de sua biografia. Por exemplo, ser ou não liberal, é uma questão que atravessa toda a tese, no sentido de que às vezes se torna difícil definir Machado enquanto um ou outro. Foi justamente neste ponto que muitos biógrafos como Aluísio de Almeida e Frederico Brotero²⁰, tiveram problemas em considerá-lo liberal, devido às suas posições políticas. Essa ambiguidade pode ser esclarecida através da percepção de sua trajetória conjugada com o contexto imediato em que Machado viveu, o que tentarei evidenciar no capítulo 3. A janela aberta para o passado através da trajetória de Machado nos permite um belo vislumbre da montagem do Estado e da formação da economia Nacional no século XIX. Ele inicia sua vida como tropeiro, passa a atuar como negociante, enriquecendo e passando a desempenhar cargos políticos provinciais importantes; chega a ser nobilitado com o título de Barão de Antonina; ajuda a separar a província do Paraná e chega a senador. Uma carreira notável que o colocou nos locais de poder de um Império em formação.

A metodologia da micro-história, conjugada com outras metodologias, como a noção de redes, de elites e o cruzamento de questões econômicas e políticas permitiu esboçar alguns questionamentos com relação à Revolta Liberal de Sorocaba, um evento importante na vida de Machado e na política do início do Segundo Reinado.

²⁰ ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit.; BROTERO, Frederico Barros de. *Barão de Antonina*. Apontamentos genealógicos. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, s/d.

A historiografia²¹ entendeu a Revolução Liberal de 1842 como um levante conduzido por uma parcela dos Liberais paulistas insatisfeitos com as políticas centralizadoras efetuada com a influência Conservadora no período 1838 a 1842. Parto do princípio de que os embates entre os grupos divergentes nesta revolta devem ser percebidos em seu fluxo histórico, já que posicionamentos políticos vinham sendo desenhados desde a época da Independência. A trajetória de Machado, juntamente com outros indivíduos de suas relações, ajuda a compreender o que de fato levou certa parcela a se rebelar e outra não e também perceber o que estava em jogo. Machado é um caminho para o entendimento do movimento, e por meio dele e do seu grupo, percebo que a petição dos rebeldes ia para além de questões políticas, mas também estava pautada em questões de cunho econômico.

Portanto, problematizo a revolta com as seguintes questões: O que realmente se estava discutindo? Qual a especificidade do debate em torno do federalismo ou do unitarismo, que também estava ocorrendo em outras partes do Brasil? A revolta teria como objetivo retomar o poder perdido por parte dos Liberais? Estes são questionamentos que a historiografia tentou responder e aos quais pretendo adicionar mais elementos explicativos na busca por respostas.

A estrutura da tese segue um nexo cronológico, mas também temático. O Capítulo 1, “O Senhor do Caminho” enfoca a atuação de João da Silva Machado no negócio de animais Sulino. Isto envolve apontar as conexões existentes entre as regiões do Brasil e dos domínios espanhóis, além de expor o contexto que possibilitou a expansão do mercado de gado interno brasileiro. Este capítulo, bastante marcado pela História Econômica, levanta algumas hipóteses acerca da rentabilidade do negócio de muares e da importância de redes familiares para esta atividade. O objetivo geral do capítulo é demonstrar como a atividade econômica de Machado o enriqueceu e permitiu que ele estabelecesse conexões que lhe seriam úteis politicamente.

O Capítulo 2 trata de João da Silva Machado e dos membros da elite paulista com os quais ele mantinha relações comerciais e pessoais. No início da década de 1820, Machado estava firmando suas relações comerciais e expandindo seu negócio de animais. Foi um momento chave para sua inserção em um grupo que o introduzisse na

²¹ ALMEIDA, Aluisio. *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1944; DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit.; HÖRNER, Erik. *Guerra entre pares: A “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2005; HORNER, Erik. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2010.

cena política paulista de então. É a política da década de 1820 que iremos analisar neste capítulo, evidenciando os indivíduos e suas lutas pela obtenção do poder; longe de apresentar um quadro coeso no qual grupos opositores se antagonizavam na arena política, irei analisar, tanto quanto possível, atuações individuais e formas de pensamento políticos ainda em formação, especificamente do grupo em torno de Vergueiro, Feijó, Paula Souza, e os estreantes Tobias de Aguiar e Silva Machado.

Assim, os capítulos 1 e 2 pretendem definir quem compunha a elite paulista da primeira metade do século XIX. Esta era uma elite que possuía características específicas, que a diferenciavam de outros grupos de diferentes províncias. Neste sentido, o estudo empreendido aqui pressupõe que não se pode analisar o político deslocado do econômico, na medida em que a especificidade de São Paulo no século XIX residia exatamente em que a elite política era antes de tudo uma elite econômica. Isto se dava porque os membros dessa elite adquiriram proeminência econômica ao mesmo tempo em que galgavam posições políticas. Assim sendo, posso nomear um grupo específico, formado por, entre outros, Rafael Tobias de Aguiar, Nicolau de Campos Vergueiro, Diogo Feijó, Francisco de Paula Souza e Melo e João da Silva Machado, de o “grupo paulista”, pois pertenciam à elite econômica provincial e acumular cargos de prestígio político na região e para além dela.

O Capítulo 3 analisa a “Revolta Liberal de 1842”. O ano de 1842 se iniciou com debates acalorados devido a reformas centralizadoras levadas a cabo pelos Conservadores, maioria na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. O objetivo era retomar a autonomia provincial perdida pelas leis centralizadoras como a Lei de Interpretação do Ato Adicional, a Reforma do Código do Processo e o restabelecimento do Conselho de Estado. Mesmo não tendo caráter separatista, a revolta de Sorocaba atingiu a Coroa. Ao Sul, a estratégia para conter a fuga dos revoltosos e uma possível união com os líderes farroupilhas foi escolher alguém que conhecia a região profundamente, João da Silva Machado, que mesmo sendo liberal e tendo conexões com alguns rebeldes, se mostrou uma peça chave para cooptar a elite de Curitiba na luta contra os rebeldes liberais paulistas e manter pacífica a fronteira da província de São Paulo.

A análise da trajetória de Machado neste capítulo nos leva a questões significativas: como era ser um liberal em meio à revoltas liberais? E além disso, como um indivíduo que possuía ligações políticas, econômicas e até familiares com Liberais revoltosos, pode ficar ao lado da “legalidade” e ajudar a suprimir essas revoltas?

Com relação às fontes neste capítulo utilizo fartamente os “Ofícios Diversos”. A detalhada correspondência que Machado enviou, principalmente para o presidente da província, está agrupada hoje em maços conhecidos como “Ofícios Diversos”, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e ainda é uma documentação pouco utilizada para a história de São Paulo, sendo, quando muito, citada de passagem.²² Nunca foi feito um estudo que utilizasse esta documentação como um corpus documental central para um problema historiográfico. No entanto, estes documentos são fartos em detalhes e dados que não podemos encontrar em outras fontes. Os Ofícios possuíam um caráter “semi-público”, isto é, era correspondência para ser lida única e exclusivamente pelo seu destinatário e não eram publicados ou lidos por outras pessoas. Nas cartas que consultei na maioria das vezes o destinatário era o presidente da província, mas as réplicas raramente foram encontradas juntamente com os outros Ofícios, provavelmente elas se perderam em arquivos pessoais.

Machado ao ocupar cargos como Comandante Chefe de Legião de Guardas Nacionais (1836) e Comandante Superior da Guarda Nacional (1841) devia cumprir certos atributos administrativos, como enviar correspondência ao presidente da província relatando situações e estratégias de defesa de cada localidade. É neste sentido que encontramos cartas suas remetidas de locais tão dispersos como Faxina (próximo a Sorocaba), Castro, Curitiba e Vila do Príncipe (na fronteira com Santa Catarina). Sua experiência anterior como negociante de animais, atravessando diversas vezes estas regiões, fez com que ele possuisse o conhecimento para se deslocar rapidamente entre essas regiões, articulando melhor os planos de defesa e alocando as elites locais ao lado das tropas do governo.

Nestes documentos podemos perceber as diversas expectativas e necessidades das elites locais, o que é palco privilegiado para a percepção do que estava ocorrendo em 1842. Há uma série de pronunciamentos de apoio ao governo central ou descrições administrativas e de organização de defesas. Optei por focar nos ofícios enviados das vilas onde Machado escrevia: Vila do Príncipe, Curitiba, Castro, Faxina. A opção pelas localidades se deu pela posição fundamental nos eventos de 1842 e, principalmente, por representar os lugares de onde Machado enviava cartas para organizar as defesas, como

²² Recentemente, foi incluída a possibilidade de busca nestes Ofícios, com cópias digitalizadas, através do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. No entanto, esta forma de pesquisa nem sempre é totalmente confiável, pois as categorias de busca se limitam ao assunto da correspondência, destinatários e emissores, escapando, algumas vezes, detalhes necessários ao pesquisador. Mesmo assim, ela serve como uma ótima ferramenta de auxílio à pesquisa. A busca por palavras chave pode ser encontrada em: <http://arquivopublico.sp.gov.br>

pedido de envio de armas, organização de despacho de corpos armados e pagamentos de soldos.

Como uma carta, os Ofícios Diversos não possuíam uma estrutura a ser seguida, servindo ao objetivo de deixar ciente o destinatário do contexto político e defensivo de cada vila. Portanto, encontramos os mais variados assuntos sendo tratados no calor dos eventos de 1842: condições de defesa da província, avanços dos “rebeldes”, espionagem, desenvolvimento geral da revolta etc.

Entre os vários remetentes de ofícios nos anos de 1838 a 1842, nas localidades selecionadas, João da Silva Machado é de longe o relator mais assíduo dos acontecimentos deste período. Somente em 1842, encontrei mais de 100 cartas remetidas dos locais em que ele possuía propriedade. Assim, Machado se constitui testemunha chave dos acontecimentos.

Juntamente aos Ofícios, também utilizei os Anais da Assembleia Legislativa da província de São Paulo. De caráter oficial, ali eram registrados os assuntos tratados nas reuniões dos deputados provinciais, apontando para os nomes dos deputados e as discussões e leis aprovadas. Infelizmente, como aponta Erik Hörner, no período de 1836 a 1842 não havia taquígrafo na Assembleia o que ocasiona a ausência de muitas falas dos deputados, apenas sendo indicado quem se manifestava a favor ou contra certa discussão. Não temos também os discursos e debates em torno de projetos e ideias, o que dificulta a identificação dos políticos e suas posições, sendo necessário o cruzamento com outras fontes para compreender posicionamentos.²³ Mesmo assim, estas Atas nos apontam para os anseios políticos e econômicos dos deputados paulistas, através da análise das leis e discussões, nos permitindo inclusive a compreensão do estabelecimento de grupos opositores.

No capítulo 4 analiso a trajetória de Silva Machado em contexto com três grandes eixos: as consequências da Revolta Liberal para Machado, a questão indígena de meados do século XIX e a emancipação do Paraná. Nestes três eixos profundamente relacionados, percebo as enormes vantagens que seu posicionamento contrário aos rebeldes na Revolta Liberal de Sorocaba lhe trouxe. Seu prestígio político aumentou e ele se tornou um grande chefe político na região de Curitiba, inclusive indicando pessoas para receber títulos de nobreza. Ele próprio foi receptor do baronato com o título de Barão de Antonina em 1842. Seu brasão, recebido com a titulação, ilustrava a

²³ HORNER. *Guerra entre pares*, Op. Cit., p. 65-66.

importância de sua atividade junto aos índios, que analiso em uma seção neste capítulo. Num misto de missão catequizadora, civilizadora e expansionista, Machado procurou construir uma via de comunicação indo desde o atual Paraná até o atual Mato Grosso do Sul. Seus objetivos principais eram expandir a fronteira agrícola, estabelecendo criações de gado para suprir o Sudeste, fortalecer as defesas fronteiriças e, no processo, adquirir terras.

Neste mesmo Capítulo 4, analiso o processo de emancipação do Paraná, um marco final em meu estudo da trajetória deste político Liberal. Projeto antigo, que já vinha desde pelos menos a década de 1820, a separação ocorreu efetivamente em 1853, mas com um histórico de conflitos e alianças. Por exemplo, por ocasião da revolta de 1842, e para que Curitiba ficasse do lado do governo central, foi prometida naquele ano a emancipação. Isto não saiu do papel, mas uma parcela da elite, em sua maioria liberal, acabou recebendo títulos nobiliárquicos de comenda naquele contexto. Esta elite era composta por indivíduos apontados pelo recém-nomeado Barão de Antonina, como uma forma de agradecimento pelo apoio a D. Pedro II. O retorno da mercê se deu na nomeação do Barão para ocupar a primeira cadeira de senador pelo Paraná em 1853.

Procurei sempre evitar teleologias, e considerar que Machado não estava destinado a se tornar um grande negociante e um grande político. Ao invés de ver o destino na trajetória do homem, procurei recuperar a historicidade a partir da qual ela se constituiu.

Prólogo²⁴

No dia 24 de junho de 1782, dia de São João, foi batizado na matriz de São José de Taquari, João da Silva Machado, com sete dias de idade. Era filho de Manoel da Silva Jorge e de dona Antonia Maria Bittencourt; ele, natural da Ilha do Faial e ela, do Rio Pardo, no Rio Grande de São Pedro. Taquari, no Rio Grande, era uma região entrecruzada por rotas de gado e isso facilitou com que João logo se envolvesse na atividade de criação e condução de animais até a famosa feira anual em Sorocaba, São Paulo. Por volta dos 18 anos de idade, fez sua primeira viagem até tal feira. Ampliando sua inserção no negócio de animais, se casou com Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães na década em 1810, filha de um prestigiado negociante de animais dos Campos de Curitiba, Manoel Gonçalves Guimarães.

Na década de 1820, com um pouco mais de experiência, fez sociedade com Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape, para a compra de muares no sul. Sem descuidar dos negócios, Machado também começou a atuar em cargos públicos. Em 1821, como eleitor para a escolha dos deputados a serem enviados às Cortes de Lisboa. Ainda no mesmo ano, se tornou vereador na Vila do Príncipe, nos arredores de Curitiba. Foi eleito conselheiro no Conselho Geral da presidência de São Paulo na legislatura de 1830-1833. Neste seu primeiro cargo na capital da província, Machado atuou no sentido de mudar o registro de passagem de animais de Curitiba para o Rio Negro, vila que havia fundado em 1828.

Na década de 1830, Machado teceu uma rede de relações na província de São Paulo, começando pelo casamento de sua filha Balbina Alexandrina da Silva com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, filho de Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro. Esse casamento permitiu que Machado adentrasse em uma complexa rede familiar em São Paulo, composta por Vergueiro, Francisco de Paula Souza e Mello, José da Costa Carvalho e Rafael Tobias de Aguiar.

Com a criação da Assembleia Legislativa provincial, em meados da década de 1830, São Paulo passou a ter maior autonomia para criação, administração e fiscalização

²⁴ Os dados biográficos organizados neste texto foram coligidos principalmente de ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit.; BROTERO, Frederico Barros de. *Barão de Antonina*. Apontamentos genealógicos. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, s/d; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976; WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comercio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995; além de fontes primárias cotejadas ao longo da tese.

de impostos, como o advindo do negócio de animais. Justamente por isso o cargo de deputado foi importante para a carreira de Machado. Na primeira Legislatura, de 1835 a 1836, ele foi designado para a comissão do Comércio, indústria e trabalhos públicos, que seria responsável, principalmente, por examinar e mandar executar projetos de ampliação de estradas. Foi eleito como deputado provincial por mais três legislaturas (1838-1840, 1840-1841, 1841-1843). Nos cargos políticos, ainda ocupou em 1838 e 1839 a vice-presidência da província de São Paulo.

Simultaneamente a estes cargos, Machado teve uma participação dinâmica no negócio de animais, sendo o maior proprietário de tropas passadas pelos Registros de Curitiba e Rio Negro na primeira metade do século XIX. Essa atividade lhe auferiu enormes lucros e constituiu grande parcela de sua fortuna. A especialidade de Machado no negócio eram os muares, que, vendidos na feira anual de Sorocaba, eram destinados principalmente para o transporte do café paulista e carioca para o litoral. Nesse negócio, Machado teve o apoio de dois indivíduos na figura de sócios: Antonio da Silva Prado, o barão de Iguape, e David dos Santos Pacheco, o barão dos Campos Gerais. Na década de 1820, Prado era o empresário, que investia o dinheiro e se encarregava da venda final em Sorocaba, enquanto Machado conduzia as mulas desde Viamão, no Rio Grande. Mais tarde, de 1833 a 1843, Machado fez sociedade com Pacheco, seu afilhado, na qual este era o condutor e Machado o investidor e negociante. Ambas as sociedades foram altamente lucrativas para os sócios.

Ao longo dos anos Machado foi ocupando várias colocações nos corpos de Ordenanças e, quando foi criada a Guarda Nacional em 1831, logo começou a fazer parte de seu quadro. Em 1836, ele foi nomeado Comandante Chefe de Legião de Guardas Nacionais, o que foi um marco importante em sua carreira dentro dessas forças, uma vez que auxiliou na defesa contra um possível avanço dos farroupilhas no sul da província.

Em 1841 Machado foi nomeado para o comando superior da Guarda Nacional, cargo no qual ele continuou a luta contra os farrapos do Rio Grande em um acampamento no Rio Negro. No ano de 1842, em que estava ocupando posto de alta patente na Guarda Nacional e atuando como deputado provincial, ele se debateu com um problema espinhoso para a política provincial: a Revolta Liberal de Sorocaba. Destacado para cuidar da defesa em Curitiba, Machado conseguiu unificar a elite local em torno do governo central, através da promessa de separação futura da província de São Paulo, de privilégios econômicos e pela concessão de títulos. Pelo seu desempenho,

Machado recebeu o baronato, com o título de Barão de Antonina no mesmo ano do fim da Revolta.

Logo após a pacificação da província de São Paulo se iniciou a movimentação em torno da emancipação da comarca de Curitiba e o já titulado Barão de Antonina principiou os empreendimentos de implementação de aldeamentos no oeste da província de São Paulo, também fortemente relacionados ao plano de expansão e defesa das fronteiras do governo Imperial. Durante os anos de 1845 a 1852 foram sete viagens aos sertões da província paulista com objetivo de alcançar o Mato Grosso, na companhia sertanista Joaquim Francisco Lopes e do mapista e desenhista João Henrique Elliot. Como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, enviava cartas relatando suas pesquisas e viagens de aproximação com os indígenas.

O Barão de Antonina, após ter se retirado dos cargos públicos na década de 1840, encerrou suas “viagens meridionais” em 1852 e voltou para a arena política. Em 1853, com 70 anos, foi eleito senador pelo Paraná. Posteriormente, teve um desempenho acabrunhado como senador, mas ainda ajudou a fundar diversos aldeamentos, como a Colônia Militar do Jataí, nas margens do rio Tibagi, e o aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1855, o aldeamento de São Jerônimo, em suas próprias terras, em 1859. Em 18 de março de 1875, com 93 anos, o Barão de Antonina morreu de tifo.

Capítulo 1. O senhor do caminho. João da Silva Machado e a Estrada do Sul

*Também sou rei; se tanjo as minhas tropas
Tremem todas a uma só dos gritos meus;
Na terra não respeito mais que as chuvas,
Não dou contas de mim senão a Deus.
Se me cortejão, bem; também lhe tiro
Meu chapéu de aba larga à senhoria;
Quando não, vou seguindo repimpado;
E meu burro que faça a cortesia
Não sei de classes, mas ninguém melhor
Que sou filho legítimo de Adão;
Bastardia não entra-me na raça,
Por que nunca mudei de geração.
Não soffro lérias, quem quiser que passe,
Mas que não venha me contar façanhas;
Ai dele! Pelas tripas do machinho
Que lhe faço no ventre umas aranhas.
De cima sempre; e como prova disto
Posso dar mesmo aqui publica fé;
Conheço-me tropeiro à muitas luas,
E ninguém me viu inda andar a pé.
Por tanto sou senhor: só estremeço
Quando ronco no céu a trovoada;
Sou homem de calor, não amo o frio,
Muito mais quando a capa está molhada.
Sou amigo do poncho, e da viagem,
É ele o meu constante companheiro;
E assim vou indo como vão as bestas,
Alegre quando mesmo sem dinheiro.
Amo entretanto os cobres, na taverna
Gosto vel-os rolar pelo balcão;
Tem música suave, que penetra
Nas dobras fieis do coração.
Tomo o codorio, que não é por isso
Que minha alma há de ir parar no inferno;
Não o dispenso nunca quando há calma,
Nem quando cahem neves pelo inverno.
Desprezo as moças, mas recebo os beijos
Da caipirinha à beira do caminho,
São doces como o orvalho das barracas,
Ou como a espuma do rosado vinho.
Sou rei, amo somente as minhas tropas,
O dinheiro, o falcão, e o azul dos céos,
Não temo tentação de excomungados,
Não dou contas de mim senão a Deus.
Nem mais, nem menos, é assim que gira
O tropeiro feliz quando caminha,
Anda altivo e soberbo como um frade,
Como a besta, que vai a compainha.
Alerta pois! Ó tropas de viagem!
Que os nevoeiros sobem já do monte:
É tempo de partir; o sol desponta
E a serra já aparece no horizonte*
(Duarte de Azevedo, *O tropeiro*, em *O Acayaba*, 1853)

Um biógrafo de João da Silva Machado, Aluísio de Almeida, nos conta que ele saiu pela primeira vez com uma tropa em direção à feira de Sorocaba por volta de 1800, com 18 anos de idade, por iniciativa do sorocabano Antonio Lopes de Oliveira.²⁵ Mesmo começando a vida como tropeiro-condutor, Machado não devia ser muito pobre. Como podemos perceber em seu registro de batismo²⁶, citado na introdução, tanto sua mãe como sua avó, tinham o pronome de tratamento “dona” precedido do nome, o que assinala certo prestígio local, uma vez que essa forma era empregada para indicar posições de mando e honra²⁷. Assim, seus biógrafos Almeida e Brotero²⁸, apesar de terem conhecimento do registro de batismo, falham ao afirmar que Machado era um “simples” tropeiro pobre, já que ele provavelmente possuía prestígio e bens oriundos da família de sua mãe.

Em guia passada pelo Registro de Curitiba, encontramos Machado, chamado de tropeiro, conduzindo tropas em novembro de 1809. A tropa estava distribuída em 132 reses, 39 mulas, 41 cavalos e 4 éguas e chegou à Sorocaba em janeiro de 1810. Estas são as primeiras notícias de uma tropa particular dele.²⁹

Em 1822, Machado apareceu na “Lista de Habitantes da Vila do Príncipe”, atual Lapa, como vivendo de “seu negócio de compra e venda de animais”.³⁰ E foi nesta mesma década de 1820, que o poderoso empresário Antonio da Silva Prado, pensando em entrar no negócio de gado muar, contatou Machado para compor uma sociedade. Nos próximos anos, o investimento do empresário e a experiência do tropeiro movimentaram um grande contingente de animais do Sul em direção ao Centro-Sul.³¹

Após a independência, o registro da sua atividade de condução de gado apareceu em 22 de dezembro de 1824, quando passou com 325 bestas pelo registro de Rio Negro.³² Mas por essa época já era bem conhecido como importante tropeiro, tendo relações estabelecidas com Antonio da Silva Prado em São Paulo e casado com a filha

²⁵ ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 8.

²⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA). 1º e 2º Livros de Registros de casamentos da Freguesia de São José de Taquari (1767-1846), 24 de junho de 1782, fl. 83v.

²⁷ FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. IN: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez 2010, p. 80.

²⁸ ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit.; BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit.

²⁹ Biblioteca Nacional -II-35,25,05. Agradeço a Tiago Gil a disponibilização destes dados.

³⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da independência. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, p.12, nota 14.

³¹ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit.

³² APESP, Livros da Barreira do Rio Negro, 22/12/1824, caixa 252, ordem 1958.

de Manuel Gonçalves Guimarães, importante negociante dos Campos Gerais, na região de Curitiba. Em 1824, ele possuía recursos para comprar 2.289 bestas, conforme indicou Antonio da Silva Prado.³³ Portanto, antes mesmo das anotações nos livros do Registro do Rio Negro (que se inicia em 1824, ainda em Curitiba), João da Silva Machado já era um grande condutor e negociante de muare.

O maior empreendimento de Machado ocorreu no dia 19 de dezembro de 1840, quando consolidado como poderoso comerciante, fez passar pelo registro de Rio Negro, localizado ao Sul do atual estado do Paraná, a impressionante quantia de 4.103 animais, conduzida por dois tropeiros diferentes. Esta viagem “das muitas cabeças” envolveu o maior agrupamento de animais transferido de uma só vez das regiões do Sul em toda a primeira metade do século XIX.³⁴ E a grande maioria destes animais era composta por mulas, a força motriz do transporte no Centro-Sul.

Conduzir 4.103 animais em um único dia era algo bastante complicado, ainda mais levando em consideração as condições do caminho dos tropeiros e as agudas necessidades ligadas ao deslocamento de um grande contingente, tais como alimentação dos animais e das pessoas envolvidas na viagem, estadias e pouso, além da péssima condição da principal estrada que interligava o Rio Grande às regiões consumidoras de gado. Era uma viagem que podia durar de seis meses a um ano e que, normalmente, só era realizada uma ou duas vezes por um condutor, tamanha as dificuldades de tal empreendimento.³⁵

João da Silva Machado foi uma exceção, pois fez este trajeto diversas vezes. Ainda assim, algumas vezes empregava outros condutores para ir buscar gado no Sul. Neste capítulo busco compreender a formação de sua fortuna e as condições para a constituição de uma viagem com tantos animais. Para isso é preciso captar as relações pessoais, relações comerciais e a geografia econômica, isto é a localização, distribuição e organização espacial das atividades econômicas da região Sul na primeira metade do século XIX.

³³ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 44.

³⁴ LAVALLE, Aida Mansani. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*. Tese (Livre Docência em história) UFPR, Curitiba, 1974, p. 83, nota 17; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2006, p. 98-99.

³⁵ GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho*. Tropeiros e negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 51.

1.1 Carga pesada: as mulas e o transporte

A mula foi a principal forma de transporte nas regiões que hoje conhecemos como México, Peru, Argentina e Brasil nos séculos passados. No caso brasileiro, vários tipos de animais, destinados a variadas funções, eram trazidos das pradarias do Rio Grande de São Pedro.

O gado bovino sempre foi muito útil para as diversas sociedades humanas e apesar de não ser nativo destas paragens, logo se multiplicou nos pampas americanos devido a sua espantosa adaptação. Segundo nos conta Alfred W. Crosby, as origens das manadas selvagens na região do Rio da Prata são obscuras. Não se sabe se foram os espanhóis, portugueses ou jesuítas que introduziram os animais, mas de fato, os três grupos acabaram trazendo bovinos e eqüinos. Crosby considera que a introdução tenha sido feita em 1638, “quando os jesuítas abandonaram uma missão naquela área, deixando 5 mil cabeças de gado para trás”.³⁶

Os cavalos e éguas também se multiplicaram em grande quantidade nesta região, marcando a cultura dos rio-grandenses. As primeiras levadas destes animais foram trazidas provavelmente por Pedro de Mendonza, fundador de Buenos Aires, em 1535.³⁷ Os pampas em torno do Rio da Prata eram um paraíso para os cavalos, por serem relativamente planos e espaçosos, com muitas pastagens. No século XIX equinos eram separados, protegidos e mantidos como reserva de montaria para a cavalaria dos impérios ibéricos.³⁸

Assim como cavalos e gado, a mula, por sua vez, tem uma história complexa. Pela sua importância para o transporte no Brasil e para a presente pesquisa, vale a pena detalhar aspectos relacionados à sua produção, comercialização e emprego nas atividades econômicas. Cabe apontar que a mula foi a força motriz do sistema de transporte para o escoamento da produção interna de várias regiões no Brasil: o ouro das Minas Gerais, o açúcar e o café de São Paulo e do Rio de Janeiro. De 1825 a 1880 estima-se que foram passados pela feira de Sorocaba 1.498 milhão de muare.³⁹

³⁶ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 187.

³⁷ PRIORE, Mary del Priore; VENANCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 64.

³⁸ CROSBY, Op. Cit., p. 195.

³⁹ KLEIN, Herbert S. A oferta de muare no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. IN: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, mai-ago 1989, p. 356. Tipos de animais que apareciam nos *inventários post-mortem* e nos Mapas de animais nas regiões do Sul: muar (animais de transporte de cargas (mulas,

Na colônia portuguesa, o fator que fez impulsionar a utilização deste animal como principal meio de transporte de mercadorias foi a descoberta de ouro na região das Minas Gerais. Martha Hameister diz que foi a “voraz necessidade de meios de transporte e tração de cargas para os produtos coloniais” da região das Minas que “financiou a consolidação do extremo-Sul”⁴⁰, que até o século XVII possuía uma escassa população.

A mula é um animal híbrido, resultante do cruzamento de indivíduos de espécies diferentes (égua e burro). Portanto, para produzi-la é necessária intervenção humana. O burro *hechor* (o macho reprodutor) era o animal mais caro presente nos inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX, chegando a valer 15 cavalos mansos.⁴¹ O alto preço do burro para reprodução deve-se ao adestramento e tratamento especial a que é submetido desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também condicionadas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores. Assim, surge um animal com uma mescla de características: robusto e resistente, herança do burro, com um porte maior, legado da espécie dos cavalos.⁴²

Portanto, este híbrido se mostrava uma ótima opção para enfrentar os caminhos coloniais: era estável nas trilhas pedregosas, resistente às variações climáticas e às alturas. Em longas distâncias era mais forte e mais rápido que os cavalos.⁴³ Era mais robusto e tinha costas mais planas. Enquanto cavalos não carregavam mais que 115 quilos, as mulas podiam carregar de 135 a 225 quilos. Elas requeriam menos alimento e possuíam grande desempenho.⁴⁴ Cálculos para a América Espanhola apontam que uma mula, em tropa, cavalgava a 6 km por hora, chegando a percorrer 60 km de distância de

machos, éguas e bestas), cavalari (para locomoção, transporte de pessoas e reprodução), vacum (vacas, bois, touros e novilhos), lanígero (carneiros e ovelhas) e suíno. BORGES, Luiz Adriano G. *Tropeirismo e criação de animais em São José dos Pinhais*, Paraná, segunda metade do século XIX. IN: Anais da III Conferência Internacional em História Econômica e V Encontro de Pós-graduação em História Econômica, Brasília, 2010; OSÓRIO, Helen. *O império português no Sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁴⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (mestrado em história), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 18.

⁴¹ GIL. *Coisas do Caminho*. Op. Cit., p. 71; HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 75.

⁴² HAMEISTER, *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit. p. 75.

⁴³ PRIORE; VENANCIO. *Uma história da vida rural no Brasil*. Op. Cit., p. 75.

⁴⁴ BARMAN, Roderick J. Packing in British Columbia: transport on a resource frontier. IN: *Journal of Transport History*. Manchester, n. 21, 2000, p. 143.

uma vez, em um dia.⁴⁵ No Brasil, talvez por ter territórios um pouco menos acidentados, estima-se que uma mula totalmente carregada, fazendo parte de uma tropa, podia viajar entre 3 e 4 léguas⁴⁶, ou entre 13 e 17 km.⁴⁷ Era portanto um animal adequado para o transporte de cargas pesadas. Entretanto, sendo estéril, a dificuldade para reprodução elevava seu valor final.

Como indica Martha Hameister, o cruzamento de animais para o surgimento da mula começou a ocorrer no Rio Grande por volta da década de 1750. Antes disso, os muares vinham da parte espanhola da América, que começou sua produção nas regiões de Salta, Tucumán, Santa Fé, Córdoba e na atual Buenos Aires, impulsionados pela atividade mineira de prata de Potosí, no Alto-Peru.⁴⁸ Destas regiões, foram contrabandeados animais e importadas técnicas.

Da mesma maneira que na América espanhola, o início da produção da mula em território luso esteve atrelado à descoberta de minas; no caso brasileiro, minas de ouro e diamantes. Foi a abertura das minas em Goiás que levou o Capitão-general de São Paulo a mandar abrir, ainda em 1730, uma estrada que ligasse as Vacarias da Serra aos Campos de Curitiba. Sua intenção era trazer gado para as Minas, já que surgiram problemas de abastecimento naquelas regiões.⁴⁹ A feira de Sorocaba, onde os animais eram comprados e vendidos, foi criada nessa época, sistematizando o comércio e articulando a ligação com as regiões mineradoras. O próprio crescimento populacional destas regiões incentivou o fornecimento de gêneros, criando um mercado para São Paulo e as regiões do Sul. O gado muar foi fundamental tanto para o escoamento do ouro das minas para os portos como para a condução de alimentos até as regiões mineradoras.

Os indivíduos que buscavam os muares no Sul para revendê-los eram os chamados tropeiros, estes “senhores dos caminhos”, que possuíam amplo conhecimento das estradas e das condições das viagens. Mas termos como “negociantes

⁴⁵ BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrário pampeano*. Tomo I: La expansión ganadera hasta 1895. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 240.

⁴⁶ GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p. 102.

⁴⁷ BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Sistema antigo de pesos e medida*. São Paulo, n. 4, abril de 1939, p. 24, citado por: KLEIN. A oferta de muares no Brasil central. Op. Cit., p. 364.

⁴⁸ HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 224; GARAVAGLIA, J.C. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 217.

⁴⁹ BALHANA, Altiva et al. *Historia do Paraná*. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969, p. 95.

de animais” e “tropeiros” precisam ser mais bem definidos. Na documentação geralmente aparecem termos como “negociantes”, “aquele que vive de negócios” ou “negociante de tropas”. No “Diccionario de Língua Portuguesa”, publicado em 1789 por Antonio de Moraes Silva, o termo “tropeiro” designa o que anda em tropa de animais para trazer alimentos. Há também o termo “arrieiro”, com o significado de “homem, que aluga, e acompanha as bestas de estrada, de cavalgar”⁵⁰. A designação “tropeiro” na maioria das vezes é uma generalização, tratando de diversos indivíduos ligados ao comércio de animais.⁵¹ Analisando o contexto do Rio Grande de São Pedro no século XVIII, Martha Hameister considera que a historiografia criou a categoria explicativa “tropeiro” aglutinando um vasto grupo de pessoas, como senhores de homens, terras e animais e trabalhadores diversos ligados ao comércio de tropas. De acordo com a autora, autores tradicionais designaram como “tropeiro” tanto aquele que conduzia o gado para ser vendido, como aquele que conduzia mercadoria no lombo das bestas.⁵² Neste segundo tipo de comerciantes, estão os tropeiros mineiros estudados por Alcir Lenharo em “As tropas da Moderação”.⁵³ O termo “tropeiro”, então, acaba muitas vezes homogeneizando as diferenças que se apresentam nos documentos relativos aos envolvidos no transporte de tropas de animais do Sul.

De qualquer forma, o tropeirismo Sulino se diferenciava dos praticados em outras regiões por comercializar essencialmente mulas, ainda xucras, soltas ou descarregadas, sendo vendidas nos centros consumidores. Por sua vez, o tropeirismo praticado nas demais regiões, era o de transporte de cargas.⁵⁴ Na correspondência trocada entre autoridades locais e o presidente da província de São Paulo, o termo “tropeiro” aparece referente àqueles que conduziam as tropas⁵⁵. João da Silva Machado iniciou sua trajetória no negócio de animais como tropeiro⁵⁶, conduzindo tropas até o Sorocaba, mas sua maior atuação se dava no ramo da negociação, organizando as

⁵⁰ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, v. 2.

⁵¹ Um método para se perceber a quem é atribuída a ocupação de tropeiro é olhar para a lista de nomes constantes na “Relação dos donos de tropas que passaram pelo Registro do Rio Negro”. Ver LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit.

⁵² HAMEISTER, *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 59-60.

⁵³ LENHARO. *As tropas da moderação*. Op. Cit.

⁵⁴ BLASI, Antônio Luiz. *Tropeirismo, registro e poder*. Monografia (graduação). UFSC, Florianópolis, 2004, p. 13, citado por BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (mestrado em história), UFSC, Florianópolis, 2005, p. 74.

⁵⁵ Ver por exemplo, APESP. *Ofícios diversos*. São Paulo, caixa 78, Ordem 873, 04/10/1836.

⁵⁶ Registro de passagem de tropa, 1809. Biblioteca Nacional -II-35,25,05.

tropas, os locais de compra e venda e os parceiros. Aparentemente, vários tropeiros ascendiam a negociantes e deixavam de realizar as atividades de condução. Entretanto, alguns, mesmo após enriquecer, continuavam a desempenhar esta função. É o exemplo do sócio e afilhado de Machado, David dos Santos Pacheco. Em suma, no contexto do Sul, negociante de animais seria o indivíduo que investe dinheiro e/ou conhecimento num empreendimento e tropeiro seria o condutor das tropas.

Seja como for, é fato que o mercado de mulas expandiu largamente na segunda metade do século XVIII, favorecendo a produção destes animais nas paragens do Sul. Graças a uma série de eventos e desenvolvimentos econômicos, as regiões do Sul (incluindo aí São Paulo) e Sudeste alteraram o eixo econômico que se baseava até então no Nordeste. Com a interiorização do Brasil ocorrendo a partir das descobertas das minas, se fez forçosa a produção de animais para transporte de bens do interior para o litoral. Vejamos a seguir o contexto do mercado interno brasileiro na virada para o século XIX, para compreendermos a expansão do mercado de animais Sulino.

1.2 Conexão com o ‘cone Sul’. O contexto de dinamização do Sudeste (ouro, açúcar e café)

Antes de avançarmos para a análise do contexto econômico do Sul e do Sudeste deve-se ter em mente que a sociedade colonial e imperial estava baseada no trabalho escravo. A partir da segunda metade do século XVIII, São Paulo passou por uma dinamização econômica (como veremos com mais detalhes logo à frente) que tornou possível a substituição do braço indígena pelo africano. Os cativos eram enviados em sua maioria ao oeste paulista, região que vinha se destacando na produção açucareira, mas também eram distribuídos para a região do Caminho do Sul, cuja atividade prevaemente era a pecuária e que necessitava de relativamente poucos cativos.⁵⁷

O contexto econômico em fins do período colonial e início do Império, nas regiões Sul e Sudeste, era caracterizado por uma forte interligação do mercado interno. As províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande de São Pedro estavam entrelaçadas devido à extração de minérios, produção de açúcar, café e negócio de animais, artigos que circulavam entre as quatro regiões.

⁵⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, cap. “São Paulo até 1800”.

São Paulo, nas primeiras décadas do século XIX, era uma região de passagem onde animais trazidos do Rio Grande eram redistribuídos para áreas açucareiras e cafeeiras, servindo para transporte de produtos, alimentação e vestimentas. Em inícios do século XVIII, a região Sudeste vinha se tornando um centro dinâmico de produção açucareira e se consolidando como o centro econômico e político da colônia, desde a abertura das minas de ouro em Minas Gerais. São Paulo, por sua vez, sem produtos de exportação, baseava sua economia na agricultura de abastecimento e na pecuária⁵⁸, amplamente incentivadas pelas autoridades metropolitanas a partir do governador de Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775).

A estrutura econômica da capitania de São Paulo, nas três décadas que antecederam a independência, era apoiada basicamente no binômio comércio de mulas-açúcar. O açúcar foi o produto dinamizador do comércio ali e também favoreceu o comércio inter-regional. Com isso também houve uma ampliação da estrutura viária por onde era escoado o produto no lombo de mulas.

Maria Luiza Marcilio percebeu um grande e continuado aumento da população regional em todo o século XVIII, além do ingresso de uma economia empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais. Assim novos mercados de abastecimento se abriram, possibilitando a organização da economia paulista, sem a qual o café não teria se desenvolvido.⁵⁹

É a partir da segunda metade do século XVIII que se inicia a produção de açúcar em terras paulistas e, graças ao forte incentivo do governo de Bernardo José Maria de Lorena (1788-1797), a então capitania passa a afirmar-se como região exportadora deste produto.⁶⁰ Sobre o “desprezado ciclo do açúcar paulista”, Maria Thereza Petrone escreveu um importante trabalho, que ainda permanece solitário na historiografia paulista. A autora alerta para o fato de que “foi a lavoura canavieira que organizou uma malha fundiária e uma rede viária com adequação das estradas ao transporte do açúcar por tropas de muares até o porto de Santos, que antes de ser porto do café foi o do açúcar”.⁶¹

⁵⁸ Idem, p. 27-28.

⁵⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000, p. 190-193.

⁶⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 115.

⁶¹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. O desprezado “ciclo do açúcar” paulista (1765-1850), p. 136. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a*

Neste trabalho, a autora nos apresenta inicialmente um histórico da produção de açúcar na capitania, a partir do último quartel do século XVIII, apontando o governo de Lorena (1788-1797) como o ponto de viragem na economia açucareira local. Segundo a autora, em 1799 já eram 574 engenhos impulsionados pelos incentivos administrativos e pela procura do mercado europeu pelo açúcar brasileiro.⁶² Por volta de finais do século XVIII São Paulo e as regiões do Sul estavam crescendo graças ao investimento em infra-estrutura, a abertura de novas áreas de colonização e o estabelecimento de mercados inter-regionais. Junte-se a esse panorama, o aumento vertiginoso do preço do açúcar neste período.

Nesta época, o Rio de Janeiro despontava como a principal economia da colônia, amparado no cultivo do açúcar, fazendo surgir necessidades saciadas pelas capitanias do Sul.⁶³ Segundo Maria Luiza Marcilio, “o vale do Paraíba paulista e as zonas de rota de gado do Sul foram diretamente os maiores beneficiários dessa nova fonte de comércio”.⁶⁴

O próprio contexto econômico mundial, ou ao menos das Américas, favoreceu indiretamente as regiões meridionais. Na década de 1790, houve a revolta de escravos em São Domingos, que desarticulou a produção de alimentos na ilha⁶⁵; a revolução francesa arrastou uma série de metrópoles em suas guerras o que beneficiou as exportações do Brasil. Segundo Menz, “praticamente todas as séries sobre a atividade econômica [brasileira] no Atlântico Português são positivas a partir de 1792”⁶⁶. Questões climáticas também trouxeram vantagens para o Sul em detrimento do Nordeste. Em 1791, um *El Niño*, provocou aquecimento no Nordeste brasileiro, reduzindo as chuvas e, conseqüentemente, trazendo secas que se estenderam até 1792. Foram três anos de aridez que reduziram muito os rebanhos daquela região. Como consequência, os preços da carne e dos cereais aumentaram, tornando os mercados de Pernambuco e da Bahia mais lucrativos e aumentando a concorrência por produtos do Rio Grande. Esta região, nesta época, se tornou uma capitania que abastecia outras,

formação da unidade paulista, v. 1, Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Publico do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

⁶² PETRONE. *A lavoura canavieira*, Op. Cit., p. 18.

⁶³ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista em São Paulo*. Op. Cit., p. 52.

⁶⁴ MARCILIO. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. Op. Cit., p. 178.

⁶⁵ MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios*. Formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822). São Paulo: Alameda, 2009, p. 128; BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002, ver especialmente cap. V.

⁶⁶ MENZ. *Entre Impérios*. Op. Cit., p. 128.

principalmente exportando de carnes⁶⁷. Assim, todo esse contexto favoreceu o deslocamento do centro econômico do império para a região Sul.

Na virada para o século XIX, as principais regiões produtoras de açúcar estavam no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, onde importantes negociantes possuíam propriedades, entre eles, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Diogo Antonio Feijó, Antonio da Silva Prado, José da Costa Carvalho e o brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiróz. Em 1807, a exportação de açúcar somava 248:095\$100 réis, correspondendo à metade de todas as exportações paulistas do ano, um número que só cresceu, ultrapassando 500:000\$000 réis ainda na década de 1820.⁶⁸

Em 1836, produziam-se no quadrilátero 91965 arrobas de açúcar e 5071 canadas de aguardente.⁶⁹ A se confiar nos dados apresentados por Petrone, toda a província de São Paulo exportava 866140 arrobas de açúcar em 1854.⁷⁰ Porém, os engenhos de Itu tinham um potencial produtivo muito inferior se comparado aos engenhos baianos e pernambucanos. Somente os engenhos de Campinas podiam se comparar aos do Nordeste em níveis de produção.⁷¹

Toda a complexidade de um engenho de açúcar, cuja construção precedia em vários anos a plantação da cana, exigia um grande número de animais, tanto para consumo, como para o transporte da cana e da lenha até o engenho, além de algumas vezes servirem de força motriz nas moendas.⁷² Mesmo possuindo propriedades com áreas destinadas à criação de animais, a maior parte dos campos de plantação eram ocupados pelo cultivo de cana.⁷³ Ficava mais barato comprar gado do Sul, do que ocupar vastas extensões de terra necessárias para a criação de animais.

A crescente produção de açúcar era enviada ao porto do Rio de Janeiro, através de Santos, para posterior embarque para a Europa.⁷⁴ A partir da abertura dos portos a exportação paulista foi imensamente favorecida, já que não incorria mais nas limitações do envio do açúcar via Lisboa, comerciando livremente. Santos, o único escoadouro do

⁶⁷ Idem, p. 128-132.

⁶⁸ PETRONE. *A lavoura canavieira*. Op. Cit., p. 152-156.

⁶⁹ Idem, p. 43.

⁷⁰ Idem, p. 50.

⁷¹ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840. IN: *Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10a Conferência Internacional de História Econômica*. Abphe, 2011, p. 6.

⁷² PETRONE. *A lavoura canavieira*. Op. Cit., p. 96.

⁷³ Idem, p. 63.

⁷⁴ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista em São Paulo*. Op. Cit., cap. 2.

produto, se expandiu e se tornou um porto melhor aparelhado.⁷⁵ No final da década de 1820, a exportação pelo porto de Santos beirava as 400000 arrobas.⁷⁶

O maior mercado do açúcar paulista era o Rio de Janeiro, onde o açúcar era consumido e reexportado. Até a ampliação do porto de Santos, em meados do século XIX, a preferência pela praça carioca era evidente, até pelo preço dos fretes serem mais competitivos. Desde o final do século XVIII, o Rio de Janeiro vinha aumentando significativamente sua exportação, se tornando o maior porto açucareiro no Brasil no século XIX.⁷⁷ Com a vinda da família real, o aumento do consumo do açúcar paulista foi palpável.

O auge das exportações ocorreu entre 1839 e 1847, com algumas oscilações no período, devido, em parte, às geadas, às conturbações políticas na província e ao próprio contexto mundial.⁷⁸ Neste período, a época de colheita coincidia com o período de maior venda de animais na feira de Sorocaba, outubro e fevereiro, o que indica certa unificação dos mercados. Segundo Petrone, a safra de 1846-1847 foi decisiva para o açúcar. Nestes anos numerosos agricultores paulistas resolveram abandonar o cultivo da cana para se dedicarem ao café. A partir da década de 1850, pela primeira vez, o volume de exportação do café passou a ser sempre maior do que o do açúcar.⁷⁹

A migração para o café esteve atrelada a uma série de fatores, mas a inexistência de um sistema viário eficiente foi um dos principais empecilhos para a continuidade da produção do açúcar. Este era um produto muito mais perecível que o café, cujo valor, mesmo sob ação do tempo e das péssimas estradas, não desvalorizava tanto.⁸⁰

⁷⁵ PETRONE. *A lavoura canavieira*. Op. Cit., p. 151.

⁷⁶ Idem, p. 156.

⁷⁷ ARRUDA, Jose Jobson. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 360; FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17, n.2, p. 237-250, jul-dez 2009, p. 242.

⁷⁸ PETRONE. *A lavoura canavieira*. Op. Cit., p. 160. Moura Filho aponta uma quebra nas exportações mundiais durante os anos de 1840, principalmente nos anos de 1841 e 1846. Ferreira Soares, já havia apresentado um quadro de estagnação nas exportações do Brasil. MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Cento e vinte anos de produção mundial de açúcar: comentário sobre séries estatísticas tradicionais (1820-1940). IN: *História Econômica e História de Empresas*. v. VII, n. 1, 2004, citado por LIMA, Op. Cit., p. 8.; SOARES, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1977 (ed. facsimilada da primeira, de 1860). Citado por LIMA. São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840. Op. Cit., p. 9.

⁷⁹ PETRONE. *A lavoura canavieira*, Op. Cit., p. 162-163.

⁸⁰ Idem, p. 164.

Os mares exerceram papel fundamental neste mercado e produção em expansão. As estradas que desciam a serra, em direção a Santos, desde o final do século XVIII até o século XIX, eram percorridas por mulas carregadas de açúcar. Segundo Saint-Hilaire, cada muar tinha capacidade de carregar oito arrobas de açúcar.⁸¹ Pela época que o viajante francês esteve na capitania, em 1820, foram exportadas pelo porto de Santos 400000 arrobas de açúcar, o que exigiria 50.000 mulas. Destes dados, pode-se presumir a importância do binômio açúcar-mulas na economia paulista e o potencial do negócio de transportes.

Assim como o açúcar, muitos animais eram enviados para a Corte. João Fragoso registrou um fluxo de comércio interno entre São Paulo e as regiões do Sudeste, capitaneado pela agroexportação do açúcar e o negócio de animais.⁸² Para estas duas atividades era necessário um mercado consumidor interno, o que acabou ocorrendo nas diversas regiões do Centro-Sul.⁸³

Deste modo, esse mercado complexo estabeleceu relações com outras praças mercantis na América Portuguesa, como o Rio de Janeiro, que recebia o açúcar e os animais do Sul. Deste modo, São Paulo, a partir do final do século XVIII, passou a desempenhar o que podia se chamar de “economia de passagem” que, segundo Wilma Peres Costa, ajuda a explicar o posterior compromisso desta capitania com o Rio de Janeiro, já que a economia paulista havia se ampliado com a vinda da Corte e era favorecida pela proximidade com o centro político. Some-se a isto o aumento nos impostos sobre o trânsito de animais que iriam abastecer a corte.⁸⁴ Neste contexto de transferência da corte para o Brasil, os laços com a capitania carioca se estreitaram ainda mais.

Minas Gerais também participava do envio de animais para a Corte, o que enriqueceu importantes negociantes deste comércio.⁸⁵ Para se ter ideia do volume de exportações, em 1806, o município de Barbacena produziu pouco mais de 5 mil

⁸¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

⁸² FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p. 135-136.

⁸³ Idem, p. 146.

⁸⁴ COSTA, Wilma Peres. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003, p. 177; DANIELI, Maria Isabel Basílico Celia. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese (doutorado em história) Unicamp, Campinas, 2006, especialmente cap. 5.

⁸⁵ LENHARO. *As tropas da moderação*. Op. Cit.

novilhos vacuns.⁸⁶ Mas Minas Gerais em seu conjunto exportou 62.106 deste tipo de animais no ano financeiro de 1818-1819.⁸⁷ Da mesma forma que o gado vindo do Sul, o valor do gado vivo mineiro aumentou muito. Laird W. Bergad anota que, em 1818-1819, o gado vacuum era vendido a 4\$000 por cabeça e em 1828 passou a 10\$000. Segundo este autor, a pecuária se desenvolvia principalmente nas regiões Sul de Minas, onde a distância com o Rio de Janeiro era menor.⁸⁸

Após a decadência da atividade mineradora, Minas se articulou como uma região agrícola, voltando-se para a plantação de cana-de-açúcar e o cultivo do café, aumentando a necessidade de animais para o transporte e consumo. Os animais que não eram produzidos na província mineira acabavam sendo importados via São Paulo. Metade dos muares chegados a Sorocaba nas décadas de 1850-1860 era destinada às Minas Gerais, num contexto de grande expansão da produção do café.⁸⁹

Cruzando dados dos Livros de Barreiras com os números do Anuário Estatístico do IBGE de 1939/40, Suprinyak constrói um gráfico muito interessante relacionando a chegada de animais a Sorocaba com as exportações de café de São Paulo, concluindo que ambos os setores econômicos andavam de mãos dadas em meados do século XIX.

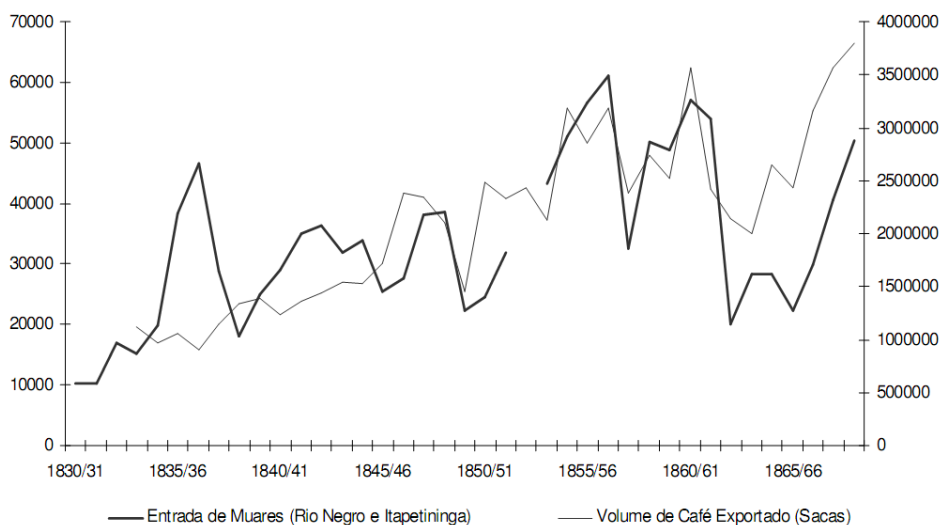
⁸⁶ LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese (Doutorado em história), UFF, Niterói, 2010, p. 146.

⁸⁷ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: Edusc, 2004, p.83.

⁸⁸ Idem, p. 81.

⁸⁹ RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação (mestrado em história), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006, p. 93.

Gráfico 1. Muares conduzidos por Rio Negro/Itapetininga e volume de exportações de café (1830/31-1868/69)



Fonte: SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Dissertação (mestrado em economia), UNESP, 2006, p. 51.

Segundo Lavalle, as oscilações na quantidade de muares adquiridos no Sul mantém certa coerência com a evolução dos preços no Rio de Janeiro. À medida que os preços do café aumentavam, atingindo um patamar elevado na década de 1838, o número de mulas passadas pelo registro do Rio Negro aumentava. Quando havia depressão, como por exemplo, entre 1845 e 1846, que coincidiu com o fim da Guerra de Farrapos, um período de ampla devastação do gado gaúcho, o índice de animais passados por Rio Negro acompanhava a queda.⁹⁰

Analisando inventários da região de Vassouras, Rogério Ribas percebeu que, apesar de a maioria dos cafeicultores utilizarem suas próprias tropas para despacho de sua produção, um número considerável fazia uso de terceiros.⁹¹ Mesmo entre aqueles que empregavam suas tropas, os animais que as compunham eram adquiridos em Sorocaba e nas províncias do Sul.⁹²

O Caminho do Sul ou Caminho do Viamão, como também era conhecido, era a principal rota dos tropeiros, que se iniciava no Rio Grande de São Pedro, na vila de Viamão e ia até Sorocaba, em São Paulo, onde anualmente ocorria uma grande feira que

⁹⁰ LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit., p. 118-120.

⁹¹ RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. Dissertação (mestrado em história). UFPR, Curitiba, 1989, p. 61.

⁹² Idem, p. 56.

distribuía o gado para outras regiões. Este caminho, durante um longo período, foi o principal articulador das relações sociais e econômicas no Brasil colonial⁹³ e imperial. Desde sua abertura, por volta de 1733, até o final do século XIX, esta foi a principal rota por onde trafegavam milhares de animais todos os anos, rumo ao Centro-Sul do Brasil. Ela foi fundamental não só para o abastecimento interno como também para integrar vastas áreas de um país de tamanho continental.

Foi exatamente na ponta meridional deste Caminho que João da Silva Machado nasceu, na freguesia de Taquari, em 1782, filho de imigrantes açorianos que haviam se estabelecido na região pouco tempo antes. A área, que englobava o vale do Taquari, era uma das regiões mais férteis do Rio Grande. Portanto, a partir daqui acompanharemos Machado procurando analisar as localidades onde ele possuía propriedades, estabelecidas estrategicamente ao longo do Caminho do Sul e suas relações com o mercado interno e com as áreas hispânicas, já que a troca de técnicas e animais era constante.

Apesar de Taquari não ter se destacado pela atividade pecuária, suas vizinhas tornaram-se grandes centros criatórios. A região era composta por Viamão, Triunfo, Rio Pardo e Cruz Alta.

Segundo Oliveira Viana,

nenhuma das grandes regiões de pastoreio – as estepes do planalto pamiriano, as planícies do Don e do Volga, os campos da Austrália meridional, as pradarias do far West americano – parece oferecer condições mais propícias à vida do boi, do cavalo, do burro ou da ovelha do que esta vastíssima região, que se estende até o infinito, de um a outro lado do estuário platino. É tamanha a sua fertilidade que as manadas que nelas apascentam, duplicam de peso em três anos – numa repopulação surpreendente. Desde os primeiros séculos coloniais, vemo-las literalmente recobertas de rebanhos: rebanhos de bois, rebanhos de mulas, rebanhos de ovelhas.⁹⁴

Taquari foi ocupada no início de 1770 por uma leva de casais açorianos, entre eles, muito provavelmente os pais de Machado. Na freguesia a produção era

⁹³ JACOBUS, André Luiz. A Estrada das Tropas e seus três Registros: vetores de relações sociais e econômicas no Brasil Colonial. IN: RODRIGUES et alii (Orgs.). *Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000, citado por HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 13.

⁹⁴ OLIVEIRA VIANA. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. V. 2, cap. 2, p. 35.

predominantemente agrícola e poucos animais eram ali criados, sendo abundantes apenas na vizinha Triunfo, onde havia uma grande concentração de muares.⁹⁵ Em Taquari o rebanho era estimado em 27 mil cabeças, no ano de 1858. Para se ter uma ideia do significado deste número, basta considerar que em 1850, em todo o Rio Grande, o número total de animais era de mais de cinco milhões de cabeças.⁹⁶ Portanto, Machado cresceu em uma região fortemente voltada à criação e possuía fortes ligações com a América espanhola. Entre os anos de 1824 e 1829, Machado adquiriu diversas éguas vindas de Colônia, no Uruguai, que eram muito bem aceitas por compradores brasileiros. Como Machado procurava comprar muares com o máximo possível de lucro, é bem possível que tenha viajado até o Uruguai e Argentina, para adquirir os animais diretamente dos criadores. Há relatos de uma viagem dele a Buenos Aires, por volta da década de 1830, para procurar documentos referentes a aldeamentos jesuíticos, o que sugere que ele já conhecia aquele país antes da década de 1830.⁹⁷

Atentando para as ações de João da Silva Machado no mercado de animais, percebemos que várias de suas propriedades nas primeiras três décadas do século XIX estavam localizadas em locais privilegiados na rota do Caminho do Sul. Diversas terras em Cruz Alta serviam como ponto de partida para a produção e internada das mulas que vinham de todo o Rio Grande e até de Montevideu. Além dessas, Machado possuía propriedades em Lapa, nas proximidades do importante registro de Rio Negro e também nos Campos Gerais. Sua fazenda em Faxina (Itapeva), nos arredores de Sorocaba serviu de residência e local de descanso de gado até sua morte.

Essas terras foram sendo adquiridas através de compra, herança (paterna e de seu sogro), e dote ao longo da primeira metade do século XIX. A contínua posse de terras ao longo deste período, avançando em direção à Sorocaba e à capital da província de São Paulo, esboça a busca de Machado por se aproximar de um centro comercial no mercado interno de animais.

Helen Osório chega a afirmar que os domínios espanhóis e portugueses nos limites sulinos possuíam uma estrutura produtiva similar, compondo uma mesma paisagem agrária, e chegavam a formar um *continuum* desde Buenos Aires e a Banda

⁹⁵ GIL. Coisas do caminho, Op. Cit., p.74.

⁹⁶ Segundo números de ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Editora da UniJuí, 2002.

⁹⁷ MACHADO, João da Silva. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominado Paiqueré. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro editor, 1885, tomo 5, p. 109-117.

Oriental do rio Uruguai (atual Uruguai) até o atual Rio Grande do Sul.⁹⁸ Esta ligação era evidenciada pelas rotas comerciais que se formavam desde Santa Fé (hoje na Argentina) e Minas Gerais no século XVIII.⁹⁹ Por volta de 1810 o Uruguai possuía pelo menos um milhão e meio de cabeças de gado selvagem¹⁰⁰, o que evidencia a importância da região platina para o comércio de animais.

As conexões entre estas regiões meridionais da América se evidenciam também pelo fato de o gado brasileiro (tanto *vacum* quanto *muar*) ter se constituído por uma mistura de várias raças e técnicas presentes nas fronteiras das colônias ibéricas. Segundo Roberto Simonsen, além da altitude e da boa qualidade das pastagens, a geografia econômica favoreceu as regiões sulinas no desenvolvimento do gado bovino de corte e *muar*.¹⁰¹

Pesquisadores uruguaios e principalmente argentinos muito têm escrito sobre as relações estabelecidas nesta área meridional da América. Miguel A. Rosal e Roberto Schmit indicam que

na região do Rio da Prata, desde os tempos tardocoloniais, foi possível um incremento da produção rural graças à abundância de terras aptas para a pecuária extensiva, o clima temperado e com suficientes chuvas, o rápido acesso às vias fluviais que barateavam o transporte, as medidas alfandegárias tendentes a reduzir os impostos coloniais, especialmente das exportações, e as poucas melhoras técnicas necessárias para o funcionamento do setor.¹⁰²

Os pampas meridionais tinham uma vegetação típica de pradarias, que era um ecossistema desprovido quase completamente de árvores e coberto por uma formação

⁹⁸ OSÓRIO, Helen. *O império português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 39.

⁹⁹ GIL. *Infiéis transgressores*. Op. Cit.

¹⁰⁰ BARRIOS PINTO, Antonio. *Historia de La ganaderia em el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971, citado por CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao Sul do império: a lei de terras e a consolidação política da coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (doutorado em história), UFF, Rio de Janeiro, 2010, p. 78.

¹⁰¹ SIMONSEN, Robert C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 210.

¹⁰² ROSAL, Miguel A; SMITH, Roberto. Las exportaciones pecuárias bonaerenses y el espacio mercantil rioplatense (1768-1854). IN: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Org.). *En busca de um tiempo perdido: La economía de Buenos Aires em el país de La abundancia 1750-1865*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. Tradução minha.

baixa, onde dominavam as gramíneas.¹⁰³ Além disso, a vegetação possuía alta salinidade, o que barateava o custo da produção, já que os animais necessitavam de grande quantidade de sal para sobreviver. Assim, o tipo de solo e a vegetação dos pampas da região do Rio da Prata favoreciam muito a pecuária.

Um exemplo de uma região específica banhada pelo Prata foi Buenos Aires, que com sua privilegiada localização de fácil acesso, ajudou a convertê-la no núcleo urbano onde os comerciantes importadores e exportadores de metais preciosos – provenientes do Alto Peru – acumularam significativas fortunas durante o século XVIII e início do século XIX. Mas foi a partir da segunda metade do século XVIII que alguns destes comerciantes que fizeram fortuna começaram a adquirir campos na Banda Oriental e Entre Rios, formando ali grandes estâncias cujos produtos pecuários começaram a se destacar entre as exportações rio-platenses.

A criação de animais vacuns e muares em Buenos Aires foi impulsionada pela descoberta de prata nas minas de Potosi, no Alto Peru. A distância entre Buenos Aires até Salta e Jujuy, locais de tradicionais feiras de venda de gado, era de cerca de 2200 km.¹⁰⁴ Depois dali, os animais eram reenviados até as minas peruanas. Em Buenos Aires, Entre Rios e Banda Oriental, desde os fins do século XVIII, a criação do gado vacum foi predominante nas estâncias. Em Buenos Aires, os muares tiveram importância até início da década de 1780, mas a partir de então os vacuns cresceram em importância.

O auge do comércio de mulas na feira de Salta coincidiu com o aumento da compra de animais no Sul do Brasil, graças às ampliações da demanda no Centro-Sul em virtude do ouro das Minas Gerais. Os anos de 1765 a 1779 marcaram o auge da passagem de mulas, com uma média de 33 mil animais por ano; depois de uma crise, a comercialização voltou a crescer entre os anos de 1795 a 1808, com a passagem de 31 mil mulas anuais.¹⁰⁵

Não sabemos quanto influência teve a maneira de produção de mulas nos lados espanhóis da América no lado português, mas muitas técnicas são bastante semelhantes

¹⁰³ GARAVAGLIA, J.C. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p.17.

¹⁰⁴ Para efeitos de comparação, dentro do território português, a viagem de Viamão até a feira de Sorocaba era metade disto, em torno de 1100 Km.

¹⁰⁵ PAZ, Gustavo L. A la sombra del Perú: mulas, repartos y negocios en el norte argentino a fines de la colonia. IN: *Boletín del instituto de historia argentina y americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera serie, num. 20, 2º. Semestre, 1999, p. 48.

e, como os espanhóis foram pioneiros na produção nos domínios ibéricos do Rio da Prata, é interessante compreendê-las para comparações.

Gustavo Paz, baseado no viajante Carrio de La Vandera, relata que o funcionamento do sistema de criação e invernada de mulas na Argentina desde o século XVII se dava da seguinte maneira:

as mulas nasciam e se criavam nos campos de Buenos Aires e ao Sul de Santa Fé até completar 2 anos. Logo depois eram transportadas a Córdoba em tropas de 600 a 700 animais, e vendidos ali a invernadores e comerciantes (...). Permaneciam nos poteiros de Córdoba de um ano a 14 meses para sua maturação. Depois deste tempo, as mulas eram conduzidas a Salta em número de 1300 a 1400 por tropa e, antes de chegar ali, paravam para uma segunda invernada de aproximadamente oito meses. As mulas deviam engordar para a grande feira anual em Salta.¹⁰⁶

Um sistema muito similar foi adotado no Brasil a partir do século XVIII, quando o Caminho do Sul foi aberto e a feira de Sorocaba em São Paulo foi estabelecida.

Da mesma forma, as confluências se evidenciam entre os procedimentos adotados em Salta e no Brasil. Segundo Maria Victoria Marquez, os maiores comerciantes de mulas desta localidade compravam propriedades e poteiros (locais cobertos de descanso do gado) em zonas aptas para invernada e conjugavam esta atividade com o comércio, o que lhes permitia evitar o pagamento a terceiros e, às vezes, lucrar com o serviço de invernada prestados a outros muleiros que não dispunham daquele recurso.¹⁰⁷

Marquez assinala que havia uma ligação entre o norte mineiro de Buenos Aires, as regiões de Santa Fé e Córdoba e o Rio Grande. Santa Fé, configurada como ponto intermediário nas diversas rotas que conectavam o interior, a zona das missões e o Paraguai com o Atlântico, se tornou no século XVIII um centro comercial e administrativo, sem deixar de liderar um vasto espaço de produção pecuária. Produtores que também atuavam às vezes como comerciantes, levavam para vender imensas

¹⁰⁶ Idem, p. 50. Tradução minha.

¹⁰⁷ MÁRQUEZ, María Victoria. Grupos de mercaderes cordobeses en el espacio peruano. La incidencia de las reformas borbónicas y las sublevaciones indígenas. IN: *Anais da XXI jornadas de historia econômica*, 2008, p. 9.

“arrias” (tropas) de mulas até Salta e Potosi. Tiago Gil também percebeu uma rota que ligava Santa Fé, Rio Grande, Sorocaba e Minas Gerais.¹⁰⁸

Em Córdoba, a produção de mulas vinha desde o século XVII e nos séculos seguintes seguiu enviando grande parte dos animais negociados na feira de Salta. Esta feira possuía características muito semelhantes à feira de Sorocaba, no Centro-Sul do Brasil: ambas funcionavam como redistribuidoras de animais e em seus auge, comercializavam números semelhantes de animais. No início do século XIX, na feira de Salta eram negociadas entre 40.000 a 50.000 mulas, das quais 30.000 provinham de Córdoba ou eram criadas em Santa Fé, Buenos Aires e invernadas nas serras cordobesas.

A decadência e posterior fim das vendas de mulas para a região mineradora da América Espanhola se acha entre os acontecimentos revolucionários de 1809. A crise definitiva veio em 1814, quando os envios de mulas às feiras de Salta desaparecem completamente dos registros de Córdoba.¹⁰⁹

A partir de maio de 1810, a mudança do principal produto de exportação argentina favoreceu a expansão da produção de animais em solo brasileiro. Neste período decresceu a exportação de mulas, mas mesmo antes disso as exportações de couro já vinham crescendo e estavam tomando conta da economia portenha. Como apontam Barsky e Djenderedjian, com a criação do Vice-reinado do Prata, em 1776 e o decreto de 1778 que autorizava o comércio com treze portos espanhóis, os couros e outros produtos agropecuários desequilibraram a balança comercial rioplatense.¹¹⁰ A partir daí, os couros passaram a ser os principais produtos de exportação da Argentina, abandonando-se a produção de mulas quase que por completo. Vizinha à Argentina ficava outra área relevante na produção de animais, onde sulistas iam buscar gado na virada para o século XIX: o Uruguai. A relação dos criadores uruguaios com os brasileiros foi muito forte. Muitos brasileiros possuíam propriedades no lado espanhol do Rio da Prata. Aida Lavalle, analisando inventários de proprietários no atual estado do Paraná, encontrou referências de posses que brasileiros mantinham no Uruguai entre 1830 e 1854.¹¹¹ Vários condutores e/ou negociantes da região meridional da província de São Paulo compravam animais originados na região espanhola. É o caso de David

¹⁰⁸ GIL. *Infieis transgressores*. Op. Cit., p. 103.

¹⁰⁹ Idem, p. 94.

¹¹⁰ BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*. Op. Cit., p.144.

¹¹¹ LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit., p. 78.

dos Santos Pacheco, que entre os anos de 1839 e 1840, viajou a Montevideu para adquirir animais.¹¹² José Joaquim de Lacerda, atuando muitas vezes como sócio do sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, ia “anualmente ao Uruguai buscar tropas para revender Brasil afora”.¹¹³

Outra região importante nas conexões entre os dois lados da América foi Colônia.¹¹⁴ Esta região era uma das mais férteis do Uruguai e com um solo abundante em pastos naturais, fazendo parte do pampa que engloba a região de Buenos Aires e Rio Grande. A Colônia de Sacramento, no centro do território de Colônia, foi fundada por portugueses em 1680, vindo a causar muitos desentendimentos devido à sua localização que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, ficava em território espanhol. Segundo Maximiliano Menz,

a fundação da Colônia de Sacramento deu início a uma corrida pelas posições no extremo-Sul atlântico: além da própria Nova Colônia, Portugal fundou Laguna (1684) e Rio Grande (1737); já a Espanha abençoou a expansão jesuítica com os Sete Povos ao leste do Rio Uruguai (1682-1707) e estabeleceu Montevideu (1734) na embocadura do Rio da Prata.¹¹⁵

O estabelecimento desta colônia foi estratégico, pois ali abundava gado bravo. Para ampliar o comércio do Sul foi feito um caminho que unia os campos do Rio Grande à zona mineradora. Em 1727 Cristóvão Pereira de Abreu e Francisco de Souza Faria abriram o caminho que passou a ser muito importante na exportação de gado em pé: partindo da Colônia, as tropas invernavam nos campos ao redor do presídio de Rio Grande, passando pelo litoral para Laguna e daí, pelo caminho do Araranguá, paravam em Lages. Lages e São Joaquim, hoje em território catarinense, possuíam pastos admiráveis para os animais. Os campos de Curitiba, vila fundada em 1614, também ofereciam área muito boa para a invernada. Dali seguiam sem grandes pausas até São Paulo. Em 1733, Cristóvão Pereira realizou melhorias na estrada e levou a primeira tropa do Sul a São Paulo.¹¹⁶ Na época em que João da Silva Machado iniciou sua

¹¹² WESTPHALEN, Cecília. *O barão dos campos gerais*. Curitiba: Cd editora, 1995, p. 54.

¹¹³ CATELLI JR, Roberto. *Poder local – consolidação e revolta*. Sorocaba, 1823/1842. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 1993, p. 75, citado por BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2002, p. 125.

¹¹⁴ GELMAN. *Campesinos y estancieros*. Op. Cit.

¹¹⁵ MENZ. *Entre impérios*. Op. Cit., p. 36.

¹¹⁶ SIMONSEN. *História econômica do Brasil*. Op. Cit., p. 210-211; MENZ. *Entre impérios*. Op. Cit., p. 36.

carreira de tropeiro, por volta de 1800, esta estrada continuava com seu traçado quase original, tendo sido pouco alterada. O próprio Machado seria responsável por encurtá-la na década de 1820.¹¹⁷

Assim, já na primeira metade do século XVIII, o gado começou a integrar as regiões sulinas ao Centro-Sul. Em meados do século XVIII, a produção de ouro nas Minas Gerais atingia seu ápice, enquanto que a prata de Potosi, nos domínios espanhóis, escasseava. Com a crise no comércio de mulas para o Alto Peru, o comércio destes animais no Brasil acabou sendo facilitado. Em 1751, Cristóvão Pereira iniciou uma fase de reconhecimento da região central do que é hoje o Rio Grande do Sul, fundando povoados entre os rios Pardo e Jacuí, formando a base de expedições de preia de gado nos subseqüentes 50 anos.¹¹⁸

Muitas guerras e disputas por fronteiras marcaram esta região. Em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso impôs a perda da Colônia Sacramento, mas reconheceu a posse definitiva de Rio Grande e Rio Pardo. A pilhagem de animais e terras na região permitiu a formação de uma elite militar local, que se destacou nas guerras posteriores. Antes desta data, havia um comércio ativo dos espanhóis com o Brasil.

Djenderedjian aponta dados muito interessantes sobre a produção de mulas na região do rio Uruguai e sua relação com o Brasil.¹¹⁹ Centrando na área logo a oeste do Rio Uruguai, no que hoje seria a cidade de Concepcion Del Uruguay, o autor demonstra como esta era uma localidade de grandes unidades de produção de gado muar e que parte da produção destes animais se dirigia ao Brasil. Segundo o autor,

dadas as complicações que este comércio podia sinalizar pelos seus altos custos e riscos (as fronteiras nem sempre estavam abertas e muitas vezes alguns dos envolvidos no tráfego eram acusados de contrabando), parece provável que as únicas condições de enfrentá-lo em uma escala lucrativa seriam as explorações maiores. O mercado brasileiro, sem dúvida, era muito mais instável e menos assentado do que as tradicionais feiras de Salta e as minas de Potosi; porém, por sua vez, o lado brasileiro podia assegurar ganhos maiores.¹²⁰

¹¹⁷ SÃO PAULO. Atas do Conselho da Presidência, 1829. IN: APESP. *Boletim do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, p. 12-13.

¹¹⁸ MENZ. *Entre impérios*. Op. Cit., p. 41.

¹¹⁹ DJENDEREDJIAN, Julio Cesar. Fuentes, pobres, métodos complejos. Producción agroganadera y sociedad em un área fronteriza Del rio de La Plata tardocolonial. IN: *Anuario de estudios Americanos*, v. LIX: 2, 2002, p. 484.

¹²⁰ Idem, p. 484. Tradução minha.

A título de informação, por volta de 1790, uma mula podia ser vendida no Paraguai por três ou quatro pesos enquanto que nas Minas Gerais, por cem pesos.¹²¹No final do século XVIII a venda de mulas uruguaias decaiu bastante, mas a preferência por estes animais continuou abastecendo um mercado incipiente entre Brasil e Uruguai século XIX adentro.¹²²

Muitos negociantes passaram “éguas colônias” pelo registro do Rio Negro na década de 1820.¹²³ Tratava-se de animais criados na Colônia do Sacramento, evidenciando uma produção ainda resistente nesta região. Aparentemente, com a pacificação de Montevidéu após a revolta artiguista¹²⁴, o comércio com o Uruguai reiniciou. Entre os anos de 1824 e 1829, João da Silva Machado trouxe 231 éguas provenientes de Colônia, 185 somente em fevereiro de 1828 para Joaquim Mariano Galvão, paulista que no início do século XIX atuou em posições de destaque na fronteira com o Uruguai e, portanto, conhecia bem a qualidade dos animais da região.¹²⁵ Pelas técnicas empregadas as éguas criadas no lado espanhol eram mais resistentes. A opção por estes animais também pode revelar o seu destino para o acasalamento com burros, gerando os muares, nas proximidades do centro distribuidor de Sorocaba.

A importância do comércio de variados tipos de animais na região evidencia-se pelo volume de contrabando ali realizado. Analisando também o contrabando, Maximiliano Menz calcula o número de 988 mil reses trazidas da Banda Oriental para o Rio Grande entre 1811 e 1821.¹²⁶ Gil aponta que havia diversos agentes portugueses residindo na região ao norte de Montevidéu, em Cerro Largo, inclusive alguns vindos de Curitiba. O contrabando nessa região era motivo de muitas reclamações do governo espanhol.¹²⁷

Enfim, devido à valorização do gado vacum, principalmente para exportação, as regiões da América Espanhola voltam sua produção de muares para as exportações pelo

¹²¹ AZARA, Félix de. *Descripción general del Paraguay*. Madrid: Alianza, 1990, p. 74, citado por DJENDEREDJIAN. Fuentes, pobres, métodos complejos. Op. Cit., p. 484.

¹²² Idem, p. 177.

¹²³ Até 1829, o Registro se encontrava em Curitiba, e no Livro no.1 do Registro de Rio Negro ainda encontramos a passagem de animais pelo registro de Curitiba entre os anos de 1824 a 1829. APESP. *Livro de barreiras - Rio Negro*, livro 1, anos 1824-1836, caixa 252.

¹²⁴ Em 1815, Artigas se apoderou de Montevidéu, instalando um governo revolucionário, procurando a independência da região do Prata. Os conflitos duraram até 1820.

¹²⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.18. n.1, p. 11-41, jan-jun 2010, p. 23.

¹²⁶ MENZ. *Entre impérios*. Op. Cit., p.184.

¹²⁷ GIL. *Coisas do caminho*, Op. Cit., p. 64.

Atlântico. Com a quebra das minas no Alto Peru, as mulas passam a ser desnecessárias para o transporte de prata, enquanto que no Brasil, estes animais começaram a ser importantes para o transporte de minérios das Minas Gerais, principalmente o ouro. Neste contexto, a produção de muares no Brasil aumentou até meados do século XIX, com o Rio Grande tendo a maior parcela na venda.

Em meio a essa contextualização da produção de mulas na América Hispânica e nas fronteiras com o território brasileiro, aponte algumas vezes a atividade de brasileiros e principalmente de João da Silva Machado. Como escrevi no início deste texto, Machado foi um dos maiores negociantes de animais da primeira metade do século XIX e sua trajetória se mistura à própria história da movimentação de tropas de muares para o centro do Brasil. Ele levou até Sorocaba o maior contingente de animais do período de 1824 a 1869. Sua origem, as conexões realizadas com as áreas meridionais da América e a posterior posse de propriedades ao longo do Caminho do Viamão deram a ele amplas vantagens na busca por ampliação de lucros no negócio de animais.

Mapa1. Mapa ilustrativo do caminho das tropas



FONTE: STRAFORINI, Rafael. *Sorocaba: Um lugar produzido pelo e para o tropeirismo*, 1997.

Utilizado por SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Dissertação (mestrado em economia), UNESP, 2006, p. 8.

1.3 O caminho do Sul e as propriedades de João da Silva Machado

As áreas de colonização espanhola nas duas primeiras décadas do século XIX passaram a focalizar a exportação de couros e deixaram de comercializar animais em pé, o que fez aumentar a procura por animais criados no Rio Grande. Machado favoreceu-se deste contexto de aumento de produção de animais para abastecer o Centro-Sul, já que Taquari ficava nas proximidades de Viamão, um ponto de convergência para os negócios envolvendo gado no Rio Grande. Por volta das décadas de 1810 a 1830, Machado passou a incorporar outras propriedades às que possuía no seu local de origem, compradas em áreas percorridas pelos negociantes em suas viagens desde Viamão até Sorocaba, como Cruz Alta, Lages, Rio Negro, Castro e Itapeva. Portanto, focarei agora nas propriedades de Machado ao longo do Caminho do Sul e as especificidades de cada região no mercado de animais.

Parte da fortuna de João da Silva Machado foi constituída por propriedades na região de Cruz Alta. Por volta da década de 1830, ele já figurava entre os três maiores criadores da região,¹²⁸ chegando a vender diversos campos na localidade a partir desta data.¹²⁹ No Rio Grande, a partir de fins do século XVIII, a produção de muares se concentrava no norte, mas outras áreas também possuíam níveis de produção consideráveis. Rio Pardo, vizinha de Taquari, era porta de entrada do gado espanhol durante o século XVIII e no final deste século possuía uma produção própria muito grande, se tornando o território da pecuária por excelência.¹³⁰

No século XIX, em Alegrete, no extremo oeste em relação a Viamão, ao mesmo tempo em que ocorria uma ascensão da venda de muares em Sorocaba, aumentava a presença deste tipo de animais nos inventários da vila. Nestes documentos nas décadas de 1830 e 1840, o valor de uma mula xucra era cerca de três vezes maior do que um animal cavalariço não domado e na década de 1850 elas chegaram a valer cinco vezes mais.¹³¹ Esta situação se estendeu para todo o Rio Grande.

Mas a região que mais produzia muares no século XIX era Cruz Alta¹³² e, possivelmente conhecendo o potencial da localidade, João da Silva Machado adquiriu várias

¹²⁸ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 25.

¹²⁹ Registros paroquiais de terra da freguesia de Cruz Alta. APERS. Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta.

¹³⁰ OSÓRIO. *O império português no Sul da América*. Op. Cit., p. 125.

¹³¹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (doutorado em história), UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 144.

¹³² CHRISTILLINO. *Litígios ao Sul do império*. Op. Cit., p. 193.

propriedades ali no início do século, posteriormente vendendo algumas.¹³³ Demonstrando sua crescente importância, Cruz Alta passou a ser vila em 1833, se separando de Rio Pardo. Thiago Araujo, analisando proprietários da localidade entre 1834 e 1879, encontrou um percentual de 78,8% dos proprietários dedicados à pecuária. A exportação de Cruz Alta em meados do século XIX chegou aos 16.000 espécimes enviados à Feira de Sorocaba.¹³⁴ Entretanto, por essa época, o gado vacum era mais valorizado que o muar, ultrapassando a produção deste último na região.¹³⁵

Esta região era tão importante no mercado interno de animais que, desde o final do século XVIII, havia uma estrada que a ligava diretamente a Sorocaba. A estrada

seguia por leste, em direção ao distrito de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria, (...) [depois] mudava a direção do percurso em rumo ao norte, passava por Nonoai e na região do rio alto Uruguai atravessava o passo de Goio-ên. A partir daí, já atalhando enorme caminho, atravessava o território centro-oeste das províncias de Santa Catarina e do Paraná (passando por Palmas e Guarapuava) para encontrar o caminho que prosseguia até Sorocaba.¹³⁶

Thiago Araujo indica que em Cruz Alta havia um alto percentual de cavaleiros, muare e burros que se aproximavam de 48,3% do total de animais, demonstrando a importância da reprodução de animais para carga, já que burros e cavaleiros eram utilizados para a reprodução dos híbridos. Com relação aos números da produção, o autor faz uma ressalva importante: “Em relação aos muare propriamente ditos, os dados aparecem distorcidos, pois, geralmente, quando um proprietário falecia estes animais não entravam na partilha dos bens sendo colocados o quanto antes no mercado para a venda.”¹³⁷ Este é o caso do inventário *post-mortem* do Barão de Ibicuí, irmão de João da Silva Machado.

Cristiano Luis Christillino indica que os maiores proprietários da área de Cruz Alta eram Eleutério da Silva Prado, Francisco de Paula e Silva e João da Silva Machado. Ora, Eleutério da Silva Prado, era pai de Joaquim da Silva Prado; este se casou com a filha de Machado, Francisca de Paula da Silva.¹³⁸ Por outro lado, Francisco de Paula e Silva, mais

¹³³ Registros paroquiais de terra da freguesia de Cruz Alta. APERS. Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta.

¹³⁴ Número referente ao ano de 1853. Relatório do Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 02/10/1854. Porto Alegre, Tipografia do Mercantil, 1854, citado por ARAUJO. *Escravidão, fronteira e liberdade*. Op. Cit., p. 90.

¹³⁵ CHRISTILLINO. *Litígios ao Sul do império*. Op. Cit., p. 114.

¹³⁶ ARAUJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (mestrado em história), UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 34.

¹³⁷ Idem, p. 43.

¹³⁸ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 25.

tarde Barão de Ibicuí, era irmão de Machado. Portanto, os maiores favorecidos em terras em Cruz Alta eram todos aparentados.

Por volta de 1826 em diante, João da Silva Machado passou a vender várias propriedades na área do Planalto (centro) e nas Missões (noroeste). De acordo com os registros paroquiais de terras, ele vendeu um campo próximo ao rio Jacuí, no distrito do Botucaraí, que deveria ter aproximadamente uma sesmaria (algo em torno de 15 mil km²).¹³⁹ No distrito da Palmeira, Machado vendeu um campo que media entre 3 a 4 léguas.¹⁴⁰ No distrito de Santo Angelo, onde seu irmão era fazendeiro, ele vendeu uma sesmaria, conhecida como Fazenda Santa Cruz.¹⁴¹ Todas essas regiões ficavam próximas ou possuíam conexões profundas com Cruz Alta.

Além disso, os residentes em Cruz Alta possuíam estreitas relações com outras regiões paulistas, como Castro, por exemplo. Muitos deles passavam a residir ali para se envolver com o negócio de animais. É o caso de Machado, que adquiriu posteriormente propriedades ao longo do Caminho das Tropas, em Lages, Rio Negro, Castro e Itapeva.

No início do século XIX, muitas vilas, surgidas de pequenos arraiais, iam se tornando cidades dinâmicas, devido ao negócio de animais. Lages, Lapa e Castro foram chamadas por Julio Estrela Moreira de os “três baluartes colocados ao longo do caminho”. Estas vilas foram fundadas por Afonso Botelho e serviram inicialmente de locais estratégicos de defesa, mas a partir da segunda metade do século XVIII assumiam importância vital como nódulos do mercado interno. Elas ficavam no meio do caminho entre Viamão e Sorocaba e, além de regiões de descanso das tropas, também eram residências de grandes negociantes. João da Silva Machado possuía propriedades nestas três vilas.

Antes de passar a analisar a importância destas vilas para o negócio de Machado, cabe tecer breve comentário sobre suas propriedades. Como um indivíduo que se deslocava muito e que possuía propriedades bastante espalhadas geograficamente, há uma grande dificuldade para o pesquisador que tenta agregar informações acerca de sua vida. Muitas vezes, a notícia de que ele possuía tal propriedade se apresenta em memorialistas que raramente indicam as fontes de onde foram retiradas as informações. Utilizei-me de memorialistas, mas também procurando indicar fontes, quando possível, que trouxessem evidências da posse de uma propriedade por Machado em determinada região.

¹³⁹ Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). *Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta*, no. 506. Agradeço a Cristiano Luis Christillino, que me cedeu cópia dos Registros Paroquiais de terra de Cruz Alta.

¹⁴⁰ APERS. *Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta*, n. 192 vendida em 1836.

¹⁴¹ APERS. *Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta*, n. 253, vendida em 1826.

A posse de uma propriedade em Lages por João da Silva Machado é evidenciada, ainda que indiretamente, por um Auto de Libelo, aberto em 1827, em São José dos Pinhais.¹⁴² Neste documento, Machado é um dos indicados como procurador em Lages, sendo imperativo que ele possuísse residência ali. Sobre a figura do procurador falarei à frente, mas cabe adiantar que ele atuava em nome do outorgante, representando-o em outra região em que o processo pudesse se desdobrar. Para ser nomeado procurador, era necessário ser letrado e residir na região em que estaria representando aquele que o nomeou. Assim, a nomeação de Machado para ser procurador em Lages, evidencia não somente sua residência ali, mas também seu prestígio local, já que poderia atuar frente às autoridades em nome de quem representava.

Por volta de 1798, a economia de Lages estava assentada na agricultura de subsistência, na pecuária e, sobretudo, no comércio que tinha na exportação de animais a base de sua economia. Bento do Amaral Gurgel era o maior produtor e criador de animais da região.¹⁴³ Nesse período formaram-se sociedades voltadas para o transporte e venda de gado para Sorocaba. Uma delas foi a firmada entre Antonio Manoel Velho, Ignacio Manuel Velho, José Joaquim Velho e Joaquim José Velho, com o objetivo de conduzir gado, vender cavalares e muares, que chegou a perdurar de 1848 a 1850.¹⁴⁴

A passagem de tropas pelos campos de Lages era constante no século XIX. Ali os condutores de gado, após subir a íngreme Serra do Rio do Rastro e adentrar território catarinense, encontravam locais para o descanso de pessoas e animais¹⁴⁵. No início da segunda metade do século XIX, a passagem de gado muar pela vila chegou a atingir a cifra de 68.830 cabeças, no ano fiscal de 1856. Somente na década de 1850 foram 862.691 espécimes.¹⁴⁶ Tamanha movimentação fazia premente uma estrutura de pouso e estadia.

Neste sentido as invernadas constituíam-se em importante fonte de renda para os habitantes daquela localidade. Espalhadas ao longo de todo o Caminho do Viamão serviam para descanso e engorda dos animais. Juntamente com outros tipos de propriedades voltadas para a atividade pastoril, elas foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e demográfico desta região ao longo dos séculos XVII e XIX.¹⁴⁷

¹⁴² DEAP. *Auto de Libelo em que he o Capitão Manoel Mendes Leitão e sua mulher autores e Antonio Ferreira da Cruz réu*. Processo n. 1926, JP 1909, Caixa 90, Ano 1827.

¹⁴³ Segundo dados do maço populacional de 1798. GIL. *Coisas do caminho*. Op. Cit., p. 86-88.

¹⁴⁴ BORGES. *Terra, trabalho e gado*, Op. Cit., p.74.

¹⁴⁵ Em 1820 Lages é desanexada de São Paulo e incorporada à administração catarinense.

¹⁴⁶ BORGES. *Terra, trabalho e gado*. Op. Cit., p. 76.

¹⁴⁷ Idem, p. 78.

Nilsen Borges percebeu ao analisar inventários *post-mortem* do período de 1840 a 1865 que entre as maiores faixas de fortuna investia-se em terras, principalmente em campos de invernadas. Nesta região, estes campos podiam ser utilizados para engorda do rebanho do proprietário, mas eram majoritariamente destinados ao aluguel para o descanso e engorda das tropas que vinham do Sul, como uma complementação dos lucros.¹⁴⁸

Com relação à criação local, Nilsen Borges observa em Lages o predomínio do gado *vacum* sobre o *muar*. Entretanto, o *muar* sempre foi mais valorizado e possuía peso maior no conjunto dos investimentos em animais. Pela complexidade de produção, a mula era revendida por um preço maior do que *vacuns* e era encontrada em número significativo em propriedades maiores.¹⁴⁹

João da Silva Machado, portanto, era proprietário de terras na região de Lages por volta de 1827 e possuía a função de sargento-mor de Ordenanças.¹⁵⁰ O cargo que Machado ocupava nas Ordenanças teve importância tanto em sua vida política como econômica, facilitando o acesso a pessoas, posições e propriedades de terras, que o permitiu engendrar redes de alianças, parceiros no negócio de animais, e afirmação como grande conhecedor dos campos do Sul. Mas qual era a importância das Ordenanças para o contexto do Sul?

Segundo Fernando Uricoechea os corpos de Ordenanças eram compostos de civis não alistados para as tropas regulares ou as milícias.¹⁵¹ Essas unidades não recebiam qualquer pagamento e sua ação se dava a nível municipal. Ao contrário das milícias, as Ordenanças tinham uma organização local e suas funções extravasavam a atividade militar. Comandadas por um capitão-mor, com subdivisões em companhias comandadas por capitães, esses corpos militares abrigavam as elites locais, com os mais altos ocupantes da hierarquia social ocupando os postos mais graduados de comando. Cabia às Ordenanças a elaboração das listas e dos mapas de população, a fiscalização da arrecadação de vários direitos reais na passagem de rios e registros, reparação de estradas, apreensão de criminosos, entre outras funções.¹⁵²

¹⁴⁸ Idem, p. 100.

¹⁴⁹ Eu ainda assinalaria que os inventários (fontes utilizadas por Nilsen Borges) são documentos questionáveis para se quantificar números com relação ao gado *muar*, já que este tipo de animal se encaixava muito mais como um item de investimento, sendo logo vendido após a morte do dono, tendo chances altas de não aparecer nos inventários.

¹⁵⁰ Traslado de procuração que faz o Capitão Manoel Mendes Leitão aos nella nomeado. IN: DEAP. *Auto de Libelo em que he o Capitão Manoel Mendes Leitão e sua mulher autores e Antonio Ferreira da Cruz réu*. Processo n. 1926, JP 1909, Caixa 90, Ano 1827, p. 3.

¹⁵¹ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978, p. 110.

¹⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 243.

Enfim, este era um grupo que auxiliava na administração da ordem, o que acabava lhe conferindo muito poder. O seu controle do recrutamento militar e sua grande autonomia tendia a funcionar como um polo de poder no nível local.¹⁵³ Além disso, posições nas Ordenanças impactavam a economia das tropas, com a maioria dos grandes proprietários e negociantes possuindo patentes expressivas.

Tiago Gil percebeu que ao longo das vilas do Caminho do Viamão os maiores proprietários acabavam tendo posições altas na hierarquia local, como eram os casos dos capitães-mores Lourenço Ribeiro de Andrade e Manoel Gonçalves Guimarães, na vila de Curitiba.¹⁵⁴ Os altos postos nas Ordenanças permitiam aos seus ocupantes o controle social, político e econômico de uma região, facilitando o acesso às melhores condições de atuação no mercado das tropas. Portanto, para ter adentrado em um corpo militar tão hierarquizado, Machado, em 1827, já devia possuir certo prestígio. Foi através de sua posição como sargento-mor nesta corporação que ele foi destacado para consertar a Estrada da Mata em 1826, entre outras.

Além de ser sargento-mor em Lages, Machado, desde 1816, com 34 anos, exercia o mesmo cargo na Lapa, onde, da mesma forma, devia possuir certa projeção local. Lapa, como Lages, era um ponto de parada na longa viagem dos tropeiros rumo a Sorocaba. Outro grande negociante da Lapa, David dos Santos Pacheco, foi iniciado nos negócios por Machado, que era seu padrinho.¹⁵⁵

Segundo o recenseamento de 1798, 45% dos “fogos” da localidade possuíam ao menos alguém envolvido no negócio de animais. João da Silva Machado obteve uma sesmaria na localidade em 1816, além de continuar comprando propriedades na região nos anos seguintes.¹⁵⁶ Pela “Lista Geral dos habitantes da vila do Príncipe [Lapa]” de 1822, ele ali vivia de “seu negócio de compra e venda de animais”.¹⁵⁷ Muitos na região viviam de “ir ao continente de Viamão comprar gado e vender nesta capitania.”¹⁵⁸

Segundo Westphalen, o povoamento de Santo Antonio da Lapa foi consequência do trânsito de tropas muares que, ao longo do Caminho do Viamão, estabelecia “paragens” para pouso e engorda dos animais. Lapa era parada de uma etapa de um dia de viagem daqueles

¹⁵³ MATTOSO, José. *História de Portugal*. Editorial Estampa, 1998, v. 4, p. 273-274.

¹⁵⁴ GIL. *Coisas do caminho*. Op. Cit., p. 223-227.

¹⁵⁵ WESTPHALEN. *O Barão dos Campos Gerais*. Op. Cit.

¹⁵⁶ LOPES, Jose Carlos Veiga. *Aconteceu nos pinhais: subsídios para a história dos municípios do Paraná*. Curitiba: Editora Progressiva, 2007, p. 807-813.

¹⁵⁷ Citado por PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 12, nota 14.

¹⁵⁸ Lista Geral dos Habitantes que existem na Freguesia de Santo Antonio da Lapa. 1798. APESP. Citado por GIL. *Infieis transgressores*. Op. Cit., p. 184.

que vinham do Rio Negro em direção a São Paulo. No início do século XIX era já freguesia e, em 1806 possuía 2.235 habitantes.¹⁵⁹ No ano de 1835 havia 13 fazendas de gado e se produziu 1.613 cabeças de gado vacum, 94 muares, 58 cavalos e 51 cabeças de gado lanígero.¹⁶⁰

No ano de 1818, João da Silva Machado possuía na Lapa uma propriedade para criação, com treze escravos.¹⁶¹ O compadre Manoel dos Santos Pacheco, pai de David dos Santos Pacheco, também era proprietário de diversas terras destinadas à criação na região, num total de 7.941.750 braças quadradas.¹⁶² Nestas e em outras terras os animais adquiridos por sociedade entre Machado e David dos Santos Pacheco paravam para a temporada de engorda e internada partindo posteriormente rumo a Sorocaba.

Figura 1. Lapa em 1827



DEBRET, Jean-Baptiste. Lapa. 1827. Aquarela, 10x21 cm. Fonte: Coleção Marqueses de Bonneval, IN: *Pintores da paisagem paranaense* - edição fac similar. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura/ Solar do Rosário, 2005. Cinco anos mais tarde à feitura da Lista de Habitantes da Vila do Príncipe, o pintor francês Jean-Baptiste Debret em passagem pela região compôs, em 1827, uma aquarela retratando Lapa. Em primeira perspectiva, os burros descansando e ao fundo a incipiente povoação.

Curitiba ficava nas proximidades, e apesar do registro de passagem de animais ter sido mudado para Rio Negro, em 1829, a vila continuou a ter participação destacada no mercado de animais século XIX adentro. Mesmo ficando um pouco deslocada do Caminho do Viamão, muitos dos que residiam na localidade viajavam todos os anos a Viamão para formar tropas

¹⁵⁹ Lista Geral dos habitantes que existem na freguesia de Santo Antonio da Lapa. Idem, p. 28.

¹⁶⁰ MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo* (1837), São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 128.

¹⁶¹ APESP. *Inventário de Bens Rústicos do Paraná*, 1818, Lapa. Cópia em CDRom. Originais no Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁶² Propriedades com as seguintes medidas: 375x378 braças; 350x3000 braças e 2250x3000 braças. APESP. Idem.

ou contratavam pessoas que o fizessem para eles. Deste modo procederam Lourenço Pinto Ribas, Manoel Gonçalves Guimarães e seu filho Matias Gonçalves Guimarães, grandes negociantes e também indivíduos de prestígio político da vila.¹⁶³ Todos estes possuíam relações com João da Silva Machado. Os dois Guimarães, eram respectivamente seu sogro e seu cunhado; Ribas foi seu procurador em 1819.

Além deles, um personagem curioso, que possuía ligações com a parentela que Machado constituiu por meio do casamento, foi Antonio Ribeiro de Andrade. Filho do poderoso Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade¹⁶⁴, o primeiro curitibano a se formar em direito em Coimbra e patriarca de uma enorme descendência de indivíduos atuantes na política da vila de Curitiba e região, Antonio era ativo político e condutor de animais assíduo.¹⁶⁵ Apesar do prestígio que possuía, o caçula dos Ribeiro andava metido em negócios escusos. Tiago Gil encontra Antonio Ribeiro contrabandeando animais da Banda Oriental no final do século XVIII, além de fazer mencionar que ele havia deixado de pagar certos tributos no registro de Curitiba.¹⁶⁶

Outra região em que Machado possuía propriedades era Castro. Uma área destinada à criação, contava em 1836 com 3.751 cavalos, 485 muares e 12.062 bois. Era um número grande considerando que o total de criação da província de São Paulo, neste mesmo ano, era de 11.400 cavalos, 2.288 bestas e 35.573 reses.¹⁶⁷ Nos Campos Gerais, Castro era o local onde mais se criavam estes três tipos de animais. Mas mesmo assim, se comparados com o Rio Grande, os números da criação ali eram pífios. Segundo dados de Horácio Gutierrez, a região que viria a ser o Paraná contava com um total de 64.733 cabeças, somados cavalos, bestas e reses. Segundo o autor

isto equivale a 7,3% do total de 882.332 cabeças que havia no Rio Grande em 1787. Avançando no tempo as diferenças se agigantam. Só o município de Rio Grande e seus distritos, que em 1787 acolhia um quarto do rebanho gaúcho, em 1811 já contava com 1.298.379 cabeças, contabilizando apenas os vacuns, criados em 746

¹⁶³ LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit., p. 88.

¹⁶⁴ O citado neste mesmo parágrafo, algumas linhas atrás, Lourenço Pinto Ribas, é neto de Lourenço Ribeiro.

¹⁶⁵ Para um estudo sobre a descendência de Ribeiro Andrade, suas participações políticas, econômicas e atuações no mercado de animais, ver minha dissertação: BORGES, Luiz Adriano G. *Particularidades familiares: a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2009.

¹⁶⁶ GIL. *Coisas do caminho*, Op. Cit., p. 54.

¹⁶⁷ MULLER. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Op. Cit., p. 127-128.

estâncias. Portanto, por volta de 1836, a produção e o número de fazendas paranaenses tornava-se uma ninharia.¹⁶⁸

Ainda segundo Horácio Gutierrez, a produção de mulas e burros era bastante reduzida nos Campos Gerais, não por falta de vocação ou incentivos fiscais, já que estes tipos de animais eram bem avaliados na feira de Sorocaba. A medida de proibição de produção destes animais em outras regiões que não fosse o Rio Grande, no século XVIII, pelo governador de São Paulo, ainda vigorava nas primeiras décadas do XIX, inibindo a produção na região dos Campos Gerais.¹⁶⁹ Vemos aí, novamente, uma evidência da vocação de condutor/comprador dos paulistas residentes da comarca de Curitiba¹⁷⁰ e arredores. A propriedade que Machado possuía ali foi colocada à venda em 1858. Segundo o anúncio de venda, a fazenda *Fundão*, que se originava de uma sesmaria de 1739, servia de criação de gado vacum, muar e cavalariço, com três léguas quadradas (69,9 Km²) de campos e terras de cultura.¹⁷¹

Figura 2. Castro em 1827



DEBRET, Jean-Baptiste. Castro. 1827. Aquarela, 11,5x22 cm. Fonte: Coleção Marqueses de Bonneval, IN: Pintores da paisagem paranaense – edição fac similar. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura/ Solar do Rosário, 2005. Devido à atividade criatória e negócios, Castro se consolidava neste período como um local de passagem obrigatório para negociantes de animais.

¹⁶⁸ GUTIERREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004, p. 110.

¹⁶⁹ Idem, p. 110.

¹⁷⁰ Curitiba passou a ser cabeça de comarca através do Alvará Imperial em 19 de dezembro de 1812. A partir daí a comarca ficou sendo composta pelas vilas de Castro, Guaratuba, Vila Nova do Príncipe, Antonina e Paranaguá. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio César de Almeida. *300 anos – Câmara Municipal de Curitiba – 1693/1993*. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 1993, p. 24.

¹⁷¹ *Dezenove de Dezembro*, 5 de maio de 1858, n. 10, vol.V, seção anúncios.

Mais para o oeste dos Campos de Curitiba, ele possuía outra fazenda denominada São Jerônimo, já localizada na estrada que ia para Cuiabá. Essa propriedade tomada por posse, era composta de “uma espaçosa casa coberta de telhas, grande quantidade de terras de cultura, matas virgens e capoeiras”, “campos que dão para criar 600 rezes”, perfazendo um total de três léguas quadradas (69,9 Km²).¹⁷²

Figura 3. Limite da província de São Paulo e Curitiba



DEBRET, Jean-Baptiste. Limite da província de São Paulo e Curitiba. s/d. Fonte: Coleção Marqueses de Bonneval, IN: Pintores da paisagem paranaense – edição fac similar. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura/ Solar do Rosário, 2005. Cabe uma pequena observação a esta pintura: Debret passou pela província de São Paulo em 1827 e, neste período, Curitiba ainda fazia parte desta província, portanto, pelo título essa imagem estaria retratando os limites da província de São Paulo, na região de Curitiba. De qualquer forma, serve para visualizarmos as dificuldades e perigos que os condutores de animais enfrentavam para chegar do Rio Grande até a feira de animais em Sorocaba, São Paulo.

João da Silva Machado também possuía propriedades em uma região já próxima à Sorocaba, Itapeva (também conhecida por Faxina), desde pelo menos o início da década de 1840.¹⁷³ Nas proximidades da feira de Sorocaba, essa era uma região ideal para o descanso das tropas que vinham viajando a meses desde os campos do Sul. Grandes negociantes, como

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ Em 1842 Machado envia diversos ofícios ao presidente da província acerca da defesa do Sul. APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, 1842, Caixa 218, ordem 1013.

Rafael Tobias de Aguiar possuíam propriedades na região. Tobias de Aguiar possuía uma fazenda de criar ali com mais de 2000 animais.¹⁷⁴

Os campos na área de Itapeva estendiam-se desde Lapa, possuindo importantes invernadas e eram a última parte de campos antes do registro de Sorocaba. É provável que Machado não possuísse nenhuma propriedade na região por volta da década de 1820, já que, em 1828, ele invernou 200 bestas na fazenda do vigário de Itapeva.¹⁷⁵ Mas, possivelmente, percebendo o lucro maior que teria se tivesse uma propriedade de invernada naquela vila, tratou de adquirir terras na localidade. Ainda não consegui definir a data da compra de sua fazenda em Itapeva/Faxina, mas sei que, na década de 1840 ela teve um papel fundamental, não só como invernada, mas também nos projetos indigenistas de Machado.¹⁷⁶

Por fim, chega-se a Sorocaba. Como apontou Maria Thereza Petrone, “com sua feira e seu registro, Sorocaba é uma decorrência do caminho do Sul e da circulação de animais.” Além disso, “a localização no limite setentrional da faixa dos campos, que se estendem, com algumas interrupções, desde o Rio Grande, fez de Sorocaba importante ‘estação-invernada’”.¹⁷⁷

Da cidade, saía um feixe de artérias que interligava o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Campinas, Itu, Porto Feliz e as regiões de gado no Sul.¹⁷⁸ Também havia uma rota que ia até o Mato Grosso, seguindo pela antiga rota das monções. Por estes caminhos, trafegavam milhares de animais todos os anos, sendo conduzidos para servir de transporte, força motriz ou alimentação e vestimentas, enriquecendo os negociantes estabelecidos em Sorocaba ou com interesses ali.

De fato, como grandes consumidoras dos animais e de seus subprodutos as regiões do Sudeste e Centro-Sul dependiam enormemente das artérias viárias que as ligavam a Sorocaba. Funcionando desde pelo menos 1750, o mercado de animais e a arrecadação de direitos sobre passagem fomentou o aparecimento de fortunas no final do século XVIII, como é o caso da família de Rafael Tobias de Aguiar.

¹⁷⁴ ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o homem, o político*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992, p. 439.

¹⁷⁵ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 64.

¹⁷⁶ Ver capítulo 4, seção 4. 3. O Barão bandeirante, desta tese.

¹⁷⁷ PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 20 e 102. O viajante atual que atravessa as estradas do Sul que perfazem mais ou menos o antigo trajeto do Caminho do Viamão pode perceber esta ‘continuidade’ dos campos até Sorocaba e ainda notar propriedades que serviram de pousos e invernadas.

¹⁷⁸ MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 80.

Até 1842, Machado foi possuidor de uma chácara de grande valor na cidade de São Paulo.¹⁷⁹ Vendida posteriormente, a chácara era composta de uma casa de sobrado de moradia e plantações, sendo avaliada em 7:000\$ (sete contos de réis) em 1851. Maria Rosa Ribeiro cogita que esta chácara tinha a função de pouso para tropas de muares que vinham do interior.¹⁸⁰ Alice Canabrava apontou que em quase todos os anúncios de chácaras na capital havia referência ao aluguel de pastos e ranchos para os tropeiros, destinados a abrigar tropas de transportes vindas de Santos ou do interior.¹⁸¹ Isto encaixa muito bem nos negócios envolvendo muares realizados por Machado.

1.3.1 Invernadas

Como percebemos acima, quando falei acerca de Lages, as invernadas eram fundamentais nas viagens que mobilizavam grandes quantidades de animais, exigiam muito tempo e desgastavam animais. João da Silva Machado enquanto proprietário era possuidor de várias invernadas desde o Rio Grande.

A fazenda Sarandi, em Passo Fundo, serviu como invernada até o final do século XIX, sendo herdada em inventário *post-mortem* por seu genro - e sócio em diversas empreitadas - Luiz Pereira de Campos Vergueiro. Em 1878, já após o fim da grande movimentação da feira de Sorocaba, esta fazenda possuía 1158 reses e 1656 éguas, num total de 3173 animais. No inventário de Luiz Pereira a fazenda foi avaliada por 80:000\$¹⁸², um valor bastante alto para a época. Outra fazenda destinada à criação na mesma região era a Bugre Morto, que foi usada diversas vezes pelo sócio David dos Santos Pacheco como invernada.¹⁸³ Esta propriedade também passou para Luiz Vergueiro o que demonstra sua forte inclinação para com os negócios de seu sogro, lhes dando continuidade da mesma forma que Machado havia perpetuado os de seu sogro.

¹⁷⁹ Segundo Maria Alice Rosa Ribeiro, a propriedade ainda aparece em nome de Machado na carta geográfica da capital de São Paulo de 1842, encomendada pelo Barão de Caxias talvez por razões militares. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *A Migração Interregional de Capitais: a formação da plantation açucareira de Campinas e a família Teixeira Vilella - riqueza e escravaria*. IN: *Anais do XV seminário de economia mineira*, 2012, p. 6.

¹⁸⁰ Idem, p. 7.

¹⁸¹ CANABRAVA, Alice P. As chácaras paulistanas. IN: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Ed.UNESP; ABPHE, 2005, p. 238, citado por RIBEIRO. *A Migração Interregional de Capitais*. Op. Cit.

¹⁸² APESP. Inventário *post-mortem*, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, 1878. Segundo memorialistas, a fazenda possuía a área de 71.160,58 hectares. PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia tropeira*, v. II, IN: <http://www.genealogiacorrea.com.br/> (acessado em 13/03/2012), p. 298.

¹⁸³ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., p. 51-52.

Mesmo sem possuir qualquer evidência direta, podemos presumir que diversas propriedades de Machado ao longo do Caminho do Viamão serviam como invernadas, como a fazenda de Castro, cuja posse é anterior a 1815. Machado, além de negociante, também era criador de animais, portanto era normal que suas propriedades, posicionadas estrategicamente ao longo do caminho, servissem ao mesmo tempo como estações de criação e de invernada.

Na região dos Campos Gerais, a maior e mais rentável atividade que existia era o pouso para a engorda de animais. Esta região, propícia para o estacionamento das tropas, com campos planos e com vegetação rasteira, se estendia desde Curitiba, atingindo Guarapuava e Castro. Maria Thereza Petrone encontra referências aos Campos Gerais na documentação de Antonio da Silva Prado. Este escreve “Campos Gerais” e “Continente de Curitiba” em sua correspondência. José Arouche de Toledo Rendon, em carta escrita em 1812, fala em “Campos Gerais de Curitiba”.¹⁸⁴

Saint-Hilaire visitando a região em 1820 escreve que

esses campos são certamente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América; suas terras são menos planas, não tendo pois a monotonia das nossas planícies de Beauce, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas que limitem o horizonte. Até onde a vista alcança, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões, onde sobressai a valiosa e imponente *Araucária*, surgem aqui e ali nas baixadas, o matiz carregado de sua folhagem contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal.¹⁸⁵

Como a viagem do Rio Grande até Curitiba durava cerca de 60 dias e os animais perdiam muito peso e estavam muito cansados, principalmente depois de subir a dura serra catarinense nas imediações do Rio do Rastro, era imperativo parar por dois ou três meses, antes de avançar até Sorocaba. Como passagem obrigatória para a feira sorocabana, os Campos Gerais ainda tinham a vantagem de ser a metade do caminho.

As invernadas estendiam-se por todo o território do atual estado do Paraná, tornado-se

um negócio atraente e incessante. O percurso era tão longo, e demorava tantos meses, que era necessário descansar as tropas e engordá-las várias vezes no trajeto antes de apresentá-las aos compradores, e os campos do Paraná eram um dos pousos principais. O negócio era lucrativo e fácil, isento de riscos, e acessível a todos que tivessem áreas de capim com aguadas e matas, características que nas pradarias dos planaltos abundavam.¹⁸⁶

¹⁸⁴ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 37.

¹⁸⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem à comarca de Curitiba*. Op. Cit., p. 12.

¹⁸⁶ GUTIERREZ. *Fazendas de gado no Paraná escravista*. Op. Cit., p. 103.

Saint-Hilaire mais uma vez é testemunha:

Nos excelentes pastos dos Campos Gerais invernam as numerosas tropas de muares que vem do Rio Grande do Sul (...). Essa tropas chegam em fevereiro, após atravessarem, entre Lapa e Lajes, os sertões (...), onde emagrecem extraordinariamente, muitas vezes não continuam, de imediato, a viagem, a fim de que os animais repousem até o mês de outubro e só então prosseguem a jornada até Sorocaba.¹⁸⁷

Mas as invernadas apresentavam também outras conveniências: viabilizavam a espera pelo início das atividades da feira de Sorocaba e por melhores preços. Ao longo do século XIX, as fazendas de invernadas foram tomando o lugar da criação nos Campos Gerais. Havia casos de grandes negociantes que adquiriam propriedades para invernação exclusiva de sua tropa, como David dos Santos Pacheco. A importância deste tipo de propriedade é apontada por José Caetano de Oliveira, Barão de Tibagi, residente da então província do Paraná: “Uma parte de nossos campos é destinada a invernar as tropas de bestas soltas, que formam o principal negócio da província”¹⁸⁸ Pela correspondência de Antonio da Silva Prado, percebe-se que nos Campos Gerais também ocorria uma importante etapa de negociação de tropas. Prado comprava animais em Castro e Curitiba através de sócios diversos. O próprio João da Silva Machado, na qualidade de sócio de Prado adquiriu muares em Castro em 1828.¹⁸⁹

Através do registro de passagem de animais de Rio Negro, Suprinyak contabilizou 57 locais de invernação entre o registro e Sorocaba, sendo as principais localidades Castro, Lapa e Ponta Grossa. Mas também várias tropas eram invernadas na região genérica denominada “Campos Gerais”. Desta forma a região dos Campos Gerais possuía seu foco principal nas estações de invernadas e desempenhava um papel de destaque no funcionamento do mercado de animais. Mesmo assim, alguns negociantes dessa região se notabilizaram no ramo da compra e venda de tropas. Um exemplo bastante relevante deste tipo de proprietário é Manuel Gonçalves Guimarães, que na década de 1810 se tornou sogro de João da Silva Machado. Guimarães era dono de várias propriedades de invernação nos Campos Gerais e grande negociante de animais em Sorocaba, na virada para o século XIX.

¹⁸⁷ SAINT-HILAIRE. *Viagem à comarca de Curitiba*. Op. Cit., p. 40.

¹⁸⁸ Relatório do presidente da província do Paraná, 1º de março de 1860, p. 72. Disponível em <http://brazil.crl.edu>, (acessado em 28/10/2013).

¹⁸⁹ PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 40.

1.4 Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal

No estabelecimento e expansão da rede pessoal de João da Silva Machado três pontos são pertinentes para a análise: a) relações familiares; b) o caso de um processo judicial de 1819 e; c) a ampliação da Estrada da Mata. Esses três elementos nos ajudam a evidenciar a rede de relações e as influências de Machado no mundo político e comercial e como essas ligações lhe possibilitaram melhores meios de enriquecimento.

a) Relações familiares

As redes que João da Silva Machado foi constituindo nas primeiras décadas do século XIX auxiliaram na ampliação de contatos para a negociação de animais. O mercado de animais demandava muitos planejamentos e parceiros, além de uma grande quantidade de capital. A moeda sonante (isto é, em metal) era durante quase todo o século a única forma de pagamento, o que exigia uma organização específica, já que carregar o dinheiro necessário para a compra de animais no Sul aumentava a carga e aumentava o risco de assalto. Por isso uma rede de parceiros que emprestassem dinheiro a crédito, entrassem com o valor necessário como forma de investimento, ou até mesmo, cujos nomes representassem garantia de saldo da dívida no caso de uma compra a creditar, não era algo somente desejável como fundamental para a expansão dos negócios. Portanto, neste tipo de negócio, as redes de relações eram muito importantes.

Na constituição de tais redes, o matrimônio cumpriu um papel fundamental. No início da década de 1810, João da Silva Machado se casou com Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães.¹⁹⁰ Envolvido com o negócio de animais, principalmente éguas e mulas, foi interessante para o pai de Ubaldina, Manoel Gonçalves Guimarães, estabelecer contato com as regiões de procedência destes animais e conhecer indivíduos que os comercializavam. Daí que o casamento de um morador dos pampas sulinos, que vinha aumentando seu cabedal através deste negócio, com sua filha, se constituiu em um arranjo extremamente favorável para ambos. Pela época do casamento, Machado já estava inserido no negócio de animais, possuía relações importantes e, aparentemente havia adquirido fortuna.¹⁹¹

¹⁹⁰ Não consegui apurar a data exata do casamento, somente que foi antes do ano de 1815, pois nesta data nasceu a primeira filha do casal. BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 13.

¹⁹¹ Ver seção 1.4 “Senhor do caminho”, desta tese.

Gonçalves Guimarães, com propriedades baseadas na vila de Curitiba e arredores, conduziu várias tropas de muares pelo Caminho do Viamão na primeira década do século XIX. Além disso, era grande proprietário de escravos e de terra, estando em 1795 entre os cinco maiores senhores de escravos em Curitiba¹⁹². Francisco Negrão diz que ele possuía grande fortuna e diversas sesmarias em Castro, Ponta Grossa e Curitiba, entre elas as fazendas de Carambei, Santa Cruz, Samambaia e Barigui. Guimarães também estava presente no ato de ereção da vila de Castro em 1789. Ele também foi contratador dos impostos de pedágio de Porto de Cima e do registro do Rio Negro.¹⁹³

Outro fato interessante que também se somava às vantagens de se ter Machado como genro: Guimarães era açoriano, assim como os pais de Machado, e talvez ocorresse um reconhecimento e apoio mútuo de imigrantes originários da mesma região.¹⁹⁴ Também para Machado, Guimarães era uma ótima conexão para adentrar numa rede local já estabelecida e que atuava no negócio de tropas em uma região que possuía muitos negociantes, acesso a crédito e ampliação de territórios para descanso de animais vindos do Rio Grande.

Tiago Gil apontou várias tropas de Guimarães saindo de Viamão entre os anos de 1798 e 1809. Em 1795, ele possuía em Curitiba um plantel de 18 escravos o que era bem significativo para a localidade. Tiago Gil indica que Guimarães era um condutor assíduo de animais, conduzindo ao todo dez tropas para Sorocaba, em uma atividade na qual, como já indiquei, era raro um mesmo condutor fazer mais de uma viagem.¹⁹⁵

A atividade econômica de Gonçalves Guimarães é demonstrada pelo seu inventário e de sua esposa, Maria Magdalena. No de sua esposa, aberto em 1836, o rebanho de animais representa 25% do valor total de seu monte-mor (que foi de 40:000\$000), contando com cerca de 2803 cabeças, distribuídas em: 742 vacas, 296 bois, 45 touros, 311 terneiros, 283 novilhos, 738 éguas, 53 bestas, 229 potros, 84 potrancas e 22 cavalos. A avaliação atinge os 16 contos de réis.¹⁹⁶

Na fazenda Santa Cruz, em Palmeira, maior propriedade dos Gonçalves Guimarães, havia, por ocasião do inventário da matriarca, 738 éguas. Este era um rebanho bastante numeroso para a região, sugerindo que se tratava de uma fazenda de comercialização de éguas e produção de mulas, algo raro naquelas paragens, onde as atividades de invernada

¹⁹² Lista nominativa de Curitiba, 1795, CEDOPE, citado por GIL. *Coisas do caminho*, Op. Cit., p. 57.

¹⁹³ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa paranaense, v.1, 1926, p. 413.

¹⁹⁴ Idem, v. 5.

¹⁹⁵ Idem, p. 57.

¹⁹⁶ HARTUNG. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. IN: *Topoi*, v. 6, n 10, 2005, p. 154.

predominavam. Além disso, o fato de não se encontrar mulas nos inventários, (e como Tiago Gil apontou acima, ele era comprador de mulas no Sul), sugere que a sua maior atividade era a venda deste tipo de animal.

Os filhos de Guimarães também participaram do negócio de animais. Seu primeiro filho, o padre Augusto Gonçalves Guimarães, como todos os demais - Capitão Matias Gonçalves Guimarães, Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães e Manoel Gonçalves Guimarães (mesmo nome do pai) - eram todos negociantes de animais. O inventário de seu filho Manuel Gonçalves Guimarães, de 1839, conta com um monte-mor de 7:701\$764, com 4,6% distribuídos em animais. Um número relativamente pequeno. Machado, como chefe na família de sua irmã, também tem parte na herança de seu cunhado, recebendo animais e dinheiro.¹⁹⁷

Assim, redes de parentesco iam se formando entre indivíduos de Curitiba e de outros pontos no caminho do Viamão. Sobre isso Martha Hameister afirma que “a obtenção de bons negócios, compradores certos, e melhores preços para suas mercadorias, hospedagem, satisfação de necessidades básicas e mesmo sobrevivência, podiam depender do estabelecimento dessas ligações.”¹⁹⁸

Também o crédito dependia grandemente desta rede de relações. Joacir Navarro Borges, considerando a sociedade tropeira curitibana e o crédito, compreendeu o registro de Curitiba ao longo do século XVIII como um centro irradiador da cadeia de endividamento.¹⁹⁹ Algo com que Tiago Gil também concorda, ao analisar os agentes do crédito no mercado de animais.²⁰⁰

Portanto, para Machado, o casamento implicou no estabelecimento de uma relação com um morador dos Campos Gerais, que era influente no comércio de animais; isto o ajudou a se afirmar e a expandir sua empresa. A opção matrimonial de Machado, então, fez parte da constituição de redes entre parceiros no jogo mercantil. Como ele comprava direto dos produtores de muares no Sul, acabou se tornando chave para os bons negócios do sogro. Machado quando se casou, tinha cerca de 30 anos e já devia ter se encontrado com Guimarães no caminho das tropas. Possivelmente foram companheiros na condução de animais nas andanças anteriores à década de 1810.

¹⁹⁷ APESP, inventário *post-mortem* de Manuel Gonçalves Guimarães, 1839.

¹⁹⁸ HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 128.

¹⁹⁹ BORGES, Joacir Navarro. *Das justiças e dos litígios*. A ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752), Tese (doutorado em história), UFPR, Curitiba, 2009, p. 199.

²⁰⁰ GIL. *Coisas do caminho*. Op. Cit., cap. 10.

Machado, aparentemente, já antes de casar era proprietário em Castro, ou havia comprado uma propriedade imediatamente após o casamento. A evidência da propriedade nesta vila é indicada pelo nascimento da primeira filha dele, Maria Antonia da Silva, em Castro, em 1815²⁰¹. Já que não possuo nenhuma documentação que afirme isso com certeza, posso levantar duas hipóteses para a posse desta propriedade: a) ele já a possuía quando se casou, ou; b) ganhou de dote de seu sogro (que possuía várias propriedades nos Campos Gerais) ao contrair matrimônio.

Não era comum a doação em dote de um bem produtivo tão valioso como uma propriedade Ural a um genro; este tipo de propriedade costumava ser passada para um filho homem, já doar ao genro significava transferir o bem para outra família. No Brasil, onde o regime sucessório definia a igualdade entre os herdeiros, receber uma propriedade inteira, mesmo após a morte do chefe da família e no interior da família, era improvável, quanto mais em um tipo de ‘adiantamento’, que era o que consistia o dote.²⁰²

Portanto, tenho fortes indicações de que Machado havia comprado terras em Castro já antes do casamento, ou pouco depois, o que relativiza a ideia de que o casamento o teria introduzido social e economicamente na região e sugere a hipótese de que ele já tinha uma inserção importante na localidade onde se casou. Esta ideia é fortalecida por Ermelino de Leão ao afirmar que Machado, antes de contrair matrimônio, já havia feito fortuna²⁰³. De fato, seu sogro, um bem sucedido negociante de animais nos Campos de Curitiba, cujos filhos eram bem estabelecidos na região, possuindo relações de parentesco com a importante parentela de Lourenço Ribeiro de Andrade (Matias Gonçalves Guimarães era casado com uma neta de Ribeiro Andrade), dificilmente casaria sua filha com um tropeiro qualquer. E mais, segundo Aluisio Almeida, Machado já havia realizado diversas viagens até Sorocaba e até mesmo o Maranhão e Bahia antes da década de 1820²⁰⁴. Tudo isto me leva a considerar que o casamento foi um arranjo bom para ambas as partes: Guimarães casa sua filha com um conhecido negociante e Machado fortalece sua inserção na localidade, estabelecendo-se de vez na região.

Esta relação sogro-genro parece ter sido muito importante entre negociantes na América portuguesa e espanhola. Analisando os negociantes no Rio Grande do Sul no século

²⁰¹ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 13.

²⁰² NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁰³ LEÃO, Ermelino de. *Diccionario histórico e geográfico do Paraná, v. I*. Curitiba: Instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense, 1994 [1926], p. 1229.

²⁰⁴ ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit., p.8.

XVIII e XIX, Helen Osório constata que isto era o comum no interior deste grupo. Esta relação estaria indicando uma estratégia de jovens negociantes para progredirem em suas carreiras e dos já estabelecidos para manterem seus patrimônios. Considerando, além de seus dados e dos estudos de Pedreira para Lisboa e de Socolow para Buenos Aires, Osório considera o casamento muito mais do que um elemento iniciador na carreira mercantil, mas uma forma de consolidá-la.²⁰⁵ Realmente esta consolidação parece ter sido levada em conta na opção de Machado, uma vez que já ele não era mais tão jovem. Como indiquei, tendo nascido em 1782, na década de 1810, quando se casou Machado já tinha 30 anos.

Essa rede ajudou Machado a começar a se destacar politicamente. Por exemplo, na década seguinte após seu casamento, 1820, Machado foi designado para melhorar uma parte do caminho do Sul que ligava o Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina, aos Campos de Curitiba, a chamada Estrada da Mata. Nesta mesma década ainda, ele será um dos escolhidos para ser eleitor em São Paulo na escolha para os deputados que seriam enviados às Cortes de Lisboa. Já alcançando seus 40 anos, ele dava início à sua carreira política, mostrando que seu enlace havia surtido efeitos.

b) Processo judicial

Analisando a expansão da rede pessoal de João da Silva Machado, cabe ainda estudar um processo judicial relacionado à herança de seu sogro, o qual pode nos ajudar a visualizar a extensão que esta rede podia alcançar. Linhas atrás relatei de passagem que Machado, pela primeira década do século XIX, já atuava no comércio de animais e que também possuía relações interessantes para sua atuação neste negócio. Apesar de ser muito difícil precisar, encontrei evidências de que Machado possuía uma rede de relações muito influente mesmo antes de sua importante sociedade com o poderoso negociante Antonio da Silva Prado.

Em uma “Apelação cível”, de 1819²⁰⁶ Machado processou judicialmente um cunhado, Joaquim Gonçalves Guimarães, que teria continuado a usufruir de bens do patriarca Guimarães que deveriam ter passado para o casal Machado, e persistia “recebendo e distribuindo considerável soma de dinheiro, vendendo animais, charqueando gados”.

O mais interessante é a lista de procuradores que Machado nomeia para atuarem em seu nome, em diversas localidades em que o processo pudesse ocorrer. Ele possuía nomes de

²⁰⁵ OSÓRIO, Helen. *O império português no Sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 297-298.

²⁰⁶ DEAP. *Apelação civil entre partes. o sargento mor João da Silva machado, apelante; o capitão Joaquim Gonçalves Guimarães, apelado. 1819.*

indivíduos bem estabelecidos nas suas regiões de origem, tendo vários alcançado projeção econômica e política.²⁰⁷ A lista de procuradores nomeados por ele é um verdadeiro mapeamento de membros das elites locais. Dos procuradores em Curitiba, três indivíduos estiveram ligados à parentela Sá Ribas: Francisco de Paula Ribas, Lourenço Pinto de Sá Ribas e Matias Gonçalves Guimarães. Os dois primeiros, tio e sobrinho, respectivamente; este último casado com uma sobrinha do primeiro.²⁰⁸ Francisco de Paula Ribas era tenente coronel em Castro por volta da época deste processo.

Lourenço Pinto de Sá Ribas era coronel no início do processo e mais tarde seria capitão mor da vila, além de assumir o Conselho da presidência da província de São Paulo e ser deputado provincial.²⁰⁹ As relações se manterão, quando, como conselheiro da província, ele indicou Machado para a manutenção da Estrada da Mata e outros caminhos na década de 1820.

Outro procurador de Machado em Curitiba foi o capitão Joaquim Antonio Guimarães. Este era filho natural de Guimarães, mas mesmo sendo filho ilegítimo reconhecido posteriormente pelo pai, alcançou posição social importante. O mesmo ocorreria com um filho de Joaquim, Manoel Antonio Guimarães que, sendo também filho natural, tornou-se um grande comerciante de erva-mate e recebeu o título de Visconde de Nácar no final do século XIX.²¹⁰ A escolha deste filho natural do patriarca Guimarães para ser procurador de Machado é quase que uma afronta ao filho legítimo que estava lutando para manter a maior parte dos bens de seu pai.

Outro procurador de Machado no processo que levanta contra seu cunhado foi o Capitão Cirino Borges de Macedo, que também era criador e negociante em Castro e tinha relação constituída com Machado pelo menos desde 1811, quando Machado foi nomeado

²⁰⁷ DEAP. *Apelação civil entre partes. o sargento mor João da Silva machado, apelante; o capitão Joaquim Gonçalves Guimarães, apelado, 1819*. Em lista, nomes dos arrolados como procuradores: Em Curitiba: Coronel Francisco de Paula Ribas, Coronel Lourenço Pinto de Sá Ribas, Capitão Simão Jose Gonçalves de Andrade, Capitão Domingos da Motta, José dos Santos Lima, Tenente Manoel Francisco Correa, Capitão Joaquim Antonio Guimarães, Capitão Ignacio Lustosa de Andrade, Capitão Cirino Borges de Macedo, Alferes José Ribeiro da Fonseca, Tenente Mathias Gonçalves Guimarães, Antonio Ferreira Amado. Na Corte do Rio de Janeiro: Coronel Custodio Moreira Livio, Capitão Manoel Moreira Livio, Tenente Antonio Moreira Livio, Tenente Francisco Mariano de Oliveira. Na cidade de São Paulo: Comendador Manoel Rodrigues Jordão, Antonio da Silva Prado, Capitão José Lopes França.

²⁰⁸ Analisei esta parentela em dissertação: BORGES. *Particularidades familiares*. Op. Cit.

²⁰⁹ LEÃO, Ermelino. *Dicionário histórico e geográfico do Paraná, v. III*. Curitiba: Instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense, p. 1167.

²¹⁰ Dicionário histórico e geográfico dos Campos Gerais. IN: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/visconde.htm> (acessada em 14/02/2012). Mais tarde, em 1848, será indicado por Machado para receber a comanda de Cavaleiro do Cruzeiro. Ver item 4.1, desta tese.

procurador de Cirino em um inventário. Além disso, o capitão Cirino também mantinha sociedade com Manoel Gonçalves Guimarães, exercia cargos públicos como juiz ordinário e vereança em Castro.²¹¹

No processo, Machado tinha procuradores também em São Paulo: Antonio da Silva Prado e Manuel Rodrigues Jordão. Silva Prado, já grande negociante de animais, desempenhava funções importantes na política de São Paulo. Com seu cunhado, Manuel Rodrigues Jordão, outro procurador de Machado e também político de peso, participou ativamente do processo de Independência. Jordão era tesoureiro da Junta da fazenda no governo provisório eleito em 1821 em São Paulo.²¹² Também fez parte do Conselho da presidência da província de São Paulo, que começou a funcionar em 1824.²¹³

É difícil avaliar quão estreitas eram as relações de Machado com alguns desses indivíduos que ele fizera seus procuradores. Alguns eram mais próximos, outros nem tanto. Mas podemos ao menos inferir que a indicação destes nomes, designados para atuarem em seu nome, denota um prévio conhecimento e um nível de confiança considerável. Segundo as Ordenações Filipinas, código que continuou vigente durante o Império, um procurador pessoal poderia atuar em nome do contratante e devia ter um conhecimento básico da lei, além de saber escrever. Os procuradores eram verdadeiros advogados. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, compilado por Moraes, procurador seria “o que trata de negócios de outrem, em virtude de procuração, ou seja, negócios privados (...)”. *Procurador bastante*, que é o caso nesta apelação levada à justiça por Machado, seria aquele “que não tem defeito (sic) civil, ou natural para procurar, e tem poderes suficientes para o negócio, que lhe incumbem.”²¹⁴ Em suma, este tipo de procurador não necessitava possuir um grau de bacharel em direito, mas era necessário saber ler e escrever, para poder atuar como representante de um procurado.

Esta lista de nomes nos dá mais indícios de que Machado já possuía uma rede ampliada de contatos, que podia ser acessada quando necessário e com certeza o auxiliava nos negócios. Podia haver esta relação com muitos destes procuradores-advogados, como era o caso de Silva Prado. A sociedade com Silva Prado será efetiva no início da década de 1820. Nesta década também ele é destacado pelo Conselho da Presidência da província de São

²¹¹ PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do cativo*: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2007, p. 31-33.

²¹² AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, tomo II, p. 104.

²¹³ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 25.

²¹⁴ MORAIS, Antonio da Silva. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typhografia lacerdina, 1813, Tomo II, p. 507-508.

Paulo, com indicação de Lourenço de Sá Ribas, para a manutenção da Estrada da Mata. Neste Conselho ainda contava com o apoio de Manuel Rodrigues Jordão, outro procurador de Machado no mesmo processo até aqui referido.

Não foi, parece-nos, o casamento com a filha de Guimarães no início da década de 1810 que destacou Machado no cenário econômico das regiões meridionais, mas o certo é que, no final desta mesma década, ele já contava com uma rede bem estabelecida de contatos, o que reforça a ideia de que, quando Antonio da Silva Prado entrou em contato procurando estabelecer uma sociedade em 1820²¹⁵, os dois já possuíam relações próximas e Machado já tinha uma importância significativa no mundo do negócio de animais.

Muitos desses indivíduos estavam ligados ao negócio de animais, como os membros da parentela Sá Ribas e, principalmente, a família à qual Machado passou a pertencer. Estes indivíduos acabaram atuando como parceiros no negócio, facilitadores do crédito, auxiliando de diversas maneiras nas negociações em um mercado regido por relações pessoais. Preços, disponibilidade, parceiros e compradores podiam estar sujeitos a este tipo de relações que determinavam a possibilidade de maiores ou menores lucros. Esta rede foi fundamental para ele fosse indicado como um dos 18 eleitores para escolher os deputados que iriam às Cortes de Lisboa, em 1821. Contando com nomes como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar, Diogo Antonio Feijó e os irmãos Andrada, José Bonifácio e Martim Francisco, entre outros, a lista dos eleitores sinalizava a elite política e econômica de toda a região da província paulista, demonstrando que João da Silva Machado já fazia parte de um grupo que atuava intensamente nos destinos econômicos e políticos da província de São Paulo.²¹⁶

c) A ampliação da Estrada da Mata

A produção de mueres centrada em todo o Rio Grande do Sul não dependeu somente de fatores naturais, como as pradarias e a presença de gado desde muito tempo, mas também

²¹⁵ Copiador de Cartas do barão de Iguape, f. 141, 1º. de agosto de 1818, IHGSP, citado por PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 8.

²¹⁶ Eleitores da comarca de São Paulo: José Bonifácio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Felisberto Gomes Jardim, João Ferreira de O. Bueno, Padre Felix Jose de Oliveira, André da Silva Gomes; da comarca de Itu: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar, Padre Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Souza e Mello, Antonio Paes de Barros, José de Almeida Leme, substitutos: Bento Paes de Barros, Jose Martins da Costa Passos; da comarca de Paranaguá e Curitiba: Reverendo Antonio Teixeira Camelo, João da Silva Machado, João Carneiro Lobo, substituto: Antonio José Pereira Branco. FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro*. Sua vida e sua época (1778-1859). São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924. p. 208-209.

de elementos políticos e econômicos. Não era só devido aos campos favoráveis que o Rio Grande suplantou regiões criadoras como o Nordeste e as Minas Gerais. Uma série de incentivos, ampliação de caminhos e mão de obra barata favoreceram a distante localidade no envio de animais aos centros consumidores no Sudeste. A abertura do Caminho do Sul teve papel fundamental em estruturar todo um mercado de criação, venda e redistribuição. Desde sua abertura, em 1727, milhares de animais passavam por esta estrada todos os anos desenvolvendo e ampliando antigas vilas coloniais.

Até por volta da década de 1730, o gado era enviado para Laguna e depois para São Paulo. Este trajeto era muito complicado e difícil, mas já trazia alguns lucros aos envolvidos neste negócio. Assim, Cristóvão Pereira de Abreu, que já havia residido na Colônia do Sacramento, portanto conhecia a região, conduziu a primeira tropa de gado vacum e cavalariço, abrindo caminho pela serra catarinense para a vila de Curitiba, por volta de 1733. Naquela época, construindo pontes sobre rios e desbravando matas, a viagem durou 13 meses até Curitiba. Surgiu, deste modo, uma nova estrada, que passou a ser usada constantemente, devido a seu relativo encurtamento em comparação às outras.²¹⁷

Criadores e negociantes do Sul foram favorecidos no abastecimento das regiões mineradoras devido às muitas proibições da atividade criatória em São Paulo e Minas Gerais. Ao longo deste século XVIII os criadores e negociantes do Sul foram favorecidos com as muitas proibições da atividade criatória em São Paulo e nas Minas Gerais. Dentre estas proibições, a que teve as maiores consequências, aprovada com a intenção de favorecer o povoamento do território, foi a determinada pelo governador de São Paulo, Morgado de Mateus que, em 1769, definiu que

o negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo, é o dos animais que se vão buscar à Fronteira de Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros, que povoam a fronteira e nas passagens dos Registros a S. Majestade consideráveis direitos.²¹⁸

O mesmo Morgado de Mateus chegou a proibir a passagem de éguas e de burros de outras capitanias por São Paulo, com o objetivo principal de impedir a produção de bestas em Minas Gerais, fortalecendo a atividade criatória no Sul. A criação e ampliação de um caminho

²¹⁷ PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p.17.

²¹⁸ APESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia industrial de São Paulo, 1896, n. 19, Ofício do Morgado de Mateus, 5 de janeiro de 1768, p. 45-46.

que interligasse o Sul com a região central do Brasil foi uma decorrência da busca por um controle do comércio de animais.

Foi a abertura deste caminho que possibilitou à Coroa portuguesa estruturar o controle sobre o trânsito e o comércio de tropas no Centro-Sul, através da cobrança de direitos reais sobre o deslocamento dos animais.²¹⁹ Assim, em 1733, foi estabelecido um registro de Animais em Curitiba que perdurou até 1829, para cobrança desses direitos.

Parte do caminho do Viamão, que chegava até a região de Rio Negro, então freguesia de Lapa, era conhecida como “Estrada da Mata”, porque atravessava uma intensa floresta na serra catarinense, entre o norte de Lages e o Sul de Lapa. João da Silva Machado, sargento-mor de Ordenanças e bom conhecedor desta região, foi destacado para consertá-la em 1820. Antes disso, já estava ocupado em uma expedição com vistas a descobrir o “monte Itaiô e o sertão que segue os Campos Gerais pelos Montes Agudos e suas imediações até a Serra de Pucarana, para verificar se ali se encontram minas de ouro, prata, ou pedras preciosas”, o que o governador de São Paulo, João Carlos Augusto d’Oyenhausem, comenta que não deve se sobrepor ao conserto da Estrada.²²⁰

Segundo Francisco Negrão, que por sua vez cita Djalma Forjaz, desde 1816 diversos tropeiros que transitavam do Rio Grande até Sorocaba requeriam de D. João VI a feitura, ou ampliação, de um caminho entre a vila de Lages e Lapa. O caminho era a Estrada da Mata, mas se tratava muito mais de uma picada, uma trilha aberta pelo próprio gado, muito difícil de passar com animais, acarretando diversos prejuízos com perdas de animais. Chegou-se a criar uma contribuição em forma de imposto para a construção do caminho, mas durante alguns anos a questão ficou esquecida.²²¹

A obra possuía tamanha importância para o desenvolvimento do negócio de animais das províncias do Sul que chegou a chamar a atenção do ministro dos negócios do reino português no Brasil, Thomaz Antonio de Villanova Portugal que em 1820 afirmava que

Era o de grande interesse, o empreender-se a obra da Estrada da Mata, que por distância de 40 léguas embaraça a ligação entre São Paulo e a capitania de S. Pedro do Rio Grande. Não há outro caminho de comunicação entre estas duas províncias, e este entre a vila de Lages, e a de Castro está tão invadiável, que as manadas que precisam atravessá-la, perdem ordinariamente metade do seu número nesse caminho,

²¹⁹ BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 52.

²²⁰ APESP. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, v. 37, 1902, Ofício de João Carlos Augusto d’Oyenhausem para João da Silva Machado, 9 de dezembro de 1820, p. 46-47.

²²¹ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa paranaense, v.1, 1926, p. 98-99.

e precisam passar um inverno na Curitiba. Recomendou-se por isto ao governador Oyenhausen, o principiar esta obra (...).²²²

Foi assim que, em 9 setembro de 1820, D. João VI baixou uma carta régia ordenando ao governador da capitania de São Paulo, o capitão general Carlos Augusto Oyenhausen, que mandasse construir o caminho. Esse capitão designou João da Silva Machado em 1º de outubro deste mesmo ano. Porém, como este já estava incumbido do descobrimento de minas de ouro nas montanhas de Itaió, o rei julgou que deveria ser escolhida outra pessoa. Oyenhausen insistiu e Machado enviou um plano detalhado da feitura da estrada, demonstrando seu conhecimento do caminho e das necessidades para efetivação do projeto. Assim, Machado apontou que seriam necessários 6 anos para a efetivação do projeto e em torno de 60 trabalhadores do corpo de Ordenanças da vila do Príncipe, de Castro e Curitiba, além de soldados e oficiais das milícias de Curitiba para exercer a defesa contra indígenas. Também propôs o valor que cada condutor deveria contribuir para a construção da estrada: 100 reis por animal.²²³

Porém, foi somente a partir da formação do Conselho da Presidência da província de São Paulo, em 1824, que a questão deste caminho entrou novamente na pauta das discussões, sendo efetivamente construído.²²⁴ Composto de seis membros, que eram eleitos da mesma forma que os deputados, o Conselho se reunia durante dois meses, podendo ser prorrogado, para deliberar sobre assuntos concernentes à administração provincial. A função dos Conselheiros era auxiliar a ação executiva do Presidente de província.²²⁵ Atuavam buscando melhorar a infraestrutura da província, estabelecendo Câmaras e consentindo na abertura de estradas, por exemplo, além de decidir acerca de pedidos das diversas Câmaras espalhadas pelo território de São Paulo²²⁶. As questões sobre abertura e manutenção de estradas acabavam formando a principal pauta de discussões do Conselho. Com relação à Estrada da Mata, já em segunda seção, no dia 27 de outubro de 1824, Rafael Tobias de Aguiar propôs seu concerto, prevendo a instalação de uma freguesia no meio do caminho entre o Rio Grande

²²² BRASIL. *Documentos para a história da independência*, v.1, 1923, p. 161-162, citado por GRANDI, G. Considerações sobre o transporte pré-ferroviário em São Paulo. IN: GOULART FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. (Org.). *Transportes e Formação Regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: UFGD, 2011, p. 269-297.

²²³ NEGRÃO. *Genealogia Paranaense*, v. 1. Op. Cit, p. 98-110.

²²⁴ Ver o capítulo 2 desta tese, especialmente o item 2.3 “Construtores do político. A abdicação”.

²²⁵ SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2006. Cap. 2, item 2.3.1, A administração política das províncias.

²²⁶ APESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Educação, 1961, v. 86, Duas palavras, p. 7.

do Sul e São Paulo, salientando ainda, que a ampliação do caminho já havia sido previsto em Carta Régia em 1820.²²⁷ Tobias de Aguiar estava bem ciente das condições do caminho e falava com conhecimento de causa, pois vinha de uma família de negociantes de gado, sendo ele próprio atuante nesta atividade.

Alguns dias mais tarde, no dia 10 de novembro, novamente se expôs a manutenção da Estrada, apontando a grande necessidade,

por ser esta obra a mais importante, não só para esta província, mas também para todas as províncias deste Império, para onde se exportam bestas muares, sem as quaes não se pode fazer a importação, e exportação dos gêneros do comércio para as mesmas províncias, e igualmente a mais vantajosa para os interesses da Fazenda Nacional por ser a principal fonte das rendas dela (...).

Dada a importância do comércio de muares e a importância da estrada para tal comércio, o parecer do dia finalizava comentando que se devia prosseguir com a criação de uma contribuição para tal obra, devendo a câmara da vila do Príncipe, de Curitiba e de Castro

lembrar tudo quanto lhe parecer conveniente, para a abertura da Estrada, e estabelecimento da Povoação, e nomear um homem de conhecida probidade, inteligência, e conhecimento do País para inspecionar a obra (...).²²⁸

O Conselho, então, parecia desconhecer que João da Silva Machado já havia sido indicado para conduzir a obra, ao apresentar o seu plano para os Conselheiros, em fevereiro de 1826.²²⁹ Dois anos depois, entretanto, Machado voltou a ser mencionado no discurso que o bispo D. Manoel proferiu no dia 4 de setembro de 1828, considerando “digno de louvor o haver determinado a abertura da Estrada da Mata (...)” e congratulava o

patriotismo do sargento mor João da Silva Machado pelo zelo, acerto e prontidão com que há desempenhado a confiança que nele se pusera, vista que a dita Estrada está tocando o seu fim, e desta arte não terão de estremecer os mais intrépidos Negociantes na passagem de suas tropas, deixando, como outrora, de naufragar naquelle trânsito a fortuna de honestas famílias: o dito sargento mor tem sido incansável, e sobretudo é notável, que não se lhe mandasse por em prática o projeto

²²⁷ SÃO PAULO. Atas do Conselho da Presidência da província de São Paulo, anos de 1824-1829. IN: APESP. *Documentos interessantes para a história de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Educação, v. 86, 1961, p. 14.

²²⁸ Idem, p. 19.

²²⁹ Idem, p. 131.

de criar uma freguesia no meio do sertão, e ele a tenha feito nascer, edificando uma capela, para a qual logo nomeei um capelão curado, e conta já não pequeno numero de novos povoadores.²³⁰

Manoel Bispo estava se referindo à povoação do Rio Negro, fundada por Machado nas proximidades da vila do Príncipe, para onde conduziria, no final deste ano de 1828, famílias de imigrantes alemães. Em 8 de novembro de 1827, o ministro do Império, Visconde de São Leopoldo, havia determinado ao presidente de São Paulo que tomasse providencias para o recebimento de 955 colonos alemães. Duas colônias foram fundadas, a de Santo Amaro e Rio Negro, em 1829. Para esta última, foram enviados 238 colonos por iniciativa de João da Silva Machado, que havia sido nomeado diretor da colônia de Rio Negro, em 6 de dezembro de 1828.²³¹

Em 14 de outubro de 1829 Machado anunciou que havia sido concluída a Estrada da Mata e o Conselho da Presidência da província pediu-lhe informações acerca da conservação continuada do caminho²³², o que ele fez, relatando também a condição dos alemães em Rio Negro.²³³ Assim, estava terminada a Estrada da Mata, ligando Campo do Tenente ao Campo Alto, com 20 léguas de extensão, encurtada em 20 léguas em relação ao caminho anterior. Estava pronta a “artéria aorta do comércio no Sul do Brasil, interligando Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo”.²³⁴ A mudança do registro de Curitiba para o Rio Negro no mesmo ano do término da construção da estrada mostra a importância do novo caminho.²³⁵

Neste ano Machado foi eleito Conselheiro e Antonio Vieira dos Santos, um político e memorialista de Morretes, lhe escreveu no ato de sua eleição, comentando sobre a manutenção de estradas e seu cargo político:

Ilmo Sargento mor João da S.^a Machado – Morretes 1.º de Abril de 1829. Muito meu estimadíssimo Snr. Não sei de que modo ou maneira possa ir por meio desta á sua presença por me faltarem as enérgicas expressões com que um coração sincero e cheio de prazer, costuma falar para tecer os devidos elogios que V. S.^a é merecedor no conceito publico e dar lhe os alegres parabéns, pelo seu elevado Emprego de Tenente Coronel de Milícias, e por outra parte a acertada Eleição feita pela Nação

²³⁰ Idem, p. 147.

²³¹ NEGRÃO. *Genealogia Paranaense*. Op. Cit., p.117.

²³² SÃO PAULO. Atas do Conselho da Presidência, 1829. IN: APESP. *Boletim do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, p. 12-13.

²³³ Em 7 de janeiro de 1830, Idem, p. 31-34.

²³⁴ NEGRÃO. *Genealogia Paranaense*. Op. Cit., p. 111.

²³⁵ LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op.Cit.

Brasileira para o muito nobre e digníssimo cargo de Conselheiro desta província, condecorações estas bem merecidas pelos seus grandes serviços e que só devem ser conferidos a Cidadãos beneméritos e prestativos à sua Pátria, pois não foi de pequena monta aquele que V. S. prestou a Nação na abertura da nova Estrada da Mata do Sertão. [...] eis os frutos e vantagens que oferecem ao publico obras tão úteis, cujos autores devem exceder no clarim da fama a animosidade de Vasco da Gama, ao valor dos Castros, Albuquerque e Ribeiros, ao terror dos Almeidas – Cabraes – Saldanhas e Correas, e toda a mais genealogia de guerreiros famosos que horrorizarão ao mundo com seus heroicos feitos destruidores da humanidade, e se todos estes heróis têm sido tão celebrados nas historias, com quanto maior razão não deverá ser aquele que promove e faz obras em beneficio da mesma humanidade ? certamente, no meu fraco entender seus nomes devem ser mais elevados acima de todos aqueles heróis e gravados em marmóreo busto hum eterno padrão. O Brasil querendo imitar a industriosa Europa, ora se esmera nas aberturas e reparações de suas Estradas tão necessárias, em um solo de tão desmesurada extensão, tais como as de Curitiba e Arraial, tão necessárias e úteis a esta comarca. Agora na qualidade de conselheiro, esperamos que V. S. também ha de promover muitas prosperidades desde já premeditadas em seus vastos conhecimentos, fazendo lembrar á V. S.^{os} que são relativamente úteis a necessários a esta Freguesia.²³⁶

Além da feitura da Estrada da Mata, citada pelo memorialista na correspondência acima, outras construções de estradas foram acompanhadas por Machado, como a que ligava o planalto de Curitiba ao litoral, às vilas de Morretes e Antonina, em 1828.²³⁷ Estes empreendimentos lhe conferiram imenso prestígio político, já que ele estava sendo encarregado da direção das obras por indivíduos como Rafael Tobias de Aguiar, Manoel Rodrigues Jordão e Lourenço Pinto de Sá Ribas, figuras de destaque na política provincial. A manutenção da Estrada da Mata foi de suma importância na trajetória tanto política quanto econômica de Machado, pois demonstrou seu conhecimento do funcionamento do negócio de animais. A feitura da Estrada da Mata e a criação de uma vila, Rio Negro, no meio deste caminho, foram realizações de grande monta, a primeira, como já mencionei, resultando na mudança do importante registro de animais de Curitiba para a nova vila. Não posso assegurar que tenha havido participação de Machado na mudança do registro, mas de fato, isso trouxe vantagens para ele, que tinha propriedades na região.

²³⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima (1851). Tomo I*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950, p. 187-188.

²³⁷ SÃO PAULO. Atas do Conselho da Presidência. Op. Cit., anos de 1824-1829, p. 179-184.

1.5 As possibilidades de enriquecimento com o negócio de animais

1.5.1 Valor dos animais

Para compreendermos a formação da fortuna de João da Silva Machado e as possibilidades de enriquecimento do negócio, é útil analisarmos os valores ligados ao mercado interno, desde a compra de muares no Sul, até sua venda em Sorocaba. Esta parte do texto possui algumas passagens com caráter bem ensaístico, já que quando tratamos de valores para o Brasil do século XIX, estamos entrando em território bastante controverso do ponto de vista historiográfico. Como não há um consenso, estou fazendo uma experimentação. Mesmo assim, como se verá, os valores quando cruzados sinalizam as possibilidades do mercado de animais.

Como vimos, o contexto de dinamização econômica do Sudeste trouxe um considerável aumento nos negócios envolvendo animais. Analisando o crescimento do comércio na feira de Sorocaba na virada para o século XIX, em comparação com outras atividades, Fragoso percebeu

que as produções voltadas para o mercado doméstico possuíam um *ritmo de crescimento muitas vezes superior* ao daquele presente nos setores dirigidos ao mercado internacional. (...) Essa informação indica, pelo menos, a capacidade daqueles setores de abastecimento interno de realizar reproduções ampliadas, ou melhor, de empreender acumulações endógenas.²³⁸

Em outras palavras, o comércio de animais já no início do século XIX estava gerando grandes rendimentos e esta atividade estava se reproduzindo economicamente no interior do mercado brasileiro.

A atividade de negociante de animais era economicamente bastante arriscada, mais até para aqueles que também eram condutores, devido às perdas de animais pelo caminho, a extensão das viagens, a tributação. Assim, esperava-se que o negócio fosse lucrativo para valer o investimento. O objetivo desta seção é demonstrar a potencialidade do lucro do negócio com que João da Silva Machado estava envolvido na primeira metade do século XIX.

²³⁸ FRAGOSO. *Homens de grossa aventura*. Op. Cit., p. 174.

Veremos alguns indicadores dos valores dos animais em diversas regiões e períodos para termos noção da lucratividade deste negócio.

Os preços dos animais variavam de acordo com a região e com o ano. Quanto mais próximo de Sorocaba, os preços tendiam aumentar exponencialmente. Daí a procura de certos indivíduos por operar em todas as linhas do comércio, desde a compra, passando pela condução e engorda, até a venda nos centros compradores. O negociante Antonio da Silva Prado era um dos que possuíam atividades monopolistas, objetivando comprar o máximo de animais nos Campos Gerais a partir de 1820.²³⁹ No Quadro 1 que veremos a seguir, encontramos valores atribuídos aos mueres iniciando em Sorocaba, onde o valor era mais alto, seguindo pelo caminho do Vimão, até o Rio Grande, onde encontramos, em geral, os menores preços.

²³⁹ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 45.

Quadro 1. Valores médios dos muares

Autor	Local	Período	Valor médio em mil-réis e fontes em parênteses, não deflacionado	Valor médio em libras.²⁴⁰
Petrone ²⁴¹	Sorocaba	Década de 1830	50\$000 (correspondência)	378£
Rafael Tobias de Aguiar ²⁴²	Itapeva, Paranapitanga, Itapetininga	1857	22\$000 ²⁴³ (inventário)	195£
Viveiros Araujo ²⁴⁴	São Paulo	1825-1850	24\$038 (inventários, cavalos e bestas)	191£
Daniel P. Muller ²⁴⁵	São Paulo	1836	50\$000	309£
Westphalen ²⁴⁶	Paraná	1861	80\$000 (balanço contábil)	748£
Manuel Gonçalves Guimarães ²⁴⁷	Campos Gerais	1839	6\$400 (inventário)	51,64£
Borges ²⁴⁸	Lages	1840-1865	25\$000	222,5£
Thiago Araujo ²⁴⁹	Cruz alta	1879	20\$000 (inv. Barão de Ibicui) 40\$000 (venda da baronesa de Ibicui)	217£
Westphalen ²⁵⁰	Rio Grande	1835	20\$975 (Livro da sociedade com João da Silva Machado)	129£
Luiz Pereira de Campos Vergueiro ²⁵¹	Passo Fundo, Rio Grande	1878	20\$000 (inventário)	202£
Petrone ²⁵²	Rio Grande	1824-1825	16\$424 (correspondência)	78,83£

Fonte: Diversas, ver notas.

²⁴⁰ Conversão de mil-réis para libras baseada no estudo de MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). IN: MPRA paper no 31918, 5 de julho de 2011, disponível em http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31918/2/MPRA_paper_31918.pdf, (acessado em 07/10/2013).

²⁴¹ Idem, p. 29.

²⁴² ALEIXO IRMÃO. *Rafael Tobias de Aguiar*. Op. Cit.

²⁴³ Os muares são distribuídos nas seguintes localidades: Itapeva, 8 a 20\$000 cada; Paranapitanga, 11 a 20\$000 e 29 a 25\$000 e; em Itapetininga, 24 a 20\$000. ALEIXO IRMÃO. *Rafael Tobias de Aguiar*. Op. Cit., p. 438-39.

²⁴⁴ ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Editora Hucitec, Fapesp, 2006, p. 111.

²⁴⁵ MULLER. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Op. Cit., p. 123.

²⁴⁶ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., p. 75.

²⁴⁷ Arquivo público do Paraná. *Inventário post-mortem*, Manuel Gonçalves Guimarães, 1839.

²⁴⁸ BORGES. *Terra, gado e trabalho*. Op. Cit.

²⁴⁹ ARAUJO. *Escravidão, fronteira e liberdade*. Op. Cit., p. 45-46.

²⁵⁰ WESTPHALEN. *O barão dos Campos Gerais*. Op. Cit., p. 50.

²⁵¹ APESP, Luiz Pereira de Campos Vergueiro. *Inventário post-mortem*, 1878.

²⁵² PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 48.

Deve-se ter em mente que a amplitude inflacionária do Brasil era muito grande e os preços podiam variar enormemente em decorrência de diversos fatores como a oferta e a procura, relações pessoais, ou mesmo disponibilidade de crédito. Um dos “pecados” metodológicos que estou consciente de ter cometido ao elaborar a tabela acima se tratou da utilização de fontes diferentes para se depurar valores de certo item.²⁵³ Utilizei valores retirados de correspondências, de inventários, de balanços comerciais e de um quadro estatístico oficial. Essa variação de fontes certamente produz estimativas valorizadas para mais ou para menos. Mas até nessa aparente fraqueza podemos obter vantagens no sentido de percebemos as oscilações dos valores ao longo do tempo, do espaço e em diferentes documentações. Segundo Petrone, o próprio preço dos muares tendia a oscilar muito. Dependendo da época, como a década de 1820, em que ocorriam guerras na fronteira Sul, havia falta de animais em Sorocaba e o preço se elevava.²⁵⁴ O objetivo com a construção da tabela acima é demonstrar que a lucratividade do negócio era real. O muar era muito valorizado no oitocentos e negociantes como João da Silva Machado enriqueceram muito em decorrência do mercado de animais.

Para efeito de comparação, podemos visualizar o preço de bois nos mesmos períodos tratados nos dados da tabela acima, para duas regiões centrais no negócio de animais no século XIX: Sabará, em Minas Gerais e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.²⁵⁵ Lembrando que bois serviam para alimentação, força motriz e seu couro era destinado a vestimentas e exportação na década de 1824, um boi custava 6.635 réis em Sabará e 5.857 em Porto Alegre. Em 1850, o mesmo animal custava 13.799 em Sabará e 11.764 em Porto Alegre.²⁵⁶ Uma valorização de 107% e 101% respectivamente em 26 anos.

Vejamos a diferenciação dos preços pagos em unidades de muares e sua valorização ao longo dos anos e em diferentes regiões no Caminho do Sul. Se antes de 1825, os preços de uma mula ficavam na casa dos 14\$000 a 16\$000, a partir de então eles começam a aumentar. Já pelo ano de 1828, Antonio da Silva Prado chegou a vender mulas por 60\$000 a cabeça e, em 1829, enviou tropas compradas em Sorocaba ao Rio de Janeiro por 63\$000.²⁵⁷

²⁵³ CARRARA, Angelo Alves. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método. IN: *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n.1, 2008, p. 163-194.

²⁵⁴ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 48.

²⁵⁵ NOGEROL, Luiz Paulo Ferreira. Preços de bois e escravos em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – mercadorias de um mercado nacional em formação. IN: *Ensaio FEE*, v. 26, 2º Encontro de economia gaúcha PUCRS, 2005. Os dados foram extraídos de inventários *post-mortem* de Porto Alegre e Sabará.

²⁵⁶ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., apêndice, p. 18.

²⁵⁷ Idem, p. 113.

Pouco antes dessa época, em 1824-25, Machado havia adquirido 2287 animais no Sul por uma média de 16\$424 a cabeça.²⁵⁸ Petrone aponta que os gastos com impostos, condutores, alimentação, internadas, e animais para a condução, dependendo do ano, chegavam a perfazer 9% do valor empregado, ficando várias vezes, bem abaixo disso²⁵⁹. Considerando um gasto de 10% em despesas, podemos conjecturar que Prado e Machado lucraram na compra destes animais 41:316\$942. Em 1826 um muar era cotado em Sorocaba entre 26\$000 a 38\$400²⁶⁰, o lucro poderia variar de 30% a 52%.²⁶¹

Em uma transação feita em 1835, David dos Santos Pacheco, comprou 1225 muares, pagando uma média de 20\$975 por cabeça.²⁶² Neste caso, deve-se ponderar que se trata de uma transação de um negociante que estava bastante acostumado com o mercado e que por isso podia ter conseguido preços mais vantajosos.

Na região dos Campos Gerais, Manuel Gonçalves Guimarães, possuía diversas propriedades de criação e internada. Ele e seu filho Mathias também atuavam na condução de tropas. De seu inventário aberto em 1839, como demonstrado no quadro, temos o valor médio de 6\$400 por animal, um valor bem abaixo do que até agora temos visto e o menor valor da nossa amostragem.

Manuel Gonçalves Guimarães era um grande negociante, fazendo fortuna com a compra e venda de mulas e era conhecedor do funcionamento do mercado. Se uma mula fosse adquirida pelo preço de 15\$000 a 20\$000²⁶³ no Rio Grande do Sul, a desvalorização na avaliação dos animais no seu inventário foi de pelo menos 42%, sem contar com o encarecimento dos animais à medida que se deslocavam em direção à Sorocaba.

Pela mesma época da abertura do inventário de Guimarães, Daniel P. Muller apresenta seu quadro estatístico de São Paulo, para o ano de 1835, apontando a média de 50\$000 por muar. Maria Thereza Petrone estima, pelos papéis de Antonio da Silva Prado, que na década de 1830 o preço de uma mula no mercado de Sorocaba ficava entre 40 e 60 mil réis.²⁶⁴ Para a cidade de São Paulo, Maria Lucilia Viveiros Araujo encontrou, nos inventários *post-mortem* entre os anos de 1825 a 1850, a média de 24\$038 para o conjunto de cavalos e bestas. Se

²⁵⁸ Idem, p. 48.

²⁵⁹ Idem, p. 84.

²⁶⁰ Idem, p. 120.

²⁶¹ 2287 mulas, ao valor de 26\$000, total de 59:462\$000; 2287 mulas, ao valor de 38\$400, total de 87:820\$800.

²⁶² WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., p. 50.

²⁶³ Valores da década de 1820, segundo a correspondência de Antonio da Silva Prado, PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 110-11. Há notícia de uma venda de mulas, em 1812, por Manuel Gonçalves Guimarães, no valor de 12\$000 a cabeça. ARAUJO. *Os caminhos da riqueza...*, Op. Cit., p. 113.

²⁶⁴ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 29-31.

consideramos que os valores de Muller se referem à venda, teremos os mesmos percentuais de desvalorização de animais em inventários (48%) encontrados nos casos anteriores, fortalecendo o argumento. Thiago Araujo, observando inventários de Cruz Alta, entre os anos de 1834 a 1884, encontrou valores reduzidos em relação ao mercado, chegando até 50% de desvalorização.²⁶⁵

A questão é que nos inventários aparecem registrados os bens possuídos na hora da morte do inventariado, e muitos bens eram vendidos logo antes deste momento. Mulas eram consideradas investimentos e, logo após a morte do proprietário, eram vendidas rapidamente pelos herdeiros, já que o tempo fazia com que decrescesse o valor deste tipo de animais. Decorre disto o fato dos autores que utilizam inventários como fontes principais acabarem não encontrando um número considerável de mulas, gerando hipóteses, por exemplo, da quase inexistência de sua criação em algumas regiões.

Exemplos sobre a desvalorização de animais nos inventários foram exemplificados por Thiago Araujo:

Em 1879 a baronesa do Ibicuí vendeu uma tropa de mulas no valor de 40\$000 reis cada uma, embora o valor das mulas no inventário aberto por falecimento do Barão de Ibicuí conste muito abaixo do valor de mercado. Uma mula de um ano valia 10\$000, uma de dois anos 14\$000 e uma de três anos 20\$000 réis. As mulas de três anos eram as que mais valiam no mercado, pois se encontravam em idade apropriada para a venda, o que indica uma subvalorização de 50% de seu valor em inventário.²⁶⁶

Por sua vez, Nilsen Borges percebeu que, muitas vezes à época da feitura do inventário, os rebanhos estavam em período de reposição. Neste sentido, o autor apresenta o caso de Manuel Delfes da Cruz que, apesar de ter poucas cabeças de gados inventariadas, possuía uma relação de dívidas ativas e passivas que indicam a venda de animais para Sorocaba logo antes de morrer.²⁶⁷

Este mesmo autor, trabalhando com inventários *post-mortem* de Lages entre os anos de 1840 e 1865, comenta que:

Primeiramente, o que salta aos olhos é o alto valor atribuído ao gado muar em relação ao gado bovino. “Enquanto entre o rebanho bovino o boi recebeu a maior cotação (20\$000), o “burro hechor” (burro reprodutor) foi o animal mais valorizado

²⁶⁵ ARAUJO. *Escravidão, fronteira e liberdade*. Op. Cit., p. 45-46.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ BORGES. *Terra, gado e trabalho*. Op. Cit., p.100.

do conjunto (60\$000). A mula “vaquiana” também se destacou pelo alto valor atribuído (40\$000).²⁶⁸

A besta de carga chegava a valer 25\$000 e se comparado com os valores de Petrone, apontam uma valorização de até mais de 50% na venda final em Sorocaba.

O Quadro 2 apresentado a seguir é interessante para mesurar os valores dos diferentes tipos de animais em uma área intermediária do caminho das tropas, onde Machado possuía residência, já percebendo o aumento em relação à Viamão.

Quadro 2. Cotação média do gado muar, bovino e cavalar em Lages, segundo inventários

Tipo	Valor	Tipo	Valor
Besta mansa de carga	25\$000	Potro Criado	12\$000
Besta mansa de arreios	30\$000	Boi Curraleiro	20\$000
Burro criado	18\$000	Boi de um ano	5\$000
Burro em bom estado	16\$000	Boi de dois anos	10\$000
Burro hechor	60\$000	Boi de quatro anos	20\$000
Égua com cria	5\$000	Boi de corte	18\$000
Égua com cria de burros	7\$000	Novilho de dois anos	20\$000
Égua com cria de potros	5\$000	Terneiro de um ano	4\$000
Éguas solteiras	3\$000	Terneiro de dois anos	8\$000
Mula mansa em bom estado	2\$000	Terneiro criado	14\$000
Mula “vaquiana”	40\$000	Vaca com cria	16\$000
Cavalos Mansos em bom estado	26\$000	Vaca solteira	12\$000
Cavalos Mansos em mau estado	14\$000	Rezes	7\$000
Cavalo xucro	16\$000	Ovelha	1\$000
Potranca	25\$000		

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lajes (1840-1865). Museu do Judiciário. Tribunal da Justiça de Santa Catarina. Quadro adaptado de Borges. *Terra, gado e trabalho*. Op. Cit., p. 95.

O quadro acima confirma que o burro hechor era muito valorizado no Sul, no século XIX chegando a custar o valor de 15 cavalos mansos.²⁶⁹ Esse animal era destinado para a coabitação com a égua para procriação, gerando a mula.

A trajetória de Rafael Tobias de Aguiar também serve de evidência quanto à lucratividade do comércio de animais, além de exemplificar o funcionamento interno deste mercado. Ele emprestava dinheiro para negociantes, como Luiz Vergueiro, o genro-sócio de Machado. Da mesma forma que este, compartilhava sua ativa vida política com a inserção neste ramo econômico privilegiado do Sul. Tobias de Aguiar descendia de uma família ligada

²⁶⁸ Idem, p. 95.

²⁶⁹ GIL. *Coisas do caminho*. Op. Cit., p. 71; HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 75.

ao mercado de muares, colaborando ele mesmo para o aumento de seu cabedal. Seu pai, Antonio Francisco de Aguiar, fez fortuna através da arrematação de vários impostos, como os direitos do novo imposto de Sorocaba.²⁷⁰ Depois do seu falecimento, em 1818, Tobias de Aguiar deu continuidade à cobrança de impostos além de operar no mercado de animais em suas várias etapas. Comprava, ou melhor, mandava comprar tropas no Rio Grande do Sul, emprestava dinheiro para compra de animais²⁷¹, e os criava em suas fazendas espalhadas pela província de São Paulo.

Em seu inventário aberto em 1859, são citadas grandes propriedades de Tobias de Aguiar voltadas para a criação de animais, situadas em Faxina e em Itapetininga, no Caminho do Sul.²⁷² O número de animais, entre gado vacum, cavalariço, lanígero e muar, é de 6352. Uma cifra bastante grande para os padrões da época, até se comparada com regiões de criação no Rio Grande. Se considerarmos que a média ali era de 995 cabeças de gado vacum por propriedade, para o período de 1765-1825²⁷³, é significativo que Tobias de Aguiar em seu inventário possuísse 2986 cabeças somente deste tipo de gado, apontando para larga capacidade criatória de suas fazendas. Sempre considerando o baixo valor atribuído para animais nos inventários, a média dos muares ficou avaliada em 22\$000 neste documento.

Outro indivíduo que enriqueceu muito com este negócio foi David dos Santos Pacheco, residente dos Campos Gerais. Maria Cecília Westphalen teve a felicidade de encontrar rica documentação detalhando os negócios daquele que veio a ser o Barão dos Campos Gerais. Segundo seu balanço contábil de 1861, cinquenta bestas mansas foram avaliadas por 80\$000 a cabeça. Alguns anos mais tarde, em 1878, um novo balanço aponta que 30 mulas mansas foram avaliadas a 30\$000.²⁷⁴ Que fatores podem ser creditados ao alto valor estipulado no primeiro balanço? Difícil ter uma resposta definitiva, mas, se no final da década de 1820, o muar valia 60\$000, e a tendência era de aumento, assim facilmente Pacheco poderia ter vendido seus animais com aquela cotação de 1861. E para o ano de 1878, a explicação da redução dos números reside na ampliação da estrada de ferro São Paulo Railway, ligando o interior de São Paulo ao porto de Santos, diminuindo a importância das

²⁷⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocacaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001, p. 108.

²⁷¹ Emprestou 4:000\$ a Luiz Pereira de Campos Vergueiro, em 1843. HÖRNER, Erik. A luta já não é mais a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. São Paulo: *Almanack brasileiro*, n. 05, maio 2007, p. 69.

²⁷² ALEIXO IRMÃO. *Rafael Tobias de Aguiar*. Op. Cit., p. 433-457.

²⁷³ OSÓRIO. *O império português no Sul da América*. Op. Cit., p. 112.

²⁷⁴ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., p. 74-75 e 77-79.

mulas para o transporte do café paulista, o principal destino desses animais na segunda metade do século XIX.

Entretanto, no inventário de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, aberto em 1878, avaliam-se mulas na fazenda Sarandi, em Passo Fundo, pela média de 20\$000. Era um período em que esses animais já eram parte de um sistema de transporte em desuso, tendo sido substituídos pelos trens.

Um valor que deve ser agregado aos custos do negócio de que estamos tratando são os impostos. As taxas de passagem de animais ao longo do Caminho do Viamão tendiam a aumentar o preço final do luar. O governo paulista, nas primeiras décadas do século XVIII, visando o controle sobre o comércio de animais com o Sul e a obtenção de lucros através dele apoiou a abertura de uma estrada que ligasse São Paulo ao Rio Grande. Em 1733 Cristóvão Pereira de Abreu conduz por ela, vindo da Colonia Sacramento até São Paulo, a primeira tropa com cerca de 3000 animais. Assim, “A Estrada Geral” (ou Caminho do Viamão) possibilitou à Coroa portuguesa estruturar o controle sobre o trânsito e o comércio de tropas no Centro-Sul, através da cobrança de direitos reais sobre os animais.”²⁷⁵ Foram estabelecidos dois registros: de Curitiba, que passou mais tarde para Rio Negro e o de Sorocaba. Os impostos passariam a ser a principal fonte de renda da capitania/província de São Paulo.

Os impostos cobrados por animais, no século XIX eram: “direito de animais no registro do Rio Negro”, “novo imposto dos animais em Sorocaba” e, a partir de 1809, a “contribuição para Guarapuava”. Este último imposto era destinado a financiar expedições de conquista e colonização.

Quadro 3. Impostos sobre animais cobrados no registro de Sorocaba

	Besta	Cavalo	Égua	Rés
Registro de Rio Negro (1835)	2\$500	2\$000	\$960	\$240
Novo Imposto em Sorocaba (até 1881)	\$320	\$200		\$100
Contribuição para Guarapuava (1810)	\$320	\$440		
Contribuição para Guarapuava (1811-1819) – animais criados no Sul, Vacaria e Lajes	\$640	\$640		\$480
Contribuição para Guarapuava (1811-1819) – animais criados de Curitiba até Sorocaba	1\$650	1\$500		\$480
Contribuição para Guarapuava (1819-1851) – animais criados no Sul, Vacaria e Lajes	\$160	\$220		
Contribuição para Guarapuava (1819-1851) – animais criados de Curitiba até Sorocaba	\$875	\$750		\$240

Fonte: Adaptado de BADDINI. *Sorocaba no império*. Op. Cit., p. 55.

²⁷⁵ BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 52.

O valor dos impostos era repassado aos compradores em Sorocaba, aumentando o preço dos animais que saíam do Sul. Além disso, acerca da Contribuição para Guarapuava, percebe-se a taxa maior sobre a criação nos Campos de Curitiba, sendo os moradores dessa região os mais interessados na expansão para o oeste, que viria a ter suas áreas destinadas à pecuária. Somente aqueles que criavam animais na região dos Campos de Curitiba pagariam a taxa da contribuição para Guarapuava, esta não recaindo sobre a criação em outras paragens do Sul.

O pagamento destas taxas era feito por emissão de guias lançadas nos registros de Rio Negro e Sorocaba, que deviam ser pagas em até 12 meses. As guias vinham com o nome do proprietário das tropas e de um fiador e podiam ser saldadas no registro de Sorocaba. Quem vinha do Sul, pagava apenas os impostos referentes ao Rio Negro e a contribuição para Guarapuava, enquanto estas existiam. Aqueles que partiam do atual estado do Paraná pagavam o imposto de Sorocaba e a contribuição. As cópias das guias eram feitas nos registros e eram essenciais para demonstrar a quantidade e o tipo dos animais passados, além de se poder mesurar quem negociava. Durante o período colonial, esses impostos eram arrematados a particulares e eram considerados um grande negócio.

Fortunas sorocabanas, como a da família de Rafael Tobias de Aguiar, foram constituídas através dos lucros da arrematação de impostos.²⁷⁶ Antonio da Silva Prado, além de atuar no ramo de compra e venda de animais, era grande arrematante de impostos, atividade que o ajudou a aumentar seu quinhão. Segundo a correspondência analisada por Petrone, Silva Prado objetivava adquirir o direito de todos os impostos relacionados com animais.²⁷⁷ Após três anos de arrecadação do “Novo Imposto” em Sorocaba (1820, 1821 e 1822), ele teve um lucro de 49,3% sobre o valor investido. Além do lucro, esse contrato punha em suas mãos dinheiro líquido para ser investido em outras operações, como a compra de animais.²⁷⁸

De olho no filão, a partir de 1826, o governo provincial passa a centralizar em suas mãos o recebimento destes impostos. Cassia Maria Baddini diz que esses impostos eram parcela significativa da arrecadação provincial, constituindo o registro do Rio Negro a segunda maior receita da província na primeira metade do século XIX.²⁷⁹ Pela importância econômica deste registro, pode-se compreender porque a província de São Paulo se opunha

²⁷⁶ BACELLAR, Op. Cit., p. 121.

²⁷⁷ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 141.

²⁷⁸ Idem, p. 138.

²⁷⁹ BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 58.

com tanta ênfase ao pedido de emancipação do Paraná, sendo o registro uma das principais questões postas em debates nos anos que antecederam a separação. Hebert Klein estima que o valor dos impostos teria representado entre 15% a 17% do preço final da venda dos animais em Sorocaba.²⁸⁰

Tabela 1. Comércio de animais e orçamento da província de São Paulo

Ano	Total \$ reses/muares	Orçamento de São Paulo
1822	335:669\$ a 460:235	179:788\$445
1826	413\$220\$	197:850\$480
1827	318:968\$ a 343:304\$	297:619\$764

Fonte: PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 394; STRAFORINI. *No Caminho das Tropas*. Op. Cit., p. 72.

Rafael Straforini anota que, apesar de 1820 não ter sido um auge na venda de animais, o capital gerado pelo negócio nesta década foi superior ao orçamento provincial, como pode ser visto na tabela acima, demonstrando a importância econômica desta atividade.²⁸¹

A taxaço gerava inconformismos, mesmo em viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire, que escreve: “Os muares são, em imensa parte do Brasil, os únicos meios de transporte; sobrecarregá-los com tantos impostos prejudica, certamente, o comércio e a agricultura, que, no país, tanto necessitam, de encorajamento.”²⁸²

Quadro 4. Número médio de animais e muares chegados no mercado de Sorocaba, 1825-1880

Período	Muares			Todos os animais	No. de anos do período
	Média	Mínimo	Máximo		
1825-1829	10.702	8.439	14.679	21.448	4
1830-1839	19.308	11.382	27.967	29.706	10
1840-1849	26.429	20.779	29.626	32.261	10
1850-1859	40.917	40.917	57.682	48.152	10
1860-1869	39.871	39.871	55.426	48.881	10

Fonte: KLEIN. A oferta de muares no Brasil central. Op. Cit., p. 356.

²⁸⁰ KLEIN. A oferta de muares no Brasil central. Op. Cit., nota 9.

²⁸¹ STRAFORINI, Rafael. *No caminho das Tropas*. Sorocaba: TCM comunicação, 2001, p. 72.

²⁸² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem a província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, s/d, p. 253.

Os animais começavam a chegar a Sorocaba a partir de novembro, aguardando a feira que acontecia entre janeiro e abril e atraía compradores de várias regiões.²⁸³ Klein analisando registros do Novo Imposto de Animais de Sorocaba, percebeu que a maioria dos animais chegava no outono.

Depois de engordados no Paraná, até o início da estação chuvosa da primavera – fundamental para providenciar pasto fresco ao longo de toda a rota – os rebanhos de mulas moviam-se vagarosamente em direção ao norte durante vários meses. Eles começavam a chegar em Sorocaba nos últimos meses do verão, sendo que seu número crescia durante os meses de outono (abril, maio e junho), principalmente em maio. Isso acontecia somente após o final do período das chuvas e o começo da estação de colheita – tanto do café quanto do açúcar (de março a maio); e, portanto, justamente antes do grande movimento dos animais de carga em direção à costa a partir do início da primavera e durante os meses de verão.²⁸⁴

Por volta de 1820, os muares já eram os principais animais comercializados em Sorocaba, chegando a 85% em meados do século XIX.²⁸⁵ Entre 1825 e 1880, o mínimo destes animais chegados à feira, anualmente, era de 8.439. A média anual do decênio 1850-59, a maior de todas, foi de 40.917.²⁸⁶ Durante esta década, metade dos animais ia para Minas Gerais.²⁸⁷ O restante era destinado às fazendas de açúcar e café, espalhadas pelo Sudeste.

Assim, mesmo com impostos e outros gastos, o mercado de longa distância do gado tendia a potencializar o lucro. Para Braudel, analisando o contexto da Europa ocidental, “o comércio de longo curso cria seguramente sobrelucros: joga com preços de dois mercados afastados entre si e cuja oferta e procura, ignorando-se mutuamente, só se encontram por intervenção do intermediário.”²⁸⁸ O intermediário seria o dono das tropas que, pelo imenso risco que corria, podia colocar preços sobre seus animais bastante ampliados com relação ao valor inicial de compra no Rio Grande.

O governador de São Paulo, em 1798, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça anota que, mesmo com os impostos, condução, descanso dos animais, mortes de animais e outras despesas extraordinárias, os negócios feitos em Curitiba rendiam em torno de 50% de lucro.²⁸⁹ Se, nessa época, segundo o mesmo governador, a besta muar chegava a valer 4\$500

²⁸³ PETRONE. O barão de Iguape, p. 105

²⁸⁴ KLEIN, Op. Cit., p. 358.

²⁸⁵ Idem, p. 355, nota 20.

²⁸⁶ Idem, p. 356.

²⁸⁷ SUPRINYAK, Op. Cit., p. 50.

²⁸⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material. Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes: 1996, p. 357, citado por HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*. Op. Cit., p. 213.

²⁸⁹ MENDONÇA, Antonio Manuel de Mello Castro e. Memória econômico política da capitania de São Paulo (1798). IN: *Anais do Museu paulista*, T-XV (81-248). São Paulo: 1961, p. 211-212.

no Rio Grande do Sul, é esperado que os negociantes mais especializados no século XIX, que contavam com uma conjuntura de crescente necessidade de animais para alimentação (principalmente com a vinda da família real em 1808) e transporte (para o açúcar e o café), pudessem ter a mesma ou até maior percentagem de lucros.

Observemos a possibilidade de lucros em outros ramos e atividades. Na primeira década do século XIX, Renato Marcondes computou a taxa de retorno para os negociantes paulistas de gado para o Rio de Janeiro em torno de 5% a 13%²⁹⁰. Aproveitando os registros contábeis de uma fazenda de criação em Alegrete, Farinatti apresenta o caso de Olivera Ortiz que, com a venda de 376 novilhos vendidos para os anos de 1851 a 1853, teve um lucro de 50%. O mesmo autor notifica que os cálculos de lucro não são seguros e, mesmo contando com o tipo de registro que ele trabalhou, não se pode fazer generalizações. Mesmo assim, este valor serve como indicativo. Gelman, analisando documentos semelhantes, para a estância Las Vacas, no Uruguai, notou um lucro de 50% em 1805 na venda de animais.²⁹¹

Helen Osório fez um balanço das taxas de lucros presentes na historiografia procurando compará-las com os retornos da arrematação de contratos do Rio Grande: Schwartz encontra um lucro de 5% a 10% nos engenhos de açúcar da Bahia no século XVIII²⁹²; Manolo Florentino calcula uma média de 19,2% no lucro do tráfico negreiro no Rio de Janeiro, entre 1810 e 1820.²⁹³ Dos registros de diversos contratos arrematados do Rio Grande do Sul, Osório encontra uma variação de lucros de 17,4 a 44,2%.²⁹⁴

Adicionando mais dados acerca da diferenciação dos valores de mueres em inventários e na venda final, devemos levar em consideração que o mercado interno brasileiro do século XIX não era regulado, e assim como o exemplo do mercado de terras do Piemonte italiano analisados por Giovanni Levi, era extremamente complexo, para além de regras puramente mercantis.²⁹⁵ Relações familiares e clientelares faziam com que os preços aumentassem ou diminuíssem dependendo de quem comprava e quem vendia. Além disso, neste mercado pré-

²⁹⁰ MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar 2001, p. 59.

²⁹¹ GELMAN, J. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Libros del Riel, 1998, p. 203-210.

²⁹² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial: 1500-1835. São Paulo: Cia das Letras; CNPQ, 1988, p. 204, citado por OSÓRIO. *O império português no Sul da América*. Op. Cit., p. 254.

²⁹³ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 173, citado por OSÓRIO. *O império português no Sul da América*. Op. Cit., p. 254.

²⁹⁴ OSÓRIO. *O império português no Sul da América*. Op. Cit., p. 254.

²⁹⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

capitalista em que estava mergulhada a atividade econômica do Sudeste e Sul, deve-se considerar certos aspectos que tendiam a pesar no preço final dos muare²⁹⁶: a) a existência de um mercado restrito, com múltiplos pequenos mercados ao longo do Caminho do Sul e com parte da produção de animais sendo consumida pelos criadores e condutores; b) uma frágil divisão social do trabalho, com trabalhadores escravos convivendo com formas de trabalho familiar; c) uma precária circulação de mercadorias, inclusive de moedas, o que acabava por limitar as opções de produtos vendidos no mercado interno; d) um mercado marcado por poucas opções de negócios, onde imperava a especulação, o monopólio e a usura.

Indivíduos destacados no negócio de animais, como Silva Prado e Silva Machado atuavam de maneira monopolista e especulativa, no sentido de, após a compra dos animais no Sul, frear ou acelerar sua oferta no mercado dependendo dos preços. E também combinavam a atividade de prestamistas (principalmente Prado) para aqueles que necessitavam de capital para a compra de animais no Sul. Isto era essencial em uma sociedade onde a liquidez era baixa.

Além dessas diferenciações econômico-sociais, vamos encontrar para a região Sudeste-Sul um caráter rural nas produções, o que, apesar de óbvio, define certas peculiaridades ao sistema de criação e venda de animais, já que o abastecimento de animais para o Sudeste dependia das flutuações da pecuária. Soma-se a isso, a instabilidade de toda a sociedade colonial e imperial, cenário de guerras e condições climáticas adversas.²⁹⁷

Assim, meu objetivo nesta seção foi demonstrar como o negócio de animais estava entre as atividades mais lucrativas no século XIX. A sua lucratividade justifica a ascensão econômica de João da Silva Machado, chegando a um dos maiores negociantes de animais do século XIX, terminando sua vida com um quinhão de mais de 354 contos de réis, distribuídos em diversas propriedades e animais.

Pode-se ainda apresentar um último argumento: se o negócio era lucrativo porque as elites não se voltavam em peso para esta atividade? Para apontar um aspecto como esboço de resposta pode-se tomar a especificidade da racionalidade econômica brasileira da virada do século XVIII para o XIX. Como bem apontam Manolo Florentino e João Fragoso, a opção por certos investimentos não era pautado pela noção capitalista de lucro, mas perpassava questões de prestígio. No caso analisado por estes autores, eles perceberam que na passagem para o século XIX, uma parcela da elite mercantil do Rio de Janeiro passou a se dedicar a atividades

²⁹⁶ FRAGOSO. *Homens de grossa aventura*. Op. Cit., p. 181-185; KULA, Witold. *Problemas y métodos de La historia econômica*. Barcelona: Ediciones península, 1977, p. 459-469.

²⁹⁷ KULA. *Problemas y métodos de La historia econômica*. Op. Cit., p. 459-ss.

rurais e rentistas, menos lucrativas que suas antigas atividades mercantis. Isso, segundo os autores, se deveu ao fato de que aquisição de terras e cativos assinalavam bens de prestígio.²⁹⁸ O negócio de animais já era considerado uma atividade inferior. Na década de 1840, quando alguns envolvidos nestas atividades atingiram posições políticas de destaque, a imprensa opositora os aponta como adjetivos negativos como “traficantes de burros, “labregos” e “toucinheiros”, apesar de apresentá-los como donos de fortunas colossais.²⁹⁹ Portanto, tais atividades eram de baixa consideração na busca por prestígio mesmo em meados do século XIX, apesar de certa mudança exercida pela pressão dos enriquecidos e poderosos negociantes de gado.

1.5.2 Sociedades

Antonio da Silva Prado e David dos Santos Pacheco juntaram-se a João da Silva Machado para formar a tríade dos grandes negociantes de gado do Sul. Analisemos agora as sociedades que envolveram os três.

Prado havia acumulado um grande cabedal através do comércio de açúcar e da arrematação de contratos. Foi através da arrecadação do “novo imposto” de Sorocaba e do imposto de Guarapuava que ele conheceu melhor o contexto do Sul e começou a se interessar pela formação de tropas. Em 1818, Prado comentava com João da Silva Machado acerca da “necessidade e carestia do gado no Rio de Janeiro”³⁰⁰ Mais tarde, em 1820, pediu conselhos a Machado sobre o negócio de animais. Inicialmente, Prado atuou no comércio de gado vacum e, aos poucos, foi migrando para o de muares. Nesta fase de suas atividades, ele tinha como sócio João da Silva Machado. Segundo Petrone, nesta sociedade Machado desempenhava a função de comprador no Sul e Prado a de vendedor em Sorocaba. Machado se deslocava até o Rio Grande e trazia (ou mandava trazer) os animais até os Campos Gerais, ocupando-se de organizar a condução e a internada dos animais. Algumas vezes, pelo meio do caminho, outro ajudante de Prado continuava a viagem até a feira de Sorocaba, onde este se encarregava de arranjar compradores e decidir o preço e as condições de venda.³⁰¹

²⁹⁸ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993, ver também discussão sobre metodologia de história econômica em: BARROS, José d’Assunção. História econômica: considerações sobre um campo disciplinar. IN: *Revista de economia política e História econômica*, n. 11, jan 2008.

²⁹⁹ A Phenix, 29 de abril de 1840, citado por HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit., p.101.

³⁰⁰ Copiador de Cartas do barão de Iguape, f. 141, 1º. De agosto de 1818, IHGSP, citado por PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 8.

³⁰¹ PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 9-11.

Prado procurava estar sempre ciente da situação política do Brasil e das necessidades na Corte, uma vez que negociantes situados na cidade do Rio de Janeiro eram seus principais clientes. A partir de 1825 a guerra no Sul contra a desanexação da província Cisplatina se acentuou, acabando por influenciar a disponibilidade de gado no Rio Grande.

Mesmo assim, o negociante contava com mais de duas mil bestas na feira de 1828. E, já pressentindo as altas dos preços nas feiras seguintes, escreveu para seu sócio Machado, em 1829, para que este comprasse quantos animais fosse possível em Curitiba. Segundo Petrone, para a feira de 1830, Prado possuía 1800 bestas. Entre 1828 e 1829, Machado comprou 1200 bestas, que estavam invernadas na fazenda Fortaleza, em Castro.³⁰² Mesmo com as desordens da guerra Cisplatina os negócios se mantiveram e a parceria continuou, sendo Machado o ponto de apoio mais ao Sul. Pelas contas de Petrone, a sociedade entre Prado e Machado, entre os anos de 1827 e 1830, foi responsável por cerca de um quarto a um terço do total dos animais registrados em Sorocaba.³⁰³

Nestes anos, um contexto de desordem na circulação monetária, falta de animais e a procura cada vez maior por animais de carga para a economia em expansão do Sudeste fez com que o preço dos muares se inflacionasse. O desenvolvimento das lavouras de café em territórios fluminenses, mineiros e no vale do Paraíba paulista, além da plantação de cana no oeste paulista criaram uma demanda por muares nunca vista, maior até mesmo do que na época da mineração. Lembrando que os animais serviam como transporte para as cargas de café e açúcar até os portos, além de suprir alimentação e vestimentas.

A sociedade comercial com Antonio da Silva Prado nas primeiras décadas do século XIX foi aprofundada com o casamento de uma filha de Machado, Francisca de Paula da Silva, com um aparentado daquele, Joaquim da Silva Prado, em 1835. Neste casamento Silva Prado serviu como testemunha, confirmando sua aceitação da união e selando uma relação com Machado que vinha desde fins da década de 1810.³⁰⁴

Outra sociedade se mostrou lucrativa foi a formada com David dos Santos Pacheco. De acordo com Cecília Westphalen, Pacheco foi iniciado neste negócio através de Machado, que era seu padrinho. Machado possuía residência na Lapa na virada para o século XIX e foi ali que conheceu o clã dos Pacheco, grupo ligado ao negócio de animais. Nesta sociedade que durou de 1833 a 1843, Machado investia o capital e Pacheco tratava de compra e condução das tropas de Viamão – e às vezes do Uruguai - até a feira de Sorocaba, além de investir parte

³⁰² Idem, p. 108.

³⁰³ Idem, p. 109.

³⁰⁴ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 74.

do capital. Foram três grandes tropas de muares compradas através desta sociedade, nos anos de 1834, 1835 e 1836.³⁰⁵ A sociedade adquiriu um total de 3.051 muares, sendo remetidas para Sorocaba 2987, ficando 58 invernadas no Rio Grande.³⁰⁶

O balanço da sociedade, realizado em 31 de maio de 1837, ficou assim:

Quadro 5. Balanço da Sociedade Machado/Pacheco

Capital aplicado pelo sócio Pacheco em animais e despesas a seu cargo	71:677\$261
Direitos e despesas das tropas da Sociedade a cargo do sócio Machado	14:752\$659
Total de capital e despesas	86:429\$920
Venda de animais da sociedade	147:607\$920
Lucro total	61:178\$000

Fonte: WESTPHALEN. *O barão dos Campos Gerais*. Op. Cit., p. 53.

Segundo Westphalen, o lucro da sociedade foi de 71%.³⁰⁷ Este lucro é realmente muito alto e pode-se questionar sua exatidão, mas deve-se considerar que os registros contábeis de Pacheco eram bem específicos. A despeito de uma possível imprecisão, o negócio de animais revelava-se bastante lucrativo para seus participantes.

Em 1839, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, genro de Machado, uniu-se à sociedade. De acordo com Westphalen o capital era constituído de 52:000\$000, repartido entre Machado (22:000\$000), Campos Vergueiro (22:000\$000), e Pacheco (8:000\$000).³⁰⁸ Pacheco arcaria com o trabalho pesado, se deslocando até o Rio Grande e Montevideú para a compra e formação da tropa. Entre outubro de 1839 e dezembro de 1840, adquiriu 4.906 bestas, além de 129 cavaleares e 8 bois. Mais a condução até Sorocaba, sal, impostos, salários de capataz e camaradas, invernadas, no total foram empregados 41:434\$292. A sociedade foi liquidada em 1843, com um lucro de 45:000\$000.³⁰⁹ A alta lucratividade era possível porque os sócios dominavam grande parte do negócio de tropas, uma atividade que envolvia muitos gastos e riscos mas que, se os envolvidos conhecessem os atalhos, podia render muito. Com a compra e venda de animais, através da posse de invernadas e campos para descanso, de negociações

³⁰⁵ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., p. 46.

³⁰⁶ Idem, p. 51-52.

³⁰⁷ Idem, p.53.

³⁰⁸ Idem, p. 54.

³⁰⁹ Idem, p. 55.

na origem e conhecimento do mercado distribuidor em Sorocaba o retorno era bastante ampliado.

Mesmo após o fim da sociedade com Machado, David dos Santos Pacheco continuou a atuar no ramo das tropas, através de sociedades com irmãos e sobrinhos. A década de 1850 foi a sua mais movimentada no negócio de muares, chegando a atuar até inícios da década de 1870, quando a feira de Sorocaba já estava bastante enfraquecida.³¹⁰

Da mesma maneira que a união de Machado com a filha de Manuel Guimarães promoveu um laço genro-sogro voltado para o mercado de animais, também o casamento de Luis Vergueiro com a filha de Machado firmou laços parentais e comerciais. Sócio no negócio de animais e, mais tarde, na fundação de aldeamentos e viagens de exploração, Vergueiro passou a se engajar nos negócios do sogro. Como podemos ver pelo seu inventário, ele acumulou um patrimônio com numerosas propriedades destinadas à criação e comercialização de animais, entre elas, a importante fazenda Sarandi em Passo Fundo, que teria pertencido ao seu sogro.³¹¹

As sociedades analisadas acima, com dados de Petrone e Westphalen, não eram as únicas. Pelos registros de passagem pelo Rio Negro temos evidências que Machado possuía relações de parceria produtiva com outras pessoas. Pode-se perceber isso pelo indício de quem pagava os impostos, já que essa informação vinha junto com a guia emitida pelo condutor das tropas. Algumas vezes, podemos checar que quem pagou os impostos foi Antonio da Silva Prado. Mas em outras, o pagamento foi realizado por indivíduos diferentes, como Francisco Ferreira Braga, em 6 de janeiro de 1828. Não temos como ter certeza, mas provavelmente, o fato de Machado pagar diretamente, sem contar com o fiador, indica que ele realizava a operação de transporte e vendia individualmente, sem sócios.

1.5.3 Mulas em movimento. A passagem das tropas de João da Silva Machado pelo registro de Curitiba e do Rio Negro.

Conforme discutido na seção anterior, segundo dados levantados acima, a atividade de compra e venda de animais estaria entre as mais lucrativas no Brasil, sendo ainda mais vantajosa século XIX adentro. Podemos exemplificar o potencial de lucro do negócio de João

³¹⁰ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit., ver sub-capítulo “A sociedade familiar”.

³¹¹ APESP, Inventário de Luiz Vergueiro, Op. Cit.

da Silva Machado, analisando sua passagem pelo principal pedágio de animais do Caminho do Sul, o registro do Rio Negro.³¹²

Podemos observar os números das passagens de animais por João da Silva Machado ao longo dos anos. A fonte que ora serve para apreendermos o negócio de animais, os Livros da Barreira do Rio Negro, foi analisada em trabalhos como os de Aida Lavalle, Hebert Klein e Carlos Eduardo Suprinyak. Deve-se levar em consideração que, até 1829, a Barreira de Curitiba funcionava às margens do rio Iguaçu, sendo a partir desta data, transferida para o Rio Negro, onde funcionou até 8 de dezembro de 1853, quando o Paraná se emancipou de São Paulo.³¹³ Assim, quando Suprinyak analisou o comércio de animais de carga, ele iniciou utilizando os dados a partir de 1829, fazendo uso conjunto dos dados de Klein e Petrone.³¹⁴ Nesta parte do trabalho, faço uso também dos dados anteriores aos estudados por Suprinyak e Lavalle, relacionados ao registro de Curitiba, somando mais seis anos aos dados deste autor, entre os anos de 1824 a 1829.³¹⁵ Neste período, ainda inédito nas análises, foram sete viagens de Machado onde ele passou 10.073 animais, sendo 9.476 mulas.

Os registros, como o de Curitiba e o do Rio Negro, serviam como meios de arrecadação tornando-se, no século XIX, o principal meio de enriquecimento provincial. A forma de pagamento nestes locais se dava pela emissão de guias, que deveriam ser pagas dentro de 6 a 12 meses em Sorocaba. Eram passadas em nome do proprietário da tropa e às vezes traziam também o nome do fiador. A dificuldade de carregar a enorme quantidade de dinheiro para saldar os impostos devidos fez com que se criasse essa forma de pagamento, com impostos sendo quitados em Sorocaba. Mas antes mesmo de vender os animais, os negociantes deviam saldar os direitos devidos, já que o registro se localizava na entrada da vila de Sorocaba.³¹⁶

Três figuras eram importantes nos registros: o proprietário, o condutor e o fiador. Raras vezes as três eram a mesma pessoa, podendo um indivíduo ter desempenhado as três posições ao longo de sua carreira. João da Silva Machado atuou como condutor, proprietário e, no auge de sua trajetória como negociante, na década de 1820, não necessitava de fiador,

³¹² A partir daqui, baseio minha análise nos Livros de Registro de animais do Rio Negro. Agradeço enormemente à Carlos Eduardo Suprinyak pela disponibilidade dos dados referentes à Machado. Todos os livros se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), sob o título “Livros de Barreiras – Rio Negro”. Para a presente pesquisa foram cotejados dados dos livros 1 ao 6. (livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4: anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7: anos 1839-1846, caixa 257, ordem 1963. Livro 8: anos 1845-1849, caixa, 258; Livro 9: 1847-1850, caixa 260; livro 10, anos 1850-1854, caixa 261.

³¹³ LAVALLE, *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit., p. 2.

³¹⁴ SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit.

³¹⁵ APESP. *Livros de Barreiras – Rio Negro*. 1º Livro, anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958.

³¹⁶ BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 73.

demonstrando seu prestígio nos registros, já que somente pessoas que comprovadamente possuíam condições de saldar os direitos devidos podiam passar sem fiador. Algumas vezes, mesmo durante o auge da atividade de Machado, seus sócios bancavam os impostos, como foi o caso de Antonio da Silva Prado em 22 de dezembro de 1826 e em 6 de janeiro de 1828.³¹⁷

As praças dos registros no Sul da capitania/província de São Paulo acabaram se tornando centros de fiadores e negociantes de animais. A intenção do registro de Curitiba, por exemplo, foi frustrada, pois os fiadores ali eram também devedores, como negociantes de animais. Em Rio Negro, o principal fiador, Manoel Antonio da Cunha, fazia parte da elite local e desempenhava a função de fiador de forma semi-profissional, vista a grande quantidade de tropas afiançadas por ele.³¹⁸

Assim, a documentação dos registros serve muito bem como indicativo da movimentação das tropas no século XIX.

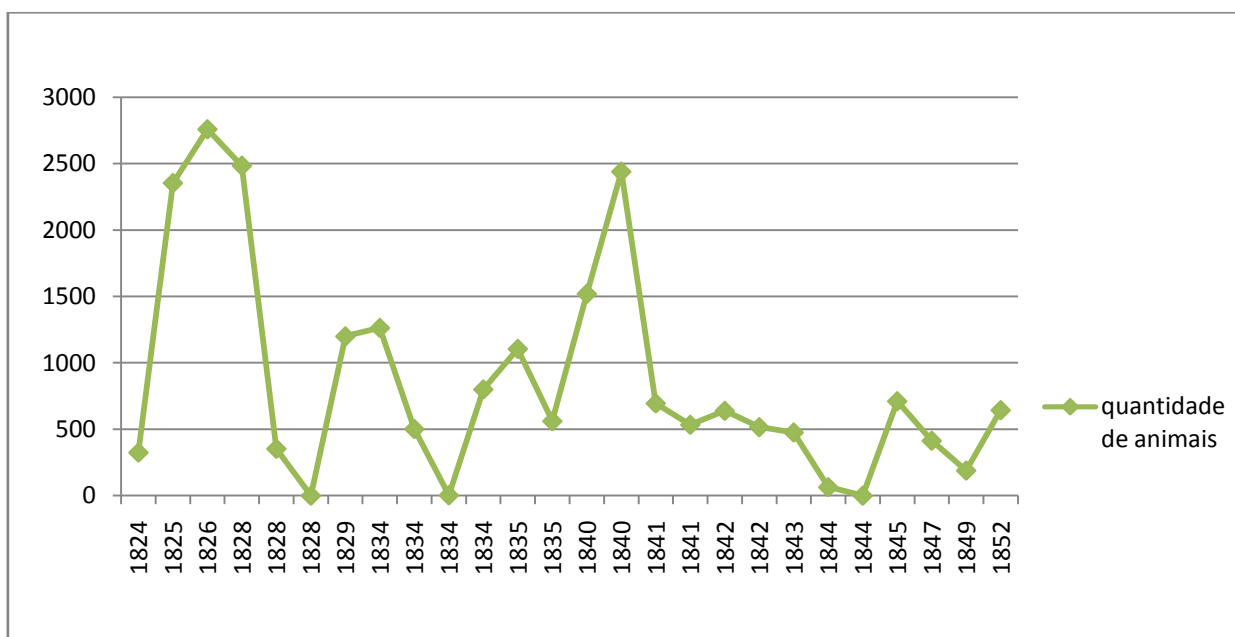
Em 16 anos de atividade documentada, João da Silva Machado passou (ou fez passar) pelos registros de Curitiba e de Rio Negro 25 vezes, conduzindo 22.552 mulas com uma média de 902 animais por viagem. A média, para tropas com animais mistos (cavalos e mulas) que passaram pelo registro de Rio Negro para o período de 1830 a 1869 foi de 230,28 animais.³¹⁹ A média de Machado, levando em conta que só apresentei os dados referentes às mulas nesta tabela, mesmo ele trazendo outros animais, ficava muito acima. O gráfico seguinte mostra a variação da movimentação de animais nas viagens de Machado.

³¹⁷ APESP. *Livros de Barreiras* – Rio Negro. Livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4, 22/12/1826 e 06/01/1828.

³¹⁸ SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 106.

³¹⁹ Idem, p. 56.

Gráfico 2. Quantidades de muares passados pelos registros de Curitiba e Rio Negro por João da Silva Machado – 1824-1852



Fonte: APESP. *Livros da Barreira do Rio Negro*. 1824-1852. Livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4: anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7: anos 1839-1846, caixa 257, ordem 1963. Livro 8: anos 1845-1849, caixa, 258; Livro 9: 1847-1850, caixa 260; livro 10, anos 1850-1854, caixa 261.

Com os novos dados que apresento, Machado fez outras duas viagens, na década de 1820, com quantidades semelhantes e até maiores de muares que a viagem de 19 de dezembro de 1820, considerada pelos autores acima citados a maior quantidade de animais passada de uma só vez pelo registro de Rio Negro.³²⁰ Relacionando-se somente as mulas, Machado conduziu um maior número delas em viagens anteriores a 1829. Na viagem de 28 de outubro de 1825, Machado conduziu 2.354 mulas, além de 37 cavalos e 12 éguas. Em 1826, em sua maior empresa, transportou 2.759 mulas, 45 cavalos e 10 éguas pelo registro de Rio Negro, um total impressionante de 2814 animais. Um enorme esforço e planejamento foram exigidos para conduzir tantos animais e nesta viagem alguns arranjos foram feitos por Prado, a começar pelo pagamento dos direitos em Rio Negro.

A primeira coisa que pode se perceber no gráfico é a alta de 1825. Isso se deve ao fato de que Antonio da Silva Prado e Machado, que estavam em sociedade, procuravam, estrategicamente, comprar animais em épocas de conflitos, já que eles tendiam a estar mais

³²⁰ LAVALLE. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro*. Op. Cit., p. 109; SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 102. Os autores marcam o total de 2.541 animais, sendo detalhado no Livro da Barreira do Rio Negro, 2440 muares, 92 cavalos e 9 bestas. Ver APESP. *Livros de Barreiras – Rio Negro*. Anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7, 19/12/1840.

valorizados nesses momentos. Por esta época, especificamente a partir de 1825, os ânimos começam a se acirrar na fronteira Sul. Após a derrota de Artigas para os brasileiros, em 1820, a velha insatisfação contra a invasão dos portugueses se faz sentir novamente em 1825, agora através de um grupo liderado por um ex-oficial de Artigas, Juan Antonio Lavalleja.³²¹ Os “trinta e três orientais” declararam a incorporação da província Cisplatina, que estava sob poder do Brasil, às províncias Unidas do Rio da Prata. O Brasil por sua vez, declarou a guerra. Assim,

a guerra e a agitação provada pelo movimento de tropas brasileiras e uruguaias desorganizaram todo o sistema econômico do Rio Grande do Sul. O recrutamento e a necessidade de animais para o exercito ocasionaram profundas repercussões em todo o Sul do país, diminuindo sensivelmente o afluxo de muares a Sorocaba (...). A pequena oferta e a contínua procura de bestas tiveram como consequência a alta de preço, que se fez sentir nessa época, na feira de Sorocaba.³²²

Já presentindo a diminuição dos animais vindos do Rio Grande e o aumento dos preços em Sorocaba, Prado e Machado procuraram comprar o máximo possível de animais no Sul. Daí decorreram estas duas grandes viagens em 1825 e 1826. Apesar de uma desorganização do negócio, os sócios conseguiram sobrepujar estes problemas e obter uma taxa de lucro maior.

Conforme o Quadro 6 apresentado a seguir, os muares eram vendidos de 26\$000 a 28\$000 a unidade em Sorocaba, por esta época. Um aumento considerável, entre 140% e 185%, desde 1822, quando aparecem as primeiras notícias de preços de muares nas cartas de Prado. Na viagem de 1826, em que Machado dirigiu 2.759 mulas para Sorocaba, o capital gerado pode se aproximado de 71:735\$, se assumirmos a menor cotação para a feira de 1827 e sem subtrair as despesas. Se, como conjectura Petrone, podemos considerar um lucro mínimo de 30%³²³, os sócios teriam lucrado 21:520\$500 nesta única tropa.

³²¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A instalação do Estado Nacional e as tensões fronteiriças: Uruguai e Rio Grande do Sul no período 1822-1851. IN: *Anais das primeiras jornadas de História regional comparada*, 2000. Porto Alegre: PUCRS, 2000, p. 3.

³²² PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 108.

³²³ Ver item 1.5.1 Valor dos animais, desta tese.

Quadro 6. Comércio de animais e orçamento da província de São Paulo

Ano	Preço das reses	Preço do muar na feira	Total de animais	Total \$ Reses/muare	Orçamento de São Paulo
1822	6\$000	14\$000 a 20\$000	28.264	335:669\$000 a 460:235\$000	179:788\$445
1826	6\$000	26\$000	20.840	413:220\$000	197:850\$480
1827	6\$000	26\$000 a 28\$000	19.211	318:968:000 a 343:304\$000	297:619\$764
1829	6\$000	60\$000	14.417	554:204\$000	-

Fonte: PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 394; SRAFORINI. *No caminho das tropas*. Op. Cit., p. 72.

Apesar de já ter me referido aos valores dos animais linhas atrás, vale a pena observar dados retirados da correspondência de Antonio da Silva Prado, referente à este período. O Quadro 6 apresenta valores de muare na conjuntura de guerra na fronteira Sul, portanto, um período de desestabilização do mercado de animais, daí a razão da incrível alta dos preços, com uma diminuição na oferta de animais e seu consequente aumento de 428% entre 1822 e 1829, período em que Machado conseguiu articular quatro viagens. Conduziu 4514 animais, compostos por 4038 mulas, 255 cavalos e 221 “égua colônias”, que teriam vindo da Colônia de Sacramento. Em 1829, já com o fim dos conflitos, mas ainda sofrendo com as consequências da guerra, as bestas chegaram a ser vendidas por 63\$000 em Sorocaba.³²⁴

Três das viagens de Machado foram apoiadas por sócios diferentes, que pagaram os impostos de passagem. Foram 3:063\$400 em impostos, algo nada desprezível. Entretanto, a viagem de 1829 parece ter sido toda paga por Machado.

Após esse período de intensas atividades, Machado se retirou do negócio até 1834 e não encontramos mais tropas conduzidas em seu nome. Neste período, entre 1830 e 1833, Machado foi membro do Conselho Geral da Presidência de São Paulo³²⁵, o que talvez tenha exigido sua presença na capital da província. Anteriormente, ele não possuía cargos políticos importantes, atuando mais ativamente em cargos nas Ordenanças, o que possibilitava uma certa flexibilização de movimento.

Essa prática de, após enriquecimento, se retirar parcialmente dos negócios privados para atuar na política não era uma prática original no Brasil nem mesmo na América

³²⁴ PETRONE. *O barão de Iguape*, Op. Cit., p. 31.

³²⁵ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa*. Dinâmica política em torno dos Conselhos provinciais e da imprensa periódica em São Paulo-1824-1834. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2009, p. 187.

Espanhola. Francisco Candiotti, além de ser grande negociante de animais, foi também importante estancieiro e político de peso.³²⁶

A trajetória de Francisco Candiotti é muito interessante para efeitos de comparação com a do nosso negociante, João da Silva Machado. De maneira muito semelhante, ambos ascenderam socialmente através do negócio de mulas até chegar a importantes cargos políticos no interior da estrutura administrativa dos seus Estados em formação. Machado, além de vários outros cargos formidáveis, chegou ao cargo de senador em 1853, um dos mais altos na estrutura política brasileira de meados do século XIX. Candiotti, no final do século XVIII e início do XIX, conduzia uma caravana anual de 5000 a 6000 mulas ao mercado do Alto Peru. Além disso, foi governador de Santa Fé e apoiou Artigas e a Independência de Buenos Aires.³²⁷ Mas nenhum dos dois se afastou permanentemente das atividades que os fizeram enriquecer.

Em 1834 Machado retoma as viagens, fazendo passar 3093 animais pelo registro de Rio Negro, sendo 2568 mulas. Neste período ele consolidou sociedade com David dos Santos Pacheco, a qual perdurou de 1833 a 1837. Nos anos em que foi sócio de Pacheco, Machado conduziu 4234 mulas para Curitiba. Se estes animais foram destinados somente para a sociedade é algo que me escapa. Até porque quem mais cuidava da compra e condução dos animais até os Campos Gerais era o sócio Pacheco.³²⁸

Iniciei este capítulo tratando da “viagem das muitas cabeças” de 1840 e chegou a hora de retomá-la. Depois das grandes viagens da década de 1820, em 1840 ocorreu outro grande pico da atividade de Machado, como ilustrado no Gráfico 2. Somente no dia 19 de dezembro deste ano, Machado fez passar 4103 animais, por dois condutores diferentes. Somando-se todos os tipos de animais destas viagens, foi o maior número de cabeças a passar em um só dia pelo registro nas fronteiras do território paulista.

Isso era uma façanha, com todas as dificuldades inerentes ao caminho do Viamão, a taxação sobre os animais, a locação de locais para descanso, alimentação, enfim, toda a articulação necessária para por em tráfego e conduzir por mais de 2000 quilômetros tamanha quantidade de animais. As dificuldades se acirram ainda mais se considerarmos que esta viagem foi realizada no contexto da guerra dos farrapos no Rio Grande, que tendia a dificultar a compra de animais naquela localidade. Além dessa guerra, uma forte seca e a peste de

³²⁶ BARKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*. Op. Cit., p. 154.

³²⁷ TEDESCHI, Sonia. *La villa del Paraná y la ciudad de Santa Fe: Vinculos, interacciones e influencias em um área fronteriza (etapa colonial hasta 1824)*. 2005, disponível em www.fee.com.br.

³²⁸ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit.

epizootia atingiram o gado por essa época.³²⁹ Mas, de fato, esses eventos só afetaram a oferta de animais na década seguinte, já que, no início da Revolução Farroupilha, a conjuntura até que foi favorável, com o temor dos criadores do Sul por uma retração do mercado e sua consequente ampliação do envio de animais para venda.³³⁰ Mesmo assim, os preços por essa época já eram astronômicos e Machado deve ter lucrado enormemente com a venda, preparando sua aposentadoria do negócio.

Segundo dados apresentados no Gráfico 2 anteriormente, a partir de 1841 a atividade de Machado referente ao negócio de animais foi atenuada, pois voltou sua atenção para outros objetivos. Atuando como deputado provincial por São Paulo desde 1835, aparentemente foi a partir da 3ª legislatura (1841-1843)³³¹ que os ânimos provinciais começam a se acirrar na política e Machado começou a se destacar. Em 1841, foi destacado como Comandante superior da guarda nacional³³² e no ano seguinte, por ocasião da Revolta de Sorocaba, foi investido da função de “Comandante superior interino das legiões da guarda nacional ao Sul da província” para defender a fronteira da província de São Paulo “no caso inesperado de uma invasão que tentassem os rebeldes do Rio Grande do Sul”.³³³ Nesta Revolta, Machado desempenhou papel fundamental na arregimentação das várias regiões da província para que ficassem ao lado da Coroa na luta contra os rebeldes.

Negociante de animais, político e militar, Machado era extremamente ativo e incansável. Mas ainda podemos somar mais um campo de sua atuação: as viagens para o oeste do país na busca de contato com indígenas e fundação de aldeamentos, além de demarcação de terras para si, ações que tiveram início no ano de 1840. Mesmo não estando presente em todas as viagens, cuidava de sua organização e investimento. Em conjunto com os interesses públicos do governo central e seus próprios, as viagens objetivavam interligar o Mato Grosso, que possuía enorme potencial de criação de animais e servia como bastião de defesa, com o Sudeste³³⁴. Assim, vemos Machado centrando sua atenção nas atividades políticas e nos empreendimentos de exploração do oeste a partir de 1841.

³²⁹ FARINATTI. *Confins Meridionais*. Op. Cit., p. 135.

³³⁰ BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 71.

³³¹ www2.camara.gov.br (acessado em 04/02/2014)

³³² APESP. *Ofícios diversos*. Vila do Príncipe, anos 1840-1853, caixa 390, ordem 1185, 9 de janeiro de 1841.

³³³ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, anos 1839-1850, caixa 218, ordem 1013, 23 de março de 1842.

³³⁴ BORGES, Luiz Adriano. O barão bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indigenistas da primeira metade do século XIX. IN: *Anais do 5º encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Rio Grande do Sul, 2011, <http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro.htm>.

No Gráfico 2 apresentei a performance de Machado no mercado de muares. Segundo Suprinyak³³⁵, nosso negociante estaria em terceiro no que se refere à quantidade de tropas passadas pelo registro de Rio Negro, com um total de 19 viagens, no período de 1834 a 1852. Com relação aos números de animais conduzidos ele ficaria em primeiro lugar, com um total de 14.189 muares. De acordo com dados deste autor, o primeiro nome em número de tropas conduzidas é o de Fidelis Nepomuceno Prates Jr. Este indivíduo era aparentado de Fidelis Nepomuceno Prates³³⁶, que se casou com Ana da Silva Machado, filha de João da Silva Machado.³³⁷ O segundo em tropas conduzidas, Antonio dos Santos Pacheco, era irmão de David dos Santos Pacheco e atuou junto a este diversas vezes em sociedades.³³⁸

Entretanto, contabilizando os dados anteriores a 1832, Machado passou com sete tropas a mais, com um total de 9476 muares, sendo, de longe, o maior proprietário de tropas passadas pelo registro do Rio Negro e de Curitiba.

Pensando somente em muares, Suprinyak faz um exercício hipotético para mensurar o valor da venda de animais. Pelo interesse, acompanhemos seu raciocínio:

Para que se tenha ideia da dimensão de uma operação de grande porte com tropas, suponhamos que o valor de venda médio de uma besta na feira de Sorocaba, a meados do século XIX, fosse de 50 mil réis. Desta forma, o valor de mercado de uma tropa de 700 bestas, nada incomum, alcançaria 35 contos de réis – uma soma bastante elevada, caso lembremos que o valor médio de um escravo adulto, nesta região e neste período, é de aproximadamente um conto e meio [valores encontrados por Westphalen³³⁹]. Em operações de semelhante vulto, é de se esperar que haja um cuidado especial para que a operação se realize nas melhores condições possíveis.³⁴⁰

Portanto, João da Silva Machado, em suas diversas viagens e sociedades para compra e venda de animais, transportou 22.552 muares que formaram o núcleo central de sua fortuna. Além disso, outros animais também eram negociados por ele. A seguir veremos o Gráfico 3, que mostra que a maioria dos animais comercializados eram mulas, mas também havia cavalos e éguas. Algumas vezes, apesar do número reduzido, a venda de cavalos e éguas não era operação desprezível.

³³⁵ SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 101.

³³⁶ Não foi possível definir qual o grau de parentesco.

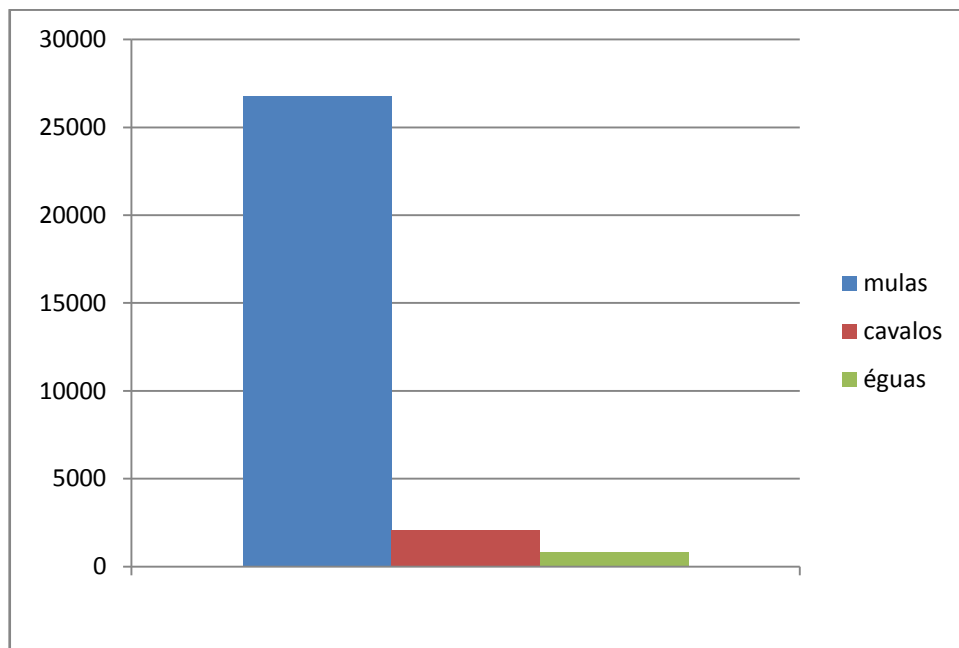
³³⁷ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., cap. 4.

³³⁸ WESTPHALEN. *O barão dos campos gerais*. Op. Cit.

³³⁹ Idem, p. 75-76, no balanço contábil de David dos Santos Pacheco para o ano de 1861.

³⁴⁰ SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 41.

Gráfico 3. Participação dos animais nas tropas conduzidas por Machado (1824-1852)



Fonte: APESP. *Livros da Barreira do Rio Negro*. 1824-1852. Livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4: anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7: anos 1839-1846, caixa 257, ordem 1963. Livro 8: anos 1845-1849, caixa, 258; Livro 9: 1847-1850, caixa 260; livro 10, anos 1850-1854, caixa 261. [Total de animais = 29.640]

Cavalos serviam à defesa e eram destinados à montaria. Machado em dezembro de 1842 enviou para a Corte no Rio de Janeiro 110 cavalos e 4 bestas de carga, tendo a orelha direita marcada como símbolo do remetente.³⁴¹ Muito mais do que uma operação mercantil, este pode ter se configurado um ato político de agradecimento pelo título recém-recebido de Barão de Antonina. O fato de aparecer em um documento oficial, direcionado para o presidente da província, sugere que não se tratou de uma venda pura e simples. Os animais foram destinados ao ministro da Guerra e se seriam utilizados militarmente. Portanto, tratou-se de uma transação que estava além do mercado, no campo das relações clientelares mesmo.

Além disso, havia muitos criadores de animais nas proximidades da cidade de São Paulo que compravam animais do Sul para reprodução em suas fazendas. O cruzamento das éguas e burros, para geração da mula, podia ter ocorrido em algumas destas propriedades.

³⁴¹ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 5 de dezembro de 1842,.

Neste capítulo pudemos perceber que o negócio de animais estava entre as mais lucrativas atividades econômicas do século XIX, permitindo a formação de enormes fortunas. Como vimos através da trajetória de Silva Machado, os indivíduos envolvidos em tal negócio constituíam extensas redes de relações pessoais que lhes permitia ampliar a possibilidade de lucro. Machado foi o maior negociante de animais da primeira metade do século XIX e desenvolveu certas estratégias, como a formação de sociedades objetivando quase um monopólio da compra de animais e também a negociação em períodos com complicações de guerra. A trajetória de Machado nos permitiu perceber o funcionamento do mercado interno de animais, desde a compra, internada e venda final na feira de Sorocaba, uma vez que ele estava envolvido em todas as etapas do negócio.

Na década de 1840, data de seu maior e final empreendimento no ramo da compra e venda de animais, Machado, já na casa dos 60 anos, era um negociante bem sucedido. Em 1842 ele aparece em uma lista dos cinco maiores capitalistas da província de São Paulo, sendo cotado para ocupar o cargo de direção de um Banco Provincial que seria criado na cidade, ao lado de Rafael Tobias de Aguiar, José Manoel de França, José Joaquim dos Santos Silva, e seu velho sócio, Antonio da Silva Prado³⁴². Mais tarde, na década de 1857, ainda apareceu na cidade de São Paulo como “capitalista”³⁴³, sendo alguém que possuía grandes cabedais e dinheiro disponível pra negociações e empréstimos.³⁴⁴

Seu cabedal, que na hora da sua morte, em 1875, representava um quinhão de mais de 354 contos de réis, foi acumulado principalmente através da compra e venda de animais. Ao lado de Antonio da Silva Prado, seu sócio, João da Silva Machado foi um dos que mais enriqueceu com este negócio na primeira metade do século XIX. Com certeza isso o favoreceu politicamente, colocando-o no centro nervoso da política imperial. Seus parceiros políticos e a evolução político-administrativa, e sua influência na formação do Estado Nação brasileiro, serão analisados nos próximos capítulos.

³⁴² APESP. *Ofícios diversos*. São Paulo, caixa 89, ordem 884, 21/03/1842,.

³⁴³ IRMÃO, Marques. *Almanak administrativo mercantil e industrial da província de S. Paulo para o anno de 1857*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856, p. 132.

³⁴⁴ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Capítulo 2. O fortalecimento do grupo de João da Silva Machado. O projeto paulista e a formação do Estado Nacional (1821-1841)

No início da década de 1820, João da Silva Machado estava firmando suas relações comerciais e expandindo seu negócio de animais. Foi um período chave para sua inserção em um grupo politicamente alicerçado na capital da província de São Paulo. Neste momento, sua sociedade com Antonio da Silva Prado e suas relações familiares o colocaram em contato com a elite política provincial. Era um momento definidor dos rumos políticos e um grupo de São Paulo começou a ter um papel de destaque no processo de formação do Estado do Brasil. Para Machado, se colocar ao lado do grupo que estava liderando São Paulo politicamente, o ajudaria a obter posições importantes na política paulatinamente. Portanto, olharemos para as tramas em torno dos jogos de poder nas décadas de 1820 e 1830; longe de apresentar um quadro coeso onde grupos opositores se antagonizavam na arena política, irei analisar, tanto quanto possível, atuações individuais e formas de pensamento políticos ainda em formação, especificamente do grupo em torno de Vergueiro, Feijó, Paula Souza, e os estreantes Tobias de Aguiar e Silva Machado. Farei isso sem abandonar a análise conjugada do contexto político e econômico em que esses indivíduos estavam inseridos.

O ano de 1821 foi marcado por agitado movimento político, com eleição de deputados para as Cortes de Lisboa. No processo de escolha dos indivíduos que comporiam a bancada paulista, os eleitores tinham papel essencial, na medida em que votavam e podiam ser votados. Eles foram apontados dentre as elites espalhadas pela província de São Paulo, sendo Machado designado pela 5ª comarca, a mais meridional da região. Mesmo não sendo eleito para as Cortes, sua participação como eleitor revela a importância que ele possuía entre as elites políticas. Além de possuir relações políticas, Machado se ligava a alguns deputados por meio de relações comerciais e pessoais. Portanto, a análise das ações políticas do grupo em que ele estava envolvido e de sua trajetória política nas décadas de 1820 a 1830, mostra como as atividades desempenhadas por ele e por seus pares estavam atreladas a um discurso político mais ou menos coeso em torno da autonomia provincial e de uma noção de liberalismo.

2.1 O papel de São Paulo na emancipação do Brasil.

A década de 1820 é um período conturbado politicamente, já que pairava a dúvida com relação ao Reino Unido do Brasil. Somente no ano de 1821, em São Paulo, houve diversos desdobramentos políticos: a formação de um governo provisório, revoltas armadas

dividindo a elite local, e o envio de deputados para as Cortes de Lisboa. Subjacente a estas agitações sociais, se faziam também presentes questões econômicas, que os paulistas deixaram claro nas falas das Cortes³⁴⁵. A maneira como os interesses econômicos dos paulistas se atrelavam à suas ideias políticas é um elemento que ainda precisa ser aprofundado, sendo essencial na compreensão do processo de “desmembramento” de Portugal.

Através da análise das falas paulistas nas Cortes conjugada à compreensão da formação sócio-econômica destes deputados, percebemos o enraizamento de interesses econômicos. Costurando os diversos discursos esparsos, espero possibilitar um melhor entendimento do processo de construção do Estado Nacional a partir da Independência brasileira.

Vimos, no primeiro capítulo, que as relações de compra e venda de animais estavam imbuídas de relações pessoais, através das ligações entre comprador-condutor-produtor e entre os concessionários de créditos. Da mesma maneira, a consideração da imbricação entre política e economia é fundamental para as bases metodológicas deste texto. Para o contexto historiográfico brasileiro, um conjunto de textos recentes sobre essa temática foi reunido no livro “Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil”, que procurou explicitar “como a disputa entre grupos pelo exercício do poder – frequente matriz das revoluções – resguardava o interesse pelos lucrativos negócios gerenciados por aqueles que comandassem o governo.”³⁴⁶ Portanto, essa especificidade da sobreposição entre o político e o econômico estava presente nas ações e discursos dos deputados que participaram das Cortes de Lisboa, os quais levavam seus interesses pessoais e econômicos para a arena da política.³⁴⁷ Assim, antes de avançarmos para os debates nas Cortes e seus desdobramentos políticos, cabe avaliar o contexto econômico da região de São Paulo no período anterior à convocação da Assembleia em Lisboa, focando em seu significado político.

A capitania e depois província de São Paulo, nas primeiras décadas do século XIX, foi vista pela historiografia durante muito tempo como uma região secundária se comparada às outras regiões do Centro-Sul e do Norte. Desde inícios do século XVIII, o Centro-Sul vinha se tornando um centro dinâmico de produção açucareira e se consolidou como o centro

³⁴⁵ Os Diários das Cortes se encontram online: <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.c1821>. Foi englobado nesta pesquisa o período de 5 de fevereiro a 6 de outubro de 1822, que cobre a participação paulista nas Cortes.

³⁴⁶ MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (Orgs.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 29.

³⁴⁷ DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Unesp, 1992, p. 222-224; FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*. Op. Cit., especialmente cap. 3 “O homem comum, a administração e o Estado”; MARSON, Izabel. *O império do progresso*. A revolução praieira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 261-262.

econômico e político da colônia após a abertura das fontes de ouro em Minas Gerais. Por sua vez, São Paulo, sem produtos de exportação, baseava sua economia na agricultura de abastecimento e na pecuária.³⁴⁸

Como vimos no primeiro capítulo, a estrutura econômica da capitania de São Paulo nas três décadas que antecederam a Independência era apoiada no comércio de mulas-açúcar. Este último produto começou a ser estabelecido no oeste paulista a partir da segunda metade do século XVIII, sendo as vilas de Jundiaí, Itu, Campinas e Piracicaba as principais exportadoras deste produto no fim deste século, sendo conhecidas como o “quadrilátero do açúcar”³⁴⁹. A crescente produção era enviada ao porto do Rio de Janeiro para posterior embarque para a Europa.³⁵⁰ Este artigo foi um agente dinamizador do comércio na capitania e também favoreceu o comércio inter-provincial. Com isso também houve uma ampliação da estrutura viária por onde era escoado o produto no lombo de mulas. O montante do negócio de animais tendeu a aumentar ao longo da primeira metade do século XIX, principalmente com a vinda da família real para o Rio de Janeiro e a Independência.

Muitos negociantes enriqueceram investindo na cultura do açúcar e no negócio de animais, alguns de forma simultânea. Podem ser citados aqui, Antonio da Silva Prado, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Luis Antonio de Souza Queiróz. Apesar de residência de grandes negociantes, a província/capitania de São Paulo foi considerada durante muito tempo pela historiografia como uma região bastante empobrecida,³⁵¹ relacionando-se sua decadência com o declínio da mineração nas Minas Gerais.

Porém, amparados em ampla gama de fontes, trabalhos recentes têm demonstrado uma outra faceta³⁵². Maria Luíza Marcílio criticou uma visão da “decadência”, já que o “aumento extraordinário e continuado da população regional em todo o século XVIII”, além do ingresso

³⁴⁸ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*. Op. Cit., p. 26-27.

³⁴⁹ PETRONE. O desprezado “ciclo do açúcar” paulista. Op. Cit.; FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). IN: *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, jul-dez, 2009, p. 237-250.

³⁵⁰ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*. Op. Cit., cap. 2.

³⁵¹ Para uma discussão pormenorizada sobre a pretensa “decadência” ou empobrecimento de São Paulo no final do século XVIII ver MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2009, especialmente capítulo 1. Simonsen, por exemplo, apesar de perceber um crescimento populacional no último quartel do século XVIII, aponta a decadência da agricultura e do comércio de São Paulo, enfocando na falta de um produto de exportação. SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1800)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

³⁵² É também o caso de estudo para Minas Gerais. Ver estudos de GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: Edusc, 2004, e extensa bibliografia ali citada. Estes autores, operando com dados econômicos e demográficos, revêem o suposto quadro de decadência após o fim da mineração, encontrando uma diversidade produtiva e uma rede de negócios muito forte com o Rio de Janeiro.

de uma economia empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais, abriu novos mercados para o abastecimento e possibilitou a organização da economia paulista, sem a qual o café não teria se desenvolvido.³⁵³

Maria Lucília Viveiros Araujo, trabalhando com inventários *post-mortem* da cidade de São Paulo para a primeira metade do século XIX, encontrou ali indivíduos tão ricos quanto aqueles que residiam no Rio de Janeiro, a região mais rica do período.³⁵⁴ Francisco Vidal Luna e Hebert Klein perceberam que foi no final do século XVIII e início do XIX que se estabeleceu “uma dinâmica classe de agricultores, de um mercado complexo e de uma rede de transportes mais moderna, tudo isso aparecendo (...) antes da ascensão do café.”³⁵⁵

Utilizando também fontes quantitativas como os inventários *post-mortem*, João Fragoso traz mais dados para corroborar este crescimento. Segundo o autor, baseado em dados de Elizabeth Kuznesof

o crescimento estaria ligado, por um lado, à introdução e aumento da agroexportação no território paulista, gerando uma maior demanda por alimentos e, por outro lado, à manutenção de um comércio intercolonial, em especial o Rio de Janeiro.³⁵⁶

Fragoso ainda percebe um fluxo de comércio interno entre São Paulo e as regiões do Sudeste, capitaneado pelo açúcar e o negócio de animais.³⁵⁷ E para estas duas atividades era necessário um mercado consumidor, o que acaba ocorrendo nas diversas regiões do Centro-Sul.³⁵⁸

Como se verifica, esse mercado complexo estabeleceu relações com outras praças mercantis na América Portuguesa, como o Rio de Janeiro, que recebia o açúcar e os animais do Sul. Deste modo, São Paulo desempenhava o que podia se chamar de “economia de passagem” que, segundo Wilma Peres Costa, ajuda a explicar o compromisso desta capitania com o Rio de Janeiro, já que a economia paulista havia se ampliado com a vinda da Corte e era favorecida pela proximidade com o centro político. Some-se a isto o aumento nos

³⁵³ MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 190-193.

³⁵⁴ O trabalho de Araujo serve como um primeiro passo aos estudos sobre a riqueza da província de São Paulo no século XIX, já que a autora trabalhou de maneira bastante circunscrita, utilizando somente inventários de moradores do núcleo central da cidade de São Paulo. Além disso, pela própria especificidade dos documentos utilizados, o que se apresenta é a riqueza detida na hora da morte do inventariado, perdendo assim detalhes da trajetória da riqueza do indivíduo ao longo da vida. Mais pesquisas neste sentido precisam ser feitas. ARAUJO. *Os caminhos da riqueza dos Paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Op. Cit.

³⁵⁵ LUNA, KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*. Op. Cit., p. 252.

³⁵⁶ FRAGOSO. *Homens de grossa aventura*. Op. Cit., p.135.

³⁵⁷ Idem, p. 135-136.

³⁵⁸ Idem, p. 146.

impostos sobre o trânsito de animais que iriam abastecer a corte. A mesma consideração é feita por Maria Isabel Danieli.³⁵⁹

A transferência da Corte para o Brasil estreitou ainda mais os laços com a capitania carioca. Este é um ponto fundamental para se compreender a relação entre economia e política neste período. Um dos primeiros estudos que combinou a relação entre economia e política foi o de Maria Odila Leite da Silva, em *A interiorização da metrópole*. Neste artigo, a autora fixa 1808 como um ponto de mudança no processo de ruptura do Brasil com Portugal e também como um início de enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Centro-Sul. Este texto é importante por apresentar uma inter-relação de fatores econômicos com políticos, no sentido de perceber as redes de abastecimento que integravam o Rio de Janeiro com outras regiões estando estas redes, por sua vez, conectadas com as mudanças políticas que vinham sendo introduzidas com a chegada da Corte portuguesa.³⁶⁰

Um trabalho orientado por esta autora, que levou adiante argumentação é *Tropas da moderação*, publicado em 1979, no qual Alcir Lenharo trata do mercado de abastecimento do Rio de Janeiro tendo como atores principais os negociantes de animais. O próprio subtítulo da obra já revela esta tentativa de aproximar economia e política imperial: “o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)”, para demonstrar como indivíduos ligados ao mercado abastecedor do Centro-Sul articularam-se em âmbito regional e se projetaram no centro político por meio da prática mercantil.³⁶¹ As conexões comerciais de negociantes de animais e açúcar com o mercado do Rio de Janeiro fez com que eles obtivessem uma crescente influência política.³⁶² Anteriormente, Maria Thereza Petrone já havia apontado a importância da região fluminense como conectora das diversas rotas de tropeiros, principalmente após a chegada da família real em 1808.³⁶³

Mais recentemente Cecilia Helena de Salles Oliveira tem buscado articular o político e o econômico, desde sua tese *A astúcia liberal*³⁶⁴, complementada por artigos³⁶⁵. Nestes

³⁵⁹ COSTA, Wilma Peres. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec;Fapesp, 2003, p. 177; DANIELI, Maria Isabel Basílico Celia. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese (doutorado em história) Unicamp, Campinas, 2006, especialmente cap. 5

³⁶⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

³⁶¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979, p. 24.

³⁶² Idem, p. 23-29.

³⁶³ PETRONE. O desprezado “ciclo do açúcar” paulista. Op. Cit.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf, Ícone, 1999.

³⁶⁵ OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Imbricações entre política e interesses econômicos. A complexa definição dos fundamentos da monarquia no Brasil da década de 1820. IN: *Anais do V Congresso Brasileiro de*

trabalhos, a autora retoma ideias de Maria Odila Dias e Alcir Lenharo, mas pensando nas ligações políticas e econômicas do Centro-Sul. Para ela, a convergência de políticos de São Paulo em torno da defesa do Rio de Janeiro como centro do novo Estado após a Independência esteve ligada às sólidas ligações mercantis estabelecidas entre as duas capitanias desde 1808.

Cabe também citar recentes estudos que apontam São Paulo como centro de convergência de rotas comerciais que cortavam a América Portuguesa e ligavam negociantes paulistas aos mercados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, já em meados do século XVIII. É o caso dos trabalhos de Ilana Blaj, Maria Aparecido Borrego e Ana Paula Medicci.³⁶⁶

2.1.1 A organização administrativa e econômica durante o Governo Provisório da província de São Paulo

A Revolução Liberal do Porto teve início em agosto de 1820, rapidamente convocando as “Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa” para compor uma nova constituição para o Império. Os liberais portugueses estavam bastante influenciados pelo liberalismo espanhol, que desde as Cortes de Cádiz (1810-1814) e as Cortes Espanholas de Madri (1820), vinham propondo uma Constituição Liberal afirmando a soberania da nação, tanto europeia quanto americana. Foi exatamente a retomada das Cortes Espanholas, em abril de 1820, anteriormente suspensas por Fernando VII, que levou os portugueses a fazerem o mesmo em solo lusitano. Deste modo, as sugestões para a Carta da Nação que se pretendia para Portugal possuíam forte cunho liberal espanhol.³⁶⁷

Da mesma maneira que o Império Espanhol vinha sofrendo um processo de desintegração, devido a reivindicações autonomistas por parte dos americanos, Portugal sentia

História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu; Associação Brasileira de pesquisadores em história econômica, 2003. v. 1; OLIVEIRA, Cecília. A província de São Paulo à época da Independência. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. V. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Publico do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

³⁶⁶ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. O processo de mercantização de São Paulo Colonial (1681/1721). São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP: Fapesp, 2002. BORREGO, Maria Aparecida Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2006; MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”*: a capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (mestrado em história) USP, São Paulo, 2005; MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: O exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (Doutorado em história), USP, São Paulo, 2010.

³⁶⁷ BERBEL, Márcia. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). IN: *Revista das Índias*, 2008, v. LXVIII, n. 242, p. 225-254.

uma crise gerada pela transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Após o fim das guerras napoleônicas, a recusa de Dom João de retornar a Lisboa foi a gota d'água no caldeirão de insatisfação dos portugueses, culminado na articulação da Revolução do Porto.

Após convocação e início das atividades das Cortes em janeiro de 1821, instruções sobre a forma de eleição de representantes foram elaboradas. Seguindo definições de Cádiz, a província era a última instância para a escolha dos deputados.³⁶⁸ Assim, as províncias da porção europeia do Império Português e as americanas passaram a providenciar a eleição de deputados.³⁶⁹

Com o intuito de iniciar o processo eleitoral, realizou-se uma transformação na estrutura dos governos provinciais no Brasil, através da formação de Juntas governativas. Em São Paulo, a formação da Junta de Governo da província se deu em 23 de junho de 1821, gravitando em torno da província fluminense, assim como foi o caso de Minas Gerais.³⁷⁰ Isto é um dado importante na análise que se segue, apontando para a confluência de interesses entre as três províncias.

Essa relativa demora na instalação da Junta paulista, em comparação a outras Juntas, foi ocasionada pelos conflitos existentes entre os grupos opositores da localidade.³⁷¹ É importante perceber essa temporalidade de formação da Junta em São Paulo em relação às outras e ao contexto brasileiro. A formação de Juntas governativas foi se desenrolando pelo Nordeste a partir do Pará, em 1º de Janeiro de 1821, e da Bahia em 10 de fevereiro, com aderência ao governo de Lisboa, à revelia dos desígnios de d. João. Pernambuco, assim como São Paulo e Minas, aderiu ao regime de Lisboa somente após o juramento de D. João VI à Constituição lisboeta, em fevereiro. Além do mais, a adesão de Pernambuco foi liderada por um capitão interventor do governo do Rio de Janeiro, o Capitão-Mor Luís do Rego Barreto, apontando para a aproximação entre as duas regiões. A obediência à D. João ficou assinalada pela não formação de uma Junta nos moldes do Pará e da Bahia.³⁷²

³⁶⁸ BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1999, p. 49.

³⁶⁹ A partir de 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino e as antigas capitanias passaram a ser chamadas de províncias. BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do nordeste. IN: *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007, p. 51.

³⁷⁰ LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. V. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2010, p. 373.

³⁷¹ DELATORRE, Aparecida Vanessa. São Paulo à época da independência. Contribuição para o estudo do movimento da “bernarda”, 1821/1823. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2004.

³⁷² BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Op. Cit., p.57-65.

Simultaneamente, o Rio de Janeiro, sede da Corte, era tomado por manifestações. Uma multidão de soldados, comerciantes, pequenos proprietários e outros segmentos sociais, basicamente apoiadores do grupo que havia ficado afastado da política pelo governo joanino, fizeram um juramento às Bases Constitucionais das Cortes de Lisboa, exigindo a partida da família real para Lisboa e a eleição dos deputados fluminenses para as Cortes. Com essa pressão, D. Pedro acabou por articular a pacificação da cidade através do juramento do rei e dos ministros à Constituição, dando início ao processo de eleição dos deputados que iriam às Cortes.³⁷³

Entretanto, D. João procurava atrasar sua saída e o processo de escolha dos deputados do Rio de Janeiro acabou sendo marcado por violência, até que, em fins de abril, após a ida do monarca para Lisboa e acordos entre grupos divergentes, se efetivou a nomeação dos deputados.³⁷⁴ O príncipe D. Pedro ficou no Rio de Janeiro e, partir de 5 de junho, após reconhecer as bases da Constituição portuguesa junto com seu pai – o que causou inquietações –, dividiu o governo com uma Junta provisória. A situação ficou ambígua, como observa Berbel, pois, ao mesmo tempo em que a formação da Junta apontava para uma submissão direta às Cortes de Lisboa, a presença de D. Pedro possibilitava a manutenção da unidade do Reino sob sua liderança. Neste sentido, as articulações inter-regionais posteriores permitiram a consolidação da supremacia do Rio de Janeiro.³⁷⁵

A formação da Junta Provisória de São Paulo aconteceu logo após o juramento de D. João VI às bases da Constituição portuguesa em maio e do recebimento das Bases dessa Constituição no final deste mês pela Junta.

A Junta paulista foi escolhida por aclamação e não por procedimento eleitoral, num ajuntamento dos “vereadores, povo e tropa” em frente à Câmara de São Paulo.³⁷⁶ Como aponta Leme, “o modo por que a Junta paulista se constituiu indica uma solução de compromisso entre forças que se opunham na província, tendo por base disputas econômicas que se expressavam também em diferentes matizações políticas.”³⁷⁷ De um lado, estavam os membros de famílias antigas que compunham a sociedade desde o século XVII, residindo na capital e em seu entorno. De outro lado, estava o grupo formado por setores sociais mais recentes, ligados ao cultivo de açúcar em Itu e região e que se aproveitava do

³⁷³ Idem, p.68.

³⁷⁴ Idem, p.70.

³⁷⁵ Idem, p. 72.

³⁷⁶ SÃO PAULO. *Atas da Câmara de São Paulo*, v. 22, 23 de junho de 1821.

³⁷⁷ LEME. A construção do poder de governo na província de São Paulo... Op. Cit., p. 378.

desenvolvimento do porto de Santos, utilizando-o como ponto de saída de produtos de exportação da capitania.³⁷⁸

Como não houve uma regulamentação que indicasse a forma de composição da Junta, optou-se por esta solução de compromisso entre forças representantes opositoras, tendo José Bonifácio a função de indicar 15 membros que dela fariam parte. Cabe apontar alguns nomes que se destacaram na conjuntura dos meses seguintes: para presidente, João Carlos Augusto d'Oyenhausem, e para vice-presidente o próprio José Bonifácio; para secretário do Governo do Interior e da Fazenda, Martim Francisco de Andrada e Silva, irmão de Bonifácio; para a pasta da Agricultura, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e; para Comércio, Francisco Ignácio de Souza Queiroz e Manuel Rodrigues Jordão.

Oyenhausem, que havia sido governador da capitania paulista a mando do Rio de Janeiro, foi vítima de um levante que exigia sua deposição do cargo, mas, através de articulações de José Bonifácio, conseguiu se manter como presidente da Junta.³⁷⁹

Como bem salientou Leme, pela pasta do Comércio, os dois últimos nomes eleitos, Souza Queiróz e Rodrigues Jordão representavam diferentes segmentos das elites socioeconômicas e compunham o quadro de antigos e novos setores sociais que disputavam o poder na província entre si. Souza Queiroz era relacionado aos setores mais tradicionais, sendo considerado um negociante de grosso trato. Jordão, por sua vez, ligava-se, assim como os irmãos Andrada, às atividades mais recentes, desenvolvidas em Santos e em áreas do interior.³⁸⁰

Apesar do barril de pólvora que era a composição da Junta, a atuação conciliatória de José Bonifácio, envolvendo setores poderosos, mas diversos, evitou um confronto armado. Mesmo assim continuaram a haver divergências entre os membros da Junta. De acordo com Cecília Helena de Salles Oliveira, estas divergências decorriam do fato de tais grupos terem ideias diferentes com relação ao controle das arrematações e de fatias do mercado de abastecimento, e de apresentarem interpretações variadas acerca de práticas mercantis e administrativas a serem adotadas, o que acabava por conduzir a debates sobre possíveis relações com as Cortes em Lisboa e/ou com o governo no Rio de Janeiro.³⁸¹

A relação de São Paulo com o Rio de Janeiro era bem próxima, entretanto ainda não se sinalizava total dependência política e administrativa. Um exemplo disso é a questão

³⁷⁸ DELATORRE. *São Paulo à época na independência*. Op. Cit.

³⁷⁹ BERBEL. *A nação como artefato...* Op. Cit., p.73.

³⁸⁰ LEME. *A construção do poder de governo na província de São Paulo...* Op. Cit., p. 381.

³⁸¹ OLIVEIRA. *A província de São Paulo...* Op. Cit., p. 346-347.

financeira, na qual a Junta preconizava uma autonomia sobre questões econômicas.³⁸² Berbel ressalta que o apoio de São Paulo estava condicionado à questão de autonomia da Junta provincial, expressa nos seguintes pontos:

a) livre disposição do governo interior; b) livre gestão da economia provincial (negativa à remessa de fundos para o Erário, na Corte); c) direito de representação contra execuções de leis e decretos, contrários às peculiaridades e circunstâncias locais, a juízo da Junta.³⁸³

Seria somente nos meses seguintes à formação da Junta, em junho de 1821, que a aproximação com a província fluminense ficaria mais intensa.

De qualquer forma, a Junta procurou proceder à elaboração de “memórias e representações” sobre diversos aspectos da província e também Instruções para os deputados paulistas às Cortes de Lisboa, chamadas de *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*.³⁸⁴ Este documento se configurou em um dos únicos deste tipo possuídos por deputados brasileiros, trazendo instruções recolhidas em várias Câmaras na província e, como veremos à frente, mostrava a visão dos paulistas sobre a relação metrópole-colônia.

Além disso, a Junta organizou a eleição dos deputados paulistas que seriam enviados às Cortes. Desta forma, se apoiando nos exemplos das definições de Cádiz, a província passou a ser a última instância (de três níveis: freguesias, comarcas e províncias), para a escolha dos deputados. Em São Paulo, o processo final após votação nas outras instâncias, ocorreu com 18 eleitores se deslocando para a capital paulista, que representavam a elite política e econômica de toda a região da província paulista.³⁸⁵ É aqui que João da Silva Machado aparece pela primeira vez em um ato político na capital da província. A composição dos eleitores e passíveis de serem votados ficou assim: da comarca de São Paulo: José Bonifácio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Felisberto Gomes Jardim, João Ferreira de O. Bueno, Padre Felix Jose de Oliveira, André da Silva Gomes; da comarca de Itu: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar, Padre Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Souza e Mello, Antonio Paes de Barros, José de Almeida Leme, substitutos: Bento Paes de Barros, Jose Martins da Costa Passos; da comarca de Paranaguá e Curitiba: Reverendo Antonio Teixeira Camelo, João da Silva Machado, João Carneiro Lobo,

³⁸² LEME. *A construção do poder de governo na província de São Paulo...* Op. Cit., p. 385.

³⁸³ AMARAL, 1961, pp. 94-95, apud: BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*. Op. Cit., p. 74.

³⁸⁴ CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 125-133.

³⁸⁵ FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro*. Sua vida e sua época (1778-1859). São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924, p. 208-209.

substituto: Antonio José Pereira Branco. Estes eleitores resumiam a nata econômica e política da vasta província paulista; eles votariam em nomes dentre eles que representariam a província na capital do Império Português.

Esta primeira atividade desempenhada por Machado na política como eleitor da comarca de Curitiba para a Junta que em São Paulo escolheria os Deputados às Cortes de Lisboa³⁸⁶, demonstra a importância dele aos olhos de seus pares nos Campos de Curitiba. Em São Paulo, por motivo da eleição, teve contato com diversos indivíduos com que no futuro estaria lado a lado, como Rafael Tobias de Aguiar, que foi um dos escolhidos como eleitor por Itu.

Em 6 de agosto de 1821 foram eleitos e mandados à Lisboa, entre outros, Antonio Carlos de Andrada e Silva, o Andrada mais novo, José Ricardo da Costa Aguiar, Francisco de Paula Souza e Mello, Nicolau Pereira Campos Vergueiro, José Feliciano Fernandes Pinheiro e o padre Diogo Antonio Feijó.³⁸⁷

Antes de avançar para uma abordagem das trajetórias desses indivíduos, devemos olhar para algo que aconteceu em São Paulo logo após a chegada dos paulistas em Lisboa. Em maio de 1822 ocorreu um movimento armado que sinalizou o auge das insatisfações provinciais e que gerou uma articulação com a Corte de D. Pedro. Esse movimento, conhecido como “Bernarda”, foi um levante em armas que resultou na reestruturação da Junta. A “Bernarda” de Francisco Inácio, ocorrida em maio de 1822 evidencia a formação de forças políticas opostas em São Paulo. A disputa envolveu, de um lado, os Andradas, mais especificamente os irmãos José Bonifácio e Martim Francisco e seus aliados, e de outro Francisco Inácio de Souza Queiróz e João Carlos de Augusto Oeynhausén. Um dos motivos da revolta foi “o despotismo dos Andradas”.³⁸⁸

De acordo com Leme, as tensões do Governo Provisório administrado pela Junta “tiveram sua dimensão mais explosiva nas questões da comercialização da carne verde e da cobrança de impostos, internamente realizados na província.”³⁸⁹ Esses assuntos passavam pela questão do abastecimento interno, já que os dízimos recaíam sobre a produção e comercialização de produtos agrários e da pecuária. Foi um elemento bastante importante nesses meses de definição do Estado Nacional, pois envolvia negociantes com grandes

³⁸⁶ ALMEIDA. Achegas à biografia do Barão de Antonina. Op. Cit., p. 8.

³⁸⁷ Outros eleitos foram, como substitutos: Antonio Manoel da Silva Bueno e Antonio Paes de Barros. WERNET, Augustin. O processo de Independência em São Paulo. IN: MOTA, Carlos G. (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 347.

³⁸⁸ LEME. *A construção do poder de governo na província de São Paulo...* Op. Cit.

³⁸⁹ Idem, p. 390.

interesses na província, e que também possuíam ligações na Corte. A Bernarda teria sido, assim, para além de atritos pessoais, um reflexo da luta de interesses comerciais.

Para esse período, Augustin Wernet³⁹⁰, dividiu os grupos dominantes em: 1) “homens de horizontes muito amplos e de interesses cosmopolitas” como José Bonifácio, Martim Francisco e Nicolau Vergueiro; 2) um grupo formado no interior da capitania “gente de Itu, Porto Feliz e São Carlos, proprietários de grandes canaviais e senhores de numerosa escravaria” entre os quais Francisco de Paula Souza e Mello, Antonio Paes de Barros e Manuel Rodrigues Jordão; 3) homens da “antiga administração que defendiam ideias da época ou continuavam no cenário político por motivos de prudência de outros grupos políticos e militares, representados por Oeynhausen, Oliveira Pinto, Francisco Inacio e Costa Carvalho. Estes últimos, todos rebeldes na Bernarda.

Em maio de 1822, o governador-geral Oeynhausen, Costa Carvalho e Francisco Ignácio foram chamados ao Rio de Janeiro para se explicarem sobre as desobediências da Junta. Esta ordem serviu simultaneamente como justificativa para que Martim Francisco assumisse a presidência da província, com a vacância do cargo. Desta forma, instigados por Francisco Ignácio, “a tropa e o povo” se manifestaram, forçando um pedido de demissão de Martim Francisco e Manoel Jordão, que acabam sendo expulsos da capital.³⁹¹ Uma nova Junta continuou as atividades, que só foi desfeita com a vinda de D. Pedro para São Paulo em agosto, atuando como Príncipe Regente.³⁹²

Francisco Inácio era natural de São Paulo e enriqueceu através da atividade de negociante. Foi casado com uma prima sua, D. Francisca Miquelina, filha do brigadeiro Luís Antonio de Souza e de D. Genebra de Barros Leite. Esta era irmã de Antonio Paes de Barros; Genebra, por sua vez, após enviuar casou-se com José da Costa Carvalho. Francisco Inácio estava portanto inserido em um teia de relações pessoais que serviam de base política na província.³⁹³

Para se ter ideia das profundas relações comerciais e familiares envolvidas nos conflitos em São Paulo pode-se citar o grupo capitaneado por Martim Francisco, que apoiava negociantes como Antonio da Silva Prado e seu tio Manoel Jordão, este ocupante do cargo de

³⁹⁰ WERNET. O processo de Independência em São Paulo. Op. Cit., p. 345-346.

³⁹¹ Uma das únicas comarcas que apoiaram os “bernardista” foi a de Curitiba, através da figura do Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião, que era aparentado do Brigadeiro bernardista Joaquim Jose Pinto de Moraes Leme. DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os “facciosos” de São Paulo*. (considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignacio, 23.05.1822-25.08.1822). Dissertação (Mestrado em história), USP, São Paulo, 1993, p. 165.

³⁹² LEME. *A construção do poder de governo na província de São Paulo...* Op. Cit., p. 390-96.

³⁹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, Cap. 4. São Paulo e a Independência, p. 305.

tesoureiro da Junta da Fazenda no governo provisório.³⁹⁴ Outro exemplo, do lado oposto, é o grupo liderado por Francisco Ignácio de Souza Queiroz, herdeiro do brigadeiro Luis Antonio.³⁹⁵ E de fato, a união desses grupos só foi consolidada após a vinda do príncipe regente para a província.

Os rebeldes “bernardistas” foram deportados para outras províncias, mas alguns, mesmo após terem sido condenados, conseguiram retornar à vida pública. Foi o caso de Costa Carvalho que, apesar de ter sido considerado um dos principais cabeças no movimento, em 1831 assumiu uma vaga na Regência Trina Permanente. Em 1842 seria presidente da província de São Paulo.³⁹⁶

As interpretações para este evento apontam para os interesses econômicos e políticos divergentes dos grupos paulistas que estavam preocupados com o papel que desempenhariam com relação ao Rio de Janeiro, pensando em uma ampliação de sua influência no mercado carioca e na política da Corte.³⁹⁷

Apesar de João da Silva Machado não ter tido participação direta neste movimento, neste período ele possuía relações comerciais com Prado e algum tipo de relação com Jordão³⁹⁸. Possivelmente Machado estaria ao lado destes negociantes na defesa de seus interesses, já que a crítica dos revoltosos se centrava na maneira como seriam dispostos os dízimos e produtos ligados à pecuária. Para os revoltosos, integrantes de uma velha elite local, cujos interesses estavam bem enraizados na província, a relação de quase dependência para com o Rio de Janeiro implicava em perder uma possível autonomia comercial. Para negociantes ligados ao negócio de abastecimento interno, como eram Prado, Jordão e Machado, os interesses provinciais passavam por um duplo canal de comunicação com a Corte: político e econômico. Mesmo assim, esse canal era limitado pela procura de uma certa autonomia na gerência de impostos regionais, elemento crucial para negociantes ligados ao negócio de animais. Portanto, o relacionamento com a Corte possuía limites em relação aos quais mesmo grupos antagonistas concordavam.

³⁹⁴ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais na dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: V. 18, n. 1, p. 11-41.

³⁹⁵ MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (doutorado em história) USP, São Paulo, 2010, p. 223-224.

³⁹⁶ DAMACENO. *Os “facciosos” de São Paulo*. Op. Cit., p. 244.

³⁹⁷ OLIVEIRA, A *província de São Paulo...*, Op. Cit., p. 350; MEDICCI. *Administrando conflitos*. Op. Cit., p. 222; DAMACENO. *Os “facciosos” de São Paulo*. Op. Cit.

³⁹⁸ No primeiro capítulo, analiso um Processo Judicial de 1819 envolvendo Machado, no qual são indicados como procuradores Prado e Jordão. Discuto lá as implicações e limitações das relações entre estes três indivíduos, ver item 1.4. O Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal, sub-item b) processo judicial, desta tese.

Deste modo, devemos atentar para aqueles que foram para as Cortes de Lisboa, na qualidade de deputados por São Paulo, no sentido de que possuíam origens sócio-econômicas que nos ajudam a compreender sua atuação naquela Assembleia. Passo a construir uma pequena biografia de cada um dos deputados brasileiros, apresentando de maneira sucinta a trajetória econômica e política dos paulistas enviados às Cortes de maneira contextualizada à situação provincial, já que isto influencia nos seus posicionamentos em Lisboa. Opto por analisar a trajetória de Vergueiro, Feijó e Antonio Carlos, por serem os três paulistas que realizaram discursos significativos nas Cortes.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em Portugal em 1778, chegou no Brasil em 1803, e logo deu início a sua vida pública como advogado. Através de sua trajetória administrativa foi tendo contato com negociantes de gado e proprietários de terras de São Paulo. Em 1806 foi Promotor de Resíduos, sendo encarregado de avaliar prestação de contas de testamentos; em 1809, superintendente da cobrança da Décima Urbana³⁹⁹; de 1811 a 1818 foi juiz de sesmarias; em 1811 foi juiz ordinário; em 1813, vereador; em 1820 foi inspetor das Estradas de Piracicaba⁴⁰⁰. Desde sua chegada em São Paulo, procurou adquirir terras e constituir sociedades agrícolas. Em 1807 fundou o Engenho do Limoeiro, em Piracicaba, onde começou a produzir açúcar; em 1814 comprou a fazenda Monjolinho, na mesma cidade, destinada à criação de animais. Estes bens serviram de entrada na sociedade que fez com o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiróz, com o objetivo de comprar terras para fabricar açúcar e criar animais. Ainda que a sociedade tenha acabado repentinamente com a morte do brigadeiro em 1819, Vergueiro continuou se destacando como negociante nas duas áreas econômicas de destaque na então capitania de São Paulo, chegando a abandonar a advocacia. Por diversas vezes arrematou o dízimo de Piracicaba⁴⁰¹ e o contrato da Passagem do Cubatão de Santos, rota de passagem de animais.

No mesmo período em que Vergueiro adquiriu proeminência econômica em São Paulo, Diogo Antonio Feijó também se firmava no cenário paulista. Em 1805, então com 22 anos, vivia em São Carlos e ali ensinava gramática. Já em 1810, era dono de uma chácara na mesma

³⁹⁹ MEDICCI. *Administrando conflitos*. Op. Cit., p. 189.

⁴⁰⁰ FORJAZ. *O Senador Vergueiro*. Op. Cit.

⁴⁰¹ Antes de 1822, a Coroa exercia o controle direto sobre os dízimos eclesiásticos, fazendo com que os pagamentos aos padres e religiosos se tornassem uma despesa da Real Fazenda no Brasil. A forma de arrecadação se dava através do arrendamento a particulares, por meio de contratos temporários, e estes se encarregavam de coletar os dízimos de uma região específica. CARRARA, Angelo Alves; SANTIRO, Ernest Sánchez. Historiografia econômica do dízimo agrário na Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII. IN: *Estud. Econ.* [online]. 2013, v.43, n.1, p. 167-202. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100007&lng=en&nrm=iso, (acessado em 02/08/2013).

vila, e produzia milho e feijão. A partir de 1817, começava a produzir cana-de-açúcar em um engenho com 12 escravos.⁴⁰² Apesar de não ser dos homens mais ricos da capitania, através de redes de relações que a carreira eclesiástica lhe proporcionava, conseguiu se destacar como político sendo escolhido para eleitor indo a São Paulo escolher os deputados às Cortes. Dali saiu eleito para sua primeira grande experiência política.

Como Feijó, os irmãos Andrada também não vinham de uma família de destaque na capitania paulista. O pai, José Ribeiro de Andrada, acumulava funções administrativas que lhe davam certo prestígio: coronel do regimento dos Dragões Auxiliares da capitania de São Paulo, fiscal da Intendência das Minas de Paranapanema (1746), almoxarife da Fazenda Real (1759-64) e escrivão da Junta Real da Fazenda de São Paulo (1768-72). Na lista nominativa de 1765, aparece como coronel e “mercador” residindo na vila de Santos, possuindo bens no valor de oito contos de réis, sendo a segunda maior fortuna da vila.⁴⁰³ Antonio Carlos de Andrada e Silva, nasceu em Santos, em 1783, o caçula dos Andrada. Do mesmo modo que seus irmãos, estudou em Coimbra, formando-se em Direito. Voltando ao Brasil atuou em cargos administrativos, como juiz de fora em Santos e ouvidor em Olinda. Nesta vila, teve participação ativa na Revolução Pernambucana de 1817, que objetivava a Independência da região. Por sua participação no evento, foi condenado à prisão de onde saiu quatro anos depois para ocupar o posto de deputado às Cortes por São Paulo.⁴⁰⁴

José Bonifácio de Andrada e Silva, mesmo não tendo sido eleito para as Cortes, desempenhou papel importante na articulação das ideias expressas naquela Assembleia. Bonifácio optou por não ser candidato e, assim, permaneceu na província para atuar à frente da Junta. Cabe dizer que as *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*, apesar de ir assinada por todos os integrantes da Junta de São Paulo, foi provavelmente escrita por Bonifácio.⁴⁰⁵

Com exceção de Bonifácio, foram estes os deputados paulistas que, após quase dez meses de atraso, chegaram à capital portuguesa em 11 de fevereiro de 1822, fazendo o juramento e tomando acento no Congresso das Cortes de Lisboa.⁴⁰⁶

⁴⁰² RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Tese (doutorado em história), Unicamp, Campinas, 1998, p. 224.

⁴⁰³ CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 19.

⁴⁰⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

⁴⁰⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 118.

⁴⁰⁶ Interessante perceber que “o Brasil escolheu [no total] 94 deputados (efetivos e suplentes) para ir a Lisboa, mas (...) somente 45 ocuparam de fato seus assentos nas Cortes.” BERBEL. *A nação como artefato*. Op. Cit., p. 80.

2.1.2 Cortes. Reciprocidade e autonomia econômica

Os pontos principais debatidos nos próximos oito meses com a presença dos paulistas são: 1) a busca pela manutenção da unidade, mas exercida através de um poder executivo no Brasil; 2) a dúvida de qual seria o centro de poder na América Portuguesa; 3) o livre-comércio. Estas três questões apareciam expostas nas *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*⁴⁰⁷ e os paulistas se esforçaram para defendê-las. Até porque as ideias ali expostas não foram bem recebidas pelos portugueses, sendo motivo de constantes ataques quando da sua apresentação nas Cortes no dia 6 de março de 1822.

Os paulistas chegaram às Cortes determinados a defender a igualdade entre brasileiros e portugueses e Antonio Carlos foi um dos primeiros e mais contundentes a apresentar esta ideia. Já em sua primeira participação, em 11 de fevereiro, o deputado apresentou algo que seria defendido ao longo das próximas reuniões: fala em separação, caso não houvesse igualdade entre brasileiros e portugueses. O contexto era a discussão sobre a relação entre Brasil e Portugal.

A respeito de dizer-se, que os povos apesar de gozarem os mesmos direitos não hão de ter todos as mesmas comodidades, **digo, que se isto assim fosse, a nossa união não durava um mês**; os povos do Brasil são tão portugueses, como os povos de Portugal, e por isso são de ter iguais direitos. Em quanto a força dura, dura a obrigação de obedecer. A força de Portugal há de durar muito pouco; e cada dia há de ser menor, uma vez que se não adotem medidas profícuas, e os Brasileiros tenham iguais comodidades.⁴⁰⁸

Claro que deputados portugueses reagiram no mesmo nível. O português Francisco Trigo argumentou veemente que Portugal e Brasil lucrariam se continuassem unidos. Um argumento repetido incansavelmente até o fim por diversos deputados, inclusive pelos paulistas. Os termos “recíproco” e “reciprocidade”, e outras variações, aparecem 67 vezes entre 11 de fevereiro a 10 de outubro, quase sempre referidos às relações comerciais entre Portugal e Brasil, expresso por portugueses e brasileiros. A presença destes e outros conceitos que atravessavam o Atlântico são sintomáticos para se perceber o afluxo de ideias debatidas

⁴⁰⁷ A Junta Governativa Provisória de São Paulo, levando em consideração sugestões das Câmaras da província e de eleitores, compôs o documento *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*, que são instruções para os deputados que iriam representar São Paulo nas Cortes de Lisboa.

⁴⁰⁸ Diário das Cortes, 11 de fevereiro, p. 147, grifos meus. (IN: <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.c1821> (acessado em 15/03/2011)).

pelos dois lados interessados. Quando os paulistas chegaram em Lisboa, muitos argumentos já eram conhecidos dos portugueses. Isso ocorria pela circulação de correspondência entre parentes e parceiros de negócios, além de jornais e panfletos, acelerando a transmissão de informações.⁴⁰⁹

Em 13 de fevereiro Antonio Carlos apresentou um dos pontos vitais do projeto paulista: a questão de igualdade em questões executivas, exemplificado no poder de suspensão de magistrados.⁴¹⁰

Vergueiro, em sua primeira intervenção, descontente com o rumo das discussões naquele dia, expôs a que ponto chegariam as propostas da bancada paulista. Segundo ele, “o Brasil está pronto a unir-se com Portugal, mas não segundo a marcha que leva o Congresso.” Apesar desta estocada, o próprio Vergueiro utilizaria o argumento da reciprocidade dos dois reinos como algo essencial.⁴¹¹ Mais tarde, a 6 de março, ele levantaria furor nos deputados portugueses ao aprofundar esta questão nos seguintes termos:

O Brasil não se sujeita com argumentos; ha de sujeitar-se por uma vontade espontânea, fundada sobre o interesse recíproco dos dois Reinos. Uma vez que não se entenda assim, seguramente deve obrar a força da desunião, estabelecida pela natureza: para a vencer são necessários vínculos muito fortes; estes vínculos são o interesse recíproco. O Brasil quer a união, e desde o principio a proclamou; e até por não excitar desconfiança, deixou de exigir cautelas, e prestou todos os atos de adesão à causa comum, entendendo que os ilustres Representantes de Portugal não abusarão desta confiança, para lhe impor um jugo pesado.⁴¹²

Para azedar as relações entre deputados dos dois reinos, no dia 22 de março foi posta à mesa de discussão uma representação de São Paulo. Esta representação, em seus pontos principais, conclamava D. Pedro a permanecer no Brasil e já adiantava a união entre paulistas e fluminenses; falava nos sentimentos de Independência dos nascidos neste reino; apontava os paulistas como “os primeiros que ousam levantar sua voz e protestar contra atos inconstitucionais”; condenava o andamento de um projeto nas Cortes, onde “se descobre o maquiavelismo com que, com douradas cadeias, se intenta escravizar este riquíssimo país, e reduzi-lo a mera colônia”; defendia a opção por um centro comum de governo no Brasil e; enfim, dava claras mensagens de que poderia haver luta, já que os paulistas “preferiam a

⁴⁰⁹ NEVES, Lucia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. IN: *Caderno Cedes*, Campinas: v. 22, n. 58, 2002.

⁴¹⁰ Diário das Cortes, 13 de fevereiro, p. 170.

⁴¹¹ Diário das Cortes, 13 de fevereiro, p. 175.

⁴¹² Diário das Cortes, 6 de março, p. 382.

morte à escravidão, [e estavam dispostos a] não pouparem sacrifícios até esgotarem a última pinga de seu sangue, para sustentarem seus direitos”.⁴¹³

A representação, como era de se esperar, não foi bem recebida. Segundo o deputado português José Joaquim Moura, tratava-se de um “crime de rebelião”, e excedendo “todas as medidas da insolência, da anarquia, e da rebelião e que não pode haver coisa mais inconstitucional nem mais oposta à desejada união de Portugal com o Brasil.” A afirmação recebeu o apoio de muitos deputados presentes no Congresso.⁴¹⁴ O deputado baiano Luis Paulino de Oliveira Pinto da França foi rápido em esclarecer que esta não era a posição de todas as províncias do Brasil, já que a carta “declara que aquela é a vontade da província, e afiança que esta vontade existe unida à da do Rio de Janeiro”.⁴¹⁵

Pinto França tocou num ponto crucial no projeto paulista, qual seja a opção pelo Rio de Janeiro como centro de poder. Esta opção, certamente estava relacionada à proeminência que o Rio adquiria desde a transferência da Corte, em 1808. Para Istvan Jancsó,

ao sediar a Corte, o Rio de Janeiro torna-se, de fato, o pólo articulador da diversidade constitutiva na América Portuguesa, realizando o papel que antes cabia ao Reino Peninsular. Para ele passaram a convergir os canais de poder, tanto do judiciário quanto do executivo, produzindo uma intensificação da troca de experiência e prática política de magnitude anteriormente impensável para os coloniais.⁴¹⁶

A experiência administrativa se intensificou ainda mais com a elevação do Brasil à categoria de Reino em 1815. Assim, abrir mão do acúmulo de poder político que os brasileiros haviam adquirido em favor de Portugal estava fora de cogitação.⁴¹⁷

Não há, entretanto, como menosprezar o peso que tinham para os paulistas as ligações mercantis que haviam se estabelecido entre São Paulo e o Rio de Janeiro, desde o final do século XVIII, mas que se fortaleceram a partir de 1808. Em estudo acerca das relações de mercado entre liberais no Rio de Janeiro, Cecília Helena de Salles Oliveira percebe como as questões econômicas influenciavam na maneira como era conduzida a política na província fluminense. Analisando o grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha

⁴¹³ Esta carta não devia ter chego às mãos dos deputados portugueses na Corte, mas eles tiveram acesso de alguma forma a essa correspondência. Trata-se da “Representação ao príncipe”, de 31 de dezembro de 1821. CALDEIRA. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. p. 134-137.

⁴¹⁴ Diário das Cortes, 22 de março, p. 577.

⁴¹⁵ Diário das Cortes, 22 de março, p. 578.

⁴¹⁶ JANCÓS, Istvan. A construção dos estados nacionais na América latina – apontamentos para o estudo do império como projeto. IN: SZMRECSÁNYI, Tamáz; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da USP; Imprensa Oficial, 2002.

⁴¹⁷ Idem, p. 22-25.

Barbosa e José Clemente Pereira, a autora demonstra como a dinâmica do mercado articulava interesses econômicos das três principais províncias do Centro-Sul: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O abastecimento do mercado carioca era realizado por negociantes e proprietários do Sul de Minas e de São Paulo. Enquanto os mineiros traziam animais vindos do Mato Grosso e Goiás, os paulistas iam até a região do Rio da Prata buscar gado. Assim, as relações comerciais eram estabelecidas em cadeias até Montevidéu e Buenos Aires, através de diversos contatos ao longo do caminho, com algumas exceções de grandes negociantes que conseguiam ampliar sua rede de negócios por todo o conhecido Caminho do Viamão, a estrada que integrava toda a região Sul.⁴¹⁸ Um exemplo de comerciante que possuía conexões desde o Rio de Janeiro até Montevidéu era João Soares Lisboa, ligado ao grupo liberal de Ledo. Conta-nos Cecília de Salles Oliveira que ele possuía matrícula na Junta do Comércio do Rio de Janeiro como negociante de “grosso trato”, e entre 1820 e 1821 possuía concessão para “suprir de víveres o Exército pacificador” em Montevidéu. Até 1821 morou no Rio Grande.⁴¹⁹

Os paulistas obtinham grandes lucros com a negociação de animais vindos do Sul para o Rio de Janeiro, principalmente após a chegada da corte portuguesa. Antonio da Silva Prado era um empresário que fazia a conexão entre os negociantes Sulinos com a praça carioca. Prado, em 1818, percebendo a necessidade de mais gado no Rio de Janeiro escreveu a João da Silva Machado pedindo conselhos acerca deste mercado. Esta relação acabou por se transformar em uma grande sociedade, na qual Machado comprava gado nos limites da América Portuguesa, indo até Buenos Aires e Montevidéu, deixando a negociação final com Prado, que de São Paulo encaminhava as tropas para o Rio.⁴²⁰

Ficam, assim, evidentes as conexões entre motivações econômicas e posições políticas relativas à aproximação dos paulistas com o Rio de Janeiro, apesar do discurso por autonomia provincial que eles apresentavam nas Cortes. A ideia de uma federação, que aparece subentendida no posicionamento dos deputados paulistas, deve ser mesurada com o contexto econômico das províncias do Centro-Sul brasileiro. O federalismo “puro” (se tal coisa existe), segundo definição de Miriam Dohnnikoff, baseada em Preston King, seria “um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a

⁴¹⁸ OLIVEIRA. *Astúcia liberal*. Op. Cit.

⁴¹⁹ Idem, nota 273.

⁴²⁰ MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar 2001, p. 59; PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit.

coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central) definidos constitucionalmente”.⁴²¹ Já o federalismo defendido pelos pernambucanos, desde 1817,

pretendia que a soberania revertesse às províncias, as quais podiam negociar um pacto constitucional, e, caso este não lhes conviesse, usar de seu direito a constituírem-se separadamente, sob o sistema que melhor lhes parecesse.⁴²²

Por outro lado, o que aparece subjacente nos discursos dos paulistas nas Cortes é um federalismo em que a união das partes da monarquia portuguesa estaria condicionada à associação de “corpos heterogêneos”, isto é, a associação não poderia basear-se na igualdade entre as partes, pois cada uma delas necessitava de legislação específica. Neste sentido, cabe atentarmos para o debate em torno do projeto de suspensão dos magistrados. Antonio Carlos defendia que se devia conceder “ao Brasil uma autoridade com o poder de suspender os magistrados nas causas de queixas”.⁴²³ Na continuação de sua argumentação, comparando o Brasil com Estados Unidos da América e o Reino da Suíça, o deputado paulista enfatizava que o Reino de Portugal era formado por dois povos e que o arranjo político devia respeitar a especificidade de cada um. Com isso ele estava apontando para uma igualdade entre os povos do Brasil e de Portugal.

Esta argumentação era encontrada já nas propostas das *Lembranças e apontamentos*, preparadas antes da chegada dos paulistas a Lisboa que em seu capítulo 1, artigo 4, define a nação portuguesa como constituída pelos Reinos de Portugal e do Brasil. No capítulo II, artigo 2, propõe que se “parece conveniente que se estabeleça um governo geral executivo para o reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provinciais, determinando-se os limites dessa subordinação.”⁴²⁴ Em vista da argumentação levantada pelos paulistas, mesmo sem mencionar o termo federalismo, ficava claro que seu projeto compreendia o Império português formado por partes autônomas e heterogêneas e cada qual possuindo seu arranjo político próprio.

Assim, aproximava-se do projeto defendido pelos liberais cariocas, que se fundamentava na primazia do poder legislativo e no estabelecimento do mercado interno. Com isso, proprietários e negociantes com interesses estabelecidos no Centro-Sul seriam arregimentados em torno dessa ideia.

⁴²¹ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. IN: JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003, p. 433.

⁴²² MELLO. *A outra Independência*, Op. Cit., p. 14.

⁴²³ Diário das Cortes, 13 de fevereiro de 1822, p. 175.

⁴²⁴ *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1821. cap. II, artigo 2.

Apesar de paulistas falarem que “cada província se governa hoje independente”⁴²⁵, e baianos concordarem, “as províncias do Brasil podem chamar-se reinos”⁴²⁶, as ideias quanto a maneira de conduzir a autonomia eram divergentes entre paulistas/fluminenses, baianos e pernambucanos. Os próprios deputados portugueses perceberam que havia divergências entre as províncias, atacando argumentos presentes na Representação como vindo de “facciosos, e rematados loucos da Junta de S. Paulo”.⁴²⁷

Entretanto, após o discurso de Feijó em 25 de abril começou a se abrir espaço para convergência de interesses entre paulistas e os deputados do Nordeste. Isso se reforçava nas discussões sobre as medidas econômicas, principalmente no que tocava a defesa do livre-comércio e a abertura dos portos. Assim, entramos no último ponto da pauta paulista: as relações comerciais entre Brasil e Portugal. Este tema tomará grande parte das discussões até a saída da delegação paulista.

Com relação à questão das relações comerciais, deve-se salientar que mesmo entre os deputados portugueses não havia coesão de ideias. Analisando os discursos nas Cortes, Valentim Alexandre divide os deputados em dois grupos antagônicos: a ala mais radical, encabeçada por Fernandes Tomaz, “integracionista”, entendendo Portugal e Brasil como nações integradas; e a ala composta pelos “conciliadores”, liderados por Borges Carneiro, que propunha certa negociação de autonomia com o Brasil, desde que se preservasse a integração econômica.⁴²⁸

Os integracionistas, portanto, apresentavam-se em termos bastante contundentes para defender a dignidade da nação portuguesa, que se consubstanciava na preservação do regime constitucional e na garantia da hegemonia portuguesa no sistema luso-brasileiro. Este posicionamento pode ser exemplificado pela explosão que teve o deputado Fernando Tomaz na sessão de 22 de março: depois de ler a Representação da Junta de São Paulo, finalizou com um “passe o Sr. Brasil muito [bem]”, expressando seu entendimento de que a nação dos dois reinos, vigente desde 1808, era desvantajosa para Portugal. Assim, sua defesa da nação portuguesa utilizava-se de argumentos caros ao pensamento econômico da época, conhecido como “patriotismo mercantil.”⁴²⁹ Jose Luis Cardoso assinala que “a legislação econômica produzida durante o período vintista indicia ações de política econômica de natureza marcadamente protecionista. A proibição de importações ou a fixação de elevados direitos de

⁴²⁵ Diário das Cortes, 25 de abril de 1822, p. 953.

⁴²⁶ Fala de Borges de Barros, Diário das Cortes, 6 de março de 1822.

⁴²⁷ Diário das Cortes, 22 de março, p. 581; p. 596.

⁴²⁸ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 587-593.

⁴²⁹ Idem, p. 623.

entrada foram regras comumente adotadas, tendo em vista a recuperação dos sectores de atividades ameaçados pela concorrência estrangeira.”⁴³⁰

Os mais interessados nas restrições aplicadas ao livre comércio eram aqueles que formavam o grupo mercantil da praça de Lisboa e do Porto. Eram os comerciantes e industriais, que vinham perdendo espaço na praça mercantil do Rio de Janeiro. Os interesses desses indivíduos eram defendidos pelos deputados integracionistas nas Cortes quando se tratavam de questões econômicas. Neste sentido, a conclusão dos trabalhos da Comissão para cuidar dos negócios do Brasil, composta em 12 de março e apresentada aos deputados em 18 de março⁴³¹, se focou na discussão do decreto sobre as relações comerciais entre Portugal e Brasil, na medida em que estas relações representavam “um dos mais fortes vínculos da união”, e primavam pela “perfeita igualdade e reciprocidade”.⁴³² Anteriormente, já havia sido formada uma comissão especial para as relações luso-brasileiras que apresentou seu parecer em 15 de fevereiro. Este parecer, apoiado na opinião dos negociantes de Portugal propunha alteração no regime mercantil luso-brasileiro, que desde a abertura dos portos vinha deixando um saldo negativo na balança comercial portuguesa.⁴³³ O documento produzido como base nas informações dos comerciantes portugueses trazia a ideia da nação portuguesa como um mercado único, integrado e protegido do exterior.⁴³⁴ Foi neste parecer que se encontrou a base para o outro parecer de 18 de março da Comissão que tratava dos negócios do Brasil.

Entretanto, os brasileiros da Comissão (principalmente Antonio Carlos e Lino Coutinho) atacaram firmemente algumas partes do projeto, vendo nelas uma tentativa de restabelecer a supremacia portuguesa sobre a economia brasileira. A partir de então, em 1º de abril, o debate se concentrou em três pontos principais: a reserva do comércio de cabotagem à marinha nacional; o exclusivo concedido no mercado brasileiro ao sal e aos produtos vinícolas portugueses; e a livre admissão dos artigos industriais da antiga metrópole no Brasil. Os portugueses argumentam que as causas da crise econômica luso-brasileira, eram, como disse Borges Carneiro, o

⁴³⁰ CARDOSO, Jose Luis. A legislação econômica do vintismo: economia política e política econômica nas Cortes Constituintes. IN: *Análise social*, v. XXVI, 1991, p. 5.

⁴³¹ Essa comissão foi formada por deputados portugueses e brasileiros, sendo compostas por: Antonio Carlos e Vergueiro, por São Paulo; Gonçalves Ledo, pelo Rio de Janeiro; Vieira Belford, pelo Maranhão; Marques Grangeiro, por Alagoas; e Almeida e Castro, por Pernambuco. Os portugueses foram Ferreira Moura, Trigo, José Antonio Guerreiro, Anes de Carvalho, Borges de Carneiro e Pereira do Carmo. Ver ALEXANDRE. *Os sentidos do Império*. Op. Cit., p. 614.

⁴³² Diário das Cortes, 18 de março, p. 533.

⁴³³ Diário das Cortes, 15 de fevereiro, p. 506.

⁴³⁴ Diário das cortes, 15 de fevereiro, p. 506; ALEXANDRE. *Os sentidos do Império*. Op. Cit., p. 631.

lamentável decreto de 28 de janeiro de 1808 [que] franqueando os portos do Brasil a todas as fazendas estrangeiras arruinou Portugal, e o Brasil mesmo, se excetuarmos um momentâneo bem da agricultura, nada prosperou, e viu-se até então fundarem-se nas costas boas casas, e dali em diante deixou de se ver.⁴³⁵

O Andrada contra-argumentou qualquer protecionismo por parte do “patriotismo mercantil” português, discorrendo sobre o livre-comércio, mostrando como este favoreceu a América, fazendo com que ela tenha prosperado desde 1808.

O fato é que todas as Nações, que tem admitido o comércio livre tem prosperado, e o dizer-se o contrario, é um erro, desmentido pela historia política e comercial de todo o mundo. O Brasil é um exemplo da força destes princípios. Algumas das suas províncias, como a da Bahia, que exportavam 25\$ caixas de açúcar, hoje exportam o dobro. Igual sorte teve a província de S. Paulo, na qual tem quase dobrado as suas produções depois da franqueza do comércio. E ao mesmo tempo, que pelo comércio livre aumentou-se a produção, diminuiu o preço das mercadorias importadas, a ponto que o ferro por exemplo baixou de 409 réis o arrate a 40 réis. O decênio de 8 de Janeiro de 1808 infeliz para Portugal foi o avesso para o Brasil, foi a fonte da sua atual prosperidade e continuará a ser o estímulo maior da sua progressiva riqueza.⁴³⁶

É extremamente interessante que Antônio Carlos tenha utilizado o exemplo do açúcar, especialmente se lembrarmos de como os grandes negociantes em São Paulo, alguns deles citados neste trabalho, começaram a investir seriamente em açúcar.

E, à navegação de cabotagem, logo à frente em seu discurso, ele se referiu nestes termos:

Os princípios gerais são, que limitar a distribuição das mercadorias a poucas mãos, é criar em favor dele um monopólio, o que faremos permitindo só aos nossos navios o comércio de cabotagem, a consequência desse monopólio seja o alteamento dos gêneros navegados por nós somente, e o resultado o empobrecimento gradual dos consumidores.⁴³⁷

Para o Andrada, opiniões como a de Borges Carneiro tendiam a enfatizar o bem de negociantes individuais ao invés do bem do comércio em geral. Estes negociantes (aqui se referindo aos da praça mercantil de Lisboa e do Porto) atuavam através de um monopólio, o que seria prejudicial ao livre-comércio. Na imprensa fluminense, entre janeiro e maio, os liberais consideraram os “monopolistas de Lisboa e Porto” e os “fabricantes” portugueses de

⁴³⁵ Diário das Cortes, 9 de abril, p. 724

⁴³⁶ Idem, ibidem.

⁴³⁷ Idem, ibidem.

vinhos e tecidos como seus principais adversários, por defenderem a “opressão colonial” e o “absolutismo”.⁴³⁸

O deputado baiano Cipriano Barata, com argumentos retirados dos últimos estudos da economia política, ainda defendeu que o comércio de cabotagem feito somente por Portugal estaria estrangulando a grande oferta de produtos agrícolas do Brasil, já que aquela nação possuía um comércio reduzido se comparado com a capacidade brasileira.⁴³⁹

Apresentando números, Antonio Carlos apontou o desequilíbrio comercial entre Brasil e Portugal⁴⁴⁰, argumentando que palavras como “exclusivo” deveriam ser riscadas do dicionário e a reciprocidade, um tema bastante retomado pelos portugueses, não passava de ficção. Para exemplificar cita o caso do açúcar, com o qual nenhuma outra nação podia competir em produção e que era um modelo de desequilíbrio no comércio entre Brasil e Portugal.

De mais Portugal oferece um fraco mercado aos gêneros do Brasil: apenas 16000 caixas de açúcar são anualmente importadas do Brasil para aqui, e nestas se incluem as que se reexportam para Espanha; no Brasil porém gastam-se anualmente de vinho português quase tanto como o que se exporta para todas as nações da Europa juntas: no ano de 1819 gastou o Brasil 21:088 pipas de vinho portugues, e no de 1820, nos primeiros seis meses, 18:505. Ora que é 16:000 caixas [de açúcar] para a safra do Brasil, que anda por algumas 200:000 [caixas]?

De fato, no início do século XIX, a economia brasileira superava a de Portugal, que era constituída na sua maior parte pela reexportação de produtos importados do Brasil.

A grande insistência portuguesa em relação ao decreto da abertura dos portos se explica pela crise que Portugal vinha passando em decorrência dessa ação.⁴⁴¹ Entretanto, o problema comercial entre Brasil e Portugal, que aprofundou a crise, residia na quebra dos preços dos produtos coloniais (1819) e na perda dos lucros com o tráfico de escravos por parte de Portugal; o tráfico de africanos começou a passar ao largo da nação portuguesa fazendo com que os lucros não mais ficassem nas mãos de atravessadores portugueses. Isto foi sentido com maior impacto na década de 1820.⁴⁴² Assim, o que na verdade está subjacente ao discurso português quando se refere a 1808, é a perda do papel de entreposto dos gêneros coloniais brasileiros, que antes eram revendidos com ampla margem de lucro. Outras nações, com as

⁴³⁸ OLIVEIRA. *Astúcia Liberal*. Op. Cit., p. 187.

⁴³⁹ Diário das Cortes, 9 de abril, p. 727.

⁴⁴⁰ Diário das cortes, 15 de abril, p. 807.

⁴⁴¹ Valentim Alexandre realizou uma excelente pesquisa utilizando balanças comerciais portuguesas, demonstrando saldos da economia de Portugal entre 1808 a 1822. Suas conclusões são muito interessantes, mas fogue dos parâmetros deste trabalho apresentá-las. Diga-se de passagem, que a quebra da principal praça portuguesa, Lisboa, excede os 90% no período de 1808 até 1831. ALEXANDRE. *Os Sentidos do Império*. Op. Cit., Parte VI.

⁴⁴² ALEXANDRE. *Os sentidos do Império*. Op. Cit., p. 774.

primeiras tentativas de comércio direto com o Brasil, acabaram por formar novas redes de relações mercantis, que eliminavam a função de Portugal como intermediário. Com estas novas rotas de negócios seria necessária a estrutura de um grande porto de saída, o que o Rio de Janeiro supriria a contento, transformando esta cidade atrativa aos olhos da elite econômica e da elite política, que eram compostas pelas mesmas pessoas.

Os argumentos do “patriotismo mercantil” foram amplamente combatidos pelos deputados paulistas, mas deve-se levar em consideração que eles mesmos não pensavam de maneira tão diversa dos seus colegas portugueses quanto aparentavam seus discursos. Na luta contra um inimigo comercial comum, os britânicos, a união protecionista era bem vista e necessária. Os argumentos dos liberais brasileiros, expressos nos jornais fluminenses, eram de que, ao mesmo tempo em que se suprimisse qualquer restrição à livre concorrência, deveria erigir-se tarifas alfandegárias protecionistas para a produção local e o governo precisaria garantir investimentos e até subsidiar a produção. Como aponta Cecília de Salles Oliveira, “o projeto que construíram conciliava, contraditoriamente, práticas liberais e práticas protecionistas”.⁴⁴³ Neste sentido, a palavra mais utilizada nas Cortes dava seu ar da graça nas bocas brasileiras: “reciprocidade”.

Mas a conciliação de interesses dos brasileiros com os liberais portugueses estava relacionada a uma defesa frente ao comércio inglês. Os fluminenses viam no mercado português um grande consumidor de seus produtos e, além disso, aquele mercado servia “como trampolim para a entrada da produção fluminense aos mercados europeus, sem a mediação de negociantes britânicos”.⁴⁴⁴ Assim, ocorria um reajustamento das relações entre Brasil e Portugal passando pela expansão dos interesses no mercado interno português, exatamente o que ambicionavam os portugueses com relação ao mercado brasileiro. Os liberais fluminenses viam nos vínculos mercantis com Portugal, uma “extensão do comércio de cabotagem, e a livre circulação de mercadorias entre os dois Reinos, aparentemente, garantia a ‘reciprocidade’ sob a qual proprietários e negociantes fluminenses poderiam ampliar as bases dos empreendimentos que realizavam”.⁴⁴⁵

Estas ideias apareciam defendidas em jornais liberais cariocas, mas nas Cortes de Lisboa foram os paulistas os seus maiores defensores. É realmente um fato importante de se destacar: os liberais fluminenses que não foram às Cortes, como Joaquim Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Manuel Joaquim da Silva Porto, eram extremamente combativos em suas

⁴⁴³ OLIVEIRA. *Astúcia Liberal*. Op. Cit., p. 159.

⁴⁴⁴ Idem, p. 161.

⁴⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

defesas dos seus pontos de vistas. Já os deputados fluminenses presentes nas Cortes, pouco falaram após a chegada dos paulistas. Segundo alguns autores, havia um desinteresse dos fluminenses pelas Cortes, pois os que possuíam interesses no Rio de Janeiro e residiam ali preferiam não se afastar da cidade, devido à indefinição da situação carioca. Assim, a banca fluminense em Lisboa teria uma maioria de residentes em Portugal, que portanto tinham mais interesses na própria metrópole.⁴⁴⁶

Portanto, entre a saída dos paulistas de sua terra natal e os primeiros debates nas Cortes, ocorreu uma mudança de pensamento, levantando “uma dúvida de qual seria o centro de poder na América Portuguesa”. Note-se que no documento escrito pela Junta de São Paulo, *Lembranças e apontamentos*, produzido antes da viagem dos deputados à Portugal, no capítulo referente aos “Negócios do Reino do Brasil”, seu item 9º atestava que seria “muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência (...)”.⁴⁴⁷ Assim, algo mudou na mente e nos discursos dos deputados paulistas nas Cortes, que passaram a defender a permanência do centro político no Rio de Janeiro. Esta mudança estava alicerçada nos interesses econômicos dos paulistas.

Deve-se deixar claro que, quando se fala em paulistas/brasileiros e portugueses, não se está pensando em uma contraposição entre estes dois grupos, como se fossem de nacionalidades diferentes, até porque, neste período, ambos faziam parte da nação portuguesa. No manifesto escrito logo após terem abandonado as cortes, os deputados brasileiros se expressaram nos seguintes termos: “desde que tomaram assento no Congresso de Portugal [os deputados brasileiros fizeram-no para lutar] pelos interesses de sua Pátria, do Brasil e da Nação em geral”.⁴⁴⁸ A nação à qual pertenciam era a portuguesa. Portanto, como bem salientou Sérgio Buarque de Holanda “o 7 de setembro vai constituir simples episódio de uma guerra civil portuguesa, e onde se veem envolvidos os brasileiros apenas em sua condição de portugueses do aquém-mar.”⁴⁴⁹

Assim, em meados de junho de 1822, esgotadas as possibilidades de se concretizar a união de Brasil e Portugal de acordo com as expectativas dos portugueses, uma nova

⁴⁴⁶ Os deputados cariocas foram: Custódio Gonçalves Ledo, irmão de Joaquim Gonçalves Ledo, era médico no Porto e envolveu-se com o movimento liberal ali; D. Francisco Vilela Barbosa, militar ligado à Universidade de Coimbra; Luis Martins Basto, comerciante em Coimbra; João Soares de Lemos Brandão, bacharel em leis e; Luis Nicolau Fagundes Varela, poeta; estes dois últimos residiam no Rio de Janeiro. BERBEL. *A nação como artefato*. Op. Cit., p. 71.

⁴⁴⁷ *Lembranças e apontamentos*, Op. Cit., cap. II, item 9.

⁴⁴⁸ Publicado no Correio Braziliense, citado por JANCSÓ, István ; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (Ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira). IN: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 130.

⁴⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. IN: HOLANDA, S. B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1970, t.2, v.1, p. 13.

comissão que havia sido formada para apresentar artigos adicionais à Constituição relativos ao Brasil, apresentou seus resultados. Andrada foi o encarregado de relatá-los, dizendo que o estudo encaminhado pela comissão

convenceu-me que o sistema de unidade inteira dos dois Reinos é quase de absoluta impossibilidade: que a legislatura a respeito de certos negócios deve de necessidade ser diversa em cada um dos respectivos Reinos: e que o Poder executivo não pode obrar no Brasil sem uma delegação permanente e ampla; e que todas as suas ramificações devem ser independentes imediatamente de Portugal.⁴⁵⁰

Esta linha de argumentação causou estardalhaço nas Cortes. Apesar de já terem sido defendidas, estas ideias não tinham sido apresentadas tão claramente como agora. Elas seriam novas dentro do contexto vintista, que seguia as Cortes de Cádiz as quais não admitiam a ideia de dois congressos. Segundo o deputado português Ferreira Girão, “isto seria fazer um monstro de duas cabeças, e pretender que a árvore da liberdade tivesse dois troncos”. Neste mesmo sentido, também o deputado Miranda atacou os artigos desta comissão. Para ele “este projeto tende a deitar por terra as Bases que juramos. As ideias que nele se apresentam são ideias da Junta de S. Paulo; e é fora de questão, que ele contém o plano de um edifício de *arquitetura paulistana*”.⁴⁵¹ O deputado parecia estar jogando para fora algo que devia estar entalado na garganta dos portugueses desde a chegada dos paulistas em fevereiro. De fato, a atenção para com os paulistas, que passaram a defender fortemente a separação, já havia sido enfatizada repetidamente desde fins de março. O deputado baiano Marcos Antonio falou “que aquelas províncias exigem uma particular atenção e consideração deste Congresso” e a partir daí continua a falar de eventos históricos que ocorreram na província paulista:

pois que os habitantes de S. Paulo foram os primeiros que povoaram o Brasil: eles fizeram os descobrimentos de minas, e outros muitos objetos dignos de toda a atenção: sempre se mostrarão os homens mais valorosos, e até deram as maiores provas de lealdade. Eu vou a referir um fato acontecido quando a nação portuguesa sacudiu os ferros da dominação espanhola. Os habitantes de S. Paulo quiseram aclamar Rei a um homem chamado Amador, e este homem disse que ele não era Rei, que não podia admitir tal titulo, e que o verdadeiro Rei era D. João Duque de Bragança. Ora este ato praticado por Amador é digno da atenção deste Congresso: isto merece que o parecer da Comissão seja atendido, para que estas verdades sejam conhecidas com mais atenção, e se tome a deliberação que seja justa.⁴⁵²

Este fato, da aclamação de Amador Bueno, foi lembrado novamente quando D. Pedro discursou em São Paulo. Para os liberais brasileiros, e isso fica evidente nos jornais

⁴⁵⁰ Diário das Cortes, 17 de junho de 1822, p. 465.

⁴⁵¹ Diário das Cortes, 26 de junho, p. 570-751, grifos meus.

⁴⁵² Diário das cortes, 23 de março, p. 603.

cariocas como o *Revérbero Constitucional Fluminense*, as Cortes não tinham autoridade para responder questões do mercado interno brasileiro. Isto deveria ser definido pelo governo sediado no Rio de Janeiro. E, além disso, os políticos das regiões que se ligavam ao projeto do Rio de Janeiro como centro de poder - São Paulo e Minas Gerais - não aceitavam a separação entre as províncias, o que poderia sinalizar um esvaziamento da autoridade do regente. Para estes indivíduos, tudo passava por um projeto de integração do mercado interno que deveria ser coordenado a partir da província fluminense.⁴⁵³ Mesmo entre os deputados portugueses a percepção da união das províncias do Centro-Sul era algo sentido. Segundo Trigo:

os povos do Rio de Janeiro estão em descontentamento conhecido, e o mesmo os das Minas, visto que os Deputados que tinham mandado para o Congresso, retrocederão do Rio de Janeiro; supõe-se que emissários de Minas, e S. Paulo vão unir-se no Rio de Janeiro para fins particulares que tem. A Comissão não pode dizer exatamente que isto haja de suceder, nem pode conhecer quais são especificamente os fins que essa reunião se propõe; mas tendo todas estas noticias elas são suficientes para não poder dar uma absoluta opinião sobre o espírito que ditou esta carta. (...) As provas que há são que existe uma coligação entre as províncias, e que nelas existe descontentamento.⁴⁵⁴

Enfim, a discussão não avançou mais e, a 26 de agosto, os deputados paulistas pediram sua saída do Congresso, já que as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras estavam em “dissidência com Portugal”. Mas acabaram tendo que fugir, sem passaporte, para a Inglaterra, a 6 de outubro.⁴⁵⁵ Contudo devo ressaltar que os paulistas não foram os únicos a sair do Congresso este momento.

Os três pontos fundamentais que a bancada paulista defendeu - autonomia, a manutenção do Rio de Janeiro como centro do poder e o livre-comércio - estavam ligados aos interesses comerciais de sua província. Da mesma forma que os deputados portugueses defendiam os interesses da elite mercantil e industrial de Lisboa. A opção pelo Rio de Janeiro se explicita quando se olha para as conexões mercantis entre as duas regiões, além da ligação administrativa que surge quando da vinda da família real. A raiz explicativa da defesa da autonomia paulista frente às Cortes, perpassando por uma relação com o Rio de Janeiro, se encontra na compreensão das relações do mercado interno do período colonial, que busquei apresentar de maneira inicial. O Rio de Janeiro era um mercado consumidor importantíssimo no contexto do Sul, principalmente após 1808 e o conseqüente inchaço populacional da

⁴⁵³ OLIVEIRA. *Astúcia Liberal*. Op. Cit., p. 179.

⁴⁵⁴ Diário das Cortes, 23 de março, p. 603.

⁴⁵⁵ ALEXANDRE. *Os sentidos do Império*. Op. Cit., p. 704-706.

província fluminense. Para ali eram trazidos produtos relacionados ao tropeirismo e ponto de saída para produtos como o açúcar, que começava a ser produzido em São Paulo.

O pedido de saída dos paulistas das Cortes coincide (se tal palavra pode ser aplicada no contexto), com a programação da visita de D. Pedro à província de São Paulo. Até então, como vimos no exemplo da “Bernarda”, não havia uma homogeneidade política na província. Apesar dos grupos ligados aos Andrada falarem em favor de um centro de poder no Rio de Janeiro, esta demanda não era consensual entre os grupos de poder. Mas, D. Pedro, ciente de que os problemas políticos na região se originavam nas disputas pelo mercado interno e também conhecedor da importância do Sul para o mercado do Rio de Janeiro, empreendeu uma viagem para atrair os negociantes e proprietários para seu projeto separatista.

O governo do príncipe regente já havia condenado a “Bernarda” um mês após o ocorrido, mas anistiou os envolvidos, sabendo da necessidade de atraí-los. Como bem percebe Vera Lúcia Nagib Bittencourt, a afirmação de autoridade de D. Pedro dependia de arregimentar a rede de negócios, estabelecida na Corte, mas com ramificações em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande de São Pedro. E para esta face Sul da rede, São Paulo assumia posição estratégica. Era um local de passagem de animais que vinham do Rio Grande e que serviam para abastecer de transporte, vestimentas e alimentação o Centro-Sul, e também meio de ligação com negócios em Buenos Aires e Montevideú.⁴⁵⁶

A importância de São Paulo no mercado de abastecimento do Rio de Janeiro, além de entreposto comercial do gado, era evidenciada pelas ligações comerciais que paulistas possuíam na província fluminense. A casa comercial do brigadeiro Luis Antonio foi preservada atuante até depois de sua morte, por seu sócio Nicolau Vergueiro. Antonio da Silva Prado negociava gado e também vendia açúcar para a Corte. Rafael Tobias de Aguiar era sócio de João Pereira de Almeida e sempre o visitava.⁴⁵⁷

Em 25 de agosto, após 12 dias de viagem, D. Pedro chegou a São Paulo. Como aponta Vera Lucia Nagib Bittencourt, nessa visita D. Pedro aparentemente sustentava os interesses partidários de seus ministros, José Bonifácio e Martim Francisco, já que se hospedou na casa do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e de seu sobrinho Antonio da Silva Prado, acusados, pelos “bernardistas” de terem sido favorecidos pelos Andrada.⁴⁵⁸

Os eventos que se seguiram são sintomáticos da importância que a província paulista assumia nos planos de D. Pedro. No dia seguinte a sua chegada, fez-se uma cerimônia do

⁴⁵⁶ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: O governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2006, p. 307-318.

⁴⁵⁷ Idem, p. 323-24.

⁴⁵⁸ Idem, p. 349.

beija-mão, sinalizando a unificação dos paulistas em torno do príncipe regente. Após uma viagem rápida a Santos, D. Pedro retornou à capital da província no intuito de proclamar o rompimento com Portugal. A sua presença em São Paulo unificou partidários opostos em torno da ideia de separação, fortalecendo o apoio ao príncipe regente e ao Rio de Janeiro como centro executivo. Nesses períodos turbulentos, a disposição do futuro imperador do Brasil de viajar às províncias de Minas Gerais e São Paulo, representou a reafirmação da aliança entre as três principais economias do século XIX. Economias que ainda necessitavam de uma maior integração e inclusive uma maior unificação política, fato comprovado pelos movimentos autonomistas que surgirão após a Independência.

Aparentemente, os fatores que contribuíram para a separação do Brasil foram de caráter essencialmente político, como aponta Jorge Miguel Pedreira. O desacordo orbitava em torno de questões fundamentais de organização política, como “a questão da sede, ou centro, da monarquia (...) e o reconhecimento do Brasil, e não de suas províncias, como corpo político uno, com dignidade e preeminência suficiente para usufruir de ampla autonomia de governo (...)”.⁴⁵⁹ Digo aparentemente porque, como o próprio autor salienta, os “integracionistas” portugueses teriam subestimado que o eixo Rio de Janeiro-São Paulo pudessem ter imposto às demais províncias do Brasil suas ideias.⁴⁶⁰ E, como vimos nessa sessão, as bases do acordo em torno do estabelecimento do centro da monarquia no Rio de Janeiro estavam ancoradas nos anseios econômicos das elites das províncias do Centro-Sul. Às questões políticas, precediam os interesses econômicos, indissociáveis uns dos outros. O Brasil, como veremos nas próximas sessões, por mais alguns anos trilharia o duro caminho da unificação política e econômica, cujas rédeas seriam conduzidas pelos grupos de negociantes e políticos articulados em torno do poder central.

2.2 “Já não digo o Brasil, mas a minha província”. A constituinte de 1823

A Proclamação D. Pedro I feita em 8 de setembro de 1822, em São Paulo é significativa para começar esta seção, cujo intuito é analisar o período pós-Independência em São Paulo e a conformação da elite política paulista nos anos subseqüentes à separação de Portugal. Ouçamos o que o Príncipe Regente disse na ocasião:

⁴⁵⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. IN: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 92.

⁴⁶⁰ Idem, p. 93.

Honrados paulistas! O amor que eu consagro ao Brasil em geral e à vossa província em particular, por ser aquela que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todo o sistema maquiavélico, desorganizador e faccioso das Cortes de Lisboa, me obrigou a vir entre vós fazer consolidar a fraterna união e tranqüilidade, que vacilava e era ameaçada por desorganizadores, que em breve conhecerei, fechada que seja a devassa, a que mandei proceder [se refere à “Bernarda”]. (...) sou obrigado para servir ao meu ídolo, o Brasil, a separar-me de vós (o que muito sinto), indo para o Rio ouvir meus conselheiros e providenciar sobre negócios de tão alta monta. Eu vos asseguro que coisa nenhuma me poderia ser mais sensível do que o golpe que minha alma sofre, separando-me dos meus amigos paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens, que gozamos, e esperamos gozar de uma **Constituição liberal e judiciousa**. Agora, paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser esse o dever de todos os bons brasileiros, mas também porque a nossa pátria está ameaçada de sofrer uma guerra que não só nos há de ser feita pelas tropas, que de Portugal forem mandadas, mas igualmente pelos seus servis partidaristas, e vis emissários, que entre nós existem atraídoando-nos. (...) A divisa do Brasil deve ser – Independência ou Morte! (...) Existi tranqüilos: acautelai-vos dos facciosos sectários das Cortes de Lisboa; e contaí em toda a ocasião com o vosso defensor perpétuo.

Príncipe regente.⁴⁶¹

Primeiramente, D. Pedro enaltecia a participação paulista no processo de Independência, comentando como os deputados desta região se sobressaíram perante as Cortes. Mas também apontou que ocorreram distúrbios na província de São Paulo. Quanto a isso, o príncipe regente prometia justiça e pedia união, afirmando que o Brasil seria governado através de uma “Constituição Liberal e judiciousa”. São Paulo, juntamente com Minas Gerais e Rio de Janeiro, formavam um vértice econômico importantíssimo no período e a unidade do país, tanto política quanto economicamente, estava atrelada à participação de paulistas e mineiros na formação da nova nação. Neste sentido, logo após a partida sua Alteza, se deu início a uma devassa para punir os culpados pela Bernarda. Em poucos dias, em 23 de setembro, a devassa em São Paulo deixou de existir e os culpados foram perdoados, o que demonstrou o peso político e econômico dos envolvidos e seu valor para o encaminhamento da nova Nação.⁴⁶²

Já em 3 de junho de 1822, portanto antes mesmo da proclamação acima, havia sido convocada a “Assembleia geral das províncias do Brasil” pelo príncipe regente, para fazer cumprir sua promessa de um “constituição liberal e judiciousa”. Segundo Cecília Helena Oliveira, a proposta da criação dessa Assembleia ocorreu “em meio a uma profunda pulverização da autoridade pública e do poder político”⁴⁶³, já que havia contestações em diversas regiões, como o exemplo já estudado da Bernarda paulista. Era um período de indefinição das autoridades provinciais e dos vínculos entre os poderes locais. Para muitos

⁴⁶¹ AMARAL, Paulo Bonavides Roberto do Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v. 1, p. 659-60.

⁴⁶² BITTENCOURT. *De alteza real a imperador*. Op. Cit., p. 355.

⁴⁶³ OLIVEIRA. *Astúcia Liberal*. Op. Cit., p. 202.

grupos liberais, a Assembleia serviria para ajustar os interesses contraditórios em campos políticos e econômicos. “A Constituinte (...) era um instrumento poderoso, pois oferecia às elites provinciais a possibilidade de participação nas tomadas de decisão do governo do Rio de Janeiro.”⁴⁶⁴

Porém, os liberais neste momento queriam mais, peticionavam a liberação do mercado e da terra, ao mesmo tempo em que marginalizavam os setores mais populares. Com o intuito de frear o avanço dos liberais políticos como José Bonifácio foram contra a convocação da Assembleia. Em julho de 1822, criou-se, por reivindicação de José Bonifácio, um ministério dos “negócios da Justiça e Eclesiásticos”, no qual assumiu Martim Francisco, seu irmão. Isto foi um elemento importante contra as pretensões dos liberais opositores e fortaleceu as lideranças paulistas ligadas aos Andrada. Esse ministério visava controlar o mercado interno da Corte e da província através da atuação rigorosa da polícia e dos magistrados na aplicação das leis.⁴⁶⁵

A convocação da Assembleia e a declaração da Independência a partir de São Paulo procuravam unir as províncias e impedir também que a Constituição que havia sido jurada pelas Cortes se tornasse uma justificativa de legitimação do poder que os liberais queriam exercer neste período. Isto porque esta Carta, que no momento estava em debate em Portugal, previa reformas que afetariam o mercado interno brasileiro. Também dava fundamentos jurídicos para a ação de certos liberais fluminenses. Portanto, a declaração da Independência estava ligada a dois pontos principais: a concentração do poder político na Corte e o aprofundamento da liberação do comércio externo das províncias do Brasil, ao abolir o protecionismo de mercado por negociantes atacadistas monopolistas.⁴⁶⁶ Através da intermediação de D. Pedro, construía-se um pacto social, resolvendo, assim, o impasse constitucional.

Um acontecimento, trazido à luz através de uma correspondência, evidencia os andamentos do pensamento político paulista e de suas cisões. Trata-se de uma representação de Diogo Feijó ao imperador, após o retorno daquele das Cortes de Lisboa, em meados de 1823. Nela, Feijó acusou Bonifácio, então ex-ministro, de perseguição. De fato, Bonifácio havia mandado o capitão mor da vila de Itu observar os passos do padre, porque este era “fingido” e possuía ideias “desorganizadoras e que [se] fizesse observar por toda a parte em

⁴⁶⁴ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 158.

⁴⁶⁵ OLIVEIRA. *Astúcia liberal*. Op. Cit., p. 212-213.

⁴⁶⁶ Idem, p. 220.

que [ele] se dirigisse”.⁴⁶⁷ O temor de Bonifácio era que um homem como Feijó, que havia sido eleito para as Cortes e possuía relações políticas com indivíduos do calibre de Cipriano Barata e Lino Coutinho, chegando a assinar manifestos com estas pessoas, pudesse convulsionar São Paulo. Mesmo em sua região natal, Itu, o padre não era visto com bons olhos, sendo acusado de “delírio” e “degeneração”; parecia que Feijó estava caindo em desprestígio. O capitão mor de Itu denunciou ao presidente da província Feijó e seu principal secretário, Francisco de Paula e Souza, de perverter a ordem estabelecida na região.

O fato era que figuras que estiveram nos debates da Corte em Lisboa, como Feijó e Paula e Souza, vinham com ideias diferentes da dos seus pares ituanos e provinciais e possuíam uma relação mais forte com a política que estava sendo conduzida na Corte no Rio de Janeiro. Participavam dos debates legislativos, das disputas eleitorais e escreviam diretamente a D. Pedro acerca de emendas ao anteprojeto de Constituição.⁴⁶⁸ Portanto, havia cisões políticas em São Paulo e o grupo de Feijó e Paula Souza era favorecido com o encaminhamento de D. Pedro: a ruptura com Portugal e o estabelecimento de um centro de poder no Rio de Janeiro beneficiavam especialmente este grupo, do qual faziam parte, além dos citados, Vergueiro e João da Silva Machado.

Ao descobrir que estava sendo seguido, Feijó escreveu uma representação ao imperador pedindo explicações, acusando por sua vez Bonifácio de absolutista, e de perseguir aqueles que eram contra ele e sua família. Defendeu-se dizendo que amava o governo monárquico, representativo, mas era contra a criação de uma aristocracia e que preferia um governo absoluto a um governo liberal governado por aristocratas.⁴⁶⁹ Era uma visão que defendeu nas Cortes, já que Portugal possuía um sistema de nobreza que foi duramente criticada pelos liberais vintistas portuguesas, e que acabou por extinguir-se após a Revolução do Porto.

Tal disputa foi importante porque segregou dois grupos paulistas e, de fato, nacionais. A disputa em torno do poder político assumiu a configuração de uma luta entre “verdadeiros liberais” e os “absolutistas”. Os “republicanos” com ideias liberais, foram sendo considerados suspeitos e passaram a ser alvos de possíveis punições aplicadas a suspeitos de envolvimento em conspiração, tudo isso, sob os auspícios de José Bonifácio e seus partidários.⁴⁷⁰

Bonifácio, em 1823 possuía uma liderança política muito forte, sendo o responsável por elaborar as regras das eleições para composição da Assembleia Constituinte. Mesmo

⁴⁶⁷ Representação de Diogo Feijó ao imperador, 1823. IN: CALDEIRA. *Diogo Antonio Feijó*. Op. Cit., p. 61.

⁴⁶⁸ RICCI. *Assombrações de um padre regente*. Op. Cit., p. 265-271.

⁴⁶⁹ Representação de Diogo Feijó ao imperador, 1823. IN: CALDEIRA. *Diogo Antonio Feijó*, Op. Cit., p. 64.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA. *Astúcia liberal*. Op. Cit., p. 285.

assim, esta foi matéria de muitos debates até seu texto final. As eleições indiretas nas províncias para a escolha dos deputados constituintes transcorreram com muitas tensões, com os grupos em luta procurando garantir resultados favoráveis através da violência e coerção. O método das eleições estipulou que os eleitores da paróquia (proprietários, mercadores ou empregados públicos, os “homens bons”), elegeriam (no triplo do número de candidatos) o colegiado que caberia indicar os deputados. Portanto, o povo escolhia os eleitores, os quais, por sua vez, elegeriam os deputados.⁴⁷¹ Foram eleitos 52 deputados, sendo por São Paulo, nesta ordem de votação, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (que somente assumiu em junho de 1823), Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, Jose de Arouche de Toledo Rendon, Francisco de Paula Souza e Melo, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Na lista dos suplentes estavam, entre outros, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Diogo Antonio Feijó.⁴⁷²

O irmão de Bonifácio, Martim Francisco, acabou sendo eleito pelo Rio de Janeiro. Mesmo caso de Antonio Carlos, que também compôs a comissão que julgaria a legalidade dos diplomas dos deputados eleitos⁴⁷³. Aqui parece ter ocorrido uma estratégia de indicar os dois irmãos Andrada para deputados pelo Rio de Janeiro (já que eles haviam conseguido votação suficiente ali) para desta maneira, conseguir colocar mais um Andrada na cadeira de deputado e abrir uma vaga a mais para um deputado escolhido por São Paulo. Além disso, Costa Aguiar era sobrinho dos Andrada, portanto, era grande a força política dos paulistas que apoiavam este grupo.

Esta lista de eleitos para a Assembleia demonstra de certa maneira a situação política da província, uma vez que entre os que se elegeram estavam três deputados que haviam sido eleitos para as Cortes; isto demonstrou o reconhecimento que os paulistas tinham por estes deputados. Outro elemento é que, com exceção de Antonio Carlos (incluído no rol dos que tiveram participação ativa nas Cortes), os Andrada receberam relativamente poucos votos na província, evidenciando certa insatisfação com a maneira com que estes conduziam os negócios públicos. Mas eles ainda possuíam uma “clientela” forte.

A Assembleia Constituinte tinha como objetivo definir os fundamentos da constituição da sociedade civil e da nova autoridade pública, que deveria reger as províncias do Brasil.

⁴⁷¹ MARTINS, Eduardo. *A Assembleia Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil*. Tese (doutorado em história), Faculdade de ciências e letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008, p. 32.

⁴⁷² FERRAZ. *Senador Vergueiro*. Op. Cit., p 293.

⁴⁷³ MARTINS. *A Assembleia constituinte de 1823*. Op. Cit., p. 38-39.

Bonifácio foi encarregado de comunicar ao Príncipe Regente a data da sessão inaugural. Neste momento, ele entregou uma carta a D. Pedro que assinalava a preocupação da manutenção da unidade de toda a América Lusitana sob a direção do governo sediado no Rio de Janeiro. Para Bonifácio, o papel do imperador seria o de reunir o Brasil sob um centro de unidade e de força.⁴⁷⁴ Mas, apesar de centralizado, em sua opinião o Estado não era para ser governado por um déspota. Apesar desse posicionamento, mesmo assim, recaía sobre Bonifácio a acusação de absolutismo,⁴⁷⁵ até porque procurava defender suas ideias a ferro e fogo e utilizava-se até de estratégias consideradas desonestas por seus opositores.

Em 3 de maio, na abertura da Constituinte, D. Pedro lembrou sua atuação enquanto regente, começando com sua declaração do “Fico”:

A liberdade, que Portugal parecia dar ao Brasil, ela se converteria para nós em escravidão, e faria a nossa ruína total, se continuássemos a executar suas ordens, o que aconteceria, a não serem os heróicos esforços que por meio de representação fizeram primeiro que todos, a Junta de São Paulo, depois a câmara desta capital, e após estas, todas as mais Juntas de governos e câmaras implorando a minha ficada.⁴⁷⁶

D. Pedro, portanto, reforçou o apoio recebido por São Paulo no processo de Independência, mas continua mais tarde em seu discurso a enaltecer os paulistas:

Quando em São Paulo surgiu o brioso povo daquela agradável e encantadora província, um partido de portugueses e brasileiros degenerados, totalmente afeitos às Cortes do desgraçado e encarnecido Portugal, parti imediatamente para a província. *Entreí sem receio, porque conheço que todo o povo me ama*, dei as providencias que me pareceram convenientes, a ponto, que a nossa Independência lá foi primeiro, que em parte alguma proclamada no sempre memorável sítio de Ypiranga. Foi na pátria do fidelíssimo e nunca assas louvado Amador Bueno da Ribeira, aonde pela primeira vez fui aclamado imperador.⁴⁷⁷

Amador Bueno havia sido citado neste mesmo ano nas Cortes de Lisboa, em 23 de março, como símbolo de fidelidade, e ele continuaria a ser uma tipologia para súdito fiel na memória dos paulistas. Portanto, podemos agora avançar para perceber a participação dos paulistas na formação da constituição e observar um breve esboço dos elementos desta constituição.

⁴⁷⁴ DOLHNIKOFF. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 189.

⁴⁷⁵ CAVALCANTE. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 91.

⁴⁷⁶ BRASIL. *Anais da Assembleia Constituinte de 1823*, disponível em http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp (acessado em 22/08/2013), p. 38.

⁴⁷⁷ Idem, p. 41.

A Assembleia Constituinte reuniu-se com a presença de facções políticas opostas: de um lado, a maioria, defensores da Monarquia constitucional, limitando os poderes do imperador e dos portugueses, e de outro, defensores de um Executivo forte e até uma possível reunião com Portugal, sobretudo após a restauração do absolutismo em Portugal por D. João VI, em maio de 1823.⁴⁷⁸

De um lado os chamados, pela imprensa da época, de “constitucionais” e de outro os “corcundas”. Os liberais chamavam os adeptos da monarquia absolutista de corcundas, em alusão ao gesto de reverência dos súditos de se curvarem diante o monarca. Segundo Marco Morel, o sentido de corcunda como adversário do liberalismo constitucional aparece em Portugal no contexto da Revolta do Porto. Eram, portanto, segundo seus acusadores, favoráveis à antiga dominação portuguesa.⁴⁷⁹

Nas sessões da Assembleia Constituinte, apesar de se debater a possibilidade de um poder moderador, deputados como o paulista Andrada Machado, posicionavam-se de forma clara politicamente ao afirmar que seria obrigação do Imperador jurar a Constituição que fosse aprovada pelo povo, caso contrário, teria que deixar o Brasil.⁴⁸⁰ Mas mesmo entre irmãos, não havia concordância. Bonifácio defendeu uma Constituição que dava amplos poderes ao Imperador. Para ele, um monarquista convicto, qualquer ideia que beirasse a noção de democracia e república, traria anarquia ao Brasil, e, portanto, o governo liberal devia deixar ao monarca “todas as atribuições que exigia o bom desempenho das suas funções como chefe da execução, e a sua dignidade, como regulador da máquina política.” Expunha assim, a noção de uma precedência do poder Executivo sob o Legislativo e do Poder Moderador. Agindo desta forma, para Bonifácio, o governo nacional impediria que algumas províncias, com ideias federativas, se tornassem “pequenas repúblicas, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos.”⁴⁸¹ Parece que Bonifácio estava pensando em sua própria província natal ao dizer estas palavras, mas também tinha consciência da fragmentação do império espanhol após a Independência, com a formação de diversas repúblicas.

⁴⁷⁸ MARTINS, Raphael Neves. A carta outorgada de 1824: Ponto de partida ou ponto de chegada? IN: *Revista Virtú*, n.8, UFJF, 2009, p. 2; CARDOSO, António Barros. Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829). IN: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006, p. 239-280.

⁴⁷⁹ MOREL, Marco. Animais, monstros e disformidades: a “zoologia política” no processo de construção do império do Brasil. IN: *Estudos Históricos*, 1999, p. 261-62.

⁴⁸⁰ BRASIL. *Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa* (1823). Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Tomo I. Fala do Sr. Andrada Machado, p. 29, citado por MARTINS. *A Assembleia constituinte de 1823*. Op. Cit., p. 56.

⁴⁸¹ CALDEIRA. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 174 e 181; LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). IN: *Araucaria, Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y humanidades*, n. 17, maio de 2007, p. 225.

Para Bonifácio, o posicionamento de projetos divergentes na Assembleia não se restringia a opiniões opostas “bi-partidárias”; para ele, havia quatro correntes de pensamento principais:

1º) os que querem a separação [a Independência de Portugal] mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e que são chamados corcundas; 2º) os republicanos, a que chamarei prognósticos; estes não podem levar à paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo o homem sensato; 3º) os monárquico-constitucionais, estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem diplomacias nem despotismos, querem liberdade, mas liberdade bem entendida, e com estabilidade; este partido forma a maioria da nação; 4º) os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incompreensíveis; estes que não querem ser monárquico-constitucionais, que não podem ser corcundas e que ao quererem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso, um centro de poder nominal e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos.⁴⁸²

Devemos adicionar ao pensamento de Bonifácio que os federalistas eram também monárquico-constitucionais. No início do século XIX federalismo não estava ligado à ideia de república. Uma monarquia constitucional federalista era a proposta do grupo paulista e seus apoiadores, que mais tarde se nomeou liberal moderado. Bonifácio também era liberal, mas defendia uma monarquia constitucional mais centralizadora, com um Executivo forte.⁴⁸³

Portanto, devemos pensar mais em termos de um continuum entre federalismo e unitarismo, este entendido como contendo elementos centralizadores, não como pares antagônicos e irreconciliáveis.

A ideia federalista foi defendida pelos deputados paulistas nas sessões da Assembleia Constituinte, mas com pontos de vista específicos, semelhantes ao que foram defendidos nas Cortes de Lisboa. Lembrando que para estes deputados o federalismo não existia em detrimento de um centro comum, havendo uma compatibilidade entre monarquia e federação. Era diferente do que defendiam os grupos baianos e pernambucanos, para os quais o que se buscava era uma maior autonomia para as províncias.

Para os federalistas na Assembleia Constituinte, era perfeitamente possível combinar federação com a forma de governo monárquica, entretanto, as províncias deveriam ser consideradas como partes soberanas neste arranjo.

Foi em setembro que as discussões em torno do federalismo surgiram, logo após iniciados os debates em torno da apresentação do projeto para a Constituição.⁴⁸⁴ A discussão

⁴⁸² DOLHNIKOFF. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 217.

⁴⁸³ Idem, p. 218.

⁴⁸⁴ BRASIL. *Anais da Assembleia Constituinte*. Op. Cit., livro 5, p. 151-ss.

girou em torno da maneira como as províncias estariam unidas, e no termo federação estava implícita a ideia de confederação.

Vergueiro, na sessão de 18 de setembro, ao apontar que a federação nos moldes dos Estados Unidos não daria certo no Brasil, argumentou a favor de qual modelo de federação ele apoiava:

rejeitando pois toda espécie de federação que se referia a Estados independentes não quisera que excluíssemos outra espécie de federalismo, que podemos chamar interno ou doméstico, o qual dando uma certa Independência às diferentes seções, conserve todavia a unidade do todo. Cada cidadão é independente para tratar dos seus interesses, salvas as relações que o unem à sociedade. E porque não havemos de conceder a mesma Independência aos municípios e províncias? Assim como cada um é independente para prover os seus interesses, sem oposição ao interesse geral, muitos reunidos devem ter a mesma Independência circunscrita do mesmo modo, e sempre subordinada à inspeção do governo, a quem compete vigiar sobre os interesses particulares, porque da sua soma resulta o interesse geral, que lhe toca promover. Os negócios que pertencem a todos sejam dirigidos por todos, mas os que pertencem a parte, sejam dirigidos por essa parte, e assim a província dirija os seus, do mesmo modo o município, a povoação, a família, e cada indivíduo. É neste sentido que eu admitiria a palavra *federalmente*...⁴⁸⁵

O liberalismo dos paulistas na constituinte de 1823 deve ser entendido como um desdobramento do que os deputados paulistas defenderam nas Cortes de Lisboa. Para Vergueiro, federalismo era compatível com monarquia, mas o que ele não concordava era com a divisão do Império em estados independentes, enfraquecendo o centro comum. Para ele, o arranjo constitucional deveria dar liberdade às províncias, mas não considerá-las soberanas. O ponto central do argumento de Vergueiro estava na afirmação de que cada província, buscando seu aperfeiçoamento, deveria cuidar dos seus interesses, e o interesse geral emergiria da soma dos interesses particulares. Portanto, para os federalistas cada província iria considerar o pacto constitucional útil na medida em que lhes seria dada liberdade para buscarem seus interesses particulares.⁴⁸⁶ Como disse Ivo Coser, “o interesse geral é produzido pelos interesses provinciais autorreferidos. Assim, para os federalistas, introduzir valores referentes para além da província significa a porta de entrada do absolutismo e do arbítrio”.⁴⁸⁷

Desde cedo, muitos deputados presentiram uma apologia ao absolutismo monárquico nos argumentos de alguns pares, e procuravam lutar contra esta ideia. Os liberais que seguiam as ideias lançadas nas Cortes de Lisboa, vintistas, começaram a acusar os membros do grupo

⁴⁸⁵ BRASIL. *Anais da Assembleia Legislativa*. Op. Cit., 18 de setembro de 1823, p. 165.

⁴⁸⁶ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 43-46.

⁴⁸⁷ Idem, p. 48.

liderado por Bonifácio de absolutistas, corcundas e despóticos, negando a eles a qualidade de liberais. De outro lado, Bonifácio acusava os liberais vintistas de republicanos, democratas, anarquistas. Havia, assim, uma oposição entre liberais de “direita” e de “esquerda”.⁴⁸⁸

Portanto, fica premente nas sessões da Assembleia a discussão da mediação entre os poderes Executivo (representado pelo imperador) e Legislativo (os deputados). Alguns deputados constituintes defendiam uma proeminência do Legislativo, em detrimento do Executivo, uma maior autonomia provincial e uma maior participação nas decisões nacionais. Quer dizer, a ideia era uma monarquia constitucional, com supremacia do parlamento e descentralizada. Já o projeto de D. Pedro e seus defensores era um governo centralizado no Rio de Janeiro e baseado na supremacia do Executivo.⁴⁸⁹ O temor era que o imperador no futuro pudesse se arvorar de um poder absolutista, passando por cima dos outros poderes. Isto de fato ocorreu, quando, após perceber esta oposição entre liberais quanto aos elementos constitucionais do país, D. Pedro desconsiderou o texto produzido pela comissão de Constituição, dissolveu a Assembleia e outorgou uma carta com pontos diferentes em 1824. Nesta carta, além dos três poderes previstos pelo texto composto pela comissão constituinte - o Legislativo, Judiciário e Executivo - havia um quarto poder, o poder moderador.⁴⁹⁰

No meio tempo dos debates na Assembleia Constituinte, Bonifácio e seu ministério caem, em 15 de junho de 1823. Entre as ideias que contribuíram para sua queda estavam a defesa de um governo centralizado, de um Executivo forte e a defesa de extinção do tráfico negreiro, dando início a uma gradual emancipação dos escravos, esboçadas em dois projetos de leis enviados aos deputados constituintes. Aqui ele esbarrou em uma poderosa elite envolvida com o tráfico de escravos ou dependente deste tipo de mão de obra, que imbuída de justificativas liberais, principalmente a noção de direito de propriedade, lutou pela deposição de Bonifácio e do grupo que o seguia.⁴⁹¹

De fato, em um destes projetos, Bonifácio propunha que os índios fossem integrados à sociedade através da miscigenação, com o objetivo de civilizar os nativos. Inclusive, sugeria um incentivo à imigração européia, com o objetivo de civilizar o país e caminhar para o fim

⁴⁸⁸ LYNCH. O conceito de liberalismo no Brasil. Op. Cit., p. 226.

⁴⁸⁹ DOLHNIKOFF. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 190.

⁴⁹⁰ MARTINS. *A Assembleia constituinte de 1823*. Op. Cit., p. 80.

⁴⁹¹ DOLHNIKOFF. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 203-215; SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. Tese (doutorado em história), Unicamp, Campinas, 2000, cap. V. Uma carta curiosa foi enviada da corte por José Inocencio Alves Alvim ao seu amigo Rafael Tobias de Aguiar, anunciando a queda de Bonifácio. Nesta carta, Alvim coloca Vergueiro ao lado dos Bernardistas de São Paulo e aponta que foi este grupo, “os Bernardistas furiosos” o principal responsável pela queda dos Andrada. Ele se coloca, assim como Tobias de Aguiar e Vergueiro dentro do grupo dos bernardistas. Em FORJAZ. *O senador Vergueiro*. Op. Cit., p. 304-312.

da escravidão.⁴⁹² O tópic “índios” era algo que reaparece nos discursos políticos no início do século XIX principalmente relacionado à questão de mão de obra e disponibilidade de terras. Havia no Brasil um renascimento de práticas e termos utilizados ao longo do período colonial com relação aos indígenas. Recuperaram-se atuações dos bandeirantes, se realizaram “entradas” e se fundaram aldeamentos, apontando uma nova preocupação com a forma de lidar com os nativos. A preocupação de substituição de mão de obra escrava, questão de terras e imigração europeia, assuntos que aparecem na maioria das vezes interligados, ficariam cada vez mais presentes nos discursos e atitudes das elites paulistas. Vejamos dois exemplos.

Vergueiro empreendeu experiências de trabalho livre europeu em sua fazenda em Ibicaba, em 1838.⁴⁹³ João da Silva Machado, fundou no final da década de 1820 o povoado de Rio Negro, nas fronteiras da província de São Paulo, e para a qual conduziu famílias de imigrantes alemães. Além disso, mais tarde, ele se associou a Joaquim Francisco Lopes e João Henrique (John Henry) Elliot, que se ocupavam desde a década de 1820 em fazer “bandeiras” e “entradas” nos sertões do oeste brasileiro para fundar aldeamentos com o intuito de reunir indígenas.⁴⁹⁴ Portanto, a preocupação com a mão de obra e um possível fim do trabalho escravo já estava na mente dos paulistas de maneira precoce, no início da década de 1820.

Concluindo seu livro, Cecília Helena Oliveira aponta que o texto final da Constituição, assinado em dezembro de 1823, trazia dispositivos que os liberais haviam lutado contra, mas também apontava direitos que eles haviam defendido, como liberdade econômica e política, propriedade e fim de privilégios. Segundo a autora, esta legislação “consubstanciava o pensamento e a prática liberais” e “instituiu o privilégio do exercício da participação política e do domínio da esfera pública aos homens de saber que controlavam o jogo do mercado.”⁴⁹⁵ De fato, apesar de toda a contribuição para a Independência do país, os liberais começaram a ser vistos com cautela, mas sua força seria firmada no próximo período.

Nesta década de 1820 ficou pautada, pela ação dos liberais, a busca por maior autonomia provincial baseada na ideia de federalismo. Se não podemos pensar em um programa de partido, já que estes ainda não existiam, ao menos essa ideia aglutinava diversas elites políticas liberais de São Paulo, detidamente Vergueiro, Feijó, Paula Souza, Tobias de

⁴⁹² DOLHNIKOFF, Miriam. O projeto nacional de José Bonifácio. IN: *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n.46, p.121-142, 1996, p. 126.

⁴⁹³ WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; ABPHE; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

⁴⁹⁴ Ver mais sobre o assunto no capítulo 4, desta tese.

⁴⁹⁵ OLIVEIRA. *Astúcia liberal*. Op. Cit., p. 300.

Aguiar e Silva Machado. Esses expoentes terão uma atuação destacada nos anos seguintes, mostrando que a província era primordial na construção de um Estado com cunho federalista.

2.3 Construtores do político. A abdicação

Após o 7 de Abril de 1831, movimento de cunho eminentemente liberal que levou à abdicação de D. Pedro I, alguns políticos paulistas assumiram posições que ficaram vagas com o fim da primeira fase da monarquia brasileira. Disputas entre duas facções liberais, moderados e exaltados, marcaram a briga pelo poder regencial. Mas já nas duas primeiras composições dos regentes ficou claro que os exaltados estavam excluídos, tendo à frente nomes como Nicolau de Campos Vergueiro e José da Costa Carvalho. E para completar a angústia dos exaltados, Diogo Feijó assumiu a pasta do Ministério da Justiça, uma posição estratégica em tempos instáveis. Neste período, João da Silva Machado aparece na documentação⁴⁹⁶ como liberal e passando a desempenhar cargos de destaque na política provincial, além de ter estabelecido alianças dentro do grupo dos liberais moderados.

À frente do movimento que levou à abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831 estavam os liberais moderados e exaltados, facções políticas com ideias distintas, mas que formavam um bloco de oposição a D. Pedro. Organizados desde início da década de 1820, os moderados reuniam uma nova geração de políticos originados, sobretudo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ligados ao comércio de abastecimento interno e da Corte. Os liberais exaltados se organizam em 1829, sendo representados por camadas médias urbanas, como profissionais liberais e funcionários públicos, militares e eclesiásticos.

É nesse período que os “exaltados” começam a se definir enquanto grupo. Théobald Piñero define exaltados como aqueles que defendiam uma monarquia descentralizada e a submissão do Imperador à Câmara, enaltecendo a importância das províncias. Após a abdicação, seu posicionamento vai se tornando cada vez mais radical, apesar de não haver uma unidade política entre aqueles que se alinhavam a estas ideias.

Os liberais “moderados” também defendiam a monarquia constitucional, mas apregoavam o estrito cumprimento das normas constitucionais. “Da mesma forma que os exaltados, defendiam a separação dos poderes, a Câmara como centro político, porém não se opunham ao Senado, nem à centralização política. Suas bases sociais, de certo modo,

⁴⁹⁶ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*, 1835-1842. São Paulo: Typographia Piratininga, 1923.

aglutinavam aos proprietários de terras/escravos, os setores ligados ao grande comércio e às finanças (...)”⁴⁹⁷

Se inicialmente, durante o golpe, houve acordos, após a abdicação a aliança entre os dois grupos não resistiu e a vacância no trono provocou uma disputa pelo poder regencial, ocupado primeiramente pelos moderados. A composição da Regência Trina Provisória, escolhida ainda em 1831, deixava clara a direção moderada e a exclusão dos exaltados: o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e os senadores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas). Esta tendência foi confirmada mais tarde, em junho do mesmo ano, quando a Regência Trina Permanente foi nomeada: Lima e Silva, os deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho, todos moderados. No mês seguinte, foi nomeado Diogo Feijó, este também um moderado, para o Ministério da Justiça – pasta estratégica responsável pelo controle policial e pela manutenção da ordem pública.

Nos campos de atuação política durante a Regência, os moderados também exerceram certa supremacia. Segundo Marcelo Basile⁴⁹⁸, a maioria dos 123 deputados na segunda legislatura (1830-33) era de moderados. Já na terceira legislatura, as identidades políticas não estavam tão definidas, foi um período de transição que começou a esboçar dois grupos opositores novos: O Regresso e o Progresso.

Foi nesta legislatura que começou um processo de negociação para redigir um projeto de reforma da Constituição. Na comissão da Câmara que se criou para produzir o projeto os paulistas foram a maioria, contando com nomes como Paula Souza e Costa Carvalho. O projeto foi aprovado no mesmo ano, apontando algumas reformas de organização política: extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado; criação das Assembleias Legislativas Provinciais. Essas e outras medidas tinham um caráter altamente federalista, como o próprio primeiro artigo do texto inicial afirmava: “o governo do império do Brasil será uma monarquia federativa”.⁴⁹⁹ Mesmo que este texto e algumas das reformas não fossem aprovados no debate final no Senado, os liberais obtiveram vitórias significativas, com o fim do Conselho de Estado, cujo acesso era barrado a muitos líderes provinciais, uma vez que a escolha dos conselheiros era de nomeação exclusiva do Imperador. Também a forma da

⁴⁹⁷ PIÑERO, Theo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil Império. IN: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, mai-ago 2010, p. 144.

⁴⁹⁸ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 63.

⁴⁹⁹ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 93.

eleição para regente e a criação das Assembleias provinciais mantinha o poder nas mãos dos grupos provinciais e lhes dava maior autonomia.

Cabe aqui retomar de qual federalismo estou tratando aqui. O Federalismo do Primeiro Reinado e do início do período regencial, apesar de não muito definido, passava pela noção de soberania e de autonomia local. Portanto, para federalistas, a implementação destas ideias culminaria na ampliação dos poderes provinciais, principalmente aqueles ligados às questões legislativas e fiscais, tudo isso com uma ligação a um centro administrativo, balizada por conexões políticas e econômicas.

A partir do projeto de reforma constitucional em 1832, que deu forma ao Ato Adicional, se fez um pacto federativo: a adesão das províncias a um governo central, sediado no Rio de Janeiro, com a garantia de autonomia para as elites provinciais. O longo debate entre centralizadores e federalistas iniciou-se já após a outorga da Constituição em 1824 e não se resolveu na década de 1830, com a aprovação de reformas à Constituição que previa o Brasil como uma monarquia federativa.

Na década de 1820, de um lado da mesa, havia a posição dos federalistas, tais como Frei Caneca e Feijó, e de outro lado, indivíduos como José Bonifácio, para o quais a centralização era o melhor caminho para construir a nova nação. Apesar disso, ambos os lados não viram no modelo de governo de D. Pedro I, a partir da dissolução da Constituinte de 1823 a representação de seus projetos.

De fato, desde 1823, a Constituição havia dado poderes às províncias para que se procurasse regularizar seus governos, com a extinção das Juntas de Governo. Primeiramente, criou-se o cargo de presidente da província (apontado diretamente pelo imperador), que desempenharia a função de “executor” e “administrador” da província. Ao lado do presidente haveria o Conselho da Presidência da província, composto por seis membros eleitos e que estaria sob as ordens do presidente, e que teria caráter temporário, até que se convocasse o Conselho Geral da província.⁵⁰⁰

Devido à importância destes Conselhos para a evolução política da província de São Paulo, devemos atentar para a sua formação com mais detalhes. Primeiramente, o Conselho da Presidência podia “propor e deliberar sobre questões de infraestrutura da província, como fomentar a agricultura, a indústria, a exploração mineral, o comércio, a educação, a construção de estradas e a criação de censos provinciais; [tinha a capacidade também de] promover a catequese dos índios, a colonização por estrangeiros e o bom tratamento dos

⁵⁰⁰ SLEMIAN, Andréa. “Delegados e chefes da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). IN: *Almanack brasiliense*, São Paulo, USP, n. 06, 2007.

escravos – bem como discutir sua emancipação gradual.” Este órgão também ficava responsável por ser fiscalizador dos negócios públicos (finanças e arrecadação de rendas) e por suspender funcionários públicos ligados ao Judiciário e às forças armadas.⁵⁰¹

Portanto, o Conselho da Presidência possuía atribuições político-administrativas essenciais no Primeiro Reinado e início das Regências, principalmente no que dizia respeito à relação entre elites locais e poder central. Mas de fato, este órgão acabou gerando preocupações em alguns grupos, pela possibilidade de os conselheiros ficarem a mercê de interesses locais.

Em São Paulo, o Conselho da Presidência da província começou a funcionar em 20 de outubro de 1824, com os seguintes conselheiros: Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho, o bacharel Manoel Joaquim de Ornellas, o vigário Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, o tenente coronel Rafael Tobias de Aguiar e Candido Xavier de Almeida e Souza. Os suplentes, que foram convocados para atuar a partir de 1827 foram: coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, Antonio José Vaz, Antonio Bernardo Bueno da Veiga, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bernardo José Pinto Galvão Peixoto, José Arouche de Toledo Rendon, Lourenço Pinto de Sá Ribas, Diogo Antonio Feijó, Manoel da Cunha de Azevedo, Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, José Joaquim Cezar de Serqueira Leme e José Pedro Galvão de Moura e Lacerda.

Como aponta Carlos Eduardo França de Oliveira, durante a primeira legislatura da Câmara dos deputados, quatro dos nove deputados paulistas também participaram ao mesmo tempo do Conselho da Presidência. Nesta extensa lista de conselheiros e suplentes (que ficaram nos seus cargos até 1830) está representada a elite política e econômica de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX e a participação espelhada no Conselho da Presidência e na Câmara dos Deputados aponta para uma maior amplitude de atuação no sentido de assegurar os interesses, mesmo que heterogêneos, de certos grupos da província de São Paulo.⁵⁰² Cabe dizer que a maioria dos liberais nestes cargos eram moderados.

Com relação aos projetos sugeridos pelo Conselho da Presidência de São Paulo posso citar aqueles ligados à infraestrutura de transportes e comunicação, como a abertura da Estrada da Mata, que tratei, no primeiro capítulo desta tese⁵⁰³, e à organização política e financeira da província.

⁵⁰¹ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder Local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2009, p. 105-106.

⁵⁰² Idem, p. 112-113.

⁵⁰³ Ver item 1.4 Senhor do Caminho. A ampliação da Estrada da Mata..., desta tese.

Carlos Eduardo de Oliveira sugere que havia indícios de uma tendência, sem ser regra geral, de encaminhar certas pautas para aqueles conselheiros ou suplentes que tivessem alguma relação com a localidade ou região com a qual se relacionava a matéria em discussão. O autor cita o caso de Lourenço Pinto de Sá Ribas, que atuou como suplente no Conselho da Presidência em 1828 e que ao mesmo tempo trabalhava para Antonio da Silva Prado na coleta de dízimos, de impostos do Cubatão de Paranaguá e na arrecadação da Vila do Príncipe, próxima à Curitiba. Sá Ribas estava envolvido na emissão de uma série de indicações e pareceres para melhoramentos a serem feitos nos caminhos do Sul, principalmente aqueles que passavam por Curitiba, ligando as Vilas do Príncipe, Antonina e Castro.⁵⁰⁴ Aqui João da Silva Machado vai desempenhar função importante, porquanto mesmo sem ser Conselheiro, foi designado pelo imperador e aceito pelo Conselho para manutenção de algumas estradas como a que ligava o planalto de Curitiba ao litoral, às vilas de Morretes e Antonina, em 1828. De fato, em 1826 já havia participado na feitura da Estrada da Mata.⁵⁰⁵ Isto demonstra a ligação que Machado possuía com o grupo dos Conselheiros, em cuja órbita ele se manteve nos anos subsequentes quando assumiu uma posição no Conselho Geral.

Outro caso apontado por Oliveira é a apresentação de projetos de melhoria de infraestrutura para a localidade de origem e/ou interesse econômico de um membro do Conselho. Um exemplo é Rafael Tobias de Aguiar, atuando como comerciante de reses e muares em Sorocaba, além de deter a cobrança de impostos de animais e tavernas nessa região. Em 1826, ele propôs a abertura de um correio na sua cidade natal e o estabelecimento de uma povoação na Estrada da Mata, uma rota que ligava São Paulo às áreas criadoras de animais. Mais uma vez, esta iniciativa teve a participação de João da Silva Machado, que finalizou a abertura da Estrada e fundou uma povoação, Rio Negro, no final do trajeto deste caminho, às proximidades de Curitiba. Esta rota era tão importante para os negociantes envolvidos no negócio de animais, como era o propositor Tobias de Aguiar, que o registro de passagem de animais foi mudado para Rio Negro.

Isto demonstra a dubiedade com respeito à natureza política das províncias no Império: poderia haver abusos de poder e excessos de localismos na política provincial, assim como conflitos entre os interesses públicos e particulares. Por isso, procurou-se escolher conselheiros de regiões diversas na província, para que todo o território tivesse representação. Os interesses econômicos individuais dos deputados apresentados em forma de projetos

⁵⁰⁴ Idem, p. 127.

⁵⁰⁵ Ver mais detalhes na parte 1.4. “Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal”, desta tese.

perante as sessões do Conselho representavam também os interesses do grupo à que eles estavam ligados. Portanto, os interesses provinciais entravam em confronto com interesses locais, o que a própria imprensa da época apontava.⁵⁰⁶

Para a 2ª Reunião do Conselho da Presidência de São Paulo, que teve início em 1º de Outubro de 1830, foram eleitos os seguintes conselheiros: Manuel Joaquim de Ornellas, Diogo Antonio Feijó, José da Costa Carvalho, Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, Rafael Tobias de Aguiar e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Destes seis, apenas Costa Carvalho (que também era deputado pela Bahia) não havia tido participação direta no Conselho. Nesta segunda reunião, a figura do suplente passou a desempenhar papel semelhante ao dos conselheiros, já que estes frequentemente se ausentavam para tratar de assuntos políticos no Rio de Janeiro ou para gerenciar seus próprios negócios. Mesmo saindo fortalecidos por estarem mais uma vez compondo este Conselho, o grupo em torno de Feijó, Tobias Aguiar, Vergueiro, Paula Souza e Machado perdeu o interesse por participar dele. Isto ocorreu devido ao esvaziamento do poder deste órgão em função da criação de outro, fazendo com que nele houvesse um decréscimo na apresentação de projetos e se voltasse para o arbítrio de problemas relacionados à administração pública.⁵⁰⁷

Este outro Conselho importante para alocação das elites provinciais foi o Conselho Geral da província, implantado em dezembro de 1828. Através das reuniões destes Conselhos podemos perceber os interesses públicos e privados do grupo que estamos analisando, aqueles que gravitavam em torno de Vergueiro, Feijó, Paula Souza, Tobias de Aguiar e Silva Machado. Este grupo procurava sempre estar no centro do governo provincial, buscando impor sua visão do que era melhor para a província, o que certamente passava pelo que era melhor para seus próprios negócios. Os cargos de conselheiros lhes possibilitavam uma poderosa justificativa para implementar melhorias na infraestrutura que estava ligada às suas atividades econômicas ou às de seu círculo de relações. Como podemos perceber através das atas das reuniões desses Conselhos, as decisões mais importantes se centravam na abertura de estradas. São Paulo era uma província que estava em um extenso crescimento econômico na década de 1830, com as exportações de açúcar se expandindo, ao mesmo tempo em que ocorria um paulatino aumento nas vendas de café. Estes produtos, açúcar e café, eram também produzidos no oeste da província de São Paulo o que exigia um meio de transporte que não encarecesse muito o preço final. Esta demanda foi suprida pelos animais que vinham do Sul.

⁵⁰⁶ Veja-se exemplo do jornal *O farol paulistano*, n. 175, publicado em 24/12/1828, citado por OLIVEIRA. *Conselhos provinciais e imprensa*. Op. Cit., p. 127.

⁵⁰⁷ OLIVEIRA. *Conselhos provinciais e imprensa*. Op. Cit., p. 131-136.

Estas atividades tornaram o mercado interno da região Sul-Sudeste bastante dinâmico, mas para que o potencial fosse aumentado, se fazia necessário construir e ampliar os caminhos por onde a produção era escoada e por onde os animais pudessem chegar aos centros consumidores. Neste sentido, os Conselhos se sobressaíram, destacando indivíduos para estas tarefas. Portanto, olhando pelas lentes das trajetórias econômicas dos indivíduos sentados nas cadeiras dos Conselhos, podemos compreender com mais profundidade o que enxergamos nas resoluções dos Conselhos.

Olhando para o grupo de Vergueiro, Feijó, Paula Souza, Tobias de Aguiar e Silva Machado, que foram escolhidos para atuarem nos Conselhos, percebemos as alianças políticas servindo a bem de seus interesses comerciais. Eram indivíduos que estavam representando as atividades econômicas que tornavam a província dinâmica. Vale lembrar que Vergueiro, Feijó e Paula Souza eram proprietários de engenhos de açúcar no oeste paulista, o primeiro dando início na década de 1830 a investimentos em plantações de café; Tobias de Aguiar e Silva Machado faziam fortuna conduzindo animais do Sul. Portanto, analisamos estes Conselhos com o objetivo duplo de perceber o fortalecimento deste grupo além da representação de seus interesses públicos e privados.

Assim, o Conselho Geral da província foi estabelecido em dezembro de 1828, o que fez com que houvesse uma alternância de trabalhos entre os dois Conselhos. Segundo a Constituição de 1824, o Conselho Geral deveria deliberar e discutir os negócios mais importantes para a província, algo que já estava conferido ao Conselho da Presidência e por isso teve de haver uma readequação para evitar sobreposições de tarefas. De fato, a partir de 1828, o Conselho da Presidência teve suas atribuições paulatinamente mudadas: passou a arbitrar conflitos e tensões no âmbito da esfera jurídico-administrativa provincial, além de cuidar de querelas entre particulares e autoridades, como conflitos de jurisdição. Assim, este Conselho da Presidência se constituiu, na segunda e última reunião, como interlocutor e mediador das autoridades judiciárias.⁵⁰⁸

A posição do presidente da província foi motivo de constantes debates e desgostos durante as Regências, principalmente pelo fato de este ser um cargo nomeado diretamente pelo imperador (ou por quem o representava, no caso do período regencial). Segundo Carlos Eduardo Oliveira, “a ideia de que os presidentes de província seriam “delegados” ou “representantes” a serviço do monarca pelo fato de serem por ele escolhidos é, contudo, meia verdade”, já que o presidente compartilhava o poder com os conselheiros. O fato de os seis

⁵⁰⁸ Idem, p. 130-136.

conselheiros da presidência serem eleitos e o cargo de vice-presidente da província inicialmente ser ocupado pelo membro mais votado aumentava ainda mais o alcance político do Conselho. Além do que, apesar de o presidente de província ser escolhido pelo imperador, um conselheiro necessitava ter mais de 30 anos e residir no mínimo há seis anos na província a qual representava. Portanto “isto significava, entre outras coisas, o estabelecimento de um corpo representativo composto pelos setores das próprias províncias e, por conseguinte, a fixação dos interesses políticos locais à administração provincial.”⁵⁰⁹ Assim, o Conselho da Presidência serviu como um contrapeso ao poder do chefe do executivo provincial, muito mais do que um órgão exclusivamente subordinado ao presidente. Modelo inverso ao Conselho Geral da Presidência, estabelecido em 1828. Mesmo assim, o presidente de província poderia agir individualmente, desconsiderando o Conselho, o que, de fato, raras vezes ocorria.

Os primeiros Conselhos Gerais da província haviam sido previsto na Carta Constitucional de 1824.⁵¹⁰ Segundo Miriam Dolhnikoff,

a Constituição de 1824 previa que as províncias seriam administradas por um presidente nomeado pelo governo central, ao lado de um Conselho eletivo composto por 21 membros, nas províncias mais populosas, e por 13 nas demais. Esses Conselhos careciam, entretanto, de qualquer autonomia. Suas resoluções deveriam ser enviadas à Assembleia Geral para serem aprovadas ou não, numa decisão que não caberia nenhum tipo de recurso (...). Os Conselhos não estavam dotados de competência tributária. Os orçamentos seriam discutidos e aprovados pela Assembleia Geral, única capaz de criar tributos e decidir sobre a aplicação das rendas. Desse modo, retirava-se dos grupos provinciais o controle sobre os negócios de sua província.⁵¹¹

Portanto, este Conselho Geral possuía alcance limitado: não podia legislar, mas sim propor matérias que, se revertidas em projetos de lei, teriam que passar pela Assembleia Geral e pelo governo central. Para muitos federalistas, como Frei Caneca, essa relação era demasiada centralizadora e deixava inoperantes os governos provinciais.

A divergência de opiniões acerca do funcionamento deste Conselho tornou sua implantação tardia, sendo efetivada somente em agosto de 1828. Alguns deputados, como Feijó, queriam uma maior autoridade para os Conselhos Gerais. Quando se aprovou o funcionamento do Conselho, se assegurou que a Câmara dos Deputados pudesse elaborar um projeto alternativo com relação a este assunto, o que pôs em pendência em seu funcionamento.

⁵⁰⁹ Idem, p. 145.

⁵¹⁰ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 56-59.

⁵¹¹ Idem, p. 60.

Por sua vez, o Conselho Geral da Presidência começou a funcionar em 1º de dezembro de 1828, com muitos atuando ao mesmo tempo como conselheiros e/ou suplentes em ambos os Conselhos. Entre os vinte e um conselheiros e seis suplentes, nove deles já haviam ocupado ou ocupavam assento no Conselho da Presidência. Tal situação iria mudar em 1831, quando se proibiu o acúmulo dessas funções. Podemos citar como nomes importantes que atuaram em ambos os Conselhos de forma simultânea, Rafael Tobias de Aguiar (o mais votado para assumir o Conselho Geral), Manuel Joaquim de Ornellas (além de deputado e também vice-presidente da província em 1829) e Diogo Antonio Feijó. Alguns ainda ocupavam o cargo de deputados provinciais, como Feijó, Ornellas e João Crisóstomo de Oliveira, por São Paulo e José da Costa Carvalho, pela Bahia.

Contrariando o que alguns autores comentaram de que a constituição do Conselho Geral seria despótica⁵¹², vemos que apesar de não possuir tanta autonomia para propor projetos e alterações na lei, alguns órgãos elogiaram o seu trabalho. A Câmara de São Paulo se manifestou a favor do Conselho Geral de São Paulo, o que me leva a considerar que sua estrutura não era tão despótica assim. O único periódico da época, o *Farol Paulistano*, de tendência liberal, elogiou o trabalho conduzido pelo Conselho.⁵¹³

As tarefas do Conselho Geral consistiam em criar projetos de melhoramento dos negócios da província; apurar denúncias de abusos de poder; e examinar representações, indicações, posturas e contas enviadas pelas Câmaras Municipais. Porém, sua distância com relação ao Presidente da província fazia com que tivesse que recorrer constantemente ao Conselho da Presidência pedindo dados para conduzir seus projetos, já que este último órgão fazia parte do executivo provincial e possuía informações detalhadas acerca dos negócios da província.

Entretanto, o funcionamento do Conselho Geral era muito mais efetivo do que seu congêneres provincial. Além da submissão obrigatória dos projetos a três leituras, eles eram geralmente encaminhados para comissões específicas que analisavam, acrescentavam emendas ou refutavam-nos. Foram criadas comissões para discutir temas como a criação de um Banco Provincial e a questão dos combatentes na campanha do Sul.

Segundo Carlos Eduardo de Oliveira, na 1ª Reunião do Conselho Geral foram dirigidas 12 propostas ao governo central ou à Assembleia Geral para serem aprovadas. Entre elas, aquela que revela o que afirmei acima, no sentido destas reuniões revelarem os interesses privados da elite paulista, podemos citar a proposta da mudança do registro de Curitiba das

⁵¹² Idem, p. 56-59.

⁵¹³ OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 186.

Margens do Rio Iguaçu para o Rio Negro.⁵¹⁴ Como vimos, Silva Machado teve participação respeitável nesta mudança, sendo destacado para criar a povoação do Rio Negro e ampliar a estrada que passava por essa região. É difícil compreender a conotação política desta alteração, mas podemos pensar em algumas hipóteses: por um lado ela implicava em uma perda para a elite curitibana, que não mais contaria com parte dos lucros do registro, teria seu número de credores e fiadores diminuído e acabaria por perder sua posição de estacionamento das tropas em marcha. Por outro lado, esta alteração do registro de Tropas, demonstra o papel político que Machado estava assumindo frente ao grupo paulista: ele fundou uma vila, ampliou uma parte do caminho das tropas e colaborou na mudança de um dos principais meios de arrecadação de impostos provinciais. Estas ações não foram desconsideradas por seus pares, sendo ele eleito para a segunda legislatura do Conselho Geral.

A 2ª Reunião do Conselho Geral da província de São Paulo teve início em 1º de Dezembro de 1830 e funcionou até 1833. Nesta legislatura foram eleitos Rafael Tobias de Aguiar, Manuel Joaquim de Ornellas, Bernardo José Pinto Galvão Peixoto, Valério de Alvarenga Ferreira, Diogo Antonio Feijó, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Antonio Paes de Barros, Antonio José de Macedo Sampaio, José da Costa Carvalho, Antonio Mariano de Azevedo Marques, Francisco de Paula e Melo, José Antonio dos Reis, José Manuel da Luz, Joaquim José de Moraes Abreu, Candido Gonçalves Gomide, João da Silva Machado, José Correa Pacheco e Silva, Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, José Inocêncio Alves Alvim, Vicente Pires da Mota, Antonio Bernardo Bueno da Veiga e Francisco Álvares Machado de Vasconcelos. Os suplentes foram Francisco Inácio de Souza Queiróz, João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno, Lourenço Pinto de Sá Ribas, Claudio José Machado, Manuel José da Costa, Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, Joaquim Pereira Barros, José Antonio Pimenta Bueno, Joaquim Silvério de Castro Souza Medronho, Antonio Rodrigues de Campos Leite, Manuel Dias de Toledo e Antonio Joaquim Martins dos Santos.⁵¹⁵

Esta lista mostra uma grande continuidade dos conselheiros entre a 1ª e a 2ª Reunião do Conselho Geral, já que 21 dos 27 membros da 1ª Reunião atuaram como conselheiros ou suplentes na Reunião seguinte. A continuidade também refletia na estrutura de funcionamento. Segundo aponta Carlos Eduardo Oliveira, esta 2ª Reunião teve ainda menos projetos aprovados, muito provavelmente em decorrência do contexto de estruturação do Estado Nacional: nesse período (1830-1833) a Assembleia Legislativa e o governo central estavam preocupados com votações de leis de orçamento e da Regência, a criação da Guarda

⁵¹⁴ Idem, p. 178.

⁵¹⁵ OLIVEIRA, Conselhos provinciais e imprensa. Op. Cit., p. 187.

Nacional, a reforma constitucional e a implantação do novo código do processo criminal.⁵¹⁶ Foi nesta legislatura que João da Silva Machado exerceu seu primeiro cargo eletivo.

No sentido de perceber a atuação do Conselho Geral da província de São Paulo na questão política, posso citar um caso específico, apontado por Carlos Eduardo Oliveira. No início de 1830, o Conselho escreveu um ofício ao Imperador D. Pedro I, no contexto da dissolução de supostas tentativas de golpes por “absolutistas” no ano anterior. O caso era a dissolução da Sociedade da Coluna e do Trono Pernambucano, que foi uma organização secreta criada por pernambucanos e acusada de preceito absolutista pelos liberais. O teor do ofício evocava uma imagem de “órgão fiel de seus habitantes”, apresentando uma pretensa homogeneidade política da província de São Paulo, declarando que esta poderia “correr às armas” caso a “facção dos absolutistas” forçasse o imperador a desfazer o regime monárquico-constitucional. Este fato é interessante porque revela a maneira de se tratar a política por parte dos paulistas no Conselho Geral: se intitulavam defensores do regime monárquico-constitucional, e se afiançavam contra os opositores “absolutistas, além de demonstrar o peso de sua influência em assuntos mais amplos da política imperial”.⁵¹⁷ O que me leva mais uma vez a relativizar a ideia de que este órgão era um elemento “ditatorial” dentro da estrutura provincial. Os argumentos presentes nesta representação enviada ao imperador é muito pertinente para o argumento que estou conduzindo aqui, qual seja, o de uma forte defesa da autonomia provincial por parte dos paulistas. Neste sentido vale a pena ler na íntegra o ofício do Conselho Geral de São Paulo enviado ao Imperador:

Senhor = O Conselho Geral da província de S. Paulo, órgão fiel de seus habitantes, tem a honra de vir significar a V.M.I. o jubilo, que transborda em seus corações por verem salva a Nação, e com ela o Trono de V. Majestade do abismo, que lhes cavava a miserável, mas sempre ativa facção dos absolutistas. Não é que os Paulistas temessem receber ferro das mãos de um punhado de imbecis, ou perversos; eles descendem de antepassados, para quem a liberdade, a Independência, e o seu Monarca eram objetos santos, em quem não deixavam tocar enquanto vivos. Mais ilustrados, porém não menos bravos que seus maiores, os Paulistas de hoje não esperarão em seu solo os rebeldes, antes no momento, em que lhes contassem, que as avenidas do Trono se achavam por eles tomadas, a província se transformaria em massa para desimpedi-las e para arrancar a sagrada pessoa de V.M.I. a qualquer coação, que traidores lhe quisessem impor, chefes não lhe seriam precisos, porque ao grito = Paulistas, querem fazer-vos escravos = correr às armas seria um movimento unânime. Mas estes sentimentos tão concordes com o Brasileiro e Constitucional coração de V.M.I., e já por vezes manifestado mesmo por V.M. não privam, que a província de São Paulo aplauda os meios tão simples, quanto eficazes, com que V.M. defez a trama liberticida, antes que uma pinga de sangue dos malvados poluisse o terreno da liberdade; eles não privam que os Paulistas bem

⁵¹⁶ Idem, p. 193.

⁵¹⁷ *Ofício agradecendo a S.M.I. ter desfeito a trama dos absolutistas*. Registros de propostas, ofícios e representações, que subiram à presença de S.M.I. e da Assembleia Geral Legislativa. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Citado por OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 233.

digam a V.M.I. por ter assediado de si a homens, que por sua conduta equivocada, e suspeita de conveniência com os monstros, tinham incorrido na execração pública, e só com isto dissipou-se a tempestade; se não fosse assim, talvez com o sangue impuro dos malvados se misturasse o sangue dos bons Brasileiros, e então a liberdade teria custado mais caro.

Digne-se pois V.M.I. aceitar os parabéns, os puros votos e sinceros agradecimentos dos habitantes da província de S. Paulo, que o Conselho Geral cabalmente interado, que são estes, e não outros os seus sentimentos, tem a honra de levar até o trono de V.M.I., assegurando a V.M.I., que os Paulistas hão de sustentar a Monarquia Constitucional a despeito dos maiores sacrifícios, e que o despotismo não levantará jamais seu Trono, senão sobre as ossadas do derradeiro Paulistas.⁵¹⁸

Este tipo de retórica se repetiria ao longo das décadas seguintes, sendo muito semelhante ao teor dos posicionamentos que os paulistas haviam assumido anteriormente nas Cortes de Lisboa.

O jornal *O observador Constitucional* já havia taxado as pretensas tentativas de golpe de “projetos tão horríveis” arquitetados pela “hidra do absolutismo”⁵¹⁹. Percebe-se também veladas pressões ao Imperador, como ao apontar para seu “brasileiro e Constitucional coração”. Tal era o sentimento que levaria à abdicação e ao posterior comando das Regências por liberais, destacadamente, paulistas.

No contexto anterior da abdicação, Carlos Eduardo Oliveira e Marisa Saenz Leme apontam que o Conselho Geral de São Paulo firmou-se como defensor da monarquia constitucional, como interlocutor do Legislativo e Executivo e como meio de relação entre a província e o centro.⁵²⁰ Sua atuação forjou certa homogeneidade política da província de São Paulo, através do encobrimento de possíveis discordâncias, e também estabeleceu uma retórica particular.

Por outro lado, o Conselho da Presidência de São Paulo teve atuação mais local, sem emitir opinião acerca de assuntos da política nacional. Este Conselho procurou amenizar o enfrentamento entre “exaltados”, “moderados” e “caramurus”, através de métodos de negociação entre as diversas Câmaras e os diversos cargos legislativos e judiciários provinciais.

No final da década de 1820 fica claro, tanto na imprensa paulista quanto nos ofícios do Conselho da Presidência, que os ânimos na província de São Paulo estavam ficando encolerizados. O grupo dos liberais “exaltados” estava ganhando cada vez maior apoio,

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁹ O tom da imprensa na época e do ofício é muito semelhante aos termos empregados mais tarde no contexto da Revolução Liberal de Sorocaba. Adjetivos como “hidra” se repetem, assim como a ideia de São Paulo como defensor da Constituição.

⁵²⁰ OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 239; LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, jan-jun 2008, p. 205.

mesmo sem possuir uma hegemonia de ideias, principalmente como grupo de oposição aos “moderados”. A defesa de suas ideias passava pela justificativa de se alterar certas estruturas na política imperial, modificando a carta constitucional de 1824. A busca continuava a ser por maior autonomia das províncias. O Conselho, como um porta-voz destes pensamentos, era bastante combativo ao criticar o Poder Moderador, a vitaliciedade do Senado e o Conselho de Estado, além de defender o direito de a província escolher o seu próprio presidente, de que fossem criados órgãos legislativos locais e de que as rendas locais fossem revertidas para os cofres provinciais.⁵²¹

Portanto, em meio a esses debates, a reação política levou à abdicação de D. Pedro I em 1831, um movimento que demonstrou de maneira exacerbada a incompatibilidade entre a política do governo central e os interesses dos grupos provinciais. Imediatamente à abdicação, os liberais moderados, o grupo vitorioso, deram início à aprovação de uma reforma constitucional de cunho federalista. A partir daí, a década de 1830 foi marcada por autonomia provincial, mas também por eclosão de diversas revoltas.

Desde o início do período regencial os políticos paulistas passaram a ocupar cargos de destaque na política nacional, principalmente em pastas estratégicas no Executivo. Liberais Moderados como Vergueiro, Costa Carvalho, Feijó e Paula Souza estavam entre aqueles que tiveram grande influência na condução de um projeto político avesso à centralização administrativa. Além disso, em São Paulo e Minas Gerais havia maioria moderada, presentes nas Câmaras Municipais, nos Conselhos e na Câmara dos Deputados. Os moderados estavam na direção das mais importantes províncias: Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco. Os grupos que ficaram de fora do arranjo político do período Regencial, principalmente os liberais “exaltados”, acabaram por revoltar-se em diversos movimentos em todo o Brasil.⁵²²

Em São Paulo a posição vantajosa dos moderados também se demonstrou no principal cargo provincial, a presidência, no qual Rafael Tobias de Aguiar esteve à frente entre 1831 a 1834.

Feijó, como ministro da pasta da Justiça, em 1832 ensaiou um golpe, com apoio da Guarda Nacional (corpo que o próprio ministro havia ajudado a criar). O golpe baseou-se inicialmente no pedido de deposição de José Bonifácio da tutoria dos príncipes, e em negação disso pelo Senado, os liberais moderados, encabeçados por Feijó, partiram para algo mais energético. A ideia era que o ministério e os regentes se demitiriam e a Câmara dos Deputados, transformada em Assembleia Nacional, comporiam um projeto de nova

⁵²¹ OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 248.

⁵²² MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

constituição. Essa Constituição, chamada de Pouso Alegre, porque foi publicada nesta região, compunha-se de reformas sugeridas pelo mineiro Teófilo Ottoni. Era uma reforma menos liberal do que se pensava quando relacionada aos moderados, já que fortalecia o Executivo em detrimento do Legislativo. Porém, o golpe fracassou, a Constituição não foi aprovada e Feijó demitiu-se do posto ministerial. Mesmo assim, ocorreu uma abertura para uma revisão constitucional que se consubstanciou nas reformas descentralizadoras do período regencial.⁵²³ É o que veremos na próxima sessão.

2.4 Período Regencial. Descentralização administrativa e o debate entre projetos políticos unitaristas e federalistas

O período Regencial talvez seja o momento em que o debate entre dois projetos políticos opostos - unitarismo e federalismo - se tornou mais ferrenho, após um amadurecimento de ideias. De um lado, o projeto de um Estado unitário amparava a garantia de maior centralização das rendas e do poder político do Império, enquanto que o federalismo enfatizava a busca por mais poderes e atribuições para as províncias.⁵²⁴ Esses pontos contrastantes estavam presentes nas falas e nas leis aprovadas neste período.

No início das Regências ocorreu uma série de reformas liberais encaminhadas pelos moderados. As que tiveram maior impacto na administração foram a criação da Guarda Nacional, em 1831, o Código do Processo de 1832, e o Ato Adicional de 1834. Estas reformas previam moderar as relações de força entre o Executivo e o Legislativo (como abolição do Poder Moderador e a discussão do poder dado à Regência (Ato Adicional), e reformular o aparelho repressivo do Estado, representado pelo Exército, pela Polícia e a Justiça (Guarda Nacional e Código do Processo).

A Guarda Nacional (cujo projeto foi elaborado pelo liberal moderado Feijó) foi criada em 1831, fundamentando-se no princípio liberal de confiar a segurança da nação a seus cidadãos proprietários. Esta corporação nasceu com um papel bem claro que era a institucionalização de uma nova ordem, qual seja, eliminar qualquer grupo contrário ao poder imperial. Ela se constituía em uma milícia privada formada por homens livres, controlada burocraticamente pelos membros do governo central, mas que acabava sendo administrada patrimonialmente pelas elites locais, ocupantes dos cargos de juízes criminais e de paz.

⁵²³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 71.

⁵²⁴ SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória do período regencial (1831-1840). IN: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez 2010, p. 143-163.

Mesmo assim, o governo central continuou a escolher ou, ao menos, confirmar homens para a alta hierarquia no interior desta corporação. Neste sentido, se buscava "estratificar o acesso às fileiras mais altas da corporação, de modo tal que a hierarquia corporativa pudesse reproduzir a hierarquia social dos grupos e classes da sociedade mais ampla"⁵²⁵. Tal intento era alcançado através da classificação da renda – para se tornar um oficial devia-se ter uma renda ao menos duas vezes maior do que um simples praça.⁵²⁶ Salientando-se que o próprio serviço da Guarda Nacional além de ser oneroso era desestimulante, porém era bem visto socialmente.⁵²⁷

Para reforçar ainda mais a orientação hierárquica e estamental dessa corporação, o estado procurou dotá-la de certa honra social. Investiu-se em concessão de distinções honoríficas e oficiais por serviços prestados, principalmente comendas militares e títulos de nobreza. Deste modo, a Guarda Nacional desempenhou a figura de braço administrador do poder central em locais onde não havia funcionários reais, estabelecendo uma relação de subordinação e autoridade entre os senhores de terra e o povo local.⁵²⁸ Esta corporação tornou-se um instrumento de articulação entre os poderes central e local, acabando por se converter “em força política, usada pelo governo na repressão às revoltas, mas por outro lado, protagonizou vários desses movimentos.”⁵²⁹

Um segundo movimento de reforma do sistema judiciário foi o Código do Processo Criminal, em 1832. Este código pretendeu substituir o velho sistema jurídico herdado de Portugal, por um que assegurasse os direitos do cidadão nos moldes do liberalismo do século XIX. Um julgamento doravante não seria encaminhado tendo um enfrentamento desigual entre juiz e réu, mas sim entre as partes (o ofendido e o acusado), sendo presidido pelo juiz. Neste contexto, o juiz de paz assumiu uma força tal, que ele se tornou a figura principal do Judiciário municipal. Eleito localmente, ele era quem devia proceder a elaboração do auto do processo criminal, contendo o exame de corpo de delito e a formação da culpa.⁵³⁰

A figura de juiz de paz havia sido criado em 1827, possuindo atribuições administrativas, policiais e judiciais, acumulando, portanto, amplos poderes. Seu exercício se relacionava à justiça conciliatória, julgamento de pequenas causas, à manutenção da ordem pública e emprego da força pública, vigiar o cumprimento das posturas municipais, a

⁵²⁵ URICOECHEA. *O minotauro imperial...* Op. Cit., p. 163.

⁵²⁶ CARVALHO, Jose Murillo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. IN: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997; CASTRO, Jeanne Berrance. *A milícia Cidadã: A guarda Nacional de 1831 a 1850*. Brasília: Ed. Nacional, 1977.

⁵²⁷ CASTRO. *A milícia Cidadã*. Op. Cit., p. 180.

⁵²⁸ URICOECHEA. *O minotauro imperial...* Op. Cit..

⁵²⁹ BASILE. *O laboratório da nação*. Op. Cit., p. 75.

⁵³⁰ COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., p. 63.

condução das eleições, enfim, funções que estavam ligadas à administração, jurisdição e policiamento da freguesia.⁵³¹

O imenso poder acumulado pelos juízes de paz foi percebido pelo viajante alemão Carl Seidler, relatada em seu livro *Dez anos no Brasil*, no qual descreveu sua viagem entre os anos de 1833 e 1834:

Só os juízes de paz, que são eleitos pelo povo e desempenham suas funções sem qualquer remuneração, gozam de estima pública e quase cega obediência. Seus plenos poderes são amplos, se bem que não possam decidir dos processos desde que a causa exceda ao valor de dezesseis talers, a sua palavra é quase sempre acatada e confirmada pelas instâncias superiores; uma recomendação deles vale por uma sentença.” E prossegue: “Em caso de desordem, todas as forças militares ficam às suas ordens, assim como dispõem integralmente da polícia. Seu distintivo é uma faixa verde-amarela, com a largura da mão, que passa do ombro direito ao quadril esquerdo e atesta sua dignidade judicial.” E conclui: “Mostrando essa faixa num motim ou no mais louco ajuntamento popular, instantaneamente se restabelece a ordem; até o aparecimento de um juiz de paz, com suas palavras severas, amigáveis, tem muito mais influência sobre a massa do que toda a ostentação da força militar.”⁵³²

Além disso, o juiz de paz coordenava as eleições municipais. Um cargo imbuído de um poder tão grande gerou constantes conflitos pelo seu acesso. Em Franca, freguesia de São Paulo, ocorreram distúrbios envolvendo elites locais. Em 27 de setembro de 1838, Anselmo Ferreira de Barcellos, acompanhado de um grupo de pessoas armadas, invadiu a casa do juiz de paz eleito Manuel Rodrigues Pombo, obrigando-o a passar o cargo para o seu suplente. O juiz destituído provocou uma reação armada na qual acabaram mortas quatro pessoas, entre elas o próprio Rodrigues Pombo. O ocorrido, que ficou conhecido como “Anselmada” é exemplar para se perceber como as disputas por posições de poder nas localidades eram conduzidas num período de maior autonomia. Diga-se de passagem que o evento ficou registrado na história da cidade de Franca de uma maneira bastante visível: até hoje, a bandeira da cidade é representada por um homem, à direita, vestido de marrom, com um bacamarte, que representa a figura de Anselmo Ferreira de Barcellos, o líder do levante armado.⁵³³

O cargo de juiz de paz foi centro de debates entre alas liberais e alas conservadoras. Para os liberais moderados, por exemplo, as eleições locais para juiz de paz acabariam por

⁵³¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 193.

⁵³² SEIDLER, Carlos. *Dez anos de viagem no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, citado por: BRAGA, Pedro. Crime, pena e sociedade no Brasil pré-republicano. IN: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 40 n. 159, jul-set 2003.

⁵³³ LIMA, Marco Antunes de. *A cidade e a província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842*. Relatório (iniciação científica), São Paulo, USP, 2001.

gerar “cabalas”, no sentido de um arranjo de votos tramado por um grupo com a finalidade de eleger um candidato. Apesar disso, este seria um mal passageiro, com a progressiva educação do eleitorado. Portanto, o federalismo era a melhor opção, já que criava uma consciência política nos cidadãos, por meio de sua atuação nas eleições.⁵³⁴ Este Código representou a obra jurídica dos moderados, expressando os ideais liberais de autonomia judiciária, localismo e representação popular.⁵³⁵

Entretanto, apesar de trazer aparentes vantagens para as províncias, o mecanismo descentralizador do Código do Processo acabou gerando uma série de revoltas regenciais e conflitos armados em todo o território nacional. Portanto, os políticos conservadores pensavam em refrear o aspecto localista da figura do juiz de paz e partiram para um maior controle provincial a fim de tornar possível um Estado unitário.

Em 1834 a Câmara dos Deputados debateu e aprovou a emenda constitucional que levou o nome de Ato Adicional. O Ato Adicional determinava a extinção do Conselho de Estado, a transformação do Conselho Provincial em Assembleia Legislativa Provincial e a instituição da Regência Una e Temporária (mandato de quatro anos), além da instituição da presidência da província. Apesar destas reformas de cunho liberal e descentralizador, o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado foram mantidos, à revelia dos exaltados.⁵³⁶

2.5 Assembleia Legislativa Provincial no entroncamento das mudanças descentralizadoras

A partir do Ato Adicional, o governo provincial seria composto das Assembleias Legislativas e da presidência da província. Novos espaços de poder político provincial foram criados e Machado demonstrou que possuía uma rede de relações e apoios crescente ao ser um dos mais votados para exercer o cargo de deputado provincial. Com esta função, nesta década de 1830, Machado atinge uma posição proeminente na província de São Paulo.

A forma de eleição para ocupação da Assembleia era que os eleitores deviam votar em tantos nomes quantos deputados provinciais seriam eleitos (no caso de São Paulo, 36). Segundo Miriam Dolhnikoff, procedendo assim, os liberais procuravam apoiar a formação de uma elite que transpusesse os limites locais, sem estar presa às pressões dos grupos

⁵³⁴ COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit. p. 77-82.

⁵³⁵ FLORY, Thomas. *El juiz de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁵³⁶ PIÑERO. Os projeto liberais no Brasil Império. Op. Cit., p. 145.

municipais e livres de disputas entre facções de grandes proprietários.⁵³⁷ Machado e os membros do seu grupo agora estavam estabelecidos como indivíduos que faziam parte de uma elite provincial, extravasando as fronteiras locais, e atuando em um órgão que possuía poderes inéditos na província.

As Assembleias possuíam maiores poderes se comparados ao seu precursor Conselho Provincial; possuíam poder legislativo e eram independentes da Assembleia Geral, além de ter mais membros do que os Conselhos Gerais, com maior representatividade dos grupos locais. Como aponta Carlos Eduardo Oliveira, de resto elas eram muito semelhantes entre si, inclusive quanto às atribuições administrativas.⁵³⁸

A primeira legislatura da Assembleia de São Paulo operou de 1835 a 1837, tendo sido composta por nomes votados em 18 colégios eleitorais espalhados pela província, na capital e nas vilas de Santos, Atibaia, Taubaté, Itu, Lorena, Mogi-Mirim, Curitiba, Jacari, Sorocaba, Itapetininga, Paranaguá, Constituição, Areias, São Sebastião, Iguape, Castro e Franca. Assim ficou a lista dos escolhidos e o número de votos recebidos.

⁵³⁷ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 97.

⁵³⁸ OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 354.

Quadro 7. Composição da 1ª Legislatura da Assembleia de São Paulo (1835-1837)

	Deputados	Votos
1	Antonio Mariano de Azevedo Marques	463
2	Vigario Joao Chrisostomo de Oliveira Salgado Bueno	435
3	Tenente Coronel Joao da Silva Machado	431
4	Padre Vicente Pires da Motta	401
5	Vigario Manoel de Faria Doria	387
6	Padre Joaquim Pereira de Barros	381
7	senador Francisco de Paula Souza e Mello	381
8	senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	366
9	Antonio Rodrigues de Campos Leite	362
10	senador Diogo Antonio Feijó	358
11	Dr. Manoel Dia de Toledo	354
12	Padre Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	348
13	Jose Manoel França	325
14	Bacharel Antonio Manoel de Campos Mello	322
15	Jose Inocencio Alves Alvim	306
16	Capitão Antonio Paes de Barros	304
17	Joaquim Silverio de Castro e Souza Medronho	285
18	Antonio Martins dos Santos	284
19	Antonio Dias de Toledo	264
20	Francisco Antonio de Souza Queiroz	260
21	Bernardo Jose Ferraz Pinto Galvão Peixoto	247
22	Padre Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	244
23	Dr. Carlos Carneiro de Campos	243
24	Jacinto Jose Ferraz Araujo	227
25	Antonio de Queiroz Telles	227
26	Juiz de Direito Dr. Rodrigo Antonio M. de Barros	220
27	Joaquim José Pinto Bandeira	218
28	Luiz Mariano Tolosa	217
29	Dr. José Antonio Pimenta Bueno	212
30	Tenente Coronel Jose Marcelino de Vasconcelos	211
31	Bacharel Padre Ildefonso Xavier Ferreira	206
32	Manoel de Almeida Freire	203
33	Juiz de direito Fernando Pacheco Jordão	199
34	Antonio Clemente dos Santos	192
35	Manoel Eufrazio de Azevedo Marques	190
36	Francisco de A. Machado de Vasconcelos	184

Fonte: SÃO PAULO. *Anais da Assembleia legislativa da província de São Paulo*, 23 de janeiro de 1835, p. 33-34.

Alguns suplentes davam grande prestígio à esta legislatura: José da Costa Carvalho, Cel. Antonio da Silva Prado e Bento Paes de Barros. Rafael Tobias de Aguiar chegou a receber votos suficientes para ser suplente, mas como exercia cargo de presidente de província não podia ser eleito para a Assembleia. Como todas as listas de eleitos para cargos de destaques durante o Brasil Império, essas relações de eleitos e suplentes, e até mesmo aqueles que ficaram de fora, nos apresenta a elite política do período.

E mais, como a votação para deputado provincial era estendida para a província toda, os candidatos deviam possuir contato em todas as regiões, se almejassem ser eleitos. A escolha destes 36 nomes, por votantes espalhados por um território tão amplo como era a província paulista nesta época, aponta o prestígio social e político dos eleitos. João da Silva Machado, nesta eleição, ficou à frente de nomes de peso na política provincial, tais como Paula Souza, Vergueiro, Feijó e tantos outros. Na eleição para a legislatura seguinte (de 1838 a 1839), Machado fica novamente em terceiro lugar entre os mais votados. Isto demonstra a posição proeminente que Machado possuía na década de 1830.

Com relação às atividades, cabia à Assembleia legislar sobre assuntos como fixação das despesas provinciais e municipais, impostos provinciais, repartição da contribuição direta pelos municípios, fiscalização das rendas e das despesas municipais e provinciais, nomeação dos funcionários públicos, policiamento e segurança pública. Com isso, vemos que a Assembleia Legislativa foi um veículo de descentralização e de maior autonomia das províncias.

Para que os deputados exercessem plenamente suas atribuições, dentro das Assembleias Legislativas havia as comissões ordinárias, que tinham caráter permanente, compostas por três deputados e eram incumbidas de objetos especiais. As comissões eram divididas em: 1) fazenda; 2) comércio e indústria (compreendendo estradas e obras públicas); 3) de constituição, justiça e força policial; 4) eclesiástica; 5) câmaras municipais; 6) contas e orçamentos das Câmaras municipais; 7) instrução e educação (incluía catequese e civilização dos índios); 8) estatística; 9) redação.

Foge das intenções deste trabalho analisar pormenorizadamente cada comissão, mas foquemos nossa atenção em uma delas, como exemplificação das atividades das comissões. João da Silva Machado compôs a comissão de Comércio e Indústria por dois anos consecutivos, 1835 e 1836, juntamente com o vigário Manoel Faria Doria e José Marcelino Vasconcelos. Esta comissão tinha como objetivo criar uma infra-estrutura que permitisse a realização de obras necessárias ao desenvolvimento da província, recebendo e aprovando propostas para tal. A principal atividade neste período foi a construção de estradas para o transporte de animais e cargas, setor muito importante na economia de São Paulo.⁵³⁹ Mas também se ocupava da situação indígena, de terras e de explorações de novos campos, atividades igualmente importantes para uma província cuja riqueza provinha da agricultura.

⁵³⁹ PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. *Produção documental do legislativo no Império: gênese e tipologia: o caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação (mestrado em história), São Paulo, USP, 2005.

À frente dessa comissão, João da Silva Machado emitiu um parecer em 10 de fevereiro de 1835 com relação a um projeto de exploração dos sertões entre os Rios Tietê, Paranapanema e Tibagi, autorizando a se despendem dois contos de réis provindos da Caixa da Fazenda Provincial para tal fim.⁵⁴⁰ Paralelamente, nesta mesma Comissão, se procurava expandir as áreas pecuárias, para suprir a demanda por animais do Centro-Sul. A opção pela ligação terrestre com as regiões de Goiás e Cuiabá transpareceu nos Anais da Assembleia em sua primeira legislatura. Essas regiões vinham desenvolvendo a criação de animais desde o final do século XVIII. Já na década de 1820, paulistas começaram a se deslocar para essa região, como foi o caso de Joaquim Francisco Lopes, que foi encarregado de abrir novos caminhos e possuía relações com João da Silva Machado. Mas foi justamente na década de 1830, que se implantou uma economia pecuária estruturada; foi neste contexto que os deputados na Assembleia Legislativa começaram a pensar em ampliar as estradas que ligavam São Paulo a estas regiões.⁵⁴¹

Como vimos no capítulo 1, Machado estava atuando na construção e ampliação de estradas desde a década de 1820. Como deputado provincial na Assembleia Legislativa de São Paulo continuou apresentando projetos de estradas e de exploração dos “sertões” da província. Um desses projetos foi o de exploração dos campos próximos das regiões de Missões, Entre Rio (em Corrientes) e Paraguai, que apresentou em 13 de Março de 1835. Apesar de ser alvo de elogios envolvendo sua “previdência” e “patriotismo”, o projeto não foi aprovado por envolver questões de ocupação da fronteira do Império, o que seria de competência do governo central.⁵⁴²

Incansável, ele propôs na sessão do dia seguinte, 14 de março, “a exploração de uma grande camada de campo, que consta haver entre os rios Tietê, Paranapanema e Tibagi, indica os portos por onde pode ser explorado aquele campo e [pede] que se autorize o governo a despendem pela Caixa da Fazenda provincial, 200\$000 [duzentos réis]”, o que foi aprovado.⁵⁴³

No próximo ano, 1836, ainda na primeira legislatura, Machado continuou a fazer parte da Comissão de Indústria e Obras pública e teve à frente uma proposta importante para os rumos da província: a construção de uma estrada de ferro. Várias considerações pertinentes a estas obras foram debatidas pelos deputados, uma vez que alguns receberam esta proposta com bons olhos, enquanto que outros não se agradaram. A Comissão tratou de emitir um

⁵⁴⁰ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., 10/02/1835.

⁵⁴¹ Sobre mais acerca das ligações de São Paulo com Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, e a participação de Machado neste empreendimento, ver o capítulo 4 “Senhor de homens, de terras e de animais. O Barão de Antonina”, desta tese.

⁵⁴² SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*, Op. Cit., 13/03/1835.

⁵⁴³ Idem, 14/03/1835.

parecer que não fosse oneroso para os cofres provinciais elaborando um cuidadoso estudo sobre o projeto. No mês de fevereiro vários pareceres foram apresentados, mas um, o do dia 24 de fevereiro, assinado por Machado e por Joaquim José Pinto Bandeira, teve uma marcante importância por demonstrar a preocupação dos deputados à frente da Comissão acerca do possível aumento dos preços de gêneros devido ao preço do transporte. Mas a preocupação central era com a possibilidade de se tornar obsoleto o transporte feito no lombo de animais. Preocupação justificada, já que grande parte dos deputados na Assembleia Legislativa estava envolvida no negócio de animais, como o próprio Machado, que assinou este parecer. Mesmo assim, a ideia era regularizar os preços que seriam cobrados pela empresa responsável pelo transporte ferroviário e o documento terminou por enaltecer este empreendimento.⁵⁴⁴

Interessante atentar para essa dinâmica, no sentido de perceber como projetos modernizadores podiam colocar em risco negócios que vinham sendo realizados por alguns indivíduos envolvidos nos debates sobre tais projetos. Percebemos mais uma vez as instâncias pública e privada imbricadas, e até mesmo invertidas, onde os interesses privados predominavam sobre os interesses públicos. Algo comum que podemos perceber através da trajetória política de Machado, que muitas vezes empreendia ações que interessavam e afetavam sobremaneira seu grupo. Há toda uma discussão historiográfica sobre o conflito público/privado no Brasil do século XIX⁵⁴⁵, que não cabe aprofundar aqui, mas importa sublinhar que este era um debate que se fazia presente nos periódicos no Primeiro e Segundo Reinados, mas que as elites não se deixavam abalar. Muitos indivíduos inclusive acabavam por utilizar das estruturas públicas ao mesmo tempo em que conduziam seus projetos privados, como foi o caso de Machado nos empreendimentos de desbravamento dos sertões do oeste do Brasil.⁵⁴⁶

No contexto que estamos analisando, das comissões no interior da Assembleia Provincial, os interesses privados da elite econômica paulista, que estava atrelada aos

⁵⁴⁴ Idem, 24/02/1836.

⁵⁴⁵ De um lado, há os estudos em torno da “patrimonialização” do aparato público, que percebem na centralidade da família os traços de dependência e subordinação econômica e política, que são exacerbados na “posse” de cargos públicos. Neste sentido, ver FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978. Por outro lado, existem os estudos que apontam as dores do parto de uma nação em sua busca por modernização, enfrentando os problemas entre público e privado. Ver ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Vida Privada e Ordem Privada*. IN: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e rebeldia: a dinâmica política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*. Tese (doutorado em história) UNB, Brasília, 2010.

⁵⁴⁶ Veremos os interesses públicos e privados de Machado no capítulo 4, desta tese

negociantes de gado como Tobias de Aguiar e Machado, talvez tenha freado a instalação de uma linha férrea ligando o oeste cafeeiro ao porto de Santos. Fato é que a instalação da primeira estrada de ferro (Santos-Jundiaí) no final da década de 1860 ocasionou um grande declínio no número de animais vendidos em Sorocaba⁵⁴⁷, o que confirmou o medo dos deputados responsáveis pela Comissão de Indústria e Obras Públicas em 1836, de que as ferrovias determinariam o fim do negócio de tropas. Para indivíduos que enriqueciam com esta atividade e para deputados que percebiam a carga de impostos que vinha do tráfico de animais pela província, um possível incremento público através da velocidade dos trens, não compensava o prejuízo privado.

Neste ano de 1836 a Assembleia provincial também atentou para a comarca de Curitiba, principalmente no que concernia à exploração de seus campos limítrofes para oeste e também para “o reparo e aperfeiçoamento da importante Estrada da Mata e da que dali segue até Sorocaba”⁵⁴⁸, com projetos apresentados pela Comissão que Machado fazia parte.

Portanto estamos diante de um processo de fortalecimento do poder do grupo em torno de Vergueiro, Feijó, Paula Souza, Tobias de Aguiar e Machado. O período Regencial marcou a ascensão de membros deste grupo a nível nacional, na figura de Regentes. Aqui está a chave para se compreender de que maneira a elite política de São Paulo começou a se destacar e ultrapassar as fronteiras de sua província.

Ao mesmo tempo, no que se caminha para meados da década de 1830, a ideia de maior autonomia provincial começou a ruir em diversas províncias, onde as elites começaram a disputar o poder local de forma violenta. O fortalecimento de certas elites regionais em detrimento de outras, gerou uma série de insatisfações entre elites que não partilhavam dos novos locais de poder. Isso também ocorreria em São Paulo mais tarde. O que se vê no período Regencial foi uma demonstração para aqueles que defendiam um Estado unitário de que o projeto federalista não era uma boa alternativa para o Brasil. A aplicação deste projeto durante a Regência exacerbou os ânimos e produziu uma série de revoltas em diversas províncias. Portanto, devemos observar de que maneira os liberais paulistas se colocavam frente às dificuldades geradas pela descentralização da década de 1830, já que eles estavam assumindo postos administrativos chave na política regional e nacional.

A relativa autonomia, conjugada com a vacância do trono, trouxe um período de tensões sociais que chegavam a manifestações violentas. O período regencial foi marcado por

⁵⁴⁷ LINS, Silvia Queiroz Ferreira Barreto. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de Muars à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2003.

⁵⁴⁸ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*, Op. Cit, 7/03/1836, “Fala com que o exmo. Presidente da Assembleia Snr. Jose da Costa Carvalho encerrou os trabalhos da Sessão de 1836”.

uma série de revoltas que eclodiram por todo o império. Nos quase dez anos do período foram cerca de 29 revoltas, como a Cabanagem, no Pará, a Farrroupilha, no Rio Grande do Sul, a Sabinada, na Bahia e a Balaiada no Maranhão. Estas revoltas citadas seguiram-se imediatamente à aprovação do Ato Adicional, que previa uma descentralização e que acabou gerando um fortalecimento das elites provinciais, que muitas vezes não estavam alinhadas com a política do governo central. O ponto comum entre estes quatro movimentos foram as ideias de separação e de república, apesar de aparecerem de maneira circunstancial.⁵⁴⁹ Neste contexto, a adoção da república coadunava-se com a noção de federalismo. Foi esse o motor de várias revoltas, com as proclamações de separação representado o último recurso. Mesmo quando ocorriam tais proclamações elas ficavam condicionadas até que as reivindicações fossem atendidas, ou até a maioria do infante D. Pedro de Alcântara.

Em vista destas revoltas, as reformas centralizadoras previram que o Legislativo Provincial controlasse mais o grau de descentralização que seria aplicado em cada província. Com o Ato Adicional, por exemplo, o juiz de paz perdeu diversas de suas atribuições relacionadas ao âmbito criminal, passando-as às autoridades policiais⁵⁵⁰. Assim, vemos um regresso liberal, diferente daquele regresso conservador que seria levado a cabo na Lei de Interpretação (1840), mas ainda assim um regresso, buscando conter e evitar conflitos armados. Só que, para os liberais, a tarefa de contenção deveria ser conduzida pelo Legislativo Provincial e não pelo poder central, conforme pensavam os centralizadores.⁵⁵¹

Mas o Ato Adicional possuía sementes de potenciais conflitos. Por exemplo, como aponta Ivo Coser, “cabia à Assembleia Geral elaborar os códigos, que eram aplicados a todo o território nacional, mas as Assembleias Provinciais poderiam alterar as funções dos cargos neles existentes.”⁵⁵² Isso poderia gerar conflitos entre os dois poderes e acabaria sendo re debatido no contexto da década de 1840.

Uma atribuição importante que apontava o poder político da Assembleia Provincial, era a escolha do vice-presidente da província. Este cargo tinha valor na medida em que o presidente era constantemente convocado para assumir sua cadeira no Legislativo, em votações importantes e, nestes momentos, o vice assumia as funções.

Além disso, com o Ato Adicional, a Assembleia também controlava o município e os cargos do Judiciário. Todos os empregos provinciais, menos os ligados à arrecadação, igreja,

⁵⁴⁹ BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 70.

⁵⁵⁰ BRASIL. *Reforma do Código do Processo* – Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, Título 1, cap. 1. IN: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm, (acessado em 05/08/2013).

⁵⁵¹ DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, especialmente introdução.

⁵⁵² COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., p. 100.

guerra e tribunais superiores, eram ligados diretamente à Assembleia. Esta também podia criar, suprimir e estabelecer ordenados dos empregos provinciais. Ivo Coser chama a atenção para a consequência desta última atribuição. Anteriormente, os cargos de juiz de paz, júri popular, juiz municipal e promotor eram selecionados no município; eram os eleitores e a câmara dos vereadores que escolhiam seus membros. Com o Ato Adicional, revisando o Código do Processo, esses cargos passaram a ser controlados pela Assembleia Provincial, que poderia alterar ao seu bel prazer suas atribuições. E também as Assembleias passavam as atribuições desses cargos eletivos para o juiz de direito, agora sob seu total controle.⁵⁵³

Outro ponto importante era a questão das despesas municipais. Com o Ato Adicional, a Assembleia Provincial podia estabelecer impostos municipais e contribuições de cada município para a província. Portanto, com esta lei foi conferido um alto grau de poder nas mãos dos deputados na Assembleia Provincial, que dificilmente as elites políticas provinciais queriam perder. Mesmo assim, a estrutura fiscal do Império não ficou descentralizada, o que foi ponto de discórdia e justificativa fundamental para levantes contra o governo central até a Maioridade.⁵⁵⁴

Mesmo as atribuições do cargo de presidente de província foram alteradas com o Ato Adicional, dando maior campo de atuação, o que gerou um controle maior do poder central sobre a administração das províncias. E uma vez que o presidente era nomeado pelo poder central, este cargo não se tornou um canal de representatividade provincial. Apesar disso, em São Paulo, enquanto o presidente da província fosse escolhido dentre aqueles que representassem os interesses regionais, maiores problemas não surgiriam.⁵⁵⁵

O que provocaria descontentamento nos liberais era a designação de pessoas de fora da província para cargos provinciais, já que, para eles, os funcionários escolhidos na própria província seriam os mais capazes em razão do seu interesse no desenvolvimento local. Para o pensamento federalista, a perspectiva de que o poder central dispusesse de meios para indicar funcionários estranhos à dinâmica provincial era vista como uma ação despótica e razão de atraso social.⁵⁵⁶ Citando dois exemplos, foi o que aconteceu em 1835 com a nomeação de José de Araújo Ribeiro para presidir a província do Rio Grande do Sul, que serviu como um dos motivos para a Revolução Farroupilha, e em 1842, a nomeação de Costa Carvalho para presidente da província de São Paulo, que acabou deflagrando a Revolta Liberal.

⁵⁵³ Idem, p.103-104.

⁵⁵⁴ Foi o ponto principal, por exemplo, no movimento Farroupilha. Ver LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁵⁵⁵ OLIVEIRA. *Poder Local e palavra impressa*. Op. Cit., p. 356-57.

⁵⁵⁶ COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., p. 143.

No conjunto das discussões em torno do Ato Adicional e de uma prática federalista um velho tema da época da Independência voltou à tona: o predomínio de um centro comum que unisse as províncias. Analisei anteriormente esta questão de um centro comum nos debates nas Cortes de Lisboa.⁵⁵⁷ Cabe agora aprofundar o debate em torno dessa ideia na década de 1830, já que ela nos ajuda a compreender a dinâmica da época, com suas revoltas provinciais em torno da autonomia. O debate de então polarizava os unitaristas de um lado e os federalistas de outro. Para os unitaristas, a ausência de um centro comum faria surgir um domínio das províncias mais fortes, gerando um conflito entre elites provinciais. Portanto, na visão dos centralizadores, era necessário o centro comum, atraindo as elites para longe da esfera provincial onde os jogos de interesses não ficassem centrados na localidade, mas na construção do Estado Nação.

Já para os federalistas, e isto é a essência de seu pensamento, a liberdade de cada província gerir a si mesma acabaria levando ao cumprimento do interesse nacional, através da soma dos interesses provinciais.⁵⁵⁸ A órbita da discussão girava em torno da ideia de que o Estado Nação fosse gerido através de conflitos de interesses provinciais, por meio de um jogo de negociação e conflito entre a elite e o poder central. Não que os centralizadores fossem contra o interesse regional, mas sim que a autonomia provincial deveria ser freada pela ação do poder central, domando os interesses das elites regionais.

Em torno das discussões das ideias federalistas na Câmara, antes mesmo da aprovação do Ato Adicional, emergiu em uma emenda proposta a questão da diferenciação das rendas provinciais e das rendas do governo central. O argumento era separar as rendas do que era geral, isto é, do que pertencia ao poder central, e do que era provincial. O que se colocou como justificativa era que os interesses particulares das províncias eram diferentes dos interesses gerais do Império, uma ideia plenamente federalista.

Algo que preocupou as elites provinciais foi que a partir da lei orçamentária de 1835, publicada no âmbito do Ato Adicional, diversas províncias ficaram em dificuldades financeiras. As Assembleias provinciais não podiam, a partir de então, legislar sobre impostos de importação, a maior fatia tributária do Brasil no período. Mesmo com o Tratado de Comércio com a Inglaterra, vigente desde 1822, que abocanhava um volume considerável de receita, as importações brasileiras tinham um peso considerável na arrecadação de impostos. Além disso, as províncias eram obrigadas a repassar recursos ao governo central. Portanto, as províncias eram obrigadas a pedir auxílio ao governo central para fechar seus déficits. De

⁵⁵⁷ Ver item 2.1.2 Cortes. Reciprocidade e autonomia econômica, desta tese.

⁵⁵⁸ *Idem*, p. 105-108.

1836 a 1845 o suprimento às províncias não cessou, sendo que no ano financeiro de 1840-1841 somente Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande dispensaram a ajuda e tiveram seus orçamentos positivos.⁵⁵⁹

Mesmo assim as Assembleias destas províncias criticaram os impostos de importação. Regiões como São Paulo, Minas Gerais Rio de Janeiro e Rio Grande possuíam amplas conexões entre si no mercado interno (como vimos no capítulo 1) e a excessiva tributação encarecia o produto ao consumidor final. Por outro lado, a própria independência orçamentária destas três províncias demonstra que o dinâmico mercado interno destas localidades alimentava uma fonte de recursos pujante. Apesar disto, a crítica que muitas províncias levantavam não residia na inexistência de recursos, mas na transferência desses recursos ao governo central através de tributação, uma centralização que incomodava os federalistas.⁵⁶⁰

Províncias como São Paulo e Rio Grande tinham uma interdependência com o governo central ao invés de antagonismo. Miriam Dolhnikoff diz que a imagem de um governo central ávido em retirar os recursos provinciais e grupos regionais buscando “independência” em relação ao Império pode ser revista. Entretanto, veremos neste trabalho que os ânimos se alteraram na medida em que o governo ameaçou abocanhar fatias maiores do bolo tributário. Não foi à toa que as discussões em torno do Tratado do Comércio com a Inglaterra, que previa revisão nos impostos de importação, levaram a debates acalorados e serviram como justificativa para as Revoltas Liberais em 1842. Mesmo a revolta farroupilha foi um levante que ensejava uma crítica a maneira como o governo central estava centralizando as finanças.⁵⁶¹

Com relação ao caso específico de São Paulo, a Assembleia Legislativa provincial tratou de regular dois tributos principais: os direitos de saída da província e as taxas de barreira. Como vimos no capítulo 1, estes impostos representavam quase 50% de toda a receita provincial. Segundo Viviane Tessitore estas duas tributações eram os pilares da arrecadação em São Paulo, devido a base de sua economia, que consistia em agricultura, na exportação e no negócio de animais. A renda produzida pelos impostos de trânsito de animais,

⁵⁵⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 98-99.

⁵⁶⁰ MULLER E OLIVEIRA, Vinicius de Bragança. *Centralização e descentralização: Mudanças institucionais e seus impactos na economia da província de São Paulo (1835-1850)*. Dissertação (mestrado em história), Unesp, Araraquara, 2006, p 16.

⁵⁶¹ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 270-276.

principalmente os direitos do registro do Rio Negro também rendiam grandes somas.⁵⁶² Juntos, os registros – taxas de circulação de mercadorias dentro da província – direitos de saída e taxas sobre trânsito de animais, representavam a maior parte da arrecadação provincial.

Miriam Dolhnikoff vê nas barreiras paulistas um expediente de centralização política e atração dos poderes locais ao Estado:

o objeto de maior interesse para fazendeiros e governo era (...) a construção e preservação das estradas. Até 1834 esse era uma competência dos órgãos municipais, mas a aprovação, em 1835, da lei criando barreiras nas estradas mais importantes, além de introduzir uma nova fonte de arrecadação, esvaziou ainda mais o órgão municipal, transferindo para o poder provincial a competência exclusiva em relação às estradas.⁵⁶³

Em meio a esse quadro, o objetivo da administração provincial era aumentar as rendas obtidas através destes impostos. Neste sentido, a Assembleia Provincial foi um elemento importante, já que ela podia fiscalizar, definir investimentos e destino das rendas obtidas. Para tanto, as Assembleias cuidavam para gerar maior capacidade fiscal, através do controle e da facilitação da circulação de mercadorias e animais. Foi por isso que este órgão investiu na construção de estradas e ampliação da infra-estrutura contando com Comissões ordinárias destinadas especificamente a estas atividades.

De fato, a autonomia provincial obtida na década de 1830, que aqui se exemplifica pela questão tributária, foi definitiva no desenvolvimento da economia paulista. Esta autonomia se efetivou através da ampliação das rotas de transporte, que por sua vez aumentou a arrecadação de impostos de passagem. A preocupação com as estradas ficava clara nas deliberações da Assembleia assim como na fala dos presidentes de província, como por exemplo, no Relatório de presidente de província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, de 1838, que descreve os serviços concluídos em diversas estradas em toda a província, apontando a utilidade de importantes obras, realizadas entre 1836 e 1837. Dentre as obras, constavam ampliações e aberturas de estradas importantes para o fluxo de animais e o escoamento da produção, como as estradas para Sorocaba e para Santos.⁵⁶⁴

⁵⁶² TESSITORE, Viviane. *As fontes da riqueza pública*. Tributos e administração tributária na província de São Paulo (1832 – 1892). Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 1995, pág. 69.

⁵⁶³ DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da conciliação – o poder provincial em São Paulo (1835-1850)*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 1993, p. 58, citado por BADDINI. *Sorocaba no império*. Op. Cit., p. 63.

⁵⁶⁴ SÃO PAULO. *Relatório do presidente da província de São Paulo*, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, 1838. IN: <http://brazil.crl.edu>, (acessado em 07/08/2013).

Vinicius de Bragança Müller e Oliveira conclui “que os recursos orçamentários da província de São Paulo foram suficientes, durante os anos de 1835 e 1850, para garantir não só o equilíbrio entre as receitas e as despesas, mas também para produzir superávit e, conseqüentemente investimentos públicos”⁵⁶⁵, tais como a construção de estradas. O autor demonstra ao longo de seu trabalho que durante o período Regencial houve maior capacidade de arrecadação da província de São Paulo, culminando em seu crescimento econômico.

Enfim, como vimos no início desta seção, o período Regencial teve inicialmente no governo um quase monopólio dos liberais moderados. Na Regência Trina Provisória, reunida em 7 de abril de 1831, foram eleitos Vergueiro, Lima e Silva e Carneiro Campos. O paulista Vergueiro era o homem dos liberais do Centro-Sul. O fluminense Lima e Silva (pai de Luis Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias) era general do Exército, com participação importante nos eventos que levaram D. Pedro I a abdicar. Carneiro Campos era baiano, ligado a D. Pedro, tendo participado da comissão que redigiu a Carta de 1824. Portanto, esta era uma regência que queria acomodar vários setores da elite imperial⁵⁶⁶ (apesar de centrar naqueles que se ligavam aos moderados).

Na Regência Trina permanente, eleita em junho de 1831, foram escolhidos novamente Lima e Silva, mais João Braulio Muniz e José da Costa Carvalho. Todos moderados. Muniz era maranhense, representado o Norte, enquanto que Costa Carvalho, baiano de nascimento, era paulista por adoção e representava os liberais do Sul.

Em 1835, outro moderado assumiria as rédeas do poder, agora na Regência Una.⁵⁶⁷ Este ano marcou a primeira eleição de um regente uno, na qual saiu vencedor Diogo Feijó. O novo governo foi marcado por crises sucessivas e uma resistência ao governo central por parte das províncias. Como temos visto, o contexto político do período regencial foi de uma busca pela maior autonomia das províncias, o que levou a conflitos. Marcello Basile aponta dois pontos principais para o desgaste da regência de Feijó: as revoltas provinciais a partir de 1835, como a Cabanagem e a Farroupilha e a desilusão com as reformas liberais. As transformações que aconteceram em decorrência das reformas descentralizadoras demonstravam a fraqueza do projeto liberal tal como concebido na época, qual seja, a autonomia provincial. Além disso, Feijó teve de enfrentar opositores liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este grupo era dominante na Câmara dos Deputados e se mostrava fortemente contrário ao regente. Considerava Feijó suspeito, o que ficou acentuado com seu

⁵⁶⁵ OLIVEIRA. *Mudanças institucionais e seus impactos na economia*. Op. Cit., p. 60.

⁵⁶⁶ DOLHNIKOFF. *José Bonifácio*. Op. Cit., p. 281-282.

⁵⁶⁷ BASILE. *O laboratório da nação*. Op. Cit., p. 60.

fracasso em abafar a Revolta Farroupilha, o que para os membros deste grupo demonstrava a simpatia do velho regente pelas determinações da revolta. Vasconcelos e os líderes do regresso pressionavam o regente a renunciar e, após isso, restabelecer uma administração centralizada, para restaurar o poder e a autoridade do governo nacional. Vasconcelos buscava atingir este último objetivo através de uma lei de Interpretação do Ato Adicional, que privasse as províncias de jurisdição sobre a justiça e a polícia, o que, segundo os integrantes do Regresso, estava produzindo levantes pela busca do poder local.⁵⁶⁸

Portanto, vemos que a ideia de federação na década de 1830 era percebida, tanto para federalistas quanto unitaristas, como uma defesa dos interesses provinciais. Daí a importância dos Legislativos provinciais, órgãos que representariam o centro político da vida provincial.⁵⁶⁹ Entretanto, o governo regencial não soube equilibrar as forças centrípetas e centrífugas, isto é, ações centralizadoras com dinâmicas autonomistas. Ao prover autonomia às províncias, o governo central se viu em dificuldades em atrair a si o favor das elites políticas provinciais. O Estado Nacional ainda estava em construção e sofrendo as dores do parto.

2.6 As redes de relação da elite política e econômica de São Paulo. O caso de João da Silva Machado

Como temos visto, o pensamento e a prática política dos liberais paulistas nas décadas de 1820 e 1830 estavam respaldados na lógica federalista que preconizava a ideia de autonomia provincial, mas ao mesmo tempo articulação em torno de um centro administrativo comum. A defesa destas ideias foi apoiada por grupos que vinham ganhando importância tanto política quanto econômica na virada do século XVIII para o século XIX. Era um grupo que desafiava a velha elite herdeira do período colonial. Esse novo grupo era formado por proprietários de engenhos de açúcar e criadores e negociantes de animais que, a partir de sua forte posição econômica, começaram a adentrar nos campos da política, através de posições nos Conselhos Provinciais, na Câmara dos Deputados e nas Câmaras Municipais. Além de tecerem redes políticas, esse grupo provincial acabou por constituir redes de negócios e de parentesco entre si. Portanto, para perceber a intrincada rede de ligações entre o grupo paulista que tenho estudado, atentarei para suas relações.

A noção de redes é um instrumento metodológico que pode auxiliar em muito no entendimento das relações de João da Silva Machado com seu grupo. A utilização analítica do

⁵⁶⁸ BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 100-ss.; BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 85-ss.

⁵⁶⁹ COSER. *O visconde do Uruguai*. Op. Cit., p. 124-125.

conceito de redes sociais se inicia a partir da década de 1950, com a crescente insatisfação de pesquisadores sociais com a insuficiência teórica para se interpretar a complexidade das relações sociais.⁵⁷⁰ Teve fundamentação com a Escola de Manchester, com a orientação de Max Gluckman. O objetivo principal deste conjunto teórico é perceber os vínculos entre os indivíduos (parentesco, consangüinidade, amizade, vizinhança), na medida em que estes seriam determinantes na posição social de uma pessoa na sociedade. A análise destas relações por vezes pode servir melhor que categorias sócio-profissionais para compreender também as instituições.⁵⁷¹

Frederick Barth comentou que as

Relações sociais formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constitui um ponto de encontro, um nó, de muitas relações. Assim, cada ator pode ser olhado como o centro de uma 'estrela de primeira ordem' (...) de relacionamentos. A complexidade de toda a rede dentro da qual um certo número de estrelas se emaranha é enorme; mas as imagens nos permite ao menos provisoriamente falar de sociedades como um todo nestes termos.⁵⁷²

A micro-história italiana utilizou-se em grande medida dos conceitos expostos acima, empreendendo uma microanálise das redes de relações sociais, aplicando-a a estudos biográficos e estudos de caso. Robert Rowland, pensando na micro-história, aponta que esta também entende o *individuo* como ponto por onde passam diversas relações.

Ao contrário de estudos baseados em grandes categorias sociais e agregações de pessoas (classes, categorias socioprofissionais, etc.), nas quais os indivíduos são intercambiáveis do ponto de vista analítico, uma abordagem micro-histórica considera o indivíduo como ponto tendencialmente único de intersecção de determinações múltiplas. Representa uma opção metodológica por uma escala de investigação que permita localizar o ator (ou os atores) no contexto das relações sociais consideradas significativas para a explicação ou compreensão do seu comportamento.⁵⁷³

Giovanni Levi também coaduna com o sentimento de insuficiência teórica para se compreender as relações sociais. Em seu livro *A herança imaterial*, o autor utiliza um método de variação de escala micro para perceber elementos que de outra forma não seria notados, procurando ir além de modelos formais simplificados, tipologias e dados quantitativos que,

⁵⁷⁰ MITCHELL. *Social networks in urban situations*. Analysis of personal relationships in central Africa towns. Manchester: Manchester University Press, 1969, p. 1.

⁵⁷¹ Este último talvez tenha sido o mais utilizado pelas ciências sociais, como um dos trabalhos fundadores deste tipo de estudo, BOTT, Elizabeth. *Famílias e redes sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁵⁷² BARTH, Fredrik. Scale and network in urban western society. IN: BARTH, Fredrik. *Scale and social organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1977, citado por LIMA, Henrique Espada. *Micro-história: escalas, indícios e singularidades*. Tese (doutorado em história), Campinas, Unicamp, 1999, p. 259.

⁵⁷³ ROWLAND, Robert. *População, família, sociedade*. Portugal, séculos XIX-XX. Deiras: Celta Editora, 1997.

segundo o autor, alastra-se pela historiografia. Deste modo, o autor analisa “a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança” que possuíam papel fundamental na “complexa estratégias das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico.” Por trás de cálculos econômicos, outros elementos se juntavam na busca pela segurança diante às incertezas do cotidiano, tais como, estruturas familiares, mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma rede de amizades, vínculos e proteções. Segundo Levi, tudo isto entrava no cálculo dos camponeses pobres do século XVII⁵⁷⁴.

Assim como Giovanni Levi, Zacarias Moutoukias percebe a família enquanto núcleo das relações sociais e é a partir dela que o autor analisa redes pessoais de poder. Ele estuda trajetórias de comerciantes locais de Buenos Aires no século XVIII e percebe a construção de cadeias informais de autoridade e de influência política. Construção essa que perpassava pela confecção de redes de relações pessoais que acabavam constituindo uma trama que atravessava as instituições e orientava o funcionamento destas. Isto se dava porque a elite construía uma rede de laços de parentesco ao mesmo tempo em que se utilizava de posições governativas⁵⁷⁵.

De posse desse instrumental teórico, passo a considerar as redes constituídas por João da Silva Machado, procurando perceber como a formação de uma rede era fundamental na vida econômica e na vida política.

2.6.1 As redes de João da Silva Machado

Um elogio a João da Silva Machado, publicado em 1875 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por ocasião de sua morte, aponta para a imbricação entre relações pessoais e sua atividade econômica:

Aos 86 anos de idade rendeu a 19 de março de 1875 a alma ao Criador o benemérito Barão de Antonina, nosso estimado consocio. João da Silva Machado (...) nasceu na província de S. Pedro d Rio Grande do Sul em 1782; seu berço foi humilde e pobre (...). Silva Machado começou, sendo ativo condutor de gado muar e cavalari, que ia vender na província de S. Paulo; tão laborioso, como econômico, e gozando de bem merecida confiança pela sua probidade, foi ajuntando cabedais, que serviram para dar maiores expansões à sua industria; já possuía alguma fortuna, quando contraiu no distrito, que se tornou província do Paraná, casamento feliz, pois que, além de trazer-lhe encanto doméstico, deu-lhe considerável riqueza.⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ LEVI. *A herança imaterial*. Op. Cit., p. 96.

⁵⁷⁵ MOUTOUKIAS. *Redes personales y autoridad colonial*. Op. Cit.

⁵⁷⁶ *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro editor, 1875, Tomo XXXVIII, parte segunda, p. 420-421.

A pertinência desta passagem está no fato de apontar para dois pontos-chaves na trajetória de Machado: em primeiro lugar, a “expansão de sua indústria”, o negócio de animais; em segundo, os relacionamentos pessoais, apontado aqui pelo casamento. Para a análise da trajetória de João da Silva Machado, estes dois elementos possuem um caráter de importância central, até por estarem de entrelaçados. Foram as redes de relações pessoais que o ajudaram a desenvolver e a enriquecer seu negócio.

Como vimos no primeiro capítulo, Machado nasceu em 1782, na freguesia de Taquari, no Rio Grande e se tornou um dos maiores negociantes de animais na primeira metade do século XIX. Já nas duas primeiras décadas do oitocentos havia acumulado grande conhecimento no mercado de animais⁵⁷⁷. O casamento com Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães, filha de Manuel Gonçalves Guimarães, que também enriquecera com a venda de animais, favoreceu tanto o sogro quanto o genro. Para Guimarães, que era negociante nos Campos Gerais e em Curitiba, era extremamente vantajoso contrair relações com um profundo conhecedor do extremo Sul e, para Machado, o casamento era uma maneira de expandir seu negócio e se inserir em uma região que desempenhava um papel importante no mercado de animais, por ser um entreposto da rota dos tropeiros. O casamento permitiu a Machado consolidar sua carreira de negociante, o inserindo em uma rede de elite local.

Manuel Gonçalves Guimarães, seu sogro, possuía propriedades na vila de Curitiba, além de conduzir várias tropas pelo Caminho do Viamão na primeira década do século XIX. Seus filhos também participaram do negócio do pai. Portanto, foi em uma rede de negociantes bem estabelecida que Machado adentrou com o casamento.

Anos mais tarde, em 1833, a rede de parentesco de Machado foi ampliada consideravelmente com o casamento de sua filha Balbina Alexandrina da Silva com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, filho de Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro.⁵⁷⁸ Além da relação familiar, Vergueiro filho também atuaria como sócio de Machado na compra de animais, herdando muito das suas propriedades e animais.⁵⁷⁹ Tenho notícia de um empréstimo que aquele efetuou de Rafael Tobias de Aguiar na soma de 4:000\$000, para o negócio de animais.⁵⁸⁰ Este ano de 1835 foi bastante dinâmico na vida de Machado: atuava em sociedade com David dos Santos Pacheco na compra de animais no Sul, fazia também parte da Assembleia Provincial, onde ainda atuava na Comissão de comércio, indústria e trabalhos

⁵⁷⁷ ALMEIDA. Achegas à biografia do Barão de Antonina. Op. Cit., p.8.

⁵⁷⁸ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 37.

⁵⁷⁹ Ver o primeiro capítulo, na parte 1.5.2 Sociedades, desta tese.

⁵⁸⁰ HÖRNER. A luta já não é mais a mesma. Op. Cit., p. 69.

públicos. Outra filha sua, Ana da Silva Machado, casou com Fidelis Nepomuceno Prates, grande negociante de café em São Paulo.⁵⁸¹

A rede comercial de João da Silva Machado também foi importante para a expansão de sua empresa, o que foi analisado com mais detalhes no primeiro capítulo.

A rede política de Machado teve importância vital na sua trajetória, já que o auxiliou a galgar os mais altos cargos políticos no oitocentos. A análise dessa carreira e sua rede evidencia posições-chaves na formação do nascente Estado Nacional. Deve-se deixar claro que, no desempenho de funções administrativas, havia uma relação muito próxima entre os políticos, mesmo que de “partidos” (ou ideários) opostos. A aproximação entre indivíduos com os mesmos interesses, por exemplo, dentro de um gabinete que se reunia vários meses seguidos, acabava por gerar uma relação que ia além do estritamente oficial, gerando amizades, muitas vezes movidas por interesses pessoais, como o apoio para a aprovação de um projeto, mas ainda assim, elas se configuravam relações próximas.

Como vimos, a primeira participação em cargo eletivo por Machado ocorreu quando foi designado eleitor para escolher os deputados às Cortes de Lisboa, isso lhe proporcionou um primeiro contato com outros indivíduos politicamente ativos na província de São Paulo.

E parece que essas relações foram sendo aprofundadas aos poucos, em outros momentos. O Conselho da Presidência da província de São Paulo, em 1826, apontou Machado para o melhoramento da Estrada da Mata, entre Curitiba e Santa Catarina, empreendimento que contou com auxílio do governo imperial. Entre os membros deste Conselho estava Tobias de Aguiar.

Seu passo mais importante na política talvez tenha sido a posição de Deputado Provincial de 1835 a 1843 pelo partido Liberal. Ali, formou alianças que seriam testadas na Revolta Liberal de Sorocaba de 1842. Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro foi colega de Machado na deputação provincial e geral, e também no Senado⁵⁸². Além de atuarem juntos nos mesmos cargos, possuíam alianças familiares, através do casamento da filha de Machado com um filho de Vergueiro.

Assim, visualizamos a rede política em que Machado estava centrado e que com certeza teve certa importância não só politicamente como para seus negócios, pois os indivíduos nesta rede possuíam contatos e eram eles mesmos que muitas vezes elaboravam leis e administravam a província. Para um negócio como o de animais, os contatos políticos

⁵⁸¹ BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 59.

⁵⁸² João da Silva Machado e Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro permaneceram no cargo desde a 1ª. legislatura (1835-1837) até a 4ª. legislatura. IN: www2.camara.gov.br, (acessado em 05/03/2014).

eram uma forma de ampliar a margem de ação de um negociante. Esta atividade dependia de estradas boas, de impostos baixos, de uma certa segurança, entre outros elementos, para que fosse lucrativo. Vimos acima a importância que a Assembleia Legislativa Provincial dava à estas questões. Os sujeitos da rede de Machado, alocados em cargos de poder, acabavam por colocar esses interesses na ordem do dia e colaboravam para facilitar o negócio de animais. Isto era ampliado quando as relações políticas se misturavam às relações parentais.

Essas relações parentais algumas vezes foram tão intrincadas que a historiografia não conseguiu visualizar ou compreender suas bifurcações. Realmente, a trama genealógica dos grandes potentados paulistas é algo interessante de se observar. Vejamos alguns exemplos.

Rafael Tobias de Aguiar atuava na política, no negócio de animais e na arrecadação de impostos na província de São Paulo. Em 1824 foi eleito para o Conselho do governo da província. Em 1831 foi nomeado presidente da província e em 1834 foi eleito deputado geral. Em 1840, foi nomeado novamente presidente da província, na ascensão liberal com o golpe da maioria. Além desta carreira política, participava ativamente do comércio de animais, criando e negociando seu próprio gado, e também controlava a arrecadação do Novo Imposto e da contribuição para Guarapuava até 1826.⁵⁸³

As duas irmãs de Rafael Tobias de Aguiar, Leonarda de Aguiar e Gertrudes de Aguiar, foram casadas com Bento Pais de Barros (Barão de Itu) e Antonio Pais de Barros (Barão de Piracicaba), dois cunhados de José da Costa Carvalho (marques de Monte Alegre). Nos almoços em família, Tobias Aguiar e Costa Carvalho poderiam ter se encontrado e discutido os rumos da política imperial. Costa Carvalho chegou a São Paulo em 1821, quando foi nomeado para o cargo de Juiz de Fora e, posteriormente, ouvidor-geral. Foi neste cargo que ele ajudou a deflagrar o levante conhecido como a “Bernarda” de 1821. Em 1827 fundou o primeiro jornal paulista, o “Farol Paulistano”.⁵⁸⁴ Em 1842, Costa Carvalho substituiu Aguiar na presidência da província de São Paulo, o que não foi facilmente digerido pelos liberais paulistas.⁵⁸⁵

José da Costa Carvalho também era concunhado de Francisco de Paula Souza e Mello, conselheiro do Estado de 1845-1851, por casamento de sua cunhada, Maria de Barros Leite. Em 1822, Carvalho casou com Genebra de Barros Leite, viúva do brigadeiro Luiz Antonio de

⁵⁸³ BADDINI. *Sorocaba no império*. Op. Cit., p. 80-81.

⁵⁸⁴ VIDIGAL, Geraldo de Camargo. *O marques de Monte Alegre: o alvorecer de um estadista*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

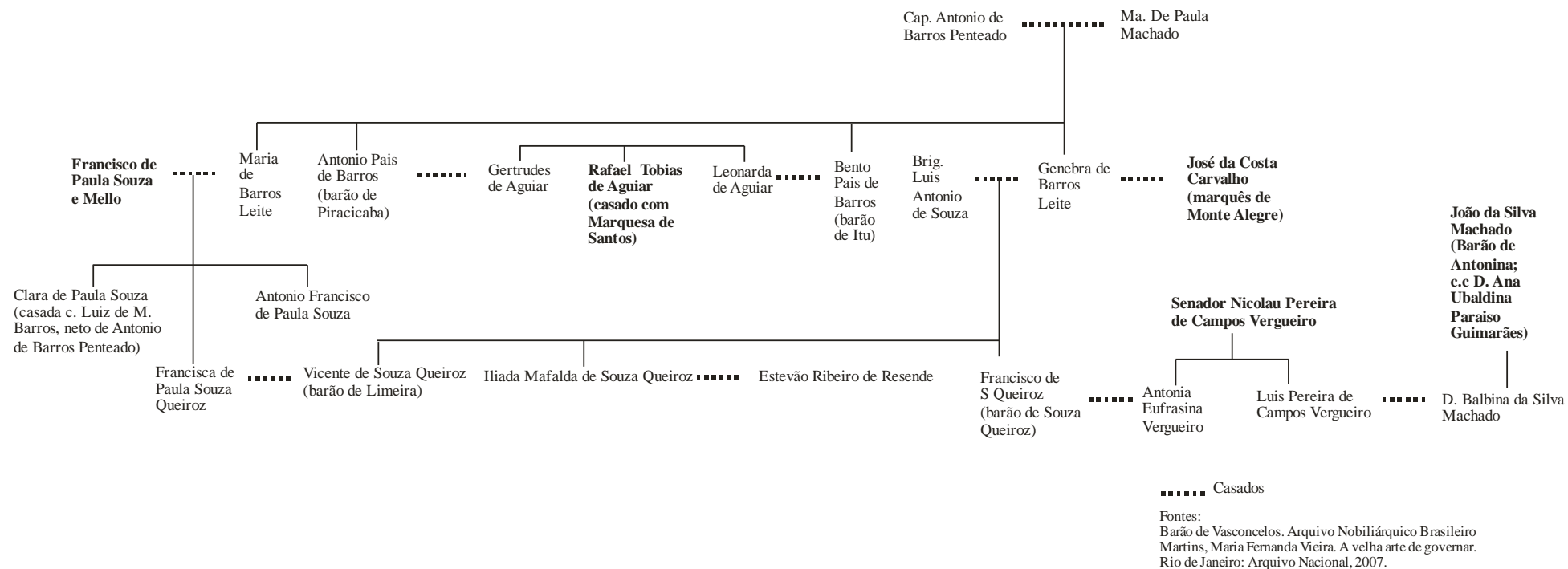
⁵⁸⁵ Sobre isso ver a *Proclamação de Rafael Tobias de Aguiar da Rebelião de Sorocaba*. IN: APESP. *Ofícios diversos*, 1841-1844, caixa 209, ordem 1004, 17 de maio de 1842.

Souza, um dos homens mais ricos da primeira metade do século XIX⁵⁸⁶. Com este, Genebra teve três filhos, dos quais um, Francisco de Souza Queiroz, era genro de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.⁵⁸⁷

⁵⁸⁶ Quanto a riqueza do brigadeiro Luis Antonio ver ARAUJO. *Os caminhos da riqueza...* Op. Cit.

⁵⁸⁷ Para mais atividades comerciais de Costa Carvalho e suas relações familiares, ver DAMACENO. *Os "facciosos" de São Paulo*. Op. Cit.

Diagrama 1. Trama Genealógica do grupo paulista



Este casamento, da filha de Vergueiro com Francisco de Souza Queiroz, ligou os Vergueiros ao clã Souza Queiróz, cujos patriarcas, eram, de um lado, Francisco de Paula Souza e Melo, e o brigadeiro Luis Antonio de Souza, de outro. Cabe dizer que a relação Vergueiro-Souza e Melo-Souza uniu troncos familiares economicamente poderosos no cultivo de açúcar no oeste paulista.⁵⁸⁸

A carreira de Paula Souza foi também de destaque. Grande proprietário de engenhos de açúcar em Itu, foi eleito para a deputação paulista mandada às Cortes de Lisboa; foi eleito deputado provincial em três legislaturas e para o Senado, além de Conselheiro Geral. Mais tarde, se tornou ministro e Conselheiro de Estado⁵⁸⁹, após ter participado ao lado dos rebeldes na Revolta Liberal de 1842.

Olhando para o diagrama 1, conjugado com a análise que tenho feito neste capítulo, percebemos que grande parte dos integrantes desta rede familiar estava atuando conjuntamente na política de São Paulo na década de 1830 (e de fato, desde 1821). Na legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de 1835 a 1837 estavam atuando Vergueiro, Paula Souza, Costa Carvalho, Antonio Paes de Barros e o próprio Silva Machado, além de Tobias Aguiar como o presidente da província pelo período de 1831 a 1835. Portanto, todo o grupo familiar estendido, que se depreende de laços matrimoniais entre seus membros, era um poderoso instrumento da elite paulista. Os seus interesses econômicos estavam bem representados nos órgãos administrativos, com um quase monopólio por parte deste grupo na política provincial.

Através da rede de relações parentais percebe-se que os principais personagens do grupo paulista estavam interligados. Para além do parentesco, que se constituía o núcleo daquela sociedade, as associações englobavam relações comerciais e políticas. Podemos então concordar com o que Maria de Fátima Gouvêa diz acerca da consolidação de uma rede:

Indivíduos aliados que comungam valores compartilhados entre si, potencializando-se assim a capacidade de ação política de um todo social em um escopo mais amplo. As redes que iam se formando e vinculando esses grupos, (...) baseavam-se na identificação de interesses e experiências comuns, bem como na utilização de um sistema de apoio mútuo que tal mobilização relacional possibilitava e potencializava.⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ DAMACENO. *Os "facciosos" de São Paulo*. Op. Cit.

⁵⁸⁹ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa*. Op. Cit., Ligeiros traços biográficos dos homens eminentes da primeira legislatura, p. 154.

⁵⁹⁰ GOUVÊA. *Redes de Poder na América Portuguesa*. Op. Cit., p. 166.

De qualquer maneira, o que se pode apontar com certeza é que maioria dos indivíduos relacionados nesta rede era de grandes proprietários rurais, que cultivavam cana-de-açúcar ou criavam/negociavam gado⁵⁹¹. Apoiando-se em sua formação econômica, estes indivíduos chegavam ao poder político, como deputados provinciais e gerais, presidentes de províncias, regentes e senadores. Os relacionamentos pessoais sendo ativados através de redes permitiam aos indivíduos do grupo paulista ter uma influência que alcançava os pontos mais distantes da província de São Paulo, e inclusive em outras províncias. A ativação da rede podia originar-se de uma necessidade econômica, como no caso de sociedades ou empréstimos, e também em situações de apoio político. Algumas vezes também podiam ocorrer disputas e conflitos dentro de redes de relacionamentos familiares. Isto será aprofundado no próximo capítulo, que trata da Revolução Liberal de Sorocaba.

Portanto, temos o quadro dos principais ramos familiares; a elite política e econômica da primeira metade pode ser toda visualizada como em uma fotografia familiar. As complexas relações familiares, realçadas por relações políticas e econômicas apontam para uma reconsideração do que alguns contemporâneos indicavam: para o Visconde do Uruguai, por exemplo, a forma das disputas políticas nas regiões “civilizadas” era diferentes daquelas ocorridas nos “sertões”. Nas regiões civilizadas, os partidos políticos disputavam o poder em razão dos seus princípios distintos, havendo um debate público, uma atenção ao poder e seus representantes. Por outro lado, no sertão os partidos eram organizados em torno de famílias, que se preocupavam apenas com seus interesses pessoais e procuravam oprimir seus adversários. Nestas últimas regiões, havia a formação de verdadeiras “cabalas”, no sentido de uma “conspiração de pessoas para o mesmo intento”. Portanto, Uruguai diferenciava partidos organizados em torno de princípios políticos daqueles montados ao redor de famílias e influências locais.⁵⁹²

Mas, o que podemos concluir desta seção, é que mesmo nas regiões ditas “civilizadas”, como era a capital da província de São Paulo, a formação de “cabalas” existia. O esquema era muito mais ardiloso, não tão visível, como podemos perceber pelas redes em torno de Machado e companhia, mas mesmo assim, existia e servia para tentar fazer pressão nos órgãos administrativos provinciais, segundo os interesses de

⁵⁹¹ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit.; ARAUJO. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos...* Op. Cit.

⁵⁹² COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., p. 177-202.

uma pequena parcela da elite provincial. Mas, mesmo entre família, desentendimentos podiam ocorrer. A cisão que rompeu relações entre estes indivíduos na Revolta Liberal é algo que estudaremos no próximo capítulo, já que ela nos ajuda a compreender a própria cisão dentro do grupo dos liberais, mas primeiro devemos retornar ao final da década de 1830 para perceber a conformação da oposição às leis centralizadoras.

2.7 As “leis opressoras”. A interpretação do Ato Adicional, o Código do Processo, o Conselho de Estado

Antes de avançarmos para o próximo capítulo precisamos atentar para o que estava acontecendo nos anos finais da década de 1830. Em setembro de 1837, Feijó renuncia e o pernambucano Araújo Lima assume a regência como interino. Logo, nomeou um novo gabinete, desta vez composto por conservadores, entre os quais Vasconcelos (antes um liberal, agora o principal articulador da reação regressista), titular da pasta do Império e da Justiça. No ano seguinte, Araújo Lima consolidou sua posição e assumiu a Regência. No processo de constituir um governo conservador, Araújo Lima nomeou Miguel Calmon du Pin e Almeida, um senhor de engenho da Bahia que, como Vasconcelos, havia estudado em Coimbra; Rego Barros e Maciel Monteiro, vinculados a oligarquia de Pernambuco; José Costa Carvalho, antigo regente; e Joaquim Jose Rodrigues Torres, graduado em Coimbra e vinculado aos plantadores de café fluminense. Como podemos perceber tratou-se de uma aliança de magistrados e plantadores de café e açúcar.⁵⁹³

Esta administração levou ao Regresso, em 1840, quando se consolidou a Lei de Interpretação do Ato Adicional. Foi o fim do processo de autonomização provincial e decretava a maioria do imperador. As ideias regressistas alcançaram a província de São Paulo através do apoio de José da Costa Carvalho. O objetivo do Regresso era restaurar a autoridade do Estado, o fortalecimento do Executivo e o controle das agitações e revoltas liberais provinciais. Portanto, conjuntamente a lei de interpretação do Ato Adicional, os deputados gerais revisaram o Código do Processo Criminal, considerados responsáveis pelo caos política e social. Para integrantes do Regresso,

⁵⁹³ BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de America Latina*, v. 6. America Latina Independiente, 1820-1870. Barcelona: Cambridge University Press, 1991, p. 347.

nomeadamente Vasconcelos, as leis liberais em seu intuito descentralizador, ameaçavam a estabilidade do governo e a integridade do Império.⁵⁹⁴

Em meio ao fortalecimento das províncias através das leis, porém sem um alinhamento com os interesses do governo central, ocorreu uma série de revoltas. Desde as legislaturas de 1834-1837 e 1838-1841 procurou-se reformar estas leis que geraram tantos desentendimentos entre as elites locais. Antes de qualquer coisa, deve-se atentar para o contexto político que antecedeu a reforma legislativa. A partir de 1838, tomava posse a quarta legislatura na Câmara dos Deputados, com maioria *Regressista*. Foi essa legislatura que se aprovou a Lei de Interpretação (1840), a Reforma do Código do Processo (1841) e a volta do Conselho de Estado (1841); leis estas que já estavam sendo geridas desde pelo menos 1836, em vista das complicações e revoltas ocasionadas pela grande autonomia dada às províncias.

Em 1838, portanto, ocorreu a ascensão do Regresso (não entendido como partido, mas como corrente política agregadora). Seus adeptos compreendiam que devia ocorrer um fortalecimento do Estado a partir do governo central, acabando com a exagerada autonomia provincial da década de 1830. O novo governo regencial foi assumido por Araújo Lima, tendo Vasconcelos e Rodrigues Torres à frente do gabinete dos ministros, juntamente com Paulino Soares de Souza e Euzébio de Queiróz. Essa nova composição, que daria origem ao futuro Partido Conservador⁵⁹⁵, estava ligada aos grandes produtores de açúcar da província do Rio de Janeiro e do Nordeste, que pretendiam restabelecer a ordem político-institucional vigente antes das reformas (Ato Adicional, Código do Processo). Não eram contra as reformas liberais, mas pensavam que o país não estava preparado para elas, sendo necessário corrigi-las.⁵⁹⁶

Logo após a aprovação do Ato Adicional (em 1831) já se havia proposto um projeto de interpretação de seus pontos obscuros. Por exemplo, havia uma controvérsia entre competências do Parlamento e das Assembleias Provinciais sobre assuntos como divisão de rendas (como vimos acima) e nomeação de funcionários públicos. Por conseguinte, em 10 de julho de 1837, a Comissão das Assembleias Legislativas da Câmara, formada por três regressistas – Paulino Soares de Souza, Miguel Calmon e Carneiro Leão – apresentou um projeto de interpretação do Ato Adicional. Este projeto restringia a possibilidade de ampliação do poder provincial, possuindo forte cunho

⁵⁹⁴ MARTINS. *A velha arte de governar*. Op. Cit., p. 75-76.

⁵⁹⁵ NEEDLE, Jeffrey D. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831–1871*. California: USA, 2006, cap. 2.

⁵⁹⁶ BASILE. *O laboratório da nação*. Op. Cit., p. 91-92.

centralizador. As Assembleias provinciais não poderiam mais legislar sobre assuntos de polícia judiciária (isto é, a que atua sobre pessoas), somente sobre a polícia administrativa (a que atua sobre bens e direitos, de caráter fiscalizador). Vetava-se às Assembleias modificar a natureza e atribuições de empregos públicos provinciais e municipais estabelecidos por leis gerais.⁵⁹⁷

Já para o grupo defensor do Estado unitário, o Código do Processo dava um poder desmedido ao juiz de paz, ao juiz municipal, ao júri de acusação e ao promotor, que formavam um “castelo inexpugnável” para a ação do poder central. E este castelo era disputado pelas elites locais através de conflitos armados, que ao assumir esses cargos passavam a controlar uma grande fatia do poder provincial. Portanto, as mudanças ensejadas no campo jurídico pelos conservadores foram efetivamente postas em prática com a Reforma do Código do Processo em 3 de dezembro de 1841.⁵⁹⁸

A Reforma do Código do Processo trouxe uma hierarquia de cargos e funções rigorosa, procurando centralizar toda a estrutura judiciária e policial do império. No alto da hierarquia estava o ministro da justiça, que representava o imperador e nomeava os chefes de polícia, os comandantes da Guarda Nacional e boa parte dos magistrados, como juízes municipais e de órfãos. Abaixo dos chefes de polícia estavam os delegados e subdelegados, nomeados nas províncias pelos presidentes. Os presidentes e os vice-presidentes passaram a ser nomeados pelo ministro do império. Somente os juízes de paz ficaram independentes do poder central, mas suas atribuições foram esvaziadas.⁵⁹⁹

Em vista do andamento destes projetos de reforma, os liberais procuraram frear sua aplicação; a solução seria a *Maioridade*. Devemos compreender o processo que culminou neste golpe. Em 1837, o projeto de Interpretação do Ato Adicional foi posto em discussão, sendo arrastado ao longo de vários meses sem uma decisão final; em 1839, um projeto de Reforma do Código do Processo foi apresentado. Erik Hörner compreende a “coincidência” da culminação destes dois projetos na mesma época como uma estratégia política, já que a reforma do Código estava prevista desde 1833.⁶⁰⁰

O golpe da Maioridade foi pensado pelos *Progressistas* (em torno dos quais se originaria o Partido Liberal). A base social dos progressistas era de profissionais liberais e de grandes proprietários rurais, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Rio

⁵⁹⁷ COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., cap. 5; BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 87.

⁵⁹⁸ COSER. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit., cap. 6.

⁵⁹⁹ BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 89-90.

⁶⁰⁰ HÖRNER. *Em defesa da Constituição*....Op. Cit., p. 87.

Grande do Sul.⁶⁰¹ O grupo era formado por moderados, como Vergueiro, por alguns exaltados, como Ottoni, e até por alguns caramurus, como Antonio Carlos de Andrada. Defendiam a autonomia provincial, a prevalência do Legislativo sobre o Executivo e a ausência ou restrição do Poder Moderador.

A Regência encabeçada pelos Regressistas, que vinha pensando em reformas contrárias aos ideais liberais, também empreendeu reformas polêmicas, como a restrição da liberdade de imprensa e a retomada do ritual do beija-mão. Para a oposição, estes encaminhamentos demarcavam um retrocesso ao período do governo de D. Pedro I. Apesar de atuar com mão pesada, com repressão violenta às rebeliões provinciais, a nova regência também não deu conta de acalmar os conflitos e inclusive teve de lidar com duas novas revoltas, a Sabinada e a Balaiada. Acabou recebendo as mesmas críticas que haviam sido dirigidas à administração anterior.⁶⁰²

Para articular o golpe, os progressistas fundaram o Clube da Maioridade, em 15 de abril de 1840, para servir aos seus intentos. Após uma série de articulações, de debates no Senado e com a ajuda da Guarda Nacional, os partidários liberais conseguiram dar o golpe que antecedia a maioria de D. Pedro em 23 de julho, pondo fim na Regência e dando início ao Segundo Reinado.⁶⁰³

Segundo Miriam Dolhnikoff, “a autonomia dos governos provinciais, conferida pelo Ato Adicional e mantida durante todo o império, atendia às demandas das elites provinciais e, desta forma, conquistava sua adesão.” Para esta autora, o debate parlamentar dividido em liberais defensores da descentralização e os conservadores da centralização é impreciso.⁶⁰⁴ Porém, Marcello Basile critica esta visão, afirmando que se assim fosse, porque os liberais lutaram contra a centralização durante todo o Segundo Reinado, chegando até a pegar em armas? Concordo com este autor no sentido de que Dolhnikoff minimiza os diversos mecanismos centralizadores que limitavam os poderes das províncias introduzidos pelas revisões conservadoras, como a interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código do Processo Criminal e da Guarda Nacional. Mas não

⁶⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a ordem imperial/ teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumara, 1996, Cap. 8.

⁶⁰² BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 93-94.

⁶⁰³ Idem, p. 96-97; HORNER. *Em defesa da constituição*. Op. Cit., cap. II.

⁶⁰⁴ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 154, e todo o cap. 2.

foram somente estes elementos limitadores da autonomia provincial ensejado a partir de 1837, como vimos ao longo desta sessão. Havia também

a perda, por parte das Assembleias provinciais, da competência de legislar sobre a polícia judiciária (o que retirava do âmbito provincial a importante função de condução dos inquéritos policiais e de investigação dos crimes); a proibição de legislar sobre empregos provinciais instituídos por leis gerais (o que incidia, principalmente, sobre os estratégicos cargos do Judiciário); a determinação que fossem apreciadas pela Câmara dos Deputados as leis aprovadas pelas Assembleias consideradas inconstitucionais pelos presidentes de província; o esvaziamento das atribuições dos juizes de paz em favor das autoridades nomeadas pelo governo central; as restrições ao exercício do júri; a extinção dos prefeitos criados nas comarcas municipais após o Ato Adicional; e a substituição do critério eletivo para nomeação dos oficiais da Guarda Nacional pelo ministro da Justiça.⁶⁰⁵

Basile ainda cita mais elementos centralizadores que causaram insatisfações nos grupos provinciais:

as figuras dos presidentes e vice-presidentes; elementos muitas vezes de fora da província, os primeiros atuavam freqüentemente como verdadeiros interventores do governo central na política provincial, como atestam os constantes atritos com as elites locais, até ensejando revoltas; os últimos passariam a ser, a partir de 1841, de nomeação exclusiva do imperador, e não mais escolhidos pelo governo central a partir de lista indicativa elaborada pela Assembleia de cada província.⁶⁰⁶

Portanto, para Basile, a divisão constitucional entre centro e províncias que ocorreu a partir de 1837, a relativa autonomia provincial e a participação das elites provinciais na política nacional não são suficientes para caracterizar uma suposta vitória do projeto federalista no império. Mas os liberais continuariam lutando; agora, em outros campos para além do político.

As décadas de 1820 e 1830 marcam, portanto, o período em que o edifício legal e político do Império foi montado. Como vimos, foi nesse contexto que surgiram os principais mecanismos legais do Estado Nacional, como a Constituição de 1824, a lei dos juizes de paz, o Código Criminal e outros. Concomitantemente, “os homens que pensaram o Estado Imperial no primeiro decênio do Segundo Reinado também apareceram na cena pública nesse momento e nele tiveram suas primeiras experiências políticas”⁶⁰⁷. Em São Paulo alguns destes homens começam a se destacar na política

⁶⁰⁵ BASILE. O laboratório da nação. Op. Cit., p. 114.

⁶⁰⁶ Idem, nota 92, p. 115.

⁶⁰⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1 – 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011, p. 141.

provincial e nacional. Nomes como Vergueiro, Feijó, Paula Souza, Tobias de Aguiar e Silva Machado passaram a figurar nas listas dos cargos eletivos mais importantes que estavam sendo criados ou que já se configuravam nestas décadas como espaços privilegiados de poder. Estes indivíduos tornaram-se poderosos potentados políticos que saíram ainda mais fortalecidos através da ação enquanto um grupo. Devido às especificidades da formação socioeconômica da província de São Paulo, acabou por surgir uma relação diferenciada com a propriedade que culminou no surgimento de uma nova elite econômica, que passava também a ter poder político na província e fora dela. Uma elite que possuía divergências internas, mas que através da adesão à Corte no Rio de Janeiro, mediada pelos interesses econômicos, acabou por se unir.

Logicamente não se trata do único grupo com prestígio político na província de São Paulo no período estudado, havendo elites *ascendentes* e *declinantes*⁶⁰⁸, mas este grupo se configurava enquanto elite econômica e política que estava à frente dos principais postos governativos provinciais. Como vimos, os personagens neste grupo estavam mais conectados do que somente por relações políticas.

Através da análise de redes de relações, conseguimos visualizar a forte ligação que existia entre os membros da elite paulista que estavam acessando cargos de poder local e nacional. Este capítulo enfocou o período definidor da formação Nacional, 1821-1841, que definiu um alto grau de autonomia às províncias. Isso possibilitou indivíduos como João da Silva Machado colocar na esfera pública seus interesses privados. Não que isso não acontecesse nos séculos anteriores, mas neste momento, a legitimação dos negócios pessoais das elites locais era bem maior, no sentido de haver uma negociação entre poder central e poderes locais para se conseguir atingir o objetivo de unidade nacional.

A desejada autonomia, explícita através de elementos político-administrativos que afetavam a economia provincial, gerou um grupo específico na província de São Paulo: indivíduos cujas atividades econômicas lhes permitiram adentrar na política e exercer grande influência. Portanto, o poder político regional e nacional de certos indivíduos que atuavam a partir de São Paulo, como Silva Machado, Tobias de Aguiar, Vergueiro e Paula Souza, pôde ser melhor entendido quando analisamos seus antecedentes econômicos. A trajetória de João da Silva Machado nos mostrou o

⁶⁰⁸ Termo empregado por GONÇALVES, Andréa Lisly. Lideranças e mobilizações na formação do Estado Nacional. IN: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs). *De um império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp, 2007, p. 184.

funcionamento das estruturas políticas em formação e as estratégias de ação que o grupo em que estava envolvido se utilizava com o objetivo de fazer valer seus interesses pessoais e suas formas de pensar. Nesta nova estrutura política provincial que estava sendo gerida, estava sendo alocada esta elite, que possuía profunda relação dos membros entre si. Isto lhe serviu como uma força de atração em torno de um projeto: a autonomia provincial.

João da Silva Machado neste período (1821-41) estabeleceu novos relacionamentos, ampliando sua rede, ao mesmo tempo em que ia ocupando cargos de maior impacto administrativo que redundavam em maior prestígio político. Foi com esse prestígio adquirido que ele desempenharia papel de destaque na Revolta Liberal que ocorreu em São Paulo em 1842, do que trataremos a seguir.

Capítulo 3. João da Silva Machado e a Revolta Liberal de 1842

Nos capítulos anteriores estivemos acompanhando João da Silva Machado desde suas primeiras viagens conduzindo tropas do Rio Grande por volta de 1800. Vimos que ele havia conduzido milhares de animais das fronteiras meridionais do Brasil em dezenas de viagens e que enriqueceu com esta atividade. Também teve uma considerável vida pública na província de São Paulo, atuando como membro do Conselho Geral da província (1830-1833), como deputado provincial (1835-1837, 1838-1840 e 1841-1843) e até como vice-presidente da província (1837-1838). Paralelamente a estas atividades políticas e econômicas, Machado desempenhava funções nas milícias, e neste campo militar também obteve prestígio chegando a altas posições dentro da hierarquia da Guarda Nacional. Ao longo dos anos Machado foi ocupando várias colocações nos corpos de Ordenanças e, quando foi criada a Guarda Nacional em 1831, logo começou a fazer parte de seu quadro. Em 1836, ele foi nomeado Comandante Chefe de Legião de Guardas Nacionais, o que foi um marco importante em sua carreira dentro dessas forças. Na década de 1840, período para o qual voltamos nossa atenção neste capítulo, ele já tinha 60 anos.

Em 1841 Machado foi nomeado para o comando superior da Guarda Nacional. No ano de 1842, em que estava ocupando posto de alta patente na Guarda Nacional e atuando como deputado provincial, ele se debateu com um problema espinhoso para a política provincial: a Revolta Liberal de Sorocaba. Como veremos, se tratou de um movimento de contestação armado contra o que se chamou de as “leis opressoras” que estavam procurando centralizar a administração do Império.

Em um período de revoltas de cunho liberal nas províncias do Sul, a nomeação de um liberal como Machado para o comando superior da Guarda Nacional, em 1841, demonstra a confiança que os conservadores depositavam nele. É importante notar que, a partir da Reforma do Código do Processo, era o ministro da Justiça quem nomeava os comandantes da Guarda Nacional. O ministro da Justiça no ano de 1841 era Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai. Uruguai foi o grande responsável pelas leis centralizadoras do início do Segundo Reinado, às quais os liberais se opuseram. Portanto, se Uruguai nomeou Machado para o alto comando da Guarda Nacional no Sul, era porque ele era visto como um forte apoiador do governo central e alguém que podia refrear possíveis movimentos de oposição ao regime. Para adicionarmos complicações na biografia de Machado, temos que ele havia nascido no Rio Grande e possuía muitos

contatos e propriedades ali, lembrando que esta região estava em conflito por volta de 1842.

Neste ano, a Revolta Liberal que ocorreu em São Paulo aconteceu devido à insatisfação local com as leis consideradas “opressoras”, por demais centralizadoras. Eram principalmente a lei de interpretação do Ato Adicional, a Lei de Criação do Conselho de Estado e a Lei de Reforma do Código do Processo Criminal, que foram consideradas pelos paulistas como limitadoras da autonomia provincial. A Assembleia Provincial de São Paulo, insatisfeita, enviou uma representação ao Imperador no final de janeiro de 1842 pedindo a revogação destas leis, mas não foi atendida. A partir daí, os ânimos ficaram mais acirrados e a movimentação começou de ambos os lados, das tropas governistas e das articulações provinciais, culminando na aclamação de Rafael Tobias de Aguiar em 17 de maio e dando início à Revolução Liberal em Sorocaba.

Assim, a análise da trajetória de Machado neste capítulo nos leva a uma questão central: como era ser um liberal em meio à revoltas liberais? E, além disso, como, um indivíduo que possuía ligações políticas, econômicas e até familiares com liberais revoltosos, pôde ficar ao lado das forças do governo e ajudar a suprimir essas revoltas?

3.1 A provação em tempos de guerra. Machado e a guerra de farrapos.

O período compreendido entre 1836 a 1841 foi um tempo de teste na trajetória de Machado. Nestes anos, as províncias do Sul estavam passando por um período de convulsão. A Revolta Farroupilha, que começara em 1835 parecia longe de ser vencida; pelo contrário, estava se expandindo e alcançando a província de Santa Catarina por volta do final deste período. O conhecimento que Machado tinha da região e das pessoas do Sul constituiu uma grande vantagem estratégica, no intuito de arrebanhar apoiadores na repressão aos rebeldes.

A Revolução Farroupilha começou logo no ano seguinte da aprovação do Ato Adicional. Para os líderes rebeldes, esta lei não supriu sua aspiração por maior autonomia provincial. Então, com reivindicações liberais e federalistas, se rebelaram em 20 de setembro de 1835. Primeiramente, contra a nomeação de um presidente de província pelo governo no Rio de Janeiro e, mais tarde, com objetivos separatistas, em reação ao governo central. O manifesto de Bento Gonçalves, em 25 de setembro de 1835, aponta as intenções da revolta:

Conheça o Brasil que o dia vinte de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto, e não nos propusemos a outro fim que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso sustentando o trono constitucional do nosso jovem monarca e a integridade do Império.⁶⁰⁹

Muito mais que uma rebelião entre elites pela tomada do poder provincial e contra o presidente de província eleito, os farroupilhas possuíam demandas econômico-tributárias, representadas principalmente por um protecionismo para seus produtos, na medida em que, como criadores de animais na fronteira, encaravam dificuldades no escoamento da produção e na negociação com charqueadores e comerciantes dos centros urbanos do litoral.⁶¹⁰ Pela manifestação de Bento Gonçalves percebemos que o objetivo inicial não era a separação, mas sim exercer uma pressão sobre o governo central, ao retirar o presidente de província nomeado.

A crítica ao Ato Adicional, principalmente no quesito de não trazer real autonomia, recaiu sobre a questão tributária. Embora houvesse autonomia fiscal para as províncias, que podiam criar impostos, as principais taxações que incidiam sobre a produção e comercialização do charque e do couro para o mercado interno - a atividade mais importante do Rio Grande - eram cobradas e recolhidas pela Coroa. Os proprietários rio-grandenses requeriam ainda que fossem cobrados encargos maiores sobre o charque uruguaio que entrasse no mercado brasileiro, visando o protecionismo de seu produto; por outro lado, para os produtores de charque, a entrada de gado uruguaio sem muitos impostos era vantajosa, pois este era matéria prima.⁶¹¹

Como vimos no primeiro capítulo, São Paulo possuía uma relação econômica muito próxima com o Rio Grande. Pode-se pensar que sem o gado sulino a maior feira de animais do Centro-Sul, a feira de Sorocaba, talvez não tivesse existido e boa parte do progresso econômico provincial teria sido freado. O açúcar produzido no oeste paulista não teria como ser escoado até o litoral para exportação e, numa economia retroalimentada, o negócio de animais não traria os dividendos necessários para a implantação da atividade cafeeira no oeste (que também era conduzida no lombo de mulas para o litoral).

⁶⁰⁹ Manifesto de Bento Gonçalves de 25 de setembro de 1835. Citado por DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 207.

⁶¹⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Liberto, gaúcho, peões livres e a Guerra dos farrapos. IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções*. Op. Cit, p. 233.

⁶¹¹ DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit., p. 212.

Portanto, os paulistas, muito deles profundamente ligados à economia rio-grandense, procuravam ficar atentos ao que ocorria no extremo Sul do Brasil. E alguns até achavam legítimas as demandas dos farrapos. Por saber dessas relações entre paulistas e rio-grandenses, que iam além dos negócios, o governo central temia que São Paulo pudesse se unir aos rebeldes farrapos. Alguns líderes políticos paulistas possuíam ligações muito fortes com os rio-grandenses. João da Silva Machado era um deles. Lembremos que ele possuía ao menos um irmão residindo na província do Rio Grande de São Pedro, Francisco de Paula e Silva, que foi capitão mor em Cruz Alta⁶¹² e havia sido designado para uma comissão responsável por descobrir vestígios de estradas do tempo dos jesuítas no oeste rio-grandense em 1831.⁶¹³

Na década de 1830, Machado possuía diversas propriedades no Rio Grande. Em Cruz Alta, especificamente, ele figurava entre os três maiores criadores e proprietários. No final desta década, em 1837, ele vendeu diversas propriedades no centro e no noroeste daquela província.⁶¹⁴ Estas vendas ocorreram no contexto de guerra e apontam para a dificuldade que os criadores rio-grandenses tinham em vender seus animais para outras províncias, uma vez que o governo central proibiu tal comércio em função da revolta farroupilha.

Mas Cruz Alta, apesar de estar no caminho das tropas farroupilhas em seu avanço para Santa Catarina, se consolidou como um oásis de apoio ao governo central, tendo a maior parte de sua elite favorável ao governo imperial. Quando a revolução atingiu a vila, em 1837, essa elite se deslocou para outras regiões.⁶¹⁵ O governo central utilizou da estratégia de reconhecer posses de alguns milicianos e conceder terra a outros para conseguir cooptar membros da elite rio-grandense para seu lado. Isso ocorreu com Machado e com seu irmão Francisco. Eles conseguiram “ratificações de posse” de propriedades obtidas na década de 1830 na região de Cruz Alta, sancionadas pelo Barão de Caxias, então presidente da província do Rio Grande, após o fim da Farroupilha, em 1844.⁶¹⁶

Além disso, a atividade de Machado como negociante de animais, o levava a fazer constantes viagens ao Rio Grande, o que ampliava seu conhecimento dos lugares e

⁶¹² PEREIRA, Claudio Nunes (Org.). *Genealogia Tropeira*, v. 1, 2006.

⁶¹³ OLIVEIRA, Odilon Gomes. *Santo Augusto*, 1815 até 1940. Evangraf: Porto Alegre, 2000, p 23.

⁶¹⁴ Segundo os Registros paroquiais de terra da freguesia de Cruz Alta. APERS. Registro paroquial de terra da freguesia de Cruz Alta, Ver capítulo 1.

⁶¹⁵ ARAUJO. *Escravidão, fronteira e liberdade*. Op. Cit., p. 126.

⁶¹⁶ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao Sul do império: a lei de terras e a consolidação política da coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (doutorado em história), UFF, Niterói, 2010, p. 28-29.

das pessoas que ali viviam. Foi exatamente essa experiência que o favoreceu para, em 1836, ser designado Comandante Chefe de Legião de Guardas Nacionais⁶¹⁷. Este cargo, cujo ocupante devia possuir a titulação de coronel era, antes da reforma do Código do Processo em 1841, o mais alto dentro da hierarquia de comando da Guarda Nacional, sendo preenchido por meio de nomeação do governo provincial de São Paulo. A legião comandada era a maior unidade do comando da Guarda Nacional, formada pelos municípios que possuíam número de milicianos qualificados para o serviço acima de mil homens. Juntamente com o coronel completavam o conjunto da força em uma região um major e um quartel-mestre.⁶¹⁸

Quando Machado foi nomeado Chefe de Legião de Guardas Nacionais, em 1836, ele estava em São Paulo ocupando o cargo de deputado na Assembleia Legislativa Provincial. No ofício em que escreveu respondendo à nomeação, demonstrou conhecimento da situação no Sul da província, mesmo distante de lá, apontando que em “Curitiba se tem organizado corpos de guerra destinados a defesa do Sul” e pediu uma gratificação para todos aqueles que se voluntariassem para as primeiras filas dos corpos daquelas regiões.⁶¹⁹

O objetivo dessa nomeação era que Machado organizasse corpos militares para evitar que os Farrroupilhas adentrassem a província paulista. O temor das autoridades provinciais de São Paulo aumentou quando, em 1838, os farrapos anexam Lages à sua recém fundada República Juliana. No ano seguinte, em março, foi proclamada a adesão da população de Lages aos farrroupilhas.⁶²⁰

Lages era estratégica para os farrapos porque representava um primeiro passo na conquista de Santa Catarina e se constituía um porto para escoamento da produção do norte do Rio Grande,⁶²¹ além de ser a muito tempo um importante entreposto do comércio de gado Sulino. Para Machado e para a elite paulista relacionada ao negócio de tropas, Lages era uma região essencial para esta atividade, por ser local de muitas propriedades onde os animais descansavam. Machado, como vimos, possuía terras ali.⁶²²

⁶¹⁷ APESP, *Ofícios diversos*. São Paulo, Caixa 78, Ordem 873, 11/08/1836.

⁶¹⁸ SALDANHA, Flavio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais, 1831-1850*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 78.

⁶¹⁹ APESP. *Ofícios diversos*. São Paulo, caixa 78, Ordem 873, 11/08/1836.

⁶²⁰ COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambigüidades: outros aspectos da República Juliana. Laguna/SC – 1836-1845*. Dissertação (mestrado em história), UFSC, Florianópolis, 2006.

⁶²¹ Idem, p. 46.

⁶²² Ver capítulo 1.

Quando recebeu a indicação de seguir para o Sul da província, em 1838, Silva Machado estava com a atenção dividida, com um olho nos problemas do Rio Grande e outro nas questões referentes aos índios. Isso fica claro no discurso do presidente da província de São Paulo Bernardo José Pinto Gavião Peixoto por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa, em 7 de janeiro de 1838. Nele, o presidente comentava as dificuldades que Machado estava tendo na organização de Companhias de Permanentes destinadas ao envio de “selvagens” para trabalharem em Palmas e na Estrada da Mata. O presidente designou, então, que Machado deveria deixar para depois a preocupação com estas Companhias e se focar na formação de um Corpo da Guarda Nacional em Curitiba, para auxiliar na luta contra os revoltosos do Rio Grande.⁶²³ É importante atentar para o fato de que Machado, neste ano de 1838, era vice-presidente de província (cargo que ocupava desde 1837), ao lado do presidente Gavião Peixoto, portanto, sua posição favorável não era a de mero espectador neste contexto, e sua opinião deve ter sido levada em consideração com relação a essa mudança de foco.

A notícia da invasão de Lages foi motivo de preocupação na Assembleia Legislativa de São Paulo em janeiro de 1839, quando o presidente da província, Venâncio José Lisboa, apresentou seu relatório aos deputados paulistas tratando da tranquilidade pública. Neste relatório, o presidente anunciou os cuidados que estavam sendo tomados com a defesa das fronteiras da província desde o início da invasão, no ano anterior. Uma primeira manobra havia consistido em enviar um batalhão com 50 milicianos à vila de Rio Negro, na fronteira da comarca de Curitiba. Com relação a esta ação, o presidente argumentou que fez isso não por duvidar “dos sentimentos que animam os curitibanos”, mas por compreender que a Guarda Nacional naquela região estava desestruturada e caso os rebeldes farrapos avançassem as consequências seriam “desagradáveis”.⁶²⁴

Em Curitiba, a situação era mais ambígua. Mesmo que se negasse em documentos oficiais, o temor de que os curitibanos se juntassem aos rebeldes do Sul estava presente nas mentes dos líderes políticos da província. No relatório de 1840, o presidente da província, Machado Nunes, apontou as desconfianças que se tinha para com os habitantes da 5ª. comarca e procurou enfatizar que não havia motivo para tal:

⁶²³ Discurso de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da sessão ordinária em 7 de janeiro de 1838. IN: SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*, Op. Cit., p. 60.

⁶²⁴ Relatório sobre negócios públicos da província do presidente Venancio José Lisboa, 1839. IN: SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*, Op. Cit., p. 395.

Em todo o resto da província a tranquilidade tem sido inalterável; e as suspeitas, que a inconsideração de uns, e a credulidade de outros, queira lançar sobre os pacíficos e fiéis habitantes da serra acima da 5ª. comarca (isto é, Curitiba), têm completamente desaparecido, porque os bravos Curitibanos pelo ardor, com que correram à defesa das nossas fronteiras, e por mil outros exemplos de uma lealdade a toda prova, tem desmentido, como se fosse acintemente, tudo quanto se procurava insinuar em desabono dos briosos sentimentos, que sempre os animaram.⁶²⁵

Mesmo os curitibanos provando sua sinceridade ao Imperador, ao lutar em favor do governo central nas fronteiras provinciais, este medo persistiria, até porque, a ideia de separação era uma velha aspiração entre os habitantes daquela região.⁶²⁶

Agindo com cautela com relação aos curitibanos, logo após a tomada de Lages pelos rebeldes, foi destacada uma série de forças para ajudar na defesa da fronteira Sul da província paulista: um total de 1527 homens, dentre eles 200 soldados da Guarda Nacional de Curitiba comandados por Machado.⁶²⁷

Após serem expulsos de Lages os rebeldes retomam o poder na vila em 31 de dezembro de 1840. Em 1841 Machado foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional. Neste cargo ele continuou a auxiliar na luta contra os farrapos do Rio Grande em um acampamento militar na vila de Rio Negro. Em janeiro de 1841, Machado descreveu a situação local, comentando que

na vila de Lages não havia absolutamente gente que pudesse reforçar corpo algum que daqui (Rio Negro) saísse para aquele destino (...); tanto assim que no dia 31 do [mês] passado, em que os rebeldes entraram naquela vila, e onde presentemente se conservam um número de duzentas [pessoas aptas ao serviço militar] apenas havia ali, segundo agora me consta, uns nove homens empregados na polícia do lugar, os quais não tendo tempo para escapar-se ao choque da invasão rebelde, ficaram a maior parte deles prisioneiros.⁶²⁸

Machado, então com 60 anos, se deslocou para a fronteira da província paulista para ajudar a conter o avanço dos farrroupilhas. A idade avançada de Machado foi uma justificativa para que ele não quisesse continuar neste cargo em 1840⁶²⁹; em junho de 1841 ele mais uma vez disse que não podia continuar à frente da Guarda Nacional “por

⁶²⁵ SÃO PAULO. *Relatório do Presidente da província*, Machado Nunes, 7/01/1840, p. 4. IN: <http://brazil.crl.edu/> (acessado em 13/08/2013).

⁶²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, Tomo II, vol. 2, p.532.

⁶²⁷ CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos editores, 1995, p. 157.

⁶²⁸ APESP. *Ofícios diversos*. Vila do príncipe, caixa 390, ordem 1185, 23/01/1841.

⁶²⁹ APESP. *Ofícios diversos*. São Paulo, caixa 85, ordem 880, 10/03/1840.

ter de usar remédios para moléstias crônicas e por ter 60 anos de idade”.⁶³⁰ Os Ofícios nos contam que ele foi exonerado em 1841, pelo presidente da província.⁶³¹

Neste meio tempo, o governo provincial procurava elaborar estratégias para manter Curitiba fiel ao governo central. Neste sentido, Machado escreveu ao recém-nomeado presidente da província, Monte Alegre, em dezembro de 1841, confirmando seu apoio às escolhas imperiais e discorrendo sobre a conjuntura de separação que permeava a província do Rio Grande:

Aquí no meu retiro andava cheio de cuidados pela sorte da província de S. Paulo que de minha livre vontade adotei por pátria, assim como V. E., que jamais deixará de a favorecer com sua valiosa proteção. Agora estou tranquilo por saber que V.E se dignou a presidi-la. É mais um título para o reconhecimento dos paulistas que não estiverem fascinados.

V.E. que presidiu os destinos do Brasil, vir agora velar sobre a sorte desta província é o mais que podia fazer a seu benefício em um tempo em que o espectro do mal tem soprado venenoso hálito, dividindo sem maior motivo, seus habitantes! Queira a Providência que V.E. consiga derramar um bálsamo vivificador em todo este país, o qual tendo sido protótipo de paz assim continue para escorar o trono brasileiro, sem o qual não ficará pedra sobre pedra, seguindo a sorte de nossos irmãos da América (...)

(...) Tenho envelhecido às braças; estou correndo na última quadra da vida e à rédea solta; de nada sirvo, para nada valho, porém para o amar e respeitar encontrará um velho sempre fiel, que com a mais alta consideração e estima tem a ufanía de assinar-se.⁶³²

Portanto, já no final de 1841, Machado deixou claro de que lado ele estava e confirmou que ajudaria a província a manter-se ao lado do Imperador. Mesmo dizendo-se cansado e pedindo para ser retirado do cargo, em março de 1842, ele foi nomeado Comandante Superior Interino das Legiões da Guarda Nacional ao Sul da província, com a função específica da “defesa da fronteira no caso inesperado de uma invasão que tentassem os rebeldes do Rio Grande do Sul”.⁶³³

O receio dos paulistas não se efetivou, e os rebeldes farroupilhas não conseguiram invadir a província de São Paulo. Mesmo assim, os problemas econômicos da guerra não tardariam a aparecer, especialmente a diminuição da arrecadação do imposto sobre a passagem dos animais pelo registro do Rio Negro. Como apontei no primeiro capítulo desta tese, este imposto estava incluído nas taxas advindas das

⁶³⁰ Idem, caixa 86, ordem 881, 18/06/1841.

⁶³¹ Idem, caixa 86, ordem 881, 23/07/1841.

⁶³² Ofício ao barão de Monte Alegre, dezembro de 1841. Citado por CARNEIRO, Davi, *História da emancipação do Paraná*. Curitiba: Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas, 1954, p. 50-51.

⁶³³ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 23/03/1842,.

diversas barreiras espalhadas pela província, que constituíam a segunda maior receita da província de São Paulo. Sobre esses impostos Tessitore comenta que:

A diminuição em sua arrecadação (...), devido ao corte das comunicações com o Sul pelo Governo Imperial, no início da década de 1840, no combate à Revolução Farroupilha, abalou tão seriamente as rendas provinciais (...), que se chegou a pensar em substituí-lo por outro imposto (...) ao menos para diminuir o impacto da perda de parcela significativa da receita dos direitos do Rio Negro.⁶³⁴

A arrecadação dos impostos do Rio Negro caiu de 330:438\$480 no ano financeiro de 1841-1842 para 52:796\$314 em 1842-1843.⁶³⁵ Portanto, a função de Machado em Rio Negro era, além de cuidar da defesa, tornar segura a passagem de animais pelo registro que ele mesmo havia ajudado a estabelecer no final da década de 1820.⁶³⁶

Cabe ainda dizer que Machado, ao mesmo tempo em que estava atuando como oficial da Guarda Nacional, não descuidava de seus negócios particulares. No ano de 1840, quando se ocupava da defesa da fronteira, ele organizou a maior tropa de animais que passou em um único dia pelo registro do Rio Negro, em toda a primeira metade do século XIX.⁶³⁷ A situação conflituosa do Rio Grande acabava por gerar problemas para os negociantes de animais, como por exemplo, a dificuldade em se comprar animais nas regiões em guerra. Entretanto, prevendo uma alta nos preços devido à oferta baixa de animais, Machado se aproveitou de seus contatos rio-grandenses e fez conduzir um grande número de animais até Sorocaba. A guerra acabou sendo uma boa oportunidade para Machado, e ele a aproveitou.

Machado, portanto, pela sua ajuda na defesa contra os farroupilhas, ganhou experiência na formação de corpos para combate e, talvez mais importante, adquiriu proeminência como um líder que se colocava contra as ideias exasperadas de uma parcela dos liberais. Machado tinha sido provado nos campos de batalha.

Na dimensão política, o alvorecer da década de 1840 foi um momento definidor das tendências que podemos acomodar como correntes partidárias no período monárquico, apesar de não podermos neste momento identificá-las como partidos

⁶³⁴ TESSITORE. *As fontes da riqueza pública*. Op. Cit., p. 144. Citado por BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 58.

⁶³⁵ Idem, p. 144

⁶³⁶ Ver capítulo 1, seção 1.4. “Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal”, desta tese.

⁶³⁷ Ver seção 1.5.3 Mulas em movimento.

políticos com um programa definido. Havia “alguns políticos [que] pareciam mais afinados com políticos destinados a proteger direitos individuais, acelerar a autonomia provincial e reduzir as prerrogativas do império, mas nenhum partido defendia com firmeza essas medidas.”⁶³⁸ Este início da década de 1840 assinalou o fortalecimento de oposições na Assembleia Geral em torno das reformas centralizadoras: a Lei de Interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código do Processo e o restabelecimento do Conselho de Estado.

Nas décadas de 1830 e 1840 o termo partido, por um lado, possuía um caráter pejorativo, sendo associado às facções, considerado inimigo da pátria; mas, por outro lado, sinalizava o agrupamento em torno de um ou mais líderes, formando um grupo ligado por interesses e motivações específicas e delimitado por lealdades ou afinidades. Esses grupos acabavam sendo identificados por rótulos e nomeações, algumas vezes pejorativas, outras não.⁶³⁹

Existem muitos debates de correntes historiográficas diversas sobre a formação dos partidos no Brasil Imperial que procuram entender as linhas de agrupamentos partidários a partir da década de 1840.⁶⁴⁰

No entanto, minha análise vai na linha do que Erik Hörner concluiu quando analisou o contexto da Revolta de 1842:

a bipolarização partidária tida como característica da política imperial nem sempre se mostra viável contrastando com a complexidade do jogo político, do embate de grupos com interesses mais diversos do que poderia ser simplesmente contido em rótulos como *Liberais* e *Conservadores*.⁶⁴¹

Este autor não encontrou para o caso paulista um Partido Conservador e outro Liberal. O próprio Feijó, em seu jornal paulistano, em 1834, criticava a ideia de partido, dizendo que os Restauradores formavam uma facção. Os *moderados*, grupo no qual Feijó se inclui, não seria um partido, mas sim um grupo representante dos votos e da opinião nacional. Ser *moderado* era uma forma de atuação, sem excessos, sem tumulto e com prudência, buscando o bem comum.

⁶³⁸ GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 238.

⁶³⁹ MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 32-33.

⁶⁴⁰ Um ótimo texto de revisão das principais linhas de pesquisa em relação aos partidos políticos de meados do século XIX é: GENOVEZ, Patrícia Falco. Visões da liturgia: o imperador e os partidos políticos. IN: *Revista de História Regional*, ano 5, n.2, p. 57-82, inv. 2000.

⁶⁴¹ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 40.

Portanto, não havia a noção de partidos com “programas” estabelecidos, e sim, uma confluência de indivíduos com uma ideologia semelhante, algumas vezes nascida da necessidade de aliança que extravasava o campo político. Assim, muito mais do que um “partido” havia uma rede ideológica que unia homens como Feijó, Vergueiro, Paula Souza e Machado. Deve-se deixar claro que essa rede ideológica servia muito mais como uma justificção contra grupos opositores do que como princípios teóricos ou programas partidários.⁶⁴² Essa atuação como um grupo pode ser observada através do posicionamento frente às discussões e votações diversas na Assembleia provincial, como por exemplo, a questão do Banco Provincial, que será objeto da seção a seguir, onde visualizaremos a articulação em grupos opostos dentro da Assembleia.

Portanto, os velhos liberais que estavam lutando por autonomia provincial através da ideia de federalismo (que foi se transformando ao longo dos anos), desde a década de 1820, estavam reunidos na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo no período de 1838 a 1842: Tobias de Aguiar, Martim Francisco, Antonio Carlos, Paula Souza, Vergueiro, Feijó, Souza Queiroz, e Silva Machado. Ali, ficava mais clara a divisão em dois grupos distintos (inclusive entre os liberais) que se agrupavam, posteriormente, no Partido Liberal e no Partido Conservador.

3.2 A “methafísica econômico-social” do grupo de Machado. A concepção do Banco Provincial

A primeira referência que encontrei sobre um Banco Provincial aparece em uma carta de Rafael Tobias de Aguiar, em fevereiro de 1832, destinada ao então membro da regência José da Costa Carvalho, comunicando o andamento de uma proposta no Conselho Geral da província.⁶⁴³ Em setembro do mesmo ano, mais uma vez Tobias de Aguiar voltava a se referir ao banco, pedindo a opinião de Costa Carvalho dizendo que, se a proposta não fosse levada a cabo, ele mesmo cuidaria de criar uma sociedade bancária.⁶⁴⁴ Entretanto, nada neste sentido ocorreu.

Em 1838 ainda não havia sido estabelecido um sistema bancário na província de São Paulo, o que levou os membros da Assembleia Legislativa a discutirem formas de

⁶⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo. IN: *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, O Brasil Monárquico, v. 4, p.511-512.

⁶⁴³ Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 322. Citado por: HORNER. *A guerra entre pares*. Op. Cit. p. 71.

⁶⁴⁴ Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 336. Apud: HORNER. *A guerra entre pares*. Op. Cit., p. 71.

concessão de crédito. No Relatório de 1838, o Presidente da província, Gavião Peixoto, apresentou o balanço financeiro de São Paulo e sugeriu que, em vista do montante retido, fosse criado um Banco Provincial para aplicá-lo, o que geraria vantagens para a agricultura e para o comércio,⁶⁴⁵ na medida em que haveria maiores concessões de crédito para as atividades econômicas provinciais.

A ideia de um banco na província não era apoiada por todos os paulistas, se firmando muito mais como um projeto do grupo ligado a Tobias de Aguiar, Vergueiro, Paula e Souza e Machado. Foi inclusive Vergueiro que apresentou o projeto na Assembleia em 1838.⁶⁴⁶

A concepção por trás da fundação de um Banco Provincial aponta para duas evidências: o enriquecimento de São Paulo e a ambição por autonomia político-econômica dos paulistas. Mais importante, o exame da proposta do banco, apresentada pela primeira vez à Assembleia Legislativa em 1838, e de quem estava apoiando esta ideia, nos ajuda a compreender a complicada formação partidária paulista a partir de 1838 e como ela afetou os rumos da província em 1842.

Na sociedade Sulina as redes de crédito pessoais eram essenciais para o funcionamento do mercado interno, baseado em atividades como a compra de animais. Estas redes de crédito também financiavam a produção agrícola, açucareira e cafeeira. Demonstrei no primeiro capítulo como as redes de relações familiares auxiliavam no negócio de animais facilitando a disponibilização de crédito.⁶⁴⁷ Na sociedade tropeira as redes de créditos eram permeadas por redes de relações pessoais.⁶⁴⁸ Três indivíduos foram expressivos na atividade creditícia ao longo da primeira metade do século XIX: Rafael Tobias de Aguiar, Antonio da Silva Prado e João da Silva Machado. Em um mercado onde o meio circulante era muito escasso, o acesso ao crédito era disseminado por toda a hierarquia social⁶⁴⁹ e estes indivíduos se tornaram grandes prestamistas.

Antonio da Silva Prado concedia empréstimos principalmente para indivíduos ligados ao negócio de animais. Também desde a década de 1820 possuía relações com instituições bancárias, quando procurou realizar um grande empréstimo junto à Caixa de

⁶⁴⁵ Relatório do presidente Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, 7 de janeiro de 1838, p. 12-13. IN: <http://brazil.crl.edu>, (acessado em 14/08/2013).

⁶⁴⁶ HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit. p. 71.

⁶⁴⁷ Ver seção 1.4 Senhor do caminho. A ampliação da Estrada da Mata e a expansão da rede pessoal.

⁶⁴⁸ BORGES. *Das justiças e dos litígios*. Op. Cit., p. 199; GIL. *Coisas do caminho*. Op. Cit., cap. 10. Ver também o estudo de LEVI. *A herança imaterial*. Op. Cit.

⁶⁴⁹ SAEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas Asas de Dédalos: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. São Paulo: Humanitas, 2010, p. 171.

Descontos do Banco do Brasil com o objetivo de obter o monopólio sobre o negócio de animais nos Campos Gerais.⁶⁵⁰

Rafael Tobias de Aguiar atuava de maneira semelhante à Prado, no sentido de comprar animais e conceder empréstimos para compras de tropas. A título de exemplo, há notícia em seu inventário de um soma vultosa em empréstimos de 3:056\$000, destinados à compra de animais em 1839.⁶⁵¹ Na rede de crédito de Tobias de Aguiar estavam Paula Souza, Feijó e Luiz Pereira de Campos Vergueiro, este filho de Vergueiro e genro de Silva Machado.⁶⁵² Somando-se o dinheiro destinado a empréstimos, descritos em seu inventário, chega-se ao montante de 408:019\$741, compostos por empréstimos pessoais, dívidas por hipotecas, letras e obrigações. Desta maneira, Erik Hörner argumenta que “diante da ausência de instituições bancárias na província nesta época Rafael Tobias de Aguiar, entre outros, acabava por suprir a necessidade de empréstimos.”⁶⁵³

Fechando o grupo de credores aparecia João da Silva Machado que atuava principalmente como fiador no registro do Rio Negro, garantindo pagamentos de impostos em Sorocaba. Machado, por ocasião de sua morte em 1875, possuía um montante de 23:778\$000 em dívidas a receber, além de 180:000\$000 em apólices de dívida pública.⁶⁵⁴ Isto o caracteriza como grande “capitalista”, isto é, que vivia de renda de um capital, seja em empréstimos ou em investimentos.

O “Almanak administrativo mercantil e industrial paulistano” do ano de 1857 apontou os principais capitalistas e proprietários residentes na capital da província, dentre os quais estão Barão de Antonina, Barão de Iguape (Antonio da Silva Prado), Vergueiro e Tobias de Aguiar.⁶⁵⁵

Desta maneira, na legislatura de 1840-41, novamente foi apresentada à Assembleia uma proposta de uma instituição financeira que ocasionou muitos debates com expressiva participação dos membros do grupo interessado na criação do Banco Provincial. Neste período ocupavam os cargos de deputados, dentre outros, Silva Machado, Tobias de Aguiar, Paula Souza e Vergueiro (na ordem de votação). Aliás,

⁶⁵⁰ PETRONE. *O barão de Iguape*. Op. Cit., p. 45.

⁶⁵¹ ALEIXO IRMÃO. *Rafael Tobias de Aguiar*. Op. Cit., p. 496.

⁶⁵² Idem, p. 495.

⁶⁵³ HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit., p. 70.

⁶⁵⁴ Inventário post-mortem. Citado por: BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p. 84. Segundo este autor, o inventário estava no 2º ofício de órfãos, ausentes e da provedoria de São Paulo. Uma busca no Arquivo Público do Estado de São Paulo se mostrou infrutífera.

⁶⁵⁵ MARQUES E IRMAO. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província de São Paulo para o ano de 1857*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856, p. 132-134.

nesta legislatura podemos perceber mais claramente a divisão que existia entre os grupos na Assembleia e, deste modo, na política paulista como um todo. O grupo de Machado, Tobias de Aguiar, Vergueiro e Paula Souza formava o que foi chamado na época da “minoría”, com um voto a menos do que a “maioría”, esta composta por, entre outros, Joaquim José Pacheco e Fernando Pacheco Jordão. Mas a “minoría” possuía poderosos apoiadores dentro da Assembleia, como Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Martim Francisco de Andrade e Francisco Antonio de Souza Queiróz.⁶⁵⁶

Dentro da Assembleia era comum dividir-se entre maioria e minoría, adquirindo inclusive um significado de “partido”, mas, isso não significava que existisse somente dois grupos opositores⁶⁵⁷; ao contrário, os grupos se constituíam em razão de debates acerca de ideias ou projetos específicos, apresentados e defendidos por um ou outro grupo. Muitas vezes, como a leitura dos Anais da Assembleia nos permite deduzir, as deliberações eram apoiadas por ambos os grupos ou pela maioria de um dos “partidos”. A proposta do banco emergiu, portanto, dentro da Assembleia como posicionamento político-econômico do grupo da minoría, que possuía interesses e anseios específicos. Assim, ao analisar esta proposta estamos compreendendo um pouco mais a forma de atuação destes indivíduos.

Como escrevi algumas linhas atrás, uma proposta de criação de um banco na cidade de São Paulo foi apresentada no início da legislatura, em 20 de janeiro de 1840, por Vergueiro. Demonstrando a divergência de interesses na Assembleia, o representante do grupo da “maioría”, José Pacheco, apresentou na mesma reunião a proposta da criação de uma Caixa Econômica, que acabou não sendo discutida mais naquele ano.⁶⁵⁸ A diferença entre uma e outra proposta era que, referente ao Banco Provincial, pretendia-se colocar os recursos públicos à disposição do setor privado, buscando assim o financiamento dos empreendimentos da parte da elite paulista ligada a “minoría”. Uma Caixa Econômica, ao contrário, buscaria recursos da iniciativa privada para financiar o Estado.⁶⁵⁹

⁶⁵⁶ Segundo Hörner, o jornal “A Phenix (no. 193, 4 de janeiro de 1840) divide o grupo da Assembleia como a “maioría” e a “minoría”, o que é confirmado pelo posicionamento dos deputados através dos Anais da Assembleia Legislativa. HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit., p. 73, nota 140.

⁶⁵⁷ HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit., p. 72

⁶⁵⁸ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., 10ª. Sessão ordinária, 20 de janeiro de 1840.

⁶⁵⁹ SAEZ. *Nas Asas de Dédalo*. Op. Cit., p. 176.

Exercendo seu prestígio e articulação política, Tobias de Aguiar solicitou, na mesma reunião em que havia sido proposto o banco, a constituição de uma Comissão para analisar a proposta. A solicitação foi aceita e a comissão foi formada por Carneiro de Campos, Paula Souza, Pimenta Bueno, Pacheco e Vergueiro.⁶⁶⁰ Após ter entrado em discussão, o projeto foi aprovado em 28 de fevereiro, e seu texto foi enviado ao presidente da província Manuel Machado Nunes, que o rejeitou. Tendo em vista a rejeição, a proposta voltou à Assembleia, ocasionando uma divisão interna, com apoiadores e opositores⁶⁶¹ de ambos os lados, com Pacheco e Carneiro de Campos de um lado e Vergueiro e Pimenta Bueno de outro, estes últimos criticando a recusa do presidente.⁶⁶²

A forma do projeto previa a criação do banco com o capital excedente da coleta de impostos. Os impostos sobre passagens de animais geravam uma grande parte da arrecadação provincial; vale a pena lembrar que somente o registro de Rio Negro gerava a segunda maior receita da província de São Paulo.⁶⁶³ Portanto, na concepção de Tobias de Aguiar e seus apoiadores, este seria um banco de crédito, que redistribuiria os impostos, sendo administrado por particulares nomeados pela Assembleia Provincial. Os primeiros cinco indivíduos seriam escolhidos dentre os “mais abastados capitalistas” da praça de São Paulo, que por sua vez escolheriam os próximos cinco e, por fim, os dez chamariam os últimos cinco⁶⁶⁴, apontando para a edificação de uma poderosa rede de indivíduos relacionados à atividade de crédito, que, a partir do banco, seria institucionalizada. Deste modo, seria criada uma instituição bancária híbrida, com o dinheiro público provincial sendo administrado por particulares. Como observou Hörner o escopo provincial do banco estava vinculado ao fato de seu quadro de administradores dever residir necessariamente na capital e os beneficiários deverem ser moradores da província.⁶⁶⁵

⁶⁶⁰ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., 10ª. Sessão ordinária, 20 de janeiro de 1840.

⁶⁶¹ Deve-se esclarecer que os trâmites dos projetos de lei provincial que, quando aprovados pela Assembleia precisaria ser sancionados pelo presidente da província. Em caso de negativa do presidente, o projeto poderia ser reapresentado com alterações e correções e rediscutido na Assembleia para posterior encaminhamento para o presidente.

⁶⁶² SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*. Op. Cit, 56ª. Sessão ordinária, 14 de março de 1840.

⁶⁶³ BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 58.

⁶⁶⁴ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa provincial de São Paulo*. Op. Cit, 20ª. Sessão ordinária, 14 de março de 1840.

⁶⁶⁵ HORNER. *A guerra entre pares*. Op. Cit., p. 75.

Os apoiadores do projeto, ao criticarem a rejeição do presidente da província, argumentaram que o banco incentivaria os investimentos paulistas, que o saldo positivo dos impostos seria empregado para benefício de todos e, que a experiência dos grandes capitalistas seria uma barreira contra o risco de especulações; ainda assim, não conseguiram convencer a maioria necessária para derrubar o veto do presidente.

Um ataque feito pelo jornal “A Phenix” ao projeto e aos seus idealizadores elucidava os interesses envolvidos na questão:

o alcunhado banco é uma cousa que só pode perceber a **methafísica econômico-social do Sr. Paula e Souza**. O alcunhado banco nada mais é finalmente do que uma invenção para com um nome pomposo e popular poder-se repartir os 300 contos de saldos da caixa provincial pelas mãos de alguns felizes indivíduos.⁶⁶⁶

Portanto, o que estava sendo apontado era que, além da ideia do banco ter sido de um grupo específico, os seus opositores acusavam a busca pelo privilégio de poucos, daqueles que estivessem ligados a certa concepção política-econômica, ou “metafísica econômico-social”, como cunhou de maneira irônica o redator d’A Phenix. Apesar da ironia esse termo denota a forma como o grupo que estava envolvido no projeto do banco pensava a condução dos negócios públicos e privados e como isso era visto por indivíduos antagônicos.

Deste modo, a proposta esmaeceu voltando à discussão somente em 1842, e após deliberações na Assembleia Legislativa, o projeto foi encaminhado ao presidente da província, José da Costa Carvalho, que o aprovou em fevereiro.⁶⁶⁷ Cabe aqui lembrar que, mesmo Costa Carvalho não sendo paulista de origem e sim baiano, ele possuía profundas relações familiares com a elite paulista, como pudermos ver no capítulo 2 desta tese. Também, como aponta Hörner, trocava profícua correspondência com Tobias de Aguiar sobre o assunto do banco desde 1832.⁶⁶⁸

De acordo com a lei provincial de aprovação

A administração do Banco é confiada à uma assembleia bancal composta de 15 deputados, escolhidos entre os maiores capitalistas e proprietários, não onerados de dividas, residentes nesta cidade: e à uma diretoria composta de 3 diretores escolhidos entre os deputados bancais (Art. 8º).

Pela primeira vez o presidente da província, *sob proposta da câmara municipal da capital*, nomeará para deputados bancais os cinco maiores capitalistas, ou proprietários com as qualidades acima. Estes se reunirão e lhe

⁶⁶⁶ A Phenix – 7 de março de 1840, apud: HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit. p. 76. Grifos meus.

⁶⁶⁷ HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit. p. 77.

⁶⁶⁸ Idem, p. 71.

proporão outros cinco os quais se reunirão aos primeiros e com ele proporão outros cinco os quais aprovados completarão a assembleia bancal (Art. 9º).⁶⁶⁹

Neste sentido, em sessão de 21 de março de 1842, desempenhando sua designação, os vereadores da Câmara de São Paulo propuseram uma lista de “deputados bancais”, que deveria ser composta pelos cinco maiores capitalistas ou proprietários da província, formando uma Assembleia específica para tratar do assunto. Foram escolhidos Tobias de Aguiar, José Manoel França, Silva Machado, Joaquim José dos Santos Silva e Antonio da Silva Prado.⁶⁷⁰

Por esse período, em 29 de janeiro, a Assembleia Provincial de São Paulo havia enviado uma representação ao imperador pedindo a revogação das Leis de criação do Conselho de Estado, da Reforma do Código do Processo Criminal e da dissolução do Gabinete.⁶⁷¹ Em reação a isso, em 14 de fevereiro, foram enviados a Santos dois Vasos de Guerra.⁶⁷² Como veremos à frente, a posse de Costa Carvalho do cargo de presidente de província em janeiro deste ano e a dissolução da Câmara de maioria liberal, que assumiria em 1º de maio tornaram os ânimos alterados na província, com indícios de convulsões. Portanto, esse projeto liberal de um Banco Provincial teria que esperar um momento mais auspicioso para sair do papel.

De qualquer forma, os debates em torno do Banco Provincial demonstram que a elite em torno de Tobias de Aguiar, Vergueiro, Paula Souza e Machado procurava aumentar a capacidade de crédito para seus empreendimentos particulares. Apontam também para a formação, ou consolidação, de “partidos” opostos, com ideias políticas e com interesses econômicos divergentes, consolidando um interesse econômico-social específico. A imprensa da época definiu os dois “partidos” existentes na Assembleia no início da década de 1840 em razão das posições de seus redatores: Os redatores de “A Phenix”, delineavam o grupo da “maioria” como o “Partido da Ordem”, estando entre eles antigos desafetos e antigos aliados; o “Observador Paulistano” rotulava a “minorias” de “Partido Paulista”.⁶⁷³ Analisando os discursos destes jornais, Erik Hörner percebeu

⁶⁶⁹ SÃO PAULO. Lei provincial n.8 de 9 de fevereiro de 1842, barão de Monte Alegre. IN: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1842/lei%20n.8,%20de%2009.02.1842.pdf> (acessado em 21/01/2014, grifo meu).

⁶⁷⁰ SÃO PAULO. *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, 21/03/1842. São Paulo: Departamento da cultura, Prefeitura de São Paulo, 1938.

⁶⁷¹ Como veremos na seção abaixo: “A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em 1842.

⁶⁷² HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit., p. 188.

⁶⁷³ Este termo também aparece em correspondências de Machado para designar o partido da minoria: Carta ao Presidente da província, Curitiba, 31 de agosto de 1842. Citado por. CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 52-53.

um ataque constante de “A Phenix” a Vergueiro, Paula Souza e Tobias de Aguiar, o que, para ele demonstra como estes indivíduos formavam o núcleo de um grupo político específico.⁶⁷⁴

Portanto, a discussão do projeto do Banco Provincial, “uma instituição focada na concessão de crédito a paulistas a partir de dinheiro público pode indicar tanto os interesses que este grupo possuía da administração provincial quanto qual parcela dos cidadãos eles representavam.”⁶⁷⁵ Esta era a “methafísica econômico-social” do grupo de Machado.

A Assembleia Bancal, eleita pelos vereadores de São Paulo, tendo membros nomeados entre os maiores capitalistas, deixou o banco sob o controle do “Partido Paulista”. Esses “maiores capitalistas”, Tobias de Aguiar, Silva Machado, José Manoel França, Joaquim José dos Santos Silva e Silva Prado, e seus “partidários” estariam entre os principais beneficiários dos empréstimos do banco. Esses indivíduos eram, juntamente com Paula Souza e Vergueiro, entre outros, no alvorecer da década de 1840, grandes “capitalistas” que, enriquecidos com o negócio de animais, com a agricultura de açúcar e café, haviam se tornado o “partido da fortuna colossá”, como eram chamados pela imprensa que à época lhes fazia oposição.⁶⁷⁶ Sua força e prestígio político, conjuntamente com seu poder econômico os fazia defensores formidáveis da autonomia provincial. Uma autonomia que, caso se constituísse de fato, fomentaria o acúmulo ainda maior de poder político e econômico, levando este grupo a posição de destaque em nível nacional.

3.3 A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em 1842

Em 1842 João da Silva Machado foi eleito para um dos principais *locus* do poder provincial, a Assembleia Legislativa. Isso demonstra que ele e outros de seu grupo - Tobias de Aguiar, Paula Souza, Vergueiro e Feijó - mesmo com a existência de outros liberais divergentes dentro da Assembleia, possuíam grande prestígio e tinham peso político nas decisões. O Quadro 8 mostra os deputados provinciais eleitos para a legislatura de 1842 a 1843 e aponta a força dos liberais na província. Indica também a proeminência do grupo de Silva Machado. O mais votado deste grupo foi Tobias de

⁶⁷⁴ HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit. p. 79-80.

⁶⁷⁵ Idem, p. 80.

⁶⁷⁶ Termo cunhado pelo jornal opositor “A Phenix”, 19 de janeiro de 1840, citado por: HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit p. 81.

Aguiar, seguido, na ordem, de Silva Machado, Paula e Souza e Vergueiro. Cabe dizer que alguns deputados provinciais também ocupavam simultaneamente a função de deputado geral: os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco, Souza Queiroz, Rodrigues dos Santos, Silva Carrão, Floriano de Toledo, Dias de Toledo e Amaral Gurgel, todos com algum grau de envolvimento na Revolta de 1842. Isto evidencia a força de pressão que os paulistas liberais possuíam tanto localmente quanto na Corte e explica o temor de uma maioria liberal nas duas instâncias legislativas, provincial e geral, por parte dos conservadores.

Quadro 8. Deputados provinciais eleitos para a legislatura (1842-1843)

Nome	Partido	Votos
Exmo. Raphael Tobias de Aguiar	Liberal	544
Francisco Alvares Machado Vasconcellos	Liberal	496
Exmo. Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Liberal	471
Dr. José Pimenta Bueno	Liberal	458
Cel. João da Silva Machado	Liberal	456
Exmo. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Liberal	453
Bel. Antônio Manoel de Campos Mello	Liberal	447
Exmo. senador Francisco de Paula Souza e Mello	Liberal	436
Dr. Vicente Pires da Motta	Conservador	428
Exmo. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	Liberal	426
Dr. João da Silva Carrão	Liberal	420
Capitão Antônio Paes de Barros	Conservador	407
José Gaspar dos Santos Lima	Liberal	402
José Joaquim Lacerda	Liberal	402
Tristão de Abreu Rangel	Liberal	399
Exmo. Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Liberal	396
Antônio Pereira Pinto		395
Francisco Antônio de Souza Queiroz	Liberal	394
Dr. João Crispiniano Soares	Liberal	391
Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	Liberal	391
José Manoel de França	Liberal	386
Dr. Gabriel José Roiz(Rodrigues) dos Santos	Liberal	381
Dr. Joaquim Ignácio Ramalho		369
Constantino Almeida Faria		359
Joaquim Floriano de Toledo	Liberal	356
Reverendo Manoel de Faria Doria	Liberal	347
Rever. Ignácio Marcondes Oliveira Cabral		338
Antônio Rodrigues de Campos Leite		337
Rever. Dr. Ildefonso Xavier Ferreira	Liberal	335
Exmo. Diogo Antônio Feijó	Liberal	333
Jacinto José Ferraz de Araujo		327
Joaquim José dos Santos Silva		318
Dr. Manoel Dias de Toledo	Liberal	308
Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior		306
Dr. Antônio Joaquim Silva Cotrim		304

Fonte: Anais da Assembleia Legislativa, 9 de Novembro de 1841; LIMA. *A Cidade e a província de São Paulo às Vésperas da Revolução Liberal de 1842*. Op. Cit. Não foi possível determinar o posicionamento político de todos os deputados.

No início de 1842, José da Costa Carvalho (Marques de Monte Alegre) foi nomeado para a presidência da província de São Paulo assumindo em 20 de janeiro. Apesar de residir a muito tempo na província paulista e possuir relações familiares com muitos membros da elite local, esse baiano de nascimento sofreu uma forte oposição local. Como presidente, era do encargo de Costa Carvalho abrir a sessão inicial da Assembleia Legislativa. Ali, no começo dos trabalhos, as discussões se centravam na composição de uma Representação a ser encaminhada ao imperador pedindo a revogação das leis que criaram o Conselho de Estado e da Reforma do Código, além da deposição do presidente da província.⁶⁷⁷

A reforma do Código do Processo ampliou e modificou a hierarquia de cargos e funções procurando centralizar a estrutura judiciária e policial do Império. Lembremos que no alto da hierarquia estava o ministro da justiça, que representava o imperador e nomeava os chefes de polícia, os comandantes da Guarda Nacional e boa parte dos magistrados, como juízes municipais e de órfãos. Abaixo dos chefes de polícia estavam os delegados e subdelegados, nomeados nas províncias pelos presidentes. Os presidentes e os vice-presidentes passaram a ser nomeados pelo ministro do império.⁶⁷⁸ Daí a insatisfação dos membros da Assembleia provincial pela nomeação de Costa Carvalho para a presidência da província, uma imposição vinda de cima.

O Conselho de Estado era visto como um corpo oligárquico, cujo acesso era barrado a muitos líderes provinciais, uma vez que a escolha dos conselheiros era de nomeação exclusiva do imperador. Além disso, ele atendia às consultas dos ministros e do próprio imperador, principalmente quando este queria exercer as atribuições do Poder Moderador.⁶⁷⁹ A implicância com o Conselho de Estado por parte dos paulistas tinha sua razão de ser quando, D. Pedro II, após sugestão dos Conselheiros, resolveu dissolver a Câmara dos Deputados, de maioria liberal, em 1º de maio.

Os liberais aguardavam sua vez de retornar aos locais de poder através da nova legislatura na Câmara dos Deputados Gerais, que havia sido eleita em 1840, mas que até 1842 não havia assumido seus postos eletivos. Aquelas eleições, cuja maioria vencedora foi liberal, ficou conhecida como “eleições do cacete”. Esse pleito havia sido conduzido e controlado por aqueles que haviam liderado o chamado Golpe da Maioridade, o

⁶⁷⁷ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 109.

⁶⁷⁸ BASILE. *O laboratório da nação*. Op. Cit., p. 89-90.

⁶⁷⁹ MARTINS. *A velha arte de governar*. Op. Cit., p. 262.

gabinete maiorista (chamado assim, por ser favorável à maioria de D. Pedro II), através de violência e fraudes nas eleições locais.

Portanto, durante todo o ano de 1841 se debateu se os vencedores de eleições tão corrompidas possuíam legitimidade para assumir seus cargos. Para indivíduos como, por exemplo, Honório Carneiro Leão, que se expressou na Câmara dos Deputados, a resposta era não.⁶⁸⁰ Logo no início de 1842 o ministério regressista de 23 de março, encabeçado por Leão, enviou a D. Pedro II um relatório sobre a legislatura que estava prestes a assumir, apontado que um grupo de pessoas com tantos pontos negativos, que subiu ao poder de maneira questionável, não seria exemplo para a Nação e não conseguiria pacificar o Brasil.⁶⁸¹

Em meio a esse contexto, a Assembleia Legislativa provincial de São Paulo procurava fazer chegar ao Imperador uma representação comunicando os descontentamentos dos paulistas. Ao longo do mês de janeiro as reuniões trataram do teor de uma representação ao imperador. É proveitoso acompanharmos o desenvolvimento dos argumentos ao longo das sessões legislativas. Em tons agressivos os pareceres que vão surgindo na Assembleia denotam a possibilidade de inquietações e manifestações armadas. O primeiro parecer apresentado aos deputados provinciais por uma comissão formada por Campos Mello, Vergueiro e Alvarez Machado, data de 12 de janeiro, quando se fazia uma homenagem a Rafael Tobias de Aguiar, ex-presidente e “honrado paulista”. O parecer possuía uma retórica que se repetiria através da boca e das penas dos rebeldes e, desta maneira, nos revela o posicionamento de alguns paulistas:

Parece inegável que os tempos calamitosos em que vivemos, quando o Brasil se acha em um estado de extraordinária inquietação, receoso da segurança de suas instituições, feridas pelos atos de um **Ministério anormal** que tenta com a **rudeza despótica**, própria só de um **Governo imbecil** que desconhece as tendências bem pronunciadas da Nação ir destruindo por partes o edifício glorioso que a maioria dos Brasileiros honrados há vinte anos trabalham por reconstruir à força de grandes sacrifícios e aturada perseverança quando esse Ministério **em seu plano satânico** foi (...)falseando a brilhante missão de que se acham incumbidas foram atadas ao carro do poder, e o coadjuvaram em sua obra de destruição, em tal conjectura, pensa a Comissão que é um dever rigoroso de todos os cidadãos que se interessam pelos destinos do país, não ficar silenciosos e aproveitar todas as ocasiões de manifestar a desaprovação que votam a desregrada marcha desse Ministério e das maiorias dessas Câmaras. **Os atos realizados no ano passado, aziago para as instituições**

⁶⁸⁰ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, 25 de Maio de 1841, citado por SABA, Roberto N.P.F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil Monárquico. IN: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.126-145, 2º semestre de 2011.

⁶⁸¹ SABA. As “eleições do cacete”. Op. Cit, p. 143.

liberais do Brasil e elaborados pelo Ministério sob as inspirações do despotismo, e votados com escândalo flagrante pelas referidas maiorias das Câmaras Legislativas adulteram profundamente a forma de nosso governo, e encerram germes que em breve se desenvolverão e aniquilarão as esperanças que nutria o Brasil de consolidar a liberdade no Império, digno de melhores destinos.⁶⁸²

O ataque era dirigido ao gabinete Conservador, que “em sua rudeza despótica”, empreendeu “seu plano satânico”, resultando nas leis centralizadoras, infelizes para “as instituições liberais do Brasil”. Eram leis, continuava o parecer, que limitavam as garantias sociais e tornavam o Monarca refém

de uma facção composta pela maior parte de homens, cujo caráter saliente é o nepotismo, a venalidade, o furor insaciável de vinganças, e que só demonstram habilidade no provimento do mal e que não satisfeitos de dar um golpe mortífero à liberdade, dão outro igual à fortuna publica, distribuindo com larga mão as rendas do Estado, que há oberado [endividado] com uma dívida horrível que grava a geração atual e gravará ainda as futuras pelas suas naturais consequências.⁶⁸³

Esse “Ministério traidor do Brasil e [d]o Monarca Constitucional (...) procurou substituir por atrabiliários delegados que plantassem o seu predileto sistema de terror, como vemos hoje realizar-se nas desoladas províncias da Paraíba, Ceará, onde nossos irmãos gemem sob a feroz opressão de bárbaros Procônsoles.”⁶⁸⁴

Mas, segundo a opinião dos redatores do parecer, São Paulo estava até aquele momento escapando destes Procônsoles. O contexto por trás deste parecer era justamente a substituição de Rafael Tobias de Aguiar e depois de Miguel de Souza Mello e Alvim do posto de presidente da província. Cidadãos que foram “sacrificados à sanha ministerial e seu infernal círculo”. Portanto, foi a favor destes “honrados cidadãos”, e contra os “traidores” que a maioria dos presentes na Assembleia paulista pretendia encaminhar uma representação ao Imperador, esperando uma destituição do Ministério Conservador e reposição de Tobias de Aguiar na presidência.

Alguns dias depois, em 17 de janeiro, novamente foi posta em pauta a necessidade de se enviar uma deputação ao Imperador, para alertá-lo da possibilidade de uma conflagração.⁶⁸⁵ Cabe dizer de passagem que o direito de petição era algo

⁶⁸² Parecer, 12 de janeiro de 1842 IN: SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., grifos meus.

⁶⁸³ Ibidem.

⁶⁸⁴ Ibidem.

⁶⁸⁵ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Sessão de 19 de janeiro de 1842.

assegurado constitucionalmente neste período. Roberto Saba aponta que desde a Independência, com a estabilização do regime constitucional, a velha tradição portuguesa de contato entre governantes e governados se manteve, porém agora com um sentido diferente. A nova ordem política estabelecida com a separação de Portugal foi conduzida num contexto de revoluções liberais, como a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, que viam no soberano não mais uma figura divina, um monarca absoluto, mas alguém que devia governar através de leis. No Brasil, o novo regime era pressupostamente representativo, a soberania residia no povo, e não mais no rei. A própria Constituição de 1824 previu o direito popular de se fazer ouvir pelas instituições estatais.⁶⁸⁶

Entretanto, devemos relativizar a afirmação de Saba no parágrafo anterior, quando ele aponta a “estabilização do regime constitucional”. Um dos focos do presente capítulo é demonstrar que não ocorreu esta estabilização neste período, e isso acabou contribuindo para que ocorressem desagrados que culminaram na revolta de 1842.

É nesse espírito que a Assembleia de São Paulo propôs uma representação ao Imperador, argumentando que o direito de petição era “a mais sagrada garantia (...) e talvez a única moeda do Estado”.⁶⁸⁷

Portanto, no dia 18 de janeiro a Comissão de Redação compôs um projeto de Representação. Basicamente, o documento pedia ao imperador que revogasse a Reforma do Código do Processo, abolisse o Conselho de Estado e demitisse o Ministério em exercício. Convém seguirmos a argumentação dos deputados provinciais utilizada na Representação para justificar seus pedidos.

Senhor – a Assembleia Provincial de São Paulo em cumprimento de seus deveres os mais sagrados, vem ante o Trono de V.M.I pedir a sustação das duas denominadas leis das reformas do Código, e criação dum Conselho de Estado, até o tempo em que a nova Assembleia as possa rever e revogar, como é de esperar, atenta a sua inconstitucionalidade, e de envolta reclamar de V.M.I mais bem avisado a demissão dum Ministério traidor, cuja continuação põem em risco a paz do Império, a ordem e a tranquilidade da província, e até a segurança do Trono. A Assembleia provincial de São Paulo desmentiria a sua origem e a naturalidade dos seus membros, e faria subir às faces dos seus constituintes o rubor da vergonha de mistura com a merencória amarelidão da cólera se contemplasse silenciosa o desmoroamento gradual da Constituição, à cuja sobre tem o Povo Paulistano por mais de 20 anos desfrutado as doçuras da paz, as bênçãos de uma crescente prosperidade material, e de um açodado melhoramento intelectual e moral, e se deixasse

⁶⁸⁶ SABA, Roberto. *As vozes da nação: o direito de petição e a política do Segundo Reinado*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2010.

⁶⁸⁷ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Sessão de 19 de janeiro de 1842.

que rufões e mandis do arbítrio mangrassem o fruto tão bem começado de liberdade pública.⁶⁸⁸

Os deputados paulistas apontavam que a não concessão do que se pedia punha em risco a paz do Império e até a segurança do Trono, algo que eles não poderiam concordar. Na continuação da representação, ao traçar um histórico heroico da província, os deputados argumentaram que São Paulo era uma região nobre, e muitos paulistas descendiam de pessoas do calibre de Amador Bueno que, no século XVII, foi aclamado rei em São Paulo, mas recusou, jurando fidelidade à coroa portuguesa.⁶⁸⁹ Também, no processo de independência, esta província teria tido importância destacada, segundo os deputados, desde a participação no Congresso Português, onde “partiu pela primeira vez o trovão de enérgica indignação contra os vilipêndios, e partilha leonina de liberdade, que ao Brasil queria impor esse desmiolado Congresso.” Lembravam mais, que havia sido às margens do Ipiranga que se proclamou a Independência do Brasil.⁶⁹⁰

Portanto, como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, tratava-se do restabelecimento da mesma posição de resistência à política das Cortes em 1822. Inclusive neste momento se apontava uma reencenação de alianças entre rio-grandenses, paulistas, mineiros e fluminenses.⁶⁹¹

Se não voltasse atrás e extinguisse as “leis ditatoriais”, o Imperador logo veria abalos nas províncias, que seriam

como funestos cometas trazem a cauda os estragos, as misérias, o derramamento de sangue mesmo inocente e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua inteira ruína; [assim] como não deprecará, pois, a Assembleia Provincial de São Paulo o exercício do poder tutelar do Monarca, para arredar de si tão medonho porvir?⁶⁹²

A província de São Paulo intitulava-se como defensora da Monarquia, e

é para fugir ao impestado bafo do poder absoluto, que a Assembleia Provincial de São Paulo se esforça para obter de V.M.I. [Vossa Majestade Imperial] a suspensão das reformas, que necessariamente o introduzirão entre

⁶⁸⁸ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Projeto de Representação. 18 de janeiro de 1842.

⁶⁸⁹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. A Rochela do Brasil: São Paulo e aclamação de Amador Bueno como espelho da realeza portuguesa. IN: *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História da Universidade de São Paulo, número 141, terceira série, p.21-44, 2º semestre de 1999.

⁶⁹⁰ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Projeto de Representação. 18 de janeiro de 1842.

⁶⁹¹ HOLANDA. São Paulo... Op. Cit., p. 528-529.

⁶⁹² SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Projeto de Representação. 18 de janeiro de 1842.

nós. Elas uma vez executadas, não nos deixam escolha senão entre o despotismo real, ou despotismo popular; são tão repugnantes às convicções e crenças do povo, são tão hostis à ilustração atual, que só um longo sistema de coerção e terror as pode sustentar, mas o hábito de servilidade, que deve gerar e enraizar semelhante sistema, por força converterá a Monarquia Constitucional em absoluta. Por outro lado o terror perde a força à proporção de sua duração, e acaba por fim pela insurreição dos oprimidos.⁶⁹³

O poder absoluto levaria à insatisfação popular, que se insurgia contra a tirania e opressão. Na opinião dos paulistas, o fim da Monarquia Constitucional era o pior que poderia acontecer e isto causaria insurreições; e era isto que as reformas conservadoras estavam causando. A Assembleia Provincial apontava que “a província inteira se levanta, como um só homem, contra as denominadas Leis, algumas Câmaras já se tem energicamente pronunciado contra elas, receia-se que as restantes sigam os exemplos.” O levante armado era uma opção e já se previa algo dessa espécie em janeiro de 1842. Portanto, essa petição servia como último aviso.

Na sequencia, os deputados elaboradores do documento aconselhavam o Imperador sobre a maneira que deveria tratar com conspirações e insurreições, ainda mais tendo em vista “arraigados descontentamentos duma província inteira”. Aqui os deputados asseguravam que a insatisfação tomava toda a província. Para eles o Imperador deveria conduzir as convulsões sem severidade, porque não seriam movimentos que queriam derrubar o monarca, mas que teriam o objetivo fortalecer seu poder.

O tom agressivo e de ameaça aumentou, utilizando-se de uma retórica exaltada, quando a representação peticionou pela última vez a demissão do Ministério atual:

Senhor, nem um benefício que V.M.I possa fazer a nossa pátria, poderá penhorar tanto a gratidão do povo, como a demissão de tão inepto, quanto atroz Ministério. Nunca abutres tão esfaimados prearam as entranhas do Brasil, nunca antes imundas harpias enxovalharam o solo puro do Império de Santa Cruz.” Acusa inclusive D. Pedro II de pactuar com a tirania, ao ouvir o que o Ministério lhe aconselha: “eis, Senhor, alguns dos lineamentos, bem que não todos, da medonha vida publica do Ministério, que desonra o Brasil e traiçoa V.M.I ilaqueando sua boa fé, e fazendo-o parecer não como o Pai que é, mas como o Tirano, que não é, dos seus povos.”⁶⁹⁴

Tudo isso, concluía a Representação, eram “verdades dolorosas”, cujo objetivo era “salvar a dignidade do trono, e firmar a segurança do povo”, sendo o dever da

⁶⁹³ Ibidem.

⁶⁹⁴ Ibidem.

Assembleia Provincial apresentá-las ao Imperador. Alguns dos liberais paulistas se viam como salvadores da Nação e do Trono.

Assim, o texto final proposto por Antonio Carlos de Andrada, João Crispiano Soares e Manoel Dias de Toledo foi enviado em 28 de janeiro através de uma deputação de três membros: Vergueiro, Bernardo José Gavião Peixoto e Francisco Antonio de Souza Queiroz. Como bem enfatizou Erik Hörner, não era uma comissão qualquer; representava a elite política e econômica paulista.⁶⁹⁵ Curiosamente, era também um grupo ligado por relações familiares: Gavião Peixoto casara uma filha, Maria UMBERLINA, com José Vergueiro e Souza Queiroz era genro de Vergueiro, por um casamento com D. Antonia Vergueiro. A deputação era, portanto, também um grupo familiar, cujos laços estendidos abraçavam as fortunas da província e do Império. Lembremos que estas três famílias se relacionavam também com Tobias de Aguiar, Paula Souza, Pais Barros, Silva Machado e até com o próprio marques de Monte Alegre, o então presidente da província.⁶⁹⁶ Eles representavam os interligados interesses políticos e econômicos, que eram uma maior autonomia provincial e a defesa de políticas econômico-fiscais em favor da província. Parcela da elite liberal não podia ficar conivente com a perda das conquistas políticas dos tempos da Regência.

Roberto Saba aponta que o descontentamento geral da província não era um blefe. O autor cita duas representações, enviadas pelas Câmaras Municipais de Cunha e Ubatuba, à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, no mesmo tom da representação da Assembleia provincial. Essas duas representações eram contra as “leis reacionárias”, e a “facção” que dominava o Brasil no momento.⁶⁹⁷

Mas para além de razões políticas, o pedido de retirada desse Ministério implicou também questões econômicas. A centralização operada pelas novas leis traria um prejuízo para as províncias no momento em que São Paulo vivia “as bênçãos de uma crescente prosperidade material”, como diziam os deputados na Representação. A maior autonomia para gerir a criação e administração de impostos garantiria a continuidade do crescimento econômico. Isto pode ser exemplificado com o exemplo da criação de um Banco Provincial que, como vimos, podia gerar capital necessário para os investimentos de acordo com os interesses de parte da elite econômica local.

⁶⁹⁵ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 121.

⁶⁹⁶ Ver sessão: 2.5 As redes de relação da elite política e economia de São Paulo: o caso de João da Silva Machado.

⁶⁹⁷ SABA. *As vozes da nação...* Op. Cit., p. 149.

Como se vê, o processo que levou à Revolta de 1842 estava acontecendo desde 1840, não se configurando uma explosão repentina. Os desagrados foram crescendo com as leis centralizadoras, que iam aos poucos acabando com as vitórias liberais da década anterior. Portanto, o pedido de revogação da Reforma do Código do Processo, da abolição do Conselho de Estado e da demissão do Ministério em exercício, por meio da petição da Assembleia Provincial de São Paulo, expressava as insatisfações que podem nos ludibriar à primeira vista. O que estava em jogo não eram somente questões políticas e disputas por posições de poder, mas também a busca por uma maior autonomia provincial cujo vértice passava pela possibilidade de maior intervenção na economia regional. É o que fica claro na Representação de 18 de janeiro de 1842, elaborada pelos deputados paulistas: “O povo, pois, que aumenta em ilustração e prosperidade, de necessidade exige maior porção de liberdade, maior ingerência nos negócios públicos.”⁶⁹⁸

Apesar de todo o esforço na elaboração da Representação, os deputados paulistas que foram até a Corte do Rio de Janeiro não foram sequer recebidos pelo monarca. As expectativas dos liberais foram mais uma vez frustradas quando o Imperador pôs em uso os atributos do Poder Moderador e, após uma consulta com o Conselho de Estado, dissolveu a Câmara dos Deputados em 1º maio de 1842.⁶⁹⁹ A esperança era que a nova reunião da Assembleia Legislativa, com a maioria liberal, seria capaz de corrigir ou acabar com as “leis opressoras”. Mas, o que era temido aconteceu e a Câmara foi dissolvida.⁷⁰⁰

Foi a gota d’água após uma longa lista de reformas e atitudes centralizadoras: a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a Reforma do Código do Processo Penal (1841), o restabelecimento do Conselho de Estado (1841), a escolha de um Conservador, Costa Carvalho, para presidente da província (janeiro de 1842) e a dissolução da Câmara que assumiria em março de 1842, de maioria liberal (1º de maio de 1842). Os liberais não viam mais meios legais de evitar o movimento centralizador. Após 17 dias da dissolução da Câmara dos Deputados, foi anunciado um levante na cidade de Sorocaba e Rafael Tobias de Aguiar foi proclamado presidente da província.

⁶⁹⁸ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Projeto de Representação. 18 de janeiro de 1842.

⁶⁹⁹ SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em busca da Conciliação*. Ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855). Tese (doutorado em história), UNB, Brasília, 2008, p. 133-135.

⁷⁰⁰ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 131.

De fato, o levante vinha sendo preparado já há algum tempo e o governo central estava ciente do que podia acontecer. O movimento foi articulado nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais meses antes de sua eclosão, através da Sociedade dos Patriarcas invisíveis que funcionava na Corte, que inicialmente tinha o objetivo de agir através da legalidade.⁷⁰¹

Cabe dizer que, se havia um plano de pré-conflagração e articulações para um movimento armado, também existia uma consciência dos humores na província por parte do governo central. João da Silva Machado, como deputado, estava por dentro de todo o desenvolvimento deste debate. Mas foi em postos de comando na Guarda Nacional em São Paulo que ele iria desempenhar seu papel em 1842: auxílio na contenção dos rebeldes. Talvez, sua posição privilegiada explique a ação tão rápida para conter os rebelados em Sorocaba.

3.4 A deflagração Revolta Liberal de 1842

O movimento conhecido como “Revolução Liberal” de 1842 é interpretado pela historiografia como movimento armado realizado pela elite liberal paulista e mineira que estava descontente com as reformas centralizadoras levadas a cabo pelos conservadores, maioria na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro daquele ano.

O tratamento que a Revolução Liberal recebeu pela historiografia focou principalmente em questões políticas: a disputa pelo poder levou liberais a entrarem em conflito com a maneira como a política estava sendo gerida pelos conservadores.⁷⁰² Mas, à medida que o enfoque recaía neste aspecto, estes trabalhos tenderam a desconsiderar, em maior ou menor grau, outros aspectos do conflito. Os homens não são seres exclusivamente políticos, mesmo quando se está analisando um evento político. Como temos visto ao longo desta tese, os políticos paulistas do período Imperial eram homens profundamente envolvidos na economia. Suas vidas, mesmo enquanto estavam atuando em funções públicas, eram envoltas em considerações de cunho econômico, como, a título de exemplo, tarifas provinciais. Em muitos casos, os deputados, senadores e presidentes de província desempenhavam uma dinâmica atividade econômica, antes de adentrarem na política. Temos um Vergueiro fazendeiro, um Feijó

⁷⁰¹ Para esse período pré-conflagração e as articulações para o movimento armado, ver HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*, Op. Cit.

⁷⁰² ALMEIDA. *A revolução liberal de 1842*. Op. Cit.; DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*. Op. Cit.; HOLANDA. São Paulo. Op. Cit.

senhor de um pequeno engenho de açúcar e Paula Souza, cultivador de açúcar, um Tobias de Aguiar e um Silva Machado fazendeiros, criadores e negociantes de animais. De fato, essas atividades econômicas sumarizam a estrutura econômica da província paulista. Estes indivíduos representavam os anseios da elite política e econômica paulista nos círculos administrativos provinciais e nacionais.

Em minha concepção, as questões econômicas adjacentes ao movimento de 1842 foram subestimadas na historiografia que analisou este evento. Também muitas vezes, faltou uma análise da trajetória política dos envolvidos mais detalhada, recuando até as primeiras décadas do século XIX. Como temos visto até aqui nesta tese, certos liberais foram se formando como um grupo mais ou menos coeso desde o início do século XIX, quando suas pretensões por maior autonomia se chocaram com os liberais portugueses nas Cortes de Lisboa. O mesmo grupo atuou na abdicação de D. Pedro I e no golpe da maioria, ficando no poder local e nacional até o início da década de 1840. Mas uma sequência de eventos levou à diminuição do poder político dos liberais, o que gerou um movimento radical contrário aos conservadores no poder. Como vimos, as ditas “leis opressoras” tiveram um papel de destaque na deflagração da Revolta. Mas não foram o único motivo.

O epicentro geográfico da Revolta Liberal aponta para a confirmação do argumento da importância econômica. Como vimos especialmente no Capítulo 1, ainda na década de 1840 uma das maiores rendas provinciais era baseada no comércio de animais.⁷⁰³ Como ponto intermediário no negócio de animais, Sorocaba servia como ponto de encontro para negociantes. As relações econômicas advindas do negócio de animais, e também do comércio de açúcar, serviram como base de apoio para as reivindicações de uma parcela revoltosa.

A análise de trajetórias, da composição e do comportamento político-econômico do grupo paulista, assim como suas redes de relacionamento e seus interesses nos permite extrapolar o próprio discurso, evitando-se, assim, cair em armadilhas conduzidas pela má compreensão da retórica, que algumas vezes obscurece a interpretação da análise da ação política.⁷⁰⁴

Assim, para compreendermos as intenções iniciais dos revoltosos, devemos dar voz ao líder rebelde, Rafael Tobias de Aguiar, através de sua proclamação em 17 de maio de 1842. Escrita com antecedência à revolta, a proclamação foi pronunciada de

⁷⁰³ BADDINI. *Sorocaba no Império*. Op. Cit., p. 58.

⁷⁰⁴ MARTINS. *A velha arte de governar*. Op. Cit., p. 32.

Sorocaba pela Câmara da vila, dias após a frustrada tentativa de Rafael Tobias de Aguiar tomar o Quartel da Capital em 11 de maio⁷⁰⁵:

Paulistas

Os fidelíssimos Sorocabanos vendo o estado de coação a que se acha reduzido o nosso Augusto Imperador o Sr. D. Pedro Segundo por essa **oligarquia sedenta de mando e riquezas**, acabam de levantar a vós elegendo-me Presidente interino da província para debelar essa **hidra de trinta cabeças** que por mais de uma vez tem levado ao Brasil à borda do abismo, e **libertar a província desse Procônsul** que postergando os deveres mais sagrados, veio comissionado para **reduzi-la ao estado misero do Ceará e Paraíba**.

Fiel aos princípios que hei adaptado constantemente na Carreira pública não pude exitar em me dedicar mais uma vez minhas débeis forças na sustentação do Trono Constitucional.

Paulistas! o vosso patriotismo já deu o primeiro passo, precedendo e seguindo os vossos **representantes**, quando fiéis interpretes de vossos sentimentos, clamarão contra essas leis que cerceando as prerrogativas da Coroa e as Liberdades públicas deitaram por terra a Constituição.

O vosso valor e firmeza, fará o resto. Mostremos ao mundo inteiro que as palmas colhidas nas Campinas do Rio da Prata não podem definhar nos do Ipiranga. Os **descendentes do Major Amador Bueno** sabem defender os seus direitos após da Fidelidade que devem ao Trono. União. E a Pátria será salva.

Viva nossa santa Religião = Viva S. M. o Imperador = Viva a Constituição = Rafael Tobias de Aguiar.⁷⁰⁶

Grifei algumas partes que são pertinentes para minha argumentação esboçada até aqui neste capítulo, cabendo expandi-las. Para resgatar o que os liberais estavam dizendo neste texto, é preciso analisá-lo detalhadamente e faremos isso em blocos de afirmações.

a) Economia, Centralização e insatisfações provinciais.

O texto inicia apontando que os sorocabanos haviam elegido Tobias de Aguiar como presidente interino da província, para lutar contra a “oligarquia sedenta de mandos e riquezas”. O Conselho de Estado foi acusado de ser uma corporação oligárquica⁷⁰⁷, e era contra ele e contra o gabinete conservador que Aguiar estava lançando as ofensas. No parecer e na representação do início do ano, composta pela Assembleia Provincial de São Paulo, acusou-se o Gabinete de uma “rudeza despótica”.

⁷⁰⁵ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 131.

⁷⁰⁶ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, caixa 209, ordem 1004, 17/05/1842, transcrição da proclamação de Rafael Tobias de Aguiar.

⁷⁰⁷ MARTINS. *A velha arte de governar*. Op. Cit., cap. 4, sessão “O funcionamento do Conselho de Estado”.

Além disso, a denúncia de que eles eram sedentos de riquezas recaiu na maneira como eram conduzidas as questões econômicas no Império sob o governo dos conservadores,⁷⁰⁸ representantes dos grandes comerciantes, traficantes de escravos e da elite cafeeira do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.⁷⁰⁹

Esse grupo, cuja posição de poder estava servindo para depauperar as províncias do Brasil, foi considerada uma “hidra de trinta cabeças” que precisava ser contida. Na mitologia grega, a hidra não podia ser destruída, já que de cada uma de suas cabeças cortadas renasciam outras duas. Um dos doze trabalhos de Hércules foi destruir a hidra. Para isso, usando de astúcia, colocou fogo no “pântano mefítico” onde habitava o monstro, evitando assim que ele se protegesse e conseguisse reconstituir suas cabeças. Desta maneira, Tobias de Aguiar se posicionou como o novo Hércules que deveria libertar a província, primeiramente do presidente escolhido pelo governo central, José da Costa Carvalho, o “procônsul”, que queria reduzir São Paulo ao “estado mísero do Ceará e Paraíba”.

A hidra era uma imagem imbuída de significado político. Na França, no contexto revolucionário do século XVIII, a figura de Hércules e da hidra possuíam significados políticos muito fortes, principalmente ligados à celebração da derrota de um pensamento federalista. Havia gravuras distribuídas amplamente mostrando um colosso com uma clava representando, como se intitulava um destes desenhos, “o povo francês subjugando a hidra do federalismo”. A hidra, na mentalidade francesa, estava ligada a vários tipos de males e foi relacionada naquele momento com a punição de Luis XVI por seus crimes e com a desunião e sectarismo entre a população.⁷¹⁰

O federalismo na França daquele momento vinha da inspiração norte-americana que pressupunha a descentralização em favor dos Estados que compunham a União, ao mesmo tempo em que possuíam instituições centrais dotadas de competências necessárias para fazer funcionar o conjunto. Entretanto, na França, com a reação jacobina liderada por Robespierre, foi colocada em cheque a descentralização em função da ideia de vontade geral de Rousseau, isto é, não se poderia haver corpos intermediários criadores de direito entre o indivíduo e o Estado, uma vez que a

⁷⁰⁸ Vide o Parecer, 12 de janeiro de 1842 e o Projeto de Representação de 18 de janeiro de 1842, IN: SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit.

⁷⁰⁹ LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos*. Dissertação (mestrado em história), UFF, Niterói, 2010; NEEDEL. *Party of order*, Op. Cit.; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* Op. Cit.

⁷¹⁰ HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 122-124.

soberania residia no povo e em seu conjunto e se manifestava através da lei que emanava do parlamento nacional, e a qual devia ser ratificada pelos cidadãos. Assim, a partir da Revolução Francesa, havia uma relação direta entre Estado e indivíduo, constituindo uma posição totalmente contrária a concepção orgânica e pluralista da sociedade, base da noção de federalismo.⁷¹¹ Portanto, o federalismo na França a partir do final do século XVIII não estava mais na moda e a imagem hercúlea esmagando esta ideologia se espalhou por todo país revolucionário.

Em toda a América dos séculos XVIII e início do XIX, a menção à hidra era um recurso de linguagem usado para sinalizar o temor de rebeliões envolvendo escravos.⁷¹² Semelhantemente ao Brasil, onde este termo era comum para apontar o temor de revoltas escravas: os quilombos que eram destruídos pela repressão policial, acabam gerando novas comunidades dos seus escombros.⁷¹³ Na retórica do início do século XIX, esta imagem também se remetia a Amazônia e o Grão Pará, por exemplo, como sendo uma espécie de ilha grega de Lerna, onde vivia a temível hidra, devido à dificuldade de policiamento daquela região distante. Ali, também hidra se relacionava à multidão potencialmente rebelde.⁷¹⁴ No contexto da Independência e das disputas entre grupos opositores em relação ao tipo de monarquia que seria adotado no Brasil, a imagem da “hidra” era utilizada para depreciar os “corcundas”, “absolutistas” e adeptos de uma política despótica.⁷¹⁵

Em um contexto de mutação do termo, a hidra no período que estamos analisando e na proclamação de Tobias de Aguiar, resgatou este último sentido, ligando o monstro mítico à imagem dos conservadores à frente dos Ministérios atuais. Esses políticos estavam empurrando o país para o abismo e precisavam ser combatidos. Era necessário um herói (Aguiar) para destruir a tentativa de instituição de um poder absoluto e sustentar o Trono Constitucional.

A contrariedade demonstrada na Proclamação com a escolha de Carvalho (o proconsul) para a presidência residia mais na sua posição de Conservador, do que no

⁷¹¹ RACHADELL, Manuel. Liberalismo y federalismo. IN: *Revista Politeia*, n. 41, v. 31. Instituto de Estudios Políticos, UCV, Venezuela, 2008, p.1-50.

⁷¹² LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁷¹³ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP: Polis, 2005, p. 35.

⁷¹⁴ BRITO, Adilson Junior Ishihara. “Viva a Liberté!”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824). Dissertação (mestrado em história), UFPE, Recife, 2008, p. 85-86.

⁷¹⁵ MOREL. Animais, monstros e disformidades. Op. Cit., p. 262.

fato de ser um homem “de fora”, uma vez que ele era baiano de nascimento. Carvalho residia há muito tempo na província de São Paulo (chegou em 1821 para assumir o cargo de Juiz de Fora), tendo inclusive relações econômicas e familiares com muitos dos liberais locais. Basta lembrar que ele era casado com a viúva do grande negociante Luis Antonio de Souza, Genebra de Barros Leite. Genebra possuía dois irmãos casados com irmãs de Tobias de Aguiar. Portanto, Aguiar sabia muito bem que o “proconsul” baiano não era alguém que desconhecia a política local.

Este “proconsul” iria reduzir a província de São Paulo “ao estado mísero do Ceará e Paraíba.” Por que Tobias de Aguiar em sua proclamação chama atenção especificamente para estas duas regiões? Elas não eram as únicas regiões que ou haviam passado ou estavam enfrentando revoltas no período. Então, por que citar somente essas?

A Sabinada, na Bahia, por exemplo, havia acabado de ser suprimida em 1838. Na década de 1830 esta província ainda era a segunda maior cidade do Império em população, mas sofria dificuldades econômicas devido à concorrência com o açúcar cubano. A Regência do liberal Feijó em 1835 era vista com favor pelos baianos. Quando ele renunciou, em 1837, e assumiu um regente Conservador com ideias centralizadoras, surgiram justificativas para a rebelião, em busca de maior autonomia provincial.⁷¹⁶ Esta era a província de origem de Costa Carvalho, pela qual foi Deputado Geral nas duas primeiras legislaturas do Império (1826-1829, 1830-1833).

Outro exemplo, que já tratei nesta tese, foi a Revolta Farroupilha. Ela estava acontecendo havia já algum tempo. As demandas liberais dos farrapos em alguns pontos eram muito semelhantes às dos paulistas como, por exemplo, maior autonomia provincial.

Agora voltemos nossa atenção às referências de Aguiar ao Ceará e à Paraíba. O movimento da Balaiada se espalhou por várias regiões do Nordeste, entre elas o Ceará, entre 1838 e 1841. De caráter liberal popular contra a oligarquia local, o movimento buscava uma maior autonomia provincial e direitos políticos ampliados para as camadas populares. As reivindicações principais desses liberais eram a substituição do presidente da província, o fim do cargo de prefeito, e mudanças na Guarda Nacional⁷¹⁷. Deflagrada após a ascensão do conservador Araujo Lima ao poder em 1838, os balaios sentiram

⁷¹⁶ KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837-1838. IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções*. Op. Cit.

⁷¹⁷ BETHELL. *Historia de America Latina*, vol 6. Op. Cit, p. 345.

ameaçados em sua busca por maior espaço político. A repressão ao movimento acabou colocando o poder local nas mãos dos conservadores e dando um controle maior ao governo central das nomeações para cargos provinciais. Isso acabou gerando diversas escaramuças entre liberais e conservadores pelo controle do processo eleitoral, tornando o Ceará uma província tempestuosa, governada por um presidente conservador.⁷¹⁸

Na Paraíba, não estava ocorrendo uma revolta organizada por volta de 1841, mas esta província era governada com mãos de ferro por um presidente conservador, o rio-grandense Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Ele assumiu logo após a contenção de um movimento de cunho liberal que disputou a posição de presidente de província na região.⁷¹⁹ De fato, morador das regiões sulinas e como encarregado dos Negócios do Brasil em Montevidéu em 1838, ele conhecia bem os atribulados anos de revoltas liberais que faziam tremer o Brasil. Apesar de experiente e rígido, não conseguiu conter pequenas explosões contra sua administração, como um atentado contra si e revoltas como a da povoação de Pedras do Fogo, ambos em 1841.⁷²⁰

Assim, o que Tobias de Aguiar e os alguns dos liberais paulistas estavam acusando era a administração centralizadora dos conservadores que, em nome do poder central, estavam podando a autonomia provincial e eliminando do jogo político local os seus opositores. Tal não acontecia no Rio Grande, onde os liberais tomaram as rédeas do poder à força. Assim, os liberais se levantavam como salvadores da pátria e solucionadores dos conflitos provinciais. Entretanto agora, o caminho da lei já não era mais uma opção.

b) Patriotismo paulista.

O manifesto continua e clama aos paulistas a continuar a seguir seus “representantes”, já que estes sabiam quais eram as vontades e interesses da província. Os paulistas foram intimados a participar na luta contra as leis centralizadoras que eram inconstitucionais. Para atizar a luta, Tobias de Aguiar apelou para o senso patriótico dos paulistas.

⁷¹⁸ ARAUJO, Raimundo Alves. Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900). Dissertação (mestrado em história), Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 120-121.

⁷¹⁹ MARIANO, Serioja R. C. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840), IN: *SÆculum* - REVISTA DE HISTÓRIA, no. 24, João Pessoa, jan./ jun. 2011, p. 23.

⁷²⁰ Relatório do presidente da província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, novembro de 1842, p. 3. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/paraiba> (acessado em 18/05/2013).

Interessante perceber que patriotismo na primeira metade do século XIX estava ligado mais à localidade de nascimento do que à Nação como um todo. Isso se originou (ou ficou mais evidenciado) a partir do processo de independência. Por exemplo, os deputados brasileiros às Cortes escreveram um manifesto em 1822, após terem abandonado as cortes nos seguintes termos: “desde que tomaram assento no Congresso de Portugal [fizeram-no para lutar] pelos interesses de sua Pátria, do Brasil e da Nação em geral”.⁷²¹ Aqui, pátria era o lugar de origem dos deputados, não o país. Neste contexto, São Paulo seria a pátria, Brasil o seu país, e a nação à qual pertenciam era a portuguesa. O mesmo sentido para a palavra “pátria” aparece nos escritos de Frei Caneca, principalmente no texto “*Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão*”, composto em 1822.⁷²²

No contexto de 1842, João da Silva Machado empregou o termo “pátria” para se referir ao local em que passou a residir: “a província de S. Paulo que de minha livre vontade adotei por pátria”.⁷²³

Mesmo na representação de São Paulo enviada às Cortes e em outros textos de Bonifácio naquele contexto o termo pátria envolvia os “homens bons”, que se reconheciam através do acesso a propriedade e privilégios. Para Gladys Sabina Ribeiro, “a palavra designava, dessa forma, um espaço comunitário limitado, no qual o objeto de lealdade e de dignidade, em uma sociedade patriarcal, era o rei, agora constitucional.” A pátria, portanto, era o local de nascimento dos “homens bons”.⁷²⁴ A nacionalidade veio assumindo nesta primeira metade do oitocentos o significado de uma rede de relações pessoais muito mais do que uma comunidade imaginada.⁷²⁵ Foi nesse sentido que vimos, nos capítulos precedentes desta tese, a formação dos interesses dos paulistas em torno de relações político e econômicas com as regiões do Sudeste e do Sul, mas sem se

⁷²¹ Publicado no Correio Braziliense, citado por JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (Ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira). IN: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 130.

⁷²² LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Pátria do cidadão": A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Rev. bras. Hist.* v. 18 n. 36, São Paulo, 1998.

⁷²³ Ofício ao barão de Monte Alegre, dezembro de 1841. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 50-51.

⁷²⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. IN: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. das. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 212.

⁷²⁵ HOBSBAWN, Eric. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. IN: *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

deslocar dos seus interesses particulares, que se consubstanciava nos interesses provinciais.

Tobias de Aguiar clamou aos paulistas, cujo patriotismo se fez sentir ao seguir aos seus “representantes”. Estes conheciam bem a necessidade da província e neste sentido atuavam contra as leis que iam contra a Constituição. Continuando na aclamação, Tobias de Aguiar fez uma citação de Amador Bueno que, como já citei, era a imagem do súdito fiel, comparando assim, com a figura dos paulistas, que sabiam lutar pelos seus direitos.

Por fim, o texto termina com uma tríplice afirmação: “Viva nossa santa Religião, Viva Sua Majestade o Imperador, Viva a Constituição”. Estavam representados os três pilares da sociedade brasileira no oitocentos. Da mesma forma como ocorriam em outros contextos do mesmo período⁷²⁶, este mote apontava para uma interação entre catolicismo com o constitucionalismo liberal, que vinha se desenvolvendo desde a Independência. Mas aqui está enfatizado um ponto a mais, e que é fundamental: a rebelião não era dirigida contra o governo central, mas sim que os paulistas, como defensores da Nação, estavam se levantando contra aqueles que tentavam usurpar do trono de D. Pedro II, quais sejam, os conservadores. Os paulistas almejavam defender a Constituição e o jovem D. Pedro II.

Portanto, a análise da Aclamação dos rebeldes através da fala de Rafael Tobias de Aguiar nos levou a perceber as intenções do grupo paulista: a defesa de uma Monarquia Constitucional pautada na noção de federalismo, com maior autonomia econômica e política para as províncias. Os paulistas sediciosos manifestavam seus descontentamentos contra os conservadores que ocupavam posições de destaque na política local e nacional. Uma “oligarquia sedenta de mandos e riquezas” provinciais que procurava governar com “rudeza despótica”. Assim, no dia 17 de maio estava justificado o desfraldar do movimento. Rafael Tobias de Aguiar foi aclamado presidente interino da província pela Câmara de Sorocaba e iniciou-se a revolução, com o apoio de liberais do calibre de Vergueiro, Feijó e Paula Souza, entre outros.

3.5 Participante e testemunha ocular. João da Silva Machado e a Revolução de 1842

⁷²⁶ Como, por exemplo, no movimento da Balaiada. Ver ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Sustentar a constituição e a Santa igreja Católica, amar a Pátria e o Imperador. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções*. Op. Cit.

Em consequência à deflagração da revolta, principiou o movimento de contenção: o presidente Monte Alegre requisitou no mesmo dia 17 de maio o envio de tropas para a capital da província. A tropa que aguardava nas proximidades da capital havia sido reunida antes mesmo da deflagração da revolta, o que revela a eficiência da comunicação entre os “legalistas”. João da Silva Machado era um deles, e foi destacado para vigiar um dos caminhos que levava à Sorocaba.⁷²⁷ A rebelião, que teve início naquela vila, se espalhou pelas regiões vizinhas, como Itu, onde se encontravam Vergueiro e Paula Souza; Feijó havia ficado em Sorocaba. O grupo paulista estava quase todo envolvido no movimento, à exceção de Machado que se aliou ao lado oposto no conflito que se configurou.

Assim, o próximo passo do presidente da província foi contatar o Comendador Manoel Antonio da Cunha, para que este organizasse o Batalhão Catarinense e marchasse para a 5ª. comarca, no entorno de Curitiba. O objetivo era barrar qualquer tentativa de ligação entre liberais paulistas e farrapos rio-grandenses. Portanto, estamos diante do que Alúcio de Almeida chamou de um “caso virgem na nossa História antiga, um levante, cuja repressão se prepara no mesmo momento em que surge. Era natimorto”.⁷²⁸

O Barão de Caixas, designado para combater os rebeldes em São Paulo, partiu do Rio de Janeiro em 19 de maio. Não vou tratar aqui das batalhas militares da Revolução Liberal de 1842, já que foram bem trabalhadas nos dois trabalhos de Erik Hörner⁷²⁹ e na recente biografia de Caxias, feita por Adriana Barreto de Souza.⁷³⁰

Meu objetivo é compreender a importância de João da Silva Machado nos desdobramentos da revolução e na derrota do movimento. Como demonstrarei, a sua figura é uma base importante para se compreender a derrota dos liberais e a rápida pacificação da província de São Paulo, além do apoio recebido por outras regiões da província, como Curitiba.

João da Silva Machado foi a principal ligação entre Caxias e a defesa em São Paulo. A rápida organização do exército legalista, antes mesmo da deflagração da revolta pode ser explicada pela presença de alguém que estava inteirado dos acontecimentos e podia rapidamente contatar as autoridades maiores. Machado estava

⁷²⁷ Ofício de 20 de maio de 1842, Monte Alegre. Citado por HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 138.

⁷²⁸ ALMEIDA. *A Revolução liberal de 1842*. Op. Cit., 72.

⁷²⁹ HORNER. *Guerra entre pares*, Op. Cit. e Idem, *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit.

⁷³⁰ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

convivendo entre os líderes liberais tanto através de relações familiares, comerciais, quanto políticas. Estes líderes estavam desde os primeiros meses do ano debatendo acerca das leis conservadoras e apontando para uma via de resolução armada. É possível que as relações que ele tinha com os principais envolvidos na revolta tenham favorecido acesso a informações importantes para a eficácia da repressão.

Uma das primeiras ações do presidente de província, Monte Alegre, foi enviar um coronel do Exército para assumir o comando da comarca de Curitiba, que era uma região significativa no contexto da revolta de Sorocaba. Região de invernadas ligada ao negócio de animais, sua elite econômica e política possuía relações com Sorocaba. Curitiba, além disso, era uma rota de ligação com o extremo Sul, e seus habitantes possuíam contatos com os rio-grandenses. Apesar de na documentação de São Paulo não se encontrar referência a um contato com os farrapos, pode-se pensar na hipótese de que o governo provincial temesse uma ligação com os rebeldes do Sul, uma vez que as relações econômicas dos curitibanos com o Rio Grande eram fortes. Se não se criasse uma barreira poderia ocorrer o avanço dos farrapos e uma possível ligação com Sorocaba.⁷³¹ Aluísio Almeida dedica um capítulo de seu livro sobre a Revolta de 1842 para os paulistas e uma pretensa “Ligação com Piratinim”, a capital dos rebeldes farroupilhas. O autor cita uma proclamação de Bento Gonçalves, datada de 13 de julho de 1842, quando o rebelde recebeu a notícia do início do movimento em Sorocaba e deu vivas aos “irmãos paulistas”.⁷³²

Assim, Monte Alegre destacou para Curitiba o coronel João José da Costa Pimentel, que logo ao chegar à vila em 28 de maio enviou ofício a Caxias relatando “notícias inteiramente aterradoras de que aquela cidade estava sob o poder dos sediciosos, os quais em grande número eram amigos de Rafael Tobias”. Apesar de aparentemente “preponderar aí o partido de Tobias” e de reinar o “maior desânimo no da legalidade”, esta notícia não se revelou verdadeira.⁷³³

Monte Alegre, por sua longa residência na província de São Paulo, possuía algum conhecimento dos chefes políticos das diversas vilas e seus interesses, e aplicou este conhecimento na elaboração do plano de “pacificação” juntamente com Caxias. Após a nomeação de Costa Pimentel, Monte Alegre sugeriu outro nome para o cargo: o

⁷³¹ HOLANDA. São Paulo. Op. Cit., p. 532.

⁷³² Proclamação de Bento Gonçalves, 13 de julho de 1842, Cacequi. Citado por ALMEIDA. *A revolução liberal de 1842*. Op. Cit, p. 194.

⁷³³ Ofício do coronel Costa Pimentel a Caxias, datado de 2 de junho de 1842, Coleção Caxias, caixa 809, Arquivo Nacional, citado por SOUZA. Duque de Caxias. Op. Cit., p. 358.

então coronel da Guarda Nacional João da Silva Machado. Para Monte Alegre, Machado possuía “grande influência sobre o povo daquela comarca”, sendo o único capaz de “levantar com rapidez forças da cavalaria”.⁷³⁴

Na verdade, Machado já havia sido anteriormente investido de confiança por Monte Alegre em um cargo militar de grande importância: Comandante superior interino das Legiões da Guarda Nacional do Sul da província. Essa nomeação ocorreu em 15 de março, com o objetivo da “defesa da Fronteira no caso inesperado de uma invasão que tentassem os rebeldes do Rio Grande do Sul”, o qual Machado cumpriu a partir de sua fazenda em Faxina, nas proximidades de Sorocaba.⁷³⁵ Portanto, ele já estava ciente da estrutura militar das regiões meridionais da província. Mesmo antes, em 1838, Machado havia ajudado a proteger o avanço dos farroupilhas, como vimos.

Caxias, então, escreveu para Machado fechar o cerco no Sul, para conter a fuga dos rebeldes sorocabanos e evitar uma possível ligação com os revoltosos do Rio Grande. Machado respondeu prontamente, em 13 de junho, cumprindo as ordens, com um *post scriptum* curioso: “o meu compadre manda”.⁷³⁶ Não imagino que havia uma relação de parentesco, estabelecida através de batismo, mas sim que talvez se tratasse de uma amizade. Mas o certo é que Caxias confiava neste liberal para defender o Sul. Em meio à tempos instáveis na província, essa confiança não era leviana.

O fato é que Machado partiu, por ordem de Caxias, para o Sul e a região de Curitiba (a 5ª comarca) respondeu favoravelmente ao governo. Para evitar que a chegada de um novo comandante gerasse insatisfações (já que ele estava substituindo outro chefe militar) Machado enviou uma carta antes de partir para alguns de seus amigos em Curitiba e isto bastou para que eles “instassem com o principal legalista desse lugar.”⁷³⁷

Marinho apontou que, entre os dias 13 e 14 de junho (pouco antes da viagem de Machado ao Sul da província), chegou a notícia a Rafael Tobias de Aguiar de que Curitiba havia aderido ao lado legalista e estava ocupada por forças legalistas vindas de Santa Catarina, com o intuito de cercar os rebeldes. Segundo Marinho, as providências do governo geral para sufocar “o movimento de 10 de junho, já estavam adiantadas

⁷³⁴ Ofício de 25 de maio de 1842, ao ministro da Guerra, Coleção Caxias, caixa 809, Arquivo Nacional, citado por SOUZA. *Duque de Caxias*, Op. Cit., p. 358.

⁷³⁵ APESP. *Ofícios diversos*, Faxina, caixa 218, ordem 1013, 23 de março de 1842.

⁷³⁶ MORAES, E. Vilhena de. *Caxias em São Paulo: A revolução de Sorocaba*. Rio de Janeiro: Calvino filho, editor, 1933, p. 58.

⁷³⁷ É o próprio Costa Pimentel em Ofício a Caxias que conta isto. Ver Ofício do coronel Costa Pimentel a Caxias, datado de 2 de junho de 1842, citado por SOUZA. *Duque de Caxias*. Op. Cit.

antes mesmo da deflagração do acontecimento, o que ajudou a debelar os sediciosos rapidamente”.⁷³⁸

Estes dois pontos, a rápida resposta das tropas do governo central e mudança de Curitiba para o lado legalista não foram bem explicadas pela historiografia, sendo relegadas às notas de rodapé ou a comentários passageiros. Talvez, isto se deva ao fato de a maioria dos trabalhos estarem lidando com a perspectiva de Minas Gerais, no caso do Cônego José Marinho, e de São Paulo, como é o caso de Aluísio de Almeida e mesmo dos textos mais recentes de Erik Hörner. Almeida, apesar de ter escrito uma obra clássica, ainda conseguiu compreender um pouco mais destes pontos, por ter estudado com mais detalhes a figura de Silva Machado em uma pequena biografia.⁷³⁹ Mas mesmo ele não conseguiu deixar claro o porquê de Machado ter cambiado para o lado dos legalistas, sendo ele um liberal e possuindo profundas relações com vários dos revoltosos paulistas.

Deve-se esclarecer que nem todos os liberais paulistas eram a favor da solução pelas armas. Mesmo dentro dos partidos “maioria” e “minoridade” na Assembleia, havia aqueles que possuíam divergências entre si. Nem todos os liberais ficaram ao lado de Tobias de Aguiar e Vergueiro, mesmo possuindo relações familiares e comerciais com estes indivíduos.

É complicado definir quem se opôs à opção de uma revolta armada dentro da Assembleia provincial, uma vez que seus Anais não apontam o debate em torno dos pareceres e representação enviados ao Imperador, que tinham o objetivo de alertá-lo para possíveis confrontos, caso as reivindicações dos paulistas não fossem atendidas. Não ficamos sabendo, através destes Anais, quem votou a favor ou contra o Projeto de Representação aprovado em 18 de janeiro,⁷⁴⁰ nem mesmo as discussões em torno do texto final. Entretanto, podemos supor que não havia unanimidade dentro da Assembleia, nem mesmo entre liberais, maioria nesta legislatura de 1842. Podemos olhar para algumas evidências que nos levam a concluir que nem todos estavam favoráveis ao plano de ação de Tobias de Aguiar. Primeiramente, temos um artigo publicado no jornal “O Tebyreçá” (ligado à Tobias de Aguiar), criticando o presidente da província, Monte Alegre, e sua atração de alguns liberais para participar do executivo

⁷³⁸ MARINHO. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844, p. 17.

⁷³⁹ ALMEIDA. *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Op. Cit.

⁷⁴⁰ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., Projeto de Representação. 18 de janeiro de 1842.

provincial. Estes liberais, que antes haviam apoiado Aguiar, foram nomeados pelo artigo: José Antonio Pimenta Bueno⁷⁴¹ e José Gaspar dos Santos Lima⁷⁴².

Outra forma de visualizarmos aqueles liberais que não apoiaram o movimento de Sorocaba é comparar a lista de deputados provinciais liberais da legislatura de 1842, com a lista dos considerados culpados no processo dos revoltosos⁷⁴³. Os liberais que não foram considerados envolvidos no movimento podem ser vistos no quadro a seguir:

Quadro 9. Envolvimento dos liberais no movimento de 1842

Nome	Envolvimento em 42
Exmo. Raphael Tobias de Aguiar	V
Francisco Alvares Machado Vasconcellos	X
Exmo. Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	X
Dr. José Pimenta Bueno	X
Cel. João da Silva Machado	X
Exmo. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	X
Bel. Antônio Manoel de Campos Mello	X
Exmo. senador Francisco de Paula Souza e Mello	X
Exmo. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	X
Dr. João da Silva Carrão	X
José Gaspar dos Santos Lima	X
José Joaquim Lacerda	V
Tristão de Abreu Rangel	V
Exmo. Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	V
Francisco Antônio de Souza Queiroz	X
Dr. João Crispiniano Soares	X
Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	X
José Manoel de França	V
Dr. Gabriel José Roiz(Rodrigues) dos Santos	V
Joaquim Floriano de Toledo	X
Reverendo Manoel de Faria Doria	X
Rever. Dr. Ildefonso Xavier Ferreira	X
Exmo. Diogo Antônio Feijó	V
Dr. Manoel Dias de Toledo	X

Legenda: “V”: considerado culpado; “X”: não participou. Fonte: Anais da Assembleia Legislativa, 9 de Novembro de 1841; ALMEIDA, Aluisio. *A revolução liberal de 1842*. Op. Cit, p. 17-21; LIMA, Marco Antunes de. *A Cidade e a província de São Paulo às Vésperas da Revolução Liberal de 1842*, Op. Cit

⁷⁴¹ Pimenta Bueno, liberal, em 1840 fazia parte do grupo da minoria na Assembleia, ao lado de Tobias de Aguiar. HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit, p. 73. Inclusive tinha certa simpatia pela revolução liberal, mas dela não tomou parte p. KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.20.

⁷⁴² Santos Lima, liberal, nascido na Vila do Príncipe, era irmão de David dos Santos Pacheco, este ligado à Silva Machado. ALVES, Alessandro Cavassin. A parentela reunida e as lutas partidárias na província do Paraná em 1854. IN: *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, UFPR, Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013, p.8. HORNER. *Guerra entre pares*. Op. Cit, p. 131.

⁷⁴³ A lista dos revoltosos culpados se encontra em ALMEIDA. *A revolução liberal de 1842*. Op. Cit., p. 17-21.

Assim, segundo a lista dos culpados, somente 7 dos 24 liberais presentes na Assembleia tomaram partido na rebelião iniciada por Tobias de Aguiar. Alguns liberais podiam concordar com as insatisfações que eram apresentadas pelo grupo em torno dos revoltosos, mas optaram por não participar da revolta, como Paula Souza e Silva Machado, dentro outros. Ilmar Rolhoff de Mattos compara a ação de diversos grupos de liberais em diferentes províncias (praieiros em Pernambuco, paulistas e inclusive curitibanos) em torno de 1842 e aponta que, apesar de unanimidade em torno do propósito de uma monarquia descentralizada, nem todos possuíam uma unidade de ação.⁷⁴⁴

Apesar de possuir relações familiares e comerciais com alguns dos rebeldes, foi com a elite curitibana que procurou ativar suas relações, sabendo se aproveitar de um trunfo ao lidar com os habitantes daquela região: o antigo interesse dos curitibanos em que a 5ª. comarca fosse transformada em província. A promessa de separação teria retraído os rebeldes de Curitiba e angariou aderentes à monarquia.

Além do mais, como bem ressaltou Erik Hörner, vantagens mais imediatas foram oferecidas aos curitibanos, como a permissão de passagem de tropas de animais pela fronteira com o Rio Grande, que no momento, estava em revolta. Segundo a conclusão de Hörner, “buscava-se assim, eliminar aspectos econômicos imediatos da pauta de insatisfação dos curitibanos, esvaziando as fileiras rebeldes”.⁷⁴⁵ Um dos principais potenciais de auxílio à rebelião na província estava selado.

Costa Pimentel, o militar a ser substituído em Curitiba, compôs um Ofício enviado a Caxias, relatando que rebeldes em Curitiba poderiam se juntar aos sorocabanos. Entretanto, pela leitura dos Ofícios enviados pela Câmara Municipal de Curitiba ao presidente da província, percebi que a elite local estava aparentemente alinhada com o governo central, pelo menos oficialmente. Em 25 de fevereiro de 1842, alguns vereadores da vila manifestam seu apoio a Monte Alegre, com a segurança

de que acha possuído de haver-se nele com a mais rígida imparcialidade e com o mais vivo empenho de manter a ordem, e promover o melhoramento material da província, não é de esperar menos de um distinto cidadão, de um brasileiro que pelas suas sãs doutrinas, soube infundir e fortificar nos corações *Paulistanos*, o mais decidido amor as *instituições liberais* e a monarquia constitucional.⁷⁴⁶

⁷⁴⁴ MATTOS, Ilmar Rolhoff. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 99.

⁷⁴⁵ HORNER. *A guerra entre pares e governistas*. Op. Cit. p. 151.

⁷⁴⁶ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, Caixa 209, ordem 1004, 25 de fevereiro de 1842.

De fato, chegaram algumas notícias aos deputados em São Paulo de que teria ocorrido uma rebelião em Curitiba em 28 de fevereiro, mas foram desmentidas na reunião da Assembleia Legislativa de 4 de março.⁷⁴⁷

Antes mesmo de Machado chegar à Curitiba, as articulações a favor do governo central já vinham sendo compostas. Um braço direito de Machado nestes arranjos foi o coronel Manuel Antonio da Cunha, da Vila do Príncipe, que havia sido destacado pelo presidente da província em maio, com o objetivo de organizar um batalhão de Santa Catarina. A Vila do Príncipe era a última vila importante na província de São Paulo antes da fronteira com a província de Santa Catarina. Nesta província, a vila de Lages havia sido tomada novamente pelos rebeldes farroupilhas em 31 dezembro de 1840⁷⁴⁸. Por esta época Machado estava servindo na Vila do Príncipe na qualidade de Comandante Superior, e conhecia a importância do posto de Manuel Antonio para evitar o avanço dos farrapos.

Manuel Antonio da Cunha, recebendo a notícia da rebelião em Sorocaba em 29 de março, apressou-se a contatar a elite local. Em 7 de junho ele escreveu uma proclamação acerca da revolta conclamando os curitibanos à “legalidade”, apontando a presença dos rebeldes do Rio Grande.⁷⁴⁹ Em 9 de junho ele enviou um ofício para Monte Alegre contando que escreveu para pessoas de Curitiba e Castro, “que podiam influir na manutenção da ordem”.⁷⁵⁰

Entrementes, João da Silva Machado partiu para Curitiba levando 48 contos de réis para o pagamento de suas forças em operação e para “despesas secretas de guerra”, que podiam se relacionar a espionagem, suborno de lideranças rebeldes ou compra de fidelidade ao Império, velhas táticas de Caxias.⁷⁵¹

Após três dias de viagem de Paranaguá, no litoral, até Curitiba, Machado chegou em 20 de junho. Instituído como Comandante Geral das Forças ao Sul da província, não tardou a relatar a situação da vila a Caxias, três dias depois de sua chegada:

encontrei a desejada tranquilidade e as melhores disposições entre seus habitantes a favor da ordem legal, e da sustentação do Trono Imperial, e me

⁷⁴⁷ SÃO PAULO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., 4 de março de 1842.

⁷⁴⁸ APESP. *Ofícios diversos*. Vila do Príncipe, caixa 390, ordem 1185, 15 de janeiro de 1841.

⁷⁴⁹ Idem, 7 de junho de 1842.

⁷⁵⁰ Idem, 9 de junho de 1842.

⁷⁵¹ APESP. Ofício do Barão de Caxias ao Barão de Monte Alegre, 9 de junho de 1842. C02404, citado por HORNER. *Guerra entre pares e governistas*. Op. Cit., p. 151.

consta com certeza que o mesmo se observa em toda a extensão dos Campos Gerais (a região que começava em Curitiba e se estendia para oeste).⁷⁵²

A elite local também se apressou a tranquilizar Machado da situação:

Dentre a grande concorrência de pessoas principais e influentes destes lugares a quem devo a atenção de procurar-me na minha chegada, espontaneamente me liberalizaram protestos de sua adesão a causa da Lei, e a sagrada pessoas de S.M.Imperial.⁷⁵³

A partir de sua chegada em Curitiba, como Machado descreveu em uma carta a Caxias, ele tratou de organizar a defesa pelo Sul da província, viajando entre as vilas e freguesias da 5ª comarca, como Castro, Ponta Grossa Vila do Príncipe e Rio Negro distribuindo destacamentos pelas diferentes localidades e produzindo mapas com o contingente militar da região e de vilas de Santa Catarina que estavam apoiando a defesa em Curitiba.⁷⁵⁴

Foi neste momento que se iniciou a profícua correspondência de Machado com as autoridades do governo provincial. Dando continuidade às suas atividades, no mesmo dia do ofício a Caxias, ele enviou outro ofício ao presidente da província, Monte Alegre, também contando sobre a situação da vila, assegurando o posicionamento dos curitibanos:

É assim, pois, Exmo. Sr., que esta vasta e importantíssima porção do território paulistano, asilo de cinquenta mil habitantes, a quem os maiores perigos e trabalhos ainda não foram capazes de abater-lhes os ânimos, segue firme nos princípios de que reconhece depender a felicidade pública.⁷⁵⁵

Entretanto, em uma carta com tom mais particular, enviada no mesmo dia do ofício acima, 23, para o presidente da província, Machado relatou que percebeu que antes de sua vinda teria ocorrido dúvidas de que lado ficar:

A notícia da rebelião em Sorocaba derramou aqui a confusão por haver chegado conjuntamente com a 1ª Proclamação, ordens e cartas a diversos. Em consequência fizeram-se reuniões noturnas, uns queriam a separação, nomeando um presidente, outros um governo provisório de três membros, outros finalmente não sei o que. Até a Câmara se reuniu para dar posse aos empregados policiais. Foi quando felizmente chegaram aquelas cartas que V.E. mandou pela marinha com tanta prontidão. Sendo uma para o Tenente Coronel Miguel Marques dos Santos que ali se achava, publicou seu contexto

⁷⁵² Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 20 de junho de 1842. Citado por. CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 49.

⁷⁵³ Idem, Ibidem.

⁷⁵⁴ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, Caixa 209, ordem 1004, 23 de junho de 1842, para Caxias.

⁷⁵⁵ Idem, 23 de junho de 1842, para Monte Alegre.

à face da Câmara, e como além da recomendação de ordem, lhes assegurava a separação da comarca, elevando-se a província, ficaram satisfeitos e desamotinaram-se.

Não aconteceu outro tanto para Castro, onde essa proclamação, ordens e cartas chegaram primeiro e iludiram o meu amigo Coronel Balduino, que mandou avisar o corpo de Cavalaria de Castro para em dia marcado se reunir na Ponta Grossa pensando que V.E. já não existia na presidência. Felizmente chegou-lhe minha carta no dia 3 do corrente (junho), que o orientou suficientemente e em consequência deu novas ordens sustando a reunião. Escreveu a Manoel Antonio da Cunha e Major Paula Rangel dando-lhes satisfação, visto ter-lhes dirigido ofícios neste sentido por não estar ao fato do que se passava na Capital da província (...)⁷⁵⁶

O texto é bastante elucidativo da rede de ligações que Machado possuía e de que maneira ele a ativou, convocando seus “amigos” a ficarem fiéis ao governo, antes mesmo de sua partida para Curitiba. E também demonstra que a confusão realmente existia, confirmando alguns boatos que chegavam à capital da província. Por outro lado, a aspiração pela separação da 5ª comarca realmente era um desejo forte entre os membros da elite, e Machado soube se utilizar disso a seu favor.⁷⁵⁷

Em 27 de junho, Machado escreveu ao presidente da província, afirmando que se fazia necessária

uma informação exata, e circunstanciada acerca, não só do estado político em que se acha esta comarca, como das medidas de segurança que foram postas em prática depois da minha chegada a esta cidade, e mesmo anteriormente a ela.⁷⁵⁸

Para tal, ele destacou o coronel João José da Costa Pimentel, na qualidade de “testemunha ocular”, para ir à capital da província “afim de fazer, de viva-voz, uma exposição precisa de todas as particularidades, que tem tido lugar neste país”.⁷⁵⁹

Lembremos que Costa Pimentel havia sido enviado para preparar a defesa na 5ª comarca, e logo que ali chegou enviou notícias de que a cidade estava do lado dos revoltosos de Sorocaba, o que acabou sendo desmentido. Machado estava se livrando de um potencial problema na sua estratégia de arregimentar as elites dos Campos Gerais em torno de um projeto uno, qual seja, o posicionamento ao lado da monarquia, em troca da futura separação de São Paulo. O coronel Costa Pimentel, como não possuía conhecimento da conformação das elites locais, talvez não estivesse fazendo um bom

⁷⁵⁶ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 23 de junho de 1842. Citado por. CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 52-53, grifos meus.

⁷⁵⁷ HOLANDA. São Paulo. Op. Cit; CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit.

⁷⁵⁸ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, Caixa 209, ordem 1004, 27 de junho de 1842, para Monte Alegre.

⁷⁵⁹ Idem.

trabalho, por não compreender a política local e a conformação de sua elite. Machado, por outro lado, conhecia profundamente as particularidades locais, já que era aparentado e possuía relações comerciais com muitos líderes políticos da região.

Machado deixou claro que Pimentel não estava feliz com sua chegada a Curitiba. Em 23 de junho havia escrito uma carta particular para o Barão de Monte Alegre relatando isso: “O coronel [Costa Pimentel] chocou-se muito por ficar debaixo de minhas ordens, o que percebi no momento, mas devendo-lhe franqueza de me declarar que seu melindre militar o induzia a dar parte de doente e retirar-se.”⁷⁶⁰

Quando Machado lhe expôs que ele deveria voltar seus oficiais em São Paulo para “contar sobre o estado da comarca e de viva voz informá-los de tudo quanto exigissem”, “ele mostrou-se mui pago [desagravado] dessa minha deliberação, e eu cada vez mais lhe dou provas de consideração para lhe minorar o enjoo.”⁷⁶¹

De fato, a narração do estado político e das medidas de segurança da vila poderia continuar sendo enviada através de relatórios escritos, como de fato continuou a ser feito após a ida do coronel, sem necessitar da presença pessoal de um oficial. Além do mais, na carta particular a Monte Alegre, Machado apontou que o Costa Pimentel havia cometido uma série de ingerências e erros no serviço militar na região, descuidando de posicionamentos defensivos e dava ordens para indivíduos que não ocupavam postos de comando. Portanto, são fortes os indícios de que o envio de Costa Pimentel de volta para a capital se tratou de uma opção de Machado para se livrar de alguém inoportuno.

A continuação da carta particular apontava a estratégia final da proposta de emancipação da comarca de Curitiba, e relatava como isso salvaguardou a região da união aos rebeldes sorocabanos:

Tenho empenhado minha palavra de que Curitiba há de ser elevada a província e portanto V.E. não me deixe ficar em falta. (...) A deliberação deste homem [Coronel Balduino] a favor da legalidade desarmou a luzida rapaziada da Ponta Grossa que estava de cabecinha levantada e disposta a jogar todas as cartas e sei que meteu medo a toda a comarca e ao meu amigo Cunha, da Lapa. Enfim, salvou-se a comarca, que esteve por um fio a insurgir-se, porém agora parece-me que está segura.⁷⁶²

Machado tinha pleno conhecimento da importância de Curitiba dentro do plano de combate aos rebeldes. E sabia que estava em fogo cruzado. No final de junho, ele

⁷⁶⁰ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 23 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*, Op. Cit., p. 54.

⁷⁶¹ Idem, *Ibidem*.

⁷⁶² Idem, p. 55.

teve ciência de que os rebeldes de Sorocaba haviam “enviado cartas convidando aos rebeldes do Sul para virem ajudá-los” (...). Não era brincado ficar cercado ente dois fogos.⁷⁶³

Nesta mesma carta datada do dia 28 de junho, Machado deu mais um passo na sua estratégia de cooptação da elite curitibana para o lado do imperador:

Todos os dias recebo cartas dos meus amigos das vilas e freguesias de Serra acima (a 5ª comarca), nas quais me dão todas as seguranças de fidelidade ao Monarca, e me prometem toda a coadjuvação no empenho de sustentar esta comarca afim de não ser invadida.

Eu me lisonjeio muito com isto e desde já peço a V. E. me dê a liberdade (no caso que se pacifique a província) apresentar-lhe alguns nomes de pessoas que me parece deverão ser agraciadas por S.M.I pois tais mercês devem servir de incentivo a outros para que não caiam no laço revolucionário.⁷⁶⁴

Primeiramente, ele assegurou o apoio e fidelidade dos curitibanos, depois apresentou uma ideia de conceder títulos para que se efetivasse essa adesão, para além da promessa de separação. Além de apaziguar os ânimos da elite da comarca, isto também ajudou Machado a fortalecer ainda mais seu prestígio face à seus pares locais. A concessão de títulos serviu como forma de cooptação da elite local, ajudando a consolidar a prevalência do grupo que se unia aos interesses de Machado na região.

Machado assegurava que a elite dos Campos Gerais, a 5ª comarca, não se uniria aos rebeldes de Sorocaba:

E recebi hoje cartão dalguns amigos dos Campos Gerais que me certificaram do transtorno e confusão em que se estão vendo os sediciosos de Sorocaba porque **os meus Curitibanos** se declararam não fazer causa comum com eles na **revolução**.⁷⁶⁵

Esta passagem é ilustrativa por duas razões. Primeiramente, Machado fala em “meus curitibanos”, o que é indicativo de que tinha controle sobre a localidade. Lembremos que a divisão administrativa em comarcas designava a chamada “comarca de Curitiba” ou Campos Gerais compreendendo nas regiões que iam desde a Vila do Príncipe ao Sul, até Castro e Ponta Grossa no oeste, incluindo a vila de Curitiba. Portanto, sua rede era bastante ampla ali. Em segundo lugar, a ideia de Revolução joga luz importante na concepção que o movimento de Sorocaba possuía na mente de alguns

⁷⁶³ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 28 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO, Davi, *História da emancipação do Paraná*, Op. Cit., p. 56-57.

⁷⁶⁴ Idem, p. 57

⁷⁶⁵ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 29 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.58- 59, grifos meus.

indivíduos: era algo criminoso. O “Diccionario de Lingua Portugueza” de Antonio Moraes Silva, compilado no ano de 1877, definiu revolução como “uma sublevação injusta e criminosa contra o soberano, suas leis e autoridade legítima, que tende a desorganizar toda a máquina política, e às vezes social.”⁷⁶⁶ Mas, para os rebeldes, o termo revolução estava ligado à um tempo de mudança, detidamente política.⁷⁶⁷ Para nosso indivíduo, se tratava mesmo de algo criminoso, pois estava desestabilizando toda a província.

Com relação à comarca de Curitiba, sua elite não parecia satisfeita somente com o recebimento de títulos de alguns poucos dentre eles. O clima era de tensão na região e Machado sabia que precisa cooptar as elites locais. E para isso era necessário oferecer mais e nesse sentido ele volta a escrever em 29 de junho ressaltando os anseios locais, que estavam mais fortes do que nunca:

Os curitibanos estão firmes como uma rocha e nada há mais a temer, porém minha palavra está empenhada, tendo-lhes prometido (debaixo da proteção de V.E) que esta comarca em breve será separada por um decreto. Ele já está de fato, e seria espesinhada pela Assembleia Provincial se isto não se verificasse de direito.

Sessenta e tantos mil habitantes têm justos motivos para esperar esta graça do Soberano, em recompensa de sua adesão, de sua conduta na presente crise, e mesmo em outras em que tem-se armado para fazer carranca aos rebeldes do Sul, sem jamais dobrar-se a tantos e tão reiterados convites para se unirem.⁷⁶⁸

Neste meio tempo, Caxias entrava em São Paulo. A movimentação começou quatro dias depois da posse de Tobias de Aguiar da presidência interina. Em 1º de Julho Machado escreveu ao Barão de Monte Alegre dizendo ter ouvido a notícia de que “o Sr. Barão de Caxias entrou em Sorocaba a 25 do mês findo (junho), sem ser preciso dar um tiro” (...). Ele não esqueceu de cobrar o que fora prometido:

Na hipótese de ser certa a notícia, está de fato pacificada nossa bela província e então vai-se pôr em prática todos os meios para conseguir-se o mesmo na do Sul. Para isso é preciso a coadjuvação desta comarca. Porém ela se torna tardia com a sede do governo a cento e tantas léguas, e em consequência é indispensável a separação a tempo e hora. (...) Também é preciso estimular os

⁷⁶⁶ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877. Citado por HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 20.

⁷⁶⁷ Sobre o debate em torno da ideia de “revolução” no contexto de 1842, ver o texto de HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., especialmente o capítulo 1, “Dos conceitos e práticas: prelúdios para a “Revolução”.

⁷⁶⁸ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 29 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.58- 59.

curitibanos dando importância aos homens que trabalharam para manter a ordem nesta comarca afim de não insurgir-se.⁷⁶⁹

E na sequência da carta anexou a lista dos curitibanos que deveriam receber títulos e comendas. Esta lista será objeto de análise no próximo capítulo.

Este início de julho fazia frio e chovia na região de Curitiba, dificultando o deslocamento das tropas entre as localidades, como, por exemplo, Castro, que estava “a descoberto”, isto é, sem militares. E este era um problema, já que aquela vila poderia ser rota de fuga dos rebeldes de Sorocaba, e Machado se apressou em enviar destacamentos para lá. E mais uma vez, ao comentar as dificuldades enfrentadas, reforçou seu pedido ao presidente da província:

Rogo a V.E. que pese bem estas coisas, pese bem minha posição, lembrando-se do sacrifício que fiz para ir com sua vontade na pacificação da província, sem pensar que me veria aqui falho de tantas coisas que na guerra são indispensáveis. Enfim, as armas que tenho são as cartas que dirijo aos meus amigos para que me ajudem a sustentar a ordem, e com efeito muito se tem trabalhado e se está trabalhando. Se com estas não puder conseguir, menos com os fuzis que ainda estarão, talvez no Rio de Janeiro. Se a Curitiba se perder, eu me perderei sucumbindo em ruínas, ou espatriando-me para onde não mais se saiba de mim.⁷⁷⁰

Nesta carta com um tom de súplica, Machado falou que as únicas armas para manter a ordem em Curitiba seriam suas cartas e suas promessas. Fuzis teriam o efeito contrário e poderiam levar a uma reunião com os rebeldes de Sorocaba.

De qualquer forma, em 13 de julho, Machado relatou que recebeu ofícios acerca da vitória sobre os sediciosos em Sorocaba.⁷⁷¹ No mesmo dia, ele escreveu que continua atento para a fuga dos sediciosos para outras regiões, como Itapetininga e Faxina e para ali destacou tropas.⁷⁷² Em 18 de julho ele mandou batalhões de Santa Catarina para marcharem em direção às fronteiras de Sorocaba, à pedido de Caxias.⁷⁷³

A notícia da vitória de Caxias em Sorocaba demorou a chegar a Curitiba. Caxias havia entrado em Sorocaba em 20 de junho e restabelecido a ordem, sem derramamento de sangue, já que as forças revolucionárias haviam debandado no dia anterior.⁷⁷⁴

⁷⁶⁹ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 1 de julho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.59- 60.

⁷⁷⁰ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 10 de julho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.65- 66.

⁷⁷¹ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, caixa 209, ordem 1004, 13 de julho de 1842, A.

⁷⁷² Idem, 13 de julho de 1842, B.

⁷⁷³ Idem, 18 de julho de 1842.

⁷⁷⁴ HORNER. *A guerra entre pares e governistas*. Op. Cit.

O pedido de se enviarem batalhões para as fronteiras de Sorocaba tinha o intuito de evitar a fuga dos principais líderes da Revolução. Entre outros militares apontados para conter a evasão dos rebeldes, Machado foi destacado para enviar tropas para a região de Itararé, onde havia uma ponte. Rafael Tobias de Aguiar conseguiu fugir passando por esta região com destino ao Rio Grande do Sul, para se juntar aos farrapos. Aluísio de Almeida escreve que “Tobias passou a muito salvo pelo Pirituba, onde João Machado tinha fazenda, por Itapeva, Itararé, aonde ainda não haviam chegado as forças curitibanas.”⁷⁷⁵ Almeida insinua que a facilidade com que Tobias escapou ileso parece estar ligada à posição de Machado.⁷⁷⁶

Pela datação das trocas de informações através dos ofícios percebemos como era morosa a comunicação entre as forças defensivas que se encontravam distantes. Isto contava muito na hora de se estabelecerem estratégias de ação, pois até a notícia chegar a um comandante, e até este tomar a atitude e deslocar tropas, talvez o ato já fosse desnecessário. Talvez esteja aí a explicação do porque Tobias de Aguiar passou incólume pelas tropas de Machado, mas a facilitação da fuga do rebelde pode ter ocorrido.

Em 28 de julho ainda permanecia um ar tenso nas fronteiras da província. Neste dia, na Vila do Príncipe, Manuel Antonio da Cunha escreveu ao presidente da província relatando as condições e as necessidades de defesa dessa região que ficava na fronteira da província, principalmente por se tratar de “épocas revolucionárias”. Nessa mesma correspondência, foi descrita uma série de “necessidades indeclináveis”, como a nomeação de juiz municipal, juiz de órfãos e delegado, algo que somente poderia ser feito pelo presidente.⁷⁷⁷

Entretanto, a partir de 1 de Agosto, segundo Machado, o clima era de tranquilidade na vila de Curitiba, não havendo sinais de sedições, chegando ele inclusive a mandar diminuir o contingente de soldados na região.⁷⁷⁸ Em 18 de agosto,

⁷⁷⁵ ALMEIDA. *A revolução liberal de 1842*, Op. Cit., p. 121.

⁷⁷⁶ Tobias de Aguiar parece ter ficado em Palmeira na casa de Jose Caetano de Oliveira, em Palmeira. Dali, Aguiar teria seguido em comitiva com Oliveira em direção ao Rio Grande do Sul. Essa informação, que deve ser buscada mais evidências, aparece em um artigo do jornal online *O Paraná* e pode ser acessado aqui: <http://www.oparana.com.br/variedades/jose-caetano-uma-vida-de-tropeiro-26973/> (acessado em 18/11/2013). A historiadora Cecília Maria Westphalen também alude à amizade entre os dois em WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense do século XIX. IN: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n.87, jan/abr, 1996, p.54. Fato interessante é que José Caetano aparece na lista de comendas que Machado se encarrega de fazer contendo o nome de indivíduos que deviam receber nobilitações por sua participação na contenção do movimento rebelde sorocabano nos Campos Gerais.

⁷⁷⁷ APESP. *Ofícios diversos*. Vila do príncipe, caixa 390, ordem 1185, 28 de julho de 1842.

⁷⁷⁸ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, caixa 209, ordem 1004, 1 de agosto de 1842.

retornou para Faxina, nas proximidades de Sorocaba.⁷⁷⁹ Alguns dias depois, em 25 de agosto, ele enviou cartas já no Quartel do Comando Geral das Forças ao Sul da província, na vila de Castro.⁷⁸⁰ Enfermo, pensava em deixar o cargo.⁷⁸¹

Em 30 de agosto, Machado, de volta à Curitiba, recebeu notícia da entrada das forças legais em Taubaté, mais de um mês depois do ocorrido.⁷⁸² Em 12 de julho, um mês e meio antes, a província de São Paulo havia sido considerada pacificada.⁷⁸³

Machado unificou boa parte da elite curitibana para que ficasse ao lado do governo central, através da promessa de separação futura da província de São Paulo, de privilégios econômicos e pela concessão de títulos. A lista dos mercedores destes títulos foi composta por Machado, demonstrando sua ascendência sobre a elite local e o grande papel exercido na defesa do Sul da província de São Paulo. Além disso, pelo seu desempenho, Machado receberia o baronato, com o título de Barão de Antonina. Foi uma gratificação pelo seu papel essencial na cooptação da elite local e fortalecimento das defesas em uma região alvo de “fogos cruzados”, tanto dos rebeldes sorocabanos, como dos farroupilhas.

A análise da trajetória de Machado pela Revolta de 1842 se não respondeu, ao menos esboçou respostas a uma série de questionamentos que a historiografia não conseguiu compreender, por ter o foco a partir do epicentro da revolta. A centralidade no “político” permeou as análises e desfigurou as intenções e movimentações de indivíduos. As redes de relações em torno de Machado tiveram um papel importante na busca por manter a elite de Curitiba ao lado do governo central. A historiografia clássica, por se pensar em uma Revolta de cunho liberal, tinha dificuldade em compreender o papel de um liberal que se opôs à ação armada como resposta a negação dos seus anseios.

Mas também surge um questionamento com relação à alcunha de liberal que, mesmo com a falta de escritos políticos de Machado, podemos apontar: ele não era um liberal da alçada de um Feijó, um Vergueiro ou um Tobias de Aguiar. Sua biografia nos

⁷⁷⁹ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 18 de agosto de 1842.

⁷⁸⁰ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, caixa 209, ordem 1004, 25 de agosto de 1842.

⁷⁸¹ Idem, 25 de agosto de 1842, B.

⁷⁸² Isto ocorreu em 11 de julho, cf. HORNER. *A guerra entre pares e governistas*. Op. Cit., p. 175.

⁷⁸³ HORNER. *A guerra entre pares e governistas*. Op. Cit., p. 175-176.

permitiu visualizar que seus relacionamentos pessoais no Rio Grande e em Curitiba o tornava uma figura incomum no sentido político: era um liberal, mas até que ponto? Podemos, assim, romper com a dicotomia político-partidária do primeiro reinado e inícios do segundo, contrapondo liberais e conservadores. Muito mais que partidos, neste período, as “filiações” se davam mais em termos de amizades e relações familiares, do que em termos de uma aderência a um programa partidário.

Machado possuía ideias liberais, e até concordava com princípios de autonomia provincial. Ele serviria de porta-voz do pedido de separação da 5ª comarca, com vistas a maior autonomia da região. E também participou da formação de um banco na província, buscando maior autonomia econômica para São Paulo. Sua trajetória nos esclarece que o grupo de liberais paulistas possuía fissuras. Machado tinha expectativas com relação à autonomia, que diferiam dos liberais revoltosos. Se por interesse pessoal ou por ideologia, não sabemos, a documentação não permite essa inferência. O que é certo é que ele obteve enormes vantagens por seu posicionamento neste conflito.

Capítulo 4. Senhor de homens, de terras e de animais. O Barão de Antonina

Imediatamente após a pacificação da província de São Paulo se iniciou a movimentação em torno da emancipação da 5ª. comarca, como havia sido prometido pelo presidente da província de São Paulo.

Neste capítulo veremos o papel de destaque desempenhado por Machado no início do processo de emancipação, ao consolidar uma rede de aliança com a elite local e atraí-la para a órbita do governo central. Foram três grandes fases do processo que culminou na separação da comarca de Curitiba: 1843, Câmara dos Deputados; 1847-1850, período de petições e discussão no Senado e; 1853, Câmara dos Deputados e aprovação final no Senado. Portanto, 10 anos de tramitação, onde veremos o esclarecimento cada vez maior ao longo do período das razões estratégicas de tal projeto pelo governo central e também a convergência das elites locais a esse governo.

Em meio a tudo isso, o já titulado Barão de Antonina deu início aos empreendimentos de implementação de aldeamentos no oeste da província de São Paulo, também fortemente relacionados ao plano de expansão e defesa das fronteiras do governo Imperial.

O capítulo finaliza-se com a abordagem do debate final e aprovação do projeto que eleva a 5ª comarca à província. Veremos como a categoria de “liberais” é limitada neste momento, uma vez que os que se identificavam com essa posição estavam divididos nos debates. Vergueiro e Paula Souza no Senado, e Martim Francisco e Nébias na Câmara dos Deputados faziam parte do que Sergio Buarque de Holanda chamou de os velhos liberais paulistas, que ia perdendo seu prestígio em um período onde o Imperador pretendia uma política *conciliatória*. Foi neste ambiente que se efetivaria a emancipação do Paraná, em um complexo jogo de negociações entre elites.

4.1 As consequências da Revolta Liberal para João da Silva Machado e para o grupo paulista

Em Curitiba, no início de julho de 1842 ainda havia incerteza com relação aos resultados da marcha militar de Caxias em Sorocaba, mesmo com boatos assinalando

sucesso. Em 1º de julho, João da Silva Machado escreveu uma carta pessoal⁷⁸⁴ ao presidente da província de São Paulo - o Barão de Monte Alegre - comentando sobre as notícias favoráveis à “legalidade” e confirmando que, mesmo com a provável vitória das forças legalistas, ele estava providenciando mais defesas para a região de Curitiba e Campos Gerais. O mais importante nessa missiva, entretanto, foi a indicação das aspirações de membros da elite local.

Neste sentido, primeiramente Machado trouxe à cena um velho desejo dos curitibanos:

Na hipótese de ser certa a notícia, está de fato pacificada nossa bela província e então vai-se pôr em prática todos os meios para conseguir-se o mesmo na do Sul. Para isso é preciso a coadjuvação desta comarca. Porém ela se torna tardia com a sede do governo a cento e tantas léguas, e em consequência é indispensável a separação a tempo e hora.⁷⁸⁵

Machado alertava que a pacificação do Sul, calando a revolta farroupilha, seria facilitada como o auxílio da comarca de Curitiba. E para arregimentar favoráveis a esse projeto, o governo provincial deveria ir ao encontro dos anseios da comarca, ou seja, apoiar a separação de São Paulo.

Em segundo lugar, ele inseriu um novo elemento na tentativa de coalizão da elite: “Também é preciso estimular os curitibanos dando importância aos homens que trabalham para manter a ordem nesta comarca afim de não insurgir-se.”

Ele então apresenta o que aparentemente era ideia sua, como deixa claro na carta.

Levo às mãos de V. E. essa pequena lista na qual até menciono as graças que parece dever-se conferir a tal gente, avizinham-se os dias deste mês em que seria bom fossem agraciados. Isso seria ouro sobre azul. A primeira lista é dos que trabalharam a bem da ordem. A segunda de boas pessoas – bem estabelecidas – com que se deve formar barreira contra as tentativas republicanas, pois pela distância e por falta de relações com a Corte, não tem esta gente obtido fitas [comendas]; mesmo não as tem procurado, e parece-me ser um incentivo para os ligar mais ao Soberano e ajudar-nos nos negócios do Sul. Este o meu modo de pensar. Contudo V.E. fará o que em

⁷⁸⁴ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 1 de julho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*, Op. Cit., p. 60-63. Foram realizadas várias buscas para encontrar esta carta entre os Ofícios Diversos enviados para o presidente da província, entretanto, sem sucesso. David Carneiro utilizou-se de documentação pessoal, que não fazia parte dos Ofícios Diversos que estão guardados no Arquivo Público de São Paulo. Em sua obra citada, Carneiro reproduz em extenso várias cartas de Machado para o presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre.

⁷⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

sua sabedoria melhor parecer, ficando certo de que isto são ideias minhas, sem que nenhum dos mencionados saiba.⁷⁸⁶

O que Machado sugeria em suas duas listas era uma antiga maneira de atração de elites praticada no interior do Antigo Regime Português: as mercês⁷⁸⁷. No Segundo Reinado, essa prática continuou a ser utilizada como barganha para atrair as elites locais para o círculo de poder do Imperador. Lilia Moritz Schwarcz salienta que durante os 48 anos de governo de D. Pedro II em torno de mil indivíduos receberam titulações nobiliárquicas como baronato, visconde, conde, marques e duque, um número muito superior ao de seu pai e de seu avô.⁷⁸⁸ Com relação às comendas, que era o que Machado estava sugerindo, D. Pedro II distribuiu cerca de 30.000.⁷⁸⁹

A titulação nobiliárquica era uma ferramenta nas mãos do monarca para atrair indivíduos ou redes de indivíduos em seu favor. Neste sentido, Machado se expressava: “parece-me ser um incentivo para os ligar mais ao Soberano” e para “formar barreira contra as tentativas republicanas”. Também, algumas vezes, tinha a intenção de compensação, “dos que trabalharam a bem da ordem”.⁷⁹⁰

Essas “tentativas republicanas” faziam referência ao surgimento da “República Rio-Grandense” e de ideias que permeavam aquela região desde a época da Independência, mas que, durante a Revolução Farroupilha assumiu o conceito de uma comunidade politicamente organizada, legitimada por uma Constituição, com fortes princípios liberais de autonomia,⁷⁹¹ e organizada “pela vontade da maioria do “povo”, em que todos obedecem às mesmas leis (inclusive aquele que a mesma escolhe para governá-la) – de forma que uma monarquia pode ser formada por várias repúblicas”.⁷⁹² No contexto do Antigo Regime o termo “República” não se opunha ao governo do Rei e basicamente significava: em primeiro lugar, a definição de um território submetido a

⁷⁸⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸⁷ Ver por exemplo HESPANHA, Antonio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. IN: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

⁷⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Cap. 8 “Como ser nobre no Brasil”.

⁷⁸⁹ SILVA, Camila Borges. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 5.

⁷⁹⁰ CARVALHO. *A construção da ordem...* Op. Cit., p. 258.

⁷⁹¹ SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à Época da Revolução Farroupilha: Um estudo de História Comparada. IN: R. Mest. Hist., Vassouras, v.4, n.1, p. 149-180, 2001/2002.

⁷⁹² PADOIN, Maria Medianeira. República, Federalismo e Fronteira. IN: *História Unisinos*. São Leopoldo, n. 14(1), jan-abr, 2010, p. 50. Ver também LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). IN: *Araucaria*, primeiro semestre, ano/vol. 9, numero 17, Sevilha, 2007, pp. 212-234.

uma autoridade comum e; em segundo lugar, a ideia de procedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição.⁷⁹³

Portanto, as mercês implicavam a extensão do governo doméstico (do Rei) ao governo da República.⁷⁹⁴ Aqui os termos se antagonizam: as mercês serviriam para se contrapor às “tentativas republicanas” e Machado estava mobilizando práticas do Antigo Regime, em um contexto diferente. Ele era um “homem de transição” que tinha como referências e práticas antigas (a concessão de mercês), mas também *novas*, por que o contexto não era mais de Antigo Regime.⁷⁹⁵

No contexto das listas de Machado, as mercês serviam para “formar barreira contra as tentativas republicanas”, mas também para compensar aqueles que trabalham a bem da ordem. Com isso se queria cooptar uma elite da qual se desconfiava por seus sentimentos emancipatórios e igualmente se queria garantir que ela se mantivesse leal ao Soberano e contrária aos revoltosos paulistas. Machado enviou esta lista para o presidente da província de São Paulo, para que este enviasse ao monarca, pois a prerrogativa de conceder comendas era do rei.⁷⁹⁶ Não tenho a informação de que todos os indicados para comenda efetivamente receberam sua titulação, mas o exemplo de alguns já ajuda a apontar a posição importante de Machado ao indicar quem deveria ser privilegiado.

Em primeiro lugar, Machado aconselhava a concessão da Comenda de Cristo a Agostinho Ermelino de Leão. Na sequência, a Comenda de Cavaleiro do Cruzeiro deveria ser recebida conforme indica o Quadro 10. A segunda relação apontava aqueles que deveriam receber a Comenda da Ordem de Cristo, como mostra o Quadro 11.

⁷⁹³ FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigações das ideias políticas. IN: *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 323-350, jan./dez., 2006, p. 331-332.

⁷⁹⁴ SUBTIL, José. Os poderes do centro. IN: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁷⁹⁵ A prática de concessão de títulos e honrarias, prática que D. Pedro I recorria com frequência, ficou suspensa durante a Regência e foi criticada por liberais como Cipriano Barata, por justamente se tratar de um princípio que remetia ao Antigo Regime europeu. Ver FONSECA. O conceito de República nos primeiros anos do Império. Op. Cit., p. 344-345.

⁷⁹⁶ SILVA. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial. Op. Cit., p. 4.

Quadro 10. Comenda de Cavaleiro do Cruzeiro

Indicado	Função
Manoel Antonio Guimarães	Cel. chefe do regimento de Paranaguá
Balduino de Almeida Taques	Cel. Chefe do Regimento da cavalaria
Antonio José de Araújo	Capitão
Miguel Marques dos Santos	Tenente-coronel
Domingos Inacio de Araújo	Capitão
Vicente Antonio Rodrigues Borba	Capitão
Antonio José Pereira Branco	Tenente
José Caetano de Oliveira	Alferes
Joaquim José Pinto Bandeira	Major
Manoel Martins de Araujo	Capitão
Antonio Mauricio da Costa Guimarães	Tenente
Joao de Oliveira Franco	
Antonio Jose Vieira Ramalho	Tenente-coronel
Manoel de Oliveira Franco	

Fonte: CARNEIRO, David, *História da emancipação do Paraná*. Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas, 1954, p. 60-63.

Quadro 11. Comenda da Ordem de Cristo

Indicado	Função
Joaquim Gonçalves Guimarães	Capitão
Manoel Mendes Leitão	Capitão
Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	
Padre João Abreu de Sá Sotto Maior	Padre
José Borges de Macedo	Alferes
Padre Isaias Ribeiro de Andrade	Padre
Joaquim Roberto de Oliveira	
Manoel Inacio do Canto e Silva	
Antonio Jose de Madureira e Sá	Alferes
José Joaquim de Andrade Silva	Tenente
Joaquim Jose Borges de Macedo	Tenente-coronel
Joaquim Jose da Cunha Bittencourt	
Francisco Teixeira da Cunha	
Leandro Jose da Costa	
Bento Antonio da Costa Guimarães	
Antonio de Sá Camargo	
Manuel da Cruz Carneiro	
Lourenço Marcondes Ribas	Tenente
David dos Santos Pacheco	
Francisco de Paula Ferreira Ribas	castro

Fonte: CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas. Op. Cit., p. 60-63.

Vou analisar alguns destes nomes levando em consideração a metodologia de análise de redes empregada no segundo capítulo desta tese, ressaltando as redes políticas, familiares e econômicas que Machado constituiu.

Inicialmente, o que se deve destacar no que concerne à rede política é que, para alguns nomes, não foi possível estabelecer relações diretas com Machado. Entretanto, apenas a citação do nome implica em ao menos um relacionamento, já que esta lista foi composta por Machado e, como ele enfatizou, “ficando certo de que isto são ideias minhas, sem que nenhum dos mencionados saiba”. Claro que se deve relativizar essa afirmação, podendo pensar que a lista foi obra de um grupo de indivíduos, que sugeriram nomes para Machado, mas, mesmo neste caso, sua aceitação dos nomes indicados passaria pelo seu crivo, antes de apresentá-los ao governo provincial.

Um segundo fato a ser apontado com relação às listas acima, levando-se em consideração a análise de redes, é o entrecruzamento de relações. A rede de Machado em Curitiba e Campos Gerais possuía malhas mais reforçadas em relação àquela confeccionada na capital da província paulista. Em Curitiba, ele conseguiu produzir relações mais densas e os indivíduos presentes nela estavam conectados não somente por relações familiares, mas também por relações políticas e econômicas de maneira simultânea. Isto ocorreu por exemplo, com Balduino de Almeida Taques, que possuía relações com outro indicado nas listas, Joaquim José Borges de Macedo, seu cunhado. Juntos eles possuíam relações comerciais, envolvendo a compra e venda de animais, com Machado e com o sogro deste, Manoel Gonçalves Guimarães.

Assim, o primeiro nome a figurar na lista de Machado para receber a comenda de Cavaleiro do Cruzeiro é Manuel Antonio Guimarães, que possuía o mesmo nome do avô, sogro de Machado. Este Manuel teve participação destacada em Paranaguá, exportando erva-mate e assumindo cargos políticos como vereador, e deputado provincial por São Paulo e depois pelo Paraná. Mais tarde (1876) recebeu o título de Visconde de Nácar.⁷⁹⁷

Outro da mesma parentela presente na lista foi Antonio Mauricio da Costa Guimarães, sobrinho do sogro de Machado. Ele já havia sido eleito vereador por

⁷⁹⁷ Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Verbete “Visconde de Nácar”, IN: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/visconde.htm>, (acessado em 22/11/2013).

Curitiba em 1838⁷⁹⁸ e em 1840⁷⁹⁹ e estudara no então recém-fundado curso jurídico de São Paulo, no ano de 1835.⁸⁰⁰

Antonio José Pereira Branco era cunhado de Machado, casado com uma filha do patriarca Guimarães, e residente em Ponta Grossa, vila que ajudou a fundar⁸⁰¹. Outro cunhado, Joaquim Gonçalves Guimarães, aparece na segunda lista, a que apontava os destinados a receber a Comenda da Ordem de Cristo. Ele foi vereador em Curitiba e capitão do regimento da Cavalaria da Guarda Nacional.⁸⁰²

Na segunda lista também aparecem dois indivíduos que possuíam relações de compadrio com Machado. O primeiro foi Manoel Mendes Leitão, compadres por batizado de um filho deste. Leitão em 1842 foi vereador e juiz de órfãos em Curitiba, e também foi negociante de animais.⁸⁰³ Outro grande negociante de animais com relações de compadrio aparece: David dos Santos Pacheco, afilhado de Machado. Tivemos oportunidade de perceber a lucrativa relação de negócios estabelecida entre os dois, principalmente entre os anos de 1834 a 1843, quando a sociedade foi finalizada.⁸⁰⁴

Balduíno de Almeida Taques era negociante de animais residente em Castro. Por ocasião da revolução de 1842, foi nomeado coronel chefe da Guarda Nacional de Curitiba, Castro e Lapa.⁸⁰⁵ Era casado com Maria Antonia Borges de Macedo, filha do Capitão Cirino Borges de Macedo.⁸⁰⁶ Um outro filho de Cirino, Joaquim José Borges de Macedo, aparece na segunda lista de Machado. Esta família possuía profundas relações comerciais, envolvendo a compra e venda de animais, com o próprio Machado e com o sogro deste, Manoel Gonçalves Guimarães.⁸⁰⁷

Nas listas havia uma grande quantidade de indivíduos que atuaram no negócio de animais, mas que não possuíam um laço forte com Machado. José Caetano de Oliveira, mais tarde Barão de Tibagi, residia nos Campos Gerais, mais especificamente

⁷⁹⁸ NEGRÃO, Francisco (Dir.). Atas das sessões da Câmara de Curitiba, 1838. IN: *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1930, vol. L.

⁷⁹⁹ Idem, 1840, 1931, vol LII.

⁸⁰⁰ NOGUEIRA, Almeida. *A academia de São Paulo*. Tradições e reminiscências. São Paulo: s. Ed., 1912, p.12.

⁸⁰¹ NEGRÃO. *Genealogia paranaense*. Op. Cit., vol. 6.

⁸⁰² Idem, vol. 5.

⁸⁰³ Ver minha dissertação: BORGES, Luiz Adriano G. *Particularidades familiares...* Op. Cit.

⁸⁰⁴ Ver item 1.5.2 Sociedades.

⁸⁰⁵ MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Paraná, 1987, p. 122.

⁸⁰⁶ PEREIRA, Claudio Nunes. *Genealogia Tropeira*, Rio Grande do Sul, Séculos XIX E XX. v. III, Título: CAPITÃO IGNÁCIO TAQUES DE ALMEIDA. IN: <http://www.alfredo.com.br/arquivos/gentrop8.pdf> (acessado em 21/11/2013).

⁸⁰⁷ PORTELA, Bruna Maria. *Caminhos do cativo*: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Curitiba, dissertação (mestrado em história), UFPR, 2007, p. 35.

em Palmeira.⁸⁰⁸ Um genro dele, Antonio de Sá Camargo (que também aparece na lista), era negociante de animais em Guarapuava e em Palmeira, vindo a se tornar visconde de Guarapuava.⁸⁰⁹ No mesmo ramo de atividade estava Domingos Inácio de Araujo, cunhado de José Caetano.⁸¹⁰

Manoel Inácio do Canto Silva, que foi indicado na segunda lista, dedicava-se a criar e a vender gado em Castro e em Guarapuava.⁸¹¹ Manoel Gonçalves de Moraes Roseira possuía uma grande fazenda de criação de gado em São José dos Pinhais.⁸¹²

Alguns indivíduos que aparecem na lista faziam parte da rede política de Machado. É o caso de Joaquim José Pinto Bandeira, que estava na primeira lista e que havia sido eleito para a primeira legislatura da Assembleia de São Paulo (1835-1837); a mesma para a qual Machado fora designado.⁸¹³

Existem alguns nomes nas listas que parecem não ter tido nenhuma relação pessoal ou de negócios com Machado. Foi o caso de Miguel Marques dos Santos, que possuía uma grande fazenda em Palmital e atuava como vereador nesta vila em 1842.⁸¹⁴ Também era o caso de Manoel de Oliveira Franco, que constava como conservador e receptor da comenda da Ordem de Cristo em 1884⁸¹⁵, o que é uma evidência de que algumas das indicações de Machado foram levadas em consideração. O próprio Machado recebeu o título de Barão de Antonina no ano seguinte ao da feitura da lista, como veremos à frente.

Nas listas compostas por Machado estamos em face de um instantâneo da mudança das relações constituídas por este indivíduo ao longo da primeira metade do século XIX. Nelas, visualizamos indivíduos que fizeram parte da atuação política, parceiros na atividade de criação, compra e venda de animais e parentes, sendo gratificados pelo apoio dado à Machado ao longo de sua trajetória. Estamos, portanto,

⁸⁰⁸ NEGRÃO. *Genealogia paranaense*, Op. Cit., livro1, p.358.

⁸⁰⁹ Idem, p.346. Ver sua biografia: SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. Curitiba: Tese (doutorado em história) UFPR, 2005.

⁸¹⁰ Sobre a trajetória de negociante, fazendeiro e político ver: LIMA, Carlos A. M. *Tráfico ilegal para a fronteira agrária: Domingos Inácio de Araujo (Palmeira, 1830-1851)*. IN: *IV Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2009, Curitiba. *IV Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional - textos completos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

⁸¹¹ MOTIM. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional*. Op. Cit, p. 124.

⁸¹² NEGRÃO. *Genealogia paranaense*. Op. Cit., livro1, p. 547.

⁸¹³ SÃO PAULO. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Op. Cit., 23 de janeiro de 1835, pp. 33-34.

⁸¹⁴ NEGRÃO. *Genealogia paranaense*. Op. Cit., livro1, p547; NEGRÃO, Francisco (Dir.). *Atas das sessões da Câmara de Curitiba, 1842*. IN: *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1931, vol. LIII.

⁸¹⁵ NEGRÃO. *Genealogia paranaense*. Op. Cit., livro III, p. 463. Manuel Mendes Leitão e Manoel Gonçalves de Moraes Roseira também recebem comendas.

diante de uma mudança no ciclo político e econômico. A partir da atuação dele na reação à Revolta de 1842, houve uma inflexão, uma mudança, na forma de atuar, tanto em relação às suas atividades econômicas, quanto à sua atuação política.

Machado deixou de atuar no mercado de animais a partir de então⁸¹⁶, apesar dele se distanciar dos gabinetes administrativos, isso não significou que ele se retirou da vida política, uma vez que ele passou a desbravar o oeste da província de São Paulo e a fundar aldeamentos indígenas, uma atribuição pública, recebida de uma autoridade pública, como veremos logo à frente no item “O Barão bandeirante”.

Estamos assim, face ao que podemos compreender como um “parentesco político”, mesmo entre aqueles que possuíam outro tipo de relação com Machado. Segundo Susan Socolow este tipo de parentesco implicava “uma força dinâmica na sociedade mercantil, e o êxito social e econômico se baseava em grande medida na capacidade de um indivíduo estabelecer linhas de parentesco político”.⁸¹⁷ Machado estava retribuindo o apoio que ele vinha recebendo dos habitantes da 5ª. comarca desde o início de sua vida política. Lembremos que em 1821 ele havia sido escolhido por esta comarca como eleitor para votar nos nomes dos deputados que seriam enviados às Cortes de Lisboa.⁸¹⁸ Outros cargos que assumiu na capital da província se deram com base no apoio desta comarca, como por exemplo conselheiro geral (1830-1833), deputado provincial (1835-1837, 1838-1840, 1840-1841, 1841-1843). Portanto, o que estamos vendo na composição das listas para comendas organizadas por Machado é a retribuição de favores recebidos ao longo dos anos e a constituição de uma elite que estivesse a favor de seus projetos para seus projetos futuros, quais sejam, seu projeto junto aos índios e a emancipação da comarca. Além disso, também estava consolidando relações e preparando o contexto de uma atuação política que ele estava ambicionando. E realmente, estes indivíduos compunham o grupo que se sobressaiu na política local após os eventos de 1842, adquirindo proeminência no contexto provincial. São esses familiares, amigos e parceiros do jogo econômico, enfim, os “curitibanos de Machado”⁸¹⁹, que ajudaram a alavancar sua trajetória política e econômica.

⁸¹⁶ Como vimos no item 1.5.3 Mulas em movimento, desta tese

⁸¹⁷ SOCOLOW, Susan. *Los mercadores del Buenos Aires virreinal: Família y comercio*. Buenos Aires: Ed. De La Flores, 1991, p. 63.

⁸¹⁸ Ver capítulo 2 desta tese.

⁸¹⁹ “porque **os meus Curitibanos** se declararam não fazer causa comum com eles na **revolução**.” Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 29 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.58- 59.

4.2 O breno dos curitibanos. Silva Machado e o debate da separação da comarca de Curitiba no parlamento

Fundamental na trajetória de Machado como político liberal foi sua participação na emancipação da 5ª comarca da província de São Paulo. Com a formulação de listas para possíveis receptores de comendas, ele estava angariando membros da elite da 5ª comarca em torno de um projeto unificado de separação. Tal projeto era antigo, já vinha desde pelos menos 1821, mas com um histórico de conflitos e alianças.⁸²⁰

Em 1821, na conjuntura da convocação das Cortes de Lisboa, havia se formado um governo em Curitiba e Paranaguá com objetivos separatistas. O projeto rapidamente se esmoreceu e os indivíduos que o propuseram sequer foram punidos.⁸²¹ Depois de 21 anos de aparente quietude, a bandeira do projeto de separação foi novamente hasteada em 1842. João da Silva Machado, em seu primeiro ato ao chegar a Curitiba, para auxiliar na defesa contra os rebeldes de Sorocaba e cooptar a elite local para o lado da monarquia, enviou uma carta ao presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, comentando que “além da recomendação de ordem, lhes assegurava a separação da comarca, elevando-se a província, [então] ficaram satisfeitos e desamotinaram-se”.⁸²²

Portanto, a situação na 5ª comarca era de incertezas e Machado já vinha de São Paulo com uma carta na manga para atrair seus habitantes para a causa do governo central: a promessa de separação da província de São Paulo com a anuência do presidente da província, Barão de Monte Alegre.

A análise do projeto de separação da comarca de Curitiba nos aponta alianças e confrontos que também foram vividos em outras regiões, nos mostrando também a própria situação dos liberais no segundo reinado. O projeto parlamentar de emancipação apresentado na Câmara dos Deputados pelo paulista José Joaquim Pacheco, a partir de 1843 estava profundamente ligado à revolução de 1842, pois, como veremos, ele seria uma consequência deste evento, aparecendo ora como uma solução para o contexto pós-revolucionário, ora como um castigo para os rebeldes.

⁸²⁰ Sergio Buarque de Holanda aponta que as manifestações autonomistas da comarca de Curitiba existiram desde 1811, mas que apareceram de maneira mais acentuada em 1821. HOLANDA. São Paulo. Op. Cit, p. 520.

⁸²¹ CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 22-38.

⁸²² Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 23 de junho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 54.

Logo após a pacificação da província de São Paulo, em meados de 1842, Monte Alegre cumpriu sua promessa de levar adiante o processo de separação da 5ª comarca, então formada por Curitiba, Castro, Guaratuba, Vila Nova do Príncipe, Antonina e Paranaguá. Em carta ao ministro do império, Candido José de Araujo Viana ele disse: “Julgo do meu dever levar à presença de V.Ex.^a como negócio importantíssimo e urgente, a desligação da comarca de Curitiba desta província”. E ainda aponta “(...) o perigo que há de por mais tempo se continuar a desatender a essas representações (...)”.⁸²³

Ele então passou a enumerar as circunstâncias do porque a comarca de Curitiba deveria ser separada.

A comarca de Curitiba contém já muito mais de 40.000 habitantes, disseminados em um terreno vasto, que cada vez mais se alarga com a descoberta de campos riquíssimos, que logo são ocupados por homens ativos e industriais ou conquistados para a Civilização sobre indígenas selvagens, que pela maior parte são mansos, dóceis e não precisam ser perseguidos e exterminados a ferro e fogo. As rendas gerais que nela se arrecadam, serão de sobra para pagar aos novos empregados e o crescimento rápido e progressivo delas não precisa de outra prova (...). A receita provincial também chegará para as despesas, porque o imposto sobre os animais vindos do Sul, que se paga no Rio Negro para os cofres desta província, deve de justiça ser dividido entre esta e a nova que se vai criar.⁸²⁴

E mais, a distância de 70 léguas da capital tornava onerosa a administração. Na mesma correspondência, Monte Alegre ainda assinalou que Curitiba deveria ser sede do novo governo, já que estaria no centro da região administrativa que seria criada. O presidente terminava sua epístola lembrando mais uma vez a fidelidade dos curitibanos ao Imperador, mesmo sendo tentados pelos liberais sorocabanos. Portanto, eles faziam mais do que por merecer “os benefícios que há tantos anos imploram”.⁸²⁵

Terminada a revolta de 1842, iniciou-se a fase parlamentar da ideia de emancipação do Paraná. No ano de 1843, o processo passou a tramitar na Câmara dos Deputados, com o parlamentar paulista Joaquim José Pacheco apresentando em 12 de abril o seguinte requerimento:

⁸²³ Carta ao Exmo ministro do Imperio, Sr. Candido José de Araujo Viana, do Barão de Monte Alegre, 30 de julho de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 75.

⁸²⁴ Idem, ibidem.

⁸²⁵ Idem, p. 76-77.

1º Todos os documentos e esclarecimentos que por ventura possa dar acerca da pretensão dos povos da comarca de Curitiba, província de S. Paulo, que consta terem requerido que a dita comarca seja elevada à província.

2º. Informações de quanto produz aquela comarca para a renda geral, especificamente a alfândega de Paranaguá, e sendo possível, quanto igualmente produz para a renda provincial.

3º no caso de constar na secretaria de quaisquer documentos, qual a população, extensão e divisas da mesma comarca, e em geral, tudo quanto convier a bem do deferimento ou indeferimento da mencionada pretensão.”⁸²⁶

Iniciou-se aqui um debate que estaria bastante presente nesta legislatura e que se estenderia por alguns anos. Deve-se atentar para o fato de que a legislatura de 1843 era de maioria conservadora,⁸²⁷ como resultado da dissolução da câmara de 1842 e convocação de novas eleições. Entretanto, como aponta Vitor Marcos Gregório, mesmo com essa composição, continuariam a ocorrer cálculos dos deputados para avaliar se iriam apoiar ou não propostas de parceiros políticos. Mas os debates se dividiam principalmente em função do contexto de conflitos. O projeto de emancipação de Curitiba, ora era assinalado como um remédio para auxiliar no combate à Revolta Farroupilha, que ainda estava castigando o extremo Sul do país, ora era visto como uma punição para os liberais de São Paulo que haviam se levantado em 1842. Para os paulistas, mesmo aqueles não envolvidos nos conflitos, o projeto era destinado unicamente a punir a província.⁸²⁸

Vimos no capítulo 3 desta tese, que a justificativa de Curitiba se constituir uma fronteira para os rebeldes do Sul e por isso servir como um auxílio ao combate à Revolta Farroupilha fora utilizada já em meados de 1842.⁸²⁹ Estes argumentos seriam retomados em 1843. Antes de avançarmos para a exposição e crítica a estas ideias, devemos atentar para o contexto político em torno dos debates de 1843, especificamente, a punição aos rebeldes dos movimentos de 1842.

⁸²⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 de abril de 1843, p. 767. Disponível em www.camara.gov.br.

⁸²⁷ CARVALHO. *A construção da ordem...* Op. Cit., p. 407. Os deputados paulistas, Feijó, Souza Queiróz, Paula Souza, Silva Machado e, por Minas Gerais Vergueiro, assumem cadeiras na Assembleia em 1844, após obterem o perdão por sua participação na Revolta Liberal.

⁸²⁸ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (doutorado em história), São Paulo, USP, 2012, p. 209.

⁸²⁹ Ver especialmente seção 2.7, “A testemunha ocular: João da Silva Machado e a Revolução de 1842”.

O movimento de 1842 foi considerado como um crime de rebelião, entretanto, a habilidade jurídica de muitos envolvidos, como Vergueiro, fez com que se tornasse muito complicada a aplicação de uma punição. Por exemplo, o senador argumentava com relação à identificação de quem seriam os cabeças da revolta, procurando se isentar da posição de liderança. Segundo o Código Criminal de 1830, um levante seria considerado “rebelião”, se mais de vinte mil pessoas (uma pequena povoação) intentassem crimes de traição.⁸³⁰ Nestes crimes estavam configurados: tentativa de destruir a constituição política do Império; tentar destronar o Imperador; tentar destruir a integridade do Império.⁸³¹ Incorrendo neste crime, somente os cabeças seriam punidos.

Neste sentido, os líderes de 1842, no calor dos pronunciamentos procuraram sempre indicar em seus manifestos, declarações e protestos, a fidelidade ao monarca constitucional e ao Império, dificultando assim, o enquadramento posterior no Código.⁸³² A discussão da punição dos rebeldes foi tema na Assembleia Geral em 1843, com a abertura das reuniões após um ano sem encontros, devido à dissolução de 1842 e a dificuldade de se realizar eleições neste ano em função das rebeliões em Minas, São Paulo e nas províncias vizinhas.⁸³³

Em sua fala de abertura dos trabalhos, em 1º de janeiro, D. Pedro II comentou a “profunda mágoa que me causou a rebelião declarada em Sorocaba e Barbacena”.⁸³⁴ Alguns dias mais tarde, foi formada uma comissão para produzir um projeto para debate em torno dos eventos de 1842, que apresentou o seguinte parecer:

⁸³⁰ Art. 110. Rebelião. “julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se uma ou mais povoações, que compreendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetrar algum ou alguns dos crimes mencionados nos arts. 68, 85, 86, 87, 88, 89, 91, e 92.

Penas – aos cabeças – de prisão perpétua com trabalho no grau máximo, de prisão com trabalho por vinte anos no médio, e por dez no mínimo.” IN: SOUZA, Braz Florentino Henriques de (Org.). *Código Criminal de 1830*. Recife: Typographia Universal, 1858, p. 46-47

⁸³¹ “Art. 68: Tentar diretamente, e por fatos, destruir a independência ou a integridade do Império [...]. Art. 85: tentar diretamente, e por fatos, destruir a Constituição Política do Império, ou a forma de governo estabelecida [...]. Art. 86: Tentar diretamente, e por fatos, destruir algum ou alguns artigos da constituição [...]. Art. 87: Tentar diretamente, e por fatos, destronizar o Imperador; privá-lo em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão [...]. Art. 88: Tentar diretamente, e por fatos, uma falsa justificação da impossibilidade física, ou moral do Imperador [...]. Art. 89: Tentar diretamente, e por fatos, contra a Regência ou Regente, para privá-los em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional [...]. Art. 91: Opor-se alguém diretamente, e por fatos, a pronta execução dos Decretos, ou Cartas de convocação da Assembleia Geral, expedidas pelo Imperador, ou pelo Senado, nos casos da Constituição, artigo quarenta e sete, parágrafos terceiro e quarto [...]. Art. 92: Opor-se alguém diretamente, e por fatos, à reunião da Assembleia Geral Legislativa em sessão ordinária ou extraordinária; ou à reunião extraordinária do Senado no caso do artigo quarenta e sete, parágrafos terceiro e quarto. IN: SOUZA. *Código Criminal de 1830*. Op. Cit.

⁸³² HORNER. *A guerra entre pares e governistas*. Op. Cit., p. 286-287.

⁸³³ Idem, p. 301.

⁸³⁴ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 1º de janeiro de 1843, p. 50.

A rebelião que apareceu em São Paulo e Minas, é um novo crime dos inimigos da ordem social, que tanto têm ensanguentado o Império, e retardado a pública prosperidade: a prática de coadjução, porém, que o governo de Vossa Majestade Imperial achou nos bons cidadãos para sustentar as instituições que nos regem, mostra quanto a nação repele essas convulsões anárquicas, que tantos males nos têm causado: e a câmara espera que os perseverantes esforços dos poderes políticos do estado, secundados pelo bom senso nacional, porão enfim termo aos loucos projetos das facções, e farão que se resignem elas ao saudável jugo das leis, que tão impiamente têm ultrajado.⁸³⁵

Como ressalta Hörner, este texto é enfático quanto à natureza da “revolução”, considerada uma “rebelião”, como aponta o Código Criminal e a Fala de D. Pedro II. Este movimento, então, passou a ser comparado com as revoltas regenciais, ao contrário do que os envolvidos afirmavam. Entretanto, houve divisões na Câmara quanto ao emprego do termo “rebelião” para o movimento de São Paulo, o mesmo ocorrendo no Senado. Pedia-se para chamá-lo de “acontecimentos” ou “desordem”.⁸³⁶ Enfim, o debate em torno da anistia dos rebeldes permaneceu até o final da Legislatura, tanto na Câmara quanto no Senado; ali, ainda mais acirrado, pois eram processados quatro senadores.

Entre estes estava Vergueiro, que apresentou sua defesa perante o Senado.⁸³⁷ O senador procurou se inocentar das acusações de “cabeça” da Revolta, dizendo que, apesar de estar na oposição em 1842, fazendo parte de uma deputação que tentou entregar uma representação da Assembleia Provincial ao Imperador, havia se retirado para sua fazenda em Ibicaba e só saíra de lá para visitar seu amigo, Paula Souza, em Porto Feliz e ambos não teriam pegado em armas.

Em sua defesa de inocência, Vergueiro dizia que esteve “completamente estranho aos negócios da província”, quando repousava em sua fazenda, e que

ignorava eu completamente os pormenores e extensão da revolta, não tendo correspondência algum com as pessoas nela entradas, nem com outras pessoas que pudessem ilustrar-me, sabendo só que para um lado da minha residência se propagava com rapidez e entusiasmo, e que para o outro os povos estavam em grande efervescência, e os partidos em luta, não tendo notícia alguma da capital, nem do resto da província, porque as comunicações estavam interrompidas.⁸³⁸

⁸³⁵ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 5 de janeiro de 1843, p. 69.

⁸³⁶ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit. p. 303-305.

⁸³⁷ A defesa ficou registrada em VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília: Senado Federal, 1979.

⁸³⁸ Idem, p. 107.

E logo à frente, expunha a “fria crueldade com que o governo praticou esta violência injustificável em si mesma” que foi seu degredo. Após acatar o conselho do presidente da província de São Paulo, Monte Alegre, para ir à Corte, Vergueiro

soube que estava preso no vapor Amélia, porque o comandante me impediu o desembarque; soube que era baldeado para o brigue Andorinha porque o comandante me baldeou. Suspeitei que ia degradado para a província do Espírito Santo porque o comandante do brigue me disse que navegava para lá (...). Fui largado nas praias da Vitória para onde me fora impossível levar recursos, vendo-me obrigado a mendigar socorros de pessoas desconhecidas; passados dias, o presidente daquela província, sendo perguntado, disse que eu podia estar em qualquer parte dela, contanto que não saísse para fora. Soube então, no distrito do meu degredo.⁸³⁹

O problema aqui era que nunca se havia agido de tal forma contra um senador e havia dúvidas quanto à possibilidade de se justificar a ação com base na Constituição. A violação da imunidade parlamentar criava um problema dúbio no Senado, pois não se aceitava a tomada de armas, mas também não havia consenso com a ação punitiva a um senador.⁸⁴⁰

Vergueiro apresentou ainda o que considerava prova documental de que o objetivo da revolta era a defesa da Constituição, do Imperador e a salvação do Império.⁸⁴¹ Estes objetivos foram constantemente repetidos no calor da rebelião, inclusive na proclamação de Rafael Tobias de Aguiar em 17 de maio de 1842.⁸⁴² Neste mesma linha de defesa incorreu a argumentação de Feijó perante o Senado em junho de 1842.⁸⁴³

Portanto, era inédita e complicada a situação de se julgar senadores; o impasse se estabeleceu. Em 1843, com a entrada na Câmara do Partido da Conciliação, cuja bandeira principal era a anistia, o julgamento foi postergado e passou a ser cogitado o perdão dos envolvidos na revolta em São Paulo. Enfim, a partir de 1844 a opção pela anistia necessitava de uma legitimação maior e o projeto passou a tramitar no Conselho de Estado, sendo ali aprovado em 14 de março de 1844. Entretanto, o projeto foi rejeitado na Câmara dos Deputados, e o governo central acabou por dissolver a legislatura e convocar novas eleições.⁸⁴⁴

⁸³⁹ Idem, p. 112.

⁸⁴⁰ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 320.

⁸⁴¹ VERGUEIRO. *História da Fábrica de Ipanema...* Op. Cit., p. 114.

⁸⁴² Ver seção 3.6 A deflagração Revolta Liberal de 1842

⁸⁴³ FEIJÓ, Diogo Antonio. *Resposta dada ao senado pelo senador Diogo Antonio Feijó*. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1843.

⁸⁴⁴ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas*. Op. Cit., p. 327.

Em meio a tudo isso, se debatia a emancipação da comarca de Curitiba. No parlamento, a partir de abril de 1843, quando se intensificava o debate acerca deste assunto, alguns deputados se manifestavam contra esta ideia, principalmente os paulistas. O debate se iniciou no dia 29 de abril, com a apresentação do projeto de elevação da comarca pelo deputado paulista Carlos Carneiro Campos. Ele expôs os motivos pelos quais deveria ocorrer a separação: distância do centro da administração, aumento populacional, elevação da exportação e importação e, por último, uma barreira contra as ideias da rebelião do Rio Grande, servindo a nova província como um local de rápida formação de corpos para combater o avanço dos rebeldes.⁸⁴⁵ Demorou um mês para que a discussão do projeto entrasse em pauta, com oito parlamentares discursando contra a proposta na primeira fase dos debates: deputados por São Paulo, José Manoel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge; por Minas, Venâncio Henriques de Rezende, Francisco de Paula Cândido e João Antunes Correia; pela Paraíba, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha e; pela Bahia, Angelo Muniz da Silva Ferraz. Contra três que discursaram a favor do projeto, os deputados por São Paulo Carlos Carneiro Campos e Joaquim José Pacheco, e por Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, estes ainda receberam o apoio do ministro da marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Apesar de nas votações o projeto ter sido aprovado pela maioria, isto não foi suficiente para dar continuidade aos trabalhos, uma vez que ele teria que ser enviado para votação no Senado.⁸⁴⁶

Na discussão do projeto de lei que elevava a comarca de Curitiba, no dia 30 de maio, o deputado paulista José Manuel da Fonseca, desconsiderou os argumentos utilizados pela elite curitibana e por alguns deputados paulistas em favor da separação:

mas argumenta-se que a comarca de Curitiba tem prosperado muito, tem muita renda, tem muita população, que está acima de muitas províncias do império; portanto deve ser elevada a província. Mas, se vós confessais que a comarca de Curitiba prospera tanto, que a sua renda e população aumentado debaixo do governo que tem, porque quereis mudar esse governo? Quem vos assegura que, estabelecida a província em ponto pequeno, não será ela vítima das intrigas, cabalas, etc?⁸⁴⁷

O deputado também não aceitava o argumento de que se devesse elevar à província comarcas que apresentassem “algum sintoma de pouca adesão à ordem”,

⁸⁴⁵ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*; Sessão de 29 de abril de 1843, p. 983.

⁸⁴⁶ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império...* Op. Cit., p. 297.

⁸⁴⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de maio de 1843, p. 414.

como parecia ser o caso de Curitiba antes da chegada de João da Silva Machado. Em seguida se manifestou Bernardo Jacintho da Veiga, deputado por Minas Gerais, que indo contra a posição do deputado paulista, apontava argumentos que deviam permear a casa legislativa:

Quando estou convencido que o objeto não convém, voto pelo adiamento, que a maior parte das vezes é sinônimo de enterro; e tanto é isto assim que o nobre deputado que acaba de insistir no adiamento, no seu discurso dá bem a conhecer que é contrário à matéria, pois que pede o adiamento porque julga inconveniente a criação da província. Ora, por esta razão, eu que estou convencido da conveniência da matéria, e que as informações que existem são muito suficientes, votarei contra o adiamento [do projeto de emancipação].

Não posso deixar de notar que na questão do adiamento tem-se querido lançar algum odioso sobre esta matéria. **Pode-se inferir das expressões de um nobre deputado que esta medida é como que uma espécie de punição à província de São Paulo, por nela ter aparecido um movimento revolucionário.** Eu não posso supor que o motivo para da divisão seja esse.⁸⁴⁸

Portanto, o tema da punição pela separação de um território da província de São Paulo em decorrência da revolta de 1842 se tornava a fala oficial através dos discursos registrados nas páginas dos Anais da Câmara, e assinalava o sentimento corrente.

Mas também logo começou a transparecer uma trama que o leitor já visualizou quando analisei a participação de Machado na contenção da Revolta Liberal⁸⁴⁹: a da promessa da separação de Curitiba em troca da fidelidade à Coroa. Isso começou a ser questionado em 31 de maio, quando foi exposta pela primeira vez na Assembleia, com aparente desconhecimento da maioria dos presentes. O deputado paulista Joaquim Otávio Nébias atacou veemente tal concepção:

Como o nobre deputado [Carneiro Campos] principalmente ocupou-se em encarar a questão pelo lado político, pela rebelião, eu direi ao nobre deputado que a criação de uma província não é o meio mais eficaz para exterminar os germens da rebelião no Brasil; e senão, eu pergunto ao nobre deputado, eu pergunto ao governo, por que razão não se lembram de criar uma província em Piratinim [no Rio Grande]. Talvez fosse o meio mais eficaz de acabar essa guerra interminável [a guerra de farrapos], essa guerra, causa de todos os nossos desastres, e que aterra o nosso futuro.⁸⁵⁰

Aqui, o deputado criticou o argumento de que a criação de uma nova província eliminaria os elementos potenciais de revoltas, usando de ironia ao dizer que, se este

⁸⁴⁸ Idem, p. 415, grifos meus.

⁸⁴⁹ Ver a seção 2.7. A testemunha ocular: João da Silva Machado e a Revolução de 1842

⁸⁵⁰ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 31 de maio de 1843, p. 438.

fosse o caso, dever-se-ia criar uma província nova em Piratinim, a auto-proclamada república Rio-Grandense, como remédio para se acabar com a revolta que ocorria ali.

Na mesma fala o deputado apresentou um problema a ser considerado na divisão provincial: era a questão das rendas que advinham do pagamento de passagens de animais.⁸⁵¹ Deve-se lembrar que o registro de Rio Negro, o último antes de Sorocaba, ficava nos limites da província de São Paulo e, pela divisão, estaria na nova província. Isso afetaria o rendimento, já que imposto sobre animais perfazia grande parte do orçamento provincial.⁸⁵² Neste sentido ele afirmava que “a renda que avanta o cofre da província é a do Rio Negro” e que, se retirada, o resultado seria que a província de São Paulo “fica sendo também medicante.” E ele acaba afirmando que “só porque um lugar tem grande rendimento deve ser elevado à província?”⁸⁵³

Entretanto, mais à frente no mesmo dia, o deputado Silva Ferraz questionava o produto do imposto sobre os animais, no sentido de que quem pagava tal encargo eram os mineiros, os paulistas, os do Rio de Janeiro e os da Bahia, e não os curitibanos; portanto, “esta comarca apenas é uma alfândega seca onde se recebem estes direitos, mas quem os paga são os moradores de outras províncias, por consequência não é um ramo de riqueza, não é um ramo de renda daquela comarca.”⁸⁵⁴ Apesar disso, este seria um argumento enfatizado pelos paulistas, no sentido de que se separada, a nova província teria interesse em manter os direitos de passagens de animais. O próprio deputado Ferraz utilizou a justificativa de se votar contra o projeto pelo fato de São Paulo estar passando por uma crise financeira. Isto demonstra que o argumento econômico tinha um peso importante nos debates em torno da separação.

O deputado Nébias sugeriu que o acordo da separação aparecia como uma imposição ao governo central, através de ameaças da elite curitibana. Como concluiu Vitor Marcos Gregório, “para os deputados, João da Silva Machado não seria o encarregado de pacificar a província, mas sim de conseguir para esta, através de estratégias pouco nobres, uma medida que não seria alcançada por meio legítimos”.⁸⁵⁵

Foi nesse sentido que o deputado fluminense Angelo Moniz da Silva Ferraz se expressou no mesmo dia, cobrando do representante do governo de d.Pedro II na Câmara, o ministro da Marinha, explicações acerca de certos boatos, como o

⁸⁵¹ Idem, p. 439.

⁸⁵² Ver seção: 1.5 As possibilidades de enriquecimento com o negócio de animais.

⁸⁵³ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 31 de maio de 1843, p. 440.

⁸⁵⁴ Idem, p. 450.

⁸⁵⁵ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império...* Op. Cit., p. 282.

comprometimento do governo central na separação da comarca de Curitiba e de que, se o projeto não passasse, haveria “descontentamentos e perigo de que as ideias desorganizadoras de Piratinim [achassem] eco e apoio na comarca de Curitiba”. Na visão do deputado, o único motivo pertinente para se dividir uma província seria o domínio de certas famílias e ele parecia prever que

esta divisão dará mais preponderância a alguém de Curitiba! Estabelecendo-se uma administração, criando-se uma assembleia provincial, temo que tudo se sujeite aos ditames dessas influências curitibanas.⁸⁵⁶

E continua esboçando os traços da trama urdida no Sul da província

Ora, quando trago à discussão estas coisas, não o faço sem fundamento. Lembro-me que, quando se tratou da revolução de São Paulo, os que simpatizavam por este lado diziam: lá está fulano da Curitiba que, no tempo de fulano em São Paulo, reuniu 2 mil homens; este homem pondo-se à frente da sublevação, tudo irá bem. Se isto é verdade, permita-se-me esta pergunta: quer-se dar mais preponderância ainda a esse homem? Estou ansioso por ouvir o Sr. Ministro da Marinha; ele me convencerá, porque me dizem que a lembrança desta província da Curitiba foi uma transação do ministério de 23 de março **com essa influência local, que, como Breno, pôs sua espada na concha de uma balança, dizendo que ou a Curitiba seria província, ou ele se havia de decidir pelos rebeldes.**⁸⁵⁷

O deputado, mesmo sem citar nome, referia-se a João da Silva Machado, sabidamente o responsável por apaziguar os ânimos da elite de Curitiba e levar os anseios da elite curitibana aos ouvidos das autoridades da província de São Paulo. De fato, como vimos, em carta particular ao então presidente da província, Monte Alegre, Machado dizia que “lhes assegurava a separação da comarca, elevando-se a província, [assim] ficaram satisfeitos e desamotinaram-se.”⁸⁵⁸ Para Silva Ferraz, Machado seria capaz de demandar a separação da comarca e com isso, teria domínio sobre a nova província. Para o deputado, tal demanda não poderia ser aceita. Se o que os curitibanos pleiteavam era justo, isto deveria ser provado por meios institucionais, através de documentação oficial.

⁸⁵⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 31 de maio de 1843, p. 449.

⁸⁵⁷ Idem, *Ibidem*, grifos meus. A referência a “Breno e sua espada” é uma alusão à história do chefe de uma tribo celta do século IV a.C que, ao invadir e vencer os romanos e discutir sobre o peso de ouro a ser cobrado aos derrotados, atira sua pesada espada na balança e pronuncia a frase “ai dos vencidos”. PLUTARCH, *The paralell lives*. Loeb Classical Library Edition, 1914, vol II, *The life of Camillus*, cap. 28, p. 165. Plutarco estava disponível no Brasil na época do debate, como aponta CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XX. IN: *Métis: História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, p.74, jan-jun 2003.

⁸⁵⁸ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 23 de junho de 1842. Citado por. CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 52-53.

Em 1º de junho, o ministro da marinha, Joaquim José Rodrigues Torres expôs aos deputados toda esta trama, dando agora nome aos bois:

Disse-se que tinha havido palavra dada pela administração de proteger a criação da província de Curitiba. Disse-se mais, com alguma surpresa minha, que o coronel João da Silva Machado havia exigido do presidente de São Paulo, o sr. Barão de Monte Alegre a promessa de concorrer para que a Curitiba fosse constituída em província, e que com esta promessa ele iria conter os habitantes da Curitiba para que não tomassem parte na rebelião que apareceu em sorocaba.

Já disse no princípio do meu discurso que não me constava coisa alguma a este respeito, que ignorava tudo quanto se havia passado; todavia, se isto é exato, se é verdade que o coronel Silva Machado só com a promessa de que a comarca da Curitiba havia de ser elevada a província, fez não só conter os seus habitantes, mas mesmo com que eles tomasse parte contra a rebelião de Sorocaba, entendo que isto demonstra um sentimento muito profundo nos habitantes da Curitiba da conveniência, da necessidade de uma semelhante medida, e eu não creio que um governo razoável, justo, deva opor-se a todas as pretensões de uma grande porção de cidadãos, ainda quando elas são legítimas e aconselhadas não só pelos interesses gerais da nação [...] uma prova da necessidade de elevar-se a comarca da Curitiba à categoria de província, e não vejo aí coisa que indecorosa seja ao governo, nem à representação nacional.⁸⁵⁹

Portanto, a trama estabelecida entre Monte Alegre e Silva Machado, que já devia ser do conhecimento de todos, mas aparecia entremeada de boatos, ficou plenamente esclarecida. O “breno dos curitibanos” estava desmascarado para a Assembleia. A fala subsequente de Rodrigues Torres apresentou mais elementos que configuravam os temores da bancada paulista:

a criação da província de Curitiba traz consigo um grande inconveniente, e é aumentar a influência de alguns homens poderosos que existem na comarca. De duas uma; ou a influência desses homens é benéfica ou é prejudicial à ordem pública; no primeiro caso, o presidente tem mais facilidade de empregá-la de um modo vantajoso aos interesses da província; se é prejudicial, parece-me de não haver ali uma autoridade com a necessária influência e meios para modificá-la e mesmo destruí-la.⁸⁶⁰

O ministro da marinha estava afirmando que havia ausência de uma autoridade política que se sobressaísse frente à elite local, e que pudesse uní-la em torno de um projeto comum, evitando dessa forma possíveis conflitos.

Assim, a 2 de junho, o deputado por São Paulo José Pacheco continuou a discussão da elevação da comarca à categoria de província, trazendo mais dados: a

⁸⁵⁹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 1º de junho de 1843, p. 458.

⁸⁶⁰ Idem, p. 458-459.

comarca de Curitiba teria entre 50.000 a 70.000 habitantes, portanto população suficiente para ser elevada à província; sua renda anual, proveniente dos direitos advindos de animais, era de 100 a 120 contos de réis.⁸⁶¹ Mas o argumento que casou furor entre os pares deputados foi a de que havia um germe de revolução em Curitiba, havendo até “homens que compartilhavam a rebelião” de Sorocaba. Mas tudo se dissolveu

quando chegou àquela comarca o coronel João da Silva Machado, que até então aderira às opiniões políticas daqueles que se puseram em campo em Sorocaba, mas que (honra seja feita) nesta ocasião consta que renegara essas opiniões, já a ordem pública não era nem levemente ameaçada, já alguns dos que tinham posto em campo tinham largado as armas, já havia uma autoridade militar que velava no sossego público.⁸⁶²

Foi a primeira vez que encontrei referências de que Machado teria aderido inicialmente às ideias dos liberais paulistas rebeldes. Essa conjectura pode ter se dado pelo fato de que ele possuía relações familiares com os principais revoltosos, sendo aparentado de Vergueiro.⁸⁶³

Pacheco, mais uma vez retomou a questão das rendas provinciais, e mais especificamente, da renda obtida através dos impostos sobre animais. O deputado argumentou que esse imposto recolhido em Rio Negro perfazia um terço do total arrecadado em impostos provinciais, mas propunha discutir que, com a divisão da província, se criasse outro imposto a ser coletado próximo a Sorocaba, para que São Paulo não tivesse uma grande diminuição em seus rendimentos. Este foi um ponto muito debatido, servindo de base argumentativa para os deputados contrários ao projeto. O deputado paulista Nébias, por exemplo, já havia falado neste sentido, em 31 de maio, como vimos acima. Assim ficava claro que a província de São Paulo tinha muito a perder economicamente com a separação da 5ª comarca.

Mas então por que alguns deputados paulistas eram adeptos do projeto? Uma análise da carreira dos deputados favoráveis e contrários pode ajudar a esboçar uma resposta. Os favoráveis Carlos Carneiro Campos e Joaquim José Pacheco tinham uma trajetória muito semelhante. Ambos haviam nascido na Bahia, indo para São Paulo para cursar direito. Na política, Pacheco foi eleito deputado geral por São Paulo por cinco

⁸⁶¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 2 de junho de 1843, p. 474.

⁸⁶² Idem, p. 475.

⁸⁶³ Ver seção: 2.5 As redes de relação da elite política e economia de São Paulo: o caso de João da Silva Machado.

legislaturas e, em 1839, havia sido presidente da província de Sergipe. Carneiro Campos fora eleito quatro vezes deputado geral por São Paulo. Foi também presidente da província de Minas Gerais em 1842. Eram, portanto, pessoas “de fora”.

Por outro lado, os três deputados que se opuseram ao projeto, José Manuel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge, nasceram em São Paulo e eram todos formados em Direito, além de representarem sua província através do cargo de deputado geral em diversas legislaturas. Estes três tinham trajetórias mais vinculadas à localidade e pode-se pensar que a defesa dos interesses da província era mais forte do que outras considerações políticas.⁸⁶⁴ Foi assim que Fonseca iria se exprimir mais tarde:

Eu devo confessar à câmara (não sei se isto acontece a todos, porém julgo que o que se passa em mim é natural a todos) que o meu patriotismo na verdade não nasce do Brasil para as províncias, o meu patriotismo reporta-se a algum lugar, mesmo circunscrito, e daí é que vai para cima, é que se estende a este todo; o Brasil que adoro... o lugar em que nasci, onde está o meu umbigo, aquele onde cresci, onde pratiquei os brincos da infância, onde estão todos os meus interesses e, o que é mais, as pessoas que me são mais caras, me merecem o maior apoio que é possível.⁸⁶⁵

Apesar do alto teor emotivo na fala do deputado, tendo a compreender que o que permeava a defesa contra o projeto de separação da 5^a. comarca era muito mais um interesse econômico que sentimental. Indivíduos nascidos e com relações cultivadas na província tendiam a possuir interesses econômicos enraizados na localidade, muito mais do que aqueles que vinham de outras províncias, e acabavam atuando politicamente para além de uma única província. Pelas falas contra e a favor do projeto de separação, observa-se no centro da argumentação a questão econômica, mais detidamente, a questão da renda obtida pelo imposto de animais coletados na vila de Rio Negro. Mais uma vez a relação entre política e economia se fez presente nos debates no Legislativo.

Assim, a primeira discussão foi encerrada em 3 de junho, retomando em 14 de junho a segunda discussão. Coincidentemente ou não, neste mesmo dia estava em pauta o problema da punição aos culpados da revolta de 1842. Um dos discursos mais veementes neste dia foi o de Fonseca, criticando ponto por ponto os argumentos favoráveis à separação. O ponto que ele mais se demorou foi o condizente à economia provincial, questionando que renda Curitiba teria:

⁸⁶⁴ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império...* Op. Cit., p. 307-308.

⁸⁶⁵ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 18 de agosto de 1843, p. 797.

Apresenta-se aqui a dos animais que vêm do Rio Grande; é como se todo o café do Rio de Janeiro passasse pela freguesia de Inhaúma e que ela se ufanasse de que este rendimento lhe pertencia. Isto não é renda própria (...) não há ali quase produção agrícola; não há indústria, há algumas fazendas de criar gado. O lugar é delicioso, e é realmente talvez o jardim de São Paulo; tem campos muito belos, mas indústria nenhuma absolutamente.⁸⁶⁶

Em 9 de Agosto, na pauta sobre o projeto de separação, volta a aparecer o tema da punição de São Paulo pela rebelião de 42. O deputado paulista José Manuel da Fonseca remetia à discussão nestes termos, contrariando os itens apresentados para justificar o projeto:

Não é a distância, Sr. Presidente, não é a renda, não é a população, nem coisa alguma destas, que deu nascimento ao projeto que se discute e aos outros dois que estão na casa, e que separam o norte de São Paulo para anexar o Rio de Janeiro! Não, não; é a revolução que desgraçadamente apareceu em São Paulo no ano próximo passado que dá ocasião a tudo isso.⁸⁶⁷

Apesar de terem recomeçado os debates, a segunda fase de análise da proposta de emancipação ficou prejudicada por constantes pedidos de adiamentos. A justificativa era a necessidade de mais informações. Segundo Vitor Marcos Gregório ocorreu uma cisão na bancada paulista na Câmara dos deputados, mas mesmo assim parte dessa bancada conseguiu adiar a aprovação do projeto por tempo indeterminado.⁸⁶⁸ Assim, a discussão se arrastou até agosto, quando foram feitas as últimas tentativas de adiamento da discussão. Na verdade, alguns deputados votavam pelo adiamento “porque desejava[m] que não passe” o projeto, o que seria uma estratégia comum na Câmara.⁸⁶⁹ Decide-se por fim enviar o projeto para o Senado, onde ficou parado por sete anos.

Podemos chegar a três conclusões a partir dos debates em torno do projeto de emancipação de Curitiba. Uma, refere-se à evidência do aumento do poder político dos curitibanos e de seu poder de barganha, em decorrência da posição geográfica de fronteira com o rebelde Rio Grande do Sul e pela maior participação em cargos provinciais; segundo, que recai sobre o elemento econômico, havia um grande questionamento com relação ao imposto sobre animais recolhidos em Rio Negro, na comarca de Curitiba, já que, uma vez separada esta comarca, a província de São Paulo poderia perder uma grande parcela de sua renda; e terceiro, envolvendo as redes

⁸⁶⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 14 de junho de 1843, p. 635.

⁸⁶⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 9 de agosto de 1843, p. 677.

⁸⁶⁸ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império...* Op. Cit., p.274.

⁸⁶⁹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 18 de agosto de 1843, p. 797.

personais, refere-se à relutância em relação ao poder de indivíduos como Silva Machado e sua rede de relações, no sentido de reconfigurar o cenário político e econômico da província de São Paulo.

Apesar de Machado e alguns de seus ex-parceiros estarem distantes do centro que trataria do projeto de separação, a Câmara dos Deputados, eles não estavam alheios enquanto tudo isso acontecia. Vergueiro, Feijó, Paula Souza e Machado, ainda que não estivessem presentes na Câmara dos Deputados, prestavam atenção aos debates que ocorriam com relação à separação de Curitiba. Estes indivíduos recebiam informações através de seus correligionários na Câmara Geral. Vergueiro, Feijó e Paula Souza, mesmo sendo processados por participarem na Revolta de 1842, ainda faziam parte do Senado. Feijó chegou a emitir opinião contra a separação da província.

A despeito das discussões acabarem sem que houvesse se definido a separação da comarca de Curitiba, logo após o final das discussões do projeto, Machado recebeu, em 11 de setembro de 1843, o título de Barão de Antonina.⁸⁷⁰ Mesmo não conseguindo seu objetivo da elevação da 5ª. comarca à condição de província, ele obteve, como resultado de suas ações em 1842, um fortalecimento político expressivo.

⁸⁷⁰ VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La concorde, 1918, p. 48.

4.3 O barão bandeirante. João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas de meados do século XIX

A imagem que se segue resume as práticas indigenistas levadas à cabo pelo governo imperial brasileiro no século XIX, práticas que visavam a catequese e a civilização dos índios. Trata-se do brasão de João da Silva Machado, Barão de Antonina, que recebeu esta titulação por seus feitos na Revolta Liberal de Sorocaba de 1842 e por sua ação junto aos índios. O brasão apresenta uma representação exótica de um período bastante preocupado com a questão dos índios. A heráldica, a arte de compor brasões, foi muito corrompida no Brasil Imperial já que adicionava símbolos que anteriormente não existiam em brasões, como ramos de café, cana-de-açúcar, ferramentas e índios.⁸⁷¹

Figura 4. Brasão do Barão de Antonina



Fonte: Cemitério da Consolação, São Paulo (foto do autor).

⁸⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras.

O que vemos no brasão do Barão de Antonina é um indígena sendo catequizado por uma figura heráldica estilizada, o leão, que segura em suas mãos um rosário e um catecismo. O índio, depondo sua lança, está com a cabeça levemente inclinada, sugerindo uma posição de sujeição. Completando o desenho e fechando a simbologia, junto ao corpo do leão há um machado que possui a dupla representação do sobrenome do Barão, Machado, e da civilização que ele pretendia levar aos indígenas.

Compreenderemos como os liberais estavam mudando sua concepção com relação a dois elementos fundamentais dentro de sua ideologia: a questão da propriedade e, seu desdobramento, a questão da mão de obra. Para além disso, esta sessão nos ajudará também a compreender um pouco mais de algo que foi recorrente na vida de “políticos”, ou seja, aqueles envolvidos com a coisa pública, que viveram no século XIX: a questão de diferenciar o que era público e o que era privado. Um indivíduo que utilizava dinheiro do caixa provincial para conduzir a abertura de estradas que favoreceria a si e a seus pares, estaria se aproveitando de orçamento público? Na mentalidade daquela época, a resposta seria não. Mais uma vez devemos retomar ao ensinamento de Polany, que foi considerado no início deste trabalho, no sentido de que, no século XIX “a economia do homem, como regra, esta[va] submersa em relações sociais”⁸⁷². O econômico e o político não podiam ser dissociados em uma sociedade como o Brasil do século XIX, e indivíduos como Machado faziam uso do aparelho do Estado para, numa base de reciprocidade, ampliar suas bases econômicas.

Entretanto, no contexto de pacificação da província de São Paulo, Machado deixou claro que continuaria a apoiar a defesa na região, mas faria “tudo quanto puder como simples particular mas nunca como empregado público, afim de não aturar sevandijas [parasitas], pois nunca transigi [tolerei] e nem transijo com malvados, seja qual for a cor que apresentem”.⁸⁷³ Foi na linha cinzenta da separação entre interesses particulares e públicos com relação à questão de terras e aldeamentos indígenas que Machado atuou.

a) Expandir para os sertões: a trajetória de João da Silva Machado

⁸⁷² POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944], p. 61.

⁸⁷³ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 31 de Agosto de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p. 68-70.

A trajetória econômica e política de Machado que temos analisado nos capítulos precedentes, nos ajudou a compreender como ele acumulou um grande cabedal e conquistou um grande prestígio político. Mas isto foi apenas parte da razão para o recebimento de seu título de barão. A sua atuação junto aos índios fornece a explicação para a outra parte e é isto que terei como enfoque nesta seção.

De tal forma a atuação de Machado com os aldeamentos estava entrelaçada em sua trajetória, que nem bem se esvaiu a poeira levantada pelos cavalos das tropas pacificadoras de Caxias em Sorocaba, ele já esboçava os planos para descoberta de novas terras. Na mesma carta de 31 de agosto de 1842, em que ele relatou ao presidente da província o “abandono em que deixei meus pequenos negócios e cobranças”, prontamente descrevia as “primeiras descobertas dos campos que denominam Paiqueré”,⁸⁷⁴ região a oeste de Curitiba. Portanto, é a esses novos projetos que me dedicarei a analisar na presente seção.

De início é pertinente entender em como estava a questão indígena em meados do século XIX. O “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios” de 1845, foi a mais importante lei indigenista do Império, que acabou vigorando até 1889. Esta legislação organizou os aldeamentos, estabelecendo um organograma funcional que chegava até o Imperador. Cada província possuiria um Diretor-Geral de Índios, nomeado pelo monarca. Em cada aldeamento haveria um diretor de aldeia, indicado pelo diretor-geral, e mais alguns funcionários. Aos missionários ficaria destinada a função de catequese e educação dos indígenas, e aos outros funcionários questões da administração do aldeamento.

Este regulamento foi fruto de inúmeros debates em diversos círculos de poder, (como por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁸⁷⁵), um debate complexo que visava as formas de incorporação dos índios ao Império. Neste momento, outras questões também teriam impacto na elaboração da legislação indigenista e na atuação junto aos índios, dentre elas a mão de obra e o acesso à terra. É de suma importância, portanto, ter em mente a simultaneidade destes elementos.

⁸⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

⁸⁷⁵ KODAMI, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado em história), Puc, Rio de Janeiro, 2005, especialmente capítulo 3; MOTA, Lucio Tadeu. O instituto histórico e geográfico brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado nacional. *Diálogos*, Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175, 1998; SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (mestrado em história) USP, São Paulo, 2006, p. 89-92.

Desde fins do século XVIII até a feitura do “Regulamento”, discutia-se como deveria ser o tratamento dispensado aos índios, se de extermínio ou de incorporação. No final do século XVIII e ao longo da primeira metade do XIX, ocorreu um renovado interesse que conectou índios às questões de terras. Fato também significativo é a retomada de discursos e práticas antigas. Procurava-se civilizar os índios através da evangelização e os executores destes projetos em pleno Império passaram a ser chamados por alguns como “bandeirantes”, já bem mais reduzidos que os antigos predores. Esse resgate da velha tradição paulista ligava-se a um sentimento de pertencimento à província que ultrapassa todo o novecentos e que legitimava diversos discursos políticos.

Foi o que ocorreu na manifestação que a Câmara da Vila de Curitiba enviou para o presidente da província de São Paulo comentando a campanha comandada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot pelos campos do Paiquere, no sertão de Guarapuava, a mando de João da Silva Machado, no ano de 1842:

uma sociedade animada daquele espírito aventureiro, que tanto distinguiu aos antigos paulistas, não preocupando-se com os extraordinários dispêndios e sacrifícios (...). Sete homens distintos por seu valor, vagando por estes vastos sertões embarcando-se no rio Piquiri e deste saindo em outro de imensa profundidade e largura, que supõe-se será o [rio] Paraná.⁸⁷⁶

No pensamento dos indivíduos que estavam convivendo com o contexto de exploração e aproximação dos índios o passado era algo glorioso que deveria ser buscado. Daí a escolha de locais que, como os campos do Paiquere, sinalizavam territórios onde se desenvolveram as missões jesuíticas do Guairá no século XVII. João da Silva Machado teria ido até os arquivos de Buenos Aires para reunir informações sobre as antigas reduções missioneiras.⁸⁷⁷ Também pediu a seu irmão Francisco de Paula e Silva para verificar os vestígios das estradas do tempo dos jesuítas na região de Cruz Alta, na província do Rio Grande.⁸⁷⁸ Os termos “bandeira” ou “bandeirante”, da mesma forma eram muito utilizados para se referir àqueles que empreendiam viagens de contato com os nativos. Numa revitalização do termo, o bandeirante agora era o

⁸⁷⁶ APESP. *Ofícios diversos*. Curitiba, Caixa 209, ordem 1004, 26 de abril de 1842, para Monte Alegre.

⁸⁷⁷ MACHADO, João da Silva. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominado Paiqueré. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 5, 1885, p. 109-17.

⁸⁷⁸ BRZEZINSKI, Elton. Chiapetta. Um resgate de sua história. IN: www.pmchiapetta.com.br. (acessado em 06/03/2011).

explorador pacífico que procurava encontrar índios para os civilizar. ‘Bandeirante’ era um epíteto elogioso e amplamente empregado na metade do século XIX.

Termos caros ao bandeirantismo foram empregados para se referir às viagens dos sertanistas que depois trabalhariam para o Barão de Antonina, como ‘bandeira’⁸⁷⁹, ‘entradas’⁸⁸⁰ e ‘derrotas’⁸⁸¹. Mesmo as viagens fluviais de São Paulo até o Mato Grosso remetiam às monções, utilizando-se de suas antigas rotas e práticas utilizadas no século XVIII.⁸⁸²

Um passado buscado, mas também atualizado, pois tanto jesuítas quanto bandeirantes não eram lembrados como símbolos de virtude. Jesuítas já não havia mais no Brasil, além de serem lembrados como egoístas ao utilizar indígenas como escravos. A lembrança da destruição de aldeamentos por parte dos bandeirantes também estava fresca na memória dos paulista. Assim, o que se queria reviver era o empenho religioso em catequisar os índios e o destemido espírito dos bandeirantes para alcançar lugares distantes.

Assim, numa sempre presente atualização de termos, procurava-se buscar os indígenas no extremo oeste e trazê-los à civilização através de sua redução em aldeamentos. Neste sentido, um testemunho do pensamento da época é encontrado na ‘Notícia Raciocinada...’ composta por José Joaquim Machado de Oliveira⁸⁸³, que fazia um histórico da presença indígena e dos aldeamentos na província de São Paulo até 1846. Como um dos fundadores do IHGB, Machado de Oliveira trazia em seus escritos o pensamento presente nesta entidade, fato que transpareceu nas linhas de seu texto publicado na revista daquele instituto. O método de catequese dos jesuítas era vista com bons olhos, sendo somente a ganância que viria a corromper os ideais dos primeiros religiosos, transformando os nativos em escravos.⁸⁸⁴ Por isso, o autor não poupou crítica

⁸⁷⁹ APESP. A bandeira de Joaquim Francisco Lopes, 1829. IN: *Boletim do Departamento do arquivo do Estado de São Paulo*, maço 1, vol III, 1943.

⁸⁸⁰ AYROSA, Plínio. As ‘entradas’ de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 28, 1930, p. 221-229.

⁸⁸¹ CAMPESTRINI, Hildebrando (Org.). As derrotas de Joaquim Francisco Lopes. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, 2007.

⁸⁸² SILVA, Valderes Antonio da. *Os fantasmas do Rio*. Um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê. Dissertação (mestrado em história), Unicamp, 2004.

⁸⁸³ OLIVEIRA, Joaquim Machado de. Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios na província de s. Paulo, desde o seu começo até a actualidade. IN: *Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: tomo 08, 1846, p. 204-54.

⁸⁸⁴ Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB e secretário até 1846, escreveu diversos textos para a revista do Instituto defendendo o sistema de catequese desenvolvido pelos jesuítas. Ver: DOMINGOS, Simone Tiago. Os jesuítas e a unidade nacional segundo a Revista do IHGB (1839-1889). *Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México: Política y Cultura*, Núm. 31, (2009), p. 161-79.

à administração dos aldeamentos durante o período colonial, mas elogiou a função que diversos religiosos vinham desempenhando no século XIX.

Ao finalizar seu texto, Machado de Oliveira apontou o lado humanitário e filantrópico do debate nacional acerca do tramentos destinado aos índios e também que

cumpria-se dar a maior expansão para mais bem calar e melhor impressionar-se no ânimo dos governantes a viva necessidade de se promover e garantir a civilização e bem-estar dos indígenas, desses desgraçados filhos do solo brasileiro, na frase do Barão de Antonina, que devem suscitar todas as simpatias, e reclamam todas as considerações.

Foi neste sentido que ele trabalhou quando assumiu o cargo de Diretor dos Índios da província de São Paulo, cuidando para destinar investimentos em catequese e civilização.

A versão editada na revista do instituto traz um anexo que ajuda a contextualizar melhor o texto: trata-se de uma carta de João da Silva Machado dirigida ao Presidente da província, Joaquim José Luís de Souza⁸⁸⁵. Nesta carta, escrita em 1843, Machado iniciou relatando o aparecimento de indígenas em sua fazenda em Itapeva, usando isto como pretexto para discorrer acerca da necessidade de civilizá-los, já que eram “dóceis” e “pacíficos” e relatando estratégias de aproximação, remetendo aos aldeamentos.

Assim sendo, os aldeamentos foram organizados durante o Império através do Regulamento de 1845, mas a prática de aldear índios era antiga, datando de pelo menos o século XVI, quando os jesuítas pensavam não haver outro método de catequizá-los. Machado sempre procurava atuar de acordo com os ditames do “Regulamento”. Em 1843, por exemplo, ele conseguiu, por intermédio do Imperador, que frades capuchinhos da Itália atuassem na catequização dos índios de suas propriedades, em Rio Negro, e nos aldeamentos por ele fundados, como o de Faxina.⁸⁸⁶ Este aldeamento, no qual o Barão era diretor e no qual atuava o missionário Frei Pacífico de Monte Falco, foi considerado um dos mais prósperos da província de São Paulo⁸⁸⁷, chegando a agregar 430 aldeados que trabalhavam na agricultura com a sua produção destinada aos cerca de dois mil habitantes do entorno do aldeamento.⁸⁸⁸

⁸⁸⁵ *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier livreiro Editor, 1846, tomo 08, p. 250-254.

⁸⁸⁶ IBGE. *Itaporanga*. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>, (acessado em 06/03/2011).

⁸⁸⁷ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 09/06/1848.

⁸⁸⁸ MERCANTE, Maicon Fernando. *Aldeados e africanos livres: Relações de compadrio e forma de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)*. Dissertação (mestrado em história), UPFR, Curitiba, 2012, p. 59.

Assim, compreende-se porque os aldeamentos também serviam aos interesses dos colonos que residiam em torno, já que poderiam neles se abastecer de alimentos e de mão de obra. Segundo Manuela Carneiro Cunha, “os descimentos de índios para perto das cidades ou sua concentração em missões foram constantes na colônia” e, “no século XIX, a política de deportação e concentração de grupos indígenas continua. No Regulamento das Missões, em 1845, essa política é, aliás, explicitada (art. 1º. Par 2 e 4).”⁸⁸⁹

b) “Filantropo privado”: interesses públicos e privados no estabelecimento de aldeamentos

No século XIX, os aldeamentos serviram a interesses diversos que agora passo a focar. Em primeiro lugar, retirava grande número de nativos de regiões disputadas para atividades pastoris ou agrícolas; em segundo, podia assentar os índios em rotas fluviais como a que ligava São Paulo ao Mato Grosso, ou o Paraná ao Mato Grosso; em terceiro, podia colocá-los junto às instalações militares. Para Marta Amoroso, “em todos estes casos, os aldeamentos serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão de obra”.⁸⁹⁰

As atividades do Barão de Antonina referentes aos aldeamentos evidenciam aspectos do projeto indigenista imperial, já que como ninguém, ele atuou em diversas etapas do estabelecimento destas aldeias. Convém acompanharmos seus passos.

Para além de suas atividades econômicas, políticas e administrativas, João da Silva Machado empenhou-se na questão dos índios como um “filantropo privado”, auxiliando em competências do Estado.⁸⁹¹ Segundo John Montero, a filantropia para com os índios, no sentido de atraí-los, abrigá-los e civilizá-los, ocorria em momentos pontuais no século XIX. Mas mesmo esse altruísmo estava ligado à noção de que cabia ao Estado regular o problema indígena, portanto os empreendimentos de Machado nesta direção convergiam com os interesses do Estado.⁸⁹²

Assim, a partir dos anos 1840, Machado empreendeu uma série de viagens ao oeste do que viria a ser a província do Paraná até o Sul do Mato Grosso, com o objetivo

⁸⁸⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992, p. 143.

⁸⁹⁰ Idem, p. 144.

⁸⁹¹ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência em Antropologia), Unicamp, Campinas, 2001, p. 145.

⁸⁹² Idem, p. 142-157.

de estabelecer uma via de comunicação fluvial entre Curitiba e Cuiabá, interligando as bacias dos rios Paraná e Paraguai. Machado financiava estas expedições dividindo as expensas com o Estado. Em algumas delas ele acompanhou os desbravadores e desenvolveu uma boa relação com os índios da tribo Kaiowá, como veremos. Nestas viagens, os membros da expedição acabaram entrando em contato com indígenas e deslocando parte deles para aldeamentos, além de demarcarem imensas posses territoriais para Machado.⁸⁹³

A criação de aldeamentos se desenvolvia simultaneamente às suas viagens. Fruto de suas pesquisas antes mesmos das jornadas iniciarem Machado apontou a possibilidade de reconstrução das Missões Jesuítas de Guairá, formando aldeamentos modernos.⁸⁹⁴ Neste sentido, ele utilizou antigas noções para propor o que considerava que fossem soluções para necessidades presentes, relativas à expansão econômica e à segurança territorial nas fronteiras do país. Estas demandas seriam grandemente apoiadas por diversos níveis administrativos do Império.

O próprio Machado tinha algum conhecimento das regiões nas quais propunha estabelecer os aldeamentos, pois já vinha pesquisando sobre elas. Por volta de 1830, ele fez uma viagem a Buenos Aires, para procurar documentos referentes a aldeamentos jesuíticos.⁸⁹⁵ Um irmão seu, Francisco de Paula e Silva, residente no Rio Grande, em 1831 havia sido designado para uma comissão responsável para descobrir vestígios de estradas do tempo dos jesuítas no oeste desta província.⁸⁹⁶ Portanto, parece que Machado tinha uma boa experiência importante para os projetos com relações aos indígenas.

Uma correspondência enviada ao então presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre em meados de 1842 evidencia alguns aspectos dos projetos de Machado e a maneira que ele iria encaminhá-los. Na carta, ele relatava as

(...) primeiras descobertas dos campos que denominam Paiquerê, e que vão dar um valor extraordinário a esta comarca, estendendo-se por terrenos que logo serão povoados até a margem esquerda do grande [rio] Paraná.

⁸⁹³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil meridional. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, no. 30, 1995, p. 137-155.

⁸⁹⁴ MACHADO, João da Silva. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges. Op. Cit.

⁸⁹⁵ Idem.

⁸⁹⁶ OLIVEIRA, Odilon Gomes. *Santo Augusto*, 1815 até 1940. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p 23.

Quando se engajavam há dois anos as tais companhias exploradoras, convidaram-se com empenho para tomar parte e eu anuí, não só para animá-las como também para ficar em dia com a notícia das descobertas.⁸⁹⁷

Na mesma carta ele pedia a Monte Alegre que, caso estivesse na Corte do Rio de Janeiro,

colhe[sse] alguns dados sobre a tal cidade de Guaíra e aldeamentos que ali tiveram os jesuítas espanhóis por há escritos desse tempo e talvez que o Visconde de S. Leopoldo possua uma obra antiga das descobertas dos jesuítas no Paraguai.

Li algo a respeito mas não fiquei suficientemente orientado por faltar-me o 1º tomo que trata da mencionada cidade e povoações adjacentes na margem esquerda do Rio Paraná, as quais parece, foram abandonadas há 211 anos.

Portanto, Machado procurava em sua amizade influente com Monte Alegre o apoio para suas atividades de descoberta de terras desconhecidas.

Para as incursões aos sertões na busca pelo estabelecimento de aldeamentos, Machado contratou indivíduos experientes neste tipo de empresa: à frente, iam o sertanista mineiro Joaquim Francisco Lopes e o desenhista norte-americano João Henrique Elliot. Lopes que, desde pelo menos a década de 1820, fazia reconhecimento do sertão do Mato Grosso⁸⁹⁸. Elliot, como havia sido guarda marinha norte-americano, possuía valiosas experiências como mapista e desenhista.⁸⁹⁹ Em algumas expedições o próprio Machado ia junto, acompanhado de seu genro, Luiz Vergueiro, que também desempenhou papel importante no projeto.⁹⁰⁰ Como Marta Amoroso nomeou, as ‘jornadas meridionais’ organizadas por Machado foram composta de sete viagens, entre os anos 1845 a 1852, sem contar as expedições ‘preparatórias’ anteriores.⁹⁰¹

Nestas viagens iniciais, de variadas distâncias e durações, os sertanistas encontravam novas terras, pasto para o gado, estabeleciam entrepostos e iam fazendo contato com diversas tribos indígenas, aproveitando para perceber suas condições de vida. Algumas vezes eram os próprios índios que serviam de guias. Depois da

⁸⁹⁷ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 31 de Agosto de 1842. Op. Cit.

⁸⁹⁸ LOPES, Joaquim Francisco. Roteiro de uma picada levada a efeito por Joaquim Francisco Lopes, por determinação do presidente da província do Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno. IN: CAMPESTRINI. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Op. Cit.

⁸⁹⁹ AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão*. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese (Doutorado em história), USP, São Paulo, 1998. p. 54.

⁹⁰⁰ Ver ELLIOT, João Henrique. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itaraté, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjancetes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. IN: *Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro editor, 1869, tomo 9, p. 17-42.

⁹⁰¹ ELLIOT, João Henrique. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde... Op. Cit.

preparação, foi a partir de 1845 que começou a se efetivar a viabilização de uma via de comunicação para Mato Grosso. Em agosto deste ano, o Barão de Antonina “fez seguir uma bandeira constando de dezenove pessoas” com destino àquela província, sendo o Barão o “testa da expedição”, como foi descrito por Elliot:

O exmo. Sr. Barão de Antonina, tendo feito explorar os sertões entre os rios Verde, Itararé e Cinza, enviou esta expedição a explorar os rios Verde, Itararé, Paranapanema, e seus tributários o Tibagi e o Pirapó; procurar os lugares das extintas reduções dos jesuítas, descer pelo Paraná, e subir pelo Ivaí até um caminho feito por ordem do mesmo Exmo. Sr. Barão.⁹⁰²

Nestes empreendimentos, buscava-se sempre tratar os índios com brandura, como anota Elliot quando do encontro com uma índia:

deu-se-lhe alguns lenços, um mosquiteiro, e outras bagatelas, com que se mostrou apaziguada, e a deixamos em paz com seus pequenos filhos, que podíamos tomar conforme o uso e costume dos sertanistas se não fora nossas convicções, e o cumprimento das terminantes ordens do Sr. Barão, que sempre nos recomenda toda a brandura com esta gente a fim de por em prática seu plano de catequese, o que já em parte tem conseguido.⁹⁰³

Um dos objetivos principais, como o próprio título do manuscrito oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro denotava, era “descobrir uma via de comunicação entre o posto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província do Mato Grosso”.⁹⁰⁴

Finalmente, a 14 de junho de 1847, tendo como porto de embarque o rio Tibagi, saíram Lopes, Elliot e mais três “camaradas” rumo à província de Mato Grosso. Após seis meses de viagem, os sertanistas retornaram e mostraram a possibilidade de um novo caminho de 228 léguas, encurtando em 227 léguas a antiga rota.⁹⁰⁵

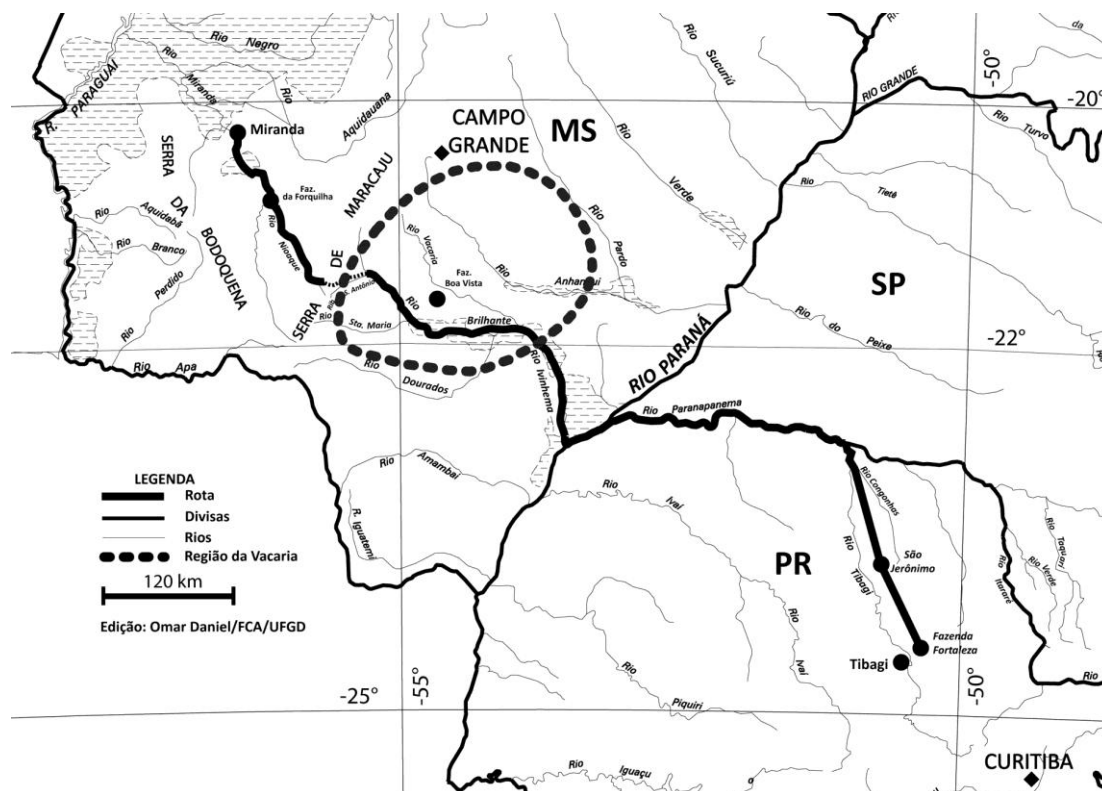
⁹⁰² Idem, p. 17.

⁹⁰³ ELLIOT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo sr. Barão de antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro editor, tomo 10, (1870), pp. 153-77.

⁹⁰⁴ Idem.

⁹⁰⁵ ELLIOT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas, Op. Cit. p. 160-177. Pontos da rota estabelecida pelos sertanistas: Iniciando em Antonina, Castro, São Jerônimo, Rio Tibagi, Rio Paranapanema, Rio Paraná, (aqui já se entra no Mato Grosso), Rio Avinheima, Rio Dourados, Rio Mondego, desembarque no forte de Miranda, depois caminho por terra até a povoação de Albuquerque.

Mapa 2. Rota feita por Lopes e Elliot em junho de 1847



Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de vacaria do Sul de Mato Grosso: Considerações sobre a terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo. Peões, vaqueiros & cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 219-250. (Coleção Malungo, 17).

O plano de catequese empreendido pela expedição organizada pelo Barão de Antonina estava de acordo com o que se debatia no interior dos gabinetes. Para os membros do IHGB o melhor sistema de colonizar índios era pela maneira pacífica e procurando criar determinadas necessidades entre os índios. O cônego Januario da Cunha Barbosa expressaria estas convicções em discurso que pronunciou no Instituto em janeiro de 1840: “o comércio tem sido um poderosíssimo instrumento da civilização

dos povos.”⁹⁰⁶ O Barão de Antonina parece ter emulado estas e outras ideias debatidas portas adentro do Instituto e as levado ao sertão. Em uma carta, escrita em 1843, dirigida ao presidente da província de São Paulo, ele relatou os benfazejos efeitos do comércio entre os índios:

[uma] tribo [que] compõe-se atualmente de 200 indivíduos mais ou menos, e achando-se alojada há bastante anos no mencionado lugar [na margem esquerda do rio Taquari], tem conseguido, pelo comércio com os moradores vizinhos ao sertão, um tal qual polimento, que os coloca em um termo médio entre a civilização e a barbárie. Seu caráter dócil e pacífico os têm feito amados de todos os moradores vizinhos, que, com os poucos presentes que suas circunstâncias lhes permitem dar, tem cativado a afeição de tão boa gente; de sorte que hoje não é raro verem-se os indígenas desta tribo virem à vila trocar por ferramentas e vestuário alguma cera e mel, que com bastante custo ajuntam no sertão.⁹⁰⁷

Por isso muito se gastava em presentes destinados aos índios, como transparece da correspondência trocada entre o Diretor Geral dos índios da província de São Paulo e desbravadores do sertão.⁹⁰⁸ Os presentes para a troca eram os mais variados, como machados, foices, panos de algodão e roupas. O Barão de Antonina parece ter dado um passo a mais nestas trocas, pois também incluía fumo, sal, açúcar, e aguardente, utilizando uma estratégia que Marta Amoroso chamou de “conquista do paladar”.⁹⁰⁹ O paladar era tido pelo Barão como a porta de entrada da civilização cristã. Talvez por isso fosse bem vindo entre os índios, como podemos ver através do relato de uma viagem pela região oeste do que viria a ser a província do Paraná. A crer no que relatou um dos membros das expedições por ele preparadas, quando Machado chegava a uma aldeia,

os índios preparam para sua recepção uma casa ornada com ramos, flores silvestres e jarivás, e enfeitando-se com turbantes e penachos de lindas penas, apresentaram muitos pássaros domesticados; mostrando destarte grande prazer pela presença de seus hóspedes, principalmente pela de seu benfeitor, a quem parecem amar em extremo, pois conhecem quanto este grande patriota e útil cidadão tem feito em seu benefício; o qual por um rasgo da mais pronunciada filantropia tem, a expensas suas, feito desterrar a fome do grêmio de suas famílias, e preservado as mesmas dos rigores da nudez. O

⁹⁰⁶ BARBOSA, J. da C. Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; (...). IN: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, t. 2, n. 5, (1840).

⁹⁰⁷ *Cópia da participação oficial, que em data de 2 de setembro de 1843 dirigiu João da Silva Machado (hoje Barão de Antonina) ao governo da província, acerca dos alojamentos de indígenas no município de Itapeva. Revista trimestral do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, tomo 08, 1867, p. 251.

⁹⁰⁸ Veja-se por exemplo APESP. *Ofícios diversos*. São Paulo, caixa 100, ordem 898. 27/04/1843

⁹⁰⁹ AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit. p. 61-66.

exmo. Barão, acolhendo-os com afago, repartiu entre eles aguardente, fumo, rapadura, sal, roupas, miçangas, etc.⁹¹⁰

Para John Monteiro o que se depreendeu de muitas propostas do trato com o índio foi uma conciliação de políticas aparentemente contraditórias de agressão e assistência, uma ação coerente com a tradição expressa na legislação e política coloniais, para as quais “a espada nunca estava muito distante da cruz”.⁹¹¹ De acordo com Lucio Tadeu Mota, as elites políticas do Império se apoiavam principalmente no IHGB como referencial teórico e metodológico para o tratamento da questão indígena.⁹¹² Neste sentido, João da Silva Machado atuava como representante do plano de incorporação do indígena propostos pelo IHGB. Como sócio do Instituto, enviava cartas relatando suas pesquisas e viagens de aproximação com os indígenas. Sua relação com esta organização era estreitada pela amizade com José Joaquim Machado de Oliveira, sócio fundador do IHGB.

Machado de Oliveira também possuía um vasto conhecimento geográfico graças aos cargos militares e administrativos que desempenhou. Participou das campanhas no Sul, na Cisplatina, foi presidente de província no Pará (1832), Alagoas (1834), Santa Catarina (1837), e Espírito Santo (1840), e também foi deputado pelas províncias de São Pedro, Santa Catarina e São Paulo. Além disso, atuou em outros cargos, como fiscal da fábrica de pólvora Ipanema, e desempenhara a importante função de Diretor Geral dos Índios e Delegado da Diretoria Geral de Terras Públicas da província de São Paulo. Assim, possuía experiência suficiente para escrever uma *Notícia raciocinada das aldeias da província de São Paulo*.⁹¹³

Machado de Oliveira e o Barão de Antonina trocavam diversas correspondências. No ano de 1846, aquele enviou ao IHGB diversos objetos, mapas e relatos de viagens ao Mato Grosso e Pará por intermédio do Barão de Antonina.⁹¹⁴ Junto ao texto da *Notícia raciocinada*, seu autor fez anexar uma carta do Barão para melhor contextualizar a situação dos indígenas. Quando Machado de Oliveira foi nomeado para Diretor Geral dos Índios na província de São Paulo, a relação missivista continuou, agora com um caráter oficial, ainda mais quando Machado se torna diretor de alguns aldeamentos.

⁹¹⁰ ELLIOT. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora. Op. Cit.

⁹¹¹ MONTEIRO. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Op. Cit., p. 151.

⁹¹² MOTA. O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Op. Cit., p. 22.

⁹¹³ KODAMI. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil*. Op. Cit.

⁹¹⁴ Idem, p. 212, nota 61; p. 214, nota 64.

Foi através do Diretor Geral dos Índios que o Barão de Antonina encaminhou o ressarcimento dos gastos da viagem que tinha como objetivo descobrir uma rota mais curta para o Mato Grosso. Segundo uma carta enviada ao Imperador, João da Silva Machado apresentou a despesa “com a última exploração a cargo do sertanista Joaquim Francisco Lopes, a fim de verificar-se definitivamente a navegação até o presídio de Miranda na província de Mato Grosso, conforme consta do itinerário que me apresentou o mencionado sertanista.”⁹¹⁵ O montante chegava à 5:145\$ (cinco contos, cento e quarenta e cinco mil-réis). Mesmo tendo sido designado pela Coroa para o empreendimento, que acabou se desdobrando em sete viagens, Machado pede

que eu seja indenizado destas duas quantias que dispendi a bem do serviço público, pois as que fiz em seis explorações antecedentes para chegar ao resultado de abrir uma comunicação desta província para a de Mato Grosso eu não exijo indenização alguma, pois estou pago com o bem que tenho promovido, aplanando dificuldades com que até agora se levanta para fazer chegar àquela província, os efeitos de que ela depende; e mesmo ao governo quando tiver de fornecer trem bélico para fazer respeitar a extensa fronteira limítrofe com diversos estados da America Espanhola que agora se torna muito mais fácil conforme V. Exa verá pela expedição do mencionado itinerário.⁹¹⁶

Não é possível saber se o Barão de Antonina fazia ou não uso do fundo provincial destinado à catequese e civilização dos indígenas. Apesar de diversos relatos de ressarcimentos como aponta Marta Amoroso⁹¹⁷, parece que não, já que diversas vezes remetia os gastos direto ao Imperador, sem relação, portanto com o gasto provincial.

Aqui, devemos fazer uma ponderação do que afirma Fernanda Sposito, acerca das ações do Barão. A autora afirma:

João da Silva Machado, buscando expandir suas terras e explorar novas rotas para seu gado em direção ao Mato Grosso, concebeu a *ardilosa estratégia* de utilizar verba pública para conseguir os seus intentos. Com uma visão de conquistador, que desqualificava os indígenas como dotados de capacidade intelectual, usava um projeto de “catequese e civilização dos índios” como o meio de obter seus intentos de expansão.⁹¹⁸

Ela tem razão quando diz que Machado procurava expandir seus negócios, algo a que voltaremos à frente. Mas quando trata da utilização de verba pública, deve-se

⁹¹⁵ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 23/10/1849.

⁹¹⁶ Idem.

⁹¹⁷ AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit., p. 50.

⁹¹⁸ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Op. Cit., p. 205. Ênfase minha.

aprofundar sua interpretação, no sentido de que ele utilizava-se dessa forma de “capitação de recursos,” mas que isto se configurava uma maneira mais complexa do que simplesmente uma “ardilosa estratégia”.

Machado não havia pedido ressarcimento de outras seis viagens que fez anteriormente e as realizou a mando da Coroa. Segundo correspondência oficial, o objetivo de Machado era colocar os indígenas em aldeamentos destinados especificamente para esta função, por entender ser esta a melhor maneira de civilizá-los e os catequizar.⁹¹⁹ E mais, o orçamento provincial para catequese e civilização dos índios em São Paulo na década de 1840 era de 5:000\$ (cinco contos de réis),⁹²⁰ o que era inferior ao valor desta única viagem do Barão, portanto, os cofres provinciais não podiam, nem que quisessem, suprir esta quantia. Por último, esclarecedor dessa situação, pode ser citada uma carta enviada em junho de 1852, por José Joaquim Machado de Oliveira para o então vice-presidente da província, Hipólito José Soares de Sousa. Neste ofício, Oliveira constatou a recepção da notícia do sucesso do aldeamento de índios de Jataí e assinala que este aldeamento foi formado “por disposições imediatas do governo imperial transmitidas diretamente ao Barão [de Antonina]” e que “nenhuma ingerência pode ter nele a Diretoria Geral dos Índios desta província.”⁹²¹ Portanto, a utilização de verba pública deve ser relacionada com os interesses do Império, de afirmação de fronteiras e remodelação da mão de obra, conjuntamente com os interesses particulares dos envolvidos nas frentes de ações do governo central. Era uma via de duas mãos.

Machado realmente tinha interesses econômicos, empreendendo um projeto de expansão de suas terras e negócios ao mesmo tempo em que procurava estabelecer uma rota com o Mato Grosso, algo que estava na pauta dos debates provinciais e na Corte, devido a dois fatores principais: ampliação do mercado de animais e terras e defesa fronteira. Neste sentido, a Coroa não poupava gastos em conectar aquela região com o resto do Brasil e era nesta brecha que indivíduos como João da Silva Machado entravam. Assim, e agora concordo com Sposito, “os elos do poder deste Estado foram unidos, criando correspondência entre as práticas dos moradores das distantes vilas

⁹¹⁹ Por exemplo, em um ofício de 09/06/1848, José Joaquim Machado de Oliveira relata notícias de vários aldeamentos na província de São Paulo, apontando que um dos poucos que funcionavam à contento era o de Faxina, graças em parte à proteção do Barão de Antonina. APESP, *Ofícios diversos*, Faxina, caixa 218, ordem 1013, 09/06/1848. Este aldeamento parece ter sido um exemplo de funcionamento na província, pois mais tarde o mesmo Machado de Oliveira fala na prosperidade dele, apesar do apertado subsídio que a Assembleia Legislativa o destinava. APESP, *Ofícios diversos*, caixa 218, ordem 1013, 16/03/1852.

⁹²⁰ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Op. Cit., p. 197.

⁹²¹ APESP. *Ofícios Diversos*. São Paulo, caixa 100, ordem 895, 28/06/1852.

paulistas e um projeto de Estado de intelectuais e políticos da Corte no que se referia às populações indígenas.”⁹²²

Machado era o mediador entre os administradores imperiais e os índios em uma figura híbrida de Barão de Antonina, para os políticos da Corte, e “Pai-Guassú” para os índios. Este termo, utilizado pelos índios Cayuaz em referência ao Barão, e resgatado por Elliot e Lopes, aponta a visão positiva que os índios possuíam de Machado.⁹²³ A atuação do Barão de Antonina/Pai Guassú se configurava em um espaço fluído que diluía os limites entre o público e o privado.

O primeiro motivo de se pretender a conexão com o Mato Grosso residia na necessidade de abastecimento de animais para o Sudeste. O negócio de animais vinha crescendo muito desde 1808, com a vinda da família real e posterior crescimento demográfico, proporcionando aos envolvidos grandes lucros e ascensão política.⁹²⁴ Os animais supriam necessidades de alimento, vestimenta e, principalmente de transporte. Com a ascensão do café a partir de 1820 na região do Vale do Paraíba⁹²⁵ e no interior em direção a oeste, a venda de gado muar para transporte atingiu níveis altíssimos.⁹²⁶ Partindo de Viamão, no Rio Grande do Sul, os animais eram internados ao longo do caminho, até chegarem a Sorocaba, em uma viagem que poderia durar de seis meses a um ano. Para a engorda e descanso dos animais, um processo denominado internada, Machado adquiriu várias propriedades. E, neste momento, se queria expandir seu negócio, precisava ampliar suas terras. Foi desta forma que Machado começou a lançar primeiras vistas em terras no extremo oeste da província de São Paulo e depois no Sul da província de Mato Grosso.

⁹²² SPOSITO. Nem cidadãos nem brasileiros. Op. Cit., p. 190.

⁹²³ O termo Pai-guassu, que os índios utilizavam em referência ao barão, foi colhido por Joaquim Francisco Lopes. LOPES, Joaquim Francisco. Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de S. Paulo e a de Matto-Grosso pelo baixo Paraguay. *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brasil*, 1850, tomo 13, p. 333; BARBOSA, Pablo Antunha. Notas sobre el cacique Libânio y el barón de Antonina en lós aldeamientos indígenas de lãs provincias meridionales del Brasil Imperial (1840-1889). IN: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, acessado em 03 de Janeiro de 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/64988> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.64988, p. 6

⁹²⁴ LENHARO. *As tropas da moderação*. Op. Cit.

⁹²⁵ MARCONDES. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira*. Op. Cit. ; BETHELL. *Historia de America Latina*. Vol 6. Op. Cit., p. 353.

⁹²⁶ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*. Op. Cit., cap.3. Na mais importante feira de venda de animais que ocorria anualmente em Sorocaba, o ápice foi registrado na década de 1850, com uma média de 40.917 de muares anuais. KLEIN. A oferta de muares no Brasil central. Op. Cit., p. 356-57. Para o período de 1831 a 1869, João da Silva Machado foi o que possuía o maior número de animais passando pelo registro de Rio Negro, no Sul da futura província do Paraná. SUPRINYAK. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 97.

Num período anterior aos dispositivos da Lei de Terras, em que a propriedade de terras se dava através da simples posse, a constituição de enormes possessões territoriais foi comum no Sul do Brasil.⁹²⁷ Por exemplo, parte da região da Vacaria⁹²⁸, no Sul do antigo Mato Grosso, foi registrada por Lopes em nome do Barão.⁹²⁹

Machado, por ocasião da preparação de viagens aos campos do Paiquere, no oeste de Guarapuava, escreveu ao então presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, em 31 de agosto de 1842, contando-lhe os objetivos de se descobrir tais campos:

Se com efeito forem extensos os campos e que prometam vantagens, eu quisera que V.E. fosse contemplado com uma sesmaria, afim de comprar-se mais uma ou duas aos sócios pobres (que se toma o cuidado de fazer aquinhoar ao pé) e por esta maneira se adquire um terreno extenso e por pouco dinheiro o qual para o futuro deve ser alguma coisa, e demais disso acho lisonjeiro ter possessões em diversos pontos ainda mesmo que as vantagens não correspondam.⁹³⁰

Talvez tenha sido com esse subterfúgio de comprar terras aos sócios pobres por baixo valor que Machado anexou uma imensa extensão de terras no Sul do Mato Grosso, calculada em 90 mil quilômetros quadrados.⁹³¹

Desde o século XVIII formou-se nos arredores de Cuiabá uma economia agropecuária destinada ao abastecimento regional das áreas mineradoras. Entretanto, devido à distância com relação ao Rio de Janeiro e outros centros, e pelo limitado mercado consumidor local, a pecuária acabou entrando em declínio. Segundo Armen Mamigonian, a abertura de fazendas de criação no Sul do Mato Grosso no século XIX estava ligada à expansão de três áreas pecuárias distintas: norte de Mato Grosso (capitaneada por Cuiabá e Pantanal), Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No Sul do Mato Grosso viviam pecuaristas mineiros integrados desde a segunda metade do século XVIII ao abastecimento do Rio de Janeiro, cuja expansão demográfica no início do século XIX favoreceu seu enriquecimento. Algo que só se daria de maneira completa

⁹²⁷ WISSENBACH. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira. Op. Cit., p. 138.

⁹²⁸ A região pode ser visto no Mapa 2 “Rota feita por Lopes e Elliot em junho de 1847”, acima.

⁹²⁹ CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba* : um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010, p. 98.

⁹³⁰ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 31 de Agosto de 1842. Op. Cit.

⁹³¹ Anúncio no jornal Dezenove de Dezembro, 06/05/1858. A propriedade constaria de 6 sesmarias na área do Baixo Paraguai, que a documentação da época precisou em 90 Km². Equivaleria a 25% do total do atual território do Mato Grosso do Sul.

após a guerra do Paraguai, o aproveitamento dos excedentes bovinos do Mato Grosso se iniciou em meados do século XIX, com a instalação de charqueadas.⁹³²

Em fins da década de 1820 houve uma nova leva de migrantes paulistas e mineiros para o Sul do Mato Grosso. Neste processo os irmãos Lopes tiveram uma participação efetiva, principalmente nosso velho conhecido Joaquim Francisco Lopes, que foi encarregado de abrir novos caminhos.⁹³³ A partir da década de 1830, se implantou uma economia pecuária que se estruturava em um modelo extensivo, de baixo nível técnico e predatório no uso dos recursos do solo. Era comum encontrar índios, cujas terras haviam sido expropriadas, na condição de vaqueiros e agricultores⁹³⁴. Esta característica favorecia o baixo custo da produção do gado, bem visto pelo mercado do Sudeste. Assim, através da remessa de gado bovino magro, depois engordado nas invernadas mineiras, para os centros consumidores, Mato Grosso ia se inserindo no mercado de abastecimento nacional. Entretanto, seria somente a partir de 1840 que as remessas de gado para o Sudeste começariam a ocorrer com maior regularidade.⁹³⁵

Machado tinha percepção do que estava acontecendo e procurou estabelecer-se na região. Em carta escrita ao Barão de Monte Alegre em 26 de setembro de 1842 ele informa que

Tendo encarregado a Joaquim Francisco Lopes de fazer uma posse no Ribeirão dos Dourados, caminho para Cuiabá, onde me consta que V.E. também mandou fazer sua posse no Ribeirão da Barra Mansa, é provável que conheça o Dr. Lopes, e por isso tomo a liberdade de enviar-lhe a inclusa por um intermediário por tenho muito em vista formar ali uma fazenda de gado vacum, por estar informado de que se deverá criar ali muito bem e ainda um interesse tomo nisto sabendo que V.E. forma sua fazenda na mesma linha de estrada.⁹³⁶

⁹³² MAMIGONIAN, Armen. Inserção do Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. IN: *GeoSul- Revista do Departamento de geociências da UFSC*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1986, p. 47. Castelnau, que realizou uma viagem ao mato grosso em 1845, constatou que as viagens de tropas de mulas entre Cuiabá e Rio de Janeiro pelo caminho de Goiás levavam de cinco a seis meses. Por via marítima-fluvial (pelo Rio Paraguai), após 1856, puderam ser feitas em um mês.

⁹³³ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). IN: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 20; LOPES, Joaquim Francisco. Roteiro de uma picada. Op. Cit.

⁹³⁴ ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Marcos Machado de. Índio, gado e blindagens na construção do da fronteira no Sul do Mato Grosso. IN: *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre, RS: n. 32, p. 37-56, dezembro, 2007.

⁹³⁵ QUEIROZ. Articulações econômicas. Op. Cit., p. 23.

⁹³⁶ Carta ao Barão de Monte Alegre, Curitiba, 26 de setembro de 1842. Citado por CARNEIRO. *História da emancipação do Paraná*. Op. Cit., p.71- 72.

Assim, o gado constitui-se o elo entre o Mato Grosso e as províncias do Sudeste. E São Paulo sai na frente ao promover a feitura de um caminho que interligasse as duas regiões. Paulo Roberto Queiroz ressalta a importância dos caminhos terrestres, já que o gado podia locomover-se por si próprio, mas também anota a utilização dos caminhos fluviais, mediante rotas e práticas caras às monções. Aqui, as iniciativas do Barão de Antonina se fizeram presentes, tanto por abertura de estradas terrestres quanto na busca pelo estabelecimento de uma rota pelos rios Tibagi e Paranapanema, pelo lado de São Paulo e Ivinhema, Miranda e Paraguai, pelo lado do Mato Grosso. Com relação à estrada por terra, Machado afirmou em carta ao presidente da província de São Paulo que “deve ser de muita vantagem para o Cuiabá-São Paulo, trazendo o comércio por Piracicaba”.⁹³⁷

Mas com relação às rotas fluviais, anteriores à guerra do Paraguai, pouco fizeram para integrar o Mato Grosso ao Sudeste, já que o rio Paraguai era interdito à navegação brasileira até aquele evento. Mas, mesmo assim, deve-se levar em consideração as vias mistas, fluviais e terrestres, aproveitando as experiências dos antigos sertanistas e monçoeiros.⁹³⁸

A busca por expansão da fronteira brasileira, juntamente com a defesa contra invasores do território espanhol, eram os pontos principais em estabelecimentos de aldeamentos na fronteira, de acordo com Marta Amoroso. A autora percebe uma conexão com estes empreendimentos e a aproximação da Guerra do Paraguai. Para ela, os projetos de aldeamentos visavam regiões desguarnecidas às vésperas da guerra, dispondo-os ao longo dos rios Tibagi e Paranapanema (o rio que faz a fronteira natural da 5ª. comarca, ao norte), eixo de comunicação das províncias de São Paulo (e mais tarde Paraná) e Mato Grosso.⁹³⁹

⁹³⁷ Idem.

⁹³⁸ QUEIROZ. *Articulações econômicas*. Op. Cit., p. 32.

⁹³⁹ AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit. p. 41.

Mapa 3. Hidrografia

■ Curitiba



Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br/estadual/hidrografia/hpr.html>

Queiroz lança a hipótese de que estas vias, que podem ser vistas no mapa acima, antes de se destinarem a atender os interesses do Mato Grosso, parecem haver correspondido a interesses estratégicos do governo imperial, preocupado em firmar sua posse em terrenos reclamados pelo Paraguai.⁹⁴⁰

Aliás, esta percepção era clara no século XIX. Frei Timotheo de Castelnovo, escrevendo ao presidente da província do Paraná em 15 de janeiro de 1886, dizia que:

estas colônias não foram criadas para catequese. A catequese foi um acessório às mesmas; mas sim (foram criadas) para servirem de apoio à estrada de Mato Grosso; e para os grandes transportes para aquela província de militares, e trens bélicos, antes da Guerra do Paraguai. Aquelas grandes despesas que muitas figuram como despesas das colônias, nada com elas as colônias lucravam.⁹⁴¹

O “Regulamento das colônias Indígenas nas províncias do Paraná e Mato Grosso”, de 1857, em seu primeiro artigo, do capítulo 1º organizava:

⁹⁴⁰ QUEIROZ. Articulações econômicas. Op. Cit., p. 34.

⁹⁴¹ Frei Timotheo de Castelnovo ao Presidente da província do Paraná, 15/01/1886. DEAP, vol. 005, ap. 797, p. 196. Citado por AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit., p. 42.

As Colônias Indígenas fundadas, ou que se houver de fundar nos sertões entre as províncias do Paraná e Mato Grosso, com o fim de desenvolver a catequese promovida pelo Barão de Antonina nos ditos sertões e facilitar a navegação fluvial entre as províncias do Paraná e Mato Grosso.⁹⁴²

Com a função expressa no documento, os aldeamentos criados em meados do século XIX quase sempre se encontravam próximos a colônias militares, como Jataí e São Pedro de Alcântara, e eram estabelecimentos militarizados. A própria historiografia paranaense ressaltou o caráter estratégico dos aldeamentos, criados com o intuito de defesa da região Sul.⁹⁴³

Às vésperas da Guerra do Paraguai, temendo um bloqueio dos rios platinos, o governo Imperial brasileiro se empenharia em povoar e militarizar a região fronteiriça. A abertura de vias de comunicação mais dinâmicas estava no bojo das ações para proteger aquela área. A navegação partindo do Sudeste era feita através do estuário do Rio da Prata, subindo pelos rios Paraná e Paraguai, passando por Assunção até chegar a Cuiabá. A preocupação com esta rota era tamanha que levava diversos enviados brasileiros ao Paraguai procurando a manutenção da livre navegação nestes rios.⁹⁴⁴

O Barão de Antonina também estava ciente da importância estratégica da região fronteiriça do Mato Grosso. No Ofício enviado ao presidente da província de São Paulo, em 23 de outubro de 1849 ele chamou a atenção para a facilidade que o caminho que abriu até o Mato Grosso traria para uma eventual necessidade de defesa: “aplanando dificuldades (...) mesmo ao governo quando tiver de fornecer trem bélico para fazer respeitar a extensa fronteira limítrofe com diversos estados da America Espanhola”.⁹⁴⁵

Enfim, o Barão de Antonina, assim como seus pares, tinha a ideia de civilizar os índios quando empreendia diversos mecanismos de dessocialização dos nativos, principalmente através dos aldeamentos.

Além disso, o contexto da década de 1840 era caracterizado por uma preocupação com o preenchimento populacional e de expansão para o interior do território do Brasil, o que fica demonstrado pela política de catequese e civilização dos índios da pasta dos Negócios do Império. A política de terras estaria, assim,

⁹⁴² Regulamento das colônias Indígenas nas províncias do Paraná e Mato Grosso. IN: ZUBEN, Danúsia Miranda Von. *Os africanos livres nos aldeamentos indígenas do Paraná provincial (1853-1862)*. Monografia (graduação em história), Curitiba, UFPR, 2010, anexo II.

⁹⁴³ AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit., p. 41-44.

⁹⁴⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27-28.

⁹⁴⁵ APESP. *Ofícios diversos*. Faxina, caixa 218, ordem 1013, 23/10/1849.

estritamente vinculada à política de aldeamentos.⁹⁴⁶ E por sua vez, ela estava rigorosamente relacionada à questão da mão de obra. Como apontei acima, a transferência de índios para aldeamentos próximos das vilas eram vista como medida eficaz para garantir força de trabalho.

Mato Grosso, junto com o Paraná, passou a concentrar as verbas provinciais disponíveis para a Catequese e Civilização, a partir da década de 1860. Por exemplo, no ano de 1865, o Paraná recebeu 24:000\$000 (vinte quatro contos de réis), enquanto que Mato Grosso teve disponível 10:000\$000 (dez contos de réis), valor superior a soma das outras sete províncias que tiveram verbas destinadas à questão indígena (29:619:000).⁹⁴⁷

Assim, como argumenta Fernanda Sposito, o problema indígena continuava a ser uma questão de mão de obra tanto quanto de uma questão de terras em meados do novecentos.⁹⁴⁸ A partir da década de 1840, com a eminência do fim do tráfico de escravos, o comércio negreiro atingiu patamares altíssimos.⁹⁴⁹ O acordo ratificado com a Inglaterra, que previa o fim do tráfico em 1830, foi visto por políticos e grandes proprietários como um desastre para a agricultura, comércio e navegação brasileiros, devendo ser atrasado até a vinda de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava. Outra questão conjuntural era o crescimento da produção de café no Sudeste, causando um grande afluxo de escravos africanos para aquela região.⁹⁵⁰ Portanto, a alocação dos indígenas como uma forma de substituir a mão de obra africana, estaria resolvendo o problema do trabalho e ainda a questão da ocupação do território nacional.⁹⁵¹

A Lei de Terras se insere, então, em um contexto de combate ao tráfico atlântico, onde se buscava uma transição para um sistema de trabalho livre.⁹⁵² Os debates para a criação da Lei se iniciam em 1842, com um projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos ao Conselho de Estado. O projeto que resultaria na Lei de 1850 buscava a regulamentação de uma política de sesmarias e colonização estrangeira.⁹⁵³ Criada em

⁹⁴⁶ KODAMI. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil*. Op. Cit., p. 240.

⁹⁴⁷ AMOROSO. *Catequese e evasão*. Op. Cit., p. 45.

⁹⁴⁸ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Op. Cit., p. 92.

⁹⁴⁹ SILVA, Claudia Christina Machado e. *Escravidão e grande lavoura: o debate parlamentar sobre a Lei de Terras (1842-1854)*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2006, p. 19.

⁹⁵⁰ LUNA; KLEIN. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*. Op. Cit., especialmente cap. 5, "Os proprietários de escravos".

⁹⁵¹ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Op. Cit., p. 92-102.

⁹⁵² Entre políticos e grandes proprietários, um possibilidade para a substituição da mão de obra escrava para a livre, seria a incorporação de indígenas no mercado de trabalho. Um exemplo desse tipo de debate ocorria no IHGB. Ver: DOMINGOS, Simone Tiago. *Os jesuítas e a unidade nacional*. Op. Cit.

⁹⁵³ BETHELL. *Historia de America Latina*. Op. Cit., v. 6, p. 366.

um contexto de centralização política do Governo Imperial, esta lei procurou legislar sobre a delimitação das terras públicas e privadas. Entretanto, aprovada em 1850, mas que só foi regulamentada em 1854, não conseguiu resolver o problema das desavenças entre sesmeiros e posseiros (aqueles que tinham o título da propriedade, contra aqueles que simplesmente ocupavam as terras), porque a legalização da posse e dos títulos de terras devia passar por mediação e pagamento de tributos, um processo muito oneroso. Além disso, a divisão entre terras privadas e públicas (devolutas) fez crescer a anseio dos grandes proprietários por expandir suas terras.⁹⁵⁴

No que concerne à questão indigenista, a Lei de Terras era vista como uma continuidade do regulamento acerca das missões no que tange à ocupação territorial, já que previa a retirada dos índios dos territórios que ocupavam, a fim de facilitar a plena ocupação destas terras pelo império e por particulares.⁹⁵⁵ Aos índios ficavam destinados as terras devolutas, áreas inalienáveis e reservadas ao seu usufruto em caráter transitório, até que tivessem a capacidade de ter o pleno gozo das terras.⁹⁵⁶ Em 1854 o governo regulou a Lei de Terras e adicionou artigos sobre as terras destinadas para a colonização indígena. A Lei regulamentava que as terras devolutas fossem destinadas para criação de aldeamentos com a finalidade de civilização dos índios. Em seu artigo 75 o decreto de 1854 apontava que os índios que aceitarem o aldeamento e a civilização passavam a ter o direito ao usufruto das terras que ocuparem, mas sem garantias de posse. Assim, para Marina Monteiro Machado, “ao buscar a consolidação de uma política fundiária para o Império, [a Lei de Terras] deixa clara a única possibilidade que resta aos índios de terem direito à posse de terras: tornarem-se civilizados, em outras palavras, deixarem de ser índio.”⁹⁵⁷

Segundo Izabel Andrade Marson, o ideal de um “Império do progresso” pretendido pelos conservadores pressupunha a preparação para o liberalismo econômico, com a superação do escravismo e a vinda de imigrantes.⁹⁵⁸ Dentro desse

⁹⁵⁴ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*, Op. Cit., p. 104.

⁹⁵⁵ Continuidade, porém ainda insatisfatória, pois havia somente um artigo na Lei dedicado às questões indígenas. Ver o artigo 12. ‘O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessária: 1º. Para a colonização dos índios; 2º. Para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento e estabelecimentos públicos; 3º. Para construção naval.’ Lei no. 601, de 18 de Setembro de 1850, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm, acessado em 05/03/2011.

⁹⁵⁶ CUNHA. *História dos índios no Brasil*. Op. Cit., p. 145.

⁹⁵⁷ MACHADO, Marina Monteiro. *A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil*. Dissertação (mestrado em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 121.

⁹⁵⁸ MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso*. A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 199.

projeto, a resolução da questão indígena tinha um sentido de modernização do Estado, que numa mão pretendia incorporar os indígenas como cidadãos (ainda que num longo prazo) e, na outra vertente, promovia a retirada destes de regiões estratégicas, funcionando, portanto, como um projeto de desocupação de áreas.⁹⁵⁹

Esse liberalismo econômico, para o qual a Lei de Terras foi importante elemento, forçou, em meados do século XIX, que a terra e a força de trabalho passassem a se constituir em mercadorias.⁹⁶⁰

Na década de 1850 em diante, após ter se apossado de diversas terras, Machado ajudou a fundar diversos aldeamentos, como a Colônia Militar do Jataí, nas margens do rio Tibagi, o aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1855⁹⁶¹, o de Pirapó também em 1855⁹⁶² e o de São Jerônimo, em suas próprias terras, em 1859⁹⁶³. Como nota Maicon Marcante, esses aldeamentos foram estabelecidos na proximidade da bacia do rio Tibagi e focaram nos indígenas que tinham menos contatos com a sociedade não indígena e foram constituídos em regiões não colonizadas ou em processo de colonização.⁹⁶⁴

Elliot, mapista e desenhista que auxiliou Machado na execução de seus planos de expansão para o oeste, deixou uma valiosa contribuição em forma de pinturas dos locais por onde passava, como podemos notar na Figura 5, pintura do aldeamento de Pirapó e na Figura 6, representando o aldeamento de São Pedro de Alcântara.

⁹⁵⁹ SPOSITO. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Op. Cit., p. 109.

⁹⁶⁰ PAULA, João Antonio. O processo econômico. IN: CARVALHO, Jose Murilo de (Coord.). *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Funadación Mapfre, 2012, p. 197.

⁹⁶¹ MERCANTE. *Aldeados e africanos livres*. Op. Cit., p. 25.

⁹⁶² Idem, p. 29.

⁹⁶³ Idem, p. 31.

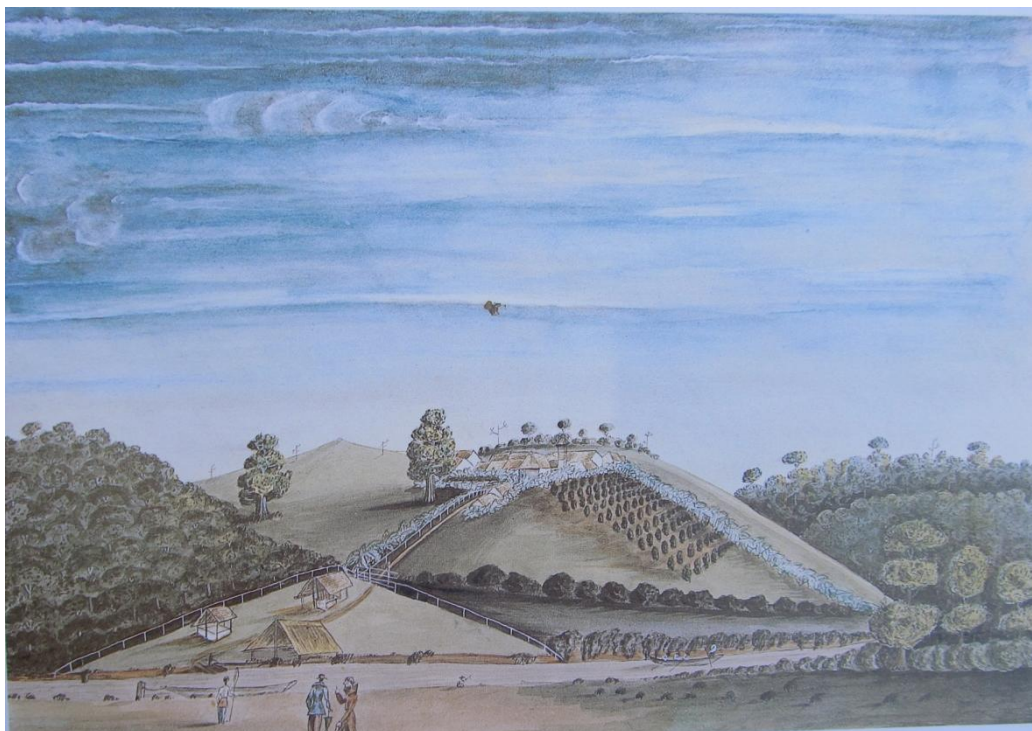
⁹⁶⁴ Idem, p. 67.

Figura 5. Elliot. Aldeamento de Pirapó, 1857



ELLIOT, João Henrique (John Henry). Aldeamento de N. S. de Loretto de Pirapó, 1857. Aquarela, 27,6x39,6 cm. Fonte: Album Cimitile, Mapoteca do Palacio Itamaraty. IN: Pintores da paisagem paranaense – edição fac similar. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura/ Solar do Rosário, 2005.

Figura 6. Elliot. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 1859



ELLIOT, João Henrique (John Henry). Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 1859. Aquarela, 27,6x39,6 cm. Fonte: Album Cimitile, Mapoteca do Palacio Itamaraty. IN: Pintores da paisagem paranaense – edição fac similar. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura/ Solar do Rosário, 2005.

Os aldeamentos se constituíram, assim, fruto da política imperial de expansão econômica e de segurança territorial nas fronteiras do país, em cuja articulação o Barão de Antonina adentrou com um projeto pessoal de expansão econômica. Duas das prementes necessidades do Segundo Reinado, a definição de fronteiras físicas (que fazia voltar vistas às terras indígenas), e a possibilidade de ‘civilização’ e integração do indígena como cidadão e mão de obra, através da catequese, eram apresentadas no interior dos gabinetes de IHGB e postas em prática no sertão por homens como João da Silva Machado, que deixaram a dupla herança de uma imagem romântica do trato com índios, assim como grandes posses territoriais.

4.4 Enfim, a emancipação do Paraná e Silva Machado senador (1847-1853)

Assim, o Barão de Antonina ao mesmo tempo em que tinha um pé no gabinete do IHGB, tinha outro no sertão, nos empreendimentos de descoberta de novas terras e criação de aldeamentos. E, após um período de aparente calma na comarca de Curitiba, com a recepção de títulos de comendas, a elite local não ficou satisfeita com a finalização dos debates na Câmara dos Deputados. De maneira a compreender melhor o engendramento do projeto de elevação da 5ª comarca em província, devemos retomar sua historicidade. O período que vai de 1844 a 1848, quando recomeçava uma movimentação em prol da autonomização, foi marcado pelo que se convencionou chamar de quinquênio liberal.⁹⁶⁵ Politicamente, o ano de 1844 assinalou a anistia aos rebeldes liberais de São Paulo, concedida pelo Conselho de Estado e seu retorno à política. Por exemplo, Rafael Tobias de Aguiar foi eleito para a legislatura de 1845 da Câmara dos Deputados⁹⁶⁶ e Vergueiro continuou no Senado, cargo que já ocupava desde 1828.

Neste contexto, não restava muita opção à elite da comarca de Curitiba a não ser se utilizar de petições, um mecanismo sancionado institucionalmente que servia de pressão popular.⁹⁶⁷ As petições de Curitiba, argumentando pela separação, foram enviadas à Câmara dos Deputados a partir de 1847. Neste ano, em 25 de fevereiro, foi

⁹⁶⁵ CASTRO, Paulo Pereira de. Política e administração de 1840 a 1848. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, Tomo II, vol. 2, p. 522; SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em busca da conciliação: ideias políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese (doutorado em história), Brasília, UnB, 2008.

⁹⁶⁶ HORNER. *A guerra entre rebeldes e governistas...* Op. Cit., p. 326-331.

⁹⁶⁷ SABÁ. *As vozes da nação*. Op. Cit.

enviada pela Câmara Municipal de Curitiba a primeira petição que comentava sobre os sentimentos da elite local e apresentando os primeiros argumentos de defesa à ideia:

(...) Não é esta a primeira vez que ao seio da Representação Nacional nós temos dirigido pedindo insistentemente a elevação desta comarca à Categoria de província medida esta já por vezes discutida e habilmente entendida [nesse] vosso Augusto recinto, não obstante isto, tem ele sempre infelizmente encontrado uma dividida oposição. (...) tendo aparecido esta ideias em 1822 abraçada ainda então por um pequeno número de pessoas, foi pouco a pouco engrossando à medida que embaraços se apresentavam, de maneira que hoje se pode dizer que o grito separatista é unísono. Bastaria enumerar uma circunstância quando outras não houvessem para se conhecer que o desenvolvimento material desta comarca jamais poderá progredir é mister para seus interesses e prosperidade e vem a ser a grande distância em que nos achamos do alcance das medidas governativas as quais por isso perdem a força e energia que deve caracterizá-las produzindo pela maior parte das vezes um resultado inteiramente diverso daquele a que eram destinadas (...).⁹⁶⁸

O argumento da distância em relação ao centro administrativo na cidade de São Paulo havia sido utilizado em 1843 e continuava a ser uma justificativa, na medida em que ela estava impedindo o desenvolvimento da comarca. A utilização deste tema, tanto em 1843 na Câmara dos Deputados, quanto em 1847, indica certa afinidade de ideias entre os deputados paulistas que defendiam a separação e a elite curitibana.

Em 1848, na Câmara dos Deputados se esboçou novamente uma movimentação em torno do projeto de emancipação, através da Comissão de Estatística, entretanto, novamente se adiou a discussão.⁹⁶⁹ A elite de Castro então enviou uma petição⁹⁷⁰ para a elevação da comarca de Curitiba em termos bastante efusivos:

É cheia de esperança e possuídos de ideias patrióticas e conservadoras da União brasileira, que os signatários, agricultores, comerciantes e criadores, habitantes do município da vila de Castro, vem ante a Representação Nacional, suplicarem a aprovação do projeto que separa a comarca de Curitiba, de que faz parte, da província de São Paulo, afim de elevá-la a categoria de província.

⁹⁶⁸ *Petição dos habitantes de Curitiba*. 25 de fevereiro de 1847. Centro de documentação e informação. Arquivo da Câmara dos Deputados. Brasília. Citado por: MARTINS, Hebert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. IN: *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, v. 30, p. 9-16, 2008., p. 14.

⁹⁶⁹ MARTINS. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial... Op. Cit., p. 15.

⁹⁷⁰ Petição da Câmara de Castro, 4 de junho de 1850. ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de documentação e Informação, Brasília. (Agradeço à Vitor Marcos Gregório a concessão desta fonte).

Os peticionários seguiam enfatizando que ela possuía um vasto território (mais de 120 léguas), sua população, comércio e riquezas naturais eram suficientes para se tornar uma província. E chamavam a atenção dos deputados para o descaso com que era tratada a região e como mesmo assim ela se desenvolveu:

se até aqui, abandonada às suas próprias forças, apresenta esta comarca florescente o seu comércio de erva-mate com as republicas de Montevidéu e Buenos Aires (sic), logo tornando-se notável em todo o quadro de industrias: agrícola – pela propriedade de seu terreno variado segundo as localidades (...) criação de gado mular, cavalos, vacas e ovelhas (...) não é de pequena monta a catequese e aldeamento de milhares de indígenas que vagam pelos desertos (sic) desta comarca e que sem muita dificuldade poderão ser trazidos ao seio de nossa sociedade.

Também se destacava a presença de um porto em Antonina, capaz de gerar boa receita, através do comércio nacional e internacional. Outro ponto comentado foi a situação de fronteira, sendo necessária uma sede de governo provincial na localidade para administrar as questões limítrofes e fazer prosperar o comércio entre regiões como o Paraguai e a Argentina, via província de Corrientes.

Estamos em um período em que se buscavam novas regiões para o incremento da produção de gado para suprir as necessidades do Sudeste, ao mesmo tempo em que a navegabilidade pelo Rio da Prata estava sendo considerada como uma boa vantagem para o escoamento da produção das regiões ao extremo oeste do país. Assim, os peticionários de Castro, requerendo a autonomização da comarca, apresentaram um argumento que ia a favor das ideias da elite econômica do Sudeste: a conexão da região com o Mato Grosso. Esta era uma região que, como vimos na seção anterior, estava atraindo muitos projetos e indivíduos de São Paulo ligados ao negócio de animais e também poderia trazer vantagens para a região de Curitiba:

Muito prontamente a estrada ultimamente explorada pelo prestante Barão de Antonina, e que se continua da que vem da vila de Antonina para esta até ao Paraguai (Assunção) e província de Mato Grosso, com vantagens de duzentas e cinquenta léguas da existente, a qual já está adiantada. Esta estrada deve chamar o comércio daquele Estado, pela vantagem de comunicar-se diretamente conosco (...). Esta descoberta atrai igualmente todo o comércio da província do Mato Grosso, que no porto de Antonina encontra meios fáceis de exportar todas as suas mercadorias, que até agora raras se mostrarão no mercado, pelas dificuldades de transporte (...) [uma vez] concluída a abertura da Estrada já oferece meios francos de transporte, até para o pesado trem bélico.⁹⁷¹

⁹⁷¹ Idem. Os castrenses adiantaram-se ao tratar do trem bélico, pois, mais tarde, na década de 1870 quando se pensou em um projeto para estabelecimentos de trens no Paraná, usou-se este mesmo caminho aberto pelo Barão de Antonina como base.

Este argumento pode ter tido efeito contrário ao objetivo dos habitantes de Castro, pois, como foi mostrado acima, os paulistas estavam pensando na região do Mato Grosso para servir a seus próprios interesses.

Ao concluir, os peticionários de Castro lançavam uma ameaça velada aos Deputados: caso não fosse atendido o pedido, haveria o risco de sublevação:

Lugares cheios de tanta riqueza, e em tal estado de abandono, parecem chocar o principio de direito público, oferecendo resultados repugnantes com as ideias sociais dos nossos tempos. Se tais incentivos já foram um meio para no 15º século ser combatido o feudalismo dos tempos de Carlos Martel, parece que na época atual em que a segregação das massas, não pode deixar de concorrer para a manutenção da associação política deste Império, e oferecer mais estabilidade, não será desatendida a súplica de uma população inteira, que procurando acompanhar o progresso do mundo civilizado, propugna pelos meios de animar o seu desenvolvimento, e engrandecimento material, e moral.⁹⁷²

Como assinalou Vitor Marcos Gregório, os castrenses estavam insinuando que seria lícito lutar pelos interesses da comarca de Curitiba da mesma forma como o foi combater Carlos Martel, para acabar com o sistema feudal. Seria válido recorrer às armas se preciso fosse.⁹⁷³

Outras petições foram enviadas de outras localidades como Antonina⁹⁷⁴ e Paranaguá, esta requerendo para si a capital da nova província a ser criada.⁹⁷⁵ Mas o assunto ficou não teve prosseguimento.

O ano de 1850 por ser considerado um marco divisor na política Imperial com os conservadores assumindo uma série de postos de mando nacional. Foi uma baliza na consolidação da Nação, após o fim da revolta Farroupilha, em 1845 e da revolta Praieira, em 1848. Estas duas foram as últimas revoltas liberais do Império e permitiram que os conservadores assumissem as rédeas do poder. Com a consolidação do regime Imperial, o governo passou a focar em questões como o fim do tráfico de escravos, a lei

⁹⁷² Idem.

⁹⁷³ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império*. Op. Cit., p.352.

⁹⁷⁴ O memorialista Antonio Vieira dos Santos cita em extenso a petição de Antonina. Ver em VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva*. Op. Cit., p. 477.

⁹⁷⁵ Idem, p. 356-357.

de terras e a posição do Brasil do Rio da Prata, todos esses elementos afetando diretamente a política interna.⁹⁷⁶

Foi com esse pano de fundo que a elevação da comarca de Curitiba a província voltava a entrar em discussão no Senado, em 1850. Na sessão de 24 de julho, foi apresentada uma emenda pelo senador pelo Ceará Cândido Batista de Oliveira, no bojo das discussões sobre a criação da província do Rio Negro. Para o senador, as mesmas justificativas usadas para defender a separação do Rio Negro deveriam ser levadas em consideração para Curitiba:

mas em favor da comarca de Curitiba acrescem aos motivos que então se expenderam razões especiais que, segundo penso, recomendam ainda mais a ideia da sua elevação à categoria de província; tais são as seguintes: primeiramente, suponho eu, pelas informações que tenho, que a comarca de Curitiba não só possui uma população maior do que o Alto-Amazonas, como uma indústria mais desenvolvida do que essa parte do território do Pará; em segundo lugar, a comarca de Curitiba tem um bom porto de mar em Paranaguá, o qual deve muito contribuir para a prosperidade dessa nova província.⁹⁷⁷

Mesmo no Senado os paulistas fizeram oposição, assim como haviam feito na Câmara dos Deputados em 1843, só que com alguns argumentos diferentes. A questão da separação como uma punição à província rebelde, já não era mais levantada, muito menos os problemas de fronteiras com o Rio Grande do Sul, com a rebelião farroupilha já finalizada em 1845. Neste momento, os opositores no Senado eram Vergueiro e Paula Souza. Este último se utilizou da mesma justificativa da década de 1840: não havia dados estatísticos suficientes sobre a comarca de Curitiba. Mas também diz que, ao separar a 5ª. comarca, São Paulo desceria à “província de última ordem”: “tirada a comarca de Curitiba, o que resta a São Paulo”⁹⁷⁸

No mesmo debate, o senador por Minas Gerais Carneiro Leão⁹⁷⁹, se posicionando a favor da emancipação, tocou em um ponto nevrálgico da questão: “os nobres senadores sabem que o que contribui para boa parte da renda provincial de São Paulo são os direitos cobrados na Vitória (sic) sobre a importação de animais; direitos

⁹⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. IN: CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção nacional* (1830-1889). Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012, vol 2, p. 98-103.

⁹⁷⁷ BRASIL. *Anais do Senado*, sessão de 24 de julho de 1850, p. 444.

⁹⁷⁸ Idem, p. 447.

⁹⁷⁹ Além de atuar como senador pela província de Minas Gerais desde 1843, entre julho de 1849 e maio de 1850 Honório Hermeto Carneiro Leão presidiu a província de Pernambuco, com o objetivo de apaziguar a região que havia sido tomada pela revolta Praieira. ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império*. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856). Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2010.

que deverão pertencer à nova província de Curitiba.”⁹⁸⁰ E continuou: “não obstante ser por ela que se arrecada maior parte da renda da província de São Paulo, ela tem estado quase abandonada”. A distância do centro administrativo fazia com que a comarca estivesse descuidada, com sua infraestrutura debilitada.⁹⁸¹

A questão das rendas advindas do imposto sobre animais sempre voltava como um argumento forte para demonstrar a possibilidade da separação. Silva Machado, como um experiente negociante de animais, que pagou muitos impostos no registro do Rio Negro, sabia a potencialidade dos lucros para a renda provincial. Este argumento aparecia agora tanto na fala de favoráveis quanto de opositores para debater a separação.

Outro ponto evocado na defesa para a emancipação da comarca estava também estreitamente relacionada à experiência de João da Silva Machado. Como vimos, sua atuação na década de 1840 se voltou para a descoberta de novas terras e criação de aldeamentos nas proximidades com as fronteiras do Paraguai e da Argentina. Esta ação estava em conformidade com a política da Coroa de ocupar regiões fronteiriças do Império para objetivos de defesa e expansão de seu território ocupado. A fala de Carneiro Leão em 24 de julho, coaduna-se com o contexto internacional, e passa a ser o principal ponto de justificativa para o projeto. O senador argumentava que, em virtude da proximidade com o Paraguai e a Argentina, a criação da província de Curitiba facilitaria a defesa do território nacional contra ameaças externas.⁹⁸²

Alguns dias mais tarde no senado, em 30 de julho, entrava em segunda discussão a emenda de elevação de Curitiba à categoria de província. Vergueiro, contrário a separação, questionou se a comarca teria renda necessária para se manter, adicionando novos temas ao debate:

Do que eu tenho dito pois prova-se que não está ainda desenvolvida a industria naquele país, porque de cima da serra nada exporta que cultive, e embaixo da serra é pouquíssimo. Veja-se os mapas de exportação daquele lugar, e se conhecerá que o que faz avultar é a erva-mate e alguma madeira. Tudo isto prova pois que não há ali desenvolvida a industria agrícola; quanto à fabril, não falemos nisso nem por pensamento. Como é pois que uma população em tanto atraso se pode julgar em estado de formar uma província?⁹⁸³

⁹⁸⁰ Idem, p. 449.

⁹⁸¹ Idem, p. 450.

⁹⁸² BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 24 de julho de 1850, p. 448-449.

⁹⁸³ BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 30 de julho de 1850, p. 550.

Com relação à renda proveniente do imposto sobre animais, Vergueiro concordava que era uma soma avultada, mas, segundo ele, essa renda não pertencia à comarca, e sim à província de São Paulo, concedidos pela Assembleia Geral. Portanto, ficava mais uma vez evidente o temor de se perder os rendimentos dos impostos sobre animais.

Apesar das defesas veementes de Vergueiro e Paula Souza contra a autonomização, suas posições eram minoritárias no Senado, crescendo o número dos que apoiavam a divisão da província de São Paulo.

Em 5 de agosto o senador por Minas Gerais Carneiro Leão dá uma nova forma à emenda e em sua fala aparece pela primeira vez a denominação “província do Paraná”⁹⁸⁴, que teria os mesmos limites da 5ª. comarca. Desta forma, o projeto foi enviado à Câmara dos Deputados, uma vez que a medida não havia sido aprovada ali e deveria ser rediscutida.⁹⁸⁵ O projeto ficou parado por mais três anos, sem um motivo aparente, já que o projeto do Senado que elevava a comarca havia sido lido na Câmara em 30 de agosto de 1850⁹⁸⁶.

Algumas questões de política externa continuavam a pressionar a criação da província do Paraná. O Brasil havia acabado de entrar em guerra com a Argentina, e disputava limites fronteiriços também com o Paraguai. Soma-se a estes fatores a pendência com relação à navegação no rio Paraná, na medida em que Argentina e Paraguai pressionavam quanto à livre navegação deste rio e de seus afluentes.⁹⁸⁷ Apesar dos esforços do Barão de Antonina e outros, o Brasil não possuía uma população densa nas margens do rio Paraná, e assim, temia-se que a abertura à navegação destes rios viesse a trazer a ocupação por estrangeiros, gerando uma possível contestação do domínio brasileiro nestas regiões.⁹⁸⁸ Urgia-se criar uma nova província no Paraná (cujo nome delatava a importância estratégica da bacia hidrográfica), com administração eficaz e que se constituísse uma povoação mais efetiva das regiões fronteiriças.

No campo político também o contexto era de pressão favorecendo a emancipação da comarca. Neste período, repercutiram no Rio de Janeiro, sede da

⁹⁸⁴ BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 5 de agosto de 1850, p. 105.

⁹⁸⁵ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império*. Op. Cit., p. 372.

⁹⁸⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados* Sessão de 30 de agosto de 1850, p. 729. Disponível em www.camara.gov.br, acessado em 11/01/2014.

⁹⁸⁷ ESTEFANES. *Conciliar o Império*. Op. Cit., ver especialmente o item 3.3 “Os negócios do Prata e os mosquitos do Paraná: surge o visconde”.

⁹⁸⁸ BOSIO, Artenor Luiz. *Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná*. Monografia (conclusão de curso de especialização), Especialização em Direito Legislativo, UNILEGIS e UFMS, 2004, p. 10.

Assembleia Geral, alguns fatos ocorridos nas eleições realizadas na comarca de Curitiba. Quem chamou atenção para esses eventos, traçando um histórico deles no momento em que se rediscutia a criação da nova província, foi o deputado paulista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em 10 de agosto de 1850. Um primeiro fato por ele mencionado estava relacionado à intervenção do subdelegado de polícia local (um conservador) que havia tentado influenciar o resultado das eleições de 1849, o que levou à impugnação das eleições pela Assembleia Geral. Assim, foi necessário realizar novas eleições em 1850 e, novamente, os conservadores tentaram impugnar os resultados. O delegado prendeu quatro chefes liberais, com a justificativa que eles preparavam uma sedição.⁹⁸⁹ Desta forma, os liberais teriam sido obrigados pelas milícias a retirar-se das eleições de 1850, quando perderam o controle da Câmara Municipal que até então mantinham.⁹⁹⁰

Outro acontecimento importante relatado pelo deputado Martim Francisco ocorreu em São José dos Pinhais, uma freguesia de Curitiba e considerada “antro” de liberais: “o partido da oposição [liberal] é talvez três vezes mais numeroso que o partido da situação. Era impossível ganhar ali as eleições.”⁹⁹¹ Nesta vila, durante as eleições para escolha de novos deputados provinciais em novembro de 1852, ocorreu um tiroteio na porta da igreja onde aconteciam as votações, deixando seis mortos. A disputa entre liberais e conservadores nas eleições locais acabou gerando um conflito “decidido pelo bacamarte”.⁹⁹² De passagem convém apontar que um dos principais envolvidos no conflito, e que se beneficiou de um cargo de presidente da vereança local foi Mendes Leitão, compadre de Silva Machado e receptor de comenda na lista que Machado havia encaminhado ao presidente de província em 1842.⁹⁹³

Assim, para Ribeiro de Andrada, as causas principais que tinham gerado essas “lutas desagradáveis e muitas vezes sanguinolentas que tem maculado os seus fastos eleitorais” eram, em primeiro lugar, a certeza de impunidade e, em segundo, “a intervenção da força armada na lide eleitoral”, pois isto estaria coagindo os votantes. O

⁹⁸⁹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 10 de agosto de 1850, p. 140-142. Disponível em www.camara.gov.br, acessado em 10/12/2013.

⁹⁹⁰ BOSIO. *Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná*. Op. Cit., p. 18, nota 33.

⁹⁹¹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 10 de agosto de 1850, p. 142. Disponível em www.camara.gov.br, acessado em 10/12/2013.

⁹⁹² BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O triunfo da urna com o bacamarte: o conflito de 1852 em São José dos Pinhais. IN: *Revista História*, ano 5, vol.1, no.1, 2014.

⁹⁹³ BORGES. *Particularidades familiares*. Op. Cit.

deputado se referia à presença de “baionetas” nos dias da votação, exercendo uma pressão nos resultados do pleito.⁹⁹⁴

Tal era a situação das eleições em Curitiba nestes momentos que acabavam servindo como pressão pela emancipação, surgindo razões semelhantes às que levaram à apresentação do projeto em 1843, qual seja, a busca por evitar conflitos. Essa situação também revela uma manobra do partido da situação e do governo central ao propor a emancipação. Como na comarca de Curitiba se fortalecia a oposição liberal, a sua emancipação poderia neutralizar esses liberais, já que a presidência da nova província seria ocupada por alguém nomeado pelo governo central, além de criar novos cargos de deputados provinciais e senador. Assim, o governo conseguiria influenciar a localidade.

Em meio a estes acontecimentos, em 10 de Agosto de 1853 entrava em 2ª discussão a proposição vinda do Senado que elevava à categoria de província a comarca de Curitiba.

O deputado por São Paulo, Nébias, que fora contrário ao projeto em 1843, continuou com a mesma linha de argumentação esboçada dez anos atrás: se fazia necessário mais dados sobre a economia, população e limites geográficos, enfim, mais justificativas bem fundamentadas para a criação de uma nova província.⁹⁹⁵

Cruz Machado, deputado por Minas, após fazer um histórico do processo de debates na Câmara, criticou os argumentos do deputado Nébias, comentando que tal projeto era “urgente para a segurança das nossas fronteiras, com o Paraguai e Entre Rios”, enfatizando ser este o motivo mais forte para a criação da província⁹⁹⁶. Assim, seu discurso evidenciava a preocupação com as questões dos limites internacionais neste momento tenso entre duas nações do cone Sul.

Além da questão de fronteiras, a economia de Curitiba era utilizada ora como argumento a favor ora contra sua emancipação. O principal produto de exportação era a erva-mate, que vinha ganhando projeção desde a década de 1820 e rivalizava com o Paraguai, sendo vendido na Argentina e no Uruguai. Foi justamente a partir desta década, devido à crise política naquele país, que a região de Curitiba começou a despontar nesse ramo de comércio.

⁹⁹⁴ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. sessão de 10 de agosto de 1853, p. 140. Disponível em www.camara.gov.br, acessado em 10/12/2013

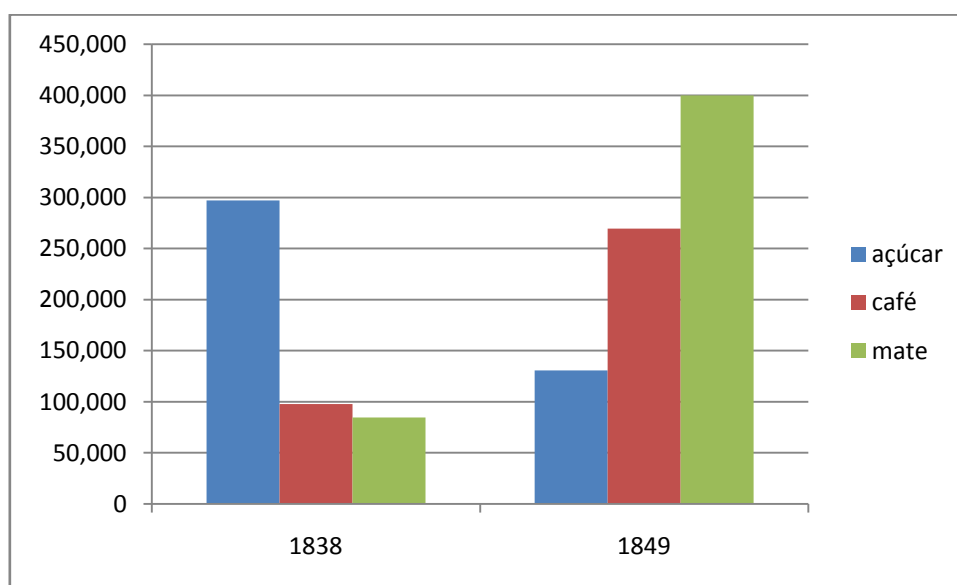
⁹⁹⁵ Idem, p. 145-146.

⁹⁹⁶ Idem, p. 146.

No ano de 1835 foram exportados pelo porto de Paranaguá 84.602 arrobas de erva-mate.⁹⁹⁷ Em comparação, em 1837/38, foram exportados pelo porto de Santos, 297.041 arrobas de açúcar e 97.751 arrobas de café.⁹⁹⁸ Em uma representação enviada pela Câmara de Morretes em 1850 para a Assembleia Geral foram relatados os números do comércio de erva-mate do ano de 1849: a exportação do produto alcançou cerca de 400.000 arrobas,⁹⁹⁹ enquanto que, no mesmo ano foram exportadas 130.681 arrobas de açúcar e 269.389 arrobas de café¹⁰⁰⁰.

Ficamos com o seguinte gráfico:

Gráfico 4. Comparação da exportação do açúcar, café e mate (1838 e 1849)



Fonte: Ver notas 979 a 985.

Como observamos no primeiro capítulo¹⁰⁰¹, a tendência na mudança das exportações do açúcar para o café foi verificada no início da década de 1840. Mas o que

⁹⁹⁷ MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. [1837]. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 233-34. A arroba equivale a 14,689 Kg.

⁹⁹⁸ APESP, *Mapas de importação e exportação do porto de Santos*, citado por: PETRONE. *A lavoura canavieira*. Op. Cit., p. 158-159.

⁹⁹⁹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima* (1851). Tomo I. Curitiba: Museu Paranaense, 1950, p. 477.

¹⁰⁰⁰ Livro das exportações da Barreira de Cubatão, entrada de Santos, citado por OLIVEIRA, Vinicius de Bragança Muller. O relacionamento entre a província de São Paulo e o governo Imperial: economia e política em meio ao embate entre centralização e descentralização (1835 – 1850). IN: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH; SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008, p. 4.

¹⁰⁰¹ Ver seção: 1.2 “Conexão com ‘cone Sul’”. O contexto de dinamização do sudeste (ouro, açúcar e café)”

é digno de nota é a quantidade da exportação da erva-mate, com maiores níveis do que o café. Houve um aumento de 473% na exportação da erva-mate contra 275% do café. Mesmo que se leve em consideração o fato de que o valor da arroba de erva mate (\$3:800) era inferior ao do café, temos um aumento considerável e que colocava um peso na mesa das discussões a favor da possibilidade de a nova província andar com suas próprias pernas.

Apesar de dados demonstrarem a possibilidade da nova província se manter economicamente, o deputado paulista Joaquim Jose Pacheco acusava a votação do projeto como já previamente definida:

Digo que os votos já se acham contados, que a mão do governo anda neste negócio, pois do contrário o nosso digno presidente não iria desenterrar um projeto que à tantos anos esquecido na secretaria para colocá-lo na ordem do dia com preterição de objetos que o governo tem proclamado urgentíssimos. (...) Esse objeto não seria assim inesperadamente e quase de surpresa dado para ordem do dia, se o governo não houvesse feito nele sentir sua influência; creio pois que o governo é o promotor da criação da província de Curitiba.¹⁰⁰²

Assim, Pacheco exigia a presença do ministro do Império para dar explicações, mas apressou-se a colocar que não era contra o projeto, assim como não o havia sido contra em 1843, considerava, entretanto, que o projeto necessitava de mais base, com a exposição de mais dados. Então, voltava à carga:

O que há de se supor é que neste negócio [a criação da nova província] não há senão arranjos pessoais, que não há vistas políticas, porque se há estas vistas, não vejo que a urgência seja tal que não se possa esperar ano que vem para serem tomadas então em consideração depois de passado o pleito das eleições na província de São Paulo. Não se poderá pensar que o governo não contando com a adesão daqueles povos [da comarca de Curitiba], e querendo influir na eleição que se tem de proceder na província de São Paulo, desmembra esse território para poder melhor conseguir o triunfo? (...) E que tem também pressa mais um senador por essa nova província de Curitiba, em cuja eleição naturalmente há de influir o governo?¹⁰⁰³

O governo, além de uma influência na criação da nova província, também estaria procurando conseguir mais apoio, ao desmembrar, e desta maneira desarticular politicamente uma província que era historicamente ligada aos liberais. Para os liberais paulistas, a separação culminaria num enfraquecimento político-representativo da província, assim como atrairia a elite liberal curitibana para o apoio do governo central. Desta feita, na visão dos paulistas, o projeto seria uma punição ao avanço liberal

¹⁰⁰² Idem, p. 148.

¹⁰⁰³ Idem, p. 150.

exaltado na província. Por outro lado, o governo queria atrair para si os liberais moderados, indivíduos como Machado e Pacheco, que apoiavam a emancipação da 5ª comarca. Somando-se os liberais da comarca de Curitiba, vemos que o termo “liberal” não se resume a uma posição unívoca na província de São Paulo: havia liberais que eram favoráveis à emancipação e outros que eram contrários.

Nesse sentido, o liberal paulista Ribeiro de Andrada, comentando o projeto de emancipação da 5ª comarca, se expressava em termos melodramáticos na discussão do dia 17 de agosto:

Quero protestar contra a ingratidão dos homens, e contra o esquecimento do passado; quero fazer este protesto, não porque me persuada que ele possa ter o resultado satisfatório que desejo contra os decretos ministeriais que já determinarão o aniquilamento da província de São Paulo (...).¹⁰⁰⁴

No mesmo discurso ele afirmou que iria dificultar a tarefa dos “operários da destruição” de “mutilar a primogênita da independência”. Para ele,

O que se quer, senhores, é criar mais uma cadeira no senado, é satisfazer-se mais uma ambição. Preside também a esta ideia um outro pensamento. Persuade-se o governo que destacando-se a comarca de Curitiba da província de São Paulo diminui-se a importância da oposição dessa província; julga que elevando a comarca de Curitiba à categoria de província serena os ânimos, e os torna mais obedientes, mais dúcteis a seus acenos.¹⁰⁰⁵

E voltou a relatar que, da mesma maneira que o governo teria pretendido influenciar nas eleições em São José dos Pinhais, que acabou em tragédia, tentaria fazê-lo em escala nacional. Por fim, conclui que era descabido o argumento de que se deveria criar uma nova província pelo fato de Curitiba fazer fronteira com o Paraguai. Para isso ele elencou alguns motivos: em primeiro lugar, havia um entendimento cordial entre os dois países; segundo, se referia ao contingente populacional, “que receio pode haver de qualquer conflito com uma nação de apenas 800 mil habitantes, da parte de uma nação que tem mais de 4 milhões?”; terceiro, a criação da nova província não aceleraria as comunicações para defesa até a região em caso de conflito com o Paraguai.¹⁰⁰⁶ Os políticos que estavam mais ligados à Corte e procuravam ter um olhar mais amplo, extrapolando os interesses estritamente locais, como senadores e ministros, teriam mais informações acerca das questões internacionais. Talvez as informações de como

¹⁰⁰⁴ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 17 de agosto de 1853, p. 217.

¹⁰⁰⁵ *Idem*, p. 218.

¹⁰⁰⁶ *Idem*, p. 219.

prosseguiam as complicadas negociações com relação às questões de fronteiras, como navegação de rios que interligavam diversas regiões, como o rio Paraguai, não fossem do conhecimento de todos os deputados paulistas, e portanto, para eles, isto não se revelava um problema. Mesmo assim, ações por parte do governo com relação às fronteiras tendiam a estar na ordem da prudência, uma vez que a guerra com Rosas, na Argentina, havia acabado recentemente (1851), e toda a região platina estava em estado de cautela.¹⁰⁰⁷

O deputado conservador por Minas, Cruz Machado, que apresentou uma defesa favorável ao desmembramento da província, declarou que não “considera os propugnadores da nova província como operários de destruição” (...), mas julgava “*muito gloriosa a tarefa daquele que sustentar a criação da nova província.*”¹⁰⁰⁸ Para ele o argumento da distância era fundamental, na medida em que a criação de um centro administrativo para territórios tão distantes servia para se ter uma gerência mais efetiva, cuidando dos interesses locais de uma melhor maneira.

No que se relacionava à fronteira com o Paraguai, o deputado mineiro contrapunha que “sem embargo de ter esta esperança de duradoura paz e amizade com os países limítrofes, nem por isso devemos deixar de povoar, de fortalecer, de demarcar todas as nossas divisas, de cuidar mesmo da navegação e do comércio do [rio] Paraná.”¹⁰⁰⁹ A Coroa estava dando especial atenção a este comércio desde pelo menos o início da década de 1840, quando começaram as viagens de reconhecimento e demarcação patrocinadas pelo Barão de Antonina. O deputado finalizou seu discurso, defendendo a aprovação do projeto que criava a província:

A província de São Paulo deve proceder como uma boa mãe quando vê chegando o momento de emancipar a filha querida; ela não cria embaraços à sua sorte, e muito menos corre à casa da vizinha para pedir-lhe ou tirar-lhe a filha, afim de pôr os serviços desta em contribuição como uma compensação da perda que vai sofrer, ela sente em verdade em seu coração materno saudade pela separação; derrama lágrimas, mas essas lágrimas só deslizam doces sobre um rosto radiante de alegria, por ver que a filha querida se vai emancipar debaixo dos mais felizes auspícios.¹⁰¹⁰

O deputado por Minas se dirigiu à deputação paulista em um tom provocativo para explicitar a posição que São Paulo deveria ter face à perda iminente de uma parte

¹⁰⁰⁷ GREGÓRIO. *Dividindo as províncias do Império*. Op. Cit., p. 377.

¹⁰⁰⁸ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 17 de agosto de 1853, p. 220, grifos meus.

¹⁰⁰⁹ Idem, p. 223.

¹⁰¹⁰ Idem, p. 224.

da província. Zombou da exigência de uma reparação através da anexação de um território de Minas Gerais, quando comentou que “muito menos corre à vizinha para pedir-lhe ou tirar-lhe a filha”. Alguns dias antes, na sessão de 10 de agosto, o deputado paulista Nebias havia proposto a anexação de Sapucaí, comarca de Minas Gerais a São Paulo.¹⁰¹¹ Neste sentido, o posicionamento paulista no debate era questionar o porquê de Curitiba se separar enquanto havia outras províncias maiores do que São Paulo, como por exemplo, a própria província de Minas Gerais. O enfraquecimento para efeitos políticos se exemplificava no número de deputados gerais a serem eleitos, uma vez que ele era inferido pelo número de habitantes de uma dada província. Assim, menos território significava menos habitantes, ocasionando menos cadeiras disponíveis para deputados na Assembleia Geral. A disputa se acirrou neste momento do debate entre deputados mineiros e paulista em torno desta questão, ainda que ela aparecesse subjacente. Minas, como a província mais populosa do império, ostentava um número maior de deputados, para além de uma questão partidária e, desta forma, possuía maior peso nas votações.

Percebe-se um alinhamento entre os discursos paulistas, principalmente de Pacheco, Ribeiro Andrada e Nébias. Voltemos nossa atenção para algumas passagens de suas falas que evidencia suas suspeitas. Pacheco: “não há senão arranjos pessoais” e “e que tem também pressa mais um senador por essa nova província de curitiba, em cuja eleição naturalmente há de influir o governo?”¹⁰¹² Ribeiro de Andrada: “o que se quer, senhores, é criar mais uma cadeira no Senado, é satisfazer-se mais uma ambição.”¹⁰¹³ Nébias: “Tendo todo o temor, todo o receio de que esta nova província encubra algum fim somente particular; (...), talvez se queira dar o lugar de senador a alguém”.¹⁰¹⁴ Portanto, a suposição dos três deputados era de que um dos objetivos para se criar a nova província seria a de nomear um indivíduo específico para o Senado.

Enfim, o deputado paulista Silveira da Mota sumarizou as posições na Câmara dos deputados com relação à separação: de um lado, “os que combatem o projeto por julgar que a comarca de Curitiba não tem as habilitações necessárias para ser uma importantíssima província”; de outro lado, “a dos que combatem a medida pelo lado da falta que essa comarca fica fazendo à província de São Paulo.”¹⁰¹⁵ Ele admitiu estar no

¹⁰¹¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 10 de agosto de 1853, p. 145.

¹⁰¹² BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 10 de agosto de 1853, p. 150.

¹⁰¹³ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 17 de agosto de 1853, p. 217.

¹⁰¹⁴ *Idem*, p. 224.

¹⁰¹⁵ *Idem*, p. 229.

segundo grupo, mas mesmo assim, critica os que intransigentemente combatem a proposta, dizendo ser uma “mistificação” a ideia de se criar um cargo de senador para um indivíduo específico.

A terceira e última discussão do projeto de emancipação aconteceu no dia 19 e se estendeu para o dia 20 de agosto. No dia 19, o deputado por São Paulo Pacheco Jordão, confrontando a posição de Silveira da Mota no dia anterior, alegou que este “em sua imaginação viu na separação de Curitiba milagres que nos devem causar espanto; na sua imaginação a *Curitiba vai se tornar um Éden de delícias e de prosperidades*”.¹⁰¹⁶

Assim como fez seu colega Silveira da Mota no dia anterior, Pacheco concordava que a região de São Paulo era de maioria liberal, e que o que se pretendia com o projeto de emancipação era criar em Curitiba um núcleo conservador, a despeito da oposição local.

Em 20 de agosto, após um debate entre Ribeiro de Andrada e Barreto Pedroso, foi aprovado o projeto de elevação da comarca de Curitiba à província do Paraná.¹⁰¹⁷ Em 29 de agosto o decreto foi aprovado pelo Senado e pela Câmara e sancionado por D. Pedro II. Em 6 de setembro, formou-se o ministério da conciliação, encabeçado por Carneiro Leão,¹⁰¹⁸ que nomeou em 17 de setembro o deputado baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos, conservador, como primeiro presidente da província do Paraná.

Zacarias, passando pela vila de Antonina no dia 10 de dezembro, foi recepcionado por João da Silva Machado.”¹⁰¹⁹ Em 19 de dezembro, ele instalou o governo da província em Curitiba deu início à organização das eleições para os cargos de senador, um deputado à Assembleia Geral e vinte deputados à Assembleia Legislativa.¹⁰²⁰

¹⁰¹⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 19 de agosto de 1853, p. 261, grifos meus.

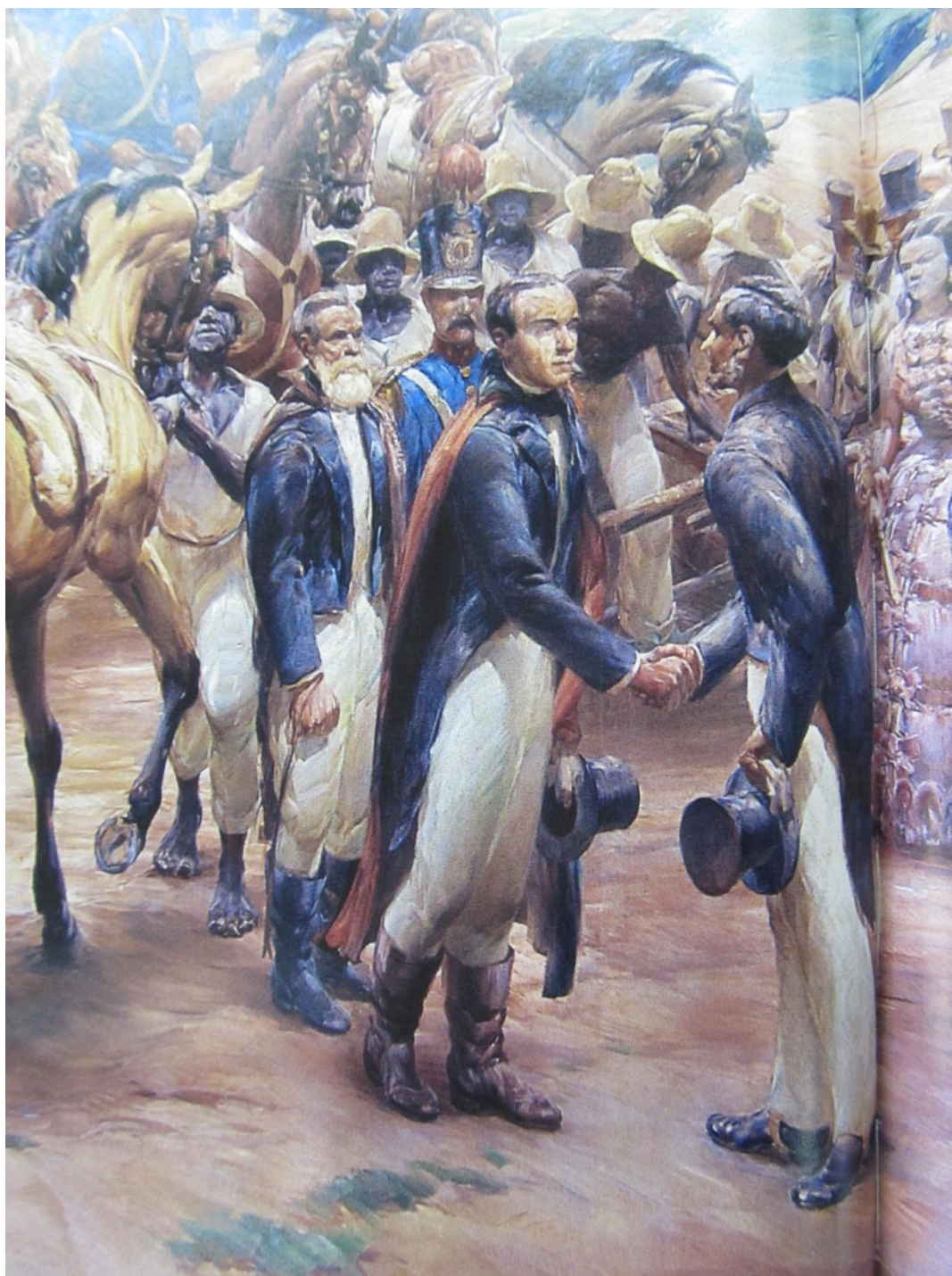
¹⁰¹⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 20 de agosto de 1853, p. 279.

¹⁰¹⁸ Ver BARMAN. *O imperador cidadão*. Op. Cit. p.239; ESTEFANES. *Conciliar o Império*. Op. Cit., p. 161 e ss.

¹⁰¹⁹ VARGAS, Tulio. *O conselheiro Zacarias*. Curitiba: Grafipar, 1977, p. 68.

¹⁰²⁰ BOSIO. *Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná*. Op. Cit., p. 15.

Figura 7. Artur Nísio. A chegada de Zacarias de Góes e Vasconcelos (detalhe)



Fonte: NÍSIO, Artur. Chegada de Zacarias de Goes de Vasconcelos (Palácio Iguçu, 500x700cm, óleo sob tela, 1853). Pintado sob encomenda do governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, para a inauguração do Palácio Iguçu, a sede do governo do Estado e para comemorar o centenário da emancipação do Paraná. Representa a chegada de Zacarias sendo recepcionado pela elite local curitibana. O povo, as tropas e o clero também estão presentes. Zacarias está no centro da imagem, acabando de descer do cavalo e cumprimentando, talvez, o presidente da Câmara de vereadores daquele ano, Manuel Antonio Ferreira, quem seria responsável por recebê-lo e dar início ao trabalho de instalação da nova província.

Resumidamente, o processo para a emancipação pode ser apontando em três grandes períodos, que se subdividem:

1º) Alvorecer da ideia: 1821, formação de um governo em Curitiba e Paranaguá com objetivos separatistas, mas que logo se esvaneceu.

2º) Movimentação definitiva: ações após a pacificação de São Paulo em 1842. Silva Machado, havia acordado com o Barão de Monte Alegre, que Curitiba ficaria ao lado do governo caso houvesse a promessa de emancipação. Monte Alegre encaminha o pedido ao ministro do Império, dando início ao processo.

3º) Trâmites parlamentares:

a) 1º período, 1843: Câmara dos Deputados. Deputados a favor: deputados por São Paulo Carlos Carneiro Campos e Joaquim José Pacheco, e por Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, estes ainda receberam o apoio do ministro da marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Contra: deputados por São Paulo, José Manoel da Fonseca, Joaquim Otávio Nébias e Joaquim Firmino Pereira Jorge; por Minas, Venâncio Henriques de Rezende, Francisco de Paula Cândido e João Antunes Correia; pela Paraíba, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha e; pela Bahia, Angelo Muniz da Silva Ferraz.

Questionava-se a emancipação como uma punição para os rebeldes de São Paulo ao mesmo tempo como uma troca para a fidelidade de Curitiba.

b) 2º período, 1847-1850: petições, discussão no Senado. A favor: Carneiro Leão. Contrários: Vergueiro, Paula Souza. Entram em debate questões de fronteira.

c) 3º período, 1853: Câmara dos Deputados. A favor: Cruz Machado. Contra: Nébias e Martim Francisco. Discutiu-se as rendas da comarca de Curitiba e se ela não necessitaria do apoio do governo central para se manter após a separação. Aprovado o decreto de emancipação em 20 de agosto na câmara e em 29 do mesmo mês, no senado.

O Barão de Antonina, após ter se retirado dos cargos públicos na década de 1840, encerrou suas “viagens meridionais” em 1852 e voltou para a arena política. Ele estava então com 70 anos de idade, e não estava alheio aos debates pela emancipação.

Em 1853 ele ficou em primeiro na lista tríplice para senador pela província do Paraná com 120 votos, colhidos em Castro, Tibagi, Guarapuava, Curitiba, Antonina, Paranaguá e outras freguesias. O Barão não era unanimidade entre os votantes. Em Curitiba chegou a ficar em segundo lugar na votação, com um voto a menos que Manoel Gonçalves Roseira, que ficou com 51 neste colégio eleitoral.¹⁰²¹ Ao final, somados todos os colégios, o Barão ficou em primeiro, seguido do liberal Manoel Gonçalves de Moraes Roseira e do conservador Modesto Gonçalves Cordeiro, que comporiam a lista tríplice a ser enviada ao imperador para sua apreciação. A escolha recaiu no Barão.¹⁰²² Não é possível saber, pela documentação, se o poder central já pretendia que o Barão de Antonina ocupasse a vaga no Senado.

A escolha do Barão de Antonina, um liberal, faz questionar algumas teses como a de Divonzir Lopes Beloto, segundo a qual a emancipação da comarca de Curitiba teria como finalidade diminuir a importância dos liberais paulistas e criar uma nova província sob domínio conservador. Segundo este autor, com a nova província o Império teria mais um senador e mais um deputado para o Partido Conservador na Assembleia Geral. Teria sido intolerável para o Império o crescimento dos liberais em São Paulo e a pena foi a “mutilação” de seu território. O autor conclui sua tese com a seguinte ideia: “Os liberais tinham um reduto expressivo na comarca de Curitiba. Para reduzir sua influência e manter a hegemonia conservadora, o Império lança mão do projeto emancipacionista. Com isso, os deputados paulistas conservadores passam a defender a emancipação, criando uma maioria que a concretiza, de cima para baixo. Estava dada a emancipação. A emancipação conservadora.”¹⁰²³

Para tal conclusão, o autor se afeiçoou nos debates parlamentares, tomando como verdades figuras retóricas utilizadas por deputados e senadores que tinham fortes interesses no projeto de emancipação da 5ª comarca. Ele tomou argumentos dos deputados e senadores contrários à emancipação como explicação histórica.

¹⁰²¹ Jornal *O dezenove de Dezembro*, 1854, 15 de abril de 1854. Historiadores paranaenses que criticam a figura de João da Silva Machado e, posteriormente, também sua eleição como Senador pelo Paraná, em 1854: CARNEIRO, Davi. *História da História do Paraná*. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952, p.166; CARNEIRO, Davi. *Galeria de ontem e de hoje. Livro primeiro. Galeria de ontem*. Curitiba: Editora Vanguarda, 1963, p.64-66; MARTINS, Romário. *História do Paraná*, Curitiba: Travessa dos Editores 1995, p.328-331. NICOLAS, M. *O Paraná no Senado*. Curitiba: Imprensa Oficial Paraná, s/d.

¹⁰²² ALVES, Alessandro Cavassin, João da Silva Machado, barão de Antonina. O estudo biográfico e o seu contexto histórico. IN: *Anais da VII semana de história política/ Iv semana nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade* Rio de Janeiro: UERJ, 2012, p. 59.

¹⁰²³ BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*. Dissertação (mestrado em história), Puc-SP, 1990, p. 99.

Se assim fosse, se a emancipação fosse conservadora, porque o imperador não escolheu o candidato conservador Gonçalves Cordeiro para a cadeira do Senado, optando pelo liberal Barão de Antonina? De fato, o Partido Conservador deteve a maioria na nova Assembleia Provincial e elegeu um deputado geral, mas os liberais continuaram a ter seu espaço.

A escolha do Barão de Antonina para o Senado coroou uma carreira política e econômica que centrou sua atuação na província de São Paulo e apoiou a emancipação do Paraná. Sua nomeação para vice-presidente da província do Paraná em 1855¹⁰²⁴ e, mais tarde, a titulação de barão com grandeza, em 13 de agosto de 1860¹⁰²⁵, demonstram a importância política que ele teve para o Paraná e a confiança que era depositada nele pelo governo central. No Senado, Machado não teve uma participação muito ativa. Sua primeira proposição foi em 1857, sobre a construção de um monumento no campo do Ipiranga em São Paulo.¹⁰²⁶

A emancipação do Paraná, que vinha sendo debatida desde 1843, ocorreu sob os auspícios do Ministério da Conciliação, que se efetivou em setembro de 1853. Esse Gabinete, chefiado por Carneiro Leão – o mesmo senador mineiro que discursava a favor da emancipação da 5ª comarca em 1850 e que utiliza pela primeira vez o termo “província do Paraná”¹⁰²⁷ –, trazia a ideia de imparcialidade e meios conciliatórios de política, pretendendo-se acabar com os partidos e políticos partidários e já estava em elaboração desde o início de 1853. A partir desse Ministério, os cargos passariam a ser ocupados por aqueles que apoiavam o Gabinete, independente de seu passado político.¹⁰²⁸

Assim, a emancipação de Curitiba resultou de uma negociação entre a elite local e o poder central no bojo das ideias conciliatórias. Como procurei evidenciar desde o capítulo anterior, a emancipação da 5ª comarca não se deveu à proeminência econômica da região, nem à uma tentativa de estabelecer uma maioria conservadora, mas antes a acordos que vinham sendo constituídos desde 1843 e que devido à conjuntura do império, tiveram seus desfechos dez anos depois. O contexto de possíveis problemas fronteiriços com a Argentina fez com que o Imperador enviasse Carneiro Leão ao Uruguai, em 1851, para forjar uma aliança com aquele país contra a algumas províncias

¹⁰²⁴ Jornal Dezenove de Dezembro, 16 de dezembro de 1854, n. 38, p. 3.

¹⁰²⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Op. Cit., p. 48.

¹⁰²⁶ BRASIL. *Anais dos Senado*. Sessão de 14 de julho de 1857, p. 264.

¹⁰²⁷ BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 5 de agosto de 1850, p. 105.

¹⁰²⁸ BARMAN. *O Imperador cidadão*. Op. Cit., p. 238-245.

rebeldes da Argentina. O objetivo era assegurar a liberdade de navegação na bacia do rio da Prata. Segundo Bruno Fabris Estefanes, Carneiro Leão tornou-se o político mais decisivo na afirmação de uma nova política imperial em relação à região platina, advindo daí, a titulação de visconde do Paraná em junho de 1852, em reconhecimento pelos serviços prestados na região do rio Paraná.¹⁰²⁹ Portanto, o então Visconde do Paraná, chefiando o Ministério da Conciliação e ciente deste contexto fronteiriço da região platina e da bacia do Paraná, encaminha a emancipação.

Por sua vez, a questão econômica teve impacto no pós-emancipação, quando a nova província baseou seu desenvolvimento na extração e exportação da erva-mate e teve o imposto sobre passagem de animais do Rio Negro (sua principal renda) mudado para Itapetininga. Os deputados paulistas perderam por um lado com a emancipação, mas ganharam por outro: o posto de cobrança foi mudado, onde permaneceu apesar da iniciativa da Assembleia paranaense de fazer voltar a cobrança para o Rio Negro.¹⁰³⁰

¹⁰²⁹ STEFANIS. *Conciliar o Império*. Op. Cit., p. 16.

¹⁰³⁰ Jornal: O Dezenove de dezembro, 1854, 29 de julho, p. 4.

Considerações finais

Após 1855, há poucos registros sobre Machado na documentação, o que sugere que ele tenha se retirado da vida pública e dos negócios. Na década de 1850 e em diante, com um desempenho acabrunhado como senador, ajudou a fundar diversos aldeamentos, como vimos. Entre eles, a Colônia Militar do Jataí, nas margens do rio Tibagi, e o aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1855¹⁰³¹, o aldeamento de São Jerônimo, em suas próprias terras, em 1859. Em 18 de março de 1875 o Barão de Antonina morreu de tifo.¹⁰³²

A trajetória de Machado nos serviu de trilha para a compreensão aprofundada da economia e da política de um Estado em formação. Através do estudo de trajetória, alguns trabalhos têm procurado compreender a complicada arena política da metade do século XIX.¹⁰³³

A biografia de Machado me levou a questionar uma pretensa homogeneidade ideológica dos liberais na década de 1840 e aprofundar o entendimento das possibilidades de ser liberal nesta época. Sua rede de relações políticas, econômicas e familiares com líderes liberais, tornou ainda mais complexo seu posicionamento contra os rebeldes paulistas. Procurando desfazer as urdiduras dos entrelaçamentos de relações, procurei reconstruir os elementos econômicos, familiares e políticos na carreira de Machado. Isso me levou a perceber uma trama de afinidades com o intuito de obter vantagens particulares.

A análise micro-analítica empregada para o entendimento dos negócios de Machado, me ajudou a compreender melhor o funcionamento da atividade de compra e venda de animais, desde a criação até o momento da venda final. Focando nas ações deste negociante, consegui visualizar como ocorriam as estratégias nas várias etapas do negócio, e de que maneira esta atividade estava entre as mais lucrativas no Brasil da primeira metade do século XIX. Os enormes dividendos advindos deste negócio, seja individual ou público, através da geração de impostos sobre passagem de animais, tornou possível não somente indivíduos se alçarem à vida pública, ocupando postos governativos, como também permitiu o enriquecimento provincial, permitindo aos

¹⁰³¹ MERCANTE. *Aldeados e africanos livres*. Op. Cit., p. 25.

¹⁰³² BROTERO. *Barão de Antonina*. Op. Cit., p.8.

¹⁰³³ LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos*. Dissertação (mestrado em história), UFF, Niterói, 2010; SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em busca da Conciliação. Ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese (doutorado em história), UNB, Brasília, 2008.

representares políticos da província de São Paulo pleitear posição de destaque na economia e na política nacional.

A análise econômica me permitiu perceber que a defesa de autonomia paulista frente às Cortes de Lisboa, em 1822, passava por uma relação com o Rio de Janeiro, tendo este o papel de centro de poder no Brasil. Isso se dava uma vez que os mercados destas regiões se encontravam interligados, sendo o Rio de Janeiro, neste momento, um importante mercado consumidor dos animais do Sul.

Empregando o método de análise de redes pude visualizar que o grupo que desempenhou importante papel político no contexto de separação do Brasil de Portugal e que atuava dinamicamente na província de São Paulo, possuía profundas relações entre si. Vergueiro, Tobias de Aguiar, Paula Souza, Costa Carvalho e Silva Machado faziam parte da mesma rede familiar, constituindo uma trama através de laços de casamento entre si. Assim, analisando as atuações políticas destes indivíduos nos anos de 1821 a 1841, um período definidor da formação nacional, pude enxergar um desempenho de certa maneira homogêneo, a favor de uma maior autonomia provincial. Esta autonomia estava fortemente relacionada à liberdade provincial de decisão em questões econômicas e políticas.

A importância política e econômica que São Paulo foi adquirindo nas primeiras décadas do século XIX, levou a um grupo específico de liberais da província a requerer maior autonomia e menos centralização por parte do governo central. Algo que serviu para exemplificar esse desejo por autonomia e ao mesmo tempo a força econômica de São Paulo foi o estudo da concepção do Banco Provincial, para o qual foram nomeados os cinco maiores capitalistas da província, entre eles, Tobias de Aguiar e Silva Machado. O objetivo desse banco era reverter o capital gerado pelos impostos provinciais na forma de créditos para aqueles que residiam em São Paulo. Acusado de procurar favorecer uma parcela de indivíduos, a proposta do banco não foi adiante, mas serviu para demarcar quem eram os poderosos negociantes da província na época e para demonstrar o fortalecimento econômico e político desses indivíduos. Além disso, evidenciou que o desejo por autonomia não estava atrelado somente ao político, mas também estava fortemente relacionado à economia.

Esse desejo de autonomia levou ao acirramento das posições políticas que culminou na Revolta Liberal de 1842. Entretanto, por meio do aprofundamento da compreensão dos relacionamentos políticos e das ligações econômicas e familiares nas décadas que antecederam a Revolta, pude concluir que a conflagração não foi algo

repentino, mas que se configurou em uma reação fruto de uma configuração econômico-político particular, que vinha se estabelecendo muito antes deste período. Analisando a performance política do grupo que João da Silva Machado se ligou na capital da província paulista entre os anos de 1821 e 1842, observei que a atuação deste grupo no período regencial e nas Assembleia Legislativa Provincial e Geral, apontava para um denominador comum, que era a autonomia político-econômico. Isso me levou a configurar o grupo liberal que gravitava em torno de Silva Machado, Vergueiro, Feijó, Paula Souza e Tobias de Aguiar de o “grupo paulista”.

Como acontece nas melhores famílias, ocorreram divisões no seio destes liberais. Logo no início do ano de 1842, Tobias de Aguiar, Vergueiro, Paula Souza e Feijó contestaram abertamente o caminho que estava sendo tomado pelo Imperador ao nomear Conservadores para altos postos de governo e sancionar leis por demais centralizadoras.

Como acontece nas melhores famílias, ocorreram divisões no seio destes liberais. Logo no início do ano de 1842, Tobias de Aguiar, Vergueiro, Paula Souza e Feijó contestaram abertamente o caminho que estava sendo tomado pelo Imperador ao nomear Conservadores para altos postos de governo e sancionar leis por demais centralizadoras. Isso levou à um levante armado, encabeçado por Tobias de Aguiar à partir de Sorocaba, mas que não contou com todos os liberais da província. A posição de João da Silva Machado, que possuía relações com os liberais revoltosos, pode ser melhor compreendida quando deslocamos o microscópio das relações puramente políticas e focamos também em elementos econômicos e familiares. A atuação de Machado como político não pode deixar de ser analisada em conjunto com esses outros elementos. Machado era um rio-grandense, que adquiriu fortuna através do negócio de animais que lhe permitiu traçar uma ampla rede de relações, não somente na capital da província paulista, mas também, mais ao sul desta; mais especificamente, na comarca de Curitiba. Ali residia seus interesses e sua lealdade.

Foi com interesses em vista que Machado ativou sua rede de relações para evitar que Curitiba se voltasse para os rebeldes liberais de São Paulo. Em uma série de estratégias articuladas com o governo central, Machado prometeu títulos nobiliárquicos à elite local e a elevação da comarca em província. Com isso, ele conseguiu manter essa elite ao lado do poder central e evitou que a Revolta Liberal se espalhasse por toda a província. A trajetória de Machado neste evento permitiu esclarecer que não havia um posicionamento inequívoco de liberais, mesmo que possuíssem os mesmos objetivos.

Machado era à favor da autonomia provincial, como ficou evidente em seu desejo de separar a comarca de Curitiba, mas não era aderente ao artifício da revolta.

O processo subsequente de emancipação da comarca de Curitiba revela o poder pessoal que Machado adquiriu através de sua rede de relações na região, conseguindo reconfigurar o cenário político local. Uma vez que Curitiba era considerada antro de liberais e sua fidelidade ao governo central chegou a ser posta em dúvida por Deputados provinciais e gerais, a força de Machado para atrair sua elite para o lado do governo, mesmo que jogando com os interesses, foi bem vista pelos altos escalões do poder. Por seu desempenho na Revolta Liberal ele recebeu o título de Barão de Antonina.

Machado não descuidou de seus interesses particulares enquanto desempenhava esses papéis políticos. Ao analisar a atuação de Machado com relação à descoberta de caminhos para o Mato Grosso e a fundação de aldeamentos, conclui que os interesses públicos e privados andavam de mãos dadas. O Estado precisa colonizar e estabelecer defesa em áreas de fronteiras com a América Espanhola e Machado tinha interesse em ampliar suas posses de terras e estabelecer rotas mais lucrativas para o sudeste para o gado que estava sendo criado no Mato Grosso. Juntando-se o útil ao agradável, Machado empreendeu diversas viagens para o oeste do que viria a ser o Paraná, fundando diversos aldeamentos, estabelecendo novos caminhos e tomando posse de enormes propriedades. Em seu brasão está resumida sua ação junto aos indígenas: um índio sendo catequizado por uma figura estilizada de um leão.

Isso estava estritamente ligado ao debate pela emancipação do Paraná, como pudemos perceber nos debates que se arrastaram por dez anos. Mas o enfoque na trajetória do Barão de Antonina nos permitiu ver as particularidades do debate, percebendo os interesses a favor e contra ao projeto. Cruzando os debates parlamentares com o contexto político e econômico conseguimos apreender que a emancipação ia além da ideia de se conquistar uma nova província conservadora, como foi proposta pela historiografia. A análise da trajetória do Barão de Antonina no início do processo para a emancipação em 1842, e em sua escolha para senador em 1853, de lista tríplice entregue ao Imperador, além da compreensão do contexto, demonstrou que a criação da província do Paraná foi tributária de uma negociação entre a elite local e o poder central. E o governo central tinha interesses na facilidade que se teria para tratar dos problemas fronteiriços com a criação de um centro administrativo na região do Paraná.

A metodologia de análise de trajetória, conjugada com outras metodologias como análise de redes, micro-história, economia e política foi profícua no sentido de

ajudar a visualizar elementos não reconhecíveis a partir de estudos macro. Por exemplo, a trajetória de Machado serviu como um caminho para a compreensão do movimento de 1842 e suas decorrências, como os debates políticos em torno da emancipação da comarca de Curitiba. O estudo do econômico e das relações pessoais aprofundou a tese de que os indivíduos que se apresentaram como a principal elite política na década de 1830 e 1840 estavam estabelecendo redes desde a década de 1820. Um grupo que se dividiria no calor dos eventos da chamada Rebelião Liberal de Sorocaba, Vergueiro, Paula Souza, Feijó e Tobias de Aguiar de um lado, e Machado de outro.

A trajetória de Machado também me permitiu também compreender a política indigenista de meados do século XIX e como o Estado Imperial se utilizou de particulares, sem ligação com postos administrativos, para conquistar e avançar à colonização aos sertões, numa troca de mão dupla: o Estado firmava suas fronteiras e os particulares estabeleciam posses de terras.

Machado foi um indivíduo “excepcional-normal”, para usar a expressão cara do micro-historiador Edoardo Grendi¹⁰³⁴, por permitir, através de sua biografia, adentrar círculos de poder político e econômico, uma vez que ele participou da principal atividade econômica do Sul, o negócio de animais, e atuou em diversas esferas administrativas, indo desde postos de milícias até senador, um local reservado para poucos privilegiados. Ele foi excepcional porque sua extensa vida (ele viveu 93 anos) e a extensa documentação em que ele aparece, nos permitiu ter vislumbres de um período chave na consolidação do Estado Nacional e do desenvolvimento da economia Sulina.

¹⁰³⁴ GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? IN: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 257.

Cronologia – João da Silva Machado

17/06/1782: nasce em Taquari, província do Rio Grande de São Pedro

Década de 1810: casa com Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães.

1820: efetiva uma sociedade para compra de mulas no Sul com Antonio da Silva Prado, mais tarde, Barão de Iguape.

9/05/1821: é designado eleitor para escolha dos deputados a serem enviados às Cortes de Lisboa.

1829: é eleito presidente da Câmara da Vila Nova do Príncipe

1830-1833: é eleito para o Conselho Geral da presidência de São Paulo (50 anos)

1832: é nomeado juiz de paz em Cruz Alta, mas não assumiu

1833-1837: faz sociedade com David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais.

1835-1837: é eleito deputado provincial

→1835-1836: é eleito para a Assembleia Provincial, 1ª. legislatura: Comissão: comércio, industria e trabalhos públicos (no ano seguinte atuando na Comissão de comércio, industria, estradas e obras publicas)

1836: é designado comandante chefe de legião de guardas nacionais

1838-1840: é eleito deputado provincial

→ 1836: já é Comendador da Ordem Imperial do Cruzeiro – desta forma é designado no inventário de seu sogro, Manuel Gonçalves Guimarães

→1838: é eleito à Assembleia Provincial, 2ª. legislatura, comissão: estatística

→1839: na Assembleia Provincial, atua na comissão de orçamentos e contas das camaras municipais

1839-1843. faz sociedade com David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais

1837-1838: designado vice-presidente da província de São Paulo

19/12/1840. 4.103 animais de sua propriedade são transportados para Sorocaba, tendo sido registrados no registro do Rio Negro.

1840-1841: é eleito deputado provincial

1841-1843: é eleito deputado provincial

1841: é designado comandante superior da Guarda Nacional.

03/1842: é designado comandante interino das Legiões da Guarda Nacional ao Sul da província de São Paulo

1842: é eleito Deputado Bancal

1842: recebe o título de Barão de Antonina

1845-1852: realiza as “jornadas meridionais”: sete viagens aos sertões de São Paulo com objetivo o Mato Grosso.

1854-1875: é eleito senador pelo Paraná

1855: é designado vice-presidente da província do Paraná

1875: falecido (93 anos) em 18 de março.

FONTES

2ª. Vara Cível de São José dos Pinhais. Inventários *post-mortem*. (1852-1886).

AMARAL, Paulo Bonavides Roberto do Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*. Senado Federal, Brasília, 2002, vol 1.

APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Registros paroquiais de terra da Freguesia de Cruz Alta (nos. 192, 253, 506).

APESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Educação, 1961, v. 86

APESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia industrial de São Paulo, 19896, n. 19, Ofício do Morgado de Mateus, 5 de janeiro de 1768, p. 45-46.

APESP. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, v. 37, 1902, Ofício de João Carlos Augusto d'Oyenhausem para João da Silva Machado, 9 de dezembro de 1820.

APESP. Livros da Barreira do Rio Negro, 1824-1852. Livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4: anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7: anos 1839-1846, caixa 257, ordem 1963. Livro 8: anos 1845-1849, caixa, 258; Livro 9: 1847-1850, caixa 260; livro 10, anos 1850-1854, caixa 261.

APESP. *Ofícios diversos*, Faxina (anos 1839-1850, caixa 218, ordem 1013), Curitiba (anos 1841-1844, caixa 209, ordem 1004), Castro, Vila do Príncipe (anos 1840-1853, caixa 390, ordem 1185).

APESP. Inventário de Bens Rústicos do Paraná, 1818, Lapa. Cópia em CDRom. Originais no Arquivo do Estado de São Paulo.

APESP. Inventário post-mortem, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, 1878.

APESP, A bandeira de Joaquim Francisco Lopes, 1829. IN: Boletim do Departamento do arquivo do Estado de São Paulo, maço 1, vol III, 1943.

APESP. Lista Geral dos Habitantes que existem na Freguesia de Santo Antonio da Lapa. 1798.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, tomo II

AYROSA. Plínio. As 'entradas' de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 28, 1930, p. 221-229.

BARBOSA, J. da C. Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; (...). IN: *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 2, n. 5, 1840.

BROTERO, Frederico Barros de. *Barão de Antonina*. Apontamentos genealógicos. Salesianas, s/d.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte de 1823, disponível em http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp (consultado em 22/08/2013).

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, anos 1843, 1850, 1853. Disponível em www.camara.gov.br. (consultado em 07/01/2014)

BRASIL. Anais do Senado. Anos 1850, 1857. Disponível em www.senado.gov.br (consultado em 24/05/2014).

BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei no. 601, de 18 de Setembro de 1850, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm, consultado em 05/03/2011.

CAMPESTRINI, Hildebrando (org.). As derrotas de Joaquim Francisco Lopes. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

DAEP. (Departamento do Arquivo do Estado do Paraná). *Auto de Libelo em que he o Capitão Manoel Mendes Leitão e sua mulher autores e Antonio Ferreira da Cruz réu*. Processo No. 1926, JP 1909, Caixa 90, Ano 1827.

DAEP. *Apelação civil entre partes. o sargento mor João da Silva machado, apelante; o capitão Joaquim Gonçalves Guimarães, apelado. 1819*

DAEP, inventário *post-mortem* de Manuel Gonçalves Guimarães, 1839.

Diários das Cortes: <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.c1821>.

ELLIOT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *RIHGB*, tomo 10, 1870, p. 153-177.

ELLIOT, João Henrique. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itaraté, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjancetes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. IN: *RIHGB*, tomo 9, 1869, p. 17-42.

FEIJÓ, Diogo Antonio. *Resposta dada ao senado pelo senador Diogo Antonio Feijó*. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1843.

IBGE, Itaporanga. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>., conSultado em 06/03/2011.

IBGE, Rio Negro, Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>., conSultado em 06/03/2011.

IRMÃO, Marques. Almanak administrativo mercantil e industrial da província de S. Paulo para o anno de 1857. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856.

LEÃO, Ermelino de. *Diccionario histórico e geográfico do Paraná*, vol. I, Curitiba: Instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense, 1994 [1926].

LEAO, Ermelino. *Diccionario histórico e geográfico do Paraná*. Vol. III. Curitiba: Instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense.

MACHADO, João da Silva. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominado Paiqueré. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico (RIHGB)*, tomo 5, 1885, p. 109-117.

MARINHO. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*, Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844.

MENDONÇA, Antonio Manuel de Mello Castro e. Memória econômico política da capitania de São Paulo (1798). IN: *Anais do Museu paulistas*, T-XV (81-248). São Paulo, 1961.

MORAIS, Antonio da Silva. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typhografia lacerdina, 1813, Tomo II.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo* (1837), São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

NEGRÃO, Francisco (dir.). Atas da sessões da Câmara de Curitiba, 1838. IN: *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1930, vol. L

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa paranaense, vol.1º 1926.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Imprensa paranaense: Curitiba, vol.1º, 1926.

OLIVEIRA, Joaquim machado de. Noticia raciocinada sobre as aldeias de índios na província de s. Paulo, desde o seu começo até a actualidade. IN: *Rihgb*, 1846, tomo 08, p. 204-254.

PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia tropeira*, vol II, IN: <http://www.genealogiacorrea.com.br/> (visitado em 13/03/2012).

PLUTARCH, *The paralell lives*. Loeb Classical Library Edition, 1914, vol II, The life of Camillus.

Reforma do Código do Processo – Lei n.261 de 3 de Dezembro de 1841, Título 1, capítulo 1. IN: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm, consultado em 05/08/2013

Relatório do presidente da província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, 1838. IN: <http://brazil.crl.edu>, consultado em 07/08/2013.

Registro de Curitiba, 1809. Biblioteca Nacional -II-35,25,05

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem a província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

SÃO PAULO. Atas do Conselho da Presidência da província de São Paulo (1829 – 1832). IN: APESP. *Boletim*. São Paulo: Secretaria da Educação, 1961, v.15.

SÃO PAULO. Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1835-1842. São Paulo: Typographia Piratininga, 1923.

SÃO PAULO. *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*. São Paulo: Departamento da cultura, Prefeitura de São Paulo, 1938, anos 1821, 1842.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de (Org.) Código Criminal de 1830, Recife: Typographia Universal, 1858.

VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La concorde, 1918.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília: Senado Federal, 1979.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima (1851)*. Tomo I. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.

BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, Cristina López. *Tempos de cambio: produccion y comercio em Tucuman, 1770-1820*) IN: Andes, n. 013, 2002.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada. IN: NOVAIS, Fernando A. (dir.), SOUZA, Laura de Mello (org). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.

ALEIXO IRMÃO, José. Rafael Tobias de Aguiar: o homem, o político. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Afrontamento, 1993

ALMEIDA, Aluísio. Achegas à biografia do Barão de Antonina. IN: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento Municipa. l de Cultura, vo. CXVI, 1947.

ALMEIDA, Aluisio. *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1944.

ALVES, Alessandro Cavassin, João da Silva Machado, barão de Antonina. O estudo biográfico e o seu contexto histórico. In: *Anais da VII semana de história política/ Iv semana nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade* Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

ALVES, Alessandro Cavassin. A parentela reunida e as lutas partidárias na província do Paraná em 1854. IN: *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, UFPR, Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão*. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). São Paulo: tese de doutorado, USP, 1998.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAUJO, Maria Lucilia Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Editora Hucitec, Fapesp, 2006.

ARAUJO, Raimundo Alves. Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900). Dissertação (mestrado em história), Universidade Estadual do Ceará, 2011.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (mestrado em história), UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial. Mercado interno, regiones e espacio econômico*. Lima: Instituto de estudios peruanos, 1982

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Sustentar a constituição e a Santa igreja Católica, amar a Pátria e o Imperador. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão*. IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

AZARA, Félix de: *Descripción general del Paraguay*, Alianza, Madrid, 1990.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocacaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2002.

BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*. Dissertação (mestrado em história), Puc-SP, 1990.

BALHANA, Altiva et al. *Historia do Paraná*. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969.

BARBOSA, Pablo Antunha. *Notas sobre el cacique Libânio y el barón de Antonina en los aldeamientos indígenas de las provincias meridionales del Brasil Imperial (1840-1889)*. IN: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, postado online no dia 12 Fevereiro 2013, consultado em 03 de Janeiro de 2014. URL : <http://nuevomundo.revues.org/64988> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.64988.

BARMAN, Roderick J. *Packing in british Columbia: transport on a resource frontier*. IN: *Journal of Transport History*. Manchester, número 21, 2000.

BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 100-ss.

BARRIOS PINTO, Antonio. *Historia de La ganaderia em el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971.

BARROS, José d'Assunção. *História econômica: considerações sobre um campo disciplinar*. IN: *Revista de economia política e História econômica*. No. 11, janeiro de 2008.

BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrário pampeano. Tomo I: La expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.2.

BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.

BERBEL, Márcia. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). IN: *Revista das Índias*, 2008, vol. LXVIII, num. 242, pags. 225-254

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: Edusc, 2004.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. IN: *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007.

BETHELL, Leslie. *Historia de America Latina*. Vol 6. America Latina Independiente (1820-1870). Barcelona, Editorial Critica, 1991.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: O governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. São Paulo: tese de doutoramento USP, 2006.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. O processo de mercantização de São Paulo Colonial (1681/1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BLASI, Antônio Luiz. *Tropeirismo, registro e poder*. Monografia (graduação). Florianópolis, SC: 2004.

BORGES, Joacir Navarro. *Das justiças e dos litígios*. A ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752), Tese (doutorado em história), UFPR, Curitiba, 2009.

BORGES, Luiz Adriano G. *Particularidades familiares: a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2009.

_____. *Tropeirismo e criação de animais em São José dos Pinhais, Paraná, segunda metade do século XIX*. IN: Anais da III Conferência Internacional em História Econômica e V Encontro de Pós-graduação em História Econômica, Brasília, 2010.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Notas sobre o conceito de elite para o Brasil dos oitocentos (primeira metade do século XIX) In: ANPUH-SP, Franca, 2010.

BORGES, Luiz Adriano. O barão bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indigenistas da primeira metade do século XIX. IN: *anais do 5º encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Rio Grande do Sul, 2011, <http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro.htm>.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O triunfo da urna com o bacamarte: o conflito de 1852 em São José dos Pinhais. IN: *Revista História*, ano 5, vol.1, no.1, 2014.

BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (mestrado em história), UFSC, Florianópolis, 2005.

BORREGO, Maria Aparecida Menezes. A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2006.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.1. p. 11-41. jan.- jun, p. 23, 2010.

BOSIO, Artenor Luiz. *Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná*. Monografia (conclusão de curso de especialização), Especialização em Direito Legislativo, UNILEGIS e UFMS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BOTT, Elizabeth. *Famílias e redes sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRAGA, Pedro. Crime, pena e sociedade no Brasil pré-republicano. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 40 n. 159 jul./set. 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material. Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes: 1996.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. “Viva a Liberté!”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824). Dissertação (mestrado em história), UFPE, Recife, 2008.

BROTERO, Frederico de Barros Brotero. *Barão de Antonina*. Apontamentos genealógicos. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, s/d.

BRZEZINSKI, Elton. Chiapetta. Um resgate de sua história. Disponível em : www.pmchiapetta.com.br. Consultado em 06/03/2011.

CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo, Editora 34, 2002.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba : um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

CANABRAVA, Alice P. As chácaras paulistas. In: História econômica: estudos e

CARRARA, Angelo Alves. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método. IN: *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n.1m p. 163-194, 2008.

CARDOSO, António Barros. Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829). IN: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006.

CARDOSO, Jose Luis. A legislação econômica do vintismo: economia política e política econômica nas Cortes Constituintes. IN: *Análise social*, vol. XXVI, 1991.

CARNEIRO, David, *História da emancipação do Paraná*. Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas, 1954.

CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje. Livro primeiro. Galeria de ontem*. Editora Vanguarda, 1963.

CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos editores, 1995.

CARRARA, Angelo Alves; SANTIRO, Ernest Sánchez. Historiografia econômica do dízimo agrário na Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII. IN: *Estud. Econ.* [online]. 2013, vol.43, n.1, pp. 167-202 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100007&lng=en&nrm=iso.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a ordem imperial/ teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro. UFRJ; Relume-Dumara, 1996.

CARVALHO, Jose Murillo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Scielo, v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. IN: CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Funadación Mapfre, 2012.

CASTRO, Jeanne Berrance. *A milícia Cidadã: A guarda Nacional de 1831 a 1850*. Ed. Nacional, Brasília, 1977

CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

- CATELLI JR, Roberto. *Poder local – consolidação e revolta*. Sorocaba, 1823/1842. Dissertação de mestrado, USP, 1993, p. 75, 2002.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XX. IN: *Métis: História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, p.74, jan.-jun./2003.
- CHEDA, Raúl d. El corredor oriental y la jurisdicción montevideo - un aspecto de la capitulación mendoza y la jurisdicción montevideo - ocupación territorial y corredores comerciales - 1535 – 1780. IN: *Primeiras Jornadas de economia regional comparada*. Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística, 2005.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao Sul do império: a lei de terras e a consolidação política da coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (doutorado em história), UFF, Rio de Janeiro, 2010.
- CONTI, Viviana; SICA, Gabriela. Arrieros andinos de la colonia a la independência. IN: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates*. URL : <http://nuevomundo.revues.org/60560>, 2011 (acessado em 18/07/2013).
- COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambigüidades: outros aspectos da República Juliana*. Laguna/SC – 1836-1845. Florianópolis, dissertação de Mestrado, UFSC, 2006.
- COSTA, Wilma Peres. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2003.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. A expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: companhia das Letras, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992
- DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os “facciosos” de São Paulo*. (considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignacio, 23.05.1822-25.08.1822). Dissertação (Mestrado em história, USP, São Paulo, 1993.
- DANIELI, Maria Isabel Basilisco Celia. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese (doutorado em história) Unicamp, Campinas, 2006.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

DELATORRE, Aparecida Vanessa. São Paulo à época da independência. Contribuição para o estudo do movimento da “bernarda”, 1821/1823. Dissertação de mestrado, São Paulo: USP, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

DJENDEREDJIAN, Julio Cesar. Fuentes, pobres, métodos complejos. Producción agroganadera y sociedad em un área fronteriza Del rio de La Plata tardocolonial. IN: *Anuario de estudios Americanos*, vol LIX: 2, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da conciliação – o poder provincial em São Paulo (1835-1850)*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 1993.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O projeto nacional de José Bonifácio. IN: *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 46.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

DOMINGOS, Simone Tiago. Os jesuítas e a unidade nacional segundo a Revista do IHGB (1839-1889). *Política y Cultura*, Núm. 31, 2009, pp. 161-179. Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUMONT, Louis. Homo hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Unesp, 1992.

ECKERT, Marcia Miranda. A estalagem e o império

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Marcos Machado de. Índio, gado e blindagens na construção do da fronteira no Sul do Mato Grosso. IN: *Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre*, no. 32, p. 37-56, dezembro, 2007.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império*. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856). Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (doutorado em história), Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822), IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 237-250. jul.- dez. 2009.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no rio da prata. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol 1 – 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigações das ideias políticas. IN: *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 323-350, jan./dez., 2006.

FORJAZ, Djalma. *O senador Vergueiro*. Sua vida e sua época (1778-1859). São Paulo, Oficinas do Diário Oficial, 1924.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1993.

FLORY, Thomas. *El juiz de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidade política en el nuevo Estado*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. IN: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 74-106.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GARAVAGLIA, J.C. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1999.
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una region del Rio de la plata a fines de la época colônia*. Los libros del riel, 1998.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *Visões da liturgia: o imperador e os partidos políticos*. IN: *Revista de História Regional*, ano 5, n.2, p. 57-82, inv. 2000.
- GIL, Tiago Luis. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2002.
- GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho*. Tropeiros e negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP: Polis, 2005.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Lideranças e mobilizações na formação do Estado Nacional*. IN: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs). *De um império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp, 2007.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista: 1961.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Redes de Poder na América Portuguesa - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822*. IN: *Revista brasileira de História* [online]. 1998, vol. 18, no. 36 [citado 2008-09-24], pp. 297-330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881998000200013
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRANDI, G. Considerações sobre o transporte pré-ferroviário em São Paulo. In: Alcides Goulart Filho, Paulo Roberto Cimó Queiroz. (Org.). *Transportes e Formação Regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: UFGD, 2011.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (doutorado em história), São Paulo, USP, 2012.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Liberto, gaúcho, peões livres e a Guerra dos farrapos, p. 233, IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo da trajetória de vida nas Ciências Sociais. IN: *Campos – Revista de Antropologia Social*, Curitiba, 12 (1), 2011.

GUTIERREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (mestrado em história), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HARTUNG. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. IN: *Topoi*, vol. 6, no 10 (2005).

HESPANHA, Antonio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOBBSAWN, Eric. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. IN: *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, Tomo II, vol. 2.

HÖRNER, Erik. A luta já não é mais a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. São Paulo: *Almanack braziliense*, n. 05, maio 2007.

HÖRNER, Erik. *Guerra entre pares: A “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2005; HORNER, Erik. A guerra entre rebeldes e governistas. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2010.

- HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e rebeldia: a dinâmica política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*. Tese (doutorado em história) UNB, Brasília, 2010.
- JACOBUS, André Luiz. “A Estrada das Tropas e seus três Registros: vetores de relações sociais e econômicas no Brasil Colonial”. In: RODRIGUES et alii (orgs.). *Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000.
- JANCSÓ, Istvan. A construção dos estados nacionais na América latina – apontamentos para o estudo do império como projeto. IN: SZMRECSÁNYI, Tamáz; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.
- JANCSÓ, István. Independência, independências. IN: JANCSÓ, István (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005.
- KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837-1838. IN: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.
- KLEIN, Herbert S. A oferta de muarees no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. IN: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, mai-ago 1989, p. 356-57.
- KODAMI, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado em historia), Puc, Rio de Janeiro, 2005.
- KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de La historia econômica*. Barcelona: Ediciones penínSula, 1977.
- LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese (Doutorado em história), UFF, Niterói, 2010.
- LACOSTE, Pablo. Carretas e transporte terrestre bioceânico. *Estudos ibero-americanos*. PucRS, v. XXXI, no. 1, p. 7-34, junho, 2005.
- LACOSTE, Pablo. El arriero y el transporte terrestre en el cono sur (Mendoza, 1780-1800). *Revista de Indias*, vol. LXVIII, núm. 244, Págs. 35-68, 2008.

LAVALLE, Aida Mansani. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*. Tese (Livre Docência em história) UFPR, Curitiba, 1974.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1986.

LEFORTE, Claude. *As formas da história. Ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1979].

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, Jan/Jun., 2008, vol 28, n. 55.

LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governa na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Publico do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemont do século XVII*. Civilização brasileira: Rio Janeiro, 2000.

_____. Usos da biografia. IN: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Tráfico ilegal para a fronteira agrária: Domingos Inácio de Araujo (Palmeira, 1830-1851). IN: *IV Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2009, Curitiba. *IV Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional - textos completos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840. IN: *Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10a Conferência Internacional de História Econômica*. / Abphe, 2011.

LIMA, Henrique Espada. *Micro-história: escalas, indícios e singularidades*. tese (doutorado em história), Campinas, Unicamp, 1999.

LIMA, Marco Antunes de. *A cidade e a província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842*. Relatório de bolsa de iniciação científica, USP, 2001.

- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LINS, Silvia Queiroz Ferreira Barreto. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de Muares à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2003.
- LOPES, Jose Carlos Veiga. *Aconteceu nos pinhais: subsídios para a história dos municípios do Paraná*. Curitiba: Ed. Progressiva, 2007.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos*. Dissertação (mestrado em história), UFF, Niterói, 2010.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). IN: *Araucaria, Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y humanidades*, no 17, maio de 2007.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Pátria do cidadão": A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Rev. bras. Hist.* vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.
- MACHADO, Marina Monteiro. *A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil*. Dissertação (mestrado em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- MAMIGONIAN, Armen. Inserção do Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. IN: *GeoSul- Revista do Departamento de geociências da UFSC*, Florianópolis, vol 1, no1 (1986).
- MAMIGONIAN, Beatriz. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (ed.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. São Paulo, tese (doutorado), USP, 1998

MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001.

MARIANO, Serioja R. C. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840), IN: *SÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA*, no. 24, João Pessoa, jan./ jun. 2011.

MÁRQUEZ, María Victoria. Grupos de mercaderes cordobeses en el espacio peruano. La incidencia de las reformas borbónicas y las sublevaciones indígenas. IN: *Anais da XXI jornadas de historia econômica*, 2008.

MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MARSON, Izabel, OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles (orgs.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013.

MARTINS, Eduardo. *A Assembleia Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil*. Tese de doutorado, Faculdade de ciências e letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

MARTINS, Hebert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. IN: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 30, p. 9-16, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Raphael Neves. A carta outorgada de 1824: Ponto de partida ou ponto de chegada? IN: *Revista Virtú* 8, UFJF, 2009.

MARTINS, R. *História do Paraná*, Curitiba: Travessa dos Editores 1995.

MATTOS, Ilmar Rolhoff. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2009.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Editorial Estampa, 1998, vol 4.

MEDICCI, Ana Paula. Entre a “decadência” e o “florescimento”: a capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (mestrado em história) USP, São Paulo, 2005.

MEDICCI, Ana Paula. Administrando conflitos: O exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). Tese (Doutorado em história), USP, São Paulo, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios*. Formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822). São Paulo: Alameda, 2009.

MERCANTE, Maicon Fernando. *Aldeados e africanos livres: Relações de compadrio e forma de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)*. Dissertação (mestrado em história), UPFR, Curitiba, 2012.

MITCHELL. *Social networks in urban situations*. Analysis of personal relationships in central Africa towns. Manchester: Manchester University Press, 1969.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência em Antropologia), Unicamp, Campinas, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. A Rochela do Brasil: São Paulo e aclamação de Amador Bueno como espelho da realeza portuguesa. IN: *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História da Universidade de São Paulo, número 141, terceira série, 2º semestre de 1999.

MORAES, E. Vilhena. *Caxias em São Paulo*. A revolução de Sorocaba. Rio de Janeiro: Calvino Filho editor, 1933.

MOREL, Marco. Animais, monstros e disformidades: a “zoologia política” no processo de construção do império do Brasil. IN: *Estudos Históricos*, 1999.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTA, Lucio Tadeu. O instituto histórico e geográfico brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado nacional. Diálogos, Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000.

MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Paraná, 1987.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Cento e vinte anos de produção mundial de açúcar: comentário sobre séries estatísticas tradicionais (1820-1940). In: *História Econômica e História de Empresas*. v. VII, n. 1, 2004.

- MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo: Unesp, 2006.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes personales y autoridade colonial. Los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII. IN: *Annales. Historie, Sciences sociales*. V. 47, no. 4-5, 1992.
- MULLER E OLIVEIRA, Vinicius de Bragança. *Centralização e descentralização: Mudanças institucionais e seus impactos na economia da província de São Paulo (1835-1850)*. Dissertação (mestrado em história), Unesp, Araraquara, 2006.
- OLIVEIRA, Vinicius de Bragança Muller. O relacionamento entre a província de São Paulo e o governo Imperial: economia e política em meio ao embate entre centralização e descentralização (1835 – 1850). IN: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.
- NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831–1871*. California, USA, 2006.
- NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partido políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. IN: *Almanack Braziliense*. São Paulo, no. 10, p. 5-22, Nov. 2009
- NEVES, Lucia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. IN: *Caderno Cedes*, Campinas, v.22, n. 58, 2002.
- NICOLAS, M. *O Paraná no Senado*. Curitiba, Imprensa Oficial Paraná, s/d.
- NOGEROL, Luiz Paulo Ferreira. Preços de bois e escravos em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – mercadorias de um mercado nacional em formação. IN: *Ensaio FEE*, v. 26, 2º Encontro de economia gaúcha PUCRS, 2005.
- NOGUEIRA, Almeida. *A academia de São Paulo*. Tradições e reminiscências. São Paulo: s. Ed., 1912.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa*. Dinâmica política em torno dos conselhos provinciais e da imprensa periódica em São Paulo-1824-1834, diss, USP, 2009.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf, Ícone, 1999.
- OLIVEIRA, Cecilia helena de Salles. Imbricações entre política e interesses econômicos. A complexa definição dos fundamentos da monarquia no Brasil da década

de 1820. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu; Associação Brasileira de pesquisadores em história econômica, 2003. v. 1.

OLIVEIRA, Cecília. A província de São Paulo à época da Independência. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Publico do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

OLIVEIRA, Odilon Gomes. *Santo Augusto, 1815 até 1940*. Evangraf: Porto Alegre, 2000.

OLIVEIRA VIANA. Populações meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editorada da Universidade federal fluminense, 1987. vol 2.

OSORIO, Helen. *O império português no Sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira. República, Federalismo e Fronteira. In: *História Unisinos*. São Leopoldo, n. 14(1), jan./abr. 2010.

PAULA, João Antonio. O processo econômico. IN: CARVALHO, Jose Murilo de (coord.). *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Funadación Mapfre, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio César de Almeida. *300 anos – Câmara Municipal de Curitiba – 1693/1993*. Curitiba: Camara Municipal de Curitiba, 1993.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado, USP, 2009.

PAZ, Gustavo L. A la sombra del Perú: mulas, repartos y negocios en el norte argentino a fines de la colônia. IN: *Boletín del instituto de historia argentina y americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Terceira serie, num. 20, 2º. Semestre, 1999.

pesquisas. São Paulo: Hucitec; Ed.UNESP; ABPHE, 2005.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. *Produção documental do legislativo no Império: gênese e tipologia: o caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação de mestrado, USP, 2005.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

_____. O Barão de Iguape. Um empresário da época da independência. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

O desprezado “ciclo do açúcar” paulista (1765-1850), p. 136. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 1 Colônia e Império. São Paulo: Unesp; Arquivo Publico do Estado; Imprensa Oficial, 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].

PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2007.

PIÑERO, Theo Lobarinhas, Os projetos liberais no Brasil Império. IN: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 2 no.4, maio-agosto 2010.

PRIORE, Mary del Priore; VENANCIO, Renato Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. IN: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

RACHADELL, Manuel. Liberalismo y federalismo. IN: *Revista Politeia*, N° 41, vol. 31. Instituto de Estudios Políticos, UCV, Venezuela, 2008.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A instalação do Estado Nacional e as tensões fronteiriças: Uruguaí e Rio Grande do Sul no período 1822-1851*. IN: *anais das primeiras jornadas de História regional comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Araraquara, Universidade Estadual Paulista, (dissertação de mestrado), 2006.

RIBAS, Rogério de Oliveira *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. Curitiba: Dissertação, UFPR, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol 1 – 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso*. In: CARVALHO,

José Murilo de., NEVES, Lúcia M. B. P. das. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “A Migração Interregional de Capitais: a formação da plantation açucareira de Campinas e a família Teixeira Vilella - riqueza e escravaria” IN: *anais do XV seminário de economia mineira*, 2012.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas, tese de doutorado, Unicamp, 1998.

ROSAL, Miguel A; SMITH, Roberto. Las exportaciones pecuárias bonaerenses y el espacio mercantil rioplatense (1768-1854). IN: GARAVAGLIA, Juan Carlos (org.) *En busca de un tiempo perdido: La economía de Buenos Aires em el pais de La abundancia 1750-1865*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

ROSAVALLON, Pierre. O liberalismo econômico. História da ideia de mercado. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002 [1979].

ROWLAND, Robert. *População, família, sociedade*. Portugal, séculos XIX-XX. Deiras, Celta Editora, 1997.

SABA, Roberto N.P F. *As vozes da nação: o direito de petição e a política do Segundo Reinado*. Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 2010.

SABA, Roberto N.P F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil Monárquico. IN: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.126-145, 2º semestre de 2011.

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais, 1831-1850*, São Paulo: Annablume, 2006.

SAEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas Asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. São Paulo: Humanitas, 2010.

SAMPAIO, Patricia Melo. Africanos e Índios na Amazônia: experiências de precarização da liberdade. IN: *Atas do Simpósio Internacional América, Poder, Conflicto y Política*, Barcelona, 2011.

SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em busca da Conciliação*. Ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855). Tese (doutorado em história), UNB, Brasília, 2008.

SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. Curitiba: Tese (doutorado em história) UFPR, 2005.

SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à Época da Revolução Farroupilha: Um estudo de História Comparada. IN: *R. Mest. Hist.*, Vassouras, v.4, n.1, p. 149-180, 2001/2002.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos* (engenhos e escravos na sociedade colonial: 1500-1835). São Paulo: Cia das Letras/ CNPQ, 1988
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e Estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2000.
- SILVA, Camila Borges. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- SILVA, Claudia Christina Machado e. *Escravidão e grande lavoura: o debate parlamentar sobre a Lei de Terras (1842-1854)*. Dissertação (mestrado em história), UFPR, Curitiba, 2006.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da; Feldman, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória do período regencial (1831-1840). IN: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 143-163.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- SILVA, Valderéz Antonio da. *Os fantasmas do Rio*. Um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê. Dissertação (mestrado em história), Unicamp, 2004.
- SIMONSEN, Robert C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2006.
- SLEMIAN, Andréa. “Delegados e chefes da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). IN: *Almanack brasiliense*, São Paulo, USP: no.06, 2007.
- SOCOLOW, Susan. *Los mercadores del Buenos Aires virreíno: Familia y comercio*. Buenos Aires: Ed. De La Flores, 1991.
- SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos nem brasileiros*. Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (mestrado em história) USP, São Paulo, 2006.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das Tropas*. Sorocaba: TCM comunicação, 2001.

SUBTIL, Jose. Os poderes do centro. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2006

TEDESCHI, Sonia. La villa del Paraná y la ciudad de Santa Fe: Vinculos, interacciones e influencias em um área fronteriza (etapa colonial hasta 1824). 2005, disponível em www.fee.com.br.

TELL, Sonia. *Córdoba rural, una sociedad campesina: 1750-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

TESSITORE, Viviane. As fontes da riqueza pública. Tributos e administração tributária na província de São Paulo (1832 – 1892). Dissertação (mestrado em história), USP, São Paulo, 1995.

TILLY, Charles, *Coercion, Capital, and European States, ad 990-1990*. Cambridge: Basil Blackwell.

URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro, SP; Difel, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (mestrado em história), UFRGS, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Tulio. *O conselheiro Zacarias*. Curitiba: Grafipar, 1977.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. *O marques de Monte Alegre: o alvorecer de um estadista*. São Paulo, Ibrasa, 1999.

WERNET, Augustin. O processo de Independência em São Paulo. IN: MOTA, Carlos G. (org). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comercio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense do século XIX. IN: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n.87, jan/abr, 1996.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil meridional.

IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, no. 30, 1995.

WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; ABPHE; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. Da UniJuí, 2002.

ZUBEN, Danúsia Miranda Von. *Os africanos livres nos aldeamentos indígenas do Paraná provincial (1853-1862)*. Curitiba, monografia, UFPR, 2010.